



Caderno Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº2665/2019

Data da disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019.

DEJT Nacional

Tribunal Superior do Trabalho

Ministro João Batista Brito Pereira
Presidente

Ministro Renato de Lacerda Paiva
Vice-Presidente

Ministro Lelio Bentes Corrêa
Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1
Zona Cívico-Administrativa
Brasília/DF
CEP: 70070943

Telefone(s) : (61) 3043-4300

Secretaria-Geral Judiciária Despacho

Processo Nº AIRR-0000878-48.2013.5.06.0010

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA.
Advogado	Dr. Arnaldo Gaspar Eid(OAB: 259037-A/SP)
Agravado	VICTORIA EUGENIA DE MOURA PAGES
Advogado	Dr. Octávio Dias Alves da Silva Filho(OAB: 2753/PE)
Agravado	BANCO BRADESCARD S.A.
Advogado	Dr. Roberto Trigueiro Fontes(OAB: 453-A/PE)
Agravado	UNIÃO (PGF)
Procuradora	Dra. Hebe de Sousa Campos Silveira

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCARD S.A.
- IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA.
- UNIÃO (PGF)
- VICTORIA EUGENIA DE MOURA PAGES

Agravante :IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA.
Advogado :Dr. Arnaldo Gaspar Eid
Agravado :VICTORIA EUGENIA DE MOURA PAGES
Advogado :Dr. Octávio Dias Alves da Silva Filho
Agravado :BANCO BRADESCARD S.A.
Advogado :Dr. Roberto Trigueiro Fontes

Agravado :UNIÃO (PGF)

Procuradora:Dra. Hebe de Sousa Campos Silveira

Com base na delegação de competência expressa no art. 1º, IV, "b", do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/02/18, determino a remessa dos autos à origem, ante a solicitação do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

Processo Nº AIRR-0025937-78.2015.5.24.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	JBS S.A.
Advogado	Dr. Luiz Carlos Icety Antunes(OAB: 10062/MS)
Agravado	SÔNIA REGINA LEITE DA SILVA
Advogada	Dra. Kelly Luíza Ferreira do Valle(OAB: 13676/MS)
Advogado	Dr. João Victor Rodrigues do Valle(OAB: 19034/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JBS S.A.
- SÔNIA REGINA LEITE DA SILVA

Agravante:JBS S.A.

Advogado :Dr. Luiz Carlos Icety Antunes

Agravado :SÔNIA REGINA LEITE DA SILVA

Advogada :Dra. Kelly Luíza Ferreira do Valle

Advogado :Dr. João Victor Rodrigues do Valle

Com base na delegação de competência expressa no art. 1º, IV, "b", do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/02/18, determino a remessa dos autos à origem, ante a solicitação do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-24643/2019-2 [eDOC: 17382111]

Requerente: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. - IMESP

Advogado: Dr. Alexandre César Faria (144895/SP)

(Ref. Processo Ag-E-AIRR - 85000-58.1997.5.02.0012)

Agravado(s): ECCO SERVICOS GERAIS LTDA

Advogado: Dr. Saul Cordeiro da Luz(21800/SP)

Agravado(s): LAVORO CONSULTORIA DE RECURSOS HUMANOS S/C LTDA

Advogado: Dr. Eduardo Alves de Sá Filho(73132/SP)

Agravante(s): IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. - IMESP

Advogado: Dr. Alexandre César Faria(144895/SP)

Agravado(s): PERFORMANCE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

Advogado: Dr. José Eduardo Dias Yunis(99490/SP)

Agravado(s): RIQUEIRME PERES GOMES

Advogada: Dra. Soraya de Oliveira Almachar Makki(77585/SP)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-24741/2019-0 [eDOC: 17382325]

Requerente: RUMO MALHA NORTE S.A.

Advogado: Dr. Guilherme de Paula Meiado (400004/SP)

(Ref. Processo Ag-AIRR - 309-93.2016.5.23.0131)

Agravante(s): RUMO MALHA NORTE S.A.

Advogado: Dr. Carlos Roberto de Siqueira Castro(20015/DF)

Agravado(s): SILVANO ERCICO

Advogado: Dr. Neilo Nunes Barbosa(9114/MS)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-24384/2019-0 [eDOC: 17381594]

Requerente: MAHLE METAL LEVE S.A.

Advogado: Dr. Marcelo Kanitz (14116/DF)

(Ref. Processo AIRR - 1000326-31.2017.5.02.0465)

Agravante(s): MAHLE METAL LEVE S.A.

Advogado: Dr. Rodrigo Bressane Diniz(304613/SP-A)

Advogado: Dr. José Henrique Orrin Camassari(79914/MG)

Agravado(s): JOSÉ WILSON CARVALHO DE OLIVEIRA

Advogado: Dr. Eduardo Luiz Fernandes(99321/SP)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-24678/2019-1 [eDOC: 17382182]

Requerente: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IMESP

Advogado: Dr. Alexandre César Faria (144895/SP)

(Ref. Processo AIRR - 221900-32.1998.5.02.0006)

Agravado(s): IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IMESP

Advogado: Dr. Alexandre César Faria(144895/SP)

Agravante(s): REGINALDO JOSÉ DA SILVA

Advogada: Dra. Sônia Maria dos Santos Azeredo Coutinho Beolchi(106614/SP-A)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-22810/2019-0 [eDOC: 17379040]
Requerente: TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado: Dr. José Alberto Couto Maciel (513/DF)

(Ref. Processo AIRR - 1000880-42.2016.5.02.0063)
Agravado(s): PRISCILA BARBOSA DIAS
Advogada: Dra. Ana Lucia Nunes Silvério(226806/SP)
Agravado(s): TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogada: Dra. Beatriz Aparecida Trindade Leite Miranda(127800/SP)
Advogado: Dr. Nelson Wilians Fraton Rodrigues(128341/SP)
Agravante(s): URANET PROJETOS E SISTEMAS LTDA .
Advogado: Dr. Marcelo Tadeu Alves Bosco(154717/SP-A)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-22797/2019-0 [eDOC: 17378996]
Requerente: TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado: Dr. José Alberto Couto Maciel (513/DF)

(Ref. Processo AIRR - 21017-04.2015.5.04.0011)
Agravado(s): TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogada: Dra. Anelise Tabajara Moura(50574/RS)
Advogado: Dr. Nelson Magno Rodrigues Alves(67181/RS-A)
Agravante(s): GIANCARLO GARCIA MAINO
Advogado: Dr. Carlos Roberto Nuncio(32052/RS)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-20112/2019-0 [eDOC: 17375463]
Requerente: INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÃO S.A.
Advogada: Dra. Tatiane de Cicco Nascimbem (201296/SP)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-23627/2019-2 [eDOC: 17380684]
Requerente: EDNEUZA DA SILVA MOTA
Advogado: Dr. Ivo Gomes Araújo (25361/BA)

(Ref. Processo AIRR - 851-77.2015.5.05.0251)
Agravado(s): MASSA FALIDA de VIA UNO S.A. CALÇADOS E ACESSÓRIOS
Advogado: Dr. Manoel Lerciano Lopes(15232/BA)
Agravante(s): PAQUETÁ CALÇADOS LTDA.
Advogado: Dr. Márcio Santiago Pimentel(37152/BA)
Agravado(s): EDNEUZA DA SILVA MOTA
Advogado: Dr. Ivo Gomes Araújo(25361/BA)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-24400/2019-4 [eDOC: 17381632]
Requerente: QUEIROZ GALVÃO ÓLEO E GÁS S.A.
Advogada: Dra. Mila Umbelino Lôbo (11834/DF)

(Ref. Processo ED-RR - 85600-59.2006.5.07.0001)
Embargante: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado: Dr. Bruno Henrique de Oliveira Ferreira(15345/DF)
Advogado: Dr. Ricardo Melo das Neves(16871/CE)
Embargado(a): CARLOS ALBERTO DA SILVA
Advogada: Dra. Estóquia Maria Torres Borges(7487/CE)
Embargado(a): QUEIROZ GALVÃO ÓLEO E GÁS S.A.
Advogado: Dr. Daniel Domingues Chiode(173117/SP)
Embargado(a): STAFF RECURSOS HUMANOS LTDA.
Advogada: Dra. Jaqueline da Silva Bento(15335/CE)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-20965/2019-2 [eDOC: 17375994]
Requerente: VANDO TEIXEIRA OLIVEIRA
Advogado: Dr. Rafael Garcia de Sena (155143/RJ)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato

90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-20120/2019-7 [eDOC: 17375552]
Requerente: INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÃO S.A.
Advogada: Dra. Tatiane de Cicco Nascimbem (201296/SP)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-24774/2019-0 [eDOC: 17382416]
Requerente: MRS LOGÍSTICA S.A.
Advogada: Dra. Raquel Nassif Machado Paneque

(Ref. Processo RR - 1644-76.2011.5.02.0077)
Recorrido(s): MRS LOGÍSTICA S.A.
Advogado: Dr. Dráusio Aparecido Villas Boas Rangel(14767/SP)
Recorrente(s): SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DE SÃO PAULO
Advogada: Dra. Sandra Regina Pompeo Martins(75726/SP)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-24782/2019-6 [eDOC: 17382433]
Requerente: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. - IMESP
Advogado: Dr. Alexandre César Faria (144895/SP)

(Ref. Processo AIRR - 39-16.2010.5.02.0050)
Agravada(s): SANDRA GIORDANI
Advogada: Dra. Marcia Hissae Miyashita Furuyama(98292/SP)
Agravante(s): IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. - IMESP
Advogado: Dr. Alexandre César Faria(144895/SP)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-21920/2019-5 [eDOC: 17378252]
Requerente: TERRA NETWORKS BRASIL S.A.
Advogada: Dra. Viviane Castro Neves Pascoal Maldonado Dal Mas (136069/SP)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-22730/2019-5 [eDOC: 17378832]
Requerente: LIQ CORP S.A.

Advogado: Dr. José Alberto Couto Maciel (513/DF)

(Ref. Processo AIRR - 20825-73.2017.5.04.0020)
Agravante(s): CAMILA BORTOLOZZO DE SOUZA
Advogado: Dr. Vinicius Maciel Santos(81318/RS)
Advogado: Dr. Jeferson Luis Carvalho(80375/RS)
Agravada(s): CONTAX S.A.
Advogado: Dr. Felipe Bufrem Fernandes(79820/RS-A)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-21808/2019-4 [eDOC: 17378243]
Requerente: EMPRESA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA LTDA.
Advogada: Dra. Lucimar Sbaraini (7682/SC)

(Ref. Processo AIRR - 1976-22.2016.5.12.0002)
Agravante(s): EMPRESA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA LTDA.
Advogada: Dra. Lucimar Sbaraini(7682/SC)
Agravado(s): FABIO CESAR CARDOSO
Advogado: Dr. Pierre Hackbarth(24717/SC)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-20115/2019-4 [eDOC: 17375511]
Requerente: INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÃO

S.A.

Advogada: Dra. Tatiane de Cicco Nascimbem (201296/SP)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-20117/2019-3 [eDOC: 17375526]
Requerente: INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÃO S.A.
Advogada: Dra. Tatiane de Cicco Nascimbem (201296/SP)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-24331/2019-9 [eDOC: 17381479]
Requerente: MAHLE METAL LEVE S.A.
Advogado: Dr. Marcelo Kanitz (14116/DF)

(Ref. Processo AIRR - 10623-72.2016.5.03.0061)
Agravado(s): MAHLE METAL LEVE S.A.
Advogado: Dr. Gabriel Luiz de Mendonça Augusto(132021/MG)
Agravado(s): VERZANI & SANDRINI LTDA.
Advogado: Dr. Christiano Drumond Patrus Ananias(78403/MG)
Agravante(s): LAÉRCIO JUSTINIANO DA SILVA
Advogado: Dr. Emanuel Adriano Viana(118915/MG)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-23383/2019-8 [eDOC: 17380074]
Requerente: MARIA APARECIDA MELO DA SILVA COSTA
Advogado: Dr. Josiel Vaciski Barbosa (191692/SP-A)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-24745/2019-8 [eDOC: 17382332]
Requerente: MRS LOGÍSTICA S.A.
Advogado: Dr. ' ()

(Ref. Processo RR - 1644-76.2011.5.02.0077)
Recorrido(s): MRS LOGÍSTICA S.A.
Advogado: Dr. Dráusio Aparecido Villas Boas Rangel(14767/SP)
Recorrente(s): SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DE SÃO PAULO
Advogada: Dra. Sandra Regina Pompeo Martins(75726/SP)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-23628/2019-7 [eDOC: 17380685]
Requerente: JAILTON RODRIGUES DA SILVA
Advogado: Dr. Ivo Gomes Araújo (25361/BA)

(Ref. Processo AIRR - 1718-70.2015.5.05.0251)
Agravado(s): JAILTON RODRIGUES DA SILVA
Advogado: Dr. Joaquim Arthur Pedreira Franco de Castro(1734/BA)
Advogado: Dr. Ivo Gomes Araújo(25361/BA)
Agravado(s): VIA UNO S.A. - CALÇADOS E ACESSÓRIOS
Advogado: Dr. Manoel Lerciano Lopes(15232/BA)
Agravante(s): PAQUETÁ CALÇADOS LTDA.
Advogado: Dr. Márcio Santiago Pimentel(37152/BA)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-23043/2019-7 [eDOC: 17379599]
Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
Advogado: Dr. José Eduardo Duarte Saad (165709/MG)

(Ref. Processo AIRR - 11126-83.2014.5.03.0087)
Agravado(s): OZIREZ GOMES DOS SANTOS
Advogada: Dra. Natália Cristina de Sant'Anna(134646/MG)
Agravante(s): FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
Advogado: Dr. Décio Flávio Gonçalves Torres Freire(56543/MG)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-22994/2019-9 [eDOC: 17379438]
Requerente: AGROPECUARIA SEM FRONTEIRAS LTDA
Advogada: Dra. Rosimaria Geralda Silva e Silva (59736/MG)

(Ref. Processo Ag-AIRR - 447-22.2016.5.07.0029)
Agravante(s): AGROPECUARIA SEM FRONTEIRAS LTDA - ME E OUTRO
Advogado: Dr. José Paulo da Silva(59784/MG)
Advogado: Dr. Rosimaria Geralda Silva e Silva(59736/MG-A)
Agravado(s): JUSCILENE DO NASCIMENTO BARROS MESQUITA E OUTROS
Advogada: Dra. Adriana Vieira do Vale(28032/CE)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-24397/2019-9 [eDOC: 17381612]
Requerente: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
Advogado: Dr. Manoel Rodrigues Lourenço Filho (208128/SP)

(Ref. Processo ARE - 2169-23.2012.5.15.0025)
Agravado(s): OSVALDO BENEDITO FERREIRA
Advogado: Dr. Osvaldo Basques(69431/SP-A)
Agravante(s): CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
Advogado: Dr. Manoel Rodrigues Lourenço Filho(208128/SP-D)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-22627/2019-5 [eDOC: 17378641]
Requerente: JOÃO CARLOS ALVES
Advogado: Dr. Luiz Fernando Lopes Abrantes (183575/SP)

(Ref. Processo ED-ARR - 1843-70.2011.5.02.0442)
Embargante: PREVIDÊNCIA USIMINAS
Advogado: Dr. Sérgio Luiz Akaoui Marcondes(40922/SP)
Embargado(a): USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS
Advogado: Dr. Thiago Augusto Veiga Rodrigues(221896/SP)
Advogado: Dr. Sérgio Carneiro Rosi(71639/SP)
Embargado(a): JOÃO CARLOS ALVES
Advogado: Dr. Luiz Fernando Lopes Abrantes(183575/SP)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

PETIÇÃO TST-PET-22579/2019-5 [eDOC: 17378501]
Requerente: ESTADO DE RORAIMA

(Ref. Processo AIRR - 707-56.2015.5.11.0051)
Agravante(s): ESTADO DE RORAIMA
Procuradora: Dra. Aline de Souza Ribeiro

Agravada(s): JL SERVIÇOS LTDA. - EPP

Agravada(s): ANA CAROLINA FERREIRA FEITOSA

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 90/SEGJUD.GP, de 27/2/2018, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

VALERIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos Acórdão

Processo Nº RO-0080244-37.2016.5.07.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Recorrente e Recorrido	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL DO ESTADO DO CEARÁ - SINTEPAV
Advogado	Dr. Harley Ximenes dos Santos(OAB: 12397/CE)
Advogado	Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino(OAB: 17384-A/DF)
Recorrente e Recorrido	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO CEARÁ SINCONPE
Advogado	Dr. Antônio Cleto Gomes(OAB: 5864-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO CEARÁ SINCONPE
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL DO ESTADO DO CEARÁ - SINTEPAV

A C Ó R D Ã O (SDC)

GMDMC/Ac/cb/bf

**A) RECURSO ORDINÁRIO EM DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE
INTERPOSTO PELO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS,**

PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL DO ESTADO DO CEARÁ - SINTEPAV. ABUSIVIDADE DA GREVE. DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO LIMINAR PROFERIDA NO BOJO DA TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE. O Regional declarou a abusividade da greve, porquanto o sindicato profissional não cumpriu as determinações fixadas liminarmente, no bojo da tutela de urgência de natureza cautelar em caráter antecedente, no sentido de que a realização de reuniões com os trabalhadores ocorresse a uma distância de 100 metros dos canteiros de obras das empresas representadas pelo suscitante, além de que se abstinhasse de promover a interdição de vias de acesso aos mencionados canteiros. O contexto probatório dos autos revela que o sindicato profissional descumpru a decisão relativa ao local das reuniões. O descumprimento, pelo sindicato profissional, de apenas uma das medidas impostas não elide o desrespeito à ordem expedida pela autoridade competente, configurando o abuso do direito de greve. Mantém-se, portanto, a abusividade da greve declarada. **Recurso ordinário conhecido e não provido. B) RECURSO ORDINÁRIO EM DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE INTERPOSTO PELO SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO CEARÁ - SINCONPE. 1. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.** Não há falar em nulidade do julgado, por negativa de prestação jurisdicional, na medida em que o Regional se manifestou, quando do julgamento dos embargos de declaração, de maneira satisfatória - embora de forma contrária aos interesses do suscitante - sobre a questão da aplicação da multa por descumprimento da liminar, conferindo à parte o pleno conhecimento das razões da decisão. Ainda que assim não fosse, o efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário devolve ao TST toda a matéria envolvida no pedido discutido, a teor do art. 1.013, § 1º, do CPC e da Súmula nº 393 do TST. **Preliminar rejeitada. 2. DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO LIMINAR, PROFERIDA NO BOJO DA TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE. LOCAL DE REUNIÃO COM OS TRABALHADORES. MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO DA MULTA IMPOSTA NA LIMINAR.** Os elementos probatórios constantes dos autos comprovam que o sindicato profissional descumpru a determinação liminar, proferida no bojo da tutela de urgência de natureza cautelar em caráter antecedente, quanto à suspensão da prática de reuniões com os trabalhadores em uma distância de cem metros dos canteiros de obras. De outro lado, não restou comprovado que, durante a greve, o sindicato profissional tivesse desobedecido as demais ordens emanadas, no sentido de

se abster de promover interdição das vias de acesso aos canteiros de obras; de obstruir a entrada de veículos que transportavam os empregados; e de impedir o acesso, aos canteiros de obras, dos empregados que desejavam trabalhar. Nesse contexto, **dá-se provimento parcial** ao recurso para, em relação à obrigação descumprida, relativa ao local de reuniões dos trabalhadores, manter a condenação da multa imposta liminarmente, no valor de R\$1.000,00, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. **3. DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO PROFERIDA EM SEDE DE TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE. CONTINGENTE MÍNIMO DE TRABALHADORES. NÃO COMPROVAÇÃO.** Não restou comprovado nos autos que houve a paralisação total dos empregados que laboram nos canteiros de obras do Consórcio VPL, e que não tenha sido observado o contingente mínimo de trabalhadores, fixado em 60% na tutela de urgência de natureza cautelar em caráter antecedente, e reduzido, posteriormente, a 50%, quando da realização da audiência de conciliação. Mostra-se, portanto, inaplicável a multa cominada para a hipótese de obrigação inadimplida. **Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário nº **TST-RO-80244-37.2016.5.07.0000**, em que são Recorrentes e Recorridos **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL DO ESTADO DO CEARÁ - SINTEPAV** e **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO CEARÁ - SINCONPE**.

O Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Ceará - SINCONPE/CE ajuizou ação declaratória de greve, com pedido de tutela de urgência de natureza cautelar em caráter antecedente, contra o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral do Estado do Ceará - SINTEPAV. Sustentou que, apesar de um longo processo negocial para a celebração da Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2017, as partes não lograram êxito na formalização do instrumento, e que o Sindicato profissional deflagrou paralisações em vários canteiros de obras das empresas representadas pelo SINCONPE, com o objetivo de forçá-las a firmar acordos coletivos de trabalho, sem a participação do sindicato patronal. Alegou que os movimentos paredistas foram realizados sem a observância dos requisitos exigidos pela Lei nº 7.783/1989 e

pugnou pela concessão da tutela de urgência, nos seguintes termos: a) determinação ao sindicato profissional que se abstinhasse de realizar qualquer reunião ou assembleias gerais, numa distância de até 1 km dos canteiros de obras das empresas representadas pelo autor, bem como de obstaculizar o tráfego de ônibus que transportam os empregados daquelas empresas; de impedir o acesso dos empregados aos seus locais de trabalho; de praticar qualquer ato danoso ao patrimônio das empresas ou aos seus empregados; de promover a interdição das vias de acesso aos canteiros de obras; e b) aplicação de multa pecuniária no valor de R\$ 100.000,00 por dia de recalcitrância, nos termos do art. 537 do CPC, além da responsabilização civil, trabalhista e criminal. Pugnou, também, pela designação de dois oficiais de Justiça, para que procedessem a inspeções judiciais nas obras paralisadas; a expedição de ofício à Polícia Federal, de forma a que fossem destacados agentes para acompanhar os oficiais de justiça, e ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará para fornecer policiamento ostensivo nas obras das empresas representadas pelo autor. Em sede definitiva, pleiteou a declaração de abusividade da greve e a condenação do Sindicato profissional ao pagamento de indenização por danos materiais e lucros cessantes, a serem apurados em liquidação de sentença, além de danos morais, a serem arbitrados (fls. 1/19).

Mediante a decisão de fls. 159/164, o Desembargador plantonista do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, em 27/6/2016, deferiu parcialmente, em sede de liminar, os pedidos do suscitante, determinando ao sindicato profissional que: a) suspendesse a prática de reuniões ou assembleias numa distância inferior a 100 metros dos canteiros de obras das empresas representadas pelo autor, bem como se abstinhasse de obstaculizar o tráfego dos ônibus que transportam os empregados daquelas empresas e de impedir o acesso ao local de trabalho dos empregados que desejassem laborar; e b) se abstinhasse de praticar qualquer ato danoso ao patrimônio das empresas e de promover interdição das vias de acesso aos canteiros de obras das empresas representadas pelo suscitante. Determinou, ainda, que, em caso de descumprimento de qualquer das condições impostas, seria aplicada a multa no valor de R\$1.000,00 por cada obrigação inadimplida, cumulativamente, diária, e reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. A essa decisão o sindicato profissional interpôs agravo regimental, ao qual foi negado provimento (fls. 1243/1246).

Em petição de fls. 171/185, o sindicato suscitante informou que, além de descumprir as determinações proferidas em sede de liminar, o sindicato profissional continuava a praticar atos abusivos e que a paralisação total das atividades estaria prejudicando a continuidade das obras de infraestrutura e mobilidade urbanas,

necessárias para atendimento à população. Pugnou pela fixação do percentual mínimo de 80% dos trabalhadores para laborarem durante a paralisação, principalmente nos canteiros de obras da Empresa Construtora Ferreira Guedes e do Consórcio VLT FORTALEZA - AZVI/ESQUADRO e subcontratadas.

Intimado a se manifestar acerca do pedido do suscitante (fl. 409), o sindicato profissional se manteve silente.

Por meio da decisão de fls. 415/417, proferida em 12 de julho de 2016, o Desembargador Relator do processo considerou tratar-se de pedido de tutela de urgência de natureza cautelar em caráter antecedente e, vislumbrando a presença dos requisitos previstos no art. 300 do CPC e considerando os transtornos que a greve vinha causando à comunidade, deferiu, em parte, o pedido de antecipação da tutela, determinando ao Sindicato profissional que, no prazo de 48 horas, a partir da ciência da decisão, convocasse os trabalhadores para que retornassem ao trabalho, especialmente nos canteiros de obras da Construtora Ferreira Guedes (Túnel da Avenida Padre Antônio Tomás, Viaduto da Aguanambi e Viaduto da Avenida Raul Barbosa) e do Consórcio VLT FORTALEZA - AZVI/ESQUADRO e Subcontratadas (VLT Fortaleza - Ceará), em número equivalente ao percentual de 60%, sob pena de pagamento de multa diária no importe de R\$10.000,00, em favor do autor.

Na audiência de conciliação realizada em 13/7/2016 (fls. 1114/1115), o SINTEPAV/CE informou que as obras de responsabilidade da Construtora Ferreira Guedes se encontravam em plena atividade, e que havia firmado acordo coletivo com a referida empresa. O Ministro Vice-Presidente do TRT reduziu de 60% para 50% o percentual de trabalhadores que deveriam laborar enquanto perdurasse a greve.

Determinou-se, também, na audiência, que, conforme solicitado pelo Sindicato profissional, para fins de garantia de efetividade da ordem judicial, o Sindicato patronal deveria juntar aos autos a relação de trabalhadores que prestavam seus serviços para o Consórcio VLT, e para suas subcontratadas, o que foi feito, conforme documentos juntados às fls. 1150/1158.

O Tribunal Regional, em 4/7/2017, por meio do acórdão de fls. 1279/1286, analisou a ação como dissídio coletivo de greve e rejeitou a preliminar de extinção do processo, sem resolução de mérito, arguida pelo suscitante, por descumprimento do art. 859 da CLT (juntada aos autos do estatuto social da suscitante, da ata da assembleia que teria autorizado a instauração da instância, e comprovação do quórum legal da assembleia), bem como a prefacial de extinção do processo, arguida pelo Ministério Público do Trabalho, por perda de objeto, em face dos acordos que teriam sido celebrados entre o Sindicato profissional e as empresas Construtora Ferreira Guedes e SERVENG. No mérito, julgou

procedente a ação para declarar a abusividade da greve, mantendo os termos da liminar e da tutela de urgência anteriormente concedidas.

Contra o referido acórdão o Sindicato patronal suscitante opôs embargos de declaração, apontando omissão quanto à multa aplicada para o caso de descumprimento da liminar, sendo eles rejeitados (fls. 1362/1363).

Ambas as partes interpõem recurso ordinário. O Sindicato profissional suscitado, às fls. 1312/1326, requerendo a reforma da decisão que declarou a greve abusiva. O Sindicato patronal suscitante, às fls. 1373/1388, arguindo, preliminarmente, a negativa de prestação jurisdicional e, em sequência, requerendo a aplicação, ao suscitado, das multas cominadas em liminar e na tutela de urgência, em caso de descumprimento das determinações.

Admitidos os recursos (fls. 1390/1391), foram oferecidas contrarrazões pelo sindicato profissional, às fls. 1394/1398. Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho. É o relatório.

VOTO

A) RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL DO CEARÁ - SINTEPAV.

I - CONHECIMENTO

O recurso é tempestivo, a representação encontra-se regular (fl. 247), e as custas processuais foram recolhidas (fls. 1294 e 1327), razões pelas quais dele **conheço**.

II - MÉRITO

ABUSIVIDADE DA GREVE. DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO LIMINAR PROFERIDA NO BOJO DA TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE.

O Regional declarou a greve abusiva, expondo os seguintes fundamentos:

No mérito, assiste razão ao autor.

O exame da prova dos autos revela que o suscitado (SINTEPAV/CE), ante o impasse das negociações, visando à celebração da convenção coletiva da categoria, vem adotando a tática de paralisar, de forma seletiva e alternada, obras de apenas

algumas das empresas representadas pelo suscitante, visando, com tal manobra, forçá-las a negociar, individualmente, acordos coletivos alegadamente mais benéficos para a categoria e, ao mesmo tempo, esvaziar a atuação do sindicato suscitante.

Abstraindo-se, neste momento, a discussão em torno da validade e licitude da sistemática adotada, observa-se que as paralisações vêm causando transtornos e até mesmo prejuízos à população, uma vez que se tratam de construções de interesse público, como túneis, viadutos, pontes e até mesmo obras de abastecimento de água em Fortaleza (v. ID. af8da6b).

De outra banda, viu-se que o Exmo. Sr. Desembargador José Antônio Parente da Silva, atuando no Plantão Judiciário desta Corte, deferiu, em 25.06.2016, liminar determinando ao suscitado que: "a entidade suspenda a prática de reuniões ou assembleias numa distância de 100 (cem) metros dos canteiros de obras das empresas representadas pelo autor, bem como obstaculizar o tráfego de ônibus que transportam os empregados das mesmas; 2) para que o suscitado se abstenha de impedir o acesso ao local de trabalho, bem como o acesso dos empregados que desejam trabalhar; 3) para que se abstenha de qualquer ato danoso ao patrimônio das empresas representadas pelo sindicato patronal, ora suscitante; 4) para que o sindicato suscitado se abstenha de promover interdição de vias de acesso aos canteiros de obras das empresas representadas pelo suscitante. Em caso de descumprimento de qualquer das condições impostas, comino multa no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) por cada obrigação inadimplida, cumulativamente, diária, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador (art. 11, VI, da Lei nº 7.998/90) (ID. d07ca5a), decisão esta da qual o suscitado foi devidamente intimado em 27.06.2016, como se constata na certidão de ID. 72970b2.

Ocorre que, consoante dá conta a ata notarial de ID. af8da6b, em 29.06.2016 o escrevente autorizado do 8º Tabelionato (Cartório Aguiar) se fez presente a uma obra da Construtora Ferreira Guedes, de edificação de uma rotatória e de um viaduto sobre as avenidas Governador Raul Barbosa, General Murilo Borges e Rua Capitão Aragão, ocasião em que constatou que "havia estacionado um automóvel da marca Troller, de placa PMU 6830, com adesivos da "FORÇA SINDICAL" e do "SINTEPAV/CE", e aonde dois homens, trajando camisas das referidas entidades sindicais, se reuniam com um grupo de operários, os quais estavam aproximadamente 50 metros do canteiro de obras; observei também que, próximo à entrada do canteiro de obras, havia uma pessoa que falava com os operários que se dirigiam à obra, e os encaminhava para o grupo reunido junto ao veículo citado acima. 3º) Que o SOLICITANTE foi até o grupo que estava reunido na esquina das ruas citadas, e em

conversa com um dos homens que trajava blusa das entidades sindicais e possível líder da greve, chamado Arquimedes, foi por este informado que a obra seria paralisada e que os operários iriam embora...".

Some-se a isso o Boletim de Ocorrência de ID. a393650, onde João Batista Lorenço, mestre de obras do Projeto VLT Fortaleza, noticia ter sido vítima, em 30.06.2016, de ameaça por parte da pessoa de nome Arquimedes, que seria integrante do SINTEPAV/CE, ocasião em que seu veículo teria sido retido dentro do canteiro de obras, de onde foi impedido de sair sob pena de ser atingido por pedra e "pedaço de barrote", prova esta que, embora unilateral, é reforçada por fotografias nas quais se vê o mesmo veículo da marca Troller, de placa PMU 6830, com adesivos da "FORÇA SINDICAL" e do "SINTEPAV/CE, bloqueando a entrada da construção (ID. 56920db).

Conclui-se, portanto, que houve o descumprimento da decisão judicial, o que redundará na ilegalidade do movimento grevista, consoante, aliás, caminha a jurisprudência do c. Tribunal Superior do Trabalho, *in verbis*:

'RECURSO ORDINÁRIO E REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO CAUTELAR ADMITIDA COMO DISSÍDIO DE GREVE. QUALIFICAÇÃO DA GREVE. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. GREVE ABUSIVA. ESTABILIDADE PROVISÓRIA INDEVIDA. 1. Segundo os dados apurados no processo, não houve o cumprimento da ordem judicial, consubstanciada na fixação de determinado percentual do quadro funcional dos empregados da Suscitante para que, no período de greve, permanecesse em atividade, sob pena de multa diária. A inobservância de decisão judicial conduz à abusividade da greve, que ora se reconhece." (...) (ReeNec-RO-1000477-39.2014.5.02.0000, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, SDC, DEJT 2/10/2015 - destaquei).

Desta forma, impõe-se seja declarada abusiva a greve.

Não há comprovação de danos materiais ou dos alegados lucros cessantes, pelo que se indeferem os pleitos indenizatórios respectivos. (fls. 1283/1285)

O Sindicato profissional suscitado, às fls. 1314/1326, refuta os fundamentos relativos ao descumprimento das ordens judiciais, que embasaram a decisão regional que declarou a abusividade da greve. Consoante sustenta, a determinação judicial, no sentido de proibir os trabalhadores de se reunirem em um raio de 100 metros dos canteiros de obras das empresas representadas pelo suscitante, é ilegal, já que a vedação a que os trabalhadores se reúnam, de forma pacífica, em local de fácil acesso a todos,

configura ato antissindical e viola o disposto nos arts. 5º, XVI, e 9º da CF. Quanto à interdição das vias de acesso, assevera não haver prova cabal de que tal fato tenha ocorrido, sustentando que o boletim de ocorrência considerado pelo Regional é elemento bastante frágil para o fim colimado e que as fotos juntadas aos autos não se referem aos fatos alegados, demonstrando, apenas, a tentativa da suscitante de induzir o juízo ao erro. Assevera que, ainda que se admitisse o descumprimento da liminar, nos aspectos mencionados, a consequência não deveria ser a declaração de abusividade da greve - e, sim, a aplicação de multa -, visto que o Sindicato cumpriu os requisitos exigidos pela Lei de Greve: real tentativa de negociação; aprovação da greve pela assembleia de trabalhadores; e comunicação prévia ao empregador. Acresce que, ainda que não se trate de greve em serviços essenciais, foi cumprida a obrigatoriedade de atendimento às necessidades da população. Requer a reforma da decisão, de forma a que seja afastada a declaração de abusividade da greve, e declarada a inversão do ônus da sucumbência.

O art. 9º, *caput*, da Constituição Federal assegura aos trabalhadores o direito de greve e lhes dá competência para decidir sobre a oportunidade e os interesses de exercê-lo, mas remete, em seu § 1º, a regulação desse direito à legislação infraconstitucional. Nesse sentido, a Lei nº 7.783/1989 veio a regular a questão da greve, apresentando requisitos que devem ser observados antes e durante o movimento paredista, a fim de que não se imprima ao movimento o caráter de sua abusividade.

Assim, a partir do momento em que a questão da greve é submetida ao crivo desta Justiça Especializada, cabe examinar se foram observados os requisitos formais previstos na Lei de Greve: esgotamento das tentativas de negociação coletiva (art. 3º); realização de assembleia geral deliberativa, autorizadora do Sindicato a deflagrar a greve em nome da categoria, precedida do respectivo edital de convocação (art. 4º); comunicação prévia ao empregador (arts. 3º, parágrafo único, e 13); além da inexistência de norma de acordo, convenção ou sentença normativa em vigor (art. 14) e não ocorrência de excessos no movimento grevista (arts. 2º e 6º).

No caso em tela, o Regional nada falou sobre os requisitos formais previstos na Lei de Greve, e não houve menção a eles no recurso ordinário do suscitante. Assim, mostra-se despropositada a análise do cumprimento, pelo sindicato profissional, de tais requisitos.

Observa-se que, apesar de o acórdão regional transcrever precedente da SDC desta Corte - mediante o qual foi declarada a abusividade da greve pelo não cumprimento da ordem judicial consubstanciada na fixação de percentual de trabalhadores para laborarem no período da greve -, não se pronunciou sobre suposta

desobediência, por parte do Sindicato suscitado, à ordem emanada quando do deferimento parcial da tutela de urgência, relativa ao contingente mínimo de 60% dos trabalhadores, para a prestação de serviços, durante a greve, (fls. 415/417), reduzido posteriormente para 50%, quando da realização da audiência de conciliação (fls. 114/115).

Portanto, a decisão acerca da abusividade da greve se baseou somente no descumprimento das determinações proferidas em sede de liminar, conforme demonstra a ementa do acórdão recorrido, a seguir transcrita:

GREVE - ILEGALIDADE - DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. Verificando-se que houve o descumprimento da decisão judicial que determinou à entidade de classe suscitada, em sede de liminar, que suspendesse a prática de reuniões numa distância de 100 (cem) metros dos canteiros de obras das empresas representadas pelo autor e que se abstinhasse de promover a interdição de vias de acesso aos canteiros de obras daquelas mesmas empresas, impõe-se declarar a ilegalidade do movimento paredista. (fl. 1295)

É importante ressaltar que não se trata de greve deflagrada em atividades essenciais.

Ocorre que, ainda que não se trate de greve deflagrada em serviços essenciais, houve a concessão parcial da liminar, de forma a tutelar o interesse das empresas representadas pelo suscitante e de toda a sociedade, proferida nos seguintes termos:

Diante do exposto, *ad cautelam*, **DEFIRO PARCIALMENTE** a liminar requerida:

- 1) para que a entidade suscitada suspenda a prática de reuniões ou assembleias numa distância de 100 (cem) metros dos canteiros de obras das empresas representadas pelo autor, bem como obstaculizar o tráfego de ônibus que transportam os empregados das mesmas;
- 2) para que o suscitado se abstenha de impedir o acesso ao local de trabalho, bem como o acesso dos empregados que desejam trabalhar;
- 3) para que se abstenha de qualquer ato danoso ao patrimônio das empresas representadas pelo sindicato patronal, ora suscitante;
- 4) para que o sindicato suscitado se abstenha de promover interdição de vias de acesso aos canteiros de obras das empresas representadas pelo suscitante.

Em caso de descumprimento de qualquer das condições impostas, comino multa no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) por cada obrigação inadimplida, cumulativamente, diária, reversível ao FAT -

Fundo de Amparo ao Trabalhador (art. 11, VI, da Lei nº 7.998/90). (fl. 164)

Quanto à suspensão da prática de reuniões numa distância de 100 metros dos canteiros de obras das empresas representadas pelo autor, realmente as consignações registradas na Ata Notarial nº 557, datada de 29 de junho de 2016 (fls. 186/187), por escrevente autorizado do 8º Tabelionato de Notas de Fortaleza (Cartório Aguiar), demonstram que o sindicato profissional não cumpriu o que lhe fora determinado, conforme se depreende do trecho a seguir transcrito:

No dia vinte e nove (29) de junho do ano de dois mil e dezesseis (2016), atendendo solicitação de **PEDRO HENRIQUE BEZERRIL MIRANDA FONTENELE, (...)**, eu, Thiago Batista Diniz, na qualidade de escrevente autorizado pelo 8º Tabelião de Notas e de Protesto desta Capital, no uso da fé pública delegada, constatei, para os devidos fins, os fatos a seguir narrados: 1º) Que na data acima, às 06h00, acompanhando o SOLICITANTE, compareci ao cruzamento das avenidas Governador Raul Barbosa, General Murilo Borges e Rua Capitão Aragão, aonde está instalado o canteiro de obras da construção da rotatória e viaduto sobre as referidas avenidas, com o fim de constatar um movimento grevista de operários no local. Que conforme declaração do SOLICITANTE a obra estaria sendo executada pela construtora Ferreira Guedes em cumprimento ao contrato celebrado com a Secretaria Municipal de Infraestrutura da cidade de Fortaleza - CE. 2º) Que chegando ao canteiro de obras observei que na esquina da avenida Governador Raul Barbosa com a rua Capitão Aragão, havia estacionado um automóvel da marca Troller, de placa PMU 6830, com adesivos da "FORÇA SINDICAL" e do "SINTEPAV-CE", e aonde dois homens trajando camisas das referidas entidades sindicais se reuniam com um grupo de operários, os quais estavam aproximadamente 50 metros do canteiro de obras; observei também que próximo a entrada do canteiro de obras havia uma pessoa que falava com os operários que se dirigiam à obra, e os encaminhava para o grupo reunido junto ao veículo citado acima. 3º) Que o SOLICITANTE foi até o grupo que estava reunido na esquina das ruas citadas, e em conversa com um dos homens que trajava blusa das entidades sindicais e possível líder da greve, chamado Arquimedes, foi por este informado que a obra seria paralisaada e que os operários iriam embora; que esta pessoa de nome Arquimedes também na oportunidade indagou aos operários se eles estariam sendo impedidos de entrar no canteiro de obras, tendo alguns respondido que não. 4º) Que ainda no local presenciei uma rápida discussão entre o referido Sr. Arquimedes e um homem, a mim identificado

como um engenheiro de nome Daniel Santos, no momento em que este engenheiro aproximou-se do grupo de operários para informar que os mesmos poderiam tomar café no canteiro de obras, e então o Sr. Arquimedes reagiu dizendo, exaltado, que o engenheiro não intimidasse os trabalhadores, e que o mesmo seria um dos responsáveis pelo acidente que vitimou dois operários na obra. Esta discussão porém foi contornada com a intervenção de outras pessoas que afastaram, de forma pacífica, o engenheiro do local. 5º) Que por volta de 07h30min o Sr Arquimedes orientou aos operários a irem para outro local, e então, atendendo a orientação, os operários acompanharam o sr. Arquimedes a uma praça que ficava ali próximo. Por fim relato ainda que até o momento que me retirei do local, as 08h25min, nenhum operário trabalhava no canteiro de obras. (fls. 186/187)

Constata-se, portanto, que o sindicato realmente não cumpriu a ordem judicial relativa ao local de realização das reuniões, no dia 29 de junho de 2016.

No concernente às determinações de que se abstivesse de promover a interdição de vias de acesso aos canteiros de obras daquelas mesmas empresas e de impedir a entrada de veículos e de empregados que desejassem laborar, os elementos trazidos aos autos não se mostram suficientes a demonstrar a conduta, por parte do sindicato, de forma diversa daquela determinada.

O Boletim de Ocorrência (fl. 190) não serve como meio de prova, porquanto diz respeito a relatos de empregado de empresa representada pelo suscitante, constituindo-se em prova unilateral. De outro lado, as fotos trazidas aos autos, pelo suscitante, às fls. 173/174; 191/202; e 1132/1135, além de não permitirem concluir que tivessem sido tiradas depois da data da concessão parcial da liminar, não demonstram que o sindicato tivesse impedido os trabalhadores de adentrarem nos seus locais de trabalho; que não tivesse adotado a forma pacífica para persuadir os empregados a aderirem à greve; ou, ainda, que tivesse se utilizado de meios tendentes a violar ou constranger direitos de garantias fundamentais dos trabalhadores e de terceiros (art. 6º e § 1º da Lei de Greve). Portanto, nesse aspecto, não há falar em descumprimento da liminar.

A meu juízo, o fato de o sindicato ter descumprido apenas a determinação relativa ao local das reuniões com os trabalhadores não elide o desrespeito à ordem expedida pela autoridade competente, significando dizer que basta que não seja cumprida pelo menos uma das determinações liminares para que se configure o abuso do direito de greve.

É importante ressaltar que, quando da concessão parcial da liminar, a determinação relativa ao local das reuniões apresentou o

fundamento de que *o impedimento de reuniões do sindicato patronal em um raio de 1 km afigura-se atentado ao direito de greve, que embora possa ser mitigado, para evitar abusos, não pode ser suprimido. Entende-se que 100 (cem) metros, cerca de uma quadra, apresenta-se dentro da razoabilidade.*

Embora o sindicato profissional não tivesse concordado com a medida estabelecida, sua discordância não justificaria a negligência em fazer cumprir aquilo que fora determinado, tampouco o exime das consequências de seu ato.

Nesse contexto, mantenho a abusividade da greve declarada pelo Regional.

Nego provimento ao recurso.

B) RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELO SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO CEARÁ - SINCONPE/CE.

I - CONHECIMENTO

O recurso é tempestivo, a representação encontra-se regular (fl. 91), e as custas processuais foram imputadas ao suscitado (fl. 1294), razões pelas quais dele **conheço**.

II - MÉRITO

1. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Sustenta o Sindicato patronal suscitante, às fls. 1377/1380 de seu recurso ordinário, que, quando foi concedida, em parte, a liminar, pelo Desembargador plantonista do TRT, houve a fixação da multa pelo descumprimento das determinações, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Assere que, posteriormente, na tutela de urgência de natureza cautelar em caráter antecedente, foi proferida outra decisão, fixando multa diária em caso de descumprimento da determinação relativa ao contingente mínimo de trabalhadores, para a prestação de serviços durante a greve, restando claro que o valor então estipulado reverteria a favor do Sindicato ora recorrente. Segundo aduz, os embargos de declaração foram opostos justamente para que o Regional se pronunciasse acerca das multas fixadas nas tutelas de urgência e, ao deixar de sanar as omissões apontadas, o TRT violou os arts. 93, IX, da CF, 489 do CPC e 832 da CLT. Requer seja declarada a nulidade do julgado, e que os autos retornem à Corte de origem, a fim de que outra decisão seja proferida.

Ao exame.

O Regional, às fls. 1283/1284, julgou parcialmente procedente o dissídio coletivo, para declarar a abusividade da greve, em face do descumprimento, pelo Sindicato profissional, da decisão judicial.

Observa-se que, ao assim decidir, referiu-se, apenas, aos termos da liminar, deferida parcialmente no bojo da tutela de urgência de natureza cautelar em caráter antecedente, em 25/6/2016 (fls. 159/164), a qual determinava que: *a) a entidade suspenda a prática de reuniões ou assembleias numa distância de 100 (cem) metros dos canteiros de obras das empresas representadas pelo autor, bem como obstaculizar o tráfego de ônibus que transportam os empregados das mesmas; 2) para que o suscitado se abstenha de impedir o acesso ao local de trabalho, bem como o acesso dos empregados que desejam trabalhar; 3) para que se abstenha de qualquer ato danoso ao patrimônio das empresas representadas pelo sindicato patronal, ora suscitante; 4) para que o sindicato suscitado se abstenha de promover interdição de vias de acesso aos canteiros de obras das empresas representadas pelo suscitante. Em caso de descumprimento de qualquer das condições impostas, comino multa no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) por cada obrigação inadimplida, cumulativamente, diária, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador (art. 11, VI, da Lei nº 7.998/90)".* Ressaltou, ainda, que não havia a comprovação de danos materiais ou dos alegados lucros cessantes, indeferindo os pedidos indenizatórios respectivos.

Contra o respectivo acórdão o Sindicato patronal suscitante opôs embargos de declaração, às fls. 1304/1309.

Ressaltou que, mesmo depois da liminar, o SINTEPAV manteve a conduta de paralisação das obras e que, posteriormente, em atendimento à tutela de urgência requerida, o Regional determinou que o Sindicato profissional convocasse os trabalhadores para que retornassem ao trabalho, no prazo de 48 horas, em número equivalente ao percentual de 60%, sob pena do pagamento de multa diária no importe de R\$10.000,00 (dez mil reais), na hipótese de descumprimento da determinação, em favor do autor. Alegou que, conquanto o acórdão tivesse consignado a conduta indevida e excessiva do embargado, ao descumprir as determinações da liminar concedida, e ainda que o Regional tivesse mantido os termos da liminar e da tutela de urgência deferidas, manteve-se silente quanto à aplicação da multa decorrente do descumprimento das ordens emanadas, seja quanto ao número de dias, seja quanto ao valor total da condenação, pugnando para que a omissão fosse sanada, quanto ao valor da indenização por descumprimento da liminar.

Observa-se que as razões do embargante se referiram, especificamente, aos termos da decisão regional, não mencionando possível descumprimento da ordem relativa ao contingente mínimo

de trabalhadores, para a prestação de serviços durante a paralisação.

O Regional, ao julgar os embargos de declaração, decidiu:

Examinando-se o aresto embargado, vê-se que a multa fixada pelo eventual descumprimento da liminar foi estabelecida em favor do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Senão, confira-se o trecho respectivo do acórdão censurado, *in verbis*:

'De outra banda, viu-se que o Exmo. Sr. Desembargador José Antônio Parente da Silva, atuando no Plantão Judiciário desta Corte, deferiu, em 25.06.2016, liminar determinando ao suscitado que: "a entidade suspenda a prática de reuniões ou assembleias numa distância de 100 (cem) metros dos canteiros de obras das empresas representadas pelo autor, bem como obstaculizar o tráfego de ônibus que transportam os empregados das mesmas; 2) para que o suscitado se abstenha de impedir o acesso ao local de trabalho, bem como o acesso dos empregados que desejam trabalhar; 3) para que se abstenha de qualquer ato danoso ao patrimônio das empresas representadas pelo sindicato patronal, ora suscitante; 4) para que o sindicato suscitado se abstenha de promover interdição de vias de acesso aos canteiros de obras das empresas representadas pelo suscitante. Em caso de descumprimento de qualquer das condições impostas, comino multa no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) por cada obrigação inadimplida, cumulativamente, diária, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador (art. 11, VI, da Lei nº 7.998/90)" (ID. d07ca5a), decisão esta da qual o suscitado foi devidamente intimado em 27.06.2016, como se constata na certidão de Id. ID. 72970b2"

Falta, portanto, ao embargante interesse para manejar os presentes embargos de declaração.

Ainda que assim não fosse, apenas por ocasião do cumprimento da decisão que fixou a *astreinte* é que seria apurado o valor eventualmente devido, lembrando-se que o beneficiário da multa somente continuará tendo direito a ela se sagrar-se vencedor no objeto da demanda. Ou seja, caso venha a sucumbir, não terá direito à multa ou, se já a tiver recebido, deverá devolver.

Neste sentido o entendimento do saudoso Ministro Teori Albino Zavascki, ao atribuir efeito *ex tunc* à decisão que revoga medida antecipatória (*Antecipação de Tutela*. 7. ed. Saraiva, 2009. p. 104), retroagindo os efeitos da decisão concedida em antecipação de tutela.

Assim, inexistindo omissão a ser sanada, impõe-se sejam rejeitados

os declaratórios. (fl. 1363)

Constata-se, portanto, que o TRT analisou os embargos de declaração nos termos pleiteados pelo embargante; todavia, entendeu que faltaria interesse recursal ao suscitante, em relação à multa mencionada, haja vista que ela se destinava ao FAT.

Assim, não há falar que a prestação jurisdicional tenha sido negada, não se tendo por violados os arts. 93, IX, da CF; 489 do CPC; e 832 da CLT.

Acrescenta-se que, embora o TRT tivesse se omitido acerca da aplicação da multa, o exame do recurso ordinário nesta Instância Superior não está adstrito aos fundamentos da decisão, porquanto o efeito devolutivo em profundidade, que se extrai do § 1º do art. 1.013 do CPC, transfere à Corte *ad quem* o conhecimento de toda a matéria discutida no feito. Nesse sentido dispõe a Súmula nº 393 do TST.

Rejeito a preliminar.

2. DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO LIMINAR, PROFERIDA NO BOJO DA TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE. LOCAL DE REUNIÃO COM OS TRABALHADORES. MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO DA MULTA IMPOSTA NA LIMINAR.

O Tribunal Regional declarou a abusividade da greve em face do descumprimento, pelo Sindicato profissional, da decisão judicial que determinou à entidade de classe suscitada, em sede de liminar, que suspendesse a prática de reuniões numa distância de 100 metros dos canteiros de obras das empresas representadas pelo autor e que se abstinhasse de promover a interdição de vias de acesso aos canteiros de obras daquelas mesmas empresas.

Instado por meio dos embargos de declaração a se manifestar sobre a aplicação da multa cominada na liminar, em caso de descumprimento das determinações, entendeu faltar interesse ao embargante, visto que a multa fora fixada em favor do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, além de que, apenas por ocasião do cumprimento da decisão que fixou a *astreinte* é que seria apurado o valor eventualmente devido, lembrando que o beneficiário da multa somente continuaria tendo direito a ela se se sagsse vencedor no objeto da demanda (fl.1363).

Sustenta o suscitante, às fls. 1381/1386, que o Sindicato profissional praticou atos abusivos, em total inobservância às ordens emanadas em sede de liminar. Aduz que o suscitado promoveu reuniões de trabalhadores, no dia 29/6/2016, no canteiro de obras da Construtora Ferreira Guedes, e nos dias 30/6/2016 e 4/7/2016, dentro do canteiro de obras do VLT - Veículos sobre

Trilhos, além de que houve a paralisação total das atividades, no dia 30/6/2016, conforme ata notarial e registros de ponto acostados aos autos, notícia publicada no Jornal O Povo e informação constante do site do SINTEPAV/CE. Conforme afirma, deve ser aplicada a multa, ao suscitado, por descumprimento das obrigações de fazer e de não fazer, nos seguintes moldes: a) R\$5.000,00 pela prática de cinco reuniões, em distâncias inferiores a 100 metros, em cinco canteiros de obras, nos três dias apontados; b) R\$1.000,00 pela obstaculização do tráfego do ônibus que transporta os empregados; e c) R\$183.000,00 pelo impedimento a entrada, nos locais de trabalho, de 183 empregados.

Ao exame.

Observa-se que o pedido liminar foi deferido, em parte, nos seguintes termos:

Diante do exposto, *ad cautelam*, **DEFIRO PARCIALMENTE** a liminar requerida:

- 1) para que a entidade suscitada suspenda a prática de reuniões ou assembleias numa distância de 100 (cem) metros dos canteiros de obras das empresas representadas pelo autor, bem como obstaculizar o tráfego de ônibus que transportam os empregados das mesmas;
- 2) para que o suscitado se abstenha de impedir o acesso ao local de trabalho, bem como o acesso dos empregados que desejam trabalhar;
- 3) para que se abstenha de qualquer ato danoso ao patrimônio das empresas representadas pelo sindicato patronal, ora suscitante;
- 4) para que o sindicato suscitado se abstenha de promover interdição de vias de acesso aos canteiros de obras das empresas representadas pelo suscitante.

Em caso de descumprimento de qualquer das condições impostas, comino multa no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) por cada obrigação inadimplida, cumulativamente, diária, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador (art. 11, VI, da Lei nº 7.998/90). (fls. 164)

A fixação da multa diária por descumprimento da obrigação de fazer - as *astreintes* -, imposta em decisão judicial liminar nos casos dos dissídios coletivos de greve, encontra amparo não só no art. 12 da Lei nº 7.783/1989 - no pertinente à greve deflagrada em serviços essenciais -, mas também nos arts. 536 e 537 do CPC, e tem como objetivo proteger a população de situações que atentem contra a sua sobrevivência, saúde ou segurança, e também garantir a efetividade da decisão judicial, de forma a desestimular os entes sindicais a agirem conforme suas conveniências, sem respeitar as ordens emanadas. Portanto, a multa apresenta natureza

mandamental de forçar a parte ao cumprimento de uma determinação.

No caso em tela, consta à fl. 161 da liminar, que *o comando judicial para abstenção de atos decorrentes da contenda paredista (...) visa mitigar possíveis exacerbações no curso do movimento, garantindo-lhe a licitude salutar para ambas as partes.*

Portanto, embora a multa tenha sido destinada ao FAT, e o sindicato patronal não seja diretamente beneficiado de sua aplicação, o segmento econômico tem total interesse em ver cumpridas determinações judiciais - de forma a que a continuidade dos serviços seja mantida e sejam evitados maiores transtornos ao empregador e à sociedade -, bem como no sentido de que a multa seja aplicada, em caso de descumprimento, para inibir a conduta desrespeitosa do sindicato no caso de futuras paralisações.

Consoante já assentado quando do exame do recurso do sindicato profissional suscitado, os registros constantes da Ata Notarial, datada de 29/6/2016 (fls. 186/187), lavrada por escrevente autorizado do 8º Tabelionato de Notas de Fortaleza (Cartório Aguiar), levaram à conclusão de que, naquele dia, o sindicato profissional descumpriu a determinação proferida em sede de liminar, quanto à suspensão da prática de reuniões ou assembleias de trabalhadores numa distância de 100 metros dos canteiros de obras das empresas representadas pelo suscitante.

Contudo, os elementos trazidos aos autos não lograram demonstrar o descumprimento em relação aos outros dias mencionados pelo recorrente, quais sejam 30/6/2016 e 4/7/2016; também não comprovam a desobediência às ordens emanadas, no sentido de que o suscitado se abstivesse de impedir o acesso de veículos e de empregados que desejassem laborar, tampouco que a conduta do sindicato se mostrasse de forma contrária ao determinado.

O Boletim de Ocorrência (fl. 190) não serve como meio de prova, porque diz respeito a relatos de empregado de empresa representada pelo suscitante, constituindo-se em prova unilateral. As fotos trazidas aos autos, às fls. 1383/1385, além de não permitirem concluir que tivessem sido tiradas depois da data da concessão parcial da liminar, não atestam os fatos alegados pelo recorrente de que, nos dias 30/6/2016 e 4/7/2017, membros do sindicato tivessem reunido trabalhadores nos canteiros de obras do Consórcio VLT; de que o mestre de obras da empresa tivesse sofrido ameaças físicas (com pedras e pedaço de barrote), por não obrigar os trabalhadores a paralisarem suas atividades, além de não demonstrarem que o sindicato não tivesse adotado a forma pacífica para persuadir os empregados a aderirem à greve, ou, ainda, que tivesse se utilizado de meios tendentes a violar ou constranger direitos de garantias fundamentais dos trabalhadores e de terceiros, de forma a contrariar o disposto no art. 6º da Lei de Greve.

Acrescenta-se que os artigos divulgados nos sites de notícias mencionados pelo recorrente não oferecem elementos que deem suporte às suas alegações.

A reportagem da Internet, com a identificação do Jornal O Povo, que a teria produzido (fl. 1166), noticia apenas que *os trabalhadores da construção pesada paralisaram as atividades em três canteiros de obras da capital cearense, na manhã desta quinta-feira, 30. A mobilização faz parte da campanha salarial da categoria, que reivindica reajuste de 25%, cesta-básica de R\$ 450, dentre outros benefícios. Esse foi o segundo dia de paralisação nos canteiros de obras do viaduto da Raul Barbosa, túnel da avenida Padre Antônio Thomaz e viaduto da Aguanambi, que também teve as atividades interrompidas na manhã de quarta-feira, 29. (...).*

A reportagem do Portal do SINTEPAV/CE, datada de 30/6/2017 (fl. 1166), da mesma forma relata a paralisação nos seis trechos da VLT - Veículos sobre Trilhos em Fortaleza, devido ao não fechamento da CCT 2016/2017.

A liminar, no entanto, não determinou a suspensão total das paralisações e/ou que houvesse o retorno dos trabalhadores grevistas. Dispôs, apenas, sobre o local em que o sindicato profissional poderia reunir os trabalhadores e exigiu que ele se abstivesse de impedir o acesso ao local de trabalho, daqueles empregados que desejassem laborar; de praticar qualquer ato danoso ao patrimônio das empresas representadas pelo sindicato suscitante; e de promover interdição de vias de acesso aos canteiros de obras das empresas representadas pelo suscitante, não restando comprovada nos autos a desobediência do ente sindical profissional.

Do contexto probatório, somente se conclui pelo descumprimento da ordem liminar no concernente ao local das reuniões de trabalhadores - que, segundo a decisão, só poderiam ocorrer a uma distância mínima de cem metros do canteiro de obras -, e apenas no dia 29/6/2016, na obra da Construtora Ferreira Guedes, devendo ser aplicada a respectiva multa, cujo valor de R\$1.000,00, arbitrado no Regional, a meu juízo, se mostra proporcional e razoável.

Nesse contexto, **dou provimento parcial** ao recurso para manter a condenação da multa, imposta na liminar de fls. 159/164, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) pela obrigação inadimplida, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

3. DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO PROFERIDA EM TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE. CONTINGENTE MÍNIMO DE TRABALHADORES PARA O LABOR, DURANTE A PARALISAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO

Conforme já relatado, o Sindicato das Empresas ajuizou ação declaratória de greve - analisada pelo Regional como dissídio coletivo de greve - com pedido de tutela de urgência de natureza cautelar em caráter antecedente, objetivando, no bojo da tutela de urgência, a fixação de medidas restritivas à atuação do sindicato, de forma a que não houvesse a paralisação dos serviços e, em sede definitiva, a declaração de abusividade da greve e condenação do suscitado ao pagamento de danos materiais.

As medidas restritivas pretendidas foram concedidas parcialmente, sob a forma de liminar da tutela de urgência em caráter antecedente (fls. 159/164), segundo considerações constantes do tópico anterior. Ocorre que, posteriormente, em nova manifestação, às fls. 171/179, o sindicato patronal suscitante informou que, ainda que houvesse liminar vigente, com restrições ao sindicato profissional em relação ao movimento grevista, as ordens não estavam sendo cumpridas e que o suscitado continuava a manter sua conduta abusiva, incitando a paralisação dos trabalhadores. Sustentou que não houve nenhum consenso das partes sobre o percentual mínimo de trabalhadores nas obras, durante a paralisação. Afirmou que a paralisação total dos trabalhadores impossibilitava a continuidade das obras de infraestrutura e mobilidade urbanas, que estavam sendo executadas para atender as necessidades da população, e que o atraso na entrega das obras estaria acarretando mudanças de fluxos no trânsito da capital, gerando intensos congestionamentos e, consequentemente trazendo insegurança à população. Requereu, ainda em sede de tutela de urgência de natureza cautelar em caráter antecedente, a fixação do percentual mínimo de 80% de trabalhadores, a fim de dar continuidade aos serviços, principalmente nos canteiros de obras da Empresa Construtora Ferreira Guedes e do Consórcio VLT Fortaleza - AZV/Esquadro e Subcontratadas, sob pena do pagamento de multa diária no importe de R\$10.000,00 (dez mil reais).

O Desembargador Relator do processo deferiu, em parte, o pedido, assim dispondo:

4 - O Novo Código de Processo Civil de 2015 passou a disciplinar as tutelas provisórias a partir do art. 294, divididas em urgência e evidência, cautelar ou antecipada e, ainda, em caráter antecedente ou incidental. Já as tutelas de urgência estão previstas a partir do art. 300 do CPC de 2015, nos seguintes termos:

'Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

[...]

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.'

4. 1. Examinados a petição inicial e os documentos a ela acostados, vislumbro a presença dos requisitos previstos no art. 300 do CPC.

4.2. O direito de greve, assegurado no art. 9º da Constituição Federal e na Lei 7.783/89, deve ser exercido de forma temporária e pacífica, quando frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral.

4.3. Os documentos Id 56f3a1f, Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária, e ID 124beba, Ata de Reunião de Negociação de Convenção Coletiva de Trabalho - 2016/2017, realizada em 09 de junho de 2016, revelam que até data da referida reunião, o processo de negociação coletiva entre o Sindicato Patronal e o Sindicato Obreiro encontra-se em andamento, não havendo comprovação nos autos de frustração da referida negociação.

Ante o exposto, considerando que as obras de mobilidade urbana necessitam ser executadas com brevidade, pois resultam no direito de ir e vir da população desta Capital e adjacências; considerando que a paralisação total dos trabalhadores acarreta prejuízos de ordem financeira e social, circunstâncias que tipificam as hipóteses do art. 300 do CPC, considerando, afinal, o que mais consta dos autos, **defiro**, em parte, o pedido de antecipação de tutela, determinando ao **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLANAGEM DO CEARÁ - SINTEPAV** convocar, no prazo de 48 horas, a partir da ciência desta decisão, os trabalhadores para que retornem ao trabalho nas obras de infraestrutura/mobilidade urbana, a saber, canteiro de obras da empresa Construtora Ferreira Guedes (Túnel da Avenida Padre Antônio Tomas, Viaduto da Aguanambi e Viaduto da Avenida Raul Barbosa) e canteiro de obras do Consórcio VLT FORTALEZA - AZVI/ESQUADRO e Subcontratadas (VLT Fortaleza - Ceará), em número equivalente ao percentual de 60% (sessenta por cento), sob pena do pagamento de multa diária no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na hipótese de descumprimento da determinação, em favor do autor. (fls. 416/517 - grifos no original)

Alega o suscitante, às fls. 1386/1387 de seu recurso ordinário, que, nos dias 9 e 11/10/2017, houve o descumprimento da decisão com a paralisação total das atividades no canteiro de obras da VLT, com a presença de dirigente do sindicato no local, e que tais fatos podem ser comprovados por meio da documentação juntada aos autos, inclusive ata notarial. Requer seja aplicada a multa ao sindicato profissional, em face da paralisação total por parte dos trabalhadores.

Ao exame.

O acórdão regional nada falou sobre a observância, ou não, pelo Sindicato profissional, do contingente mínimo de trabalhadores, fixado na decisão proferida em sede de tutela de urgência de natureza cautelar em caráter antecedente, declarando a abusividade da greve apenas com base no descumprimento das determinações proferidas na liminar.

De outro lado, o contexto probatório dos **autos não permite comprovar a desobediência às ordens emanadas.**

Os registros fotográficos, juntados às fls. 1386/1387, conquanto possam demonstrar a presença de trabalhadores fora de seus postos de trabalho, não demonstram que o percentual fixado na tutela de urgência deferida não tenha sido observado, de forma a atrair a aplicação da multa.

De outro lado, a ata notarial de fls. 1336/1337, embora datada de 10 de outubro de 2017, descreve fatos ocorridos e constatados pelo escrevente do 8º Tabelionato de Notas de Fortaleza (Cartório Aguiar), no dia 9/7/2017, data que em nada condiz com aquelas mencionadas pelo recorrente, nas razões recursais, quais sejam os dias 9 e 11/10/2017.

Eis o teor da ata:

SAIBAM quantos este público instrumento virem, que nesta data, aos 10 (dez) dias do mês de outubro do ano de 2017 (dois mil e dezessete), atendendo solicitação de ENES CERQUEIRA SANTIAGO (...) eu, THIAGO BATISTA DINIZ, lavrei esta ATA NOTARIAL na qualidade de escrevente autorizado pelo Oitavo Tabelião de Notas de Fortaleza Ceará, para registrar que constatei, para os devidos fins, os fatos a seguir narrados: 1º) Que em 09/07/2017, às 15h10min, acompanhando o Sr. José Manoel Cardoso Parreira (...), a pedido do SOLICITANTE, compareci ao cruzamento da Av. Borges de Melo com a Rua Engenheiro Edmundo Almeida Filho, onde, conforme observei, estava instalado o canteiro de obras do Metrô de Fortaleza, ramal Parangaba - Mucuripe, Trecho Estação I, com o fim de constatar um movimento grevista de operários no local. Conforme declaração do SOLICITANTE a obra estaria sendo executada pelo CONSÓRCIO

VLT FORTALEZA (AZVI-SQUADRO), adiante simplesmente CONSÓRCIO, em cumprimento ao contrato celebrado com a Secretaria Municipal de Infraestrutura da cidade de Fortaleza - CE. 2º) Ao chegar, verifiquei que a obra estava paralisada apesar de haver vários operários no local, alguns se encontravam reunidos em volta do líder sindical Arquimedes e outros no refeitório; segundo me informou o Sr. Guilherme de Souza Cochone (...). que se apresentou como engenheiro responsável pelo canteiro de obras, todos aguardavam o representante do CONSÓRCIO para tratar das reivindicações dos operários. E nada mais a ser constatado, me retirei do local, às 15h55min e os operários continuaram fora dos seus postos de trabalho, mantendo a obra paralisada. (...) (fl. 1336)

Portanto, ainda que a data aposta - 9/7/2017 - possa ter sido equivocada, não há como considerar os registros consignados na ata notarial de fls. 1336/1337.

Acrescenta-se que, na audiência de conciliação realizada em 13/7/2016 (fls. 1114/1115), foi determinado ao Sindicato suscitante (SINCONPE) que juntasse aos autos a relação de trabalhadores que prestavam seus serviços para o Consórcio VLT, e para suas subcontratadas, a fim de que o sindicato profissional (SINTEPAV) pudesse garantir a efetividade da liminar.

As relações foram juntadas às fls. 1150/1158.

Assim, para fins de comprovação do não cumprimento, pelo sindicato profissional, do contingente mínimo de trabalhadores, relativos ao percentual de 50%, durante a paralisação, **bastaria ao Sindicato patronal ter anexado aos autos os registros de ponto dos empregados das empresas por ele representadas, relativos às datas mencionadas, o que não fez.**

Pelo exposto, **nego provimento** ao recurso.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade: I - **conhecer** do recurso interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral do Estado do Ceará - SINTEPAV e, no mérito, **negar-lhe provimento**; II - **conhecer** do recurso ordinário interposto pelo Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Ceará - SINCONPE; **rejeitar** a preliminar de nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, e, no mérito: a) **por maioria**, vencidos os Exmos. Ministros Maurício Godinho Delgado e Kátia Magalhães Arruda, dar provimento parcial ao recurso, em relação à obrigação descumprida, relativa ao local de reuniões dos trabalhadores, para manter a condenação da multa imposta na

liminar, no valor de R\$1.000,00, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; e b) à unanimidade, **negar provimento** ao recurso quanto à aplicação da multa pelo descumprimento da decisão proferida na tutela de urgência de natureza cautelar em caráter antecedente, relativa ao contingente mínimo de trabalhadores para o labor, durante a paralisação.

Brasília, 10 de dezembro de 2018.

Dora Maria da Costa

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Dora Maria da Costa

Ministra Relatora

Processo Nº RO-1001155-20.2015.5.02.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Recorrente e Recorrido	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINICESP
Advogado	Dr. César Augusto Del Sasso(OAB: 85151/SP)
Recorrente e Recorrido	SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAESP E OUTRO
Advogada	Dra. Elimara Aparecida Assad Sallum(OAB: 74970/SP)
Recorrente e Recorrido	SINDICATO DAS EMPRESAS LOCADORAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DE SÃO PAULO
Advogada	Dra. Vera Lúcia dos Santos Menezes(OAB: 75566/SP)
Recorrente e Recorrido	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE GRANDES ESTRUTURAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDUSCON
Advogada	Dra. Rosilene Carvalho Santos(OAB: 151663/SP)
Recorrente e Recorrido	MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE
Advogado	Dr. Marcelo Oliveira Rocha(OAB: 113887/SP)
Recorrente e Recorrido	MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ
Procurador	Dr. Rodrigo Santos Emanuele
Recorrente e Recorrido	MUNICÍPIO DE JACUPIRANGA
Procurador	Dr. Fernanda Pinheiro de Souza
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE CAFÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDAMAR
Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE ELDORADO
Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE JUQUIÁ
Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU
Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE BERTIOGA
Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE IGUAPE
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Recorrido(s)	SINDICATO DOS AGENTES DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE ITARIRI
Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE PERUÍBE
Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE REGISTRO
Advogado	Dr. Demetrius Oliveira de Macedo(OAB: 305997/SP)
Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE MIRACATU
Recorrido(s)	SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SANTOS E REGIÃO
Advogado	Dr. Cleber Fabiano Martim(OAB: 180554/SP)
Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE SETE BARRAS
Recorrido(s)	SINDICATO DOS ARMAZÉNS GERAIS E DAS EMPRESAS DE MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO
Recorrido(s)	FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Advogado	Dr. Delano Coimbra(OAB: 40704/SP)
Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE CUBATÃO
Recorrido(s)	SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DA BAIXADA SANTISTA - SESCON BAIXADA SANTISTA
Advogado	Dr. Delano Coimbra(OAB: 40704/SP)
Recorrido(s)	SINCAMESP SINDICATO DO COMERCIO ATACADISTA DE DROGAS MEDICAMENTOS CORRELATOS PERFUMARIAS COSMETICOS E ARTIGOS DE TOUCADOR NO ESTADO DE SAO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
Advogado	Dr. Sérgio Sznifer(OAB: 92441/SP)
Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE CANANÉIA
Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA, IMPORTADOR E EXPORTADOR DE FRUTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DAS AUTO MOTO ESCOLAS E CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES NO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINCOMACO - SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA, IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E MATERIAL ELETRETIPO NO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA, IMPORTADOR E EXPORTADOR DE PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE SACARIA EM GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE VIDRO, PLANOCRISTALIS E ESPÊLHOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Recorrido(s)	SICAP - SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA, IMPORTADOR, EXPORTADOR E DISTRIBUIDOR DE PEÇAS, ROLAMENTOS, ACESSÓRIOS E COMPONENTES PARA INDÚSTRIA E PARA VEÍCULOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Advogado	Dr. Celestino Venâncio Ramos(OAB: 35873/SP)
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE SUCATA FERROSA E NÃO FERROSA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DAS EMPRESAS DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE TECIDOS, VESTUÁRIOS E ARMARINHOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Advogado	Dr. Alexandre de Calais(OAB: 128086/SP)
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, LAVA-RÁPIDO E ESTACIONAMENTO DE SANTOS E REGIÃO - RESAN	Recorrido(s)	SINDICATO DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE JORNAIS E REVISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
Advogado	Dr. Rodrigo de Farias Julião(OAB: 174609/SP)	Recorrido(s)	SINDICATO DAS EMPRESAS LOCADORAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DA BAIXADA SANTISTA	Advogada	Dra. Vera Lúcia dos Santos Menezes(OAB: 75566/SP)
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DOS FEIRANTES DO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DAS EMPRESAS ADMISTRADORA DE BENS E CONDOMÍNIOS DE SANTOS
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DAS EMPRESAS DE REFEIÇÃO CONVÊNIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E CIENTÍFICO NO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TURISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO E APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DAS EMPRESAS DE GARAGENS E ESTACIONAMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO COME VAREJ PEÇAS ACESSÓRIOS VEÍCULOS EST SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DOS EXPORTADORES E IMPORTADORES DE GRÃOS E OLEAGINOSAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DO COM. VAREJ. PROD. FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE SANTOS
Recorrido(s)	SINDICATO COM VAR DE VEICAUTOMOTORES USADOS ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ABRASIVOS DOS ESTADOS DE SÃO PAULO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, ESPÍRITO SANTO, PARANÁ, SANTA CATARINA E PERNAMBUCO
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES FRESCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SIAGESP -SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ADUBOS E CORRETIVOS AGRÍCOLAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA ALIMENTAR DE CONGELADOS, SUPERCONGELADOS, SORVETES, CONCENTRADOS E LIOFILIZADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO DE VENDAS AMBULANTES DA BAIXADA SANTISTA	Recorrido(s)	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE APARELHOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ÓPTICO, FOTOGRAFICO E CINEMATOGRAFICO NO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE COURO NO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICOMIS -SINDICATO DOS COMISSARIOS DE DESPACHOS, AGENTES DE CARGA E LOGÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Advogada	Dra. Renata Delcelo Von Eye(OAB: 127122/SP)
Recorrido(s)	SINDICATO DOS COMISSÁRIOS E CONSIGNATÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINCOESP	Recorrido(s)	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE FERRO, METAIS E FERRAMENTAS EM GERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DOS CEMITÉRIOS E CREMATÓRIOS PARTICULARES DO BRASIL - SINCEP	Advogada	Dra. Renata Delcelo Von Eye(OAB: 127122/SP)
Recorrido(s)	SINDICATO DOS DESPACHANTES DOCUMENTALISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE METAIS NÃO FERROSOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAMFESP
Recorrido(s)	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE COMERCIAL DE CARGA DO LITORAL PAULISTA	Advogada	Dra. Renata Delcelo Von Eye(OAB: 127122/SP)
		Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAPAPECO
		Recorrido(s)	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE BORRACHA E DA REFORMA DE PNEUS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ARTIGOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES DO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO TRIGO NO ESTADO DE SÃO PAULO
Advogada	Dra. Renata Delcelo Von Eye(OAB: 127122/SP)	Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE DOCES E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDÓLEO -SINDICATO DA INDÚSTRIA DE AZEITE E ÓLEOS ALIMENTÍCIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA ENERGIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIENERGIA
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS EM GERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO	Advogada	Dra. Renata Delcelo Von Eye(OAB: 127122/SP)
Advogada	Dra. Renata Delcelo Von Eye(OAB: 127122/SP)	Recorrido(s)	SIETEX-SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ESPECIALIDADES TÊXTEIS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CAFÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ESQUADRIAS E CONSTRUÇÕES METÁLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIESCOMET
Recorrido(s)	SINDICAL SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CALCÁREO E DERIVADOS PARA USO AGRÍCOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE ESTAMPARIA DE METAIS - SINIEM
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MINERAÇÃO DE AREIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDAREIA
Advogada	Dra. Renata Delcelo Von Eye(OAB: 127122/SP)	Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE FIBRAS VEGETAIS E DO DESCAROÇAMENTO DO ALGODÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CERÂMICA DE LOUÇA DE PÓ DE PEDRA, DA PORCELANA E DA LOUÇA DE BARRO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDILOUÇA	Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CERÂMICA PARA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDITEXTIL - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM EM GERAL, TINTURARIA, ESTAMPARIA E BENEFICIAMENTO, DE LINHAS,ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO, DE NÃO TECIDOS E DE FIBRAS ARTIFICIAIS E SINTÉTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA SANITÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDICERÂMICA	Advogada	Dra. Renata Delcelo Von Eye(OAB: 127122/SP)
Recorrido(s)	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PAINÉIS DE MADEIRA RECONSTITUÍDA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FUNDAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIFESP
Recorrido(s)	SINDICATO INDÚSTRIA DE CHAPÉUS NO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FUNILARIA E MÓVEIS DE METAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIFUMESP
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL NO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CONDUTORES ELÉTRICOS, TREFILAÇÃO E LAMINAÇÃO DE METAIS NÃO FERROSOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Advogada	Dra. Renata Delcelo Von Eye(OAB: 127122/SP)
Advogada	Dra. Renata Delcelo Von Eye(OAB: 127122/SP)	Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE GÁS HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE GRANDES ESTRUTURAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	Advogada	Dra. Renata Delcelo Von Eye(OAB: 127122/SP)
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CORDOALHA E ESTOPA NO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E DE BRINQUEDOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIMB
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DO CURTIMENTO DE COURO E PELES NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDICOURO	Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE JOALHERIA, BIJUTERIA E LAPIDAÇÃO DE GEMAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIJOIAS
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINICESP	Recorrido(s)	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDLEITE E OUTROS
Advogado	Dr. César Augusto Del Sasso(OAB: 85151/SP)	Advogado	Dr. Renata Delcelo Von Eye(OAB: 127122-A/SP)
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE EXPLOSIVOS NO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE LÂMPADAS E APARELHOS ELÉTRICOS DE ILUMINAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDILUX
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO		
Advogada	Dra. Renata Delcelo Von Eye(OAB: 127122/SP)		
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FUMO NO ESTADO DE SÃO PAULO		

Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MALHARIA E MEIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIMMESP	Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE PAPEL, PAPELÃO, ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINAPEL
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MANDIOCA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIMESP	Recorrido(s)	SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - SINDIGÁS
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MÁRMORES E GRANITOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIMAGRAN	Advogado	Dr. Mário Sérgio de Mello Ferreira(OAB: 58500/SP)
Recorrido(s)	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO NACIONAL DOS ADMINISTRADORES DE CONSORCIO
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL PLÁSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIPLAST	Recorrido(s)	SINDICATO DOS PERMISSIONÁRIOS EM CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINCAESP
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDISEG	Recorrido(s)	SINDICATO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS E DAS EMPRESAS DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIRCESP
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MECÂNICA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DAS EMPRESAS LOCADORAS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLENAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - SELEMAT
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO DE PEDRA BRITADA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIPEDRAS	Recorrido(s)	SINDICATO DAS EMPRESAS E PROPRIETÁRIOS DE SERVIÇOS DE REBOQUE, RESGATE, GUINCHO E REMOÇÃO DE VEÍCULOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE JUNCO E VIME E VASSOURAS E DE ESCOVAS E PINÇES DO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDHOSP
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE SANTOS	Advogado	Dr. Erika Alves Batistella(OAB: 324724/SP)
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PAPEL, CELULOSE E PASTA DE MADEIRA PARA PAPEL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIP	Recorrido(s)	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS ELETRO ELETRÔNICAS DA BAIXADA SANTISTA
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DO PAPELÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINPESP	Recorrido(s)	SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL - FACTORING DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PERFUMARIA E ARTIGOS DE TOUCADOR NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIPATESP	Recorrido(s)	SINDICATO DOS BANCOS NOS ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, ACRE, AMAZONAS, PARÁ, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA PESCA NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIPEP	Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE SANTOS
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DOS PRODUTOS DE CIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO	Recorrido(s)	MUNICÍPIO DE ITANHAÉM
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE CACAU, CHOCOLATES, BALAS E DERIVADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICAB	Recorrido(s)	SINDICATO DE COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁLCOOL E BEBIDAS EM GERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS PRODUTORAS DE FERROLIGAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINIFESP	Recorrido(s)	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA FINS INDUSTRIAIS E DA PETROQUÍMICA NO ESTADO DE SÃO PAULO	Advogada	Dra. Renata Delcelo Von Eye(OAB: 127122/SP)
Advogada	Dra. Elisa Jaques(OAB: 249285/SP)	Recorrido(s)	SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE BIJUTERIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Recorrido(s)	SINDICATO DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO MASCULINO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIROUPAS	Recorrido(s)	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE COMERCIAL DE CARGA DO LITORAL PAULISTA - SINDISAN
Recorrido(s)	SINDICATO DOS INSTITUTOS DE BELEZA E CABELEIREIROS DE SENHORAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Advogado	Dr. Celestino Venâncio Ramos(OAB: 35873/SP)
Recorrido(s)	SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA ÓPTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO	Intimado(s)/Citado(s):	
		- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	
		- FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO	

- MUNICÍPIO DE BERTIOGA
- MUNICÍPIO DE CANANÉIA
- MUNICÍPIO DE CUBATÃO
- MUNICÍPIO DE ELDORADO
- MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
- MUNICÍPIO DE IGUAPE
- MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA
- MUNICÍPIO DE ITANHAÉM
- MUNICÍPIO DE ITARIRI
- MUNICÍPIO DE JACUPIRANGA
- MUNICÍPIO DE JUQUIÁ
- MUNICÍPIO DE MIRACATU
- MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ
- MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU
- MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO
- MUNICÍPIO DE PERUÍBE
- MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE
- MUNICÍPIO DE REGISTRO
- MUNICÍPIO DE SANTOS
- MUNICÍPIO DE SETE BARRAS
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
- SIACESP - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ADUBOS E CORRETIVOS AGRÍCOLAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SICAP - SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA, IMPORTADOR, EXPORTADOR E DISTRIBUIDOR DE PEÇAS, ROLAMENTOS, ACESSÓRIOS E COMPONENTES PARA INDÚSTRIA E PARA VEÍCULOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- SIETEX-SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ESPECIALIDADES TÊXTEIS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINCAMESP SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE DROGAS MEDICAMENTOS CORRELATOS PERFUMARIAS COSMÉTICOS E ARTIGOS DE TOUCADOR NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINCOMACO - SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA, IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E MATERIAL ELETRÉTICO NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICAL SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CALÇAREO E DERIVADOS PARA USO AGRÍCOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO COM VAR DE VEICAUTOMOTORES USADOS ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO COME VAREJ PECAS ACESSORIOS VEICULOS EST SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDUSTRIA DA ENERGIA NO ESTADO DE SAO PAULO - SINDIENERGIA
- SINDICATO DA INDÚSTRIA ALIMENTAR DE CONGELADOS, SUPERCONGELADOS, SORVETES, CONCENTRADOS E LIOFILIZADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CERÂMICA DE LOUÇA DE PÓ DE PEDRA, DA PORCELANA E DA LOUÇA DE BARRO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDILOUÇA
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CERÂMICA PARA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE GRANDES ESTRUTURAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE GRANDES ESTRUTURAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDUSCON
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINICESP
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE FIBRAS VEGETAIS E DO DESCAROÇAMENTO DO ALGODÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MALHARIA E MEIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIMMESP
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MANDIOCA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIMESP
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DA PESCA NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIPEP

- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ABRASIVOS DOS ESTADOS DE SÃO PAULO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, ESPÍRITO SANTO, PARANÁ, SANTA CATARINA E PERNAMBUCO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE COURO NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE METAIS NÃO FERROSOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAMFESP
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAPAPECO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ARTIGOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES DO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS EM GERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CAFÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CONDUTORES ELÉTRICOS, TREFILAÇÃO E LAMINAÇÃO DE METAIS NÃO FERROSOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CORDOALHA E ESTOPA NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE DOCES E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE EXPLOSIVOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIFESP
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FUNILARIA E MÓVEIS DE METAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIFUMESP
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE GÁS HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE JOALHERIA, BIJUTERIA E LAPIDAÇÃO DE GEMAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIJOIAS
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE LÂMPADAS E APARELHOS ELÉTRICOS DE ILUMINAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDILUX
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDISEG
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL PLÁSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIPLAST
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MECÂNICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO DE PEDRA BRITADA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIPEDRAS
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MÁRMORES E GRANITOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIMAGRAN
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE JUNCO E VIME E VASSOURAS E DE ESCOVAS E PINCÉIS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE SANTOS
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PAPEL, CELULOSE E PASTA DE MADEIRA PARA PAPEL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIP
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PERFUMARIA E ARTIGOS DE TOUCADOR NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIPATESP
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE CACAU, CHOCOLATES, BALAS E DERIVADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICAB
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA FINS INDUSTRIAIS E DA PETROQUÍMICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAESP E OUTRO
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DO CURTIMENTO DE COURO E PELES NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDICOURO

- SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FUMO NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DA INDÚSTRIA DO PAPELÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINPESP

- SINDICATO DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO MASCULINO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIROUPAS

- SINDICATO DA INDÚSTRIA DOS PRODUTOS DE CIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDAMAR

- SINDICATO DAS AUTO MOTO ESCOLAS E CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS EMPRESAS ADMISTRADORA DE BENS E CONDOMÍNIOS DE SANTOS

- SINDICATO DAS EMPRESAS DE GARAGENS E ESTACIONAMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS EMPRESAS DE REFEIÇÃO CONVÊNIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DA BAIXADA SANTISTA - SESCON BAIXADA SANTISTA

- SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS EMPRESAS DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE COMERCIAL DE CARGA DO LITORAL PAULISTA

- SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE COMERCIAL DE CARGA DO LITORAL PAULISTA - SINDISAN

- SINDICATO DAS EMPRESAS DE TURISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE JORNAIS E REVISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS EMPRESAS E PROPRIETÁRIOS DE SERVIÇOS DE REBOQUE, RESGATE, GUINCHO E REMOÇÃO DE VEÍCULOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS EMPRESAS LOCADORAS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLENAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - SELEMAT

- SINDICATO DAS EMPRESAS LOCADORAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE APARELHOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE BORRACHA E DA REFORMA DE PNEUS NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE FERRO, METAIS E FERRAMENTAS EM GERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA SANITÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDICERÂMICA

- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ESQUADRIAS E CONSTRUÇÕES METÁLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIESCOMET

- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS E DE BRINQUEDOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIMB

- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDLEITE E OUTROS

- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MINERAÇÃO DE AREIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDAREIA

- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PAINÉIS DE MADEIRA RECONSTITUÍDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO TRIGO NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS ELETRO ELETRÔNICAS DA BAIXADA SANTISTA

- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS PRODUTORAS DE FERROLIGAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINIFESP

- SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL - FACTORING DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DE COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁLCOOL E BEBIDAS EM GERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE SANTOS

- SINDICATO DO COM. VAREJ. PROD. FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE BIJUTERIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE CAFÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE PAPEL, PAPELÃO, ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINAPEL

- SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE SACARIA EM GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE SUCATA FERROSA E NÃO FERROSA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE TECIDOS, VESTUÁRIOS E ARMARINHOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE VIDRO, PLANOCRISTAIS E ESPELHOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA, IMPORTADOR E EXPORTADOR DE FRUTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA, IMPORTADOR E EXPORTADOR DE PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO DE VENDAS AMBULANTES DA BAIXADA SANTISTA

- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DA BAIXADA SANTISTA

- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES FRESCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, LAVA-RÁPIDO E ESTACIONAMENTO DE SANTOS E REGIÃO - RESAN

- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO E APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E CIENTÍFICO NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ÓPTICO, FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRAFICO NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DOS FEIRANTES DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DOS AGENTES DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DOS ARMAZÉNS GERAIS E DAS EMPRESAS DE MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DOS BANCOS NOS ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, ACRE, AMAZONAS, PARÁ, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA

- SINDICATO DOS CEMITÉRIOS E CREMATÓRIOS PARTICULARES DO BRASIL - SINCEP

- SINDICATO DOS COMISSÁRIOS E CONSIGNATÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINCOESP

- SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SANTOS E REGIÃO

- SINDICATO DOS DESPACHANTES DOCUMENTALISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DOS EXPORTADORES E IMPORTADORES DE GRÃOS E OLEAGINOSAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDHOSP

- SINDICATO DOS INSTITUTOS DE BELEZA E CABELEIREIROS DE SENHORAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO DOS PERMISSONÁRIOS EM CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINCAESP

- SINDICATO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS E DAS EMPRESAS DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIRCESP

- SINDICATO INDÚSTRIA DE CHAPÉUS NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA ÓPTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE ESTAMPARIA DE METAIS - SINIEM

- SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - SINDIGÁS

- SINDICATO NACIONAL DOS ADMINISTRADORES DE CONSORCIO

- SINDICOMIS -SINDICATO DOS COMISSARIOS DE DESPACHOS, AGENTES DE CARGA E LOGÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDITEXTIL - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM EM GERAL, TINTURARIA, ESTAMPARIA E BENEFICIAMENTO, DE LINHAS,ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO, DE NÃO TECIDOS E DE FIBRAS ARTIFICIAIS E SINTÉTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- SINDÓLEO -SINDICATO DA INDÚSTRIA DE AZEITE E ÓLEOS ALIMENTÍCIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

ACÓRDÃO

(SDC)

GMDMC/Ac/rv/sh

A) RECURSOS ORDINÁRIOS INTERPOSTOS POR SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINICESP; SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO E SINDICATO DA INDÚSTRIA DA FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE SÃO PAULO; SINDICATO DAS EMPRESAS LOCADORAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DE SÃO PAULO; E SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE GRANDES ESTRUTURAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDUSCON. ANÁLISE CONJUNTA. DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA ECONÔMICA. AUSÊNCIA DE COMUM ACORDO. ART. 114, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. JURISPRUDÊNCIA DO TST. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. O entendimento pacífico nesta Corte é o de que o comum acordo, exigência trazida pelo art. 114, § 2º, da Constituição Federal para o ajuizamento do dissídio coletivo de natureza econômica, é pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do dissídio coletivo de natureza econômica e que, embora idealmente devesse ser materializado na forma de petição conjunta da representação, é interpretado de maneira mais flexível, no sentido de se admitir a concordância tácita na instauração da instância, desde que não haja a oposição expressa do suscitado, na contestação. No caso em tela, os

Sindicatos patronais recorrentes, quando do oferecimento de suas defesas, demonstraram expressamente sua discordância com a instauração da instância do dissídio coletivo e apontaram a ausência do comum acordo como causa extintiva do processo, reiterando, nas razões recursais, os argumentos anteriormente apresentados. **Dá-se provimento** aos recursos para julgar extinto o processo, sem resolução de mérito, com fundamento nos arts. 114, § 2º, da CF e 485, IV, do CPC/2015, ficando ressalvadas, contudo, as situações fáticas já constituídas, a teor do que dispõe o art. 6º, § 3º, da Lei nº 4.725/1965. **Recursos ordinários conhecidos e providos. B) RECURSOS ORDINÁRIOS DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE; DO MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ; E DO MUNICÍPIO DE JACUPIRANGA. DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA ECONÔMICA. NÃO APRESENTAÇÃO, PELO SUSCITANTE, DE FORMA CLAUSULADA E FUNDAMENTADA, NA REPRESENTAÇÃO, DAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 32 DA SDC DO TST. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ARGUIÇÃO DE OFÍCIO.** O Sindicato profissional, ao ajuizar o dissídio coletivo, não observou o disposto na Orientação Jurisprudencial nº 32 da SDC, que, em observância ao contido no Precedente Normativo nº 37, também da SDC, estabelece que é pressuposto indispensável à constituição válida e regular do dissídio coletivo a apresentação de forma clausulada e fundamentada, na representação, das reivindicações da categoria. A despeito de os Municípios recorrentes não terem se insurgido em relação a esse aspecto, a matéria pode e deve ser analisada de ofício, por se tratar de pressuposto processual a ser observado na instauração da instância do dissídio coletivo. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Ressalvam-se, contudo, as situações fáticas já constituídas, a teor do art. 6º, § 3º, da Lei nº 4.725/1965. **Processo extinto, sem resolução de mérito.**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário nº **TST-RO-1001155-20.2015.5.02.0000**, em que são Recorrentes e Recorridos **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINICESP, SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAESP E OUTRO, SINDICATO DAS EMPRESAS LOCADORAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE GRANDES ESTRUTURAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDUSCON, MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE, MUNICÍPIO DE**

MONGAGUÁ e MUNICÍPIO DE JACUPIRANGA e Recorridos SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE CAFÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDAMAR, MUNICÍPIO DE ELDORADO, MUNICÍPIO DE JUQUIÁ, MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU, MUNICÍPIO DE BERTIOGA, MUNICÍPIO DE IGUAPE, SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DOS AGENTES DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, MUNICÍPIO DE ITARIRI, MUNICÍPIO DE PERUÍBE, MUNICÍPIO DE REGISTRO, MUNICÍPIO DE MIRACATU, SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SANTOS E REGIÃO, MUNICÍPIO DE SETE BARRAS, SINDICATO DOS ARMAZÉNS GERAIS E DAS EMPRESAS DE MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO, MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, MUNICÍPIO DE CUBATÃO, SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DA BAIXADA SANTISTA - SESCON BAIXADA SANTISTA, SINCAMESP SINDICATO DO COMERCIO ATACADISTA DE DROGAS MEDICAMENTOS CORRELATOS PERFUMARIAS COSMETICOS E ARTIGOS DE TOUCADOR NO ESTADO DE SAO PAULO, SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DE SÃO PAULO, MUNICÍPIO DE CANANÉIA, MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE, MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA, SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA, IMPORTADOR E EXPORTADOR DE FRUTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DAS AUTO MOTO ESCOLAS E CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINCOMACO - SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA, IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E MATERIAL ELETRÉTICO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA, IMPORTADOR E EXPORTADOR DE PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE SACARIA EM GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE VIDRO, PLANOCRISTAIS E ESPELHOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SICAP - SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA, IMPORTADOR, EXPORTADOR E DISTRIBUIDOR

DE PEÇAS, ROLAMENTOS, ACESSÓRIOS E COMPONENTES PARA INDÚSTRIA E PARA VEÍCULOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE SUCATA FERROSA E NÃO FERROSA DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE TECIDOS, VESTUÁRIOS E ARMARINHOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, LAVA-RÁPIDO E ESTACIONAMENTO DE SANTOS E REGIÃO - RESAN, SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DA BAIXADA SANTISTA, SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DOS FEIRANTES DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E CIENTIFICO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO E APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO COME VAREJ PECAS ACESSORIOS VEICULOS EST SÃO PAULO, SINDICATO DO COM. VAREJ. PROD. FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO COM VAR DE VEICAUTOMOTORES USADOS ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES FRESCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DO COMÉRCIO DE VENDAS AMBULANTES DA BAIXADA SANTISTA, SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ÓPTICO, FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRAFICO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICOMIS -SINDICATO DOS COMISSARIOS DE DESPACHOS, AGENTES DE CARGA E LOGÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DOS COMISSÁRIOS E CONSIGNATÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINCOESP, SINDICATO DOS CEMITÉRIOS E CREMATÓRIOS PARTICULARES DO BRASIL - SINCEP, SINDICATO DOS DESPACHANTES DOCUMENTALISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE COMERCIAL DE CARGA DO LITORAL PAULISTA, SINDICATO DAS EMPRESAS DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE JORNAIS E REVISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DAS EMPRESAS LOCADORAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DAS EMPRESAS ADMISTRADORA DE BENS E CONDOMÍNIOS DE SANTOS, SINDICATO DAS EMPRESAS DE REFEIÇÃO CONVÊNIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DAS EMPRESAS DE

TURISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DAS EMPRESAS DE GARAGENS E ESTACIONAMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DOS EXPORTADORES E IMPORTADORES DE GRÃOS E OLEAGINOSAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE SANTOS, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ABRASIVOS DOS ESTADOS DE SÃO PAULO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, ESPÍRITO SANTO, PARANÁ, SANTA CATARINA E PERNAMBUCO, SIACESP -SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ADUBOS E CORRETIVOS AGRÍCOLAS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA ALIMENTAR DE CONGELADOS, SUPERCONGELADOS, SORVETES, CONCENTRADOS E LIOFILIZADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE APARELHOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE COURO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE FERRO, METAIS E FERRAMENTAS EM GERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE METAIS NÃO FERROSOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAMFESP, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAPAPECO, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE BORRACHA E DA REFORMA DE PNEUS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ARTIGOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDÓLEO - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE AZEITE E ÓLEOS ALIMENTÍCIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS EM GERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CAFÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICAL SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CALCÁREO E DERIVADOS PARA USO AGRÍCOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CERÂMICA DE LOUÇA DE PÓ DE PEDRA, DA PORCELANA E DA LOUÇA DE BARRO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDILOUÇA, SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CERÂMICA PARA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA SANITÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDICERÂMICA, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PAINÉIS DE MADEIRA RECONSTITUÍDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO INDÚSTRIA DE CHAPÉUS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL NO ESTADO DE SÃO PAULO,

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CONDUTORES ELÉTRICOS, TREFILAÇÃO E LAMINAÇÃO DE METAIS NÃO FERROSOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE GRANDES ESTRUTURAS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CORDOALHA E ESTOPA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DO CURTIMENTO DE COUROS E PELES NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDICOURO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINICESP, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE EXPLOSIVOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FUMO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO TRIGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE DOCES E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDUSTRIA DA ENERGIA NO ESTADO DE SAO PAULO - SINDIENERGIA, SIETEX-SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ESPECIALIDADES TÊXTEIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ESQUADRIAS E CONSTRUÇÕES METÁLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIESCOMET, SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE ESTAMPARIA DE METAIS - SINIEM, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MINERAÇÃO DE AREIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDAREIA, SINDICATO DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE FIBRAS VEGETAIS E DO DESCAROÇAMENTO DO ALGODÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDITEXTIL - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM EM GERAL, TINTURARIA, ESTAMPARIA E BENEFICIAMENTO, DE LINHAS, ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO, DE NÃO TECIDOS E DE FIBRAS ARTIFICIAIS E SINTÉTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIFESP, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FUNILARIA E MÓVEIS DE METAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIFUMESP, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE GÁS HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS E DE BRINQUEDOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIMB, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE JOALHERIA, BIJUTERIA E LAPIDAÇÃO DE GEMAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIJÓIAS, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDLEITE E OUTROS,

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE LÂMPADAS E APARELHOS ELÉTRICOS DE ILUMINAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDILUX, SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MALHARIA E MEIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIMMESP, SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MANDIOCA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIMESP, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MÁRMORES E GRANITOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SIMAGRAN, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL PLÁSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIPLAST, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDISEG, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MECÂNICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO DE PEDRA BRITADA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIPEDRAS, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE JUNCO E VIME E VASSOURAS E DE ESCOVAS E PINCÉIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE SANTOS, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PAPEL, CELULOSE E PASTA DE MADEIRA PARA PAPEL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIP, SINDICATO DA INDÚSTRIA DO PAPELÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINPESP, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PERFUMARIA E ARTIGOS DE TOUCADOR NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIPATESP, SINDICATO DA INDÚSTRIA DA PESCA NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIPESP, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PINTURAS, GESSO E DECORAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DOS PRODUTOS DE CIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE CACAU, CHOCOLATES, BALAS E DERIVADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICAB, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS PRODUTORAS DE FERROLIGAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINIFESP, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA FINS INDUSTRIAIS E DA PETROQUÍMICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO MASCULINO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIROUPAS, SINDICATO DOS INSTITUTOS DE BELEZA E CABELEIREIROS DE SENHORAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA ÓPTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE PAPEL, PAPELÃO, ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINAPEL, SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - SINDIGÁS, SINDICATO NACIONAL DOS ADMINISTRADORES

DE CONSORCIO, SINDICATO DOS PERMISSIONÁRIOS EM CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINCAESP, SINDICATO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS E DAS EMPRESAS DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIRCESP, SINDICATO DAS EMPRESAS LOCADORAS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLENAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - SELEMAT, SINDICATO DAS EMPRESAS E PROPRIETÁRIOS DE SERVIÇOS DE REBOQUE, RESGATE, GUINCHO E REMOÇÃO DE VEÍCULOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDHOSP, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS ELETRO ELETRÔNICAS DA BAIXADA SANTISTA, SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL - FACTORING DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DOS BANCOS NOS ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, ACRE, AMAZONAS, PARÁ, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA, MUNICÍPIO DE GUARUJÁ, MUNICÍPIO DE SANTOS, MUNICÍPIO DE ITANHAÉM, SINDICATO DE COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁLCOOL E BEBIDAS EM GERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE BIJUTERIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO e SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE COMERCIAL DE CARGA DO LITORAL PAULISTA - SINDISAN.

O Sindicato dos Contabilistas de Santos e Região ajuizou dissídio coletivo de natureza econômica contra a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e mais 158 entidades sindicais patronais, objetivando a fixação das condições de trabalho para vigerem a partir 1º de agosto de 2015 (fls. 3/32).

Mediante a petição de fl. 1170, o Sindicato profissional comunicou a celebração de acordo coletivo com o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas da Baixada Santista - SESCON.

Em 8/7/2015 foi realizada audiência de conciliação (fls. 1203/1204), ocasião em que o Sindicato suscitante comunicou sua desistência do processo em relação ao Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima. Esclareceu, também, que já conciliara com a FECOMÉRCIO e outros 22 sindicatos patronais e com o SICAMESP, o SINCOELÉTRICO, a FIESP e mais 24 sindicatos a ela filiados e pugnou pela homologação dos respectivos instrumentos.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, mediante o acórdão de fls. 1212/1357, rejeitou as preliminares de extinção do processo, sem resolução de mérito, por ausência de comum acordo; por ausência de justificação e de transcrição da pauta de reivindicações, na representação; por incompetência da Justiça do Trabalho para deferir cláusulas já previstas em lei; por ilegitimidade ativa e passiva; por irregularidades na assembleia (ausência de quórum e não observância às disposições estatutárias); e por ausência de negociação prévia. No mérito, deferiu parcialmente os pedidos e homologou, ainda, os acordos coletivos firmados no decorrer da ação.

O Município de Estância Balneária de Praia Grande e o SINDUSCON-SP opuseram embargos de declaração, sendo ambos rejeitados, conforme acórdão de fls. 1726/1728.

Interpõem recursos ordinários:

a) Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo - SINICESP, às fls. 1685/1693, sustentando a ausência de comum acordo no ajuizamento do dissídio coletivo; a ausência de fundamentação das reivindicações; irregularidades na assembleia de trabalhadores e a ilegitimidade ativa *ad causam*; e a ausência de negociação prévia, e, no mérito, requerendo a reforma da decisão quanto a três cláusulas;

b) Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo e Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool no Estado de São Paulo, às fls. 1696/1704, requerendo a extinção do processo, sem resolução de mérito, por falta de comum acordo, e, de forma sucessiva, a improcedência das cláusulas deferidas;

c) Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo, às fls. 1707/1723, pugnando pela extinção do processo, por ausência de comum acordo, por não esgotamento das tratativas prévias de negociação e por irregularidades na assembleia de trabalhadores (insuficiência de quórum). Sustenta, também, que houve cerceamento de defesa, na medida em que apresentou documentos comprovando que o legítimo representante dos empregados que laboram nas empresas por ele abrangidas é o Sindicato dos Empregados e Trabalhadores em Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo - SINDEELOCADESP;

d) Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo - SINDUSCON, às fls. 2150/2159, arguindo a ausência de comum acordo; a ausência de data-base; e a ausência de negociação coletiva, e, no mérito, pugnando pela improcedência das cláusulas econômicas deferidas;

e) Município de Estância Balneária de Praia Grande, às fls. 2162/2170, sustentando a ilegitimidade passiva *ad causam* e pugnando pela extinção do processo, sem resolução de mérito;

f) Município de Mongaguá, às fls. 2212/2215, pugnando pela sua exclusão do processo, por estar sob a jurisdição do TRT da 15ª Região; e

g) Município de Jacupiranga, às fls. 2222/2226, requerendo a extinção do processo, sem resolução de mérito, por ilegitimidade do suscitante para representar os empregados públicos daquele Município e por impossibilidade jurídica do pedido, por se tratar de ente da Administração Pública direta.

Admitidos os recursos (fls. 2247/2253), foram oferecidas contrarrazões às fls. 2609/2611.

Mediante a petição de fls. 2637/2638, o Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista - SINDISAN solicitou sua exclusão do feito, por não possuir em seu quadro de pessoal nenhum técnico em contabilidade.

O Ministério Público do Trabalho, em parecer da lavra do Dr. Cristiano Paixão, às fls. 1/12 da seq. 6, opinou pelo não provimento dos recursos dos Sindicatos patronais e pelo provimento dos recursos interpostos pelos Municípios de Jacupiranga e Mongaguá. É o relatório.

VOTO

I - CONHECIMENTO

A) RECURSO ORDINÁRIO DO SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINICESP.

O recurso é tempestivo e está com representação regular (fl. 665) e custas processuais recolhidas (fls. 1502 e 1695), razões pelas quais dele **conheço**.

B) RECURSO ORDINÁRIO DO SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAESP E DO SINDICATO DA INDÚSTRIA DA FABRICAÇÃO DO ALCOL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIFAESP.

O recurso é tempestivo e está com representação regular (fls. 214 e 293) e custas processuais recolhidas (fls. 1502 e 1705), razões pelas quais dele **conheço**.

C) RECURSO ORDINÁRIO DO SINDICATO DAS EMPRESAS LOCADORAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O recurso é tempestivo e está com representação regular (fl. 903) e

custas processuais recolhidas de forma solidária, razões pelas quais dele **conheço**.

D) RECURSO ORDINÁRIO DO SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE GRANDES ESTRUTURAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDUSCON.

O recurso é tempestivo e está com representação regular (fl. 1681) e custas processuais recolhidas de forma solidária, razões pelas quais dele **conheço**.

E) RECURSO ORDINÁRIO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE.

O recurso é tempestivo, tem representação regular (fl. 473) e está isento do pagamento das custas processuais, razões pelas quais dele **conheço**.

F) RECURSO ORDINÁRIO DO MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ.

O recurso é tempestivo, tem representação regular (Súmula nº 436 do TST) e está isento do pagamento das custas processuais, razões pelas quais dele **conheço**.

G) RECURSO ORDINÁRIO DO MUNICÍPIO DE JACUPIRANGA.

O recurso é tempestivo, tem representação regular (Súmula nº 436 do TST) e está isento do pagamento das custas processuais, razões pelas quais dele **conheço**.

II - MÉRITO

A) RECURSOS ORDINÁRIOS INTERPOSTOS POR SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINICESP; SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAESP E SINDICATO DA INDÚSTRIA DA FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIFAESP; SINDICATO DAS EMPRESAS LOCADORAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DE SÃO PAULO; E SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE GRANDES ESTRUTURAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDUSCON. ANÁLISE CONJUNTA EM RAZÃO DA IDENTIDADE DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE COMUM ACORDO. JURISPRUDÊNCIA DO TST. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

O Regional rejeitou a preliminar de ausência de comum acordo, assim dispondo:

FALTA DE COMUM ACORDO

Os suscitados listados abaixo sustentam a ausência de comum acordo para a instauração do presente Dissídio Coletivo, nos termos do art. 114, da Constituição Federal.

1. SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAESP
2. SINDICATO DA INDÚSTRIA DA FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIFAESP
3. SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
4. SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO
5. SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINICESP
6. SINDICATO DAS EMPRESAS LOCADORAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DE SÃO PAULO
7. SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE GRANDES ESTRUTURAS NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Vencida a tese adotada por este Relator, de extinção do processo por falta de comum acordo em relação aos suscitados referidos, adota-se a posição da Seção de Dissídios Coletivos do TRT da 2ª Região, no sentido da necessidade para arguição e da juntada de assembleia da categoria econômica no sentido da posição de não conceder o comum acordo.

Rejeita-se a preliminar. (fls. 1239/1240)

Sustenta o Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo, às fls. 1687/1688, que, com o advento da Emenda Constitucional nº 45/2004, o ajuizamento do dissídio coletivo ficou condicionado ao comum acordo das partes. Alega que, no caso, não houve o consenso das partes, o que enseja a extinção do processo, sem resolução de mérito, na forma da jurisprudência deste Tribunal.

O Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo e o Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool no Estado de São Paulo, às fls. 1700/1703, alegam que em nenhum momento concordaram com a instauração da instância do dissídio coletivo e que a jurisprudência do TST é firme no sentido de que a ausência do comum acordo, exigência prevista no art. 114, § 2º, da CF, acarreta a extinção do processo, sem resolução de mérito.

O Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo, às fls. 1709/1710, aduz que as alegações já

expostas por ocasião da defesa, relativas à ausência do comum acordo, ensejam a extinção do processo, sem resolução de mérito. O Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo afirma, às fls. 2153/2153, que em momento algum concordou com o ajuizamento do dissídio coletivo e que o entendimento do TST é o de que, se não há consenso das partes, o dissídio coletivo deve ser extinto, sem resolução de mérito.

Assiste-lhes razão.

A Emenda Constitucional nº 45/2004 alterou a redação do § 2º do art. 114 da Constituição Federal, erigindo como pressuposto específico de ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica, na Justiça do Trabalho, o comum acordo das partes. Embora, de modo ideal, o mútuo consenso devesse ser materializado sob a forma de petição conjunta da representação, é interpretado de maneira mais flexível por esta Corte, para se admitir a concordância tácita na instauração da instância, desde que não haja a oposição do suscitado na contestação. Nessa linha de entendimento, se o suscitado demonstra seu inconformismo, apontando expressamente a ausência de comum acordo, deve-se fazer cumprir aquilo que foi estabelecido pelo legislador, considerando-se a existência de óbice ao exercício do direito de propositura do dissídio coletivo.

A questão da exigência do comum acordo foi exaustivamente debatida nesta Corte, principalmente quanto às argumentações sobre a sua inconstitucionalidade. Contudo, pacificou-se nesta Seção Especializada o entendimento de que o legislador, ao trazer tal exigência ao texto constitucional, pretendeu, na verdade, incentivar as negociações e a autocomposição, como forma de solução dos conflitos.

Assim, mostrou-se perfeitamente compreensível o cumprimento desse pressuposto, no Direito Coletivo, inclusive no sentido de que a exigência constitucional não representa a violação do amplo direito de ação ou do princípio da inafastabilidade ou do controle jurisdicional, previstos no art. 5º, XXXIV e XXXV, da Lei Maior.

O fato é que este Colegiado entende que a mudança trazida no art. 114 da CF representa pressuposto a ser observado e que a faculdade das partes é a de propor o dissídio coletivo - já que não estão obrigadas a fazê-lo -, mas que, a partir do momento em que a Justiça do Trabalho seja acionada para julgar o conflito coletivo, é imprescindível que não haja a expressa discordância da parte suscitada.

Sabe-se, contudo, que, em face da reação de alguns entes sindicais contra a exigência da vontade bilateral para o impulso processual, no caso do dissídio coletivo, a matéria está submetida ao Supremo Tribunal Federal. Porém, até que haja o pronunciamento definitivo da questão, por aquela Corte, prevalece nesta Seção Especializada

o entendimento de que o comum acordo representa pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

No caso em tela, constata-se que, quando da apresentação de suas defesas, os suscitados, ora recorrentes, expressamente afirmaram que não concordavam com o ajuizamento do dissídio coletivo e que, ante a ausência do comum acordo, exigência trazida no art. 114, § 2º, da CF, a ação deveria ser extinta, sem resolução de mérito: o Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo - SINICESP, às fls. 646/649; o Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo - SIAESP, às fls. 204/207; o Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool no Estado de São Paulo - SIFAESP, às fls. 282/286; o Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo, às fls. 863/866; e o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo - SINDUSCON, às fls. 1035/1038.

Portanto, tendo evidenciado, no momento oportuno e de forma inexorável, seu inconformismo com a instauração da instância e renovado, agora, nas razões recursais, as alegações trazidas nas contestações, não cabe a esta Justiça especializada o exercício espontâneo e abusivo da jurisdição contra a vontade manifesta das partes, respaldada na Constituição Federal.

Nesse contexto, mostram-se irrelevantes possíveis alegações acerca da conduta dos suscitados durante as tratativas negociais, tanto em relação à possível participação nas reuniões e audiências - o que, para alguns, demandaria a aceitação tácita para a solução do conflito pela via judicial -, como em relação à sua recusa ou inércia nas negociações e a posterior alegação de não concordar com a instauração da instância. Também não merece prosperar a tese levantada pelo Regional quanto à necessidade de deliberação e aprovação da questão do comum acordo nas assembleias patronais e quanto ao fato de que a ausência de menção expressa na ata da assembleia configuraria a concordância com a instauração do dissídio.

Acrescenta-se que esta Seção Especializada, em recente julgado, consignou a tese de que, no plano do direito processual, a autorização de possível atuação judicial do sindicato não configura concordância expressa ou tácita à instauração do dissídio coletivo, além de que a ausência de registro expresso na ata da assembleia, ou seja, o fato de nada ter sido deliberado sobre a preliminar de comum acordo em assembleia realizada pelo segmento patronal, não resulta na concordância com o ajuizamento do dissídio coletivo, não representando ato incompatível com a negativa de instauração de instância manifestada em juízo pela parte suscitada. Nesse sentido, os seguintes precedentes: RO-1001604-75.2015.5.02.0000, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, julgamento em

10/10/2016, DEJT de 19/10/2016; e RO-1001798-75.2015.5.02.0000, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, julgamento em 13/3/2017, DEJT de 17/3/2017.

Ademais, ainda que assim não fosse, a circunstância de o Sindicato profissional, na representação, não ter apresentado, de forma clausulada e justificada, as reivindicações dos trabalhadores, nos termos previstos na Orientação Jurisprudencial nº 32 e no Precedente nº 37, ambos, da SDC do TST - por inviabilizar a atuação do Poder Normativo no exame meritório da ação -, ensejaria a extinção do processo, sem resolução de mérito, a teor do art. 485, IV, do CPC.

Pelo exposto, **dou provimento** aos recursos ordinários para, em relação aos suscitados ora recorrentes, **julgar extinto** o processo, sem resolução de mérito, por ausência de comum acordo, nos termos dos arts. 114, § 2º, da CF e 485, IV, do CPC/2015, restando **prejudicado** o exame das demais matérias constantes dos recursos ordinários interpostos. Ressalvam-se, contudo, as situações fáticas já constituídas, a teor do art. 6º, § 3º, da Lei nº 4.725/65.

B) RECURSOS ORDINÁRIOS DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE, DO MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ E DO MUNICÍPIO DE JACUPIRANGA. DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA ECONÔMICA. NÃO APRESENTAÇÃO, PELO SUSCITANTE, DE FORMA CLAUSULADA E FUNDAMENTADA, NA REPRESENTAÇÃO, DAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 32 DA SDC DO TST. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ARGUIÇÃO DE OFÍCIO.

Conforme exposto no item anterior, o Sindicato profissional, ao ajuizar o dissídio coletivo, não observou o disposto na OJ nº 32 da SDC, que, em observância ao contido no PN nº 37, também da SDC, estabelece que é pressuposto indispensável à constituição válida e regular do dissídio coletivo a apresentação de forma clausulada e fundamentada, na representação, das reivindicações da categoria.

É certo que o suscitante juntou aos autos, às fls. 109/112, a pauta de reivindicação dos trabalhadores; todavia, apesar de ter ressaltado, na referida peça, que as pretensões se encontravam devidamente justificadas, não cuidou de apresentar os motivos a amparar o deferimento das cláusulas objeto de sua postulação. A despeito de os Municípios recorrentes não terem se insurgido em relação a esse aspecto, a matéria pode e deve ser analisada, por se tratar de pressuposto processual a ser observado na instauração da instância do dissídio coletivo.

A omissão por parte do Sindicato profissional inviabiliza o exame do mérito do dissídio coletivo, ante a ausência de parâmetros fáticos necessários ao exercício do poder normativo e acarreta a extinção do processo, sem resolução de mérito, no entendimento desta Seção Especializada, conforme sintetizam as ementas a seguir transcritas:

RECURSO ORDINÁRIO. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE E DE NATUREZA ECONÔMICA. AUSÊNCIA DE TRANSCRIÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES NA ATA DA ASSEMBLEIA E NÃO APRESENTAÇÃO DOS PEDIDOS, DE FORMA CLAUSULADA E FUNDAMENTADA, NA REPRESENTAÇÃO. O Sindicato profissional não cumpriu a exigência contida na OJ nº 8 da SDC, que prevê, como elemento legitimador da atuação da entidade sindical, a transcrição da pauta de reivindicações na ata da assembleia de trabalhadores. (Precedentes). Ademais, também não foram observadas as disposições contidas na Orientação Jurisprudencial nº 32 da SDC desta Corte, a qual, em observância às disposições do Precedente Normativo nº 37, também desta SDC, estabelece que é pressuposto indispensável à constituição válida e regular da ação coletiva a apresentação de forma clausulada e fundamentada das reivindicações da categoria, na representação. Desse modo, dá-se provimento ao recurso ordinário para julgar extinto o processo, sem resolução de mérito, por ausência de pressupostos indispensáveis à constituição válida e regular do dissídio coletivo, com base no art. 485, IV, do CPC de 2015, ressalvadas, contudo, as situações fáticas já constituídas nos termos do art. 6º, § 3º, da Lei nº 4.725/1965. Recurso ordinário conhecido e provido. (RO-69-92.2017.5.08.0000, Data de Julgamento: 12/12/2017, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT de 15/12/2017)

"RECURSO ORDINÁRIO. DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA ECONÔMICA. 1. PRELIMINAR. CLÁUSULAS PENDENTES DE ANÁLISE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. OJ Nº 32/SDC/TST. A SDC em sessão de 12/9/2016 entendeu que a decisão do TRT, quanto à preliminar ora em análise, está de acordo com a OJ nº 32/SDC/TST que estabelece ser pressuposto indispensável à constituição válida e regular da ação coletiva a apresentação em forma clausulada e fundamentada das reivindicações da categoria. Vencido este Relator neste aspecto preliminar. Recurso ordinário conhecido e desprovido." (RO-296-96.2015.5.10.0000 Data de Julgamento: 13/03/2017, Redator Ministro Emmanoel Pereira, DEJT de 29/05/2017)

"RECURSO ORDINÁRIO. DISSÍDIO COLETIVO ORIGINÁRIO.

ILEGITIMIDADE AD CAUSAM. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. DECISÃO MANTIDA POR FUNDAMENTO DIVERSO. REPRESENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DAS CLÁUSULAS. Segundo a instância percorrida, o aspecto volitivo, que legitima o desmembramento de uma categoria profissional, deve emergir ainda no seio da entidade mais antiga e eclética e não apenas no universo daqueles membros que pretendem a medida. Diante desse fundamento, aliado a outros que visam, sobretudo, afastar a validade ou eficácia do registro sindical, o Tribunal Regional da 17.^a Região reconheceu a ilegitimidade ad causam do Sindicato suscitante. 2. A matéria deve ser examinada à luz do conflito de representação e, sob esse viés, se reconhece, de forma incidental, a legitimidade do Sindicato suscitante, em virtude do princípio da especialidade. 2. Não obstante, há uma questão que, do ponto de vista lógico-jurídico, precede ao exame da ilegitimidade de parte e que inviabiliza, também, o exame de mérito do Dissídio Coletivo. O Sindicato suscitante expôs a pauta de reivindicações sem oferecer, na representação, nenhuma justificativa para a fixação das condições de trabalho, que passariam a reger, originariamente, as relações de trabalho da categoria que representa. Não foram observadas, assim, as diretrizes consagradas na Orientação Jurisprudencial n.º 32 da SDC e no Precedente Normativo n.º 37 deste Tribunal Superior. Recurso Ordinário não provido." (RO-200-23.2014.5.17.0000 Data de Julgamento: 11/05/2015, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, DEJT de 15/05/2015)

Assim, em relação aos Municípios ora recorrentes, em análise de ofício, diante da ausência de pressuposto indispensável à instauração do dissídio coletivo, **julgo extinto** o processo, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, IV, do CPC, restando **prejudicado** o exame dos recursos por eles interpostos. Ressalvam-se, contudo, as situações fáticas já constituídas, a teor do art. 6º, § 3º, da Lei nº 4.725/65.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade: a) **conhecer** dos recursos ordinários do Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo - SINICESP, do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo - SIAESP e do Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool no Estado de São Paulo - SIFAESP, do Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo e do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de

São Paulo - SINDUSCON, e, no mérito, **dar-lhes provimento** para **julgar extinto** o processo, sem resolução de mérito, por ausência de comum acordo, nos termos dos arts. 114, § 2º, da CF e 485, IV, do CPC, restando **prejudicado** o exame dos demais temas objeto dos recursos interpostos; e b) **julgar extinto** o processo, sem resolução de mérito, em relação ao Município de Estância Balneária de Praia Grande, ao Município de Mongaguá e ao Município de Jacupiranga, com fundamento no art. 485, IV, do CPC, ante a ausência de pressuposto indispensável ao ajuizamento do dissídio coletivo. Ressalvam-se as situações fáticas já constituídas, a teor do art. 6º, § 3º, da Lei nº 4.725/65. Invertido o ônus da sucumbência em relação às custas processuais.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Dora Maria da Costa

Ministra Relatora

Processo Nº RO-0010650-78.2015.5.03.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Recorrente(s)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTES METROVIÁRIOS E CONEXOS DE MINAS GERAIS
Advogado	Dr. Helvécio Oliveira Coimbra(OAB: 48547/MG)
Advogado	Dr. Helvécio Oliveira Coimbra Filho(OAB: 124204/MG)
Recorrido(s)	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fraton Rodrigues(OAB: 107878/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTES METROVIÁRIOS E CONEXOS DE MINAS GERAIS

A C Ó R D Ã O

(SDC)

GMDMC/Ac/nc/wa

I) AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELO SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTES METROVIÁRIOS E CONEXOS DE MINAS GERAIS - SINDIMETRO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO, NO DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE, DA MULTA COMINADA NOS AUTOS DE AÇÃO CAUTELAR. CABIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO. Nos termos do art. 895, II, da CLT, cabe recurso ordinário para a instância superior, das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, nos dissídios

individuais ou coletivos. Por sua vez, o art. 224 do Regimento Interno do TST estabelece que cabe recurso ordinário das decisões definitivas proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em processos de sua competência originária. No caso em tela, a decisão atacada por meio do recurso ordinário se refere a um agravo de petição, interposto nos autos de um dissídio coletivo de competência originária do Tribunal Regional do Trabalho. Improcede, portanto, o fundamento expendido no despacho agravado de que, nos termos do art. 896, § 2º, da CLT, os acórdãos proferidos pelos Tribunais Regionais do Trabalho, em execução de sentença, desafiam a interposição de recurso de revista e somente na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal. Acresça-se que esta SDC já se manifestou no sentido de que o art. 896, § 2º, da CLT se refere a decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, em dissídios individuais. Precedente. **Portanto, mostra-se cabível a interposição do recurso ordinário. Agravo de instrumento conhecido e provido. II) RECURSO ORDINÁRIO EM AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO, NO DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE, DA MULTA COMINADA NOS AUTOS DE AÇÃO CAUTELAR, EM FACE DO DESCUMPRIMENTO DA LIMINAR PROFERIDA. MATÉRIA DECIDIDA NA FUNDAMENTAÇÃO DO JULGADO E QUE NÃO CONSTOU NA PARTE DISPOSITIVA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA.** Quando do exame do recurso ordinário interposto pelo SINDIMETRO nos autos da ação cautelar, constatou-se a perda de seu objeto, na medida em que esta Seção Especializada já havia julgado os recursos ordinários interpostos no dissídio coletivo de greve (autos principais) e examinado as alegações apresentadas pelo Sindicato profissional, entre elas, aquelas relativas à aplicação da multa pelo descumprimento da determinação liminar. Conquanto o Tribunal Regional, neste dissídio coletivo de greve, não tenha analisado a questão da multa, razão pela qual esse tema não constou da parte dispositiva do respectivo acórdão, o próprio sindicato profissional, nestes autos, submeteu a questão da multa, ratificada na Ação Cautelar, à apreciação desta Seção Especializada. O fato é que há um título executivo judicial, uma vez que foi proferida a decisão condenatória na ação cautelar e mantida quando do julgamento do dissídio coletivo, já transitada em julgado, na forma exigida pelo art. 876 da CLT, e que a obrigação nele contida apresentou os requisitos exigidos no art. 783 e 786 do CPC, quais sejam a certeza, a liquidez e a exigibilidade. Todos esses elementos tornaram totalmente permissível o processo de execução nos autos principais. De outro lado, o TST, ao analisar o recurso ordinário do SINDIMETRO, no que se refere à multa, manteve a decisão proferida na Ação Cautelar, não havendo necessidade de

repetir o indeferimento da pretensão na parte destinada à conclusão daquilo que fora decidido. Conquanto o art. 469, I, do CPC, disponha que os fundamentos invocados pelo juiz não fazem coisa julgada, ou seja, somente a parte dispositiva da sentença sofre os seus efeitos, esta Corte Superior, por meio de suas Turmas julgadoras, tem entendido que o alcance da coisa julgada não pode se limitar exclusivamente à conclusão contida no final da sentença ou do acórdão, e que o dispositivo é aquilo que se decide quando se enfrenta a questão de mérito, podendo estar no bojo da fundamentação, mas não se confundindo com os motivos da decisão. Precedentes. **Recurso ordinário conhecido e não provido.**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário nº **TST-AIRO-10650-78.2015.5.03.0000**, em que é Agravante **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTES METROVIÁRIOS E CONEXOS DE MINAS GERAIS** e Agravada **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**.

Trata-se de ação declaratória de abusividade de greve ajuizada pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU em face do Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais - SINDIMETRO, analisada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região como dissídio coletivo de greve, que julgou parcialmente procedentes os pedidos constantes da representação, declarando a abusividade da paralisação, ante o não cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 7.783/1989 e da decisão liminar proferida nos autos da Ação Cautelar nº 10489-68.2015.5.03.0000.

Esta Seção Especializada em Dissídios Coletivos, mediante o acórdão de fls. 1/38 da seq. 8, negou provimento ao recurso ordinário interposto pelo Sindicato profissional, inclusive quanto à questão da exclusão ou da redução da multa cominada na liminar. Em 18 de maio de 2016, foi certificado, à fl. 1 da seq. 10, o trânsito em julgado da decisão, e os autos foram encaminhados ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região em 18/5/2016.

Mediante o despacho de fl. 3 da seq. 14, datado de 27 de junho de 2016, o então Vice-Presidente do Tribunal Regional homologou o cálculo da multa por descumprimento da liminar, no importe de R\$102.280,25, e determinou que, no prazo de 10 dias, o Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais - SINDIMETRO comprovasse o respectivo pagamento, mediante depósito judicial.

Por meio da petição de fls. 7/9 da seq. 14, o Sindicato profissional

opôs embargos de declaração, alegando que, conforme constou da parte dispositiva do acórdão desta SDC, não houve qualquer condenação passível de execução, tampouco a ratificação da liminar deferida nos autos da Ação Cautelar, havendo tão somente a condenação ao pagamento das custas processuais. Afirmou que a discussão sobre a possibilidade ou não da execução da multa deve se ater aos autos do processo Caulnom-10489-68.2015.5.03.000 e pugnou pelo provimento dos embargos de declaração para que, atribuindo-se efeito modificativo, fosse reconsiderada a decisão e extinta a execução, com o arquivamento do processo.

Apresentada manifestação aos embargos de declaração, pela CBTU, às fls. 10/17 da seq. 14.

Pela decisão monocrática de fls. 18/19 da seq. 14, o então Vice-Presidente do TRT da 3ª Região deu provimento aos embargos de declaração, apenas para prestar esclarecimentos.

Certificado, em 16/11/2016 (fl. 26 da seq. 14), o não pagamento da multa por descumprimento da ordem judicial, no prazo fixado, com a determinação de instauração da execução e de expedição de Carta de Ordem ao Juízo de uma das Varas do Trabalho de Belo Horizonte, para que procedesse à cobrança e ao recolhimento da multa, com o posterior repasse ao Hospital Mário Pena.

Em 14/12/2016, o SINDIMETRO opôs embargos à execução, alegando a inexistência de título passível de execução, os quais foram julgados improcedentes, mediante a decisão de fls. 242/243 da seq. 14.

Ainda inconformado, o Sindicato profissional interpôs agravo de petição, às fls. 251/260 da seq. 14.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, mediante o acórdão de fls. 280/290 da seq. 14, negou provimento ao agravo de petição. O SINDIMETRO interpôs recurso ordinário, às fls. 326/336 da seq. 14, requerendo a extinção da execução, por ausência de título executivo, líquido, certo e exigível e o arquivamento do processo. Conforme decisão de fl. 339 da seq. 14, o recurso ordinário não foi admitido, por incabível.

Contra essa decisão o SINDIMETRO opôs embargos de declaração, às fls. 342/345 da seq. 14, aos quais foi negado provimento, mediante a decisão monocrática de fl. 346 (seq. 14). O Sindicato profissional interpõe agravo de instrumento, às fls. 351/368 (seq. 14), cuja admissibilidade foi submetida a esta Corte, conforme despacho de fl. 369 (seq. 14).

Foram apresentadas contrarrazões ao recurso ordinário, às fls. 372/379, e contraminuta ao agravo de instrumento, às fls. 381/384 (seq. 14).

Os autos foram devolvidos a este Tribunal em 21/9/2018, sendo distribuídos a esta Relatora em 9/10/2018.

Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.

É o relatório.

VOTO

A) AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO

I) CONHECIMENTO

O agravo de instrumento é tempestivo e tem representação regular (fl. 103 da seq. 3), razões pelas quais dele **conheço**.

II) MÉRITO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO EM AGRAVO DE PETIÇÃO. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. EXECUÇÃO DA MULTA COMINADA NOS AUTOS DE AÇÃO CAUTELAR. CABIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO.

Contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, que negou provimento ao agravo de petição interposto em face da decisão que julgou improcedentes os embargos à execução, o Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais - SINDIMETRO interpôs recurso ordinário.

O Desembargador 1º Vice-Presidente do TRT da 3ª Região, mediante o despacho de fl. 339 (seq. 14), não admitiu o recurso, por incabível, assim dispondo:

O Suscitado (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais - SINDIMETRO), mediante a petição Id. ac7d17c, interpõe Recurso Ordinário em face do acórdão que negou provimento ao seu Agravo de Petição (Id. 94ee5e2 - DEJT de 25/04/18).

Verifico que, ante a certificação de que "não houve interposição de recurso" contra o Acórdão proferido pelo c. TST (Id. c6ca70f), os autos foram devolvidos a este Tribunal, oportunidade em que se instaurou a execução definitiva de multa aplicada por descumprimento de ordem liminar.

Verifico, ainda, que os Embargos à Execução apresentados pelo SINDIMETRO foram julgados improcedentes (Decisão Id. 8d35ad7) e que foi negado provimento ao seu Agravo de Petição (Acórdão Id. e8622f8), contra o qual, como já mencionado, o Suscitado interpôs Recurso Ordinário (Id. ac7d17c).

Cumprе ressaltar que os acórdãos proferidos pelos Tribunais Regionais do Trabalho, "em execução de sentença", desafiam Recurso de Revista somente na "... hipótese de ofensa direta e

literal de norma da Constituição Federal", a teor do disposto no § 2º do art. 896 da CLT.

Não se há falar em aplicação do princípio da fungibilidade recursal, que pressupõe a existência de dúvida objetiva, ou seja, divergência doutrinária e/ou jurisprudencial acerca de qual o recurso cabível à espécie, bem como o preenchimento dos requisitos específicos de admissibilidade do apelo adequado, o que não se verifica no presente caso.

Dessa forma, não admito o recurso por incabível. (fl. 340 - seq. 14)

Opostos embargos de declaração, a eles foi negado provimento, conforme decisão monocrática de fl. 346 (seq. 14):

O Suscitado (Sindicato dos Empregados em Empresas de Transporte Metroviários e Conexos de Minas Gerais - SINDIMETRO), mediante petição Id. 130dda0, opõe Embargos de Declaração, com pedido de efeito modificativo, em face da decisão Id. bc43144, que não admitiu seu Recurso Ordinário, por incabível. Invoca o artigos 897-A da CLT e 1.022 do CPC, bem como a Súmula 278 do c. TST. Aduz que a decisão embargada apresenta "equivoco", haja vista que, no seu entender, não analisou de forma acertada os pressupostos do art. 895 da CLT. Sustenta o cabimento de recurso ordinário para o c. TST, em face de decisão definitiva proferida por Tribunal Regional do Trabalho em processo de competência originária.

Apresentados os Embargos no prazo do artigo 897-A da CLT, tempestiva a presente medida.

Verifico que o SINDIMETRO objetiva a reforma da decisão Id. bc43144. No entanto, os Embargos de Declaração não configuram o meio adequado para essa finalidade.

Registrou-se, na decisão embargada, que o presente Dissídio Coletivo de Greve se encontra em fase de execução definitiva de multa aplicada por descumprimento de ordem liminar (certidão de trânsito em julgado Id. c6ca70f).

Registrou-se, ainda, que foi negado provimento ao Agravo de Petição do Suscitado (SINDIMETRO), por meio do Acórdão Id. 94ee5e2, contra o qual foi interposto Recurso Ordinário.

Assim, o apelo apresentado pelo Suscitado (SINDIMETRO) foi considerado incabível, tendo sido esclarecido que os acórdãos proferidos pelos Tribunais Regionais do Trabalho, em execução de sentença, desafiam a interposição de Recurso de Revista somente na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal (art. 896, §2º, da CLT).

Ante o exposto, não vislumbro quaisquer dos vícios previstos no artigo 897-A a ensejar uma solução pelo meio recursal utilizado.

Conheço dos Embargos de Declaração e, no mérito, nego-lhes

provimento.

Requer o agravante, às fls. 357/368 da seq. 4, a reforma da decisão que não admitiu o recurso ordinário, alegando que ela se mostra equivocada, diante das previsões contidas nos arts. 895 da CLT e 329 do Regimento Interno do TST. Afirma que a interposição do recurso ordinário é plenamente cabível e que, em caso idêntico, envolvendo as mesmas partes (Processo nº 10237-02.2014.5.03.0000), esta Corte deu provimento ao agravo de instrumento e analisou o recurso ordinário interposto.

Assiste razão ao agravante.

Nos termos do art. 895, II, da CLT, cabe recurso ordinário para a instância superior, das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência, no prazo de oito dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

O Regimento Interno do TST também prevê essa possibilidade, ao estabelecer, em seu art. 245, que cabe recurso para o Tribunal das decisões definitivas proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, em processos de sua competência originária, no prazo legal, contado da publicação do acórdão ou de sua conclusão no órgão oficial.

No caso em tela, a decisão atacada por meio do recurso ordinário se refere a um agravo de petição, interposto nos autos de um dissídio coletivo de competência originária do Tribunal Regional do Trabalho.

Improcede, portanto, o fundamento expendido no despacho agravado, segundo o qual, nos termos do art. 896, § 2º, da CLT, os acórdãos proferidos pelos Tribunais Regionais do Trabalho, em execução de sentença, desafiam a interposição de recurso de revista e somente na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal, ressaltando-se que os mencionados dispositivos se referem a decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, em dissídios individuais.

Há de se ressaltar que, conquanto o art. 245 do RITST não inclua o agravo de petição nas hipóteses cabíveis da interposição de recurso ordinário, o entendimento desta Seção Especializada, manifestado no julgamento do RO-10237-02.2014.5.03.0000 (Relator Ministro Maurício Godinho, Data de julgamento: 2/3/2016, DEJT de 4/3/2016) foi no sentido de dar provimento ao agravo de instrumento interposto pelo mesmo sindicato profissional ora agravante, considerando perfeitamente cabível a interposição de recurso ordinário contra decisão proferida em agravo de petição - ainda que, naquele caso, tratasse-se de decisão proferida no bojo de ação cautelar antecedente, de competência originária do TRT -,

entendimento perfeitamente aplicável, já que, no caso, o agravo de petição foi interposto nos autos de um dissídio coletivo.

Eis o teor da ementa do referido julgado, no que interessa:

A) AGRAVO DE INSTRUMENTO DO SINDIMETRO. RECURSO ORDINÁRIO. LIMINAR PROFERIDA NO BOJO DE AÇÃO CAUTELAR PREPARATÓRIA DE DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE, DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO TRT. EXECUÇÃO DE MULTA COMINADA POR DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. ACÓRDÃO REGIONAL PROFERIDO EM FASE DE AGRAVO DE PETIÇÃO. RECURSO ORDINÁRIO PARA O TST. CABIMENTO. A CLT, em seu art. 895, II, dispõe ser cabível recurso ordinário das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos. O RITST, em seu art. 224, prevê que cabe recurso ordinário para o Tribunal das decisões definitivas proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em processos de sua competência originária. Já no art. 225, II, dispõe ser cabível recurso ordinário em ação cautelar. No caso, o acórdão do TRT, em fase de agravo de petição, foi proferido no bojo de uma ação cautelar antecedente, de competência originária do TRT, ajuizada de forma preparatória à futura ação principal - dissídio coletivo de greve -, razão pela qual se mostra evidente o cabimento do recurso ordinário. Agravo de instrumento a que se dá provimento.

Frise-se que, no julgamento dos embargos de declaração, opostos pela CBTU no mencionado processo, restaram afastadas as alegações da embargante pertinentes à natureza da decisão proferida.

Dá-se provimento ao agravo de instrumento, de forma a que seja analisado o recurso ordinário do Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais - SINDIMETRO.

B) RECURSO ORDINÁRIO EM AGRAVO DE PETIÇÃO

PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ORDINÁRIO, ARGUIDA EM CONTRARRAZÕES.

Suscita a CBTU, em contrarrazões, à fl. 375, que o recurso ordinário se mostra intempestivo.

Observa-se, de plano, que a petição de contrarrazões (fls. 374/379 da seq. 14) não se refere a estes autos, e, sim, ao processo nº 11660-50.2017.5.03.0110.

Não há como considerar que se trata apenas de erro material ou

que houve o equívoco da parte, na medida em que as alegações se mostram totalmente impertinentes, tanto em relação às datas mencionadas para fins de se aferir a alegada intempestividade (fl. 375), quanto às demais matérias contra-arrazoadas.

Deixa-se, portanto, de analisar a intempestividade do recurso ordinário, nos termos pretendidos pela CBTU.

I-CONHECIMENTO

O recurso é tempestivo (publicação do acórdão em 25/4/2018 - fl. 324 da seq. 14 - e interposição do recurso ordinário em 4/5/2018 - fl. 390 da seq. 14), tem representação regular (fl. 103 da seq. 3) e as custas processuais foram recolhidas (fls. 322 e 337), razões pelas quais dele **conheço**.

II) MÉRITO

AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO, NO DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE, DA MULTA COMINADA NOS AUTOS DE AÇÃO CAUTELAR EM FACE DO DESCUMPRIMENTO DA LIMINAR PROFERIDA.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região negou provimento ao agravo de petição interposto pelo SINDIMETRO, expondo os seguintes fundamentos:

JUÍZO DE MÉRITO.

MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO LIMINAR. COISA JULGADA. DISPOSITIVO DA SENTENÇA NORMATIVA. FUNDAMENTAÇÃO. MULTA EXAMINADA E DEFERIDA NA MOTIVAÇÃO DO COMANDO SENTENCIAL, MAS NÃO INCLUÍDA NA PARTE DISPOSITIVA.

Sustenta o Sindicato Agravante que a Companhia Brasileira de Trens Urbanos de Belo Horizonte - CBTU aviou a presente Ação Declaratória de Abusividade de Greve, bem como a ação cautelar nº 0010489-68.2015.5.03.0000, contra a parte ora Agravante. Alega que não há, nos autos do DCG, qualquer ordem judicial descumprida e nem multa aplicada a ser apurada, ou outra condenação passível de execução, inexistindo, pois, título executivo passível de execução. Insiste o Agravante que, conforme consta da parte dispositiva do v. acórdão de ID 7eff814, o Sindicato foi condenado tão somente nas custas processuais, as quais já foram pagas por ocasião da interposição do recurso ordinário ao TST, não constando sequer a ratificação da liminar deferida nos autos da ação cautelar. Afirma que também não consta a ratificação da condenação à multa originária da ação cautelar, pelo que requer o

provimento do presente Agravo de Petição, por não haver nestes autos qualquer condenação passível de execução, com a extinção da mesma por falta de título executivo, líquido, certo e exigível, e posterior arquivamento do feito.

Ao exame.

Infere-se dos autos que a Seção de Dissídios Coletivos deste Tribunal julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados no presente dissídio coletivo de greve, para *"declarar a abusividade da greve ocorrida no dia 29/05/2015 e autorizar o desconto salarial referente a este dia não trabalhado"* (f. 167/173), sendo certo que, no julgamento dos Embargos Declaratórios, confirmou-se a liminar parcialmente deferida na ação cautelar, processo nº 0010489-68.2015.5.03.0000, salientando-se que *"o desatendimento pelo Sindicato dos termos da liminar deferida pelo Desembargador Primeiro Vice-Presidente nos autos da Caulnom - 0010489-68.2015.5.03.0000 implicou o pagamento de multa lá fixada no montante de R\$100.000,00"* (f. 183/184 - grifei).

Ademais, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST, ao apreciar o Recurso Ordinário da mencionada decisão Regional apresentado pelo SINDIMETRO no DCG, rejeitou o requerimento de exclusão da *"MULTA APLICADA EM SEDE DE LIMINAR NA AÇÃO CAUTELAR INOMINADA"* (item 3 do acórdão f. 263/271), sendo que as questões relacionadas ao descumprimento da decisão liminar pelo SINDIMETRO e a aplicação da multa foram amplamente apreciadas neste tópico (art. 1008 do CPC). Vejamos:

'3. MULTA APLICADA EM SEDE DE LIMINAR NA AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. VALOR EXCESSIVO.

Conforme se observa da decisão de fls. 60/63, proferida na Caulnom nº 10489-68.2015.5.03.0000, o Desembargador 1º Vice-Presidente do TRT da 3ª Região, com fundamento no descumprimento, pelo SINDIMETRO, das determinações liminares relativas ao contingente mínimo de trabalhadores necessário ao atendimento da população no dia 29/5/2015, manteve a multa de R\$100.000,00 e determinou a comprovação de seu pagamento, no prazo de 10 dias, sob pena de execução.

Eis o teor da decisão:

'1 - O Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais - SINDIMETRO (Requerido), em observância ao prazo concedido na decisão Id. bd95dc9, apresenta defesa (Id. 20eab51) e documentos. Informa, de início, que o movimento paredista iniciou-se a "zero hora de quinta-feira e encerrando-se a zero de sexta-feira. Suscita a preliminar de nulidade da notificação, ao argumento de que o Sr. Victor Ferreira Santos não tem poderes para receber intimação, uma vez que seu nome não consta da ata de posse da atual diretoria (Id. f8cc9f0, p.1). Questiona os fatos certificados pelos

oficiais de justiça (Id. ba98172, p. 6, 12 e 18, Id. 07c4635, p. 1/2), notadamente quanto ao contato telefônico realizado com a presidente Alda Lúcia Fernandes dos Santos. Tece considerações sobre as razões que levaram a categoria a participar da paralisação e afirma que não foi procurado pela CBTU para estabelecer escala mínima. Ao final, aduz que a multa de R\$ 100.000,00 é exorbitante, inclusive porque ultrapassa o valor postulado na inicial.

2 - A Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU (Requerente), em idêntico prazo, manifesta-se sobre a defesa apresentada e anexa documento encaminhado pelo SINDIMETRO em 25.3.2015. Contradiz a preliminar formulada pelo Sindicato, ao argumento de que o empregado, Sr. Victor Ferreira Santos, foi indicado para ocupar vaga na diretoria do SINDIMETRO, com registro expresso no documento encaminhado pelo Requerido que passaria a "fazer jus dos deveres e prerrogativas dos demais diretores desta entidade, gestão 2013/2016" (Id. f41e594, p.1). Aduz que, em nenhum momento, o SINDIMETRO impugnou as alegações de ilegalidade da greve. Aduz, ainda, que os interesses dos trabalhadores foram sobrepostos em detrimento aos da coletividade. Alega que não se sustenta a afirmação do Requerido de que não foi intimado em tempo hábil para estabelecer escala mínima, haja vista que os dirigentes sindicais claramente se esquivaram de receber notificação, estando o Sindicato fechado, já no dia 28.5.15 (conforme certidões dos Oficiais), e os dirigentes não foram localizados em suas residências. Ressalta que o Sindicato/Requerido vem adotando "a mesma posição temerária ao longo dos anos conforme verificado nos Processos Caulnom-00627-2012-000-03-00-6 e Caulnom 0010237-02.2014.5", motivo pelo qual não há que se falar em diminuição do valor da multa. Pugna pela condenação do Requerido ao pagamento de multa por litigância de má-fé, tendo em vista a prática das condutas previstas no artigo 17, incisos II, IV, V e VI do CPC. Invoca, também, os artigos 14, 18 e 125 do CPC.

O que se extrai dos autos é a intenção deliberada do Requerido em descumprir decisão judicial, ao proceder de forma temerária, esquivando-se de receber notificação da liminar, a qual fixou os parâmetros para o exercício do direito de greve, em clara atitude contrária a lealdade e boa-fé processuais (art. 14, II, do CPC).

Conforme se infere das certidões Id. ba98172, p. 6 e Id. 07c4635, p. 1, por mais de uma vez os Oficiais de Justiça se dirigiram à sede do Sindicato, no dia anterior ao da noticiada greve (28.5.15), estando o local fechado, o que deixa evidente a intenção de obstar a intimação do Sindicato acerca da liminar (art. 14, IV, do CPC).

Não é crível que, na véspera da referida paralisação, ocasião em que a categoria profissional precisava se organizar para a mobilização, a entidade sindical se encontrasse de portas fechadas,

cujas únicas conclusões lógicas de tal ato seria a de dificultar efetivação de provimento judicial. Ademais, embora procurados em suas residências, nenhum dos dirigentes do Sindicato foi localizado, nem seus familiares se dispuseram a informar onde poderiam ser encontrados.

Não se pode deixar de registrar que a concessão da medida liminar foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação (jornais, televisão, sites etc), em 28 e 29.5.15, sendo, portanto, de conhecimento público.

Conclui-se que o Sindicato Profissional, sabendo da possibilidade de ser deferida medida liminar, mormente por se tratar de atividade essencial e dos prejuízos que a paralisação ocasionaria à população, preparou artifícios para opor resistência injustificada à intimação (art. 17 do CPC).

Acrescenta-se, por oportuno, que tal postura atentatória ao exercício da jurisdição vem se tornando prática habitual do SINDIMETRO, como se pode inferir das Ações Cautelares 0000627-78.2012.5.03.0000 e 0010237-02.2014.5.03.0000, nas quais houve expressa confissão do descumprimento da liminar pela Presidente, sendo que, na última ação, que se encontra ainda *sub judice*, este Tribunal aplicou a *astreinte* arbitrada na decisão.

A despeito de todas as manobras tentadas pelo Requerido para evitar a sua notificação, o Sr. Victor Ferreira Santos foi cientificado da decisão liminar, conforme certidão Id. ba98172, p. 6. E, ao contrário do que quer fazer parecer o SINDIMETRO, o documento Id. f41e594, p. 1, assinado pela sua Presidente e anexado aos autos pela CBTU, não deixa dúvidas de que o referido empregado integra o corpo diretivo do Sindicato.

Logo, por estar devidamente notificado o Sindicato Requerido, inequívoca a conduta desrespeitosa por ele praticada, objetivando criar embaraços à efetivação de provimento judicial liminar Id. bd95dc9.

Considerando o interesse público envolvido, o reiterado desrespeito do SINDIMETRO às decisões liminares proferidas por este Tribunal e sob pena de violação à Ordem Constitucional vigente, mostra-se razoável manter o valor da *astreinte* fixada, que, registra-se, não foi capaz de compelir o Sindicato a cumprir a determinação judicial.

Nos termos do art. 14, V, do CPC, são deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo, cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final. Sua inobservância constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição, consoante disposto no parágrafo único do referido artigo.

Cabe transcrever recente decisão da SDC deste Tribunal, envolvendo as mesmas partes e o descumprimento de ordem

liminar pelo SINDIMETRO, a qual manteve a cobrança da multa:

'ante o categórico e frontal descumprimento da determinação judicial, o Exm^o. Desembargador Primeiro Vice-Presidente aplicou a multa e determinou sua execução, que agora se aprecia em sede de Agravo de Petição em face de Embargos à Execução.

Como visto, na hipótese dos autos, embora, de fato, não havendo o ajuizamento posterior da ação principal dentro do trintídio legal e, assim, isto ter implicado na cessação da eficácia do provimento cautelar, trata-se de ação cautelar em que há coisa julgada material, revelando a natureza satisfativa da multa, que não necessita para sua subsistência do ajuizamento de ação principal.

(...)

Conclui-se, portanto que o não ajuizamento da ação principal no trintídio posterior à efetivação da medida satisfativa deferida em ação cautelar não acarreta, por si só e de forma automática, na extinção do processo, pois os arts. 806 e 808, I, do CPC dispõem que a não propositura da ação principal no prazo devido somente ocasiona a cessação da eficácia da medida cautelar deferida, de modo que eventual interpretação extensiva impõe consequência restritiva além da firmada em Lei, constituindo violação reflexa aos princípios da legalidade e do devido processo legal, visto que o legislador estipulou que, nessas hipóteses, a perda da eficácia da tutela é suficiente para conservar o tratamento isonômico às partes, em especial na hipótese dos autos, em que subsiste multa acobertada pela coisa julgada' (Caulnom-0010237-02.2014.5.03.0000, Relator Desembargador: Sebastião Geraldo de Oliveira, Data de Julgamento: 18.12.14, Seção de Dissídios Coletivos, Data de Publicação 19.1.15)

Assim sendo e, tendo em vista os Princípios da Lealdade Processual e da Dignidade da Justiça, impõe-se a cobrança da multa fixada, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), cujo pagamento deverá ser comprovado nos autos, no prazo de 10 dias, sob pena de execução.

Registro que a mencionada multa será, oportunamente, revertida em favor do Hospital Mário Pena1 (fls. 60/63).

Requer o SINDIMETRO, à fl. 197 de seu recurso ordinário, a exclusão da multa aplicada, aos argumentos de que não foi noticiado em tempo hábil acerca da liminar; de que o valor se mostra exorbitante; e de que o pedido constante da petição inicial foi de R\$50.000,00.

Conforme já dito, nos termos do art. 11 da Lei nº 7.783/1989, quando o direito de greve é exercido em atividades ou serviços essenciais, os sindicatos, ou os empregados e empregadores, obrigam-se a garantir a prestação dos serviços mínimos, suficientes ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, enquanto durar a paralisação.

Ocorre que, se não há a autocomposição das partes nesse sentido, os danos à população devem ser evitados e, para isso, o Poder Público passa a interferir no movimento, fixando parâmetros de contingente mínimo de funcionamento das atividades essenciais à população e alertando o ente sindical acerca das consequências jurídicas que poderão advir do não cumprimento das obrigações legais relativas à manutenção, ao menos parcial, dos serviços. A possibilidade de o magistrado fixar multa diária por descumprimento da obrigação de fazer, imposta em decisão judicial liminar nos casos dos dissídios coletivos de greve, encontra amparo no art. 11 da Lei nº 7.783/1989, bem como nos arts. 536 e 537 do CPC/2015, que estabelecem, no que interessa:

'Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente. § 1 - Para atender ao disposto no *caput*, o juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.'

'Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

§ 1º - O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que:

I - se tornou insuficiente ou excessiva;

II - o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento.

(...).

§ 4º - A multa será devida desde o dia em que se configurar o descumprimento da decisão e incidirá enquanto não for cumprida a decisão que a tiver cominado. (...).'

Assim, nos dissídios coletivos de greve, a penalidade imposta objetiva não só tutelar o direito da população de não ser exposta a perigo iminente, o qual atente contra a sua sobrevivência, saúde ou segurança, em decorrência da falta de serviços concebidos pela Lei de Greve como necessidades inadiáveis da comunidade, mas garantir a efetividade das decisões judiciais perante a sociedade, desestimulando os entes sindicais de agirem conforme suas conveniências, sem respeitar as ordens emanadas. Portanto, apresenta natureza mandamental.

Trata-se, ademais, de faculdade do Juízo (§ 1º do art. 536 do CPC/2015) a conveniência de sua aplicação, bem como a estipulação de seu valor, com base nas circunstâncias da ocorrência do conflito.

Os registros feitos quando da análise a Ação Cautelar (fls. 60/63) dão conta de que o Sindicato réu teve "a intenção deliberada em descumprir decisão judicial, procedendo de forma temerária, esquivando-se de receber notificação da liminar, a qual fixou os parâmetros para o exercício do direito de greve, em clara atitude contrária a lealdade e boa-fé processuais", acrescentando que "não é crível que, na véspera da referida paralisação, ocasião em que a categoria profissional precisava se organizar para a mobilização, a entidade sindical se encontrasse de portas fechadas, cuja única conclusão lógica de tal ato seria a de dificultar efetivação de provimento judicial".

Observam-se, ainda, as afirmações do Juízo de que "a concessão da medida liminar foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação (jornais, televisão, sites etc), em 28 e 29.5.15, sendo, portanto, de conhecimento público. Conclui-se que o Sindicato Profissional, sabendo da possibilidade de ser deferida medida liminar, mormente por se tratar de atividade essencial e dos prejuízos que a paralisação ocasionaria à população, preparou artifícios para opor resistência injustificada à intimação (art. 17 do CPC)".

Acresce-se que a circunstância de o Sindicato ter tentado evitar o recebimento da notificação liminar e a informação de que a sede do Sindicato se encontrava fechada elidem as alegações de que o SINDIMETRO não foi procurado pela empresa, a fim de se estabelecer uma escala mínima para funcionamento do transporte metroviário, de forma a que a população fosse atendida.

O fato é que, ao fixar o valor da multa pelo descumprimento da liminar, em R\$100.000,00, entendeu o Juízo por considerar, não apenas o fato de o SINDIMETRO não ter cumprido os provimentos mandamentais e de ter criado embaraços à efetivação da decisão judicial, de natureza antecipatória, mas também de ter agido de forma temerária e de ter preparado artifícios para opor resistência injustificada à intimação, conduta tipificada no art. 17 do CPC/73 (art. 80 do CPC de 2015).

Ressalta-se que o entendimento desta Seção Especializada tem sido o de considerar que o valor de R\$100.000,00, a título de multa diária, a ser paga pela entidade sindical, no caso de descumprimento da ordem judicial liminar, mostra-se excessivo, devendo, via de regra, ser reduzido para R\$50.000,00. Nesse sentido, o seguinte julgado:

'RECURSOS ORDINÁRIOS INTERPOSTOS PELAS PARTES. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. ABUSIVIDADE.

DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. MULTAS IMPOSTAS AO SINDICATO PROFISSIONAL E AOS SINDICATOS ECONÔMICOS. 1. Trata-se de hipótese em que tanto o sindicato profissional como as entidades sindicais patronais pugnam a exclusão das multas cominatórias que lhes foram impostas em decorrência do não cumprimento da decisão liminar que determinara a manutenção dos serviços mínimos. 2. Quanto ao recurso interposto pelo sindicato profissional, verifica-se que não houve, por parte dessa entidade sindical, esforço algum para garantir, ao menos parcialmente, o atendimento das necessidades da comunidade, conforme exige o art. 11 da Lei de Greve, porquanto ocorreu suspensão total das atividades pelos trabalhadores. Todavia, considerando as peculiaridades do caso, o porte do sindicato e os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, justifica-se a redução do valor da multa para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na forma do que dispõe o art. 461, § 6º, do Código de Processo Civil e dos precedentes desta Corte Superior. (...) (RO -544-08.2012.5.05.0000, Rel. Min. Walmir Oliveira da Costa, DEJT 16/08/2013.)

Todavia, diante das particularidades descritas na decisão da ação cautelar, bem como no acórdão recorrido, não só em relação à inércia do Sindicato profissional diante dos provimentos mandamentais, mas principalmente ao fato de ter criado embaraços à efetivação daquelas determinações, denota-se que houve a aplicação da multa prevista no art. 81 do CPC/2015 em conjunto com as *astreintes*, o que afasta que se decida na forma da jurisprudência desta Seção Especializada, no que diz respeito à redução da multa fixada em sede de tutela antecipatória.

Acrescenta-se, por fim, que o valor fixado não extrapolou os limites do pedido, pois, conforme se observa da inicial da ação cautelar inominada, a condenação do Sindicato ao pagamento da multa foi assim pleiteada:

'C) Seja condenado o Requerido ao pagamento de multa pelo descumprimento, no valor mínimo de R\$756.000,00 (setecentos e cinquenta e seis mil reais) - considerando-se o diário do bilhete ida/volta R\$ 3,60 multiplicado pelo número diário de usuários (média): 210 mil passageiros, ou outro valor superior que venha a ser arbitrado por esse E. Tribunal Regional, no caso de descumprimento do pedido elencado no item "a" e "b", considerando o caráter punitivo e educador da medida; ressaltando a Requerente que a pena de multa diária no valor de **R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) cominada por este Egrégio Tribunal** nos autos da Caulnom 0010237-02.2014.5.03.0000 revelou-se ineficaz"(fl. 38 - grifos apostos).

Pelo exposto, nego provimento ao recurso". (grifos acrescidos).

Diante disso, o Colendo TST, em 09/05/2016, ao que se infere dos

autos da ação cautelar 0010489-68.2015.5.03.0000, julgou prejudicado o exame do mérito do Recurso Ordinário do SINDIMETRO interposto na mencionada cautelar, por perda de objeto da mesma, na medida em que o recurso ordinário nos autos do processo principal foi julgado em 11/04/2016.

Frise-se que o tema objeto do Recurso Ordinário do SINDIMETRO interposto na mencionada ação cautelar já havia sido apreciado pela mesma Seção Especializada do TST e que "não há mais tutela preventiva a ser resguardada", em virtude da apreciação e do julgamento do Recurso Ordinário interposto no DCG "em relação ao qual a presente ação cautelar é incidental" (acórdão proferido nos autos do processo 10489-68.2015.5.03.0000).

Os acórdãos mencionados transitaram em julgado, pelo que, ao contrário do que tenta fazer crer o SINDIMETRO, **não há dúvida acerca de sua condenação ao pagamento de multa por descumprimento de ordem judicial no importe histórico de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), embora tal aspecto condenatório, inserido no acórdão, não conste, de fato, do dispositivo proferido no acórdão do dissídio coletivo de greve.**

Pois bem.

O art. 504 do CPC dispõe que "*não fazem coisa julgada: I - os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença; (...).*", sendo certo que é o *decisum* da sentença, por meio do qual o juiz sintetiza o julgamento procedido que produz coisa julgada, sendo exceção à regra a fundamentação que seja integrativa do comando contido no dispositivo quando o magistrado decide a controvérsia expressando seus motivos e dispõe logo a seguir os limites do *decisum*. Neste caso, a fundamentação, quando meio indispensável à lógica e plena compreensão da conclusão constante do dispositivo, com ele também faz coisa julgada.

Neste aspecto, aliás, Moacyr Amaral Santos, ao comentar o inciso do art. 469 do antigo CPC (atual art. 504, I, do NCPC), ensina que: "*(...) Seguindo a orientação da doutrina germânica, declara o artigo que se analisa: 'Não fazem coisa julgada: I - os motivos...'. Estes apenas se prestam para o esclarecimento do dispositivo, e com essa função esclarecedora podem se inserir a este, sem que, entretanto, se reflitam fora do processo com autoridade de coisa julgada. (...) Todavia, insta não olvidar que, no desenvolvimento da motivação, se aproveita o juiz para, desde logo, decidir quanto a pedidos; aí, nesse ponto, há decisum. 'Se o motivo dispõe, há decisum.' Nesse sentido, perfeito o ensinamento de Liebman, geralmente repetido: 'É exato dizer que a coisa julgada se restringe à parte dispositiva da sentença; a essa expressão, todavia, deve dar-se um sentido substancial e não formalista, de modo que abranja*

não só a fase final da sentença, como também qualquer outro ponto em que tenha o juiz eventualmente provido sobre os pedidos das partes (...) (in Comentários ao Código de Processo Civil. Volume IV, Rio de Janeiro: Forense, 1982. 3ª ed. atualizada. p. 446/447).

Vale também citar a lição de José Augusto Rodrigues Pinto, *verbis*: '*Motivo é a exteriorização do convencimento do Juízo, em função do qual decidirá num sentido e em outro. Dispositivo é a determinação do Juízo a respeito do direito que apreciou. Ou seja, o julgador, sucessivamente, expõe (e isso não penetra os limites objetivos da Coisa Julgada) e dispõe (e isso é a Coisa Julgada, compreendida como a substância do que será objeto de cumprimento).* (...) *Pois bem, sempre que o Juízo dispuser (ainda que, formalmente, o dispositivo esteja incrustado nos motivos) se estará dentro dos limites objetivos da Coisa Julgada.*' (in Processo Trabalhista de Conhecimento. São Paulo: LTr, 2005. 7ª ed., p. 570).

Corrobora tal entendimento o julgado do TST:

"AUSÊNCIA DE OFENSA À COISA JULGADA. PARTE DISPOSITIVA. INTERPRETAÇÃO DA PARTE FINAL DA DECISÃO EM CONFORMIDADE COM OS SEUS MOTIVOS E FUNDAMENTOS. CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL. Nos termos do artigo 469 do CPC, somente faz coisa julgada material a parte dispositiva da decisão, a qual, no entanto, compreende não apenas sua conclusão, em que, ao final, se proclama, em regra, a resolução do mérito da demanda posta em Juízo, no sentido de sua procedência ou improcedência total ou parcial, mas também qualquer outro ponto substancial residente no julgado em que tenha havido acolhimento ou rejeição da pretensão. Dessa maneira, a parte final da decisão deve ser interpretada em consonância com os motivos e fundamentos nela explicitados, tendo alcance compatível com a intenção do julgador quando formula o seu julgamento. É exatamente por isso, aliás, que o mesmo artigo 469 do diploma processual comum, em seu inciso I, depois de proclamar que os motivos da decisão não fazem em si mesmos coisa julgada, ressalva, expressamente, que esses são "importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença". Ou seja, para que se possa estabelecer o que realmente compõe, materialmente, o dispositivo da decisão, deve-se levar em conta o seu conteúdo, e não apenas a forma como ela está redigida. Na hipótese, conforme se infere da decisão regional, houve expressa e inequívoca decisão favorável ao direito dos empregados substituídos às diferenças de complementação de aposentadoria, decorrentes da inclusão, na base de cálculo do benefício, da parcela denominada PL-DL 1971. E, embora o Redator designado daquele Colegiado para o julgamento do recurso ordinário da reclamada tenha mantido "as razões de decidir do ilustre Relator" quanto à procedência do pedido em questão, a Secretaria da

Turma, ao elaborar a certidão de julgamento, fez constar na parte dispositiva que "os recursos foram providos para julgar improcedente a reclamação". Dessa maneira, verificada a contradição existente entre o entendimento externado na fundamentação do acórdão do recurso ordinário e respectivo dispositivo, não há falar em ofensa à coisa julgada, que, repita-se, não está adstrita à parte dispositiva da decisão, e sim em erro material, que pode ser sanado a qualquer tempo, mormente porque a correção do erro constitui mister inerente à função jurisdicional. Ileso, portanto, o artigo 5º, incisos XXXVI, LIV e LV, da Constituição Federal. Recurso de revista não conhecido' (Processo: RR - 123600 -04.2006.5.05.0028 Data de Julgamento: 09/09/2015, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/09/2015). (grifei).

Conquanto não esteja expresso na parte dispositiva do DCG a condenação a respeito da multa de R\$100.000,00, pelo não cumprimento do Sindicato aos termos da liminar deferida pelo Desembargador Primeiro Vice-Presidente nos autos da ação cautelar - 0010489-68.2015.5.03.0000, na qual se acha expressa a cominação da multa, **não se constata ofensa à coisa julgada a apuração da parcela condenatória, na medida em que a fundamentação proferida nos autos principais do dissídio coletivo de greve, sobretudo no TST, possui conteúdo decisório, ou seja, o juiz emite prestação jurisdicional de cunho decisório acerca da questão controvertida, razão pela qual a coisa julgada não está adstrita tão somente à parte dispositiva do julgado, mas, também, a outro ponto que venha a ser acolhido ou rejeitado no pedido, adotando, portanto, interpretação sentencial substancialista e não formalista.** Desta forma, deve-se buscar a interpretação da sentença, para a exata fixação da condenação com força de título executivo judicial, segundo o que nela se contém expresso e no seu todo, não se podendo olvidar que a condenação compreende, na hipótese disposto vertente, a multa pela inobservância da mencionada liminar nos fundamentos do *decisum*.

Assim, deve-se levar em conta que, mesmo não fazendo coisa julgada, a fundamentação deve ser considerada para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, principalmente quando o Juízo dispuser expressamente nos motivos, havendo, pois, *decisum* na motivação do julgado.

Destarte, a liquidação e os trâmites da execução no Processo do Trabalho devem obedecer à decisão exequenda, sob pena de ofensa à *res judicata*. Se os cálculos de liquidação de sentença foram efetuados estritamente de acordo com o determinado pela decisão liquidanda de mérito, quanto à apuração da multa em questão, não merece provimento a pretensão do Sindicato

Agravante, porquanto viola os dispositivos constitucionais atinentes à coisa julgada (art. 5º, inc. XXXVI) e ao art. 504, I, do NCP, estando, pois, escorregada a decisão que julgou improcedentes os embargos à execução.

Nego, pois, provimento. (fls. 281/289 - seq. 14 - grifos apostos)

Sustenta o SINDIMETRO, às fls. 327/336 (seq. 14) de seu recurso ordinário, que não discute se é justa ou injusta a aplicação da multa, e que a controvérsia se refere à questão processual - condição da ação e pressuposto processual. Alega ter recebido o mandado de citação para pagar, em 48 horas, sob pena de penhora, o valor de **R\$102.280,25**, relativo à suposta multa por descumprimento de ordem judicial, ter oposto embargos à execução - julgados improcedentes - e, posteriormente, interposto agravo de petição, que também teve seu provimento negado, no qual sustentava a inexistência de título executivo passível de execução. Afirma que o recurso ordinário interposto nos autos da ação principal - DCG - foi analisado e julgado antes do recurso ordinário interposto na ação cautelar e que, no dissídio coletivo, a única condenação passível de execução, a qual teria constado da parte dispositiva do acórdão regional, foi aquela pertinente às custas processuais. Conforme salienta, ao julgar os recursos ordinários interpostos, tanto na ação cautelar, como no dissídio coletivo de greve, o TST manteve as condenações das referidas ações, não tendo constado sequer a ratificação da condenação da multa cominada na ação cautelar. Assevera que a execução tem por objetivo a satisfação do direito reconhecido na decisão judicial (título executivo judicial) ou no ato negocial ao qual a lei confere força executiva (título executivo extrajudicial), a teor dos arts. 876 da CLT e 783 e 786 do CPC; que a execução trabalhista tem por base um título executivo judicial ou extrajudicial; e que a execução somente pode ser instaurada na presença de obrigação certa, líquida e exigível, consubstanciada em título executivo, nos termos do art. 515 do CPC. Segundo acresce, os cálculos procedidos pelo Tribunal Regional, relativos à multa, não pertencem a este processo. Requer o provimento do recurso ordinário, com a extinção da execução por falta de título executivo líquido, certo e exigível, e o arquivamento do feito.

Ao exame.

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU ajuizou ação cautelar inominada (AC-10489-68.2015.5.03.0000), como medida preparatória da ação declaratória de abusividade de greve (DCG-10650-78.2015.5.03.0000), contra o Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais - SINDIMETRO, com o objetivo de obstar a paralisação anunciada pelo sindicato profissional.

O Desembargador 1º Vice-Presidente do TRT da 3ª Região, embora

considerando que a paralisação duraria apenas 24 horas, deferiu, em parte, a liminar requerida, estabelecendo o funcionamento de, no mínimo, 50% dos trens no horário de pico, ou seja, das 5h30 às 10h e das 16h às 20h, de segunda a sexta-feira, permanecendo em atividade quantos trabalhadores fossem necessários para o cumprimento de tal determinação. Fixou, ainda, o contingente mínimo de funcionamento nos demais setores metroviários e dispôs que o descumprimento da decisão acarretaria a multa diária de R\$100.000,00, além da possibilidade de apuração de eventual responsabilidade pessoal dos dirigentes sindicais, inclusive, a de natureza penal (arts. 9º, § 2º, da CF e 15, *caput*, da Lei de Greve). O Tribunal Regional do Trabalho, analisando a Ação Cautelar, confirmou os termos da liminar *inaudita altera pars*, mantendo a imposição de multa aplicada ao Sindicato então requerido.

Houve, também, o ajuizamento do dissídio coletivo de greve, pela CBTU, julgado procedente pelo Tribunal Regional em relação às questões da abusividade da greve e do pagamento do dia parado. O Sindicato profissional interpôs recursos ordinários em ambos os processos. Na ação cautelar, insurgiu-se contra a condenação ao pagamento da multa. **No dissídio coletivo, além de defender o direito de greve, contestou o pedido de manutenção da multa aplicada, alegando que a penalidade era indevida; que não fora notificado, em tempo hábil, da liminar proferida; e que o valor arbitrado se mostrava exorbitante.**

Ocorre que, quando do exame do recurso ordinário interposto nos autos da cautelar, constatou-se a perda de seu objeto, na medida em que as questões nele versadas - entre elas, a questão da aplicação da multa pelo descumprimento da determinação liminar - já haviam sido examinadas e julgadas por esta Seção Especializada, em 11/4/2016, no dissídio coletivo de greve. Assim, com fundamento nos arts. 796 e 807 do CPC de 1973, esta SDC, em 9/5/2016, julgou prejudicado o exame do mérito do recurso ordinário interposto na Caulnom.

Em relação ao dissídio coletivo de greve, a parte dispositiva do acórdão regional havia apresentado o seguinte teor:

Julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial para declarar a abusividade da greve ocorrida no dia 29/05/2015 e autorizar o desconto salarial referente a este dia não trabalhado. Improcedente o pedido de pagamento de honorários advocatícios. Custas, pelo suscitado, no importe de R\$2.000,00 (dois mil reais), calculadas sobre R\$100.000,00 (cem mil reais), valor dado à causa. (fl. 173 da seq. 3)

De outro lado, segundo se verifica do Sistema de Informações Judiciárias - SIJ, a parte dispositiva do acórdão que julgou a Ação

Cautelar nº 10489-68.2015.5.03.0000 teve a seguinte redação:

Conheço da ação cautelar e, no mérito, confirmo a liminar *inaudita altera pars*, nos termos da decisão monocrática de id bd95dc9, mantendo a imposição da multa no montante de R\$100.000,00 aplicada ao Sindicato requerido. Custas pelo requerido, no montante de R\$2.000,00, calculadas sobre o valor da condenação.

Conquanto o Regional não tivesse analisado a questão da multa neste dissídio coletivo de greve, fazendo apenas menção ao descumprimento da liminar proferida nos autos da Ação Cautelar, quando examinou a questão da abusividade da greve, o próprio sindicato profissional, no recurso ordinário interposto nos autos desta ação, submeteu a questão da multa à análise e julgamento por este Tribunal, requerendo, ao final, a revogação da liminar e da multa aplicada, conforme se observa à fl. 197 (seq. 3) destes autos. Portanto, a questão relativa à multa foi levada à discussão no dissídio coletivo de greve, podendo-se inferir, da leitura do acórdão que julgou o recurso ordinário do SINDIMETRO, que houve o cuidado de se transcrever o inteiro teor da decisão proferida na Ação Cautelar, que determinou a *cobrança da multa fixada, no valor de R\$100.000,00 (...)*; que houve a transposição dos argumentos do sindicato profissional relativos à exclusão da multa e ao valor por ele considerado excessivo; e que o tema foi minuciosamente analisado por este Colegiado, sob a égide dos dispositivos legais pertinentes, sendo expostos os fundamentos relativos ao descumprimento dos contingentes mínimos fixados na ordem judicial; à possibilidade de fixação da multa, em sede de liminar, nas ações cautelares preparatórias dos dissídios coletivos de greve; nos dissídios coletivos de greve; à intenção deliberada do sindicato profissional em descumprir a decisão; ao valor fixado; e à impossibilidade de redução da referida importância, em face das particularidades descritas, decidindo esta SDC por negar provimento ao recurso ordinário do suscitado.

Eis o teor do acórdão desta SDC que examinou a questão da multa no recurso ordinário interposto pelo SINDIMETRO neste dissídio coletivo de greve:

3. MULTA APLICADA EM SEDE DE LIMINAR NA AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. VALOR EXCESSIVO.

Conforme se observa da decisão de fls. 60/63, proferida na Caulnom nº 10489-68.2015.5.03.0000, o Desembargador 1º Vice-Presidente do TRT da 3ª Região, com fundamento no descumprimento, pelo SINDIMETRO, das determinações liminares relativas ao contingente mínimo de trabalhadores necessário ao atendimento da população no dia 29/5/2015, manteve a multa de

R\$100.000,00 e determinou a comprovação de seu pagamento, no prazo de 10 dias, sob pena de execução.

Eis o teor da decisão:

'1 - O Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais - SINDIMETRO (Requerido), em observância ao prazo concedido na decisão Id. bd95dc9, apresenta defesa (Id. 20eab51) e documentos. Informa, de início, que o movimento paredista iniciou-se a "*zero hora de quinta-feira e encerrando-se a zero de sexta-feira*". Suscita a preliminar de nulidade da notificação, ao argumento de que o Sr. Victor Ferreira Santos não tem poderes para receber intimação, uma vez que seu nome não consta da ata de posse da atual diretoria (Id. f8cc9f0, p.1). Questiona os fatos certificados pelos oficiais de justiça (Id. ba98172, p. 6, 12 e 18, Id. 07c4635, p. 1/2), notadamente quanto ao contato telefônico realizado com a presidente Alda Lúcia Fernandes dos Santos. Tece considerações sobre as razões que levaram a categoria a participar da paralisação e afirma que não foi procurado pela CBTU para estabelecer escala mínima. Ao final, aduz que a multa de R\$ 100.000,00 é exorbitante, inclusive porque ultrapassa o valor postulado na inicial.

2 - A Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU (Requerente), em idêntico prazo, manifesta-se sobre a defesa apresentada e anexa documento encaminhado pelo SINDIMETRO em 25.3.2015. Contradiz a preliminar formulada pelo Sindicato, ao argumento de que o empregado, Sr. Victor Ferreira Santos, foi indicado para ocupar vaga na diretoria do SINDIMETRO, com registro expresso no documento encaminhado pelo Requerido que passaria a "*fazer jus dos deveres e prerrogativas dos demais diretores desta entidade, gestão 2013/2016*" (Id. f41e594, p.1). Aduz que em nenhum momento o SINDIMETRO impugnou as alegações de ilegalidade da greve. Aduz, ainda, que os interesses dos trabalhadores foram sobrepostos em detrimento aos da coletividade. Alega que não se sustenta a afirmação do Requerido de que não foi intimado em tempo hábil para estabelecer escala mínima, haja vista que os dirigentes sindicais claramente se esquivaram de receber notificação, estando o Sindicato fechado já no dia 28.5.15 (conforme certidões dos Oficiais) e os dirigentes não foram localizados em suas residências. Ressalta que o Sindicato/Requerido vem adotando "*a mesma posição temerária ao longo dos anos conforme verificado nos Processos Caulnom-00627-2012-000-03-00-6 e Caulnom 0010237-02.2014.5*", motivo pelo qual não há que se falar em diminuição do valor da multa. Pugna pela condenação do Requerido ao pagamento de multa por litigância de má-fé, tendo em vista a prática das condutas previstas no artigo 17, incisos II, IV, V e VI do CPC. Invoca, também, os artigos 14, 18 e 125 do CPC.

O que se extrai dos autos é a intenção deliberada do Requerido em descumprir decisão judicial, ao proceder de forma temerária, esquivando-se de receber notificação da liminar, a qual fixou os parâmetros para o exercício do direito de greve, em clara atitude contrária a lealdade e boa-fé processuais (art. 14, II, do CPC).

Conforme se infere das certidões Id. ba98172, p. 6 e Id. 07c4635, p. 1, por mais de uma vez os Oficiais de Justiça se dirigiram à sede do Sindicato, no dia anterior ao da noticiada greve (28.5.15), estando o local fechado, o que deixa evidente a intenção de obstar a intimação do Sindicato acerca da liminar (art. 14, IV, do CPC).

Não é crível que, na véspera da referida paralisação, ocasião em que a categoria profissional precisava se organizar para a mobilização, a entidade sindical se encontrasse de portas fechadas, cuja única conclusão lógica de tal ato seria a de dificultar efetivação de provimento judicial. Ademais, embora procurados em suas residências, nenhum dos dirigentes do Sindicato foi localizado, nem seus familiares se dispuseram a informar onde poderiam ser encontrados.

Não se pode deixar de registrar que a concessão da medida liminar foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação (jornais, televisão, sites etc), em 28 e 29.5.15, sendo, portanto, de conhecimento público.

Conclui-se que o Sindicato Profissional, sabendo da possibilidade de ser deferida medida liminar, mormente por se tratar de atividade essencial e dos prejuízos que a paralisação ocasionaria à população, preparou artifícios para opor resistência injustificada à intimação (art. 17 do CPC).

Acrescenta-se, por oportuno, que tal postura atentatória ao exercício da jurisdição vem se tornando prática habitual do SINDIMETRO, como se pode inferir das Ações Cautelares 0000627-78.2012.5.03.0000 e 0010237-02.2014.5.03.0000, nas quais houve expressa confissão do descumprimento da liminar pela Presidente, sendo que, na última ação, que se encontra ainda *sub judice*, este Tribunal aplicou a *astreinte* arbitrada na decisão.

A despeito de todas as manobras tentadas pelo Requerido para evitar a sua notificação, o Sr. Victor Ferreira Santos foi cientificado da decisão liminar, conforme certidão Id. ba98172, p. 6. E, ao contrário do que quer fazer parecer o SINDIMETRO, o documento Id. f41e594, p. 1, assinado pela sua Presidente e anexado aos autos pela CBTU, não deixa dúvidas de que o referido empregado integra o corpo diretivo do Sindicato.

Logo, por estar devidamente notificado o Sindicato Requerido, inequívoca a conduta desrespeitosa por ele praticada, objetivando criar embaraços à efetivação de provimento judicial liminar Id. bd95dc9.

Considerando o interesse público envolvido, o reiterado desrespeito

do SINDIMETRO às decisões liminares proferidas por este Tribunal e sob pena de violação à Ordem Constitucional vigente, mostra-se razoável manter o valor da *astreinte* fixada, que, registra-se, não foi capaz de compelir o Sindicato a cumprir a determinação judicial.

Nos termos do art. 14, V, do CPC, são deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo, cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final. Sua inobservância constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição, consoante disposto no parágrafo único do referido artigo.

Cabe transcrever recente decisão da SDC deste Tribunal, envolvendo as mesmas partes e o descumprimento de ordem liminar pelo SINDIMETRO, a qual manteve a cobrança da multa: 'ante o categórico e frontal descumprimento da determinação judicial, o Exm^o. Desembargador Primeiro Vice-Presidente aplicou a multa e determinou sua execução, que agora se aprecia em sede de Agravo de Petição em face de Embargos à Execução.

Como visto, na hipótese dos autos, embora, de fato, não havendo o ajuizamento posterior da ação principal dentro do trintídio legal e, assim, isto ter implicado na cessação da eficácia do provimento cautelar, trata-se de ação cautelar em que há coisa julgada material, revelando a natureza satisfativa da multa, que não necessita para sua subsistência do ajuizamento de ação principal. (...).

Conclui-se, portanto que o não ajuizamento da ação principal no trintídio posterior à efetivação da medida satisfativa deferida em ação cautelar não acarreta, por si só e de forma automática, na extinção do processo, pois os arts. 806 e 808, I, do CPC dispõem que a não propositura da ação principal no prazo devido somente ocasiona a cessação da eficácia da medida cautelar deferida, de modo que eventual interpretação extensiva impõe consequência restritiva além da firmada em Lei, constituindo violação reflexa aos princípios da legalidade e do devido processo legal, visto que o legislador estipulou que, nessas hipóteses, a perda da eficácia da tutela é suficiente para conservar o tratamento isonômico às partes, em especial na hipótese dos autos, em que subsiste multa acobertada pela coisa julgada' (Caulnom-0010237-02.2014.5.03.0000, Relator Desembargador: Sebastião Geraldo de Oliveira, Data de Julgamento: 18.12.14, Seção de Dissídios Coletivos, Data de Publicação 19.1.15)

Assim sendo e, tendo em vista os Princípios da Lealdade Processual e da Dignidade da Justiça, impõe-se a cobrança da multa fixada, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), cujo pagamento deverá ser comprovado nos autos, no prazo de 10 dias, sob pena de execução.

Registro que a mencionada multa será, oportunamente, revertida

em favor do Hospital Mário Pena (fls. 60/63).

Requer o SINDIMETRO, à fl. 197 de seu recurso ordinário, a exclusão da multa aplicada, aos argumentos de que não foi noticiado em tempo hábil acerca da liminar; de que o valor se mostra exorbitante; e de que o pedido constante da petição inicial foi de R\$50.000,00.

Conforme já dito, nos termos do art. 11 da Lei nº 7.783/1989, quando o direito de greve é exercido em atividades ou serviços essenciais, os sindicatos, ou os empregados e empregadores, obrigam-se a garantir a prestação dos serviços mínimos, suficientes ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, enquanto durar a paralisação.

Ocorre que, se não há a autocomposição das partes nesse sentido, os danos à população devem ser evitados e, para isso, o Poder Público passa a interferir no movimento, fixando parâmetros de contingente mínimo de funcionamento das atividades essenciais à população e alertando o ente sindical acerca das consequências jurídicas que poderão advir do não cumprimento das obrigações legais relativas à manutenção, ao menos parcial, dos serviços.

A possibilidade de o magistrado fixar multa diária por descumprimento da obrigação de fazer, imposta em decisão judicial liminar nos casos dos dissídios coletivos de greve, encontra amparo no art. 11 da Lei nº 7.783/1989, bem como nos arts. 536 e 537 do CPC/2015, que estabelecem, no que interessa:

'Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente. § 1º Para atender ao disposto no *caput*, o juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.'

'Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

§ 1º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que:

I - se tornou insuficiente ou excessiva;

II - o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento.

(...).

§ 4º A multa será devida desde o dia em que se configurar o

descumprimento da decisão e incidirá enquanto não for cumprida a decisão que a tiver cominado. (...).'

Assim, nos dissídios coletivos de greve, a penalidade imposta objetiva não só tutelar o direito da população de não ser exposta a perigo iminente, o qual atente contra a sua sobrevivência, saúde ou segurança, em decorrência da falta de serviços concebidos pela Lei de Greve como necessidades inadiáveis da comunidade, mas garantir a efetividade das decisões judiciais perante a sociedade, desestimulando os entes sindicais de agirem conforme suas conveniências, sem respeitar as ordens emanadas. Portanto, apresenta natureza mandamental.

Trata-se, ademais, de faculdade do Juízo (§ 1º do art. 536 do CPC/2015) a conveniência de sua aplicação, bem como a estipulação de seu valor, com base nas circunstâncias da ocorrência do conflito.

Os registros feitos quando da análise a Ação Cautelar (fls. 60/63) dão conta de que o Sindicato réu teve a *intenção deliberada em descumprir decisão judicial, procedendo de forma temerária, esquivando-se de receber notificação da liminar, a qual fixou os parâmetros para o exercício do direito de greve, em clara atitude contrária a lealdade e boa-fé processuais*, acrescentando que *não é crível que, na véspera da referida paralisação, ocasião em que a categoria profissional precisava se organizar para a mobilização, a entidade sindical se encontrasse de portas fechadas, cuja única conclusão lógica de tal ato seria a de dificultar efetivação de provimento judicial*.

Observam-se, ainda, as afirmações do Juízo de que *a concessão da medida liminar foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação (jornais, televisão, sites etc), em 28 e 29.5.15, sendo, portanto, de conhecimento público. Conclui-se que o Sindicato Profissional, sabendo da possibilidade de ser deferida medida liminar, mormente por se tratar de atividade essencial e dos prejuízos que a paralisação ocasionaria à população, preparou artifícios para opor resistência injustificada à intimação (art. 17 do CPC)*.

Acresce-se que a circunstância de o Sindicato ter tentado evitar o recebimento da notificação liminar e a informação de que a sede do Sindicato se encontrava fechada elidem as alegações de que o SINDIMETRO não foi procurado pela empresa, a fim de se estabelecer uma escala mínima para funcionamento do transporte metroviário, de forma a que a população fosse atendida.

O fato é que, ao fixar o valor da multa pelo descumprimento da liminar, em R\$100.000,00, entendeu o Juízo por considerar, não apenas o fato de o SINDIMETRO não ter cumprido os provimentos mandamentais e de ter criado embaraços à efetivação da decisão judicial, de natureza antecipatória, mas também de ter agido de

forma temerária e de ter preparado artifícios para opor resistência injustificada à intimação, conduta tipificada no art. 17 do CPC/73 (art. 80 do CPC de 2015).

Ressalta-se que o entendimento desta Seção Especializada tem sido o de considerar que o valor de R\$100.000,00, a título de multa diária, a ser paga pela entidade sindical, no caso de descumprimento da ordem judicial liminar, mostra-se excessivo, devendo, via de regra, ser reduzido para R\$50.000,00. Nesse sentido, o seguinte julgado:

'(...)'.
(...).

Todavia, diante das particularidades descritas na decisão da ação cautelar, bem como no acórdão recorrido, não só em relação à inércia do Sindicato profissional diante dos provimentos mandamentais, mas principalmente ao fato de ter criado embaraços à efetivação daquelas determinações, denota-se que houve a aplicação da multa prevista no art. 81 do CPC/2015 em conjunto com as *astreintes*, o que afasta que se decida na forma da jurisprudência desta Seção Especializada, no que diz respeito à redução da multa fixada em sede de tutela antecipatória.

Acrescenta-se, por fim, que o valor fixado não extrapolou os limites do pedido, pois, conforme se observa da inicial da ação cautelar inominada, a condenação do Sindicato ao pagamento da multa foi assim pleiteada:

'C) Seja condenado o Requerido ao pagamento de multa pelo descumprimento, no valor mínimo de R\$756.000,00 (setecentos e cinquenta e seis mil reais) - considerando-se o diário do bilhete ida/volta R\$ 3,60 multiplicado pelo número diário de usuários (média): 210 mil passageiros, ou outro valor superior que venha a ser arbitrado por esse E. Tribunal Regional, no caso de descumprimento do pedido elencado no item "a" e "b", considerando o caráter punitivo e educador da medida; ressaltando a Requerente que a pena de multa diária no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) cominada por este Egrégio Tribunal nos autos da Caulnom 0010237-02.2014.5.03.0000 revelou-se ineficaz (fl. 38 - grifos apostos).

Pelo exposto, nego provimento ao recurso. (fls. 23/31 da seq. 8 - grifos no original)

O fato é que há um título executivo judicial, uma vez que foi proferida a decisão condenatória na ação cautelar e mantida quando do julgamento do recurso ordinário interposto no dissídio coletivo de greve, já transitada em julgado na forma exigida pelo art. 876 da CLT. Ademais, a obrigação contida no referido título apresenta os requisitos exigidos no art. 783 e 786 do CPC, quais sejam a certeza, a liquidez e a exigibilidade, o que tornou totalmente permissível que o processo de execução se desse nos autos

principais.

Reitera-se que a análise da questão da multa, quando do julgamento do recurso ordinário interposto pelo SINDIMETRO no dissídio coletivo de greve, acarretou a prejudicialidade do exame da mesma matéria, aventada no recurso ordinário do mesmo Sindicato, interposto nos autos da Ação Cautelar nº 10489-68.2015.5.03.0000. Acrescenta-se que a circunstância de a parte dispositiva do acórdão desta SDC, que julgou o recurso ordinário interposto no dissídio coletivo de greve, não ter mencionado a multa também não afasta a sua execução, diante do insucesso do sindicato profissional em relação ao julgado. Significa dizer que, na medida em que esta Corte negou provimento ao recurso do SINDIMETRO, em relação à multa, manteve a decisão anteriormente proferida na Ação Cautelar, não havendo necessidade de repetir o indeferimento da pretensão na parte destinada à conclusão daquilo que fora decidido.

É certo que, a teor do art. 469, I, do CPC, *não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença*. Todavia, embora a coisa julgada se restrinja à parte final da decisão, esta Corte, por intermédio de suas Turmas julgadoras, tem decidido que, ainda que os efeitos da coisa julgada se restrinjam à parte dispositiva da decisão, a coisa julgada deve ter um sentido substancial e não formalista. Nesse sentido, entende que o dispositivo é aquilo que se decide quando se enfrenta a questão de mérito, podendo estar no bojo da fundamentação, mas não se confundindo com os motivos da decisão, ou seja, não se restringe àquilo que consta na última parte da sentença ou do acórdão.

As ementas a seguir transcritas substanciam de forma bastante completa esse entendimento:

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. DESPACHO QUE NEGA SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. ECT. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. PROGRESSÕES POR ANTIGUIDADE. COMPENSAÇÃO DAS PROGRESSÕES PREVISTAS NO PCCS COM AS ORIUNDAS DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA. COISA JULGADA. Correta a decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento dos autores. A jurisprudência do TST é uníssona no sentido de que é possível a compensação entre progressões previstas no PCCS e aquelas objeto de acordo coletivo de trabalho, a fim de se evitar a duplicidade de pagamentos, ainda que as progressões sejam de origens diversas, tendo em vista que possuem a mesma natureza. Quanto à argumentação recursal de que na parte dispositiva da sentença não houve menção à compensação das progressões previstas no PCCS com as oriundas de negociação coletiva, mas somente na fundamentação, frise-se

que a Corte Regional, em sede de embargos de declaração, equacionou bem essa questão ao asseverar que "Não se sustenta a alegação no sentido de que a compensação não consta do dispositivo da sentença, pois o título executivo deve ser interpretado como um todo e não de forma estanque, por tópicos" (pág. 1243). Com efeito, se é certo dizer-se que os motivos não fazem coisa julgada, convém considerar, como faz o d. Moacyr Amaral Santos, "que, no desenvolvimento da motivação, se aproveita o juiz para, desde logo, decidir quanto a pedidos; aí, neste ponto, há *decisum*". Em alicerce de seu entender, invoca a lição de LIEBMAN, in litteris: "É exato dizer que a coisa julgada se restringe à parte dispositiva da sentença; a essa expressão, todavia, deve dar-se um sentido substancial e não formalista, de modo que abranja não só a fase final da sentença, como também qualquer outro ponto em que tenha o juiz eventualmente provido sobre os pedidos das partes" (apud Comentários ao CPC, Forense, 1977, vol. IV, p. 477). Por sua vez, o Supremo Tribunal Federal, considerando, como in casu, a possibilidade de existir divergência entre a parte dispositiva e a fundamentação do julgado, admite não estar a coisa julgada inserta apenas na conclusão da decisão, adotando a corrente doutrinária substancialista. Precedentes. Em consequência, correto o despacho denegatório do recurso de revista, assim como o presente, ora atacado. Agravo conhecido e desprovido. (AIRR-2124-59.2013.5.10.0013, Data de julgamento: 3/10/2018, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT de 5/10/2018)

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PEDIDO EXAMINADO E JULGADO PROCEDENTE NA FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA, MAS NÃO INCLUÍDO NA PARTE DISPOSITIVA. EXAME COM EVIDENTE CARGA DECISÓRIA QUE TAMBÉM FAZ COISA JULGADA. EXISTÊNCIA DE EVIDENTE INTERESSE RECURSAL DA RECLAMADA. No caso, o Tribunal Regional não conheceu do recurso ordinário do reclamado no tema "Intervalo do Art. 384 da CLT", por ausência de interesse recursal, sob o fundamento de que, apesar de na fundamentação da sentença o magistrado ter consignado que eram devidos 15 minutos por dia, como extras, quando prorrogada a jornada, a aludida condenação não constou do dispositivo da decisão. Discute-se, portanto, a possibilidade de exclusão do intervalo do art. 384 da CLT pelo fato de a condenação do reclamado ao seu pagamento não constar na parte dispositiva final da sentença, apesar de registrada na fundamentação da decisão a total procedência do pedido da reclamante quanto ao pagamento do aludido intervalo. Com efeito, estabelece o artigo 469, inciso I, do CPC que os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, não fazem coisa julgada.

Entretanto, cumpre esclarecer que o dispositivo é aquilo que se decide, enfrentando-se a questão de mérito, razão pela qual não se restringe ao que consta na última parte da sentença ou do acórdão, podendo estar no bojo da fundamentação, mas não se confundindo com os motivos da decisão. Logo, o que define o dispositivo não é a sua localização textual, mas o seu conteúdo decisório. Portanto, embora formal e tradicionalmente o julgador concentre o conteúdo dispositivo na parte final da decisão, o exame de determinado pedido do autor, com evidente carga decisória, também faz coisa julgada, ainda que não conste na conclusão do *decisum*, visto que não é o critério geográfico, tópico que define o dispositivo e, consequentemente, o que faz ou não coisa julgada. No caso, está claro que o tema referente ao pagamento do intervalo do artigo 384 da CLT foi devidamente analisado e decidido favoravelmente à reclamante, tendo o pedido da autora sido julgado procedente para condenar o reclamado ao pagamento do aludido intervalo. Contudo, a Corte de origem, por considerar que a condenação ao pagamento do intervalo do artigo 384 da CLT não foi repetida na parte final da sentença, concluiu ser inexistente a aludida condenação e, por não ter havido decisão desfavorável à reclamada, não conheceu do seu recurso ordinário por ausência de interesse recursal. Entretanto, repete-se, o exame de determinado pedido do autor, com evidente carga decisória, também faz coisa julgada, ainda que não conste na conclusão do *decisum*, visto que não é o critério geográfico, tópico, que define o dispositivo e, consequentemente, o que faz ou não coisa julgada. Assim, evidenciado que o pedido de pagamento do intervalo do artigo 384 da CLT foi devidamente analisado e decidido favoravelmente à reclamante, conclui-se que a reclamada possui evidente interesse recursal, de modo que o Tribunal Regional, ao considerar inexistente a condenação ao pagamento do intervalo do artigo 384 da CLT pelo simples fato de essa não ter constado na parte final da sentença, apesar de examinada e deferida na sua fundamentação, decidiu em evidente contrariedade à jurisprudência desta Corte, devendo os autos retornar ao Tribunal Regional a fim de que examine o recurso ordinário do reclamado apenas em relação ao tema "Intervalo do Artigo 384 da CLT", como entender de direito. Recurso de revista conhecido e provido (RR-1192-79.2012.5.04.0302 Data de Julgamento: 19/9/2018, Redator Ministro José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DEJT 28/09/2018)

RECURSO DE REVISTA. RECLAMADA. EXECUÇÃO. ANTERIOR ÀS LEIS NOS 13.015/2014 E 13.467/2017. COISA JULGADA. MATÉRIA DECIDIDA NA FUNDAMENTAÇÃO DO JULGADO QUE NÃO CONSTOU NA PARTE DISPOSITIVA. 1 - Conforme registrado na decisão recorrida, dos fundamentos da sentença transitada em julgado consta condenação de 1 hora extra diária.

Assim, entendeu o Regional que, mesmo que nada tenha sido mencionado a respeito na parte dispositiva do julgado, os cálculos que inserem a condenação ao pagamento de horas extras, reflexos das horas extras e diferenças de horas extras sobre FGTS estão corretos. Isso porque, sob o seu entendimento, a sentença deve ser analisada como um todo, e a fundamentação integra o dispositivo para todos os efeitos legais. 2 - A Sexta Turma do TST, na Sessão de Julgamento de 24/06/2015, RR-169200-52.2009.5.07.0007, Ministra Kátia Magalhães Arruda, adotou o entendimento majoritário de que, na hipótese de matéria decidida na fundamentação e conclusão, sem registro na parte dispositiva, pode ser reconhecido o erro material na parte dispositiva e aplicado o entendimento de que a coisa julgada deve ser entendida em sentido substancial, e não formal, abrangendo não só a parte dispositiva, mas, também, o ponto relevante do julgado no qual tenha sido acolhido ou rejeitado o pedido, conforme a doutrina moderna adotada na jurisprudência do STF e da SBDI-2 do TST. No mesmo sentido há julgados de outras Turmas do TST. 3 - Recurso de revista de que não se conhece. (...) (RR-715-28.2013.5.03.0018, Data de julgamento: 15/8/2018, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT de 17/8/2018)

Nego provimento ao recurso ordinário.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade: I - **conhecer** do agravo de instrumento do Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais - SINDIMETRO e **dar-lhe provimento** para processar o seu recurso ordinário; II - **conhecer** do recurso ordinário interposto pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais - SINDIMETRO e, no mérito, **negar-lhe provimento**.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Dora Maria da Costa

Ministra Relatora

Despacho

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0001191-20.2012.5.15.0066

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Renato de Lacerda Paiva
Agravante	JOSE PAULO PICCOLOTTO NACCARATO

Advogado	Dr. Cláudio Gomes(OAB: 23877/SP)
Agravado	EDIVALDO ANTÔNIO LATARO
Advogada	Dra. Gláucia Câmara Pereira(OAB: 126715/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDIVALDO ANTÔNIO LATARO
- JOSE PAULO PICCOLOTTO NACCARATO

Junte-se a petição pendente, seq. 35.

Considerando-se que já houve completa entrega na prestação jurisdicional por parte do Órgão Especial desta Corte, conforme acórdão de seq. 33, não cabe ao Vice-Presidente do TST examinar a matéria suscitada na referida petição.

Ademais, a parte não manejou o recurso cabível para se insurgir contra aquela decisão.

À Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos para que certifique o trânsito em julgado e proceda à imediata remessa dos autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº IAC-0005639-31.2013.5.12.0051

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Suscitante	SUBSEÇÃO I ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
Embargante	TALITA ANDRÉA FERNANDES DE FRANÇA
Advogado	Dr. Ernesto Zulmir Morestoni(OAB: 11666/SC)
Suscitado(a)	TRIBUNAL PLENO - TST
Embargado(a)	CREMER S.A.
Advogado	Dr. Marli Terezinha Zago Ender(OAB: 15118-A/MS)
Embargado(a)	DP LOCAÇÃO E AGENCIAMENTO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.
Advogado	Dr. Eduardo Hirt(OAB: 27532/SC)
AMICUS CURIAE	ASSOCIACAO BRASILEIRA DO TRABALHO TEMPORARIO - ASSERTTEM
Advogado	Dr. Filipe Baumgratz Delgado Mota(OAB: 334099/SP)
AMICUS CURIAE	FEDERACAO NACIONAL DOS SINDICATOS DE EMPRESAS DE RECURSOS HUMANOS, TRABALHO TEMPORARIO E TERCEIRIZADO - FENASERHTT
Advogada	Dra. Vilma Dias(OAB: 69138/SP)
AMICUS CURIAE	SINDICATO DAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS, COLOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E TRABALHO TEMPORÁRIO NO ESTADO DO PARANÁ
Advogado	Dr. Vanessa Vivian Muller(OAB: 56338 -A/PR)
AMICUS CURIAE	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO RAMO FINANCEIRO - CONTRAF
Advogado	Dr. Ericson Crivelli(OAB: 71334/SP)

AMICUS CURIAE FEDERAÇÃO DOS
TRABALHADORES EM EMPRESAS
DE CRÉDITO DE SÃO PAULO -
FETEC/CUT-SP

Advogado Dr. Ericson Crivelli(OAB: 71334/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO BRASILEIRA DO TRABALHO TEMPORARIO - ASSERTTEM
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO RAMO FINANCEIRO - CONTRAF
- CREMER S.A.
- DP LOCAÇÃO E AGENCIAMENTO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.
- FEDERACAO NACIONAL DOS SINDICATOS DE EMPRESAS DE RECURSOS HUMANOS, TRABALHO TEMPORARIO E TERCEIRIZADO - FENASERHTT
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CRÉDITO DE SÃO PAULO - FETEC/CUT-SP
- SINDICATO DAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS, COLOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E TRABALHO TEMPORÁRIO NO ESTADO DO PARANÁ
- SUBSEÇÃO I ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
- TALITA ANDRÉA FERNANDES DE FRANÇA
- TRIBUNAL PLENO - TST

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, por meio da Petição nº 364414-07/2018, opõe embargos de declaração em face da decisão exarada a fls. 1694-1702, indicando a existência de omissões na decisão embargada.

Sustenta a embargante em seu arrazoado o vício processual pela ausência de sua intimação do indeferimento do pedido de ingresso como amicus curiae e a omissão e contradição na fundamentação. Os embargos de declaração, todavia, não merecem ser acolhidos.

No tocante à questão da ausência de intimação da parte requerente os embargos de declaração não prosperam, porquanto nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes. Pois bem, como se denota da situação dos autos, não obstante a ausência de intimação da embargante, esta apresentou voluntariamente a tempo e modo os presentes embargos de declaração. Como se extrai dos arts. 794 e 795 da CLT, a pronúncia da nulidade processual está condicionada à efetiva demonstração do prejuízo. Assim, considerando que no caso vertente, não se configurou prejuízo torna-se inócua a repetição do ato de intimação. Acrescente-se, por oportuno, que em nenhum momento foi negado à parte o devido processo legal, sendo certo que a embargante teve a oportunidade de exercer o seu direito de defesa por meio dos embargos de declaração.

Prosseguindo-se na análise da indicação de omissão e contradição da decisão embargada tem-se que novamente não existem os vícios apontados pela embargante.

Na espécie o Relator, analisando a necessidade de equilíbrio entre os ingressantes amigos da Corte, concluiu já terem sido atendidos os interesses das categorias representadas e a sua convicção sobre a suficiência de colaboradores, tornando dispensável a admissão da embargante. Da mesma forma, válida a lembrança de que a colaboração ofertada não vincula e tampouco obriga o julgador, ainda que seja por entidade de larga representatividade. Portanto, aquele que vise integrar a relação processual como amicus curiae mediante o exercício de atividade meramente colaborativa, deve alicerçar suas razões na nítida demonstração da utilidade de sua atuação no incidente de assunção de competência.

Diante das nuances da figura do amicus curiae e a natureza da sua participação em juízo existem específicas repercussões

processuais, cabendo citar que a decisão que recusa o ingresso de amicus curiae não pode ser tida como prejudicial a um direito ou interesse - material ou processual - de quem a requereu, não configurando, por isso mesmo, uma situação de sucumbência. Trata-se de simples decisão de recusa de colaboração.

Neste sentido sustenta Araken de Assis que "o art. 138, caput, generalizou a inadmissibilidade do recurso próprio contra o ato admitindo, ou não, a intervenção do amicus curiae, excepcionando, nesse caso, o art. 1.015, IX, do NCP" (in Processo civil brasileiro. 2ª. ed. São Paulo: RT, 2016, vol. II, tomo I, p. 708).

Nessa toada reconhece a Suprema Corte a irrecorribilidade da decisão que indefere o pedido de ingresso como amicus curiae, assim consagrando:

Ementa: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AMICUS CURIAE. PEDIDO DE HABILITAÇÃO NÃO APRECIADO ANTES DO JULGAMENTO. AUSÊNCIA DE NULIDADE NO ACÓRDÃO RECORRIDO. NATUREZA INSTRUTÓRIA DA PARTICIPAÇÃO DE AMICUS CURIAE, CUJA EVENTUAL DISPENSA NÃO ACARRETA PREJUÍZO AO POSTULANTE, NEM LHE DÁ DIREITO A RECURSO. 1. O amicus curiae é um colaborador da Justiça que, embora possa deter algum interesse no desfecho da demanda, não se vincula processualmente ao resultado do seu julgamento. É que sua participação no processo ocorre e se justifica, não como defensor de interesses próprios, mas como agente habilitado a agregar subsídios que possam contribuir para a qualificação da decisão a ser tomada pelo Tribunal. A presença de amicus curiae no processo se dá, portanto, em benefício da jurisdição, não configurando, consequentemente, um direito subjetivo processual do interessado. 2. A participação do amicus curiae em ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal possui, nos termos da disciplina legal e regimental hoje vigentes, natureza predominantemente instrutória, a ser deferida segundo juízo do Relator. A decisão que recusa pedido de habilitação de amicus curiae não compromete qualquer direito subjetivo, nem acarreta qualquer espécie de prejuízo ou de sucumbência ao requerente, circunstância por si só suficiente para justificar a jurisprudência do Tribunal, que nega legitimidade recursal ao preterido. 3. Embargos de declaração não conhecidos. (Processo STF-ADI 3460 ED / DF, Rel. Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, DJe-047 de 12/3/2015)

Recentemente o Pleno da Suprema Corte, quando do julgamento do RE-602584 em 17/10/2018, reafirmou a irrecorribilidade, oportunidade na qual o Exmo. Ministro Luiz Fux, redator resignado, destacou que, "embora o caso trate de um recurso extraordinário, ou seja, não sujeito à regulação pela Lei das ADIs, há uma outra norma que igualmente considera irrecorrível a decisão do relator para admitir ingresso como amicus curiae. Trata-se do artigo 138 do novo Código de Processo Civil que permite, por decisão do relator, o ingresso de terceiros no processo, "considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia". Arrematou sua Excelência asseverando que o parágrafo 1º da norma permite apenas, contra a decisão do relator, a oposição de embargos de declaração para prestar esclarecimentos.

Derradeiramente, cabe ressaltar que o ingresso do amicus curiae está dentro das faculdades exclusivas do Relator que não se submetem ao crivo do Tribunal e, ainda, pontuar que nos termos da lei e do entendimento jurisprudencial consagrado pelo Supremo Tribunal Federal, referido instituto tem "natureza de diligência predominantemente instrutória, cuja apreciação está primariamente submetida ao Relator - ou, se este julgar necessário, ao escrutínio

coletivo do Tribunal - não constituindo direito subjetivo dos requerentes", conforme conclusão do julgamento da ADIn 3.460/DF-ED, de relatoria do Ministro Teori Zavascki, acima citado.

Por fim, no que se refere ao pedido de ingresso da embargante como assistente simples das empresas demandadas, os embargos de declaração não merecem acolhida.

A participação do amicus curiae, com o fornecimento de subsídios ao julgador, contribui para o incremento de qualidade das decisões judiciais. Amplia-se a possibilidade de obtenção de decisões mais justas - e, portanto, mais consentâneas com a garantia da plenitude da tutela jurisdicional (art. 5º, XXXV, da Constituição da República). Por outro lado, sobretudo nos processos de cunho precipuamente objetivo (ações diretas de controle de constitucionalidade; mecanismos de resolução de questões repetitivas etc.), a admissão do amicus é um dos modos de ampliação e qualificação do contraditório (art. 5º, LV, da Constituição da República).

A doutrina ao avançar sobre a questão revela, em especial na lição de Antônio do Passo Cabral, que:

O amicus curiae não precisa demonstrar interesse jurídico.

Sua atuação decorre da compreensão do relevante interesse público na jurisdição e da busca de permitir a participação política por meio do processo. A importância de sua intervenção é política e seu interesse é ideológico, de exercer parcela de participação manifestando-se nos autos. Situação semelhante ocorre com a legitimação do denominado ideological plaintiff na litigância coletiva das class actions nos EUA, em que a parte não porta interesse jurídico, mas uma conexão ideológica com um interesse da comunidade, o que representa forma de participação processual que é sustentada e incentivada por autores como Mauro Cappelletti e Vincenzo Vigoritti.

De fato, é próxima a atuação do amicus curiae com aquela do assistente simples e alguns setores doutrinários por vezes ressaltam um suposto "altruísmo" na intervenção assistencial. Todavia, ao contrário do amigo da Corte, o assistente é movido verdadeiramente por interesse jurídico, que é inclusive requisito para sua intervenção, não sendo acertado atribuir-lhe tal característica. (CABRAL, Antônio do Passo. Pelas asas de Hermes: a intervenção do amicus curiae, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares - o amicus e o vertreter des öffentlichen interesses. Revista de Processo, vol. 117, p. 9, Set./2004)

Segundo nos ensina Eduardo Talamini, in verbis:

O amicus curiae é terceiro admitido no processo para fornecer subsídios instrutórios (probatórios ou jurídicos) à solução de causa revestida de especial relevância ou complexidade, sem, no entanto, passar a titularizar posições subjetivas relativas às partes (nem mesmo limitada ou subsidiariamente, como o assistente simples). Auxilia o órgão jurisdicional no sentido de que lhe traz mais elementos para decidir (daí o nome de "amigo da corte"). (WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo civil. Teoria geral do processo e processo de conhecimento. Vol. 1, 15 ed. rev. E atual., São Paulo, RT, 2015, p. 439)

No Incidente de Assunção de Competência a participação de terceiros, com ingresso como amicus curiae, difere das figuras outras de atores processuais, pois não busca a tutela, direta ou indireta, de um direito próprio, mas o interesse por ele representado e que será afetado com a fixação de precedente com tese jurídica

que lhe diz respeito diretamente. Assim, não se pode cogitar da referência da figura processual da assistência, exato por não se estar buscando a defesa processual de interesse das partes demandantes. Da mesma forma, não se olvide que o incidente de assunção de competência guarda relação com o interesse da Corte na construção de sua orientação, de forma que a intervenção do amicus curiae exsurge para atender ao julgador e não às partes do processo. Assim, não existe espaço no incidente de assunção de competência para a admissão de assistente processual.

A Excelsa Suprema Corte tem, em diversos precedentes, apontado seu farol neste sentido, senão vejamos:

EMENTA Agravo regimental nos embargos de declaração na ação direta de inconstitucionalidade. Decisão de indeferimento de ingresso de terceiro na qualidade de amicus curiae. Possibilidade. Poderes do ministro relator. Agravo não provido. 1. A atividade do amicus curiae possui natureza meramente colaborativa, pelo que não existe direito subjetivo de terceiro de atuar como amigo da Corte. 2. O relator, no exercício de seus poderes, pode admitir o amigo da corte ou não, observando o preenchimento dos critérios legais e jurisprudenciais e, ainda, sua capacidade de efetivamente contribuir para a pluralização do debate. 3. Na hipótese dos autos, a agravante não logrou demonstrar a relação direta entre a norma objeto da presente ação e os interesses de seus associados, não restando evidenciado o requisito da representatividade adequada. 4. Agravo regimental não provido. (Processo STF-ADI 5591 ED-AgR/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe-221 de 17/10/2018)

EMENTA Segundo agravo regimental no recurso extraordinário. Fundamentos. Ausência de impugnação. Precedentes. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que a parte deve impugnar, na petição de agravo regimental, todos os fundamentos da decisão agravada. 2. Ademais, a atividade do amicus curiae possui natureza meramente colaborativa, pelo que inexistente direito subjetivo de terceiro de atuar como amigo da Corte. O relator, no exercício de seus poderes, pode admitir o amigo da corte ou não, observando os critérios legais e jurisprudenciais e, ainda, a conveniência da intervenção para a instrução do feito. 3. Consoante disposto nos arts. 138, caput, do CPC e 21, inciso XVIII, do Regimento Interno desta Corte, em hipótese de acolhimento do pedido de ingresso de amicus curiae na lide, tal decisão seria irrecorrível, podendo, contudo, ser objeto de agravo a decisão que indefere tal pleito. 4. Agravo regimental não provido. (Processo STF -AgR-RE-817338/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe-174 de 24/8/2018)

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PEDIDO DE INGRESSO NO FEITO NA QUALIDADE DE AMICUS CURIAE. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Compete ao relator admitir ou não pedido de manifestação de terceiros, na qualidade de amici curiae, nas ações de controle concentrado de constitucionalidade, tendo como norte a relevância da matéria e a representatividade adequada dos postulantes (artigo 7º, § 2º, da Lei Federal 9.868/1999 e artigo 138, caput, do Código de Processo Civil), bem como a conveniência para a instrução da causa e a duração razoável do processo (artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal). 2. In casu, a agravante tem por finalidade a representação de carreira jurídica, não possuindo aderência específica no segmento de planos de saúde, capaz de legitimá-la como expert técnica no setor, condição desejável para a

atuação como amigo da Corte. 3. O amicus curiae não é parte, de forma que não deve ser admitido em processos de controle concentrado de constitucionalidade para sustentar argumentos meramente jurídicos. 4. Agravo desprovido. (Processo STF-ADI 5086 AgR / DF, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe-116 de 13/6/2018)

Assim, ante a inexistência de vícios, nego provimento aos embargos de declaração.
Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Ministro Vieira de Mello Filho
Relator

Secretaria do Órgão Especial
Despacho

Despacho

Processo Nº MS-1000926-12.2018.5.00.0000

Relator	EMMANOEL PEREIRA
IMPETRANTE	SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS RO
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS URBANITARIOS
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS NO ESTADO DE AL
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS DO ESTADO DO PI
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE RORAIMA-STIURR
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRADO	JUIZA RELATORA ALCINA MARIA FONSECA BERES DA 8ª TURMA DO TRT 2ª REGIÃO
CUSTOS LEGIS	UNIÃO FEDERAL (AGU)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

IMPETRANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE RORAIMA-STIURR

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS DO ESTADO DO PI

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS NO ESTADO DE AL

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SINDICATO DOS URBANITARIOS

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS RO

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRADO : JUIZA RELATORA ALCINA MARIA FONSECA BERES DA 8ª TURMA DO TRT 2ª REGIÃO

EMP/ds

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança impetrado em face de ato do Exmo. Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-SLAT-1000917-50.2018.5.00.0000, em que restou deferido o pedido para cassar os efeitos da liminar concedida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com duração dos efeitos da

decisão até o trânsito em julgado da decisão de mérito no julgamento da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049, nos termos do artigo 4º, § 9º, da Lei nº 8.437/1992.

Os Impetrantes aduzem que a ilegalidade do ato coator reside na incompetência funcional do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para examinar o pedido de suspensão da liminar, na medida em que, de acordo com o artigo 4º, “caput”, da Lei nº 8.437/1992, compete ao Presidente da Corte, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em decisão fundamentada, a execução de liminar concedida contra o Poder Público.

Nesse sentido, aduzem que o exame da suspensão da liminar concedida pelo Desembargador Relator do AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 é de competência do Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo imperiosa a concessão da medida liminar para suspender os efeitos da decisão do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-SLAT-1000917-50.2018.5.00.0000.

Ao exame.

Registro, inicialmente, que, a despeito da existência de remédio processual próprio para a impugnação do ato coator, a teor dos artigos 308, § 2º, e 309, § 3º, do RITST, entendo que o caso não atrai a incidência do óbice do inciso II do artigo 5º da Lei nº 12.016/2009 e da O.J. nº 92 da SBDI-2, ante a ausência de efeito suspensivo do agravo interno e a potencial teratologia do ato.

Eis os fundamentos do ato coator:

“A UNIÃO (PGU) formula pedido de Suspensão de Liminar e de Antecipação de Tutela (PGU) (ID. a60725b- pág. 1/20), com fundamento nos arts. 4º da Lei 8.437/1992, 12, §1º, da Lei 7.347/1985, 1º da Lei 9.494/1997 e 309 do RITST, visando suspender os efeitos da liminar deferida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 (recurso interposto em face de decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho no processo autuado sob o número SLAT-5450-42.2018.5.01.0000). A requerente relata que o feito tem origem na ajuizada pelos ACP-0100071-78.2018.5.01.0049 Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas dos Estados do Amazonas (STIU/AM), de Rondônia (SINDUR), do Acre (STIU/ACRE), de Alagoas (STIU/AL)

e do Piauí (SINTEPI) em face da Eletrobras, com o fim de obter a suspensão do processo de privatização das centrais de distribuição de energia elétrica dos Estados do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima (Boa Vista Energia S.A.) e Amazonas, tendo o juízo de primeiro grau deferido a tutela de urgência requerida. Registra que a União , tendo o Presidente do ajuizou a SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000 Tribunal Regional do Trabalho deferido o pedido de suspensão dos efeitos da decisão liminar deferida na Ação Civil Pública.

Os Sindicatos da categoria profissional ajuizaram, então, a Cautelar Incidental-0101101-04.2018.5.01.0000 (à , tendo o Órgão Especial do Tribunal Regional, SLAT-0002121-22) em Agravo Regimental, deferido a liminar na cautelar incidental para cassar a decisão proferida na SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000, restabelecendo os efeitos da tutela de urgência deferida na Ação Civil Pública. Em face dessa decisão a União ajuizou a SLAT-1000593-60.2018.5.00.0000 perante o Tribunal Superior do Trabalho, tendo o Presidente dessa Corte deferido a liminar requerida para restabelecer os efeitos da decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional na SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000. Sobreveio, então, o julgamento do mérito da Ação Civil Pública 0100071-78.2018.5.01.0049, tendo a 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro julgado procedente o pedido para, entre outras medidas, determinar que as requeridas se abstivessem de prosseguir no processo de privatização. Ato contínuo, o Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, deferindo o requerimento formulado pela União (autuado sob o), ratificou “ número SLAT-0005450-42.2018.5.01.0000 a decisão que suspendeu os efeitos da tutela antecipada concedida nos autos da Ação Civil Pública nº 010007178.2018.5.01.0049, mantendo seus efeitos até o trânsito em julgado desta ” (ID. a60725b - Pág. 8). Relata que, contra essa decisão os sindicatos da categoria profissional interpuseram agravo regimental, , autuado sob o número AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 tendo o Desembargador relator deferido parcialmente a liminar para “ subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação liminar a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo ” (ID. a60725b - Pág. 8). Essa é a decisão impugnada mediante a presente SLAT.

A UNIÃO pretende a suspensão da liminar deferida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049.

Aduz que o Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região não tem competência territorial para julgar a ação civil pública, porque

as questões nela debatidas não alcançam empregados que exercem as suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

Consigna que o processo de desestatização das distribuidoras de energia decorre de atos legislativos e normativos federais e que o resultado dos leilões já efetuados demonstra o êxito do programa na redução dos adicionais tarifários, na redução tarifária, no pagamento de outorga, nas obrigações de investimento e/ou aporte de capital, ganhando relevo a redução do endividamento da Eletrobras. Registra que, embora já tenha ocorrido o leilão das outras distribuidoras, a liminar deferida gera grande insegurança jurídica e tem o condão de afastar investidores interessados no leilão da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, previsto para o dia 19/12/2018, não obstante esta seja certamente a distribuidora mais atrativa dentre as inseridas no processo de privatização. Argumenta que a decisão impugnada interfere de maneira sensível na separação dos Poderes, usurpando competência legitimamente concedida ao Poder Executivo, além de comprometer o calendário fixado para encerramento do processo, qual seja 31/12/2018, após o qual a CEAL ingressará em processo de liquidação, circunstâncias que demonstram a grave ameaça de lesão à ordem e à economia públicas. Aduz que o está evidenciado pela periculum in mora proximidade da data do leilão da CEAL e pela ausência de data prevista para o julgamento do mérito do agravo regimental pelo Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho. Por fim, requer a suspensão da liminar concedida no AGR-0102270-26.2018.5.01.0000 até o trânsito em julgado da decisão de mérito a ser proferida na ACP-0100071- 78.2018.5.01.0049.

A União registra, por fim, que, ao julgar os embargos de declaração interpostos pelas entidades sindicais à decisão impugnada (AGR-0102270-26.2018.5.01.0000), o Desembargador Relator explicitou que a liminar deferida no citado agravo alcança, inclusive, o leilão da Amazonas Energia, que foi realizado na mesma data da concessão da liminar (ID. ece62fc – págs. 1/4 e ID. cba004a - Págs. 1/3).

É o relatório, decidido.

O art. 4º, §§ 1º, 3º e 4º, da Lei 8.437/1992 dispõem,: verbis

“Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o

Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo à sentença proferida em processo de ação cautelar nominada, no processo de ação popular e na ação civil pública, enquanto não transitada em julgado.

§ 3º Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.

§ 4º Se do julgamento do agravo de que trata o § 3º resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário”.

Por seu turno, o art 309 do Regimento Interno desta Corte preconiza que “o Presidente, nos termos da lei, a requerimento do Ministério Público do Trabalho ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, poderá, por decisão fundamentada, suspender a execução de liminar ou a efetivação de tutela provisória de urgência ou da evidência concedida ou mantida pelos Tribunais Regionais do Trabalho nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes ”.

No caso dos autos, a liminar que se pretende suspender foi deferida pelo Desembargador Relator do AGR-0102270-26.2018.5.01.0000, circunstância que atrai a competência do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para exame do presente pedido de suspensão.

Conforme relatado, a questão em debate neste feito envolve o processo de desestatização das centrais de distribuição de energia elétrica dos Estados do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima (Boa Vista Energia S.A.) e Amazonas, cumprindo salientar que o leilão da Companhia Energética de Alagoas (CEAL) está previsto

para o dia 19/12/2018, já tendo sido realizado o leilão das demais empresas.

Na decisão ora impugnada, proferida nos autos do AGR-0102270-26.2018.5.01.0000, foi deferida "parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo" sob os seguintes fundamentos: "Analisando.

Inicialmente deve ser esclarecido que, diferentemente do que alega o agravante, não se há de falar que as decisões são diversas.

Ainda que haja pequenas diferenças entre o pedido principal e o sucessivo em caráter liminar, é certo que o objetivo do pedido formulado em tutela antecedente era evitar que fosse feita alteração acionária na empresa sem que fossem apresentados os estudos pertinentes à condição dos empregados, o que foi confirmado em sentença.

Quanto a suposta impossibilidade de aplicar-se o disposto no artigo 4º da Lei 8.437/92 as tutelas concedidas em sentença, melhor sorte não assiste aos agravantes, tanto o é que seu parágrafo 9º determina que a suspensão perdura até o trânsito em julgado, e não a confirmação ou revogação da tutela em sentença.

Superadas tais assertivas, como exposto em relatório, este E. Órgão Especial já havia cassado a decisão do Exmo. Presidente que revogou a liminar concedida pela vara de origem, ao passo que o Presidente da mais alta corte trabalhista cassou a decisão do Órgão Especial e a restabeleceu.

Sopesados os fundamentos contidos em ambas as decisões, concedo parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo" (ID. 8148259 – Págs. 1/19).

Ao julgar os embargos de declaração, o Desembargador Relator explicitou, : verbis "A decisão embargada, com todas as letras, deferiu "parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo".

No Agravo Regimental, os Embargantes requereram a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, relatando que "os leilões da CEPISA, CERON, ELETROACRE E BOA VISTA S.A. já foram realizados, "

[g.n.] (Id. bd41fb7, Pág. 15). Ora, se restavam restando os da AMAZONAS S.A. e CEAL os leilões da AMAZONAS S.A. e da CEAL, claro está que são esses os "leilões remanescentes" - no plural mesmo - a que se referiu o I. Relator na decisão embargada, primeiro aspecto a ser enfatizado.

Por outro lado, o conteúdo do provimento jurisdicional é unívoco quanto à subordinação da "eficácia da concretização dos leilões remanescentes", dado que subordinar a eficácia da concretização de determinado fato - na hipótese, os leilões - a evento futuro- no caso, o exame do mérito do Agravo pelo Órgão Especial - somente pode significar uma coisa: ainda que os leilões remanescentes venham a ser concretizados, sua eficácia ainda será objeto de apreciação judicial. Se significado outro houvesse, não teria a decisão embargada utilizado a expressão "eficácia da concretização", mas, ao revés, simplesmente, "concretização dos leilões".

Neste particular, é evidente que não se trata de mera opção estilística da decisão embargada, mas de provimento que tem em conta a natureza do procedimento licitatório que consubstancia a "privatização", sobre que versa a Ação Civil Pública 0100071-78.2018.5.01.0049, autos de origem. Decerto que, dada a natureza de ato administrativo complexo, a realização do leilão é apenas uma das fases do procedimento, que poderá ou não ser ultimado com a assinatura do contrato. Daí por que o prudente arbítrio do I. Relator - assim permito-me concluir - ao se referir à subordinação da "eficácia da concretização dos leilões remanescentes" (ID. cba004a - Pág. 2).

Resta claro que a liminar deferida alcança o leilão da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (já realizado) e o da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, previsto para ser realizado em 19/12/2018.

Conforme asseverado na decisão em que deferi a liminar na SLAT-1000593-60.2018.5.00.0000 (transcrita na decisão embargada - ID. 8148259, págs. 13/18 - e juntada aos autos - ID. d4beb83, págs. 6/12) - decisão essa que foi confirmada pelo Órgão Especial desta Corte (DEJT-23/11/2018)-, há fundada controvérsia sobre a competência da 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região para julgar a ação civil pública a que se refere o processo ora em exame, a teor do entendimento concentrado na Orientação Jurisprudencial 130 da SDI-II e da jurisprudência por ela firmada, porque a decisão a ser proferida na ação civil pública não alcança empregados que

exercem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

De outra parte, é notória a repercussão negativa e a insegurança jurídica que a liminar ora atacada gera sobre o processo de privatização das centrais de distribuição de energia em andamento, processo que decorreu de opção e de decisão legislativa e de aprofundados estudos das áreas governamentais competentes. A suspensão do processo de privatização, sob o frágil argumento da ausência de estudos de impacto da privatização sobre os contratos de trabalho dos empregados das distribuidoras, repercute significativamente e de forma negativa tanto no interesse de possíveis concorrentes à compra, quanto no valor a ser ofertado no pregão, circunstâncias que contribuem somente para o aprofundamento da crise em que se encontram essas empresas e o Governo Federal, que as mantém.

Da mesma forma, cumpre reiterar que a reparação de eventuais danos aos contratos de trabalho dos empregados das empresas privatizadas deve ser buscada no momento oportuno e pelos meios processuais adequados.

Saliente-se que em recente decisão proferida nos autos da Ação Cível Originária 3.132/DF, ajuizada pelo Estado de Alagoas contra a União, em que se discute a privatização da CEAL, o Ministro Ricardo Lewandowski, relator, embora tenha determinado a realização de perícia contábil e outras medidas necessárias ao exame do mérito, revogou a , mediante a qual havia liminar por ele antes deferida determinado a suspensão do leilão da Companhia Energética de Alagoas (CEAL). A liminar foi revogada sob os seguintes fundamentos: "Por fim, ressalto que, à primeira vista, convenci-me da verossimilhança das alegações do Estado de Alagoas e da indispensabilidade da concessão da liminar para impedir que a CEAL fosse privatizada e com isso se consumasse o prejuízo do Estado.

Todavia, após ter acesso às contestações dos réus, verifico ter razão a Procuradoria-Geral da República quanto aos riscos de 'aprofundamento dos prejuízos experimentados na operação de desestatização examinada' (documento eletrônico 116, fl. 6). Em outras palavras, convenci-me da existência de , como sustentado pelo BNDES na periculum in mora inverso contestação.

Assim, sem prejuízo da realização da perícia, revogo a liminar anteriormente deferida. Por esse motivo, fica prejudicado o agravo regimental interposto pela União contra o deferimento da liminar documento eletrônico 101)" (ACO-3132/DF-Distrito Federal,

Relator(a): Min. Ricardo .

Lewandowski, DJe 3/12/2018) Essa decisão corrobora o entendimento de que a suspensão do processo de privatização das distribuidoras de energia resultará em grave lesão à ordem e à economia públicas.

Esses fundamentos, aliados à circunstância de que os efeitos da liminar ora impugnada foram estendidos a um leilão já realizado e à proximidade da data agendada para a realização do leilão da CEAL (dia 19/12/2018), demonstram a presença do e do necessários fumus boni iuris periculum in mora para o deferimento da medida.

Diante de todos os fundamentos expostos, tem-se por presente o manifesto interesse público, bem como a iminência de grave lesão à ordem e à economia públicas.

Ante o exposto, o pedido para cassar os DEFIRO efeitos da liminar concedida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 (ID. 8148259), com os esclarecimentos prestados no julgamento dos embargos de declaração (ID. cba004a), que subordinou " a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo".

Os efeitos desta decisão perdurarão até o trânsito em julgado da decisão de mérito no julgamento da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049, nos termos do art. 4º, § 9º, da Lei 8.437/1992.

Intimem-se, com urgência, a requerente, os requeridos e os Desembargadores Marcos de Oliveira Cavalcante e Mario Sergio Medeiros Pinheiro, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 12.016/2009, "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça".

Por sua vez, dispõe o artigo 7º, inciso III, da referida lei que o Juiz, ao despachar a inicial, ordenará "que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja

finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica".

Nesse exame inicial perfunctório, não visualizo indícios de violação de direito líquido e certo.

Segundo Rodrigo Klippel e José Antônio Neffa Júnior, direito líquido e certo é "aquele cujos elementos fáticos possam ser atestados, judicialmente, somente por meio do cotejo de provas documentais, pré-constituídas com referência ao processo" (in Comentários à Lei de Mandado de Segurança. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010, pág. 16).

Inicialmente, a decisão do Ministro Presidente, apontada como ato coator, está amparada no artigo 309 do Regimento Interno do TST, que dispõe: "O Presidente, nos termos da lei, a requerimento do Ministério Público do Trabalho ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, poderá, por decisão fundamentada, suspender a execução de liminar ou a efetivação de tutela provisória de urgência ou da evidência concedida ou mantida pelos Tribunais Regionais do Trabalho nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes".

Ademais, salta aos olhos a repercussão negativa e a insegurança jurídica que a concessão da presente liminar geraria sobre o processo de privatização das centrais de distribuição das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás S.A. -, devendo o exame do acerto ou desacerto da decisão do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho aguardar o julgamento de eventual agravo interposto para o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, na forma do § 3º do artigo 309 do RITST.

Assim, **indefiro** o pedido liminar.

Notifique-se a autoridade coatora, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Batista Brito Pereira, para que preste informações, nos termos do inciso I do artigo 7º da Lei nº 12.016/2009.

Notifique-se a Advocacia Geral da União, na esteira do artigo 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009.

Remetam-se os autos ao Ministério Público do Trabalho para

emissão de parecer, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 12 da Lei nº 12.016/2009).

Após, voltem os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

EMMANOEL PEREIRA

Ministro Relator

Despacho

Processo Nº MS-1000926-12.2018.5.00.0000

Relator	EMMANOEL PEREIRA
IMPETRANTE	SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO ESTADO DO AMANAS
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS RO
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS URBANITARIOS
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS NO ESTADO DE AL
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS DO ESTADO DO PI
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE RORAIMA-STIURR
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRADO	JUIZA RELATORA ALCINA MARIA FONSECA BERES DA 8ª TURMA DO TRT 2ª REGIÃO
CUSTOS LEGIS	UNIÃO FEDERAL (AGU)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS RO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

IMPETRANTE : **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE RORAIMA-STIURR**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : **SIND DOS TRABALHADORES NAS IND
URBANAS DO ESTADO DO PI**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : **SIND DOS TRABALHADORES NAS IND
URBANAS NO ESTADO DE AL**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : **SINDICATO DOS URBANITARIOS**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDUSTRIAS URBANAS RO**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : **SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO
ESTADO DO AMAZONAS**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRADO : **JUIZA RELATORA ALCINA MARIA FONSECA
BERES DA 8ª TURMA DO TRT 2ª REGIÃO**

EMP/ds

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança impetrado em face de ato do Exmo. Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-SLAT-1000917-50.2018.5.00.0000, em que restou deferido o pedido para cassar os efeitos da liminar concedida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com duração dos efeitos da decisão até o trânsito em julgado da decisão de mérito no julgamento da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049, nos termos do artigo 4º, § 9º, da Lei nº 8.437/1992.

Os Impetrantes aduzem que a ilegalidade do ato coator reside na incompetência funcional do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para examinar o pedido de suspensão da liminar, na medida em que, de acordo com o artigo 4º, “caput”, da Lei nº 8.437/1992, compete ao Presidente da Corte, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em decisão fundamentada, a execução de liminar concedida contra o Poder Público.

Nesse sentido, aduzem que o exame da suspensão da liminar concedida pelo Desembargador Relator do AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 é de competência do Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo imperiosa a concessão da medida liminar para suspender os efeitos da decisão do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-SLAT-1000917-50.2018.5.00.0000.

Ao exame.

Registro, inicialmente, que, a despeito da existência de remédio processual próprio para a impugnação do ato coator, a teor dos artigos 308, § 2º, e 309, § 3º, do RITST, entendo que o caso não atrai a incidência do óbice do inciso II do artigo 5º da Lei nº 12.016/2009 e da O.J. nº 92 da SBDI-2, ante a ausência de efeito suspensivo do agravo interno e a potencial teratologia do ato.

Eis os fundamentos do ato coator:

“A UNIÃO (PGU) formula pedido de Suspensão de Liminar e de Antecipação de Tutela (PGU) (ID. a60725b- pág. 1/20), com fundamento nos arts. 4º da Lei 8.437/1992, 12, §1º, da Lei 7.347/1985, 1º da Lei 9.494/1997 e 309 do RITST, visando suspender os efeitos da liminar deferida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 (recurso interposto em face de decisão proferida

pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho no processo autuado sob o número SLAT-5450-42.2018.5.01.0000). A requerente relata que o feito tem origem na ajuizada pelos ACP-0100071-78.2018.5.01.0049 Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas dos Estados do Amazonas (STIU/AM), de Rondônia (SINDUR), do Acre (STIU/ACRE), de Alagoas (STIU/AL) e do Piauí (SINTEPI) em face da Eletrobras, com o fim de obter a suspensão do processo de privatização das centrais de distribuição de energia elétrica dos Estados do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima (Boa Vista Energia S.A.) e Amazonas, tendo o juízo de primeiro grau deferido a tutela de urgência requerida. Registra que a União, tendo o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho deferido o pedido de suspensão dos efeitos da decisão liminar deferida na Ação Civil Pública.

Os Sindicatos da categoria profissional ajuizaram, então, a Cautelar Incidental-0101101-04.2018.5.01.0000 (à, tendo o Órgão Especial do Tribunal Regional, SLAT-0002121-22) em Agravo Regimental, deferido a liminar na cautelar incidental para cassar a decisão proferida na SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000, restabelecendo os efeitos da tutela de urgência deferida na Ação Civil Pública. Em face dessa decisão a União ajuizou a SLAT-1000593-60.2018.5.00.0000 perante o Tribunal Superior do Trabalho, tendo o Presidente dessa Corte deferido a liminar requerida para restabelecer os efeitos da decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional na SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000. Sobreveio, então, o julgamento do mérito da Ação Civil Pública 0100071-78.2018.5.01.0049, tendo a 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro julgado procedente o pedido para, entre outras medidas, determinar que as requeridas se abstivessem de prosseguir no processo de privatização. Ato contínuo, o Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, deferindo o requerimento formulado pela União (autuado sob o), ratificou “ número SLAT-0005450-42.2018.5.01.0000 a decisão que suspendeu os efeitos da tutela antecipada concedida nos autos da Ação Civil Pública nº 010007178.2018.5.01.0049, mantendo seus efeitos até o trânsito em julgado desta ” (ID. a60725b - Pág. 8). Relata que, contra essa decisão os sindicatos da categoria profissional interuseram agravo regimental, , autuado sob o número AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 tendo o Desembargador relator deferido parcialmente a liminar para “ subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação liminar a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo ” (ID. a60725b - Pág. 8). Essa é a decisão impugnada mediante a presente SLAT.

A UNIÃO pretende a suspensão da liminar deferida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049.

Aduz que o Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região não tem competência territorial para julgar a ação civil pública, porque as questões nela debatidas não alcançam empregados que exercem as suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

Consigna que o processo de desestatização das distribuidoras de energia decorre de atos legislativos e normativos federais e que o resultado dos leilões já efetuados demonstra o êxito do programa na redução dos adicionais tarifários, na redução tarifária, no pagamento de outorga, nas obrigações de investimento e/ou aporte de capital, ganhando relevo a redução do endividamento da Eletrobras. Registra que, embora já tenha ocorrido o leilão das outras distribuidoras, a liminar deferida gera grande insegurança jurídica e tem o condão de afastar investidores interessados no leilão da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, previsto para o dia 19/12/2018, não obstante esta seja certamente a distribuidora mais atrativa dentre as inseridas no processo de privatização. Argumenta que a decisão impugnada interfere de maneira sensível na separação dos Poderes, usurpando competência legitimamente concedida ao Poder Executivo, além de comprometer o calendário fixado para encerramento do processo, qual seja 31/12/2018, após o qual a CEAL ingressará em processo de liquidação, circunstâncias que demonstram a grave ameaça de lesão à ordem e à economia públicas. Aduz que o está evidenciado pela periculum in mora proximidade da data do leilão da CEAL e pela ausência de data prevista para o julgamento do mérito do agravo regimental pelo Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho. Por fim, requer a suspensão da liminar concedida no AGR-0102270-26.2018.5.01.0000 até o trânsito em julgado da decisão de mérito a ser proferida na ACP-0100071- 78.2018.5.01.0049.

A União registra, por fim, que, ao julgar os embargos de declaração interpostos pelas entidades sindicais à decisão impugnada (AGR-0102270-26.2018.5.01.0000), o Desembargador Relator explicitou que a liminar deferida no citado agravo alcança, inclusive, o leilão da Amazonas Energia, que foi realizado na mesma data da concessão da liminar (ID. ece62fc – págs. 1/4 e ID. cba004a - Págs. 1/3).

É o relatório, decidido.

O art. 4º, §§ 1º, 3º e 4º, da Lei 8.437/1992 dispõem,: verbis

“Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo à sentença proferida em processo de ação cautelar nominada, no processo de ação popular e na ação civil pública, enquanto não transitada em julgado.

§ 3º Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.

§ 4º Se do julgamento do agravo de que trata o § 3º resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário”.

Por seu turno, o art 309 do Regimento Interno desta Corte preconiza que “o Presidente, nos termos da lei, a requerimento do Ministério Público do Trabalho ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, poderá, por decisão fundamentada, suspender a execução de liminar ou a efetivação de tutela provisória de urgência ou da evidência concedida ou mantida pelos Tribunais Regionais do Trabalho nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes ”.

No caso dos autos, a liminar que se pretende suspender foi deferida pelo Desembargador Relator do AGR-0102270-26.2018.5.01.0000, circunstância que atrai a competência do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para exame do presente pedido de suspensão.

Conforme relatado, a questão em debate neste feito envolve o processo de desestatização das centrais de distribuição de energia elétrica dos Estados do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima (Boa Vista Energia S.A.) e Amazonas, cumprindo salientar que o leilão da Companhia Energ é tica de Alagoas (CEAL) est á previsto para o dia 19/12/2018, j á tendo sido realizado o leil ã o das demais empresas.

Na decisão ora impugnada, proferida nos autos do AGR-0102270-26.2018.5.01.0000, foi deferida “parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo” sob os seguintes fundamentos: “ Analiso.

Inicialmente deve ser esclarecido que, diferentemente do que alega o agravante, não se há de falar que as decisões são diversas.

Ainda que haja pequenas diferenças entre o pedido principal e o sucessivo em caráter liminar, é certo que o objetivo do pedido formulado em tutela antecedente era evitar que fosse feita alteração acionária na empresa sem que fossem apresentados os estudos pertinentes à condição dos empregados, o que foi confirmado em sentença.

Quanto a suposta impossibilidade de aplicar-se o disposto no artigo 4º da Lei 8.437/92 as tutelas concedidas em sentença, melhor sorte não assiste aos agravantes, tanto o é que seu parágrafo 9º determina que a suspensão perdura até o trânsito em julgado, e não a confirmação ou revogação da tutela em sentença.

Superadas tais assertivas, como exposto em relatório, este E. Órgão Especial já havia cassado a decisão do Exmo. Presidente que revogou a liminar concedida pela vara de origem, ao passo que o Presidente da mais alta corte trabalhista cassou a decisão do Órgão Especial e a restabeleceu.

Sopesados os fundamentos contidos em ambas as decisões, concedo parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo” (ID. 8148259 – Págs. 1/19).

Ao julgar os embargos de declaração, o Desembargador Relator explicitou, : verbis “A decisão embargada, com todas as letras, deferiu “parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da

concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo".

No Agravo Regimental, os Embargantes requereram a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, relatando que "os leilões da CEPISA, CERON, ELETROACRE E BOA VISTA S.A. já foram realizados, " [g.n.] (Id. bd41fb7, Pág. 15). Ora, se restavam restando os da AMAZONAS S.A. e CEAL os leilões da AMAZONAS S.A. e da CEAL, claro está que são esses os "leilões remanescentes" - no plural mesmo - a que se referiu o I. Relator na decisão embargada, primeiro aspecto a ser enfatizado.

Por outro lado, o conteúdo do provimento jurisdicional é unívoco quanto à subordinação da "eficácia da concretização dos leilões remanescentes", dado que subordinar a eficácia da concretização de determinado fato - na hipótese, os leilões - a evento futuro- no caso, o exame do mérito do Agravo pelo Órgão Especial - somente pode significar uma coisa: ainda que os leilões remanescentes venham a ser concretizados, sua eficácia ainda será objeto de apreciação judicial. Se significado outro houvesse, não teria a decisão embargada utilizado a expressão "eficácia da concretização", mas, ao revés, simplesmente, "concretização dos leilões".

Neste particular, é evidente que não se trata de mera opção estilística da decisão embargada, mas de provimento que tem em conta a natureza do procedimento licitatório que consubstancia a "privatização", sobre que versa a Ação Civil Pública 0100071-78.2018.5.01.0049, autos de origem. Decerto que, dada a natureza de ato administrativo complexo, a realização do leilão é apenas uma das fases do procedimento, que poderá ou não ser ultimado com a assinatura do contrato. Daí por que o prudente árbitro do I. Relator - assim permito-me concluir - ao se referir à subordinação da "eficácia da concretização dos leilões remanescentes" (ID. cba004a - Pág. 2).

Resta claro que a liminar deferida alcança o leilão da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (já realizado) e o da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, previsto para ser realizado em 19/12/2018.

Conforme asseverado na decisão em que deferi a liminar na SLAT-1000593-60.2018.5.00.0000 (transcrita na decisão embargada - ID. 8148259, págs. 13/18 - e juntada aos autos - ID. d4beb83, págs. 6/12) - decisão essa que foi confirmada pelo Órgão Especial desta Corte (DEJT-23/11/2018)-, há fundada controvérsia sobre a

competência da 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região para julgar a ação civil pública a que se refere o processo ora em exame, a teor do entendimento concentrado na Orientação Jurisprudencial 130 da SDI-II e da jurisprudência por ela firmada, porque a decisão a ser proferida na ação civil pública não alcança empregados que exercem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

De outra parte, é notória a repercussão negativa e a insegurança jurídica que a liminar ora atacada gera sobre o processo de privatização das centrais de distribuição de energia em andamento, processo que decorreu de opção e de decisão legislativa e de aprofundados estudos das áreas governamentais competentes. A suspensão do processo de privatização, sob o frágil argumento da ausência de estudos de impacto da privatização sobre os contratos de trabalho dos empregados das distribuidoras, repercute significativamente e de forma negativa tanto no interesse de possíveis concorrentes à compra, quanto no valor a ser ofertado no pregão, circunstâncias que contribuem somente para o aprofundamento da crise em que se encontram essas empresas e o Governo Federal, que as mantém.

Da mesma forma, cumpre reiterar que a reparação de eventuais danos aos contratos de trabalho dos empregados das empresas privatizadas deve ser buscada no momento oportuno e pelos meios processuais adequados.

Saliente-se que em recente decisão proferida nos autos da Ação Cível Originária 3.132/DF, ajuizada pelo Estado de Alagoas contra a União, em que se discute a privatização da CEAL, o Ministro Ricardo Lewandowski, relator, embora tenha determinado a realização de perícia contábil e outras medidas necessárias ao exame do mérito, revogou a , mediante a qual havia liminar por ele antes deferida determinado a suspensão do leilão da Companhia Energética de Alagoas (CEAL). A liminar foi revogada sob os seguintes fundamentos: "Por fim, ressalto que, à primeira vista, convenci-me da verossimilhança das alegações do Estado de Alagoas e da indispensabilidade da concessão da liminar para impedir que a CEAL fosse privatizada e com isso se consumasse o prejuízo do Estado.

Todavia, após ter acesso às contestações dos réus, verifico ter razão a Procuradoria-Geral da República quanto aos riscos de 'aprofundamento dos prejuízos experimentados na operação de desestatização examinada' (documento eletrônico 116, fl. 6). Em outras palavras, convenci-me da existência de , como sustentado

pelo BNDES na periculum in mora inverso contestação.

Assim, sem prejuízo da realização da perícia, revogo a liminar anteriormente deferida. Por esse motivo, fica prejudicado o agravo regimental interposto pela União contra o deferimento da liminar documento eletrônico 101) (ACO-3132/DF-Distrito Federal, Relator(a): Min. Ricardo .

Lewandowski, DJe 3/12/2018) Essa decisão corrobora o entendimento de que a suspensão do processo de privatização das distribuidoras de energia resultará em grave lesão à ordem e à economia públicas.

Esses fundamentos, aliados à circunstância de que os efeitos da liminar ora impugnada foram estendidos a um leilão já realizado e à proximidade da data agendada para a realização do leilão da CEAL (dia 19/12/2018), demonstram a presença do e do necessários fumus boni iuris periculum in mora para o deferimento da medida.

Diante de todos os fundamentos expostos, tem-se por presente o manifesto interesse público, bem como a iminência de grave lesão à ordem e à economia públicas.

Ante o exposto, o pedido para cassar os DEFIRO efeitos da liminar concedida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 (ID. 8148259), com os esclarecimentos prestados no julgamento dos embargos de declaração (ID. cba004a), que subordinou “ a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo”.

Os efeitos desta decisão perdurarão até o trânsito em julgado da decisão de mérito no julgamento da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049, nos termos do art. 4º, § 9º, da Lei 8.437/1992.

Intimem-se, com urgência, a requerente, os requeridos e os Desembargadores Marcos de Oliveira Cavalcante e Mario Sergio Medeiros Pinheiro, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 12.016/2009, "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as

funções que exerça”.

Por sua vez, dispõe o artigo 7º, inciso III, da referida lei que o Juiz, ao despachar a inicial, ordenará “que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica”.

Nesse exame inicial perfunctório, não visualizo indícios de violação de direito líquido e certo.

Segundo Rodrigo Klippel e José Antônio Neffa Júnior, direito líquido e certo é “aquele cujos elementos fáticos possam ser atestados, judicialmente, somente por meio do cotejo de provas documentais, pré-constituídas com referência ao processo” (in Comentários à Lei de Mandado de Segurança. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010, pág. 16).

Inicialmente, a decisão do Ministro Presidente, apontada como ato coator, está amparada no artigo 309 do Regimento Interno do TST, que dispõe: “O Presidente, nos termos da lei, a requerimento do Ministério Público do Trabalho ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde , à segurança e à economia públicas, poderá, por decisão fundamentada, suspender a execução de liminar ou a efetivação de tutela provisória de urgência ou da evidência concedida ou mantida pelos Tribunais Regionais do Trabalho nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes”.

Ademais, salta aos olhos a repercussão negativa e a insegurança jurídica que a concessão da presente liminar geraria sobre o processo de privatização das centrais de distribuição das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás S.A. -, devendo o exame do acerto ou desacerto da decisão do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho aguardar o julgamento de eventual agravo interposto para o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, na forma do § 3º do artigo 309 do RITST.

Assim, **indefiro** o pedido liminar.

Notifique-se a autoridade coatora, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Batista Brito Pereira, para que preste informações, nos termos do inciso I

do artigo 7º da Lei nº 12.016/2009.

Notifique-se a Advocacia Geral da União, na esteira do artigo 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009.

Remetam-se os autos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 12 da Lei nº 12.016/2009).

Após, voltem os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

EMMANOEL PEREIRA

Ministro Relator

Despacho

Processo Nº MS-1000926-12.2018.5.00.0000

Relator	EMMANOEL PEREIRA
IMPETRANTE	SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS RO
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS URBANITARIOS
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS NO ESTADO DE AL
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS DO ESTADO DO PI
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE RORAIMA-STIURR
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRADO	JUIZA RELATORA ALCINA MARIA FONSECA BERES DA 8ª TURMA DO TRT 2ª REGIÃO
CUSTOS LEGIS	UNIÃO FEDERAL (AGU)

CUSTOS LEGIS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS URBANITARIOS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

IMPETRANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE RORAIMA-STIURR

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS DO ESTADO DO PI

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS NO ESTADO DE AL

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SINDICATO DOS URBANITARIOS

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS RO

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRADO : JUIZA RELATORA ALCINA MARIA FONSECA BERES DA 8ª TURMA DO TRT 2ª REGIÃO

EMP/ds

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança impetrado em face de ato do Exmo. Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-SLAT-1000917-50.2018.5.00.0000, em que restou deferido o pedido para cassar os efeitos da liminar concedida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com duração dos efeitos da decisão até o trânsito em julgado da decisão de mérito no julgamento da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049, nos termos do artigo 4º, § 9º, da Lei nº 8.437/1992.

Os Impetrantes aduzem que a ilegalidade do ato coator reside na incompetência funcional do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para examinar o pedido de suspensão da liminar, na medida em que, de acordo com o artigo 4º, “caput”, da Lei nº 8.437/1992, compete ao Presidente da Corte, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em decisão fundamentada, a execução de liminar concedida contra o Poder Público.

Nesse sentido, aduzem que o exame da suspensão da liminar concedida pelo Desembargador Relator do AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 é de competência do Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo imperiosa a concessão da medida liminar para suspender os efeitos da decisão do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-SLAT-1000917-50.2018.5.00.0000.

Ao exame.

Registro, inicialmente, que, a despeito da existência de remédio processual próprio para a impugnação do ato coator, a teor dos artigos 308, § 2º, e 309, § 3º, do RITST, entendo que o caso não atrai a incidência do óbice do inciso II do artigo 5º da Lei nº 12.016/2009 e da O.J. nº 92 da SBDI-2, ante a ausência de efeito suspensivo do agravo interno e a potencial teratologia do ato.

Eis os fundamentos do ato coator:

“A UNIÃO (PGU) formula pedido de Suspensão de Liminar e de

Antecipação de Tutela (PGU) (ID. a60725b- pag. 1/20), com fundamento nos arts. 4º da Lei 8.437/1992, 12, §1º, da Lei 7.347/1985, 1º da Lei 9.494/1997 e 309 do RITST, visando suspender os efeitos da liminar deferida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 (recurso interposto em face de decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho no processo autuado sob o número SLAT-5450-42.2018.5.01.0000). A requerente relata que o feito tem origem na ajuizada pelos ACP-0100071-78.2018.5.01.0049 Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas dos Estados do Amazonas (STIU/AM), de Rondônia (SINDUR), do Acre (STIU/ACRE), de Alagoas (STIU/AL) e do Piauí (SINTEPI) em face da Eletrobras, com o fim de obter a suspensão do processo de privatização das centrais de distribuição de energia elétrica dos Estados do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima (Boa Vista Energia S.A.) e Amazonas, tendo o juízo de primeiro grau deferido a tutela de urgência requerida. Registra que a União, tendo o Presidente do ajuizou a SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000 Tribunal Regional do Trabalho deferido o pedido de suspensão dos efeitos da decisão liminar deferida na Ação Civil Pública.

Os Sindicatos da categoria profissional ajuizaram, então, a Cautelar Incidental-0101101-04.2018.5.01.0000 (à, tendo o Órgão Especial do Tribunal Regional, SLAT-0002121-22) em Agravo Regimental, deferido a liminar na cautelar incidental para cassar a decisão proferida na SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000, restabelecendo os efeitos da tutela de urgência deferida na Ação Civil Pública. Em face dessa decisão a União ajuizou a SLAT-1000593-60.2018.5.00.0000 perante o Tribunal Superior do Trabalho, tendo o Presidente dessa Corte deferido a liminar requerida para restabelecer os efeitos da decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional na SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000. Sobreveio, então, o julgamento do mérito da Ação Civil Pública 0100071-78.2018.5.01.0049, tendo a 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro julgado procedente o pedido para, entre outras medidas, determinar que as requeridas se abstivessem de prosseguir no processo de privatização. Ato contínuo, o Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, deferindo o requerimento formulado pela União (autuado sob o), ratificou “ número SLAT-0005450-42.2018.5.01.0000 a decisão que suspendeu os efeitos da tutela antecipada concedida nos autos da Ação Civil Pública nº 010007178.2018.5.01.0049, mantendo seus efeitos até o trânsito em julgado desta ” (ID. a60725b - Pág. 8). Relata que, contra essa decisão os sindicatos da categoria profissional interpuseram agravo regimental, , autuado sob o número AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 tendo o Desembargador relator deferido parcialmente a liminar para “

subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação liminar a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo " (ID. a60725b - Pág. 8). Essa é a decisão impugnada mediante a presente SLAT.

A UNIÃO pretende a suspensão da liminar deferida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049.

Aduz que o Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região não tem competência territorial para julgar a ação civil pública, porque as questões nela debatidas não alcançam empregados que exercem as suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

Consigna que o processo de desestatização das distribuidoras de energia decorre de atos legislativos e normativos federais e que o resultado dos leilões já efetuados demonstra o êxito do programa na redução dos adicionais tarifários, na redução tarifária, no pagamento de outorga, nas obrigações de investimento e/ou aporte de capital, ganhando relevo a redução do endividamento da Eletrobras. Registra que, embora já tenha ocorrido o leilão das outras distribuidoras, a liminar deferida gera grande insegurança jurídica e tem o condão de afastar investidores interessados no leilão da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, previsto para o dia 19/12/2018, não obstante esta seja certamente a distribuidora mais atrativa dentre as inseridas no processo de privatização. Argumenta que a decisão impugnada interfere de maneira sensível na separação dos Poderes, usurpando competência legitimamente concedida ao Poder Executivo, além de comprometer o calendário fixado para encerramento do processo, qual seja 31/12/2018, após o qual a CEAL ingressará em processo de liquidação, circunstâncias que demonstram a grave ameaça de lesão à ordem e à economia públicas. Aduz que o está evidenciado pela periculum in mora proximidade da data do leilão da CEAL e pela ausência de data prevista para o julgamento do mérito do agravo regimental pelo Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho. Por fim, requer a suspensão da liminar concedida no AGR-0102270-26.2018.5.01.0000 até o trânsito em julgado da decisão de mérito a ser proferida na ACP-0100071- 78.2018.5.01.0049.

A União registra, por fim, que, ao julgar os embargos de declaração interpostos pelas entidades sindicais à decisão impugnada (AGR-0102270-26.2018.5.01.0000), o Desembargador Relator explicitou que a liminar deferida no citado agravo alcança, inclusive, o leilão da Amazonas Energia, que foi realizado na mesma data da concessão da liminar (ID. ece62fc – págs. 1/4 e ID. cba004a - Págs.

1/3).

É o relatório, decido.

O art. 4º, §§ 1º, 3º e 4º, da Lei 8.437/1992 dispõem,: verbis

“Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo à sentença proferida em processo de ação cautelar inominada, no processo de ação popular e na ação civil pública, enquanto não transitada em julgado.

§ 3º Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.

§ 4º Se do julgamento do agravo de que trata o § 3º resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário”.

Por seu turno, o art 309 do Regimento Interno desta Corte preconiza que “o Presidente, nos termos da lei, a requerimento do Ministério Público do Trabalho ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, poderá, por decisão fundamentada, suspender a execução de liminar ou a efetivação de tutela provisória de urgência ou da evidência concedida ou mantida pelos Tribunais Regionais do Trabalho nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes ”.

No caso dos autos, a liminar que se pretende suspender foi deferida pelo Desembargador Relator do AGR-0102270-26.2018.5.01.0000, circunstância que atrai a competência do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para exame do presente pedido de suspensão.

Conforme relatado, a questão em debate neste feito envolve o processo de desestatização das centrais de distribuição de energia elétrica dos Estados do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima (Boa Vista Energia S.A.) e Amazonas, cumprindo salientar que o leilão da Companhia Energética de Alagoas (CEAL) está previsto para o dia 19/12/2018, já tendo sido realizado o leilão das demais empresas.

Na decisão ora impugnada, proferida nos autos do AGR-0102270-26.2018.5.01.0000, foi deferida "parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo" sob os seguintes fundamentos: "Análise.

Inicialmente deve ser esclarecido que, diferentemente do que alega o agravante, não se há de falar que as decisões são diversas.

Ainda que haja pequenas diferenças entre o pedido principal e o sucessivo em caráter liminar, é certo que o objetivo do pedido formulado em tutela antecedente era evitar que fosse feita alteração acionária na empresa sem que fossem apresentados os estudos pertinentes à condição dos empregados, o que foi confirmado em sentença.

Quanto a suposta impossibilidade de aplicar-se o disposto no artigo 4º da Lei 8.437/92 as tutelas concedidas em sentença, melhor sorte não assiste aos agravantes, tanto o é que seu parágrafo 9º determina que a suspensão perdura até o trânsito em julgado, e não a confirmação ou revogação da tutela em sentença.

Superadas tais assertivas, como exposto em relatório, este E. Órgão Especial já havia cassado a decisão do Exmo. Presidente que revogou a liminar concedida pela vara de origem, ao passo que o Presidente da mais alta corte trabalhista cassou a decisão do Órgão Especial e a restabeleceu.

Sopesados os fundamentos contidos em ambas as decisões, concedo parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo" (ID.

8148259 – Págs. 1/19).

Ao julgar os embargos de declaração, o Desembargador Relator explicitou, : verbis "A decisão embargada, com todas as letras, deferiu "parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo".

No Agravo Regimental, os Embargantes requereram a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, relatando que "os leilões da CEPISA, CERON, ELETROACRE E BOA VISTA S.A. já foram realizados, " [g.n.] (Id. bd41fb7, Pág. 15). Ora, se restavam restando os da AMAZONAS S.A. e CEAL os leilões da AMAZONAS S.A. e da CEAL, claro está que são esses os "leilões remanescentes" - no plural mesmo - a que se referiu o I. Relator na decisão embargada, primeiro aspecto a ser enfatizado.

Por outro lado, o conteúdo do provimento jurisdicional é unívoco quanto à subordinação da "eficácia da concretização dos leilões remanescentes", dado que subordinar a eficácia da concretização de determinado fato - na hipótese, os leilões - a evento futuro- no caso, o exame do mérito do Agravo pelo Órgão Especial - somente pode significar uma coisa: ainda que os leilões remanescentes venham a ser concretizados, sua eficácia ainda será objeto de apreciação judicial. Se significado outro houvesse, não teria a decisão embargada utilizado a expressão "eficácia da concretização", mas, ao revés, simplesmente, "concretização dos leilões".

Neste particular, é evidente que não se trata de mera opção estilística da decisão embargada, mas de provimento que tem em conta a natureza do procedimento licitatório que consubstancia a "privatização", sobre que versa a Ação Civil Pública 0100071-78.2018.5.01.0049, autos de origem. Decerto que, dada a natureza de ato administrativo complexo, a realização do leilão é apenas uma das fases do procedimento, que poderá ou não ser ultimado com a assinatura do contrato. Daí por que o prudente arbítrio do I. Relator - assim permito-me concluir - ao se referir à subordinação da "eficácia da concretização dos leilões remanescentes" (ID. cba004a - Pág. 2).

Resta claro que a liminar deferida alcança o leilão da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (já realizado) e o da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, previsto para ser realizado em 19/12/2018.

Conforme asseverado na decisão em que deferi a liminar na SLAT-1000593-60.2018.5.00.0000 (transcrita na decisão embargada - ID. 8148259, págs. 13/18 - e juntada aos autos - ID. d4beb83, págs. 6/12) - decisão essa que foi confirmada pelo Órgão Especial desta Corte (DEJT-23/11/2018)-, há fundada controvérsia sobre a competência da 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região para julgar a ação civil pública a que se refere o processo ora em exame, a teor do entendimento concentrado na Orientação Jurisprudencial 130 da SDI-II e da jurisprudência por ela firmada, porque a decisão a ser proferida na ação civil pública não alcança empregados que exercem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

De outra parte, é notória a repercussão negativa e a insegurança jurídica que a liminar ora atacada gera sobre o processo de privatização das centrais de distribuição de energia em andamento, processo que decorreu de opção e de decisão legislativa e de aprofundados estudos das áreas governamentais competentes. A suspensão do processo de privatização, sob o frágil argumento da ausência de estudos de impacto da privatização sobre os contratos de trabalho dos empregados das distribuidoras, repercute significativamente e de forma negativa tanto no interesse de possíveis concorrentes à compra, quanto no valor a ser ofertado no pregão, circunstâncias que contribuem somente para o aprofundamento da crise em que se encontram essas empresas e o Governo Federal, que as mantém.

Da mesma forma, cumpre reiterar que a reparação de eventuais danos aos contratos de trabalho dos empregados das empresas privatizadas deve ser buscada no momento oportuno e pelos meios processuais adequados.

Saliente-se que em recente decisão proferida nos autos da Ação Cível Originária 3.132/DF, ajuizada pelo Estado de Alagoas contra a União, em que se discute a privatização da CEAL, o Ministro Ricardo Lewandowski, relator, embora tenha determinado a realização de perícia contábil e outras medidas necessárias ao exame do mérito, revogou a , mediante a qual havia liminar por ele antes deferida determinado a suspensão do leilão da Companhia Energética de Alagoas (CEAL). A liminar foi revogada sob os seguintes fundamentos: "Por fim, ressalto que, à primeira vista, convenci-me da verossimilhança das alegações do Estado de Alagoas e da indispensabilidade da concessão da liminar para impedir que a CEAL fosse privatizada e com isso se consumasse o prejuízo do Estado.

Todavia, após ter acesso às contestações dos réus, verifico ter razão a Procuradoria-Geral da República quanto aos riscos de 'aprofundamento dos prejuízos experimentados na operação de desestatização examinada' (documento eletrônico 116, fl. 6). Em outras palavras, convenci-me da existência de , como sustentado pelo BNDES na periculum in mora inverso contestação.

Assim, sem prejuízo da realização da perícia, revogo a liminar anteriormente deferida. Por esse motivo, fica prejudicado o agravo regimental interposto pela União contra o deferimento da liminar documento eletrônico 101)" (ACO-3132/DF-Distrito Federal, Relator(a): Min. Ricardo .

Lewandowski, DJe 3/12/2018) Essa decisão corrobora o entendimento de que a suspensão do processo de privatização das distribuidoras de energia resultará em grave lesão à ordem e à economia públicas.

Esses fundamentos, aliados à circunstância de que os efeitos da liminar ora impugnada foram estendidos a um leilão já realizado e à proximidade da data agendada para a realização do leilão da CEAL (dia 19/12/2018), demonstram a presença do e do necessários fumus boni iuris periculum in mora para o deferimento da medida.

Diante de todos os fundamentos expostos, tem-se por presente o manifesto interesse público, bem como a iminência de grave lesão à ordem e à economia públicas.

Ante o exposto, o pedido para cassar os DEFIRO efeitos da liminar concedida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 (ID. 8148259), com os esclarecimentos prestados no julgamento dos embargos de declaração (ID. cba004a), que subordinou " a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo".

Os efeitos desta decisão perdurarão até o trânsito em julgado da decisão de mérito no julgamento da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049, nos termos do art. 4º, § 9º, da Lei 8.437/1992.

Intimem-se, com urgência, a requerente, os requeridos e os Desembargadores Marcos de Oliveira Cavalcante e Mario Sergio Medeiros Pinheiro, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 12.016/2009, "conceder-se-á

mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça".

Por sua vez, dispõe o artigo 7º, inciso III, da referida lei que o Juiz, ao despachar a inicial, ordenará "que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica".

Nesse exame inicial perfunctório, não visualizo indícios de violação de direito líquido e certo.

Segundo Rodrigo Klippel e José Antônio Neffa Júnior, direito líquido e certo é "aquele cujos elementos fáticos possam ser atestados, judicialmente, somente por meio do cotejo de provas documentais, pré-constituídas com referência ao processo" (in Comentários à Lei de Mandado de Segurança. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010, pág. 16).

Inicialmente, a decisão do Ministro Presidente, apontada como ato coator, está amparada no artigo 309 do Regimento Interno do TST, que dispõe: "O Presidente, nos termos da lei, a requerimento do Ministério Público do Trabalho ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, poderá, por decisão fundamentada, suspender a execução de liminar ou a efetivação de tutela provisória de urgência ou da evidência concedida ou mantida pelos Tribunais Regionais do Trabalho nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes".

Ademais, salta aos olhos a repercussão negativa e a insegurança jurídica que a concessão da presente liminar geraria sobre o processo de privatização das centrais de distribuição das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás S.A. -, devendo o exame do acerto ou desacerto da decisão do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho aguardar o julgamento de eventual agravo interposto para o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, na forma do § 3º do artigo 309 do RITST.

Assim, **indefiro** o pedido liminar.

Notifique-se a autoridade coatora, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Batista Brito Pereira, para que preste informações, nos termos do inciso I do artigo 7º da Lei nº 12.016/2009.

Notifique-se a Advocacia Geral da União, na esteira do artigo 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009.

Remetam-se os autos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 12 da Lei nº 12.016/2009).

Após, voltem os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

EMMANOEL PEREIRA

Ministro Relator

Despacho

Processo Nº MS-1000926-12.2018.5.00.0000

Relator	EMMANOEL PEREIRA
IMPETRANTE	SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS RO
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS URBANITARIOS
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS NO ESTADO DE AL
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS DO ESTADO DO PI
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)

IMPETRANTE SINDICATO DOS TRABALHADORES
NAS INDUSTRIAS URBANAS DO
ESTADO DE RORAIMA-STIURR

ADVOGADO MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB:
20792/PR)

IMPETRADO JUIZA RELATORA ALCINA MARIA
FONSECA BERES DA 8ª TURMA DO
TRT 2ª REGIÃO

CUSTOS LEGIS UNIÃO FEDERAL (AGU)

CUSTOS LEGIS MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS NO
ESTADO DE AL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

**IMPETRANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE RORAIMA-STIURR**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

**IMPETRANTE : SIND DOS TRABALHADORES NAS IND
URBANAS DO ESTADO DO PI**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

**IMPETRANTE : SIND DOS TRABALHADORES NAS IND
URBANAS NO ESTADO DE AL**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SINDICATO DOS URBANITARIOS

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

**IMPETRANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDUSTRIAS URBANAS RO**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

**IMPETRANTE : SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO
ESTADO DO AMAZONAS**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

**IMPETRADO : JUIZA RELATORA ALCINA MARIA FONSECA
BERES DA 8ª TURMA DO TRT 2ª REGIÃO**

EMP/ds

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança impetrado em face de ato do Exmo. Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-SLAT-1000917-50.2018.5.00.0000, em que restou deferido o pedido para cassar os efeitos da liminar concedida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com duração dos efeitos da decisão até o trânsito em julgado da decisão de mérito no julgamento da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049, nos termos do artigo 4º, § 9º, da Lei nº 8.437/1992.

Os Impetrantes aduzem que a ilegalidade do ato coator reside na incompetência funcional do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para examinar o pedido de suspensão da liminar, na medida em que, de acordo com o artigo 4º, “caput”, da Lei nº 8.437/1992, compete ao Presidente da Corte, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em decisão fundamentada, a execução de liminar concedida contra o Poder Público.

Nesse sentido, aduzem que o exame da suspensão da liminar concedida pelo Desembargador Relator do AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 é de competência do Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo imperiosa a concessão da medida liminar para suspender os efeitos da decisão do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-SLAT-1000917-50.2018.5.00.0000.

Ao exame.

Registro, inicialmente, que, a despeito da existência de remédio processual próprio para a impugnação do ato coator, a teor dos artigos 308, § 2º, e 309, § 3º, do RITST, entendo que o caso não atrai a incidência do óbice do inciso II do artigo 5º da Lei nº 12.016/2009 e da O.J. nº 92 da SBDI-2, ante a ausência de efeito suspensivo do agravo interno e a potencial teratologia do ato.

Eis os fundamentos do ato coator:

“A UNIÃO (PGU) formula pedido de Suspensão de Liminar e de Antecipação de Tutela (PGU) (ID. a60725b- pág. 1/20), com fundamento nos arts. 4º da Lei 8.437/1992, 12, §1º, da Lei 7.347/1985, 1º da Lei 9.494/1997 e 309 do RITST, visando suspender os efeitos da liminar deferida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 (recurso interposto em face de decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho no processo autuado sob o número SLAT-5450-42.2018.5.01.0000). A requerente relata que o feito tem origem na ajuizada pelos ACP-0100071-78.2018.5.01.0049 Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas dos Estados do Amazonas (STIU/AM), de Rondônia (SINDUR), do Acre (STIU/ACRE), de Alagoas (STIU/AL) e do Piauí (SINTEPI) em face da Eletrobras, com o fim de obter a suspensão do processo de privatização das centrais de distribuição de energia elétrica dos Estados do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima (Boa Vista Energia S.A.) e Amazonas, tendo o juízo de primeiro grau deferido a tutela de urgência requerida. Registra que a União, tendo o Presidente do ajuizou a SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000 Tribunal Regional do Trabalho deferido o pedido de suspensão dos efeitos da decisão liminar deferida na Ação Civil Pública.

Os Sindicatos da categoria profissional ajuizaram, então, a Cautelar Incidental-0101101-04.2018.5.01.0000 (à, tendo o Órgão Especial do Tribunal Regional, SLAT-0002121-22) em Agravo Regimental, deferido a liminar na cautelar incidental para cassar a decisão proferida na SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000, restabelecendo os efeitos da tutela de urgência deferida na Ação Civil Pública. Em face dessa decisão a União ajuizou a SLAT-1000593-60.2018.5.00.0000 perante o Tribunal Superior do Trabalho, tendo o Presidente dessa Corte deferido a liminar requerida para restabelecer os efeitos da decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional na SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000. Sobreveio, então, o julgamento do mérito da Ação Civil Pública 0100071-78.2018.5.01.0049, tendo a 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro julgado procedente o pedido para, entre outras medidas, determinar que as requeridas se abstivessem de prosseguir no processo de privatização. Ato contínuo, o Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, deferindo o requerimento formulado pela União (autuado sob o), ratificou “ número SLAT-0005450-42.2018.5.01.0000 a decisão que suspendeu os efeitos da tutela antecipada concedida

nos autos da Ação Civil Pública nº 010007178.2018.5.01.0049, mantendo seus efeitos até o trânsito em julgado desta ” (ID. a60725b - Pág. 8). Relata que, contra essa decisão os sindicatos da categoria profissional interpuseram agravo regimental, autuado sob o número AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 tendo o Desembargador relator deferido parcialmente a liminar para “ subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação liminar a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo ” (ID. a60725b - Pág. 8). Essa é a decisão impugnada mediante a presente SLAT.

A UNIÃO pretende a suspensão da liminar deferida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049.

Aduz que o Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região não tem competência territorial para julgar a ação civil pública, porque as questões nela debatidas não alcançam empregados que exercem as suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

Consigna que o processo de desestatização das distribuidoras de energia decorre de atos legislativos e normativos federais e que o resultado dos leilões já efetuados demonstra o êxito do programa na redução dos adicionais tarifários, na redução tarifária, no pagamento de outorga, nas obrigações de investimento e/ou aporte de capital, ganhando relevo a redução do endividamento da Eletrobras. Registra que, embora já tenha ocorrido o leilão das outras distribuidoras, a liminar deferida gera grande insegurança jurídica e tem o condão de afastar investidores interessados no leilão da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, previsto para o dia 19/12/2018, não obstante esta seja certamente a distribuidora mais atrativa dentre as inseridas no processo de privatização. Argumenta que a decisão impugnada interfere de maneira sensível na separação dos Poderes, usurpando competência legitimamente concedida ao Poder Executivo, além de comprometer o calendário fixado para encerramento do processo, qual seja 31/12/2018, após o qual a CEAL ingressará em processo de liquidação, circunstâncias que demonstram a grave ameaça de lesão à ordem e à economia públicas. Aduz que o está evidenciado pela periculum in mora proximidade da data do leilão da CEAL e pela ausência de data prevista para o julgamento do mérito do agravo regimental pelo Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho. Por fim, requer a suspensão da liminar concedida no AGR-0102270-26.2018.5.01.0000 até o trânsito em julgado da decisão de mérito a ser proferida na ACP-0100071- 78.2018.5.01.0049.

A União registra, por fim, que, ao julgar os embargos de declaração interpostos pelas entidades sindicais à decisão impugnada (AGR-0102270-26.2018.5.01.0000), o Desembargador Relator explicitou que a liminar deferida no citado agravo alcança, inclusive, o leilão da Amazonas Energia, que foi realizado na mesma data da concessão da liminar (ID. ece62fc – págs. 1/4 e ID. cba004a - Págs. 1/3).

É o relatório, decido.

O art. 4º, §§ 1º, 3º e 4º, da Lei 8.437/1992 dispõem,: verbis

“Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo à sentença proferida em processo de ação cautelar nominada, no processo de ação popular e na ação civil pública, enquanto não transitada em julgado.

§ 3º Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.

§ 4º Se do julgamento do agravo de que trata o § 3º resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário”.

Por seu turno, o art 309 do Regimento Interno desta Corte preconiza que “o Presidente, nos termos da lei, a requerimento do Ministério Público do Trabalho ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde,

à segurança e à economia públicas, poderá, por decisão fundamentada, suspender a execução de liminar ou a efetivação de tutela provisória de urgência ou da evidência concedida ou mantida pelos Tribunais Regionais do Trabalho nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes ”.

No caso dos autos, a liminar que se pretende suspender foi deferida pelo Desembargador Relator do AGR-0102270-26.2018.5.01.0000, circunstância que atrai a competência do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para exame do presente pedido de suspensão.

Conforme relatado, a questão em debate neste feito envolve o processo de desestatização das centrais de distribuição de energia elétrica dos Estados do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima (Boa Vista Energia S.A.) e Amazonas, cumprindo salientar que o leilão da Companhia Energética de Alagoas (CEAL) está previsto para o dia 19/12/2018, já tendo sido realizado o leilão das demais empresas.

Na decisão ora impugnada, proferida nos autos do AGR-0102270-26.2018.5.01.0000, foi deferida “parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo” sob os seguintes fundamentos: “ Análise.

Inicialmente deve ser esclarecido que, diferentemente do que alega o agravante, não se há de falar que as decisões são diversas.

Ainda que haja pequenas diferenças entre o pedido principal e o sucessivo em caráter liminar, é certo que o objetivo do pedido formulado em tutela antecedente era evitar que fosse feita alteração acionária na empresa sem que fossem apresentados os estudos pertinentes à condição dos empregados, o que foi confirmado em sentença.

Quanto a suposta impossibilidade de aplicar-se o disposto no artigo 4º da Lei 8.437/92 as tutelas concedidas em sentença, melhor sorte não assiste aos agravantes, tanto o é que seu parágrafo 9º determina que a suspensão perdura até o trânsito em julgado, e não a confirmação ou revogação da tutela em sentença.

Superadas tais assertivas, como exposto em relatório, este E. Órgão Especial já havia cassado a decisão do Exmo. Presidente que revogou a liminar concedida pela vara de origem, ao passo que o Presidente da mais alta corte trabalhista cassou a decisão do

Órgão Especial e a restabeleceu.

Sopesados os fundamentos contidos em ambas as decisões, concedo parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo" (ID. 8148259 – Págs. 1/19).

Ao julgar os embargos de declaração, o Desembargador Relator explicitou, : verbis "A decisão embargada, com todas as letras, deferiu "parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo".

No Agravo Regimental, os Embargantes requereram a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, relatando que "os leilões da CEPISA, CERON, ELETROACRE E BOA VISTA S.A. já foram realizados, " [g.n.] (Id. bd41fb7, Pág. 15). Ora, se restavam restando os da AMAZONAS S.A. e CEAL os leilões da AMAZONAS S.A. e da CEAL, claro está que são esses os "leilões remanescentes" - no plural mesmo - a que se referiu o I. Relator na decisão embargada, primeiro aspecto a ser enfatizado.

Por outro lado, o conteúdo do provimento jurisdicional é unívoco quanto à subordinação da "eficácia da concretização dos leilões remanescentes", dado que subordinar a eficácia da concretização de determinado fato - na hipótese, os leilões - a evento futuro- no caso, o exame do mérito do Agravo pelo Órgão Especial - somente pode significar uma coisa: ainda que os leilões remanescentes venham a ser concretizados, sua eficácia ainda será objeto de apreciação judicial. Se significado outro houvesse, não teria a decisão embargada utilizado a expressão "eficácia da concretização", mas, ao revés, simplesmente, "concretização dos leilões".

Neste particular, é evidente que não se trata de mera opção estilística da decisão embargada, mas de provimento que tem em conta a natureza do procedimento licitatório que consubstancia a "privatização", sobre que versa a Ação Civil Pública 0100071-78.2018.5.01.0049, autos de origem. Decerto que, dada a natureza de ato administrativo complexo, a realização do leilão é apenas uma das fases do procedimento, que poderá ou não ser ultimado com a assinatura do contrato. Daí por que o prudente arbítrio do I. Relator - assim permito-me concluir - ao se referir à subordinação da "eficácia da concretização dos leilões remanescentes" (ID. cba004a - Pág. 2).

Resta claro que a liminar deferida alcança o leilão da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (já realizado) e o da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, previsto para ser realizado em 19/12/2018.

Conforme asseverado na decisão em que deferi a liminar na SLAT-1000593-60.2018.5.00.0000 (transcrita na decisão embargada - ID. 8148259, págs. 13/18 - e juntada aos autos - ID. d4beb83, págs. 6/12) - decisão essa que foi confirmada pelo Órgão Especial desta Corte (DEJT-23/11/2018)-, há fundada controvérsia sobre a competência da 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região para julgar a ação civil pública a que se refere o processo ora em exame, a teor do entendimento concentrado na Orientação Jurisprudencial 130 da SDI-II e da jurisprudência por ela firmada, porque a decisão a ser proferida na ação civil pública não alcança empregados que exercem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

De outra parte, é notória a repercussão negativa e a insegurança jurídica que a liminar ora atacada gera sobre o processo de privatização das centrais de distribuição de energia em andamento, processo que decorreu de opção e de decisão legislativa e de aprofundados estudos das áreas governamentais competentes. A suspensão do processo de privatização, sob o frágil argumento da ausência de estudos de impacto da privatização sobre os contratos de trabalho dos empregados das distribuidoras, repercute significativamente e de forma negativa tanto no interesse de possíveis concorrentes à compra, quanto no valor a ser ofertado no pregão, circunstâncias que contribuem somente para o aprofundamento da crise em que se encontram essas empresas e o Governo Federal, que as mantém.

Da mesma forma, cumpre reiterar que a reparação de eventuais danos aos contratos de trabalho dos empregados das empresas privatizadas deve ser buscada no momento oportuno e pelos meios processuais adequados.

Saliente-se que em recente decisão proferida nos autos da Ação Cível Originária 3.132/DF, ajuizada pelo Estado de Alagoas contra a União, em que se discute a privatização da CEAL, o Ministro Ricardo Lewandowski, relator, embora tenha determinado a realização de perícia contábil e outras medidas necessárias ao exame do mérito, revogou a , mediante a qual havia liminar por ele antes deferida determinado a suspensão do leilão da Companhia Energética de Alagoas (CEAL). A liminar foi revogada sob os

seguintes fundamentos: “Por fim, ressalto que, à primeira vista, convenci-me da verossimilhança das alegações do Estado de Alagoas e da indispensabilidade da concessão da liminar para impedir que a CEAL fosse privatizada e com isso se consumasse o prejuízo do Estado.

Todavia, após ter acesso às contestações dos réus, verifico ter razão a Procuradoria-Geral da República quanto aos riscos de ‘aprofundamento dos prejuízos experimentados na operação de desestatização examinada’ (documento eletrônico 116, fl. 6). Em outras palavras, convenci-me da existência de , como sustentado pelo BNDES na periculum in mora inverso contestação.

Assim, sem prejuízo da realização da perícia, revogo a liminar anteriormente deferida. Por esse motivo, fica prejudicado o agravo regimental interposto pela União contra o deferimento da liminar documento eletrônico 101)” (ACO-3132/DF-Distrito Federal, Relator(a): Min. Ricardo .

Lewandowski, DJe 3/12/2018) Essa decisão corrobora o entendimento de que a suspensão do processo de privatização das distribuidoras de energia resultará em grave lesão à ordem e à economia públicas.

Esses fundamentos, aliados à circunstância de que os efeitos da liminar ora impugnada foram estendidos a um leilão já realizado e à proximidade da data agendada para a realização do leilão da CEAL (dia 19/12/2018), demonstram a presença do e do necessários fumus boni iuris periculum in mora para o deferimento da medida.

Diante de todos os fundamentos expostos, tem-se por presente o manifesto interesse público, bem como a iminência de grave lesão à ordem e à economia públicas.

Ante o exposto, o pedido para cassar os DEFIRO efeitos da liminar concedida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 (ID. 8148259), com os esclarecimentos prestados no julgamento dos embargos de declaração (ID. cba004a), que subordinou “ a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo”.

Os efeitos desta decisão perdurarão até o trânsito em julgado da decisão de mérito no julgamento da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049, nos termos do art. 4º, § 9º, da Lei 8.437/1992.

Intimem-se, com urgência, a requerente, os requeridos e os

Desembargadores Marcos de Oliveira Cavalcante e Mario Sergio Medeiros Pinheiro, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 12.016/2009, "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça".

Por sua vez, dispõe o artigo 7º, inciso III, da referida lei que o Juiz, ao despachar a inicial, ordenará “que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica”.

Nesse exame inicial perfunctório, não visualizo indícios de violação de direito líquido e certo.

Segundo Rodrigo Klippel e José Antônio Neffa Júnior, direito líquido e certo é "aquele cujos elementos fáticos possam ser atestados, judicialmente, somente por meio do cotejo de provas documentais, pré-constituídas com referência ao processo" (in Comentários à Lei de Mandado de Segurança. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010, pág. 16).

Inicialmente, a decisão do Ministro Presidente, apontada como ato coator, está amparada no artigo 309 do Regimento Interno do TST, que dispõe: “O Presidente, nos termos da lei, a requerimento do Ministério Público do Trabalho ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde , à segurança e à economia públicas, poderá, por decisão fundamentada, suspender a execução de liminar ou a efetivação de tutela provisória de urgência ou da evidência concedida ou mantida pelos Tribunais Regionais do Trabalho nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes”.

Ademais, salta aos olhos a repercussão negativa e a insegurança jurídica que a concessão da presente liminar geraria sobre o processo de privatização das centrais de distribuição das Centrais

Elétricas Brasileiras – Eletrobrás S.A. -, devendo o exame do acerto ou desacerto da decisão do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho aguardar o julgamento de eventual agravo interposto para o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, na forma do § 3º do artigo 309 do RITST.

Assim, **indefiro** o pedido liminar.

Notifique-se a autoridade coatora, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Batista Brito Pereira, para que preste informações, nos termos do inciso I do artigo 7º da Lei nº 12.016/2009.

Notifique-se a Advocacia Geral da União, na esteira do artigo 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009.

Remetam-se os autos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 12 da Lei nº 12.016/2009).

Após, voltem os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

EMMANOEL PEREIRA

Ministro Relator

Despacho

Processo Nº MS-1000926-12.2018.5.00.0000

Relator	EMMANOEL PEREIRA
IMPETRANTE	SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS RO
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS URBANITARIOS
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)

IMPETRANTE	SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS NO ESTADO DE AL
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS DO ESTADO DO PI
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE RORAIMA-STIURR
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRADO	JUIZA RELATORA ALCINA MARIA FONSECA BERES DA 8ª TURMA DO TRT 2ª REGIÃO
CUSTOS LEGIS	UNIÃO FEDERAL (AGU)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS DO ESTADO DO PI

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

IMPETRANTE : **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE RORAIMA-STIURR**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : **SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS DO ESTADO DO PI**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : **SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS NO ESTADO DE AL**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : **SINDICATO DOS URBANITARIOS**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS RO**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

**IMPETRANTE : SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO
ESTADO DO AMAZONAS**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

**IMPETRADO : JUIZA RELATORA ALCINA MARIA FONSECA
BERES DA 8ª TURMA DO TRT 2ª REGIÃO**

EMP/ds

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança impetrado em face de ato do Exmo. Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-SLAT-1000917-50.2018.5.00.0000, em que restou deferido o pedido para cassar os efeitos da liminar concedida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com duração dos efeitos da decisão até o trânsito em julgado da decisão de mérito no julgamento da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049, nos termos do artigo 4º, § 9º, da Lei nº 8.437/1992.

Os Impetrantes aduzem que a ilegalidade do ato coator reside na incompetência funcional do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para examinar o pedido de suspensão da liminar, na medida em que, de acordo com o artigo 4º, “caput”, da Lei nº 8.437/1992, compete ao Presidente da Corte, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em decisão fundamentada, a execução de liminar concedida contra o Poder Público.

Nesse sentido, aduzem que o exame da suspensão da liminar concedida pelo Desembargador Relator do AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 é de competência do Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo imperiosa a concessão da medida liminar para suspender os efeitos da decisão do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-SLAT-1000917-50.2018.5.00.0000.

Ao exame.

Registro, inicialmente, que, a despeito da existência de remédio

processual próprio para a impugnação do ato coator, a teor dos artigos 308, § 2º, e 309, § 3º, do RITST, entendendo que o caso não atrai a incidência do óbice do inciso II do artigo 5º da Lei nº 12.016/2009 e da O.J. nº 92 da SBDI-2, ante a ausência de efeito suspensivo do agravo interno e a potencial teratologia do ato.

Eis os fundamentos do ato coator:

“A UNIÃO (PGU) formula pedido de Suspensão de Liminar e de Antecipação de Tutela (PGU) (ID. a60725b- pág. 1/20), com fundamento nos arts. 4º da Lei 8.437/1992, 12, §1º, da Lei 7.347/1985, 1º da Lei 9.494/1997 e 309 do RITST, visando suspender os efeitos da liminar deferida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 (recurso interposto em face de decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho no processo autuado sob o número SLAT-5450-42.2018.5.01.0000). A requerente relata que o feito tem origem na ajuizada pelos ACP-0100071-78.2018.5.01.0049 Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas dos Estados do Amazonas (STIU/AM), de Rondônia (SINDUR), do Acre (STIU/ACRE), de Alagoas (STIU/AL) e do Piauí (SINTEPI) em face da Eletrobras, com o fim de obter a suspensão do processo de privatização das centrais de distribuição de energia elétrica dos Estados do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima (Boa Vista Energia S.A.) e Amazonas, tendo o juízo de primeiro grau deferido a tutela de urgência requerida. Registra que a União, tendo o Presidente do ajuizou a SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000 Tribunal Regional do Trabalho deferido o pedido de suspensão dos efeitos da decisão liminar deferida na Ação Civil Pública.

Os Sindicatos da categoria profissional ajuizaram, então, a Cautelar Incidental-0101101-04.2018.5.01.0000 (à, tendo o Órgão Especial do Tribunal Regional, SLAT-0002121-22) em Agravo Regimental, deferido a liminar na cautelar incidental para cassar a decisão proferida na SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000, restabelecendo os efeitos da tutela de urgência deferida na Ação Civil Pública. Em face dessa decisão a União ajuizou a SLAT-1000593-60.2018.5.00.0000 perante o Tribunal Superior do Trabalho, tendo o Presidente dessa Corte deferido a liminar requerida para restabelecer os efeitos da decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional na SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000. Sobreveio, então, o julgamento do mérito da Ação Civil Pública 0100071-78.2018.5.01.0049, tendo a 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro julgado procedente o pedido para, entre outras medidas, determinar que as requeridas se

abstivessem de prosseguir no processo de privatização. Ato contínuo, o Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, deferindo o requerimento formulado pela União (autuado sob o), ratificou “ número SLAT-0005450-42.2018.5.01.0000 a decisão que suspendeu os efeitos da tutela antecipada concedida nos autos da Ação Civil Pública nº 010007178.2018.5.01.0049, mantendo seus efeitos até o trânsito em julgado desta ” (ID. a60725b - Pág. 8). Relata que, contra essa decisão os sindicatos da categoria profissional interuseram agravo regimental, , autuado sob o número AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 tendo o Desembargador relator deferido parcialmente a liminar para “ subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação liminar a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo ” (ID. a60725b - Pág. 8). Essa é a decisão impugnada mediante a presente SLAT.

A UNIÃO pretende a suspensão da liminar deferida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049.

Aduz que o Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região não tem competência territorial para julgar a ação civil pública, porque as questões nela debatidas não alcançam empregados que exercem as suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

Consigna que o processo de desestatização das distribuidoras de energia decorre de atos legislativos e normativos federais e que o resultado dos leilões já efetuados demonstra o êxito do programa na redução dos adicionais tarifários, na redução tarifária, no pagamento de outorga, nas obrigações de investimento e/ou aporte de capital, ganhando relevo a redução do endividamento da Eletrobras. Registra que, embora já tenha ocorrido o leilão das outras distribuidoras, a liminar deferida gera grande insegurança jurídica e tem o condão de afastar investidores interessados no leilão da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, previsto para o dia 19/12/2018, não obstante esta seja certamente a distribuidora mais atrativa dentre as inseridas no processo de privatização. Argumenta que a decisão impugnada interfere de maneira sensível na separação dos Poderes, usurpando competência legitimamente concedida ao Poder Executivo, além de comprometer o calendário fixado para encerramento do processo, qual seja 31/12/2018, após o qual a CEAL ingressará em processo de liquidação, circunstâncias que demonstram a grave ameaça de lesão à ordem e à economia públicas. Aduz que o está evidenciado pela periculum in mora proximidade da data do leilão da CEAL e pela ausência de data prevista para o julgamento do mérito do agravo regimental pelo

Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho. Por fim, requer a suspensão da liminar concedida no AGR-0102270-26.2018.5.01.0000 até o trânsito em julgado da decisão de mérito a ser proferida na ACP-0100071- 78.2018.5.01.0049.

A União registra, por fim, que, ao julgar os embargos de declaração interpostos pelas entidades sindicais à decisão impugnada (AGR-0102270-26.2018.5.01.0000), o Desembargador Relator explicitou que a liminar deferida no citado agravo alcança, inclusive, o leilão da Amazonas Energia, que foi realizado na mesma data da concessão da liminar (ID. ece62fc – págs. 1/4 e ID. cba004a - Págs. 1/3).

É o relatório, decido.

O art. 4º, §§ 1º, 3º e 4º, da Lei 8.437/1992 dispõem,: verbis

“Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo à sentença proferida em processo de ação cautelar inominada, no processo de ação popular e na ação civil pública, enquanto não transitada em julgado.

§ 3º Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.

§ 4º Se do julgamento do agravo de que trata o § 3º resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário”.

Por seu turno, o art 309 do Regimento Interno desta Corte preconiza que "o Presidente, nos termos da lei, a requerimento do Ministério Público do Trabalho ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, poderá, por decisão fundamentada, suspender a execução de liminar ou a efetivação de tutela provisória de urgência ou da evidência concedida ou mantida pelos Tribunais Regionais do Trabalho nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes".

No caso dos autos, a liminar que se pretende suspender foi deferida pelo Desembargador Relator do AGR-0102270-26.2018.5.01.0000, circunstância que atrai a competência do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para exame do presente pedido de suspensão.

Conforme relatado, a questão em debate neste feito envolve o processo de desestatização das centrais de distribuição de energia elétrica dos Estados do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima (Boa Vista Energia S.A.) e Amazonas, cumprindo salientar que o leilão da Companhia Energética de Alagoas (CEAL) está previsto para o dia 19/12/2018, já tendo sido realizado o leilão das demais empresas.

Na decisão ora impugnada, proferida nos autos do AGR-0102270-26.2018.5.01.0000, foi deferida "parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo" sob os seguintes fundamentos: "Análise.

Inicialmente deve ser esclarecido que, diferentemente do que alega o agravante, não se há de falar que as decisões são diversas.

Ainda que haja pequenas diferenças entre o pedido principal e o sucessivo em caráter liminar, é certo que o objetivo do pedido formulado em tutela antecedente era evitar que fosse feita alteração acionária na empresa sem que fossem apresentados os estudos pertinentes à condição dos empregados, o que foi confirmado em sentença.

Quanto a suposta impossibilidade de aplicar-se o disposto no artigo 4º da Lei 8.437/92 as tutelas concedidas em sentença, melhor sorte não assiste aos agravantes, tanto o é que seu parágrafo 9º determina que a suspensão perdura até o trânsito em julgado, e não a confirmação ou revogação da tutela em sentença.

Superadas tais assertivas, como exposto em relatório, este E. Órgão Especial já havia cassado a decisão do Exmo. Presidente que revogou a liminar concedida pela vara de origem, ao passo que o Presidente da mais alta corte trabalhista cassou a decisão do Órgão Especial e a restabeleceu.

Sopesados os fundamentos contidos em ambas as decisões, concedo parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo" (ID. 8148259 – Págs. 1/19).

Ao julgar os embargos de declaração, o Desembargador Relator explicitou, : verbis "A decisão embargada, com todas as letras, deferiu "parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo".

No Agravo Regimental, os Embargantes requereram a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, relatando que "os leilões da CEPISA, CERON, ELETROACRE E BOA VISTA S.A. já foram realizados, " [g.n.] (Id. bd41fb7, Pág. 15). Ora, se restavam restando os da AMAZONAS S.A. e CEAL os leilões da AMAZONAS S.A. e da CEAL, claro está que são esses os "leilões remanescentes" - no plural mesmo - a que se referiu o I. Relator na decisão embargada, primeiro aspecto a ser enfatizado.

Por outro lado, o conteúdo do provimento jurisdicional é unívoco quanto à subordinação da "eficácia da concretização dos leilões remanescentes", dado que subordinar a eficácia da concretização de determinado fato - na hipótese, os leilões - a evento futuro- no caso, o exame do mérito do Agravo pelo Órgão Especial - somente pode significar uma coisa: ainda que os leilões remanescentes venham a ser concretizados, sua eficácia ainda será objeto de apreciação judicial. Se significado outro houvesse, não teria a decisão embargada utilizado a expressão "eficácia da concretização", mas, ao revés, simplesmente, "concretização dos leilões".

Neste particular, é evidente que não se trata de mera opção estilística da decisão embargada, mas de provimento que tem em conta a natureza do procedimento licitatório que consubstancia a "privatização", sobre que versa a Ação Civil Pública 0100071-78.2018.5.01.0049, autos de origem. Decerto que, dada a natureza de ato administrativo complexo, a realização do leilão é apenas uma

das fases do procedimento, que poderá ou não ser ultimado com a assinatura do contrato. Daí por que o prudente árbitro do I. Relator - assim permito-me concluir - ao se referir à subordinação da "eficácia da concretização dos leilões remanescentes" (ID. cba004a - Pág. 2).

Resta claro que a liminar deferida alcança o leilão da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (já realizado) e o da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, previsto para ser realizado em 19/12/2018.

Conforme asseverado na decisão em que deferi a liminar na SLAT-1000593-60.2018.5.00.0000 (transcrita na decisão embargada - ID. 8148259, págs. 13/18 - e juntada aos autos - ID. d4beb83, págs. 6/12) - decisão essa que foi confirmada pelo Órgão Especial desta Corte (DEJT-23/11/2018)-, há fundada controvérsia sobre a competência da 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região para julgar a ação civil pública a que se refere o processo ora em exame, a teor do entendimento concentrado na Orientação Jurisprudencial 130 da SDI-II e da jurisprudência por ela firmada, porque a decisão a ser proferida na ação civil pública não alcança empregados que exercem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

De outra parte, é notória a repercussão negativa e a insegurança jurídica que a liminar ora atacada gera sobre o processo de privatização das centrais de distribuição de energia em andamento, processo que decorreu de opção e de decisão legislativa e de aprofundados estudos das áreas governamentais competentes. A suspensão do processo de privatização, sob o frágil argumento da ausência de estudos de impacto da privatização sobre os contratos de trabalho dos empregados das distribuidoras, repercute significativamente e de forma negativa tanto no interesse de possíveis concorrentes à compra, quanto no valor a ser ofertado no pregão, circunstâncias que contribuem somente para o aprofundamento da crise em que se encontram essas empresas e o Governo Federal, que as mantém.

Da mesma forma, cumpre reiterar que a reparação de eventuais danos aos contratos de trabalho dos empregados das empresas privatizadas deve ser buscada no momento oportuno e pelos meios processuais adequados.

Saliente-se que em recente decisão proferida nos autos da Ação Cível Originária 3.132/DF, ajuizada pelo Estado de Alagoas contra a União, em que se discute a privatização da CEAL, o Ministro

Ricardo Lewandowski, relator, embora tenha determinado a realização de perícia contábil e outras medidas necessárias ao exame do mérito, revogou a , mediante a qual havia liminar por ele antes deferida determinado a suspensão do leilão da Companhia Energética de Alagoas (CEAL). A liminar foi revogada sob os seguintes fundamentos: "Por fim, ressalto que, à primeira vista, convenci-me da verossimilhança das alegações do Estado de Alagoas e da indispensabilidade da concessão da liminar para impedir que a CEAL fosse privatizada e com isso se consumasse o prejuízo do Estado.

Todavia, após ter acesso às contestações dos réus, verifico ter razão a Procuradoria-Geral da República quanto aos riscos de 'aprofundamento dos prejuízos experimentados na operação de desestatização examinada' (documento eletrônico 116, fl. 6). Em outras palavras, convenci-me da existência de , como sustentado pelo BNDES na periculum in mora inverso contestação.

Assim, sem prejuízo da realização da perícia, revogo a liminar anteriormente deferida. Por esse motivo, fica prejudicado o agravo regimental interposto pela União contra o deferimento da liminar documento eletrônico 101)" (ACO-3132/DF-Distrito Federal, Relator(a): Min. Ricardo .

Lewandowski, DJe 3/12/2018) Essa decisão corrobora o entendimento de que a suspensão do processo de privatização das distribuidoras de energia resultará em grave lesão à ordem e à economia públicas.

Esses fundamentos, aliados à circunstância de que os efeitos da liminar ora impugnada foram estendidos a um leilão já realizado e à proximidade da data agendada para a realização do leilão da CEAL (dia 19/12/2018), demonstram a presença do e do necessários fumus boni iuris periculum in mora para o deferimento da medida.

Diante de todos os fundamentos expostos, tem-se por presente o manifesto interesse público, bem como a iminência de grave lesão à ordem e à economia públicas.

Ante o exposto, o pedido para cassar os DEFIRO efeitos da liminar concedida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 (ID. 8148259), com os esclarecimentos prestados no julgamento dos embargos de declaração (ID. cba004a), que subordinou " a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo".

Os efeitos desta decisão perdurarão até o trânsito em julgado da decisão de mérito no julgamento da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049, nos termos do art. 4º, § 9º, da Lei 8.437/1992.

Intimem-se, com urgência, a requerente, os requeridos e os Desembargadores Marcos de Oliveira Cavalcante e Mario Sergio Medeiros Pinheiro, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 12.016/2009, "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça".

Por sua vez, dispõe o artigo 7º, inciso III, da referida lei que o Juiz, ao despachar a inicial, ordenará "que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica".

Nesse exame inicial perfunctório, não visualizo indícios de violação de direito líquido e certo.

Segundo Rodrigo Klippel e José Antônio Neffa Júnior, direito líquido e certo é "aquele cujos elementos fáticos possam ser atestados, judicialmente, somente por meio do cotejo de provas documentais, pré-constituídas com referência ao processo" (in Comentários à Lei de Mandado de Segurança. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010, pág. 16).

Inicialmente, a decisão do Ministro Presidente, apontada como ato coator, está amparada no artigo 309 do Regimento Interno do TST, que dispõe: "O Presidente, nos termos da lei, a requerimento do Ministério Público do Trabalho ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, poderá, por decisão fundamentada, suspender a execução de liminar ou a efetivação de tutela provisória de urgência ou da evidência concedida ou mantida pelos Tribunais Regionais do Trabalho nas ações movidas contra o

Poder Público ou seus agentes".

Ademais, salta aos olhos a repercussão negativa e a insegurança jurídica que a concessão da presente liminar geraria sobre o processo de privatização das centrais de distribuição das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás S.A. -, devendo o exame do acerto ou desacerto da decisão do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho aguardar o julgamento de eventual agravo interposto para o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, na forma do § 3º do artigo 309 do RITST.

Assim, **indefiro** o pedido liminar.

Notifique-se a autoridade coatora, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Batista Brito Pereira, para que preste informações, nos termos do inciso I do artigo 7º da Lei nº 12.016/2009.

Notifique-se a Advocacia Geral da União, na esteira do artigo 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009.

Remetam-se os autos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 12 da Lei nº 12.016/2009).

Após, voltem os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

EMMANOEL PEREIRA

Ministro Relator

Despacho

Processo Nº MS-1000926-12.2018.5.00.0000

Relator

EMMANOEL PEREIRA

IMPETRANTE

SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS
DO ESTADO DO AMAZONAS

ADVOGADO MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS RO
ADVOGADO MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE SINDICATO DOS URBANITARIOS
ADVOGADO MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS NO ESTADO DE AL
ADVOGADO MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS DO ESTADO DO PI
ADVOGADO MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE RORAIMA-STIURR
ADVOGADO MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRADO JUIZA RELATORA ALCINA MARIA FONSECA BERES DA 8ª TURMA DO TRT 2ª REGIÃO
CUSTOS LEGIS UNIÃO FEDERAL (AGU)
CUSTOS LEGIS MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE RORAIMA-STIURR

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

IMPETRANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE RORAIMA-STIURR

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS DO ESTADO DO PI

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS NO ESTADO DE AL

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SINDICATO DOS URBANITARIOS

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS RO

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRADO : JUIZA RELATORA ALCINA MARIA FONSECA BERES DA 8ª TURMA DO TRT 2ª REGIÃO

EMP/ds

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança impetrado em face de ato do Exmo. Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-SLAT-1000917-50.2018.5.00.0000, em que restou deferido o pedido para cassar os efeitos da liminar concedida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com duração dos efeitos da decisão até o trânsito em julgado da decisão de mérito no julgamento da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049, nos termos do artigo 4º, § 9º, da Lei nº 8.437/1992.

Os Impetrantes aduzem que a ilegalidade do ato coator reside na incompetência funcional do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para examinar o pedido de suspensão da liminar, na medida em que, de acordo com o artigo 4º, “caput”, da Lei nº 8.437/1992, compete ao Presidente da Corte, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em decisão fundamentada, a execução de liminar concedida contra o Poder Público.

Nesse sentido, aduzem que o exame da suspensão da liminar concedida pelo Desembargador Relator do AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 é de competência do Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo imperiosa a concessão da medida liminar para suspender os efeitos da decisão

do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-SLAT-1000917-50.2018.5.00.0000.

Ao exame.

Registro, inicialmente, que, a despeito da existência de remédio processual próprio para a impugnação do ato coator, a teor dos artigos 308, § 2º, e 309, § 3º, do RITST, entendo que o caso não atrai a incidência do óbice do inciso II do artigo 5º da Lei nº 12.016/2009 e da O.J. nº 92 da SBDI-2, ante a ausência de efeito suspensivo do agravo interno e a potencial teratologia do ato.

Eis os fundamentos do ato coator:

“A UNIÃO (PGU) formula pedido de Suspensão de Liminar e de Antecipação de Tutela (PGU) (ID. a60725b- pág. 1/20), com fundamento nos arts. 4º da Lei 8.437/1992, 12, §1º, da Lei 7.347/1985, 1º da Lei 9.494/1997 e 309 do RITST, visando suspender os efeitos da liminar deferida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 (recurso interposto em face de decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho no processo autuado sob o número SLAT-5450-42.2018.5.01.0000). A requerente relata que o feito tem origem na ajuizada pelos ACP-0100071-78.2018.5.01.0049 Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas dos Estados do Amazonas (STIU/AM), de Rondônia (SINDUR), do Acre (STIU/ACRE), de Alagoas (STIU/AL) e do Piauí (SINTEPI) em face da Eletrobras, com o fim de obter a suspensão do processo de privatização das centrais de distribuição de energia elétrica dos Estados do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima (Boa Vista Energia S.A.) e Amazonas, tendo o juízo de primeiro grau deferido a tutela de urgência requerida. Registra que a União, tendo o Presidente do ajuizou a SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000 Tribunal Regional do Trabalho deferido o pedido de suspensão dos efeitos da decisão liminar deferida na Ação Civil Pública.

Os Sindicatos da categoria profissional ajuizaram, então, a Cautelar Incidental-0101101-04.2018.5.01.0000 (à, tendo o Órgão Especial do Tribunal Regional, SLAT-0002121-22) em Agravo Regimental, deferido a liminar na cautelar incidental para cassar a decisão proferida na SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000, restabelecendo os efeitos da tutela de urgência deferida na Ação Civil Pública. Em face dessa decisão a União ajuizou a SLAT-1000593-60.2018.5.00.0000 perante o Tribunal Superior do Trabalho, tendo o Presidente dessa

Corte deferido a liminar requerida para restabelecer os efeitos da decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional na SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000. Sobreveio, então, o julgamento do mérito da Ação Civil Pública 0100071-78.2018.5.01.0049, tendo a 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro julgado procedente o pedido para, entre outras medidas, determinar que as requeridas se abstivessem de prosseguir no processo de privatização. Ato contínuo, o Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, deferindo o requerimento formulado pela União (autuado sob o), ratificou “ número SLAT-0005450-42.2018.5.01.0000 a decisão que suspendeu os efeitos da tutela antecipada concedida nos autos da Ação Civil Pública nº 010007178.2018.5.01.0049, mantendo seus efeitos até o trânsito em julgado desta ” (ID. a60725b - Pág. 8). Relata que, contra essa decisão os sindicatos da categoria profissional interpuseram agravo regimental, , autuado sob o número AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 tendo o Desembargador relator deferido parcialmente a liminar para “ subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação liminar a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo ” (ID. a60725b - Pág. 8). Essa é a decisão impugnada mediante a presente SLAT.

A UNIÃO pretende a suspensão da liminar deferida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049.

Aduz que o Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região não tem competência territorial para julgar a ação civil pública, porque as questões nela debatidas não alcançam empregados que exercem as suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

Consigna que o processo de desestatização das distribuidoras de energia decorre de atos legislativos e normativos federais e que o resultado dos leilões já efetuados demonstra o êxito do programa na redução dos adicionais tarifários, na redução tarifária, no pagamento de outorga, nas obrigações de investimento e/ou aporte de capital, ganhando relevo a redução do endividamento da Eletrobras. Registra que, embora já tenha ocorrido o leilão das outras distribuidoras, a liminar deferida gera grande insegurança jurídica e tem o condão de afastar investidores interessados no leilão da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, previsto para o dia 19/12/2018, não obstante esta seja certamente a distribuidora mais atrativa dentre as inseridas no processo de privatização. Argumenta que a decisão impugnada interfere de maneira sensível na separação dos Poderes, usurpando competência legitimamente concedida ao Poder Executivo, além de comprometer o calendário

fixado para encerramento do processo, qual seja 31/12/2018, após o qual a CEAL ingressará em processo de liquidação, circunstâncias que demonstram a grave ameaça de lesão à ordem e à economia públicas. Aduz que o está evidenciado pela periculum in mora proximidade da data do leilão da CEAL e pela ausência de data prevista para o julgamento do mérito do agravo regimental pelo Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho. Por fim, requer a suspensão da liminar concedida no AGR-0102270-26.2018.5.01.0000 até o trânsito em julgado da decisão de mérito a ser proferida na ACP-0100071- 78.2018.5.01.0049.

A União registra, por fim, que, ao julgar os embargos de declaração interpostos pelas entidades sindicais à decisão impugnada (AGR-0102270-26.2018.5.01.0000), o Desembargador Relator explicitou que a liminar deferida no citado agravo alcança, inclusive, o leilão da Amazonas Energia, que foi realizado na mesma data da concessão da liminar (ID. ece62fc – págs. 1/4 e ID. cba004a - Págs. 1/3).

É o relatório, decido.

O art. 4º, §§ 1º, 3º e 4º, da Lei 8.437/1992 dispõem,: verbis

“Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo à sentença proferida em processo de ação cautelar nominada, no processo de ação popular e na ação civil pública, enquanto não transitada em julgado.

§ 3º Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.

§ 4º Se do julgamento do agravo de que trata o § 3º resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende

suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário”.

Por seu turno, o art 309 do Regimento Interno desta Corte preconiza que “o Presidente, nos termos da lei, a requerimento do Ministério Público do Trabalho ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, poderá, por decisão fundamentada, suspender a execução de liminar ou a efetivação de tutela provisória de urgência ou da evidência concedida ou mantida pelos Tribunais Regionais do Trabalho nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes ”.

No caso dos autos, a liminar que se pretende suspender foi deferida pelo Desembargador Relator do AGR-0102270-26.2018.5.01.0000, circunstância que atrai a competência do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para exame do presente pedido de suspensão.

Conforme relatado, a questão em debate neste feito envolve o processo de desestatização das centrais de distribuição de energia elétrica dos Estados do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima (Boa Vista Energia S.A.) e Amazonas, cumprindo salientar que o leilão da Companhia Energética de Alagoas (CEAL) está previsto para o dia 19/12/2018, já tendo sido realizado o leilão das demais empresas.

Na decisão ora impugnada, proferida nos autos do AGR-0102270-26.2018.5.01.0000, foi deferida “parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo” sob os seguintes fundamentos: “ Análise.

Inicialmente deve ser esclarecido que, diferentemente do que alega o agravante, não se há de falar que as decisões são diversas.

Ainda que haja pequenas diferenças entre o pedido principal e o sucessivo em caráter liminar, é certo que o objetivo do pedido formulado em tutela antecedente era evitar que fosse feita alteração acionária na empresa sem que fossem apresentados os estudos pertinentes à condição dos empregados, o que foi confirmado em sentença.

Quanto a suposta impossibilidade de aplicar-se o disposto no artigo 4º da Lei 8.437/92 as tutelas concedidas em sentença, melhor sorte não assiste aos agravantes, tanto o é que seu parágrafo 9º determina que a suspensão perdura até o trânsito em julgado, e não a confirmação ou revogação da tutela em sentença.

Superadas tais assertivas, como exposto em relatório, este E. Órgão Especial já havia cassado a decisão do Exmo. Presidente que revogou a liminar concedida pela vara de origem, ao passo que o Presidente da mais alta corte trabalhista cassou a decisão do Órgão Especial e a restabeleceu.

Sopesados os fundamentos contidos em ambas as decisões, concedo parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo" (ID. 8148259 – Págs. 1/19).

Ao julgar os embargos de declaração, o Desembargador Relator explicitou, : verbis "A decisão embargada, com todas as letras, deferiu "parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo".

No Agravo Regimental, os Embargantes requereram a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, relatando que "os leilões da CEPISA, CERON, ELETROACRE E BOA VISTA S.A. já foram realizados, " [g.n.] (Id. bd41fb7, Pág. 15). Ora, se restavam restando os da AMAZONAS S.A. e CEAL os leilões da AMAZONAS S.A. e da CEAL, claro está que são esses os "leilões remanescentes" - no plural mesmo - a que se referiu o I. Relator na decisão embargada, primeiro aspecto a ser enfatizado.

Por outro lado, o conteúdo do provimento jurisdicional é unívoco quanto à subordinação da "eficácia da concretização dos leilões remanescentes", dado que subordinar a eficácia da concretização de determinado fato - na hipótese, os leilões - a evento futuro- no caso, o exame do mérito do Agravo pelo Órgão Especial - somente pode significar uma coisa: ainda que os leilões remanescentes venham a ser concretizados, sua eficácia ainda será objeto de apreciação judicial. Se significado outro houvesse, não teria a decisão embargada utilizado a expressão "eficácia da concretização", mas, ao revés, simplesmente, "concretização dos leilões".

Neste particular, é evidente que não se trata de mera opção estilística da decisão embargada, mas de provimento que tem em conta a natureza do procedimento licitatório que consubstancia a "privatização", sobre que versa a Ação Civil Pública 0100071-78.2018.5.01.0049, autos de origem. Decerto que, dada a natureza de ato administrativo complexo, a realização do leilão é apenas uma das fases do procedimento, que poderá ou não ser ultimado com a assinatura do contrato. Daí por que o prudente arbítrio do I. Relator - assim permito-me concluir - ao se referir à subordinação da "eficácia da concretização dos leilões remanescentes" (ID. cba004a - Pág. 2).

Resta claro que a liminar deferida alcança o leilão da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (já realizado) e o da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, previsto para ser realizado em 19/12/2018.

Conforme asseverado na decisão em que deferi a liminar na SLAT-1000593-60.2018.5.00.0000 (transcrita na decisão embargada - ID. 8148259, págs. 13/18 - e juntada aos autos - ID. d4beb83, págs. 6/12) - decisão essa que foi confirmada pelo Órgão Especial desta Corte (DEJT-23/11/2018)-, há fundada controvérsia sobre a competência da 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região para julgar a ação civil pública a que se refere o processo ora em exame, a teor do entendimento concentrado na Orientação Jurisprudencial 130 da SDI-II e da jurisprudência por ela firmada, porque a decisão a ser proferida na ação civil pública não alcança empregados que exercem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

De outra parte, é notória a repercussão negativa e a insegurança jurídica que a liminar ora atacada gera sobre o processo de privatização das centrais de distribuição de energia em andamento, processo que decorreu de opção e de decisão legislativa e de aprofundados estudos das áreas governamentais competentes. A suspensão do processo de privatização, sob o frágil argumento da ausência de estudos de impacto da privatização sobre os contratos de trabalho dos empregados das distribuidoras, repercute significativamente e de forma negativa tanto no interesse de possíveis concorrentes à compra, quanto no valor a ser ofertado no pregão, circunstâncias que contribuem somente para o aprofundamento da crise em que se encontram essas empresas e o Governo Federal, que as mantém.

Da mesma forma, cumpre reiterar que a reparação de eventuais danos aos contratos de trabalho dos empregados das empresas

privatizadas deve ser buscada no momento oportuno e pelos meios processuais adequados.

Saliente-se que em recente decisão proferida nos autos da Ação Cível Originária 3.132/DF, ajuizada pelo Estado de Alagoas contra a União, em que se discute a privatização da CEAL, o Ministro Ricardo Lewandowski, relator, embora tenha determinado a realização de perícia contábil e outras medidas necessárias ao exame do mérito, revogou a , mediante a qual havia liminar por ele antes deferida determinado a suspensão do leilão da Companhia Energética de Alagoas (CEAL). A liminar foi revogada sob os seguintes fundamentos: "Por fim, ressalto que, à primeira vista, convenci-me da verossimilhança das alegações do Estado de Alagoas e da indispensabilidade da concessão da liminar para impedir que a CEAL fosse privatizada e com isso se consumasse o prejuízo do Estado.

Todavia, após ter acesso às contestações dos réus, verifico ter razão a Procuradoria-Geral da República quanto aos riscos de 'aprofundamento dos prejuízos experimentados na operação de desestatização examinada' (documento eletrônico 116, fl. 6). Em outras palavras, convenci-me da existência de , como sustentado pelo BNDES na periculum in mora inverso contestação.

Assim, sem prejuízo da realização da perícia, revogo a liminar anteriormente deferida. Por esse motivo, fica prejudicado o agravo regimental interposto pela União contra o deferimento da liminar documento eletrônico 101)" (ACO-3132/DF-Distrito Federal, Relator(a): Min. Ricardo .

Lewandowski, DJe 3/12/2018) Essa decisão corrobora o entendimento de que a suspensão do processo de privatização das distribuidoras de energia resultará em grave lesão à ordem e à economia públicas.

Esses fundamentos, aliados à circunstância de que os efeitos da liminar ora impugnada foram estendidos a um leilão já realizado e à proximidade da data agendada para a realização do leilão da CEAL (dia 19/12/2018), demonstram a presença do e do necessários fumus boni iuris periculum in mora para o deferimento da medida.

Diante de todos os fundamentos expostos, tem-se por presente o manifesto interesse público, bem como a iminência de grave lesão à ordem e à economia públicas.

Ante o exposto, o pedido para cassar os DEFIRO efeitos da liminar

concedida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 (ID. 8148259), com os esclarecimentos prestados no julgamento dos embargos de declaração (ID. cba004a), que subordinou " a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo".

Os efeitos desta decisão perdurarão até o trânsito em julgado da decisão de mérito no julgamento da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049, nos termos do art. 4º, § 9º, da Lei 8.437/1992.

Intimem-se, com urgência, a requerente, os requeridos e os Desembargadores Marcos de Oliveira Cavalcante e Mario Sergio Medeiros Pinheiro, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 12.016/2009, "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça".

Por sua vez, dispõe o artigo 7º, inciso III, da referida lei que o Juiz, ao despachar a inicial, ordenará "que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica".

Nesse exame inicial perfunctório, não visualizo indícios de violação de direito líquido e certo.

Segundo Rodrigo Klippel e José Antônio Neffa Júnior, direito líquido e certo é "aquele cujos elementos fáticos possam ser atestados, judicialmente, somente por meio do cotejo de provas documentais, pré-constituídas com referência ao processo" (in Comentários à Lei de Mandado de Segurança. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010, pág. 16).

Inicialmente, a decisão do Ministro Presidente, apontada como ato coator, está amparada no artigo 309 do Regimento Interno do TST, que dispõe: "O Presidente, nos termos da lei, a requerimento do Ministério Público do Trabalho ou da pessoa jurídica de direito

público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, poderá, por decisão fundamentada, suspender a execução de liminar ou a efetivação de tutela provisória de urgência ou da evidência concedida ou mantida pelos Tribunais Regionais do Trabalho nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes”.

Ademais, salta aos olhos a repercussão negativa e a insegurança jurídica que a concessão da presente liminar geraria sobre o processo de privatização das centrais de distribuição das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás S.A. -, devendo o exame do acerto ou desacerto da decisão do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho aguardar o julgamento de eventual agravo interposto para o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, na forma do § 3º do artigo 309 do RITST.

Assim, **indefiro** o pedido liminar.

Notifique-se a autoridade coatora, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Batista Brito Pereira, para que preste informações, nos termos do inciso I do artigo 7º da Lei nº 12.016/2009.

Notifique-se a Advocacia Geral da União, na esteira do artigo 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009.

Remetam-se os autos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 12 da Lei nº 12.016/2009).

Após, voltem os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

EMMANOEL PEREIRA

Ministro Relator

Despacho

Processo Nº MS-1000926-12.2018.5.00.0000

Relator	EMMANOEL PEREIRA
IMPETRANTE	SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS RO
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS URBANITARIOS
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS NO ESTADO DE AL
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS DO ESTADO DO PI
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRANTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE RORAIMA-STIURR
ADVOGADO	MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
IMPETRADO	JUIZA RELATORA ALCINA MARIA FONSECA BERES DA 8ª TURMA DO TRT 2ª REGIÃO
CUSTOS LEGIS	UNIÃO FEDERAL (AGU)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- JUIZA RELATORA ALCINA MARIA FONSECA BERES DA 8ª TURMA DO TRT 2ª REGIÃO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

IMPETRANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE RORAIMA-STIURR

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS DO ESTADO DO PI

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : SIND DOS TRABALHADORES NAS IND URBANAS NO ESTADO DE AL

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : **SINDICATO DOS URBANITARIOS**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDUSTRIAS URBANAS RO**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRANTE : **SIND DOS TRAB NAS IND URBANAS DO
ESTADO DO AMAZONAS**

ADVOGADO : Dr. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ

IMPETRADO : **JUIZA RELATORA ALCINA MARIA FONSECA
BERES DA 8ª TURMA DO TRT 2ª REGIÃO**

EMP/ds

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança impetrado em face de ato do Exmo. Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-SLAT-1000917-50.2018.5.00.0000, em que restou deferido o pedido para cassar os efeitos da liminar concedida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com duração dos efeitos da decisão até o trânsito em julgado da decisão de mérito no julgamento da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049, nos termos do artigo 4º, § 9º, da Lei nº 8.437/1992.

Os Impetrantes aduzem que a ilegalidade do ato coator reside na incompetência funcional do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para examinar o pedido de suspensão da liminar, na medida em que, de acordo com o artigo 4º, “caput”, da Lei nº 8.437/1992, compete ao Presidente da Corte, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em decisão fundamentada, a execução de liminar concedida contra o Poder Público.

Nesse sentido, aduzem que o exame da suspensão da liminar concedida pelo Desembargador Relator do AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 é de competência do Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo imperiosa a concessão da medida liminar para suspender os efeitos da decisão do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-SLAT-1000917-50.2018.5.00.0000.

Ao exame.

Registro, inicialmente, que, a despeito da existência de remédio processual próprio para a impugnação do ato coator, a teor dos artigos 308, § 2º, e 309, § 3º, do RITST, entendo que o caso não atrai a incidência do óbice do inciso II do artigo 5º da Lei nº 12.016/2009 e da O.J. nº 92 da SBDI-2, ante a ausência de efeito suspensivo do agravo interno e a potencial teratologia do ato.

Eis os fundamentos do ato coator:

“A UNIÃO (PGU) formula pedido de Suspensão de Liminar e de Antecipação de Tutela (PGU) (ID. a60725b- pág. 1/20), com fundamento nos arts. 4º da Lei 8.437/1992, 12, §1º, da Lei 7.347/1985, 1º da Lei 9.494/1997 e 309 do RITST, visando suspender os efeitos da liminar deferida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 (recurso interposto em face de decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho no processo autuado sob o número SLAT-5450-42.2018.5.01.0000). A requerente relata que o feito tem origem na ajuizada pelos ACP-0100071-78.2018.5.01.0049 Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas dos Estados do Amazonas (STIU/AM), de Rondônia (SINDUR), do Acre (STIU/ACRE), de Alagoas (STIU/AL) e do Piauí (SINTEPI) em face da Eletrobras, com o fim de obter a suspensão do processo de privatização das centrais de distribuição de energia elétrica dos Estados do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima (Boa Vista Energia S.A.) e Amazonas, tendo o juízo de primeiro grau deferido a tutela de urgência requerida. Registra que a União, tendo o Presidente do ajuizou a SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000 Tribunal Regional do Trabalho deferido o pedido de suspensão dos efeitos da decisão liminar deferida na Ação Civil Pública.

Os Sindicatos da categoria profissional ajuizaram, então, a Cautelar Incidental-0101101-04.2018.5.01.0000 (à, tendo o Órgão Especial do Tribunal Regional, SLAT-0002121-22) em Agravo Regimental,

deferido a liminar na cautelar incidental para cassar a decisão proferida na SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000, restabelecendo os efeitos da tutela de urgência deferida na Ação Civil Pública. Em face dessa decisão a União ajuizou a SLAT-1000593-60.2018.5.00.0000 perante o Tribunal Superior do Trabalho, tendo o Presidente dessa Corte deferido a liminar requerida para restabelecer os efeitos da decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional na SLAT-0002121-22.2018.5.01.0000. Sobreveio, então, o julgamento do mérito da Ação Civil Pública 0100071-78.2018.5.01.0049, tendo a 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro julgado procedente o pedido para, entre outras medidas, determinar que as requeridas se abstivessem de prosseguir no processo de privatização. Ato contínuo, o Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, deferindo o requerimento formulado pela União (autuado sob o), ratificou “ número SLAT-0005450-42.2018.5.01.0000 a decisão que suspendeu os efeitos da tutela antecipada concedida nos autos da Ação Civil Pública nº 010007178.2018.5.01.0049, mantendo seus efeitos até o trânsito em julgado desta ” (ID. a60725b - Pág. 8). Relata que, contra essa decisão os sindicatos da categoria profissional interpuseram agravo regimental, , autuado sob o número AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 tendo o Desembargador relator deferido parcialmente a liminar para “ subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação liminar a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo ” (ID. a60725b - Pág. 8). Essa é a decisão impugnada mediante a presente SLAT.

A UNIÃO pretende a suspensão da liminar deferida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049.

Aduz que o Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região não tem competência territorial para julgar a ação civil pública, porque as questões nela debatidas não alcançam empregados que exercem as suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

Consigna que o processo de desestatização das distribuidoras de energia decorre de atos legislativos e normativos federais e que o resultado dos leilões já efetuados demonstra o êxito do programa na redução dos adicionais tarifários, na redução tarifária, no pagamento de outorga, nas obrigações de investimento e/ou aporte de capital, ganhando relevo a redução do endividamento da Eletrobras. Registra que, embora já tenha ocorrido o leilão das outras distribuidoras, a liminar deferida gera grande insegurança jurídica e tem o condão de afastar investidores interessados no leilão da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, previsto para o

dia 19/12/2018, não obstante esta seja certamente a distribuidora mais atrativa dentre as inseridas no processo de privatização. Argumenta que a decisão impugnada interfere de maneira sensível na separação dos Poderes, usurpando competência legitimamente concedida ao Poder Executivo, além de comprometer o calendário fixado para encerramento do processo, qual seja 31/12/2018, após o qual a CEAL ingressará em processo de liquidação, circunstâncias que demonstram a grave ameaça de lesão à ordem e à economia públicas. Aduz que o está evidenciado pela periculum in mora proximidade da data do leilão da CEAL e pela ausência de data prevista para o julgamento do mérito do agravo regimental pelo Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho. Por fim, requer a suspensão da liminar concedida no AGR-0102270-26.2018.5.01.0000 até o trânsito em julgado da decisão de mérito a ser proferida na ACP-0100071- 78.2018.5.01.0049.

A União registra, por fim, que, ao julgar os embargos de declaração interpostos pelas entidades sindicais à decisão impugnada (AGR-0102270-26.2018.5.01.0000), o Desembargador Relator explicitou que a liminar deferida no citado agravo alcança, inclusive, o leilão da Amazonas Energia, que foi realizado na mesma data da concessão da liminar (ID. ece62fc – págs. 1/4 e ID. cba004a - Págs. 1/3).

É o relatório, decidido.

O art. 4º, §§ 1º, 3º e 4º, da Lei 8.437/1992 dispõem,: verbis

“Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo à sentença proferida em processo de ação cautelar nominada, no processo de ação popular e na ação civil pública, enquanto não transitada em julgado.

§ 3º Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá

agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.

§ 4º Se do julgamento do agravo de que trata o § 3º resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário”.

Por seu turno, o art 309 do Regimento Interno desta Corte preconiza que “o Presidente, nos termos da lei, a requerimento do Ministério Público do Trabalho ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, poderá, por decisão fundamentada, suspender a execução de liminar ou a efetivação de tutela provisória de urgência ou da evidência concedida ou mantida pelos Tribunais Regionais do Trabalho nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes ”.

No caso dos autos, a liminar que se pretende suspender foi deferida pelo Desembargador Relator do AGR-0102270-26.2018.5.01.0000, circunstância que atrai a competência do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para exame do presente pedido de suspensão.

Conforme relatado, a questão em debate neste feito envolve o processo de desestatização das centrais de distribuição de energia elétrica dos Estados do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima (Boa Vista Energia S.A.) e Amazonas, cumprindo salientar que o leilão da Companhia Energ é tica de Alagoas (CEAL) est á previsto para o dia 19/12/2018, j á tendo sido realizado o leil ã o das demais empresas.

Na decisão ora impugnada, proferida nos autos do AGR-0102270-26.2018.5.01.0000, foi deferida “parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo” sob os seguintes fundamentos: “ Análise.

Inicialmente deve ser esclarecido que, diferentemente do que alega o agravante, não se há de falar que as decisões são diversas.

Ainda que haja pequenas diferenças entre o pedido principal e o

sucessivo em caráter liminar, é certo que o objetivo do pedido formulado em tutela antecedente era evitar que fosse feita alteração acionária na empresa sem que fossem apresentados os estudos pertinentes à condição dos empregados, o que foi confirmado em sentença.

Quanto a suposta impossibilidade de aplicar-se o disposto no artigo 4º da Lei 8.437/92 as tutelas concedidas em sentença, melhor sorte não assiste aos agravantes, tanto o é que seu parágrafo 9º determina que a suspensão perdura até o trânsito em julgado, e não a confirmação ou revogação da tutela em sentença.

Superadas tais assertivas, como exposto em relatório, este E. Órgão Especial já havia cassado a decisão do Exmo. Presidente que revogou a liminar concedida pela vara de origem, ao passo que o Presidente da mais alta corte trabalhista cassou a decisão do Órgão Especial e a restabeleceu.

Sopesados os fundamentos contidos em ambas as decisões, concedo parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo” (ID. 8148259 – Págs. 1/19).

Ao julgar os embargos de declaração, o Desembargador Relator explicitou, : verbis “A decisão embargada, com todas as letras, deferiu “parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo”.

No Agravo Regimental, os Embargantes requereram a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, relatando que “os leilões da CEPISA, CERON, ELETROACRE E BOA VISTA S.A. já foram realizados, ” [g.n.] (Id. bd41fb7, Pág. 15). Ora, se restavam restando os da AMAZONAS S.A. e CEAL os leilões da AMAZONAS S.A. e da CEAL, claro está que são esses os “leilões remanescentes” - no plural mesmo - a que se referiu o I. Relator na decisão embargada, primeiro aspecto a ser enfatizado.

Por outro lado, o conteúdo do provimento jurisdicional é unívoco quanto à subordinação da “eficácia da concretização dos leilões remanescentes”, dado que subordinar a eficácia da concretização de determinado fato - na hipótese, os leilões - a evento futuro- no caso, o exame do mérito do Agravo pelo Órgão Especial - somente pode significar uma coisa: ainda que os leilões remanescentes venham a ser concretizados, sua eficácia ainda será objeto de

apreciação judicial. Se significado outro houvesse, não teria a decisão embargada utilizado a expressão "eficácia da concretização", mas, ao revés, simplesmente, "concretização dos leilões".

Neste particular, é evidente que não se trata de mera opção estilística da decisão embargada, mas de provimento que tem em conta a natureza do procedimento licitatório que consubstancia a "privatização", sobre que versa a Ação Civil Pública 0100071-78.2018.5.01.0049, autos de origem. Decerto que, dada a natureza de ato administrativo complexo, a realização do leilão é apenas uma das fases do procedimento, que poderá ou não ser ultimado com a assinatura do contrato. Daí por que o prudente arbítrio do I. Relator - assim permito-me concluir - ao se referir à subordinação da "eficácia da concretização dos leilões remanescentes" (ID. cba004a - Pág. 2).

Resta claro que a liminar deferida alcança o leilão da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (já realizado) e o da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, previsto para ser realizado em 19/12/2018.

Conforme asseverado na decisão em que deferi a liminar na SLAT-1000593-60.2018.5.00.0000 (transcrita na decisão embargada - ID. 8148259, págs. 13/18 - e juntada aos autos - ID. d4beb83, págs. 6/12) - decisão essa que foi confirmada pelo Órgão Especial desta Corte (DEJT-23/11/2018)-, há fundada controvérsia sobre a competência da 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região para julgar a ação civil pública a que se refere o processo ora em exame, a teor do entendimento concentrado na Orientação Jurisprudencial 130 da SDI-II e da jurisprudência por ela firmada, porque a decisão a ser proferida na ação civil pública não alcança empregados que exercem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

De outra parte, é notória a repercussão negativa e a insegurança jurídica que a liminar ora atacada gera sobre o processo de privatização das centrais de distribuição de energia em andamento, processo que decorreu de opção e de decisão legislativa e de aprofundados estudos das áreas governamentais competentes. A suspensão do processo de privatização, sob o frágil argumento da ausência de estudos de impacto da privatização sobre os contratos de trabalho dos empregados das distribuidoras, repercute significativamente e de forma negativa tanto no interesse de possíveis concorrentes à compra, quanto no valor a ser ofertado no pregão, circunstâncias que contribuem somente para o

aprofundamento da crise em que se encontram essas empresas e o Governo Federal, que as mantém.

Da mesma forma, cumpre reiterar que a reparação de eventuais danos aos contratos de trabalho dos empregados das empresas privatizadas deve ser buscada no momento oportuno e pelos meios processuais adequados.

Saliente-se que em recente decisão proferida nos autos da Ação Cível Originária 3.132/DF, ajuizada pelo Estado de Alagoas contra a União, em que se discute a privatização da CEAL, o Ministro Ricardo Lewandowski, relator, embora tenha determinado a realização de perícia contábil e outras medidas necessárias ao exame do mérito, revogou a , mediante a qual havia liminar por ele antes deferida determinado a suspensão do leilão da Companhia Energética de Alagoas (CEAL). A liminar foi revogada sob os seguintes fundamentos: "Por fim, ressalto que, à primeira vista, convenci-me da verossimilhança das alegações do Estado de Alagoas e da indispensabilidade da concessão da liminar para impedir que a CEAL fosse privatizada e com isso se consumasse o prejuízo do Estado.

Todavia, após ter acesso às contestações dos réus, verifico ter razão a Procuradoria-Geral da República quanto aos riscos de 'aprofundamento dos prejuízos experimentados na operação de desestatização examinada' (documento eletrônico 116, fl. 6). Em outras palavras, convenci-me da existência de , como sustentado pelo BNDES na periculum in mora inverso contestação.

Assim, sem prejuízo da realização da perícia, revogo a liminar anteriormente deferida. Por esse motivo, fica prejudicado o agravo regimental interposto pela União contra o deferimento da liminar documento eletrônico 101)" (ACO-3132/DF-Distrito Federal, Relator(a): Min. Ricardo .

Lewandowski, DJe 3/12/2018) Essa decisão corrobora o entendimento de que a suspensão do processo de privatização das distribuidoras de energia resultará em grave lesão à ordem e à economia públicas.

Esses fundamentos, aliados à circunstância de que os efeitos da liminar ora impugnada foram estendidos a um leilão já realizado e à proximidade da data agendada para a realização do leilão da CEAL (dia 19/12/2018), demonstram a presença do e do necessários fumus boni iuris periculum in mora para o deferimento da medida.

Diante de todos os fundamentos expostos, tem-se por presente o manifesto interesse público, bem como a iminência de grave lesão à ordem e à economia públicas.

Ante o exposto, o pedido para cassar os DEFIRO efeitos da liminar concedida no AgR-0102270-26.2018.5.01.0000 (ID. 8148259), com os esclarecimentos prestados no julgamento dos embargos de declaração (ID. cba004a), que subordinou “ a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do Agravo”.

Os efeitos desta decisão perdurarão até o trânsito em julgado da decisão de mérito no julgamento da ACP-0100071-78.2018.5.01.0049, nos termos do art. 4º, § 9º, da Lei 8.437/1992.

Intimem-se, com urgência, a requerente, os requeridos e os Desembargadores Marcos de Oliveira Cavalcante e Mario Sergio Medeiros Pinheiro, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 12.016/2009, "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça”.

Por sua vez, dispõe o artigo 7º, inciso III, da referida lei que o Juiz, ao despachar a inicial, ordenará “que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica”.

Nesse exame inicial perfunctório, não visualizo indícios de violação de direito líquido e certo.

Segundo Rodrigo Klippel e José Antônio Neffa Júnior, direito líquido e certo é "aquele cujos elementos fáticos possam ser atestados, judicialmente, somente por meio do cotejo de provas documentais, pré-constituídas com referência ao processo" (in Comentários à Lei de Mandado de Segurança. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010, pág. 16).

Inicialmente, a decisão do Ministro Presidente, apontada como ato coator, está amparada no artigo 309 do Regimento Interno do TST, que dispõe: “O Presidente, nos termos da lei, a requerimento do Ministério Público do Trabalho ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde , à segurança e à economia públicas, poderá, por decisão fundamentada, suspender a execução de liminar ou a efetivação de tutela provisória de urgência ou da evidência concedida ou mantida pelos Tribunais Regionais do Trabalho nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes”.

Ademais, salta aos olhos a repercussão negativa e a insegurança jurídica que a concessão da presente liminar geraria sobre o processo de privatização das centrais de distribuição das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás S.A. -, devendo o exame do acerto ou desacerto da decisão do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho aguardar o julgamento de eventual agravo interposto para o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, na forma do § 3º do artigo 309 do RITST.

Assim, **indefiro** o pedido liminar.

Notifique-se a autoridade coatora, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Batista Brito Pereira, para que preste informações, nos termos do inciso I do artigo 7º da Lei nº 12.016/2009.

Notifique-se a Advocacia Geral da União, na esteira do artigo 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009.

Remetam-se os autos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 12 da Lei nº 12.016/2009).

Após, voltem os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

EMMANOEL PEREIRA

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Ministro Relator

Despacho

Processo Nº CorPar-1000945-18.2018.5.00.0000

Relator	LELIO BENTES CORREA
REQUERENTE	VIACAO MOTTA LIMITADA
ADVOGADO	ANTONIO CLETO GOMES(OAB: 5864/CE)
REQUERIDO	JOMAR LUZ DE VASSIMON FREITAS
TERCEIRO INTERESSADO	DEMOCRATES SALES BARBOSA

Intimado(s)/Citado(s):

- VIACAO MOTTA LIMITADA

PODER JUDICIÁRIO

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção

JUSTIÇA DO TRABALHO

Especializada em Dissídios Coletivos

PROCESSO TST-AG-CorPar-1000945-18.2018.5.00.0000

mgr

No uso da competência delegada ao Secretário-Geral Judiciário pelo art. 1º do Ato nº 15/GCGJT, de 25 de julho de 2018, fica a parte Agravada intimada para, querendo, manifestar-se sobre o agravo interposto, no prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO

Secretário-Geral Judiciário

Despacho

Processo Nº CorPar-1000945-18.2018.5.00.0000

Relator	LELIO BENTES CORREA
REQUERENTE	VIACAO MOTTA LIMITADA
ADVOGADO	ANTONIO CLETO GOMES(OAB: 5864/CE)

REQUERIDO JOMAR LUZ DE VASSIMON FREITAS
TERCEIRO DEMOCRATES SALES BARBOSA
INTERESSADO

Intimado(s)/Citado(s):

- JOMAR LUZ DE VASSIMON FREITAS

PODER JUDICIÁRIO

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção

JUSTIÇA DO TRABALHO

Especializada em Dissídios Coletivos

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

PROCESSO TST-AG-CorPar-1000945-18.2018.5.00.0000

mgr

No uso da competência delegada ao Secretário-Geral Judiciário pelo art. 1º do Ato nº 15/GCGJT, de 25 de julho de 2018, fica a parte Agravada intimada para, querendo, manifestar-se sobre o

agravo interposto, no prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO

Secretário-Geral Judiciário

Despacho

Processo Nº CorPar-1000945-18.2018.5.00.0000

Relator	LELIO BENTES CORREA
REQUERENTE	VIACAO MOTTA LIMITADA
ADVOGADO	ANTONIO CLETO GOMES(OAB: 5864/CE)
REQUERIDO	JOMAR LUZ DE VASSIMON FREITAS
TERCEIRO INTERESSADO	DEMOCRATES SALES BARBOSA

Intimado(s)/Citado(s):

- DEMOCRATES SALES BARBOSA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Especializada em Dissídios Coletivos

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção

PROCESSO TST-AG-CorPar-1000945-18.2018.5.00.0000

mgr

No uso da competência delegada ao Secretário-Geral Judiciário pelo art. 1º do Ato nº 15/GCGJT, de 25 de julho de 2018, fica a parte Agravada intimada para, querendo, manifestar-se sobre o agravo interposto, no prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO

Secretário-Geral Judiciário

Secretaria da Seção Especializada em Dissídios

Coletivos

Acórdão

Acórdão

Processo Nº Protes-1000269-70.2018.5.00.0000

Relator	JOAO BATISTA BRITO PEREIRA
REQUERENTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DEPELOTAS
ADVOGADO	CLOVIS GOTUZZO RUSSOMANO(OAB: 1514/RS)
REQUERIDO	SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO E MOBILIARIO DE PELOTAS E REGIAO
ADVOGADO	LUCIO LAUSER MORAES(OAB: 58719/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA
CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DEPELOTAS

Protes - 1000269-70.2018.5.00.0000

A C Ó R D ã O

SDC

GP/mg

AGRAVO. PROTESTO JUDICIAL. CONCESSÃO DE PRAZO PARA

EMENDA À PETIÇÃO INICIAL. NÃO MANIFESTAÇÃO. AUSÊNCIA DE PEÇAS ESSENCIAIS 1. A Presidência desta Corte julgou extinto o feito, sem resolução de mérito, ante a não apresentação de documentos essenciais para o deferimento do protesto judicial, não obstante a concessão de prazo. 2. O requerente não trouxe nenhum argumento capaz de infirmar os fundamentos do despacho agravado.

Agravo não provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Protes - 1000269-70.2018.5.00.0000, em que é REQUERENTE SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DEPELOTAS e é REQUERIDO SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO E MOBILIARIO DE PELOTAS E REGIAO.

Mediante a decisão de fls. 29/30, a Presidência desta Corte julgou extinto o feito (PROTESTO JUDICIAL), sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, incs. IV e VI, do CPC.

Às fls. 39, o requerente - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Pelotas - interpõe Agravo Regimental, invocando o art. 235, inc. IX, do RITST.

Concedido prazo, houve manifestação da parte contrária. (fls. 41)

É o relatório.

VOTO

Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal.

Nos termos do art. 77, inc. I, alínea "a", do RITST, compete à Seção Especializada em Dissídios Coletivos, "julgar os agravos internos contra decisões não definitivas, proferidas pelo Presidente do Tribunal, ou por qualquer dos Ministros integrantes da Seção Especializada em Dissídios Coletivos".

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do

Mobiliário de Pelotas interpõe Agravo Regimental, invocando o art. 235, inc. IX, do RITST (fls. 39). Sustenta que na sua intimação - para juntada dos documentos - não consta que o prazo é preclusivo e que juntou todos os documentos necessários.

A Presidência desta Corte julgou extinto o feito (Protesto Judicial), sem resolução de mérito (art. 485, incs. IV e VI, do CPC), sob os seguintes fundamentos:

"O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Pelotas ajuizou o presente protesto judicial em 30/4/2018, em face do Sindicato da Indústria da Construção e Mobiliário de Pelotas e Região, com base nos arts. 726 do CPC e 219, § 1º, do Regimento Interno do TST, objetivando a manutenção da data base da categoria em 1º de maio.

O art. 240, § 1º, do RITST prevê a propositura do protesto judicial nos seguintes termos: 'na impossibilidade real de encerramento da negociação coletiva em curso antes do termo final a que se refere o art. 616, § 3º, da CLT, a entidade interessada poderá formular protesto judicial em petição escrita, dirigida ao Presidente do Tribunal, a fim de preservar a data-base da categoria'.

Por seu turno, o § 3º do art. 616 da CLT dispõe que, 'havendo convenção, acordo ou sentença normativa em vigor, o dissídio coletivo deverá ser instaurado dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no dia imediato a esse termo'.

Dessa forma, a comprovação da existência de convenção, acordo ou sentença normativa em vigor é essencial para o exame da possibilidade de deferimento do protesto.

Entretanto, embora tenha sido concedido prazo para o requerente emendar a petição inicial (fls. 4), ocasião em que se determinou fosse comprovada a sua regularidade de representação, a existência de norma coletiva em vigor e a negociação coletiva em curso, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Pelotas não se manifestou, conforme certidão de fls. 7.

Portanto, resta inviável o deferimento do protesto para a manutenção da data base.

Indefero o pedido formulado pelo requerente a fls. 9, de dilação do

prazo em dez dias úteis para juntada dos documentos requeridos, uma vez que efetuado após encerrado o prazo concedido a fls. 4, em desacordo com o que estabelece o parágrafo único do art. 139 do CPC, segundo o qual 'a dilação de prazos prevista no inciso VI somente pode ser determinada antes de encerrado o prazo regular'.

No presente caso, a decisão em que se concedeu prazo para o requerente juntar a documentação necessária foi assinada eletronicamente em 2/5/2018, a certidão de fls. 7, datada de 18/5/2018, atesta não ter havido manifestação da parte e apenas em 23/5/2018, às 11h14, registre-se, o requerente, por meio da petição de fls. 9, busca a dilação do prazo - dez dias úteis - para cumprir a determinação da Presidência desta Corte.

Ademais, contraditoriamente ao pedido formulado, em ato contínuo, às 11h48, a parte novamente peticiona e apresenta documentos.

Finalmente, não prospera a mera argumentação de que se está diligenciando na obtenção de todos os documentos exigidos, uma vez que é desprovida de qualquer elemento probatório de efetiva necessidade de dilação do prazo em razão de impossibilidade de apresentação dos documentos no prazo concedido.

Dessa forma, julgo extinto o feito, sem resolução de mérito (art. 485, incs. IV e VI, do CPC).

Custas pelo requerente, no valor de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos), nos termos do art. 789 da CLT.

Recolhidas as custas, archive-se o feito" (fls. 29/30)

O requerente não trouxe nenhum argumento capaz de infirmar os fundamentos do despacho agravado.

Com efeito, a Presidência desta Corte consignou que, não obstante a concessão de prazo para emendar a petição inicial, determinando -se a comprovação da regularidade de representação, da existência de norma coletiva em vigor e da negociação coletiva em curso, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Pelotas não se manifestou.

Quanto ao pedido de dilação do prazo em dez dias úteis para juntada dos documentos, destacou-se que, nos termos do parágrafo único do art. 139 do CPC, "a dilação de prazos prevista no inciso VI

somente pode ser determinada antes de encerrado o prazo regular".

Por fim, consta na decisão agravada que o requerente não apresentou qualquer elemento probatório acerca da efetiva necessidade de dilação do prazo em razão de impossibilidade de apresentação dos documentos no prazo concedido.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao Agravado.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, negar provimento ao Agravado.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

JOAO BATISTA BRITO PEREIRA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Acórdão	
Processo Nº Protes-1000269-70.2018.5.00.0000	
Relator	JOAO BATISTA BRITO PEREIRA
REQUERENTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DEPELOTAS
ADVOGADO	CLOVIS GOTUZZO RUSSOMANO(OAB: 1514/RS)
REQUERIDO	SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO E MOBILIARIO DE PELOTAS E REGIAO
ADVOGADO	LUCIO LAUSER MORAES(OAB: 58719/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO E MOBILIARIO DE PELOTAS E REGIAO

Protes - 1000269-70.2018.5.00.0000

A C Ó R D ã O

SDC

GP/mg

AGRAVO. PROTESTO JUDICIAL. CONCESSÃO DE PRAZO PARA EMENDA À PETIÇÃO INICIAL. NÃO MANIFESTAÇÃO. AUSÊNCIA DE PEÇAS ESSENCIAIS 1. A Presidência desta Corte julgou extinto o feito, sem resolução de mérito, ante a não apresentação de documentos essenciais para o deferimento do protesto judicial, não obstante a concessão de prazo. 2. O requerente não trouxe nenhum argumento capaz de infirmar os fundamentos do despacho agravado.

Agravo não provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Protes - 1000269-70.2018.5.00.0000, em que é REQUERENTE SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DEPELOTAS e é REQUERIDO SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO E MOBILIARIO DE PELOTAS E REGIAO.

Mediante a decisão de fls. 29/30, a Presidência desta Corte julgou extinto o feito (PROTESTO JUDICIAL), sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, incs. IV e VI, do CPC.

Às fls. 39, o requerente - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Pelotas - interpõe Agravo Regimental, invocando o art. 235, inc. IX, do RITST.

Concedido prazo, houve manifestação da parte contrária. (fls. 41)

É o relatório.

VOTO

Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal.

Nos termos do art. 77, inc. I, alínea "a", do RITST, compete à Seção Especializada em Dissídios Coletivos, "julgar os agravos internos

contra decisões não definitivas, proferidas pelo Presidente do Tribunal, ou por qualquer dos Ministros integrantes da Seção Especializada em Dissídios Coletivos".

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Pelotas interpõe Agravo Regimental, invocando o art. 235, inc. IX, do RITST (fls. 39). Sustenta que na sua intimação - para juntada dos documentos - não consta que o prazo é preclusivo e que juntou todos os documentos necessários.

A Presidência desta Corte julgou extinto o feito (Protesto Judicial), sem resolução de mérito (art. 485, incs. IV e VI, do CPC), sob os seguintes fundamentos:

"O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Pelotas ajuizou o presente protesto judicial em 30/4/2018, em face do Sindicato da Indústria da Construção e Mobiliário de Pelotas e Região, com base nos arts. 726 do CPC e 219, § 1º, do Regimento Interno do TST, objetivando a manutenção da data base da categoria em 1º de maio.

O art. 240, § 1º, do RITST prevê a propositura do protesto judicial nos seguintes termos: 'na impossibilidade real de encerramento da negociação coletiva em curso antes do termo final a que se refere o art. 616, § 3º, da CLT, a entidade interessada poderá formular protesto judicial em petição escrita, dirigida ao Presidente do Tribunal, a fim de preservar a data-base da categoria'.

Por seu turno, o § 3º do art. 616 da CLT dispõe que, 'havendo convenção, acordo ou sentença normativa em vigor, o dissídio coletivo deverá ser instaurado dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no dia imediato a esse termo'.

Dessa forma, a comprovação da existência de convenção, acordo ou sentença normativa em vigor é essencial para o exame da possibilidade de deferimento do protesto.

Entretanto, embora tenha sido concedido prazo para o requerente emendar a petição inicial (fls. 4), ocasião em que se determinou fosse comprovada a sua regularidade de representação, a existência de norma coletiva em vigor e a negociação coletiva em curso, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Pelotas não se manifestou, conforme certidão de fls. 7.

Portanto, resta inviável o deferimento do protesto para a manutenção da data base.

Indefiro o pedido formulado pelo requerente a fls. 9, de dilação do prazo em dez dias úteis para juntada dos documentos requeridos, uma vez que efetuado após encerrado o prazo concedido a fls. 4, em desacordo com o que estabelece o parágrafo único do art. 139 do CPC, segundo o qual 'a dilação de prazos prevista no inciso VI somente pode ser determinada antes de encerrado o prazo regular'.

No presente caso, a decisão em que se concedeu prazo para o requerente juntar a documentação necessária foi assinada eletronicamente em 2/5/2018, a certidão de fls. 7, datada de 18/5/2018, atesta não ter havido manifestação da parte e apenas em 23/5/2018, às 11h14, registre-se, o requerente, por meio da petição de fls. 9, busca a dilação do prazo - dez dias úteis - para cumprir a determinação da Presidência desta Corte.

Ademais, contraditoriamente ao pedido formulado, em ato contínuo, às 11h48, a parte novamente peticiona e apresenta documentos.

Finalmente, não prospera a mera argumentação de que se está diligenciando na obtenção de todos os documentos exigidos, uma vez que é desprovida de qualquer elemento probatório de efetiva necessidade de dilação do prazo em razão de impossibilidade de apresentação dos documentos no prazo concedido.

Dessa forma, julgo extinto o feito, sem resolução de mérito (art. 485, incs. IV e VI, do CPC).

Custas pelo requerente, no valor de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos), nos termos do art. 789 da CLT.

Recolhidas as custas, archive-se o feito" (fls. 29/30)

O requerente não trouxe nenhum argumento capaz de infirmar os fundamentos do despacho agravado.

Com efeito, a Presidência desta Corte consignou que, não obstante a concessão de prazo para emendar a petição inicial, determinando-se a comprovação da regularidade de representação, da existência de norma coletiva em vigor e da negociação coletiva em curso, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção

e do Mobiliário de Pelotas não se manifestou.

Quanto ao pedido de dilação do prazo em dez dias úteis para juntada dos documentos, destacou-se que, nos termos do parágrafo único do art. 139 do CPC, "a dilação de prazos prevista no inciso VI somente pode ser determinada antes de encerrado o prazo regular".

Por fim, consta na decisão agravada que o requerente não apresentou qualquer elemento probatório acerca da efetiva necessidade de dilação do prazo em razão de impossibilidade de apresentação dos documentos no prazo concedido.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao Agravado.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, negar provimento ao Agravado.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

JOAO BATISTA BRITO PEREIRA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Coordenadoria de Recursos Despacho

PETIÇÃO TST-PET-154729/2017-5 [eDOC: 16340472]

Requerente: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Advogado : Dr. Marconi Medeiros Marques de Oliveira (4846/RN-A)

(Ref. Processo **Ag-AIRR- 235-70.2013.5.21.0011**)

Agravado(s): **JOAO CORREIA REBOUCAS**

Advogado : Dr. Thiago Queiroz de Melo (7283/RN)

Agravante(s): **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Procuradora: Dra. Janne Maria de Araújo

Agravado(s) : **MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO E ORIENTAÇÃO SOCIAL - MEIOS**

DESPACHO

O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por meio da **petição avulsa nº 154729/2017-5**, interpõe recurso extraordinário tendo por alvo acórdão proferido nos autos do Ag-AIRR nº 235-70.2013.5.21.0011, cujo andamento processual indica a remessa do feito ao TRT de origem, ante a certificação do trânsito em julgado.

O recorrente sustenta não ter sido intimado pessoalmente, o que defende justificar a interposição do apelo mesmo após o transcurso do prazo recursal, deflagrado com a publicação do julgado no DJE. Pois bem.

Em consulta aos sistemas informatizados do TST, vê-se que de fato não houve intimação pessoal do Estado do Rio Grande do Norte em relação ao acórdão recorrido, o que contraria a literalidade da norma contida no artigo 183 do CPC de 2015.

Desse modo, interposto o recurso extraordinário, é imperativo o retorno dos autos a esta Corte, a fim de que se promova o juízo de admissibilidade do apelo.

Assim, chamo o feito à ordem para, **tornando sem efeito a certidão de trânsito em julgado**, determinar a requisição, no juízo de origem, do processo tombado sob o nº 235-70.2013.5.21.0011.

Após, venham-me os autos conclusos, já com a inclusão da petição ora examinada no caderno processual.

Oficie-se com urgência o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Mossoró-RN, dando-lhe ciência do teor deste despacho.

À Coordenadoria de Recursos para as providências.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 06 de fevereiro de 2019.

RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0010081-41.2014.5.01.0203

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Embargante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB: 16538/GO)
Embargado(a)	ALEXANDRO DE SOUZA FRANCISCO
Advogado	Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741/SP)
Embargado(a)	PRODUMAN ENGENHARIA S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRO DE SOUZA FRANCISCO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PRODUMAN ENGENHARIA S.A.

O PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS interpõe recurso extraordinário com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço."

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ARR-0001449-27.2013.5.12.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Miranda Arantes
Agravante e Recorrido	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Rafael Mendes dos Santos
Agravado e Recorrente	DIRCE DE FATIMA SILVA DE ASSIS
Advogado	Dr. Edgar Tamasia(OAB: 29697/SC)
Agravado e Recorrido	JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.
Advogado	Dr. Laís de Aguiar Bittencourt(OAB: 35511/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIRCE DE FATIMA SILVA DE ASSIS
- JR LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

A UNIÃO (PGU) interpõe recurso extraordinário com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço."

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo

Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0279900-98.2007.5.02.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Embargante	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Paulo Henrique Procópio Florêncio
Embargado(a)	DANIEL FRANCISCO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Eduardo Tofoli(OAB: 133996/SP)
Embargado(a)	COPSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado	Dr. Sérgio da Silva Toledo(OAB: 223002/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COPSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- DANIEL FRANCISCO DOS SANTOS
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0280200-51.2009.5.01.0451

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Renato de Lacerda Paiva
Agravante	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	Dr. Waldir Zagaglia
Agravado	ESPEDITO DO NASCIMENTO ROSENO
Advogada	Dra. Simone de Oliveira Antas Gonçalves(OAB: 107139-A/RJ)
Agravado	EXCELLENCE RH SERVIÇOS EIRELI
Advogado	Dr. Vinicius Faria de Alcântara(OAB: 114693/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPEDITO DO NASCIMENTO ROSENO
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- EXCELLENCE RH SERVIÇOS EIRELI

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0277800-26.2006.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
-------------	---------------------

Relator Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Agravante MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Procurador Dr. Luís Maximiliano Leal Telesca Mota
Procurador Dr. Nelson Nemo Franchini Marisco
Agravado JOÃO FERNANDES DO AMARAL
Advogado Dr. Carlos Franklin Paixão de Araújo(OAB: 3328/RS)
Agravado REAÇÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Advogada Dra. Eliana Matté(OAB: 50561/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOÃO FERNANDES DO AMARAL
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
- REAÇÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0279800-91.2009.5.04.0018

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria de Assis Calsing
Embargante ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador Dr. Luiz Henrique Oltramari
Embargado(a) ÁLVARO JOSÉ SOARES PEREIRA
Advogada Dra. Felipe Ortiz Saldanha(OAB: 74431/RS)
Embargado(a) SECURE SISTEMAS DE SEGURANÇA S/S LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- SECURE SISTEMAS DE SEGURANÇA S/S LTDA.
- ÁLVARO JOSÉ SOARES PEREIRA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-RR-0010253-24.2014.5.01.0060

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador Dr. Luiz Cesar Vianna Marques
Agravado ÂNGELA JOSÉ BONIFÁCIO
Advogado Dr. Leonardo dos Santos Lemgruber(OAB: 148586/RJ)
Agravado V.M.S. SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- V.M.S. SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME
- ÂNGELA JOSÉ BONIFÁCIO

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO interpõe recurso extraordinário com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0313000-89.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Emmanoel Pereira
Embargante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Alfredo Crossetti Simon
Embargado(a)	LUIZ FERNANDO PEREIRA MAIDANA
Advogada	Dra. Maria Ercilia Hostyn Gralha(OAB: 11400/RS)
Embargado(a)	SECURE SISTEMAS DE SEGURANÇA S/S LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- LUIZ FERNANDO PEREIRA MAIDANA
- SECURE SISTEMAS DE SEGURANÇA S/S LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0313300-51.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Lelio Bentes Corrêa
Agravante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Victor Herzer da Silva
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Marcos Wanderley da Silva
Agravado	CLAITON LUIZ DA SILVA PIRES
Advogado	Dr. Hamilton Jesus Viera Pereira Júnior(OAB: 57612/RS)
Agravado	MOBRA - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado	Dr. Henrique Cusinato Hermann(OAB: 46523/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAITON LUIZ DA SILVA PIRES
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- MOBRA - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0282600-58.2009.5.02.0015

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Fernando Eizo Ono
Agravante FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE
 SÃO PAULO
Procurador Dr. Ricardo Lima Almeida
Agravado ANÍZIO ALVES
Advogada Dra. Sandra Aparecida Fermiano
 Albino(OAB: 86413/SP)
Agravado R C G - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA
 PATRIMONIAL LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ANÍZIO ALVES
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- R C G - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o desobestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0283400-66.2009.5.01.0451

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Helena Mallmann

Agravante ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador Dr. Waldir Zagaglia
Agravado LEVI DOS SANTOS CORRÊA
Advogada Dra. Marilza de Azevedo Ferreira(OAB:
 143978/RJ)
Agravado SERVICE COOP - COOPERATIVA DE
 TRABALHO DE ATIVIDADE
 ECONÔMICO PROFISSIONAL LTDA.
 (EM LIQUIDAÇÃO)
Advogado Dr. Vanusa Vidal(OAB: 87433/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- LEVI DOS SANTOS CORRÊA
- SERVICE COOP - COOPERATIVA DE TRABALHO DE ATIVIDADE ECONÔMICO PROFISSIONAL LTDA. (EM LIQUIDAÇÃO)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o desobestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0281800-23.2009.5.02.0082

Complemento Processo Eletrônico
Relator Desemb. Convocado José Rêgo Júnior
Agravante BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado Dr. Leonardo Gauland Magalhães
 Bortoluzzi(OAB: 18056/DF)
Advogado Dr. Igor D'Moura Cavalcante(OAB:
 24343/GO)
Agravado FÁBIO DE GÓIS MARQUES PEREIRA
Advogado Dr. Edesio Correia de Jesus(OAB:
 206672-B/SP)

Agravado

VIDAX TELESERVIÇOS S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- FÁBIO DE GÓIS MARQUES PEREIRA
- VIDAX TELESERVIÇOS S.A.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AgR-AIRR-0282300-96.2009.5.02.0015

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos
Agravante	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. César Cals de Oliveira
Procurador	Dr. Renato Spaggiari
Agravado	JESSE GONÇALVES DA FONSECA
Advogado	Dr. Audemício Sebastião Alves(OAB: 58698/SP)
Agravado	MASSA FALIDA de CONSOFIT CONSULTORIA E SISTEMA LTDA.
Advogado	Dr. José Roberto dos Santos(OAB: 153958-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JESSE GONÇALVES DA FONSECA
- MASSA FALIDA de CONSOFIT CONSULTORIA E SISTEMA LTDA.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0280700-02.2009.5.02.0060

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. João Batista Brito Pereira
Agravante	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS
Procuradora	Dra. Maria Cecília Fontana Saez
Agravado	GISELE OLIVEIRA DOS SANTOS
Advogada	Dra. Jussara Soares de Carvalho(OAB: 80264/SP)
Agravado	SAIT LIMPEZA E INFRA ESTRUTURA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS
- GISELE OLIVEIRA DOS SANTOS
- SAIT LIMPEZA E INFRA ESTRUTURA LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo

Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-ED-RR-0281100-88.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira
Embargante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Clóvis Sá Brito Pingret
Embargado(a)	GIOVANI DE LIMA GOMES
Advogado	Dr. Cátia Helena Oliveira da Motta(OAB: 27332/RS)
Embargado(a)	CLEAN SYSTEM ASSESSORIA EMPRESARIAL & MAO DE OBRA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEAN SYSTEM ASSESSORIA EMPRESARIAL & MAO DE OBRA LTDA
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- GIOVANI DE LIMA GOMES

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram

opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0322400-30.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado João Pedro Silvestrin
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Cristiano Munhós Thormann
Recorrido	RAQUEL KEIS FERREIRA
Advogado	Dr. Evaristo Luiz Heis(OAB: 28154/RS)
Recorrido	CLEAN UP AUTOMAÇÃO EM SISTEMA DE LIMPEZA LTDA.
Advogado	Dr. Luís Fernando Bogdanov Ramos(OAB: 29882/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEAN UP AUTOMAÇÃO EM SISTEMA DE LIMPEZA LTDA.
- RAQUEL KEIS FERREIRA
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0322900-96.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. João Oreste Dalazen
Embargante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Alfredo Crossetti Simon
Embargado(a)	JORGE LEANDRO NORONHA ALEXANDRE
Advogado	Dr. Evaristo Luiz Heis(OAB: 28154/RS)
Embargado(a)	ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA. - ASL

Intimado(s)/Citado(s):

- ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA. - ASL
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- JORGE LEANDRO NORONHA ALEXANDRE

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0318600-28.2008.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Miranda Arantes
Embargante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Tanus Salim
Embargado(a)	LILIAN ESPINDOLA FRAGA
Advogado	Dr. Evaristo Luiz Heis(OAB: 28154/RS)
Embargado(a)	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
Advogada	Dra. Eloisa Gomes Pazini(OAB: 26008/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
- LILIAN ESPINDOLA FRAGA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0319700-81.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Valdir Florindo
Agravante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Nei Gilvan Gatiboni
Agravado	MARCOS DA ROSA SANTOS

Advogado Dr. Marcelo Eduardo Menezes
Arcos(OAB: 57573/RS)

Agravado JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA
PATRIMONIAL LTDA.

Advogado Dr. Ricardo Martins Limongi(OAB:
33608/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.
- MARCOS DA ROSA SANTOS

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0316500-03.2008.5.04.0018

Complemento Processo Eletrônico

Relator Min. Aloysio Corrêa da Veiga

Embargante ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Procurador Dr. Fábio Werrkhäuser

Embargado(a) HOSPITAL NOSSA SENHORA DA
CONCEIÇÃO S.A.

Advogado Dr. Dante Rossi(OAB: 3161/RS)

Embargado(a) LUÍS AIRTON OLIVEIRA MACHADO

Advogada Dra. Viviane Giseli Menezes
Pacheco(OAB: 54594/RS)

Embargado(a) MOBRA - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA
LTDA.

Advogado Dr. Henrique Cusinato Hermann(OAB:
46523/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
- LUÍS AIRTON OLIVEIRA MACHADO
- MOBRA - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0316700-10.2008.5.04.0018

Complemento Processo Eletrônico

Relator Desemb. Convocada Maria das Graças
Silvany Dourado Laranjeira

Agravante UNIÃO (PGU)

Procuradora Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero

Agravado GLAUBER AZEVEDO GUTERRES

Advogada Dra. Iara do Carmo dos Santos
Vaz(OAB: 27364/RS)

Agravado MASSA FALIDA de VIGILANCIA
PEDROZO LTDA

Advogado Dr. Adalberto Pacheco
Domingues(OAB: 21485/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLAUBER AZEVEDO GUTERRES
- MASSA FALIDA de VIGILANCIA PEDROZO LTDA
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão

recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0314700-37.2008.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Miranda Arantes
Agravante	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO RIO GRANDE DO SUL - DETRAN
Procurador	Dr. Fábio Werkäuser
Agravado	LUÍS GUSTAVO DA SILVA GONÇALVES
Advogado	Dr. Luiz Carlos Ribas Rieffel(OAB: 13685/RS)
Agravado	MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
Advogado	Dr. João Adalberto Medeiros Fernandes Júnior(OAB: 40315/RS)
Agravado	ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.
Advogado	Dr. Carlos Roberto de Siqueira Castro(OAB: 56888-A/RS)
Agravado	CONSÓRCIO SKANSKA
Advogado	Dr. João Ricardo Jordan(OAB: 228094/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.
- CONSÓRCIO SKANSKA
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO RIO GRANDE DO SUL - DETRAN
- LUÍS GUSTAVO DA SILVA GONÇALVES
- MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art.

102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0314800-55.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Augusto César Leite de Carvalho
Agravante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Luiz Henrique Oltramari
Agravado	LIBERACI MENDES DA ROCHA
Advogado	Dr. Evaristo Luiz Heis(OAB: 28154/RS)
Agravado	SANTOS & ALVES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- LIBERACI MENDES DA ROCHA
- SANTOS & ALVES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do

precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0325500-90.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Alfredo Crossetti Simon
Agravado	VILMAR VASCONCELOS VICENTE
Advogado	Dr. Renata dos Santos Bonet(OAB: 65640/RS)
Agravado	SANTOS & ALVES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- SANTOS & ALVES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.
- VILMAR VASCONCELOS VICENTE

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre

controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0326000-26.2009.5.09.0663

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante	MUNICÍPIO DE LONDRINA
Procurador	Dr. Danilo Peres da Silva
Agravado	ÉRICA GISLAINE TEIXEIRA
Advogado	Dr. Gustavo Cogo Tofano(OAB: 54061/PR)
Agravado	CENTRO INTEGRADO E APOIO PROFISSIONAL - CIAP
Advogada	Dra. Amanda de Pontes(OAB: 48986/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO INTEGRADO E APOIO PROFISSIONAL - CIAP
- MUNICÍPIO DE LONDRINA
- ÉRICA GISLAINE TEIXEIRA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0324500-35.2009.5.09.0303

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Renato de Lacerda Paiva
Recorrente UNIÃO (PGU)
Procuradora Dra. Gisele Hatschbach Bittencourt
Recorrido GILMARA MATEUS
Advogado Dr. Iracele Galli de Souza(OAB: 30884/PR)
Recorrido MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- GILMARA MATEUS
- MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0324700-44.2009.5.09.0658

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Milton de Moura França
Agravante UNIÃO (PGU)
Procuradora Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero

Agravado JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA
Advogado Dr. Iracele Galli de Souza(OAB: 30884/PR)
Agravado MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA
- MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0324400-49.2006.5.02.0087

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos
Agravante FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora Dra. Maria Aparecida Cavalcanti Roque
Agravante UNIÃO (PGU)
Procurador Dr. Daniel Mandelli Martin Filho
Agravante MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador Dr. César Cals de Oliveira
Agravado AVILAN FELICIANO DE MELO
Advogado Dr. Eduardo de Oliveira Cerdeira(OAB: 234634/SP)
Agravado SEND SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- AVILAN FELICIANO DE MELO
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- SEND SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0324485-37.2009.5.12.0027

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Lelio Bentes Corrêa
Agravante	MUNICÍPIO DE IÇARÁ
Procurador	Dr. Walterney Ângelo Reus
Agravado	ASSOCIAÇÃO FEMININA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IÇARA - AFASI
Agravado	JADNA DE STEFANI MILIOLI
Advogado	Dr. Jamilto Colonetti(OAB: 16158/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO FEMININA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IÇARA - AFASI
- JADNA DE STEFANI MILIOLI
- MUNICÍPIO DE IÇARÁ

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão

recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0323785-74.2009.5.12.0055

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. João Batista Brito Pereira
Agravante	MUNICÍPIO DE IÇARA
Procurador	Dr. Walterney Ângelo Reus
Agravado	JOÃO DE BITENCOURT
Advogado	Dr. Jamilto Colonetti(OAB: 16158/SC)
Agravado	ASSOCIAÇÃO FEMININA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IÇARA - AFASI

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO FEMININA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IÇARA - AFASI
- JOÃO DE BITENCOURT
- MUNICÍPIO DE IÇARA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do

precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0323800-49.2009.5.12.0053

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos
Recorrente	ALESSANDRA CECHINEL DARELA
Advogado	Dr. Jamilto Colonetti(OAB: 16158/SC)
Recorrido	MUNICÍPIO DE IÇARÁ
Advogado	Dr. Walterney Ângelo Reus(OAB: 9314/SC)
Recorrido	UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALESSANDRA CECHINEL DARELA
- MUNICÍPIO DE IÇARÁ
- UNIÃO (PGF)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre

controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0333000-44.2009.5.09.0965

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Emmanoel Pereira
Agravante	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Rafael Sgamzerla Durand
Agravante	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Agravado	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Rafael Sgamzerla Durand
Agravado	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Agravado	NEUSA DE FÁTIMA DA SILVA
Advogado	Dr. Alessandro de Assis Matos(OAB: 42269/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- NEUSA DE FÁTIMA DA SILVA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo

Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0336300-72.2009.5.18.0121

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Agravado	CÉSAR RODRIGUES
Advogado	Dr. Cíntia Marques Cunha(OAB: 24073/GO)
Agravado	CONSERVO BRASÍLIA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSERVO BRASÍLIA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
- CÉSAR RODRIGUES
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0329900-50.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Recorrente	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Procuradora	Dra. Márcia Moura Lameira
Recorrido	NEUSA FORTES DA SILVA
Advogado	Dr. Ailton Carlos de Souza Cunha(OAB: 22054/RS)
Recorrido	META COOPERATIVA DE SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- META COOPERATIVA DE SERVIÇOS LTDA.
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
- NEUSA FORTES DA SILVA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0331700-16.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte
Embargante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Nei Gilvan Gatiboni
Embargado(a)	DANIELLY MILESKI DA SILVA
Advogada	Dra. Caroline Stürmer Corrêa(OAB: 61264/RS)
Embargado(a)	SET SUL SERVIÇOS ESPECIAIS E TEMPORÁRIOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELLY MILESKI DA SILVA
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- SET SUL SERVIÇOS ESPECIAIS E TEMPORÁRIOS LTDA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ARR-0329000-87.2009.5.09.0322

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Fernando Eizo Ono
Agravante e Recorrido	ESTADO DO PARANÁ
Procurador	Dr. Annete Macedo Skarbek
Agravado e Recorrente	ESTELA CORRÊA
Advogado	Dr. Raphael Santos Neves(OAB: 41482/PR)
Agravado e Recorrido	CDN LIMPEZA CONSERVAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.
Advogado	Dr. Ana Letícia Maier de Lima(OAB: 41344/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CDN LIMPEZA CONSERVAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.
- ESTADO DO PARANÁ
- ESTELA CORRÊA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo

inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-RR-0329700-38.2009.5.02.0361

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Mauricio Godinho Delgado
Embargante	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	Dra. Giselle Cristina Nassif Elias
Embargado(a)	CLEIDE SANTIAGO FERREIRA
Advogado	Dr. Ronaldo de Souza(OAB: 163755/SP)
Embargado(a)	ATERN0 - CONSTRUÇOES, SERVICOS E SANEAMENTO LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ATERNO - CONSTRUÇOES, SERVICOS E SANEAMENTO LTDA - EPP
- CLEIDE SANTIAGO FERREIRA
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do

precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0326700-35.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. João Oreste Dalazen
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Marcos Wanderley da Silva
Agravado	ITATIANA DORNELES DA SILVA
Advogado	Dr. Lisandro Martini Fleck(OAB: 50924/RS)
Agravado	MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
Advogado	Dr. Alessandra Rubim Chiaradia(OAB: 35547/RS)
Agravado	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	Dr. Paulo Augusto Greco(OAB: 119729 -A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- ITATIANA DORNELES DA SILVA
- MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que

não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0328100-21.2008.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Mauricio Godinho Delgado
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Guilherme Goñi Murussi
Agravante	RAUL ALESANDER MACHADO MARTINEZ
Advogado	Dr. Flávio Machado Rezende(OAB: 28942/RS)
Agravado	MASSA FALIDA de VIGILANCIA PEDROZO LTDA
Advogado	Dr. Alessandra Rubim Chiaradia(OAB: 35547/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MASSA FALIDA de VIGILANCIA PEDROZO LTDA
- RAUL ALESANDER MACHADO MARTINEZ
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC,

328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº E-ED-RR-0045700-98.2007.5.17.0181

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	FABRÍCIO DO NASCIMENTO MIRANDA
Advogado	Dr. Hegler José Horta Barbosa(OAB: 1723-A/DF)
Advogado	Dr. Hugo Oliveira Horta Barbosa(OAB: 19769/DF)
Embargado(a)	ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ESCELSA
Advogado	Dr. Lycurgo Leite Neto(OAB: 1530/DF)
Embargado(a)	DELTA ELETRIFICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	Dr. Fábio Jorge Delatorre Leite(OAB: 12131/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- DELTA ELETRIFICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
- ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ESCELSA
- FABRÍCIO DO NASCIMENTO MIRANDA

FABRÍCIO DO NASCIMENTO MIRANDA, por meio da Petição nº 164814/2017-5 (seq. 55), pede a reconsideração do despacho de sobrestamento do então Vice-Presidente do TST, ao argumento de que a pretensão recursal envolve questão jurídica distinta da retratada no "Tema 725" do ementário de temas do Supremo Tribunal Federal. Acrescenta que, no particular, as razões recursais sequer atacam os fundamentos do acórdão recorrido e pede, ao final, o juízo negativo de admissibilidade.

Pois bem.

A questão posta nos autos de fato é estranha ao debate sobre a terceirização de serviços para consecução da atividade-fim da empresa, tal como definida na Súmula 331 do TST.

Isso porque a responsabilidade solidária reconhecida no acórdão recorrido deriva, não do enquadramento das tarefas do reclamante na atividade fim da tomadora de serviços (Súmula 331), mas da responsabilidade do empregador pelos atos praticados por seus empregados (artigos 932, III, 933 do Código Civil). Emblemático, nesse sentido, o trecho julgado no qual Colegiado consiga expressamente que "o disposto na Súmula n.º 331 do Tribunal Superior do Trabalho não guarda pertinência com a discussão dos autos".

Ocorre que há no recurso extraordinário impugnação ao decidido pela 1ª Turma do TST na questão relativa à responsabilidade objetiva do empregador pelos danos causados por acidente de trabalho, matéria cuja identidade com o leading case RE 828040/DF (Tema 932) induz o sobrestamento do apelo, à medida que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência da repercussão geral da questão constitucional, mas ainda não se pronunciou sobre o mérito.

Desse modo, torno sem efeito o despacho exarado no sequencial nº 53, ante a ausência de similitude temática entre a questão posta

nos autos e aquela retratada no Tema 725 da tabela de temas do STF, mas, por injunção do artigo 1.030, inciso III, do CPC, determino que seja mantido o sobrestamento em razão da identidade com o Tema 932 do aludido ementário de temas da Suprema Corte.

À Coordenadoria de Recursos - CREC para as providências.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº A-AIRR-0133640-56.2007.5.02.0331

Processo Nº A-AIRR-01336/2007-331-02-40.0

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Mônica Maria Petri Farsky
Procurador	Dr. Natalia Kail Chad Sombra
Agravado	ANDREIA APARECIDA NEVES DOS ANJOS
Advogada	Dra. Patrícia Adriana Antônio Silva(OAB: 170198/SP)
Agravado	RESTART SERVIÇOS DE LIMPEZA E TERCEIRIZAÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREIA APARECIDA NEVES DOS ANJOS
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- RESTART SERVIÇOS DE LIMPEZA E TERCEIRIZAÇÃO LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo

Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0133500-36.2009.5.15.0025

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS
Procurador	Dr. Luís Gustavo Santoro
Agravado	EDICLEIDE ALCÂNTARA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Luciano Fantinati(OAB: 220671/SP)
Agravado	SERVECLEANING SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS
- EDICLEIDE ALCÂNTARA DOS SANTOS
- SERVECLEANING SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0133840-27.2006.5.02.0031

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Emmanoel Pereira
Agravante	SÃO PAULO TRANSPORTE S.A.
Advogada	Dra. Vera Lúcia Fontes Pissarra Marques(OAB: 53500/SP)
Agravado	GILBERTO ROSA DA SILVA
Advogado	Dr. Geraldo Moreira Lopes(OAB: 71304/SP)
Agravado	COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET
Advogada	Dra. Rosani Kassardjian(OAB: 79557/SP)
Agravado	MASSA FALIDA de F MOREIRA EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado	Dr. Mário Eduardo Alves(OAB: 23374/SP)
Agravado	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Maria de Fatima Farias Temoteo

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET
- GILBERTO ROSA DA SILVA
- MASSA FALIDA de F MOREIRA EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- SÃO PAULO TRANSPORTE S.A.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0001705-79.2015.5.17.0011

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Mauricio Godinho Delgado
Embargante INSTITUTO NACIONAL DE
 COLONIZAÇÃO E REFORMA
 AGRÁRIA - INCRA
Procuradora Dra. Daiane Maria Oliveira Viana
Embargado(a) ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Procurador Dr. Cláudio César de Almeida Pinto
Embargado(a) FRANCIELLE OLIVEIRA FERNANDES
Advogado Dr. Elizabete Schimainski(OAB:
 13597/ES)
Embargado(a) ELITE SERVIÇOS LTDA.
Advogado Dr. Tulio Ribeiro Linhares(OAB:
 100511/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELITE SERVIÇOS LTDA.
- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
- FRANCIELLE OLIVEIRA FERNANDES
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

Trata-se de recursos extraordinários interpostos com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria objeto dos apelos extremos corresponde ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Nos termos do artigo 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Registre-se que, embora o STF tenha apreciado o mérito em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, razão pela qual se impõe o sobrestamento do presente recurso.

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento dos recursos extraordinários até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0133800-20.2007.5.02.0028

Complemento Processo Eletrônico

Relator Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos
Agravante FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora Dra. Júlia Cara Giovannetti
Agravado ANA PAULA DOS SANTOS SILVA
Advogado Dr. Ivone Ferreira(OAB: 228083/SP)
Agravado TECTRIZ TECNOLOGIA EM TERCEIRIZAÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA DOS SANTOS SILVA
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- TECTRIZ TECNOLOGIA EM TERCEIRIZAÇÃO LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0133800-82.2009.5.02.0017

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Agravante FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP
Advogado Dr. Nazário Cleodon de Medeiros
Agravado LEANDRO SILVA MACHADO
Advogado Dr. Eduardo Tofoli(OAB: 133996/SP)
Agravado FORTIN SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.

Advogado Dr. Rosinéia Ângela Maza Comissário
Agravado UNIDAS S.A.
Advogado Dr. Ronaldo Rayes(OAB: 114521/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FORTIN SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
- FUNDACAO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDACAO CASA-SP
- LEANDRO SILVA MACHADO
- UNIDAS S.A.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0133600-25.2008.5.04.0512

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
Advogado Dr. Fernando José Basso(OAB: 14501/RS)
Agravado NEWTON ÂNGELO LUNARDI
Advogado Dr. Nilo Morosini Moré(OAB: 38376/RS)
Agravado COOPERATIVA MISTA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS DO ALTO URUGUAI LTDA. - COMTAU
Advogado Dr. Grasiela de Oliveira Weirich(OAB: 57509/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA MISTA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS DO ALTO URUGUAI LTDA. - COMTAU
- MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
- NEWTON ÂNGELO LUNARDI

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-000063-27.2016.5.10.0821

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Dora Maria da Costa
Agravante ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado Dr. Lycurgo Leite Neto(OAB: 18268/RJ)
Agravado VALDECIR DOS SANTOS ALVES
Advogado Dr. Maximiliano Nagl Garcez(OAB: 27889/DF)
Agravado LL ENGENHARIA LTDA.
Advogado Dr. Antônio Ciro Bovo(OAB: 4570/TO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- LL ENGENHARIA LTDA.
- VALDECIR DOS SANTOS ALVES

ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. interpõe recurso extraordinário com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à

matéria "terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa".

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 725 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2014, reconheceu a existência de repercussão geral.

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0351500-30.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Mauricio Godinho Delgado
Embargante	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Sílvia Castagna Wortmann
Embargado(a)	JANAINA DA ROSA PIRES
Advogado	Dr. Evaristo Luiz Heis(OAB: 28154/RS)
Embargado(a)	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA
Advogada	Dra. Eloisa Gomes Pazini(OAB: 26008/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- JANAINA DA ROSA PIRES
- LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre

controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0351600-82.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Embargante	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA
Procurador	Dr. João Ricardo Alves de Albuquerque Nogueira
Embargado(a)	ROSA MARIA DOS ANJOS LIMA
Advogado	Dr. Evaristo Luiz Heis(OAB: 28154/RS)
Embargado(a)	SOUZA & FILHOS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA
- ROSA MARIA DOS ANJOS LIMA
- SOUZA & FILHOS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0347100-70.2009.5.04.0018

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Márcio Eurico Vitral Amaro
Agravante UNIÃO (SUCESSORA DA EXTINTA RFFSA)
Procuradora Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Agravado JOÃO ALBERTO BENINCA SANTAIANA
Advogado Dr. Evaristo Luiz Heis(OAB: 28154/RS)
Agravado PROTEPORT SERVIÇOS LTDA.
Advogado Dr. Guilherme Henrique Almada Lermen(OAB: 65906/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOÃO ALBERTO BENINCA SANTAIANA
- PROTEPORT SERVIÇOS LTDA.
- UNIÃO (SUCESSORA DA EXTINTA RFFSA)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o desobstamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0347600-39.2009.5.04.0018

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Delaíde Miranda Arantes
Recorrente UNIÃO (PGU)

Procurador Dr. Marcos Wanderley da Silva
Recorrido SILVANA ANTONIO FLÔRES
Advogado Dr. Flávio Machado Rezende(OAB: 28942/RS)
Recorrido MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
Advogado Dr. Adalberto Pacheco Domingues(OAB: 21485/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
- SILVANA ANTONIO FLÔRES
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o desobstamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0345386-98.2009.5.12.0003

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Dora Maria da Costa
Agravante MUNICIPIO DE ICARA
Procurador Dr. Walterney Ângelo Reus
Agravado IZAURA FRANCISCA DE SOUZA
Advogado Dr. Jamilto Colonetti(OAB: 16158/SC)
Agravado UNIÃO (PGF)
Procurador Dr. Luis Eduardo Madalosso
Agravado ASSOCIACAO FEMININA DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ICARA - AFASI

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO FEMININA DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ICARA - AFASI
- IZAURA FRANCISCA DE SOUZA
- MUNICIPIO DE ICARA
- UNIÃO (PGF)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0347000-18.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Recorrente	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Gustavo Alessandro Kronbauer
Recorrente	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Procurador	Dr. Filipe Costa Ramos
Recorrido	LUCIANO MENDES SANTANA
Advogado	Dr. Flávia Viegas Damé(OAB: 17554/RS)
Recorrido	PAMPA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- LUCIANO MENDES SANTANA
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
- PAMPA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0337000-56.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Augusto César Leite de Carvalho
Agravante	DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER
Procurador	Dr. Gustavo Alessandro Kronbauer
Agravado	ANA RITA DIAS ROZA
Advogado	Dr. Filipe Gonçalves da Silva(OAB: 76154/RS)
Agravado	JOB RECURSOS HUMANOS LTDA.
Advogado	Dr. Ricardo Martins Limongi(OAB: 33608/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA RITA DIAS ROZA
- DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER
- JOB RECURSOS HUMANOS LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010,

reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0340500-67.2008.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Agravante	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Procurador	Dr. Nelson Nemo Franchini Marisco
Agravado	MARA ALEXANDRA RONCOLI LIMA
Advogado	Dr. Edward Martins Heckler(OAB: 74922/RS)
Agravado	META COOPERATIVA DE SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- MARA ALEXANDRA RONCOLI LIMA
- META COOPERATIVA DE SERVIÇOS LTDA.
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento

deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº E-ED-AIRR-0362640-07.2006.5.02.0088

Processo Nº E-ED-AIRR-03626/2006-088-02-40.4

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Augusto César Leite de Carvalho
Embargante	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU
Advogado	Dr. Douglas Tadeu Coronado Bogaz(OAB: 146005/SP)
Advogado	Dr. João Antônio Bueno e Souza(OAB: 166291/SP)
Embargado(a)	JOSÉ SILVEIRA RAMOS
Advogado	Dr. Adilson Guerche
Embargado(a)	POWER SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Advogada	Dra. Márcia Aparecida Meister Guimarães(OAB: 69228-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU
- JOSÉ SILVEIRA RAMOS
- POWER SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº

13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0362900-41.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Renato de Lacerda Paiva
Recorrente	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS - DMAE
Procuradora	Dra. Estelamaris Meireles Ruas
Recorrido	MARISA FERNANDA DA CRUZ ANTUNES
Advogada	Dra. Elisabete Gornicki Schneider(OAB: 40980/RS)
Recorrido	SANTOS & ALVES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.
Recorrido	BRASIWORK PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.
Recorrido	META COOPERATIVA DE SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASIWORK PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.
- DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS - DMAE
- MARISA FERNANDA DA CRUZ ANTUNES
- META COOPERATIVA DE SERVIÇOS LTDA.
- SANTOS & ALVES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo

Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0358700-88.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Kátia Magalhães Arruda
Agravante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora	Dra. Rosele Gazzola
Agravado	MARIA DE LOURDES SOARES BELTRÃO
Advogado	Dr. Evaristo Luiz Heis(OAB: 28154/RS)
Agravado	SANTOS & ALVES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- MARIA DE LOURDES SOARES BELTRÃO
- SANTOS & ALVES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0360140-07.2005.5.15.0131

Processo Nº ED-AIRR-03601/2005-131-15-40.6

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Simpliciano Fontes de F. Fernandes
Embargante	UNIÃO
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Embargado(a)	EVELIN DE CÁSSIA PACHECO
Advogado	Dr. André Izique Chebabi(OAB: 241152/SP)
Embargado(a)	OFFICIO SERVIÇOS GERAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- EVELIN DE CÁSSIA PACHECO
- OFFICIO SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- UNIÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0352600-20.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA
Procurador	Dr. Marcelo de Siqueira Freitas

Embargado(a)	VIRGILINA LOPES TRINDADE
Advogado	Dr. Evaristo Luiz Heis(OAB: 28154/RS)
Embargado(a)	SOUZA & FILHOS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA
- SOUZA & FILHOS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.
- VIRGILINA LOPES TRINDADE

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0357600-74.2008.5.12.0030

Processo Nº RR-03576/2008-030-12-00.0

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos
Recorrente	IRENE APARECIDA ANDRADE
Advogado	Dr. Salézio Stähelin Júnior
Recorrido	MUNICÍPIO DE JOINVILLE
Procurador	Dr. João Alberto da Silva
Recorrido	EBV - EMPRESA BRASILEIRA DE VIGILÂNCIA LTDA. E OUTROS

Intimado(s)/Citado(s):

- EBV - EMPRESA BRASILEIRA DE VIGILÂNCIA LTDA. E OUTROS
- IRENE APARECIDA ANDRADE

- MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0351800-10.2008.5.12.0016

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Fernando Eizo Ono
Embargante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Embargado(a)	ALEX DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Jonni Steffens(OAB: 5232/SC)
Embargado(a)	MASSA FALIDA de NEATNESS - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEX DE OLIVEIRA
- MASSA FALIDA de NEATNESS - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010,

reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0352500-65.2009.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Francisco Santafé Aguiar
Agravado	GENECI RODRIGUES DE JESUS
Advogado	Dr. Evaristo Luiz Heis(OAB: 28154/RS)
Agravado	SANTOS & ALVES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- GENECI RODRIGUES DE JESUS
- SANTOS & ALVES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0519800-98.2008.5.12.0039

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Agravado	PEDRO VALDIR DE CAMARGO
Advogado	Dr. José Sarmiento(OAB: 22635/SC)
Agravado	MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
Advogado	Dr. Alessandra Rubim Chiaradia(OAB: 35547/RS)
Agravado	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Raul Michelmann(OAB: 6875/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
- PEDRO VALDIR DE CAMARGO
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC,

328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-2188540-88.2005.5.11.0002

Processo Nº ED-AIRR-21885/2005-002-11-40.0

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Vantuil Abdala
Embargante	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
Procuradora	Dra. Luciana Hoff
Embargado(a)	CARLOS UMBERTO MELO DE SOUZA
Advogado	Dr. Delias Tupinambá Vieirals(OAB: 2768/AM)
Embargado(a)	BRICK SERVIÇOS LTDA.
Embargado(a)	FUNDAÇÃO DR. THOMAS

Intimado(s)/Citado(s):

- BRICK SERVIÇOS LTDA.
- CARLOS UMBERTO MELO DE SOUZA
- FUNDAÇÃO DR. THOMAS
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0520500-74.2008.5.12.0039

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Recorrente PAULINO DUARTE
Advogado Dr. Salézio Stähelin Júnior
Recorrido BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada Dra. Ângela Ritter Woeltje(OAB: 17507/SC)
Advogado Dr. Jairo Waisros(OAB: 24769/DF)
Recorrido VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- PAULINO DUARTE
- VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0519200-48.2009.5.12.0005

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Márcio Eurico Vitral Amaro

Agravante UNIÃO (PGU)
Procuradora Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Agravado BRUNA DE SOUZA
Advogado Dr. Marcelo Antônio Graf(OAB: 19075/SC)
Agravado SÍLVIA MESZATO

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNA DE SOUZA
- SÍLVIA MESZATO
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº E-ED-RR-0519700-12.2008.5.12.0018

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Embargante UNIÃO (PGU)
Procuradora Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Embargado(a) NELSON GONÇALVES
Advogado Dr. José Sarmento(OAB: 22635/SC)
Embargado(a) VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Intimado(s)/Citado(s):

- NELSON GONÇALVES
- UNIÃO (PGU)
- VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0517000-72.2009.5.12.0036

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Agravante	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
Advogado	Dr. Nilton da Silva Correia(OAB: 1291/DF)
Agravado	MARIA DE LURDES BESEN
Advogado	Dr. Gianka Helena Tomazine(OAB: 10050/SC)
Agravado	ESTADO DE SANTA CATARINA
Procuradora	Dra. Isabel Parente Mendes Gomes
Agravado	VIGILÂNCIA PEDROSO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Adalberto Pacheco Domingues(OAB: 21485/RS)
Advogado	Dr. Eder Jacoboski Viegas(OAB: 11532/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
- ESTADO DE SANTA CATARINA
- MARIA DE LURDES BESEN
- UNIÃO (PGU)

- VIGILÂNCIA PEDROSO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0517500-37.2009.5.12.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Embargante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Embargado(a)	GABRIELA BATISTA MACHADO
Advogado	Dr. Mareli Calza da Silva(OAB: 8748/SC)
Embargado(a)	SÍLVIA MESZATO
Embargado(a)	S. R. ROCA & CIA. LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- GABRIELA BATISTA MACHADO
- S. R. ROCA & CIA. LTDA. - ME
- SÍLVIA MESZATO
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário

corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0516500-02.2009.5.12.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Agravado	JOSIAS CORREA
Advogado	Dr. Mareli Calza da Silva(OAB: 8748/SC)
Agravado	SÍLVIA MESZATO
Agravado	S.R. ROCA & CIA. LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSIAS CORREA
- S.R. ROCA & CIA. LTDA.
- SÍLVIA MESZATO
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram

opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0516900-16.2009.5.12.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Agravado	SUELEN CRISTINE CAMACHO E OUTROS
Advogada	Dra. Elídia Tridapalli(OAB: 9666/SC)
Agravado	S.R. ROCA & CIA. LTDA. - ME E OUTROS

Intimado(s)/Citado(s):

- S.R. ROCA & CIA. LTDA. - ME E OUTROS
- SUELEN CRISTINE CAMACHO E OUTROS
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC,

328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0532800-02.2008.5.09.0670

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Agravante	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Marcos Caldas Martins Chagas(OAB: 56526-A/MG)
Agravante	PARANAPREVIDÊNCIA
Advogado	Dr. Fernando Teixeira de Oliveira(OAB: 25936/PR)
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Agravado	PEDRO EDEMIR DE CASTRO JÚNIOR
Advogado	Dr. Thiago Ricardo Durski Poletto Detsch(OAB: 38797/PR)
Agravado	MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
Agravado	ALERTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado	Dr. José Luis Teixeira(OAB: 55588/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALERTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
- BANCO DO BRASIL S.A.
- MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
- PARANAPREVIDÊNCIA
- PEDRO EDEMIR DE CASTRO JÚNIOR
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-RR-0533300-13.2007.5.12.0026

Processo Nº ED-RR-05333/2007-026-12-00.7

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Antonio José de Barros Levenhagen
Embargante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Embargado(a)	JUCÉLIA REGINA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Sérgio Gallotti Matias Carlin
Embargado(a)	CONSERLIMPE PRESTADORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSERLIMPE PRESTADORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- JUCÉLIA REGINA DOS SANTOS
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0529800-31.2009.5.12.0005

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Emmanoel Pereira
Embargante UNIÃO (PGU)
Procuradora Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Embargado(a) SUSANA BERNARDES
Advogado Dr. Marcelo Antônio Graf(OAB:
19075/SC)
Embargado(a) SÍLVIA MESZATO
Embargado(a) BRUNA DE SOUZA
Embargado(a) GABRIELA BATISTA MACHADO

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNA DE SOUZA
- GABRIELA BATISTA MACHADO
- SUSANA BERNARDES
- SÍLVIA MESZATO
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0133800-93.2009.5.03.0069

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Márcio Eurico Vitral Amaro

Embargante INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Procurador Dr. Marcelo de Siqueira Freitas
Procurador Dr. Lenise Boaventura Cançado
Jordão
Embargado(a) PROVIR VIGILÂNCIA LTDA.
Embargado(a) GLEICE ROBERTO BACELLAR
Embargado(a) DOLORES ROBERTO BACELLAR
Embargado(a) ALEXANDRE LUIZ DA CUNHA
Advogado Dr. Sammel Lemos Ramalho(OAB:
120542/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE LUIZ DA CUNHA
- DOLORES ROBERTO BACELLAR
- GLEICE ROBERTO BACELLAR
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
- PROVIR VIGILÂNCIA LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0532400-87.2008.5.12.0028

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria de Assis Calsing
Recorrente MUNICÍPIO DE JOINVILLE
Procurador Dr. João Alberto da Silva
Procurador Dr. Felipe Cidral Sestrem

Recorrente IVETE SILVEIRA ROTERS
Advogado Dr. Salézio Stähelin Júnior
Recorrido LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - EBV E OUTROS

Intimado(s)/Citado(s):

- IVETE SILVEIRA ROTERS
- LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - EBV E OUTROS
- MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0527100-27.2009.5.09.0018

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Agravante MUNICÍPIO DE LONDRINA
Procurador Dr. Fábio Cesar Teixeira
Agravado SANDRA APARECIDA LUIZ PRESTES
Advogado Dr. Lélio Shirahishi Tomanaga(OAB: 15494/PR)
Agravado TOLIMP SERVIÇOS LTDA.
Advogado Dr. Arno José Peyrot Júnior(OAB: 46139/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE LONDRINA
- SANDRA APARECIDA LUIZ PRESTES

- TOLIMP SERVIÇOS LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-RR-0529700-76.2009.5.12.0005

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria de Assis Calsing
Embargante ANA CAROLINA FIGUEIREDO KERSCH
Advogado Dr. Ecir da Silva Figueiredo(OAB: 35617/RS)
Embargado(a) SÍLVIA MESZATO
Embargado(a) S. R. ROCA & CIA LTDA. - ME
Embargado(a) UNIÃO (PGU)
Procuradora Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CAROLINA FIGUEIREDO KERSCH
- S. R. ROCA & CIA LTDA. - ME
- SÍLVIA MESZATO
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário

corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0523240-22.2008.5.09.0028

Processo Nº ED-Ag-AIRR-05232/2008-028-09-40.0

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Antonio José de Barros Levenhagen
Embargante	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
Procuradora	Dra. Fernanda dos Santos Ricciarelli
Procuradora	Dra. Célia Maria Nascimento Ribeiro
Embargado(a)	HÉLIO BARBOSA
Advogado	Dr. Álvaro Eiji Nakashima(OAB: 9759/PR)
Embargado(a)	PROVIBRAS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- HÉLIO BARBOSA
- PROVIBRAS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do

precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0523500-65.2009.5.09.0513

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Recorrente	MUNICÍPIO DE LONDRINA
Procurador	Dr. Ana Lúcia Bohmann
Recorrido	MARLENE INÁCIO PADILHA
Advogado	Dr. Vinicius Rodrigo Petrillo(OAB: 39864/PR)
Recorrido	TOLIMP SERVIÇOS LTDA.
Advogado	Dr. Arno José Peyrot Júnior(OAB: 46139/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARLENE INÁCIO PADILHA
- MUNICÍPIO DE LONDRINA
- TOLIMP SERVIÇOS LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do

Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0547600-12.2008.5.12.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogada	Dra. Maria Cristina D'Amico(OAB: 63297/PR)
Agravado	MONT SUL MONTAGENS E INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.
Agravado	CONCILIO JOSÉ ROSA
Advogado	Dr. Marlon Pacheco(OAB: 20666/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONCILIO JOSÉ ROSA
- MONT SUL MONTAGENS E INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0133840-42.2007.5.17.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Emmanoel Pereira
Embargante	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES
Procuradora	Dra. Vera Lúcia Saade Ribeiro
Embargado(a)	MARIA LÚCIA ROBERTO RAMOS
Advogada	Dra. Josânia Pretto Couto(OAB: 8279/ES)
Embargado(a)	SOCIEDADE DOS AMIGOS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTONIO MORAES - SAHUCAM
Advogado	Dr. Rodolpho Randow de Freitas(OAB: 9070/ES)
Embargado(a)	MUNICÍPIO DE VITÓRIA

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA LÚCIA ROBERTO RAMOS
- MUNICÍPIO DE VITÓRIA
- SOCIEDADE DOS AMIGOS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTONIO MORAES - SAHUCAM
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0551400-44.2006.5.12.0028

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Horácio Raymundo de Senna Pires
Recorrente VALDECIR SCHULZ
Advogado Dr. Nilton Battisti(OAB: 2353/SC)
Recorrido MUNICÍPIO DE JOINVILLE
Procurador Dr. Felipe Cidral Sestrem
Recorrido SELBETTI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.
Advogado Dr. Décio Luiz Otero Júnior(OAB: 7657/SC)
Recorrido AGÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - AND

Intimado(s)/Citado(s):

- AGÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - AND
- MUNICÍPIO DE JOINVILLE
- SELBETTI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.
- VALDECIR SCHULZ

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-RR-0545700-60.2006.5.12.0037

Processo Nº ED-RR-05457/2006-037-12-00.5

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Pedro Paulo Manus
Embargante UNIÃO (PGU)
Procuradora Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Embargado(a) DAIANE APARECIDA FERREIRA
Advogada Dra. Perla Alves de Brito(OAB: 5914/SC)
Embargado(a) SERVICE CENTER ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS S/C LTDA.
Advogada Dra. Simone Raquel Cipriani(OAB: 8102/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- DAIANE APARECIDA FERREIRA
- SERVICE CENTER ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS S/C LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0545800-38.2008.5.12.0039

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Márcio Eurico Vitral Amaro
Agravante UNIÃO (PGU)
Procuradora Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Agravado ADELIRIO DE SOUZA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada Dra. Eliana Maria Cordeiro Zimmermann(OAB: 6041/SC)

Agravado

VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ADELIRIO DE SOUZA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- UNIÃO (PGU)
- VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0540100-48.2009.5.09.0195

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Embargante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Embargado(a)	MARCELO DUDCZAK
Advogado	Dr. Elzi Marcilio Vieira Filho(OAB: 17089/PR)
Embargado(a)	S. R. ROCA & CIA. LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCELO DUDCZAK
- S. R. ROCA & CIA. LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo

inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0545300-79.2009.5.09.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira
Agravante	MUNICÍPIO DE LONDRINA
Procurador	Dr. Paulo Nobuo Tsuchiya
Agravado	MARIA ROSÂNGELA DA SILVA ANTÔNIO
Advogado	Dr. Vinicius Rodrigo Petrillo(OAB: 39864/PR)
Agravado	TOLIMP SERVIÇOS LTDA.
Advogado	Dr. Arno José Peyrot Júnior(OAB: 46139/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA ROSÂNGELA DA SILVA ANTÔNIO
- MUNICÍPIO DE LONDRINA
- TOLIMP SERVIÇOS LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do

precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0534240-48.2007.5.12.0035

Processo Nº ED-AIRR-05342/2007-035-12-40.3

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Horácio Raymundo de Senna Pires
Embargante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Embargado(a)	CONSERLIMPE PRESTADORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
Embargado(a)	VERA LÚCIA DE SOUZA DA SILVA
Advogado	Dr. Sidney Guido Carlin(OAB: 734/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSERLIMPE PRESTADORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- UNIÃO (PGU)
- VERA LÚCIA DE SOUZA DA SILVA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº

13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0540000-77.2009.5.09.0071

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Agravado	ANGELA RAQUEL ROHLING
Advogado	Dr. Elzi Marcilio Vieira Filho(OAB: 17089/PR)
Agravado	S.R. ROCA & CIA. LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELA RAQUEL ROHLING
- S.R. ROCA & CIA. LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0110240-26.2008.5.09.0026

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Mauricio Godinho Delgado
Agravante EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELEGRAFOS
Advogada Dra. Carla Valéria de Carvalho
Advogada Dra. Ana Virgínia Batista Lopes de
Souza(OAB: 16660/DF)
Agravado ROSELI JASKIU
Advogada Dra. Andressa Soltes Fernandes(OAB:
24922/PR)
Agravado HARKEN TERCEIRIZAÇÃO E
REPRESENTAÇÕES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
- HARKEN TERCEIRIZAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
- ROSELI JASKIU

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

Embora tenha sido proferida decisão determinando o dessorbamento do feito, a matéria ainda não se encontra apta ao julgamento.

No caso em exame, a matéria objeto do apelo extremo corresponde ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Nos termos do artigo 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Registre-se que, embora o STF tenha apreciado o mérito em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, razão pela qual se impõe o sobrestamento do presente recurso.

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0574800-64.2009.5.12.0034

Complemento Processo Eletrônico

Relator Min. Maria de Assis Calsing
Agravante UNIÃO (PGU)
Procuradora Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Agravado MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA
PEDROZO LTDA.
Advogado Dr. Alecsandra Rubim Chiaradia(OAB:
35547/RS)
Agravado ODAIR OSVALDO DOS SANTOS
Advogado Dr. Sérgio Gallotti Matias Carlin(OAB:
8502/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
- ODAIR OSVALDO DOS SANTOS
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0581300-56.2009.5.09.0673

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Márcio Eurico Vitral Amaro
Agravante MUNICÍPIO DE LONDRINA
Procurador Dr. Fábio César Teixeira
Agravado ANTÔNIA APARECIDA RODRIGUES
DE OLIVEIRA
Advogado Dr. Vinicius Rodrigo Petrilo(OAB:
39864/PR)
Agravado TOLIMP SERVIÇOS LTDA.
Advogado Dr. Arno José Peyrot Júnior(OAB:
46139/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIA APARECIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DE LONDRINA
- TOLIMP SERVIÇOS LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RE-ED-AIRR-0566140-37.2005.5.11.0006

Processo Nº RE-ED-AIRR-05661/2005-006-11-40.7

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Recorrente	ESTADO DO AMAZONAS
Recorrido	ODER PEREIRA DE SÁ
Advogado	Dr. Marcos Augusto Pereira de Amorim(OAB: 4117/AM)
Recorrido	CONSERVADORA UNIDOS LTDA.
Recorrido	UNIDOS SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSERVADORA UNIDOS LTDA.
- ESTADO DO AMAZONAS
- ODER PEREIRA DE SÁ
- UNIDOS SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão

recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0568242-85.2005.5.11.0053

Processo Nº Ag-AIRR-05682/2005-053-11-42.5

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos
Agravante	ESTADO DE RORAIMA
Procurador	Dr. Fabiola Bessa Salmito Lima
Agravado	DENNIS ROOPNARAIN BEPAT
Advogado	Dr. Messias Gonçalves Garcia(OAB: 79-A/RR)
Agravado	COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA - COOPERPAI
Agravado	COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE BOA VISTA E DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RORAIMA - COOPS

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE BOA VISTA E DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RORAIMA - COOPS
- COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA - COOPERPAI
- DENNIS ROOPNARAIN BEPAT
- ESTADO DE RORAIMA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão

recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o desobestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0554042-73.2005.5.11.0053

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	ESTADO DE RORAIMA
Procuradora	Dra. Fabíola Bessa Salmito Lima
Procuradora	Dra. Vanessa Alves Freitas
Agravado	MARIA DE JESUS DINIZ LUZ
Advogado	Dr. Messias Gonçalves Garcia(OAB: 79-A/RR)
Agravado	COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS - COORSERV
Agravado	COOPROMEDE - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE RORAIMA

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS - COORSERV
- COOPROMEDE - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE RORAIMA
- ESTADO DE RORAIMA
- MARIA DE JESUS DINIZ LUZ

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo

Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o desobestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0110900-80.2009.5.04.0751

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Diego Tatsch
Procuradora	Dra. Fabiana Cavinatto Salibe Venzel
Recorrido	MARCOS FELIPE ENGEL E OUTRO
Advogado	Dr. Santo Onei Puhl Martini(OAB: 46008/RS)
Recorrido	VIGILÂNCIA NOROESTE LTDA.
Recorrido	NOROESTE SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS FELIPE ENGEL E OUTRO
- NOROESTE SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.
- UNIÃO (PGU)
- VIGILÂNCIA NOROESTE LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria objeto do apelo extremo corresponde ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Nos termos do artigo 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Registre-se que, embora o STF tenha apreciado o mérito em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, razão pela qual se impõe o sobrestamento do presente recurso.

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RE-A-AIRR-0561840-04.2006.5.11.0004

Processo Nº RE-A-AIRR-05618/2006-004-11-40.0

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Recorrente	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	Dr. Raimundo Paulo dos Santos Neto
Recorrido	ESTELITA DA SILVA ROCHA
Advogado	Dr. Júlio César de Almeida
Recorrido	BRASILCON BRASIL CONSERVADORA CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASILCON BRASIL CONSERVADORA CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
- ESTADO DO AMAZONAS
- ESTELITA DA SILVA ROCHA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC,

328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0552800-55.2008.5.12.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Renato de Lacerda Paiva
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Agravado	JÚLIA CRISTINA FELISBERTO
Advogado	Dr. Douglas Rafael Petersen Mette(OAB: 26761/SC)
Agravado	SET SUL SERVIÇOS ESPECIAIS E TEMPORÁRIOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- JÚLIA CRISTINA FELISBERTO
- SET SUL SERVIÇOS ESPECIAIS E TEMPORÁRIOS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0552940-95.2008.5.12.0016

Processo Nº AIRR-05529/2008-016-12-40.0

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Dora Maria da Costa
Agravante MUNICÍPIO DE JOINVILLE
Procurador Dr. João Alberto da Silva
Agravado MARIA DAS DORES CÂNDIDO
Advogado Dr. Valdir José Romanini Júnior(OAB: 21459-B/SC)
Agravado EBV - LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- EBV - LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.
- MARIA DAS DORES CÂNDIDO
- MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0604800-79.2009.5.09.0018

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Renato de Lacerda Paiva
Agravante MUNICÍPIO DE LONDRINA
Procuradora Dra. Ana Cláudia Neves Rennó
Agravado DANIELA PEREIRA BALBINO LINO

Advogado Dr. Vinicius Rodrigo Petrilo(OAB: 39864/PR)
Agravado TOLIMP SERVIÇOS LTDA.
Advogado Dr. Arno José Peyrot Júnior(OAB: 46139/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELA PEREIRA BALBINO LINO
- MUNICÍPIO DE LONDRINA
- TOLIMP SERVIÇOS LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0604900-39.2009.5.09.0663

Complemento Processo Eletrônico
Relator Desemb. Convocado João Pedro Silvestrin
Agravante MUNICÍPIO DE LONDRINA
Procurador Dr. Andréia Ferraz Martin Robles Martelli
Agravado IRACI MARTINS RIBEIRO
Advogado Dr. Wilson Leite de Moraes(OAB: 14946/PR)
Agravado TOLIMP SERVIÇOS LTDA.
Advogado Dr. Arno José Peyrot Júnior(OAB: 46139/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- IRACI MARTINS RIBEIRO
- MUNICÍPIO DE LONDRINA

- TOLIMP SERVIÇOS LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0001680-37.2010.5.10.0011

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Waldir Oliveira da Costa
Recorrente e Recorrido	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Lygia Maria Avancini
Recorrente e Recorrido	DANIEL GUY PINARDON
Advogado	Dr. Jacques Veloso de Melo(OAB: 13558/DF)
Advogada	Dra. Clarisse Dinelly Ferreira Feijão(OAB: 21226/DF)
Recorrido	ADSERVIS MULTIPERFIL LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ADSERVIS MULTIPERFIL LTDA.
- DANIEL GUY PINARDON
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria objeto do apelo extremo corresponde ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal,

ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Nos termos do artigo 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Registre-se que, embora o STF tenha apreciado o mérito em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, razão pela qual se impõe o sobrestamento do presente recurso.

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0598800-24.2009.5.12.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira
Agravante	MUNICÍPIO DE JOINVILLE
Procurador	Dr. Felipe Cidral Sestrem
Agravado	LIUNDAURA PINTO DO NASCIMENTO
Advogado	Dr. Edson Hodecker(OAB: 14229/SC)
Agravado	EBV - LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- EBV - LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.
- LIUNDAURA PINTO DO NASCIMENTO
- MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0603800-41.2009.5.09.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Agravante	MUNICÍPIO DE LONDRINA
Advogado	Dr. Paulo Nobuo Tsuchiya(OAB: 33116/PR)
Agravado	VERA LÚCIA LEÃO VIEIRA
Advogado	Dr. Vinícius Rodrigo Petrillo(OAB: 39864/PR)
Agravado	TOLIMP SERVIÇOS LTDA.
Advogado	Dr. Arno José Peyrot Júnior(OAB: 46139/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE LONDRINA
- TOLIMP SERVIÇOS LTDA.
- VERA LÚCIA LEÃO VIEIRA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0589800-59.2008.5.12.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Mauricio Godinho Delgado
Embargante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Embargado(a)	DANIELA DA SILVA
Advogado	Dr. Rui Hobus(OAB: 2859/SC)
Embargado(a)	UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. - UNIBANCO
Advogada	Dra. Sandra Calabrese Simão
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Embargado(a)	MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
Advogado	Dr. Alecsandra Rubim Chiaradia(OAB: 35547/RS)
Embargado(a)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Arlete Kirsten(OAB: 5891/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- DANIELA DA SILVA
- MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
- UNIÃO (PGU)
- UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. - UNIBANCO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº E-ED-RR-0597600-81.2005.5.09.0011

Processo Nº E-ED-RR-05976/2005-011-09-00.6

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Horácio Raymundo de Senna Pires
Embargante	PEDRO FREITAS ERGANG
Advogado	Dr. Mainar Rafael Viganó(OAB: 25798/PR)
Embargado(a)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Rafael Sganzerla Durand(OAB: 211648/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- PEDRO FREITAS ERGANG

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0582040-77.2007.5.12.0001

Complemento Processo Eletrônico

Relator	Desemb. Convocada Maria Doralice Novaes
Embargante	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ
Procuradora	Dra. Luciana Hoff
Embargado(a)	SILVANA TEREZINHA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Nilton da Silva Correia(OAB: 1291/DF)
Embargado(a)	SIDARTA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Embargado(a)	UNIÃO (PGF)
Procurador	Dr. João Ricardo A. de Albuquerque Nogueira

Intimado(s)/Citado(s):

- AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ
- SIDARTA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
- SILVANA TEREZINHA DOS SANTOS
- UNIÃO (PGF)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0587000-47.2008.5.09.0673

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Fernando Eizo Ono
Embargante	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
Advogado	Dr. Nilton Correia(OAB: 1291/DF)

Embargado(a) VICTUS CONSULTORIA EM
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.
Embargado(a) SELECTUS CENTRAL DE SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA LTDA.
Advogado Dr. João Célio de Moura Berthe(OAB:
8318/PR)
Embargado(a) DANIELLE LOPES ELIAS
Advogado Dr. Luís Eduardo Paliarini(OAB:
16448/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELLE LOPES ELIAS
- SELECTUS CENTRAL DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
LTDA.
- SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS -
SERPRO
- VICTUS CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
S.A.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o desobestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0612786-79.2008.5.12.0004

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Emmanoel Pereira
Agravante UNIÃO (PGU)
Procurador Dr. José Wanderley Kozima
Agravado REJANE KLUG
Advogado Dr. Rui Hobus(OAB: 2859/SC)
Agravado BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado Dr. Aldino Kirsten(OAB: 1752/SC)

Agravado VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
Advogado Dr. João Adalberto Medeiros
Fernandes Júnior(OAB: 40315/RS)
Agravado ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado Dr. Newton Dorneles Saratt(OAB:
25185/RS)
Advogado Dr. Mozart Victor Russomano
Neto(OAB: 29340-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- REJANE KLUG
- UNIÃO (PGU)
- VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o desobestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR e RR-0544500-24.2009.5.12.0001

Complemento Processo Eletrônico
Relator Desemb. Convocado Marcelo Lamego
Pertence
Embargante UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC
Procurador Dr. Josmar Krah
Embargado(a) RITA DE CASSIA DA SILVA
Advogado Dr. Flávio Martins Flôres(OAB:
21671/SC)
Embargado(a) MÚLTIPLA TERCEIRIZAÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- MÚLTIPLA TERCEIRIZAÇÃO LTDA.
- RITA DE CASSIA DA SILVA
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0610100-84.2009.5.12.0035

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Renato de Lacerda Paiva
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Agravado	MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
Advogado	Dr. Adalberto Pacheco Domingues(OAB: 21485/RS)
Agravado	GLOBO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Rubik(OAB: 15236/SC)
Agravado	JOSÉ DONISETE DO VALE
Advogado	Dr. Sérgio Gallotti Matias Carlin(OAB: 8502/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLOBO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.
- JOSÉ DONISETE DO VALE
- MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0001689-75.2010.5.12.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Márcio Eurico Vitral Amaro
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	Dr. Wellington Dias da Silva(OAB: 8546-A/DF)
Advogado	Dr. Luciana Santos de Oliveira(OAB: 17426/DF)
Agravado	ZULEIDE MATIAS SOUZA
Advogado	Dr. Eduardo Luiz Mussi(OAB: 1012/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- ZULEIDE MATIAS SOUZA

Cumprido registrar, de início, que no acórdão precedente, o qual julgou os embargos de declaração (seq. 47), foi atribuído efeito modificativo ao acórdão anterior, que reconheceu a intempestividade do agravo, em razão de este se encontrar prejudicado, sendo determinada, na sequência, a remessa dos autos a esta Vice-Presidência para reexame da admissibilidade do recurso extraordinário.

Diante disso, analiso.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria objeto do apelo extremo corresponde ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Nos termos do artigo 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Registre-se que, embora o STF tenha apreciado o mérito em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, razão pela qual se impõe o sobrestamento do presente recurso.

Assim sendo, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0611500-41.2009.5.12.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Victor Guedes Trigueiro
Agravado	ANDERSON CASTRO DE FREITAS
Advogado	Dr. Ayres Antônio Rodrigues Pereira(OAB: 21009/SC)
Agravado	VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON CASTRO DE FREITAS
- UNIÃO (PGU)
- VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do

precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-RR-0607940-88.2006.5.12.0036

Processo Nº ED-RR-06079/2006-036-12-40.5

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Mauricio Godinho Delgado
Embargante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Embargado(a)	FLAVIANI TEIXEIRA
Advogado	Dr. Nilton da Silva Correia(OAB: 1291/DF)
Embargado(a)	INSTITUTO VIRTUAL DE ESTUDOS AVANÇADOS - VIAS
Advogado	Dr. Rafael Dall Agnol

Intimado(s)/Citado(s):

- FLAVIANI TEIXEIRA
- INSTITUTO VIRTUAL DE ESTUDOS AVANÇADOS - VIAS
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0610100-24.2008.5.12.0034

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Embargante	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Eduardo Watanabe
Embargado(a)	MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
Advogado	Dr. Alecsandra Rubim Chiaradia(OAB: 35547/RS)
Embargado(a)	CELIO ANTÔNIO GOMES
Advogada	Dra. Ana Paula Guiraldelli(OAB: 19418/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELIO ANTÔNIO GOMES
- MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0605200-16.2008.5.12.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. José Wanderley Kozima
Agravado	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Marcos Caldas Martins Chagas(OAB: 56526/MG)
Agravado	MARCOS AURÉLIO DA SILVA
Advogado	Dr. Rui Hobus(OAB: 2859/SC)
Agravado	MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- MARCOS AURÉLIO DA SILVA
- MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0605640-28.2008.5.09.0664

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. João Batista Brito Pereira
Agravante MUNICÍPIO DE LONDRINA
Procurador Dr. Carlos Renato Cunha
Agravado CARLOS APARECIDO DE MORAES
Advogada Dra. Maria Terezinha Navarro(OAB: 20542/PR)
Agravado VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS APARECIDO DE MORAES
- MUNICÍPIO DE LONDRINA
- VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o desobestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0133840-46.2007.5.10.0006

Processo Nº AIRR-01338/2007-006-10-40.1

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Lelio Bentes Corrêa
Agravante UNIÃO (PGU)
Procuradora Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Agravado JAIRO DANIEL BORGES SANTOS

Advogado Dr. Flaviane Lacerda Pinto(OAB: 24220/DF)
Agravado VIRTUAL SERVICE - EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- JAIRO DANIEL BORGES SANTOS
- UNIÃO (PGU)
- VIRTUAL SERVICE - EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o desobestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0133800-79.2010.5.17.0001

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Augusto César Leite de Carvalho
Recorrente ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Procurador Dr. Gustavo Sipolatti
Recorrido ERIVELTO CASTRO DA SILVA
Advogado Dr. Gualter Loureiro Malacarne(OAB: 13548/ES)
Recorrido ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS DEFICIENTES FÍSICOS - AADEF

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS DEFICIENTES FÍSICOS - AADEF
- ERIVELTO CASTRO DA SILVA
- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0001596-42.2011.5.01.0014

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Embargante	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	Dra. Karen Fernandes Saraiva
Procurador	Dr. Ivo Marinho de Barros Júnior
Embargado(a)	TADEU TAIGUARA DA SILVA FRANCISCO
Advogada	Dra. Daniela Sondermann Bambino(OAB: 93634/RJ)
Embargado(a)	MCE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- MCE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- TADEU TAIGUARA DA SILVA FRANCISCO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria objeto do apelo extremo corresponde ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal,

ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Nos termos do artigo 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Registre-se que, embora o STF tenha apreciado o mérito em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, razão pela qual se impõe o sobrestamento do presente recurso.

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0001614-07.2010.5.09.0069

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	Dr. Marlon Aurélio Kuntz Petry(OAB: 19139-A/GO)
Advogada	Dra. Maria do Rosário Nogueira Vidal(OAB: 16709/DF)
Agravado	MÁRCIA APARECIDA VIANA LYCURGO
Advogado	Dr. Paulo Sérgio Maldonado Garcia(OAB: 16780/PR)
Agravado	ESTRELA DOURADA SERVIÇOS LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- ESTRELA DOURADA SERVIÇOS LTDA. - ME
- MÁRCIA APARECIDA VIANA LYCURGO

Cumpra registrar, de início, que no acórdão precedente, o qual julgou os embargos de declaração (seq. 38), foi atribuído efeito modificativo ao acórdão anterior, que reconheceu a intempestividade do agravo, em razão de este se encontrar prejudicado, sendo determinada, na sequência, a remessa dos autos a esta Vice-Presidência para reexame da admissibilidade do recurso extraordinário.

Diante disso, analiso.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria objeto do apelo extremo corresponde

ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Nos termos do artigo 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Registre-se que, embora o STF tenha apreciado o mérito em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, razão pela qual se impõe o sobrestamento do presente recurso.

Assim sendo, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0001600-48.2014.5.02.0046

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Renato Spaggiari
Procurador	Dr. Fabio Fernando Jacob
Agravado	MÁGBIS MOTA DE CARVALHO
Advogado	Dr. Lourival de Melo Santos Neto(OAB: 176914/SP)
Agravado	METRÓPOLE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- METRÓPOLE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- MÁGBIS MOTA DE CARVALHO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria objeto do apelo extremo corresponde ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Nos termos do artigo 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Registre-se que, embora o STF tenha apreciado o mérito em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, razão pela qual se impõe o sobrestamento do presente

recurso.

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0001657-13.2013.5.09.0012

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Augusto César Leite de Carvalho
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Ana Virgínia Batista Lopes de Souza(OAB: 16660/DF)
Agravado	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Gisele Hatschbach Bittencourt
Agravado	REGIANE DOS SANTOS MAGALHÃES
Advogado	Dr. Edinir Belmiro Colaço Alves(OAB: 66268/PR)
Agravado	WALMART BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. Luiz Fernando dos Santos Moreira(OAB: 49521/RS)
Advogado	Dr. Flávio Obino Filho(OAB: 24379/RS)
Agravado	ALERTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ALERTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
- REGIANE DOS SANTOS MAGALHÃES
- UNIÃO (PGU)
- WALMART BRASIL LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria objeto do apelo extremo corresponde ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Nos termos do artigo 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Registre-se que, embora o STF tenha apreciado o mérito em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, razão pela qual se impõe o sobrestamento do presente recurso.

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso

extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-8368170-44.2003.5.02.0900

Processo Nº AIRE-83681/2003-900-02-70.2

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	BANCO NOSSA CAIXA S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel
Agravado	NEWTIME SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA.
Advogado	Dr. Antônio Gava Júnior(OAB: 234186/SP)
Agravado	FRANCESCO ANTÔNIO VITO DETTA
Advogado	Dr. Dejair Passerine da Silva(OAB: 55226/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO NOSSA CAIXA S.A.
- FRANCESCO ANTÔNIO VITO DETTA
- NEWTIME SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão então agravada.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0001623-30.2010.5.15.0124

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Lelio Bentes Corrêa
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	Dr. Eduardo Mendes Sá(OAB: 29571/DF)
Advogada	Dra. Maria do Rosário Nogueira Vidal(OAB: 16709/DF)
Agravado	SAMUEL LEANDRO TAMANINE GUDRIN
Advogado	Dr. Elcio Roberto Marques(OAB: 212743/SP)
Agravado	PERSONAL SERVICE TERCEIRIZAÇÃO LTDA.
Advogado	Dr. Maurice Ferrari(OAB: 102544/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- PERSONAL SERVICE TERCEIRIZAÇÃO LTDA.
- SAMUEL LEANDRO TAMANINE GUDRIN

Cumpra registrar, de início, que no acórdão precedente, o qual julgou os embargos de declaração (seq. 45), foi atribuído efeito modificativo ao acórdão anterior, que reconheceu a intempestividade do agravo, em razão de este se encontrar prejudicado, sendo determinada, na sequência, a remessa dos autos a esta Vice-Presidência para reexame da admissibilidade do recurso extraordinário.

Diante disso, analiso.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria objeto do apelo extremo corresponde ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Nos termos do artigo 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Registre-se que, embora o STF tenha apreciado o mérito em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, razão pela qual se impõe o sobrestamento do presente recurso.

Assim sendo, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0002165-28.2013.5.03.0043

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - EBCT
Advogado	Dr. Alexandre Reybmm de Menezes(OAB: 23534/BA)
Recorrido	SORAYA SOUZA SOLANO LOPES
Advogada	Dra. Maria Solene de Fátima Cunha(OAB: 62465/MG)
Recorrido	TREVOSERVIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - EBCT
- SORAYA SOUZA SOLANO LOPES
- TREVOSERVIS LTDA.

No sequencial número 12, consta petição da recorrente, por meio da qual requer correção de erro material na indicação da parte recorrida. Questão já resolvida conforme se observa da visualização processual, onde consta o nome da Sra. Soraya Souza Solano Lopes, como parte recorrida.

Isso posto, passo à análise do apelo extraordinário:

A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - EBCT interpõe recurso extraordinário com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço."

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0001533-37.2013.5.02.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann

Embargante	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
Procuradora	Dra. Lucila Maria França Labinas
Embargado(a)	LUIZ EDUARDO VIEIRA DA SILVA
Advogado	Dr. Richard Touceda Fontana(OAB: 136541/SP)
Embargado(a)	VIP SERVICE CLUB LOCADORA LTDA.
Advogada	Dra. Andréia da Silva Lima(OAB: 25408/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
- LUIZ EDUARDO VIEIRA DA SILVA
- VIP SERVICE CLUB LOCADORA LTDA.

A AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL interpõe recurso extraordinário com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço."

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-1908570-92.2001.5.09.0010

Processo Nº AIRE-19085/2001-010-09-70.2

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Jair José Perin
Agravado	MARLI COMUNELLO
Advogado	Dr. Álvaro Eiji Nakashima(OAB: 9759/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARLI COMUNELLO
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão então agravada.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-2244170-51.2004.5.11.0007

Processo Nº AIRE-22441/2004-007-11-70.4

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Jair José Perin
Agravado	DATAMEC S.A. - SISTEMAS E PROCESSAMENTO DE DADOS
Advogado	Dr. Luiz Carlos Amorim Robortella
Agravado	POI - SERVIÇOS GERAIS LTDA.
Agravado	MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES MOREIRA
Advogada	Dra. Ruth Fernandes de Menezes(OAB: 2825/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DATAMEC S.A. - SISTEMAS E PROCESSAMENTO DE DADOS
- MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES MOREIRA
- POI - SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo

Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão então agravada.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0001663-76.2013.5.02.0024

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	FUNDACAO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDACAO CASA - SP
Advogado	Dr. Nazário Cleodon de Medeiros(OAB: 84809/SP)
Advogada	Dra. Telma Elita da Costa(OAB: 195264/SP)
Agravado	FUNDAÇÃO PROCON
Procurador	Dr. Alexander Silva Guimarães Pereira
Agravado	JEAN OSVALDO NASCIMENTO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Eduardo Tofoli(OAB: 133996/SP)
Agravado	ATLÂNTICO SUL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA - EIRELI
Advogada	Dra. Samara Cristine Gramacho Lopes(OAB: 293309/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATLÂNTICO SUL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA - EIRELI
- FUNDACAO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDACAO CASA - SP
- FUNDAÇÃO PROCON
- JEAN OSVALDO NASCIMENTO DOS SANTOS

A FUNDACAO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDACAO CASA - SP interpõe recurso extraordinário com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa

prestadora de serviço."

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0001673-45.2010.5.10.0011

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Fernando Eizo Ono
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Mariana Nunes Scanduzzi(OAB: 24064/DF)
Agravado	ANDERSON ALMEIDA COSTA
Advogada	Dra. Deliana Machado Valente(OAB: 28648/DF)
Agravado	CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS EMPRESARIAIS LTDA. - CEPRODEM

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON ALMEIDA COSTA
- CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS EMPRESARIAIS LTDA. - CEPRODEM
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Cumpra registrar, de início, que no acórdão precedente, o qual julgou os embargos de declaração (seq. 39), foi atribuído efeito modificativo ao acórdão anterior, que reconheceu a intempestividade do agravo, em razão de este se encontrar prejudicado, sendo determinada, na sequência, a remessa dos autos a esta Vice-Presidência para reexame da admissibilidade do recurso extraordinário.

Diante disso, analiso.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria objeto do apelo extremo corresponde ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Nos termos do artigo 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº

13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Registre-se que, embora o STF tenha apreciado o mérito em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, razão pela qual se impõe o sobrestamento do presente recurso.

Assim sendo, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0001678-73.2010.5.10.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	Dr. Roberta Andreza Failache de Oliveira(OAB: 18422/DF)
Advogado	Dr. Hélio Renaldo de Oliveira(OAB: 5512-A/MS)
Agravado	BRUNO HENRIQUE RAMOS COSTA
Advogado	Dr. Diogo Fonseca Santos Kutianski(OAB: 23165/DF)
Agravado	CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS EMPRESARIAIS LTDA. - CEPRODEM

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO HENRIQUE RAMOS COSTA
- CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS EMPRESARIAIS LTDA. - CEPRODEM
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Cumpra registrar, de início, que no acórdão precedente, o qual julgou os embargos de declaração (seq. 42), foi atribuído efeito modificativo ao acórdão anterior, que reconheceu a intempestividade do agravo, em razão de este se encontrar prejudicado, sendo determinada, na sequência, a remessa dos autos a esta Vice-Presidência para reexame da admissibilidade do recurso extraordinário.

Diante disso, analiso.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria objeto do apelo extremo corresponde ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Nos termos do artigo 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Registre-se que, embora o STF tenha apreciado o mérito em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, razão pela qual se impõe o sobrestamento do presente recurso.

Assim sendo, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0001690-69.2014.5.10.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB
Procurador	Dr. Igor Manuel Moreira de Lima
Agravado	WALQUÍRIA MARTINS BEZERRA
Advogado	Dr. Laércio Salustiano Bezerra(OAB: 24567/DF)
Agravado	PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB
- PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA.
- WALQUÍRIA MARTINS BEZERRA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria objeto do apelo extremo corresponde ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Nos termos do artigo 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Registre-se que, embora o STF tenha apreciado o mérito em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, razão pela qual se impõe o sobrestamento do presente recurso.

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo

Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000433-66.2014.5.05.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte
Agravante	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Otávio Pinto e Silva(OAB: 93542/SP)
Advogado	Dr. Leonardo Santos de Souza(OAB: 14926-A/BA)
Agravado	MARIA JOSE BARBOSA DA SILVA
Advogada	Dra. Gabrielle Santos de Andrade(OAB: 34903/BA)
Agravado	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO ITAUCARD S.A.
- MARIA JOSE BARBOSA DA SILVA

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra decisão monocrática proferida por Ministro desta Corte Superior, que negou seguimento ao agravo de instrumento.

Nos termos do artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, o recurso extraordinário só será cabível contra decisão de única ou de última instância que violar dispositivo constitucional.

No presente caso, a parte não interpôs o recurso adequado para se insurgir contra os termos da aludida decisão monocrática, razão pela qual o recurso extraordinário se apresenta incabível, atraindo, assim, o óbice da Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal. Diante do exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário, por incabível.

À Secretaria da Coordenadoria de Recursos que, após certificação do trânsito em julgado, deverá proceder à baixa dos autos à origem. Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0110100-30.2009.5.01.0074

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
Advogado	Dr. Rafael Cabral Lobo(OAB: 123185/RJ)
Advogada	Dra. Maria do Rosário Nogueira Vidal(OAB: 16709/DF)
Agravado	LUIZ ANTÔNIO DE SALES VALADÃO

Advogado Dr. Paulo Jorge de Menezes(OAB: 45362/RJ)
Agravado DNA MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.
Advogado Dr. Dante Allevato(OAB: 80158/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DNA MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- LUIZ ANTÔNIO DE SALES VALADÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria objeto do apelo extremo corresponde ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Nos termos do artigo 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Registre-se que, embora o STF tenha apreciado o mérito em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, razão pela qual se impõe o sobrestamento do presente recurso.

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0133500-97.2008.5.04.0018

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann
Embargante SUPERINTENDENCIA DE PORTOS DE RIO GRANDE - SUPRG
Procurador Dr. Luís Carlos Kothe Hagemann
Embargado(a) MÁRCIA BRAGA NUNES
Advogado Dr. José Evanir de Oliveira Marques(OAB: 54170/RS)
Embargado(a) SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES PANAMBI LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- MÁRCIA BRAGA NUNES
- SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES PANAMBI LTDA.
- SUPERINTENDENCIA DE PORTOS DE RIO GRANDE - SUPRG

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0133540-37.2006.5.01.0017

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Embargante FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ
Procuradora Dra. Luciana Hoff
Embargado(a) SIMONE MARTINS DE OLIVEIRA
Advogado Dr. Rodrigo Lopes Magalhães(OAB: 96669/RJ)
Advogada Dra. ERICA BARBOSA COUTINHO FREIRA DE SOUZA(OAB: 31968-E/DF)
Embargado(a) COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS DO COMPLEXO DE MANGUINHOS LTDA. - COOTRAM
Advogado Dr. Ailton Brasil Martins(OAB: 40273/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS DO COMPLEXO DE MANGUINHOS LTDA. - COOTRAM
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ
- SIMONE MARTINS DE OLIVEIRA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da

Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0183300-42.2009.5.09.0658

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocada Maria Doralice Novaes
Embargante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Embargado(a)	MARIA HELENA DA MAIA
Advogado	Dr. Savine Mertig Martins Prado(OAB: 50803/PR)
Embargado(a)	EMPRESA PARANAENSE DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. - EMPRASER

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA PARANAENSE DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. - EMPRASER

- MARIA HELENA DA MAIA

- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-

Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, mantenho o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AgR-AIRR-0002059-29.2016.5.11.0014

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Embargante	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogada	Dra. Audrey Martins Magalhães Fortes(OAB: 1231-A/AM)
Embargado(a)	RAIMUNDO DA SILVA VALETA
Advogado	Dr. Daniel Félix da Silva(OAB: 11037/AM)
Embargado(a)	D5 ASSESSORIAS E SERVIÇOS EIRELI
Advogado	Dr. Alessandra da Silva Contente(OAB: 7091/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

- D5 ASSESSORIAS E SERVIÇOS EIRELI

- RAIMUNDO DA SILVA VALETA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria objeto do apelo extremo corresponde ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo

Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0010280-33.2014.5.01.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Waldir Oliveira da Costa
Agravante	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	Dra. Daniela Allam e Giacomet
Procuradora	Dra. Daniele Farias Dantas de Andrade Uryn
Agravado	DANÚBIA DA SILVA LAGENHA
Advogado	Dr. Willians Mateus da Silva(OAB: 160692/RJ)
Agravado	DINÂMICA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
Advogada	Dra. Lorena Carvalho de Castro Martins(OAB: 136514/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANÚBIA DA SILVA LAGENHA
- DINÂMICA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO interpõe recurso extraordinário com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço." Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-2083300-34.2006.5.99.0000

Processo Nº AIRE-20833/2006-000-99-00.0

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	Dr. Rodrigo Meireles Bosio

Agravado

Advogado

FELIPE ADUM

Dr. Anacleto Costa da Cunha(OAB: 84963/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FELIPE ADUM
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão então agravada.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-2217800-37.2006.5.99.0000

Processo Nº AIRE-22178/2006-000-99-00.5

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	MANAUS ENERGIA S.A.
Advogado	Dr. Décio Freire
Agravado	POOL ENGENHARIA, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.
Advogado	Dr. Mário Jorge Oliveira de Paula Filho(OAB: 2908/AM)
Agravado	ALCIDES BENTO BATISTA
Advogado	Dr. Jocil da Silva Moraes(OAB: 1298/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALCIDES BENTO BATISTA

- MANAUS ENERGIA S.A.
- POOL ENGENHARIA, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão então agravada.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-1993500-92.2006.5.99.0000

Processo Nº AIRE-19935/2006-000-99-00.3

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	PROBANK S.A.
Advogado	Dr. Décio Flávio Torres Freire
Agravado	ANDRÉ LUIZ MACEDO
Advogado	Dr. Gilson Alves Ramos(OAB: 74315/MG)
Agravado	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
Advogado	Dr. Décio Flávio Gonçalves Freire
Agravado	ADPAR INFORMÁTICA LTDA. E OUTRA
Advogado	Dr. José Neuliton dos Santos(OAB: 37135/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADPAR INFORMÁTICA LTDA. E OUTRA
- ANDRÉ LUIZ MACEDO
- COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

- PROBANK S.A.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão então agravada.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-2075300-45.2006.5.99.0000

Processo Nº AIRE-20753/2006-000-99-00.5

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	Dr. Rodrigo Meireles Bosisio
Agravado	CLÁUDIO SANTOS DO ROSÁRIO
Advogado	Dr. Alexandre Bender de Frias(OAB: 77803/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLÁUDIO SANTOS DO ROSÁRIO
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo

Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão então agravada.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AG-AIRR-0133540-90.2007.5.10.0004

Processo Nº ED-AG-AIRR-01335/2007-004-10-40.5

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Embargante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero
Embargado(a)	FUNDAÇÃO LINDOLFO COLLOR - FUNDALC
Embargado(a)	RAIMUNDO NONATO LIMA SOARES
Advogado	Dr. Ubiramar Peixoto de Oliveira

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO LINDOLFO COLLOR - FUNDALC
- RAIMUNDO NONATO LIMA SOARES
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o

mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-3175900-23.2007.5.99.0000

Processo Nº AIRE-31759/2007-000-99-00.9

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	UNIÃO
Procurador	Dr. Mário Luiz Guerreiro
Agravado	NEURY VICENTE DA SILVA
Advogada	Dra. Rosemary Gomides Faria(OAB: 57837/MG)
Agravado	SIGMA SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- NEURY VICENTE DA SILVA
- SIGMA SERVIÇOS LTDA.
- UNIÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão agravada. Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do

Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-3236600-62.2007.5.99.0000
Processo Nº AIRE-32366/2007-000-99-00.2

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	UNIÃO
Procurador	Dr. Luiz Henrique Martins dos Anjos
Agravado	ADRIANA MOREIRA
Advogado	Dr. Jomar Alves Moreno(OAB: 5218/DF)
Agravado	PLANER SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA MOREIRA
- PLANER SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.
- UNIÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão agravada. Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-3007100-32.2007.5.99.0000
Processo Nº AIRE-30071/2007-000-99-00.1

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	UNIÃO
Procurador	Dr. Luiz Henrique Martins dos Anjos
Agravado	IVANILDO FERREIRA
Advogado	Dr. João Américo Pinheiro Martins
Agravado	ADCONTROL - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ACONTROL - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.
- IVANILDO FERREIRA
- UNIÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão agravada. Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-3092500-14.2007.5.99.0000

Processo Nº AIRE-30925/2007-000-99-00.0

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante UNIÃO
Procurador Dr. Luis Henrique Martins dos Anjos
Agravado ANTÔNIO PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO
Advogado Dr. Jomar Alves Moreno(OAB: 5218/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO
- UNIÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão agravada. Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-2562300-81.2007.5.99.0000

Processo Nº AIRE-25623/2007-000-99-00.0

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante UNIÃO
Procurador Dr. João Carlos Miranda de Sá e Benevides
Agravado VEG SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.

Agravado VEG ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
Agravado GENILDO DA SILVA
Advogado Dr. Jomar Alves Moreno(OAB: 5218/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENILDO DA SILVA
- UNIÃO
- VEG ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
- VEG SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão agravada. Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-2681700-89.2007.5.99.0000

Processo Nº AIRE-26817/2007-000-99-00.2

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante UNIÃO
Procurador Dr. João Carlos Miranda de Sá e Benevides
Agravado AGNALDO SOARES DA SILVA
Advogado Dr. Jomar Alves Moreno(OAB: 5218/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGNALDO SOARES DA SILVA

- UNIÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão agravada. Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-2236500-61.2006.5.99.0000

Processo Nº AIRE-22365/2006-000-99-00.9

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	UNIÃO
Procurador	Dr. Moacir Antônio Machado da Silva
Agravado	MAURO JESUS DUARTE
Advogado	Dr. Paulo César Santos Machado(OAB: 42281/RS)
Agravado	JASET - JATO D'ÁGUA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E TEMPORÁRIOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- JASET - JATO D'ÁGUA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E TEMPORÁRIOS LTDA.
- MAURO JESUS DUARTE
- UNIÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo

inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão então agravada.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-2481100-86.2006.5.99.0000

Processo Nº AIRE-24811/2006-000-99-00.0

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	Dra. Aline Sleman Cardoso Alves
Agravado	MOVIMENTO MARÉ LIMPA
Agravado	GILTON JOSÉ JORGE
Advogado	Dr. Acyr Jorge dos Santos(OAB: 89053/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILTON JOSÉ JORGE
- MOVIMENTO MARÉ LIMPA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessorbamento do recurso

extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão então agravada.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-6050470-45.2002.5.04.0900

Processo Nº AIRE-60504/2002-900-04-70.6

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Jair José Perin
Agravado	COOPERATIVA DE SERVIÇOS E MÃO-DE-OBRA LTDA. - COOPERSERV
Advogado	Dr. Antônio Colpo(OAB: 26770/RS)
Agravado	MARIA OLIEDE CARDOSO BARBOSA
Advogado	Dr. Mário Dutra Santos(OAB: 32084/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DE SERVIÇOS E MÃO-DE-OBRA LTDA. - COOPERSERV
- MARIA OLIEDE CARDOSO BARBOSA
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão agravada.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-3100170-03.2002.5.09.0900

Processo Nº AIRE-31001/2002-900-09-70.6

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Jair José Perin
Agravado	AIRTON BATISTA DE ARAÚJO
Advogado	Dr. Edson Luiz de Freitas(OAB: 18805/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- AIRTON BATISTA DE ARAÚJO
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão agravada. Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo

Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-1938170-73.2002.5.09.0900
Processo Nº AIRE-19381/2002-900-09-70.0

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	UNIÃO
Procurador	Dr. Jair José Perin
Agravado	ADENILSON MANOEL DE JESUS
Advogado	Dr. Edson Luiz de Freitas(OAB: 18805/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADENILSON MANOEL DE JESUS
- UNIÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão então agravada.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-2331470-54.2002.5.04.0900
Processo Nº AIRE-23314/2002-900-04-70.8

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Procuradora	Dra. Luciana Hoff
Agravado	SÔNIA MARLEI KLIN
Advogada	Dra. Liane Ritter Liberali(OAB: 30635/RS)
Agravado	MOBRA SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.
Advogada	Dra. Leila Domingues Seelig(OAB: 26898/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
- MOBRA SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.
- SÔNIA MARLEI KLIN

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão então agravada.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-AIRR-0133600-50.2008.5.01.0078

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Aloysio Corrêa da Veiga
Embargante FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE
Procurador Dr. Edson da Costa Lobo
Embargado(a) LILIAN CALMON BARBOSA
Advogado Dr. Leila Maria dos Santos Leite Nunes(OAB: 75499/RJ)
Embargado(a) EXCELLENCE RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS LTDA.
Advogado Dr. Vinicius Faria de Alcântara(OAB: 114693/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EXCELLENCE RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS LTDA.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE
- LILIAN CALMON BARBOSA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente.

Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-4448670-48.2002.5.04.0900

Processo Nº AIRE-44486/2002-900-04-70.5

Complemento Processo Eletrônico
Relator Relator do processo não cadastrado
Agravante FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Procuradora Dra. Luciana Hoff
Agravado ABRAHÃO DOS SANTOS SOUZA
Advogado Dr. Evaristo Luiz Heis

Intimado(s)/Citado(s):

- ABRAHÃO DOS SANTOS SOUZA
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão agravada. Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0001643-49.2015.5.07.0033

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
Advogado Dr. Ramon Dantas Manhães Soares(OAB: 24113/DF)
Agravado TONI JEFERSON JACINTO DE MOURA
Advogada Dra. Mônica Almeida da Silva(OAB: 25813/CE)
Advogada Dra. Ossianne da Silva Freitas(OAB: 28544/CE)
Agravado C&C MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.
Advogado Dr. Washington Luiz Dias Pimentel Júnior(OAB: 32788/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- C&C MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- TONI JEFERSON JACINTO DE MOURA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no artigo 102, III, "a", da Constituição Federal, o qual impugna acórdão do TST na questão relativa à "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria objeto do apelo extremo corresponde ao Tema nº 246 da Tabela de Temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Nos termos do artigo 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Registre-se que, embora o STF tenha apreciado o mérito em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, razão pela qual se impõe o sobrestamento do presente recurso.

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-3241300-81.2007.5.99.0000

Processo Nº AIRE-32413/2007-000-99-00.8

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	UNIÃO
Procurador	Dr. Luiz Henrique Martins dos Anjos
Agravado	RM SEGURANÇA E PROTEÇÃO LTDA.
Agravado	ANDRÉA BORBA GURGEL DO AMARAL
Advogado	Dr. Sueli Ferreira Nunes(OAB: 12120/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRÉA BORBA GURGEL DO AMARAL
- RM SEGURANÇA E PROTEÇÃO LTDA.
- UNIÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário

corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão agravada. Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRE-3930570-91.2002.5.08.0900

Processo Nº AIRE-39305/2002-900-08-70.7

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
Advogado	Dr. Décio Freire
Agravado	PAULO SÉRGIO DA SILVA
Advogada	Dra. Tereza Vânia Bastos Monteiro

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
- PAULO SÉRGIO DA SILVA

Trata-se de recurso extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Por meio do despacho de sequencial retro, o então Ministro Vice-Presidente determinou o dessobrestamento do recurso extraordinário, considerando-se o julgamento da tese de mérito do precedente, exercendo, assim, juízo de retratação quanto ao despacho exarado à época, em substituição à decisão agravada. Contudo, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha apreciado o mérito da matéria em acórdão publicado em 12/09/2017, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento, e

cuja redistribuição foi determinada em 02/02/2018, de modo que não se operou o trânsito em julgado, impondo-se o sobrestamento deste recurso extraordinário.

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0010281-19.2014.5.15.0022

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Delaíde Miranda Arantes
Agravante	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
Procurador	Dr. Lair Aroni
Procuradora	Dra. Patrícia Leika Sakai
Agravado	EDERSON CARLOS STADLER ANDRADE
Advogado	Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741/SP)
Agravado	ATLÂNTICO SUL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ATLÂNTICO SUL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI
- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
- EDERSON CARLOS STADLER ANDRADE

O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA interpõe recurso extraordinário com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando a decisão recorrida quanto à matéria "responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço."

Nos termos do art. 1.030, inciso III, do CPC vigente (Lei nº 13.105/2015), incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".

No caso em exame, a matéria impugnada no recurso extraordinário corresponde ao Tema nº 246 da tabela de temas do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Pretório Excelso, em 16/04/2010, reconheceu a existência de repercussão geral.

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 1.030, inciso III, do CPC, 328 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

PETIÇÃO TST-PET-289293/2017-0 [eDOC-: 16647500]

Requerente : **ESTADO DA BAHIA**

Advogado: -Dr. Antônio José de Oliveira Telles de Vasconcellos (12351/DF)

(Ref. Processo AIRR - 510-18.2013.5.05.0017)

Agravado (s): **FAROL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA.**

Agravante (s) : **ESTADO DA BAHIA**

Procurador : Dr. Frederico Augusto Valverde Oliveira

Agravado (s) : **SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DA BAHIA**

Advogado: Dr. Gustavo Costa Pinto de Paula (1603/ BA)

Advogada : Dra. Juliana Cabral de Oliveira (13694/BA)

DESPACHO

O ESTADO DA BAHIA, por meio da **petição avulsa nº 289293/2017-0**, interpõe recurso extraordinário tendo por alvo acórdão proferido nos autos do AIRR nº 570-18.2013.5.05.0017, cujo andamento processual indica a remessa do feito ao TRT de origem, ante a certificação do trânsito em julgado.

O recorrente sustenta não ter sido intimado pessoalmente, o que defende justificar a interposição do apelo no decênio que sucede o termo final do prazo recursal, deflagrado com a publicação do julgado no DJE.

Pois bem.

Em consulta aos sistemas informatizados do TST, vê-se que de fato não houve intimação pessoal do Estado da Bahia em relação ao acórdão recorrido, o que contraria a literalidade da norma contida no artigo 183 do CPC de 2015.

Desse modo, interposto o recurso extraordinário, é imperativo o retorno dos autos a esta Corte, a fim de que se promova o juízo de admissibilidade do apelo.

Assim, chamo o feito à ordem para, **tornando sem efeito a certidão de trânsito em julgado**, determinar a requisição, no juízo de origem, do processo tombado sob o nº 570-18.2013.5.05.0017.

Após, venham-me os autos conclusos, já com a inclusão da petição ora examinada no caderno processual.

Oficie-se com urgência o Juízo da 17ª Vara do Trabalho de Salvador, dando-lhe ciência do teor deste despacho.

À Coordenadoria de Recursos para as providências.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 06 de fevereiro de 2019.

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

PETIÇÃO TST-PET-154720/2017-2 [eDOC: 1634043.7]

Requerente : ESTADODO RIO GRANDE DO NORTE

Advogado: Dr. Marconi Medeiros Marques de Oliveira (4846/RN-A)

(Ref. Processo **ED-A-IRR-1552-76.2014.5.21.0041**)

Embargado (a) : **JÉSSICA FIGUEIREDO DE MENDONÇA SILVA**

Advogado: Dr. Roberto Fernando de Amorim Júnior (7235/RN)

Embargante: **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Procurador: Dr. Kennedy Felicino da Silva

Embargado(a): **SAFE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA.**

Advogada: Dra. Karina Ayache Pereira Reis (9386/RN)

DESPACHO

O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por meio da **petição avulsa nº 154720/2017-2**, interpõe recurso extraordinário tendo por alvo acórdão proferido nos autos do ED-AIRR nº 1552-76.2014.5.21.0041, cujo andamento processual indica a remessa do feito ao TRT de origem, ante a certificação do trânsito em julgado.

O recorrente sustenta não ter sido intimado pessoalmente, o que defende justificar a interposição do apelo mesmo após o transcurso do prazo recursal, deflagrado com a publicação do julgado no DJE. Pois bem.

Em consulta aos sistemas informatizados do TST, vê-se que de fato não houve intimação pessoal do Estado do Rio Grande do Norte em relação ao acórdão recorrido, o que contraria a literalidade da norma contida no artigo 183 do CPC de 2015.

Desse modo, interposto o recurso extraordinário, é imperativo o retorno dos autos a esta Corte, a fim de que se promova o juízo de admissibilidade do apelo.

Assim, chamo o feito à ordem para, **tornando sem efeito a certidão de trânsito em julgado**, determinar a requisição, no juízo de origem, do processo tombado sob o nº 1552-76.2014.5.21.0041.

Após, venham-me os autos conclusos, já com a inclusão da petição ora examinada no caderno processual.

Oficie-se com urgência o Juízo da 11ª Vara do Trabalho de Natal-RN, dando-lhe ciência do teor deste despacho.

À Coordenadoria de Recursos para as providências.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 06 de fevereiro de 2019.

RENATO DE LACERDA PAIVA

Ministro Vice-Presidente do TST

PETIÇÃO TST-PET-155972/2017-0 [eDOC: 16343657]

Requerente : **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Advogado : Dr. Marconi Medeiros Marques de Oliveira (4846/RN- A)

(Ref. Processo **ED-AIRR 1139-50.2014.5.21.0013**)

Embargado (a) : **ANTONIA SOLANGE DE MORAIS MASCARENHAS**

Advogado: Dr. Francisco Gervásio Lemos de Sousa (4778/RN)

Embargado(a): **BARBOSA E LINS RESTAURANTES LTDA - ME - ME**

Embargante: **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Procurador : Dr. Francisco Ivo Cavalcanti Netto

DESPACHO

O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por meio da **petição avulsa nº 155972/2017-0**, interpõe recurso extraordinário tendo por alvo acórdão proferido nos autos do ED-AIRR nº 1139-50.2014.5.21.0013, cujo andamento processual indica a remessa do feito ao TRT de origem, ante a certificação do trânsito em julgado.

O recorrente sustenta não ter sido intimado pessoalmente, o que defende justificar a interposição do apelo mesmo após o transcurso do prazo recursal, deflagrado com a publicação do julgado no DJE. Pois bem.

Em consulta aos sistemas informatizados do TST, vê-se que de fato não houve intimação pessoal do Estado do Rio Grande do Norte em relação ao acórdão recorrido, o que contraria a literalidade da norma contida no artigo 183 do CPC de 2015.

Desse modo, interposto o recurso extraordinário, é imperativo o retorno dos autos a esta Corte, a fim de que se promova o juízo de admissibilidade do apelo.

Assim, chamo o feito à ordem para, **tornando sem efeito a certidão de trânsito em julgado**, determinar a requisição, no juízo de origem, do processo tombado sob o nº 1139-50.2014.5.21.0013.

Após, venham-me os autos conclusos, já com a inclusão da petição

ora examinada no caderno processual.

Oficie-se com urgência o Juízo da 3ª Vara do Trabalho de Mossoró-RN, dando-lhe ciência do teor deste despacho.

À Coordenadoria de Recursos para as providências.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 06 de fevereiro de 2019.

RENATO DE LACERDA PAIVA
Ministro Vice-Presidente do TST

Secretaria da Subseção I de Dissídios Individuais Despacho

Processo Nº E-RR-0680812-82.2000.5.01.0044

Processo Nº E-RR-680812/2000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante	ALBERTO CÉSAR PEREIRA DIAS
Advogado	Dr. Marthius Sávio Cavalcante Lobato
Embargado(a)	BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBERTO CÉSAR PEREIRA DIAS
- BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)

A matéria debatida nos presentes autos (DISPENSA IMOTIVADA DE EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO) é objeto de recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida pelo STF no RE 688267, em 14/12/2018.

Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no Tema nº 1022 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral do STF.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº E-RR-0007800-50.2009.5.17.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante	MUNICÍPIO DE VITÓRIA
Advogado	Dr. Maurício José Rangel Carvalho(OAB: 13967/ES)
Embargado(a)	JOSÉ ROSA E OUTROS
Advogado	Dr. Elair José Zanetti(OAB: 9606/ES)

Embargado(a)	JBE CONSTRUTORA LTDA.
Advogado	Dr. Ricardo Claudino Pessanha(OAB: 10406/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- JBE CONSTRUTORA LTDA.
- JOSÉ ROSA E OUTROS
- MUNICÍPIO DE VITÓRIA

A matéria debatida nos presentes autos (responsabilidade subsidiária - ente público) encontra-se suspensa no âmbito da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais até o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal do Tema nº 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço), no processo RE nº 760.931-DF.

Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria da SBDI-1 até sobrevir decisão do STF no processo RE nº 760.931-DF, que trata do Tema nº 246 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº AgR-E-RR-0118400-29.2008.5.04.0301

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	LORENI DE TOLEDO
Advogado	Dr. Antonio Carlos Dornelles Ayub(OAB: 29443/RS)
Advogada	Dra. Luciana Konradt Pereira(OAB: 31872/RS)
Agravado	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Nei Gilvan Gatiboni
Agravado	EBV - LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- EBV - LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- LORENI DE TOLEDO

A matéria debatida nos presentes autos (responsabilidade subsidiária - ente público) encontra-se suspensa no âmbito da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais até o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal do Tema nº 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço), no processo RE nº 760.931-DF.

Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria da SBDI-1 até sobrevir decisão do STF no processo RE nº 760.931-DF, que trata do Tema nº 246 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº AgR-E-RR-0107400-44.2009.5.17.0007

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante MUNICÍPIO DE VITÓRIA
Procuradora Dra. Rosmari Aschauer Cristo Reis
Agravado SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA PÚBLICA E SERVIÇOS SIMILARES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDILIMPE/ES
Advogada Dra. Neiliane Scalser(OAB: 9320/ES)
Agravado ALBINA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
Agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
Procurador Dr. Eduardo Antunes Parmeggiani
Procuradora Dra. Eliane Araque dos Santos

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBINA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
- MUNICÍPIO DE VITÓRIA
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA PÚBLICA E SERVIÇOS SIMILARES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDILIMPE/ES

A matéria debatida nos presentes autos (responsabilidade subsidiária - ente público) encontra-se suspensa no âmbito da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais até o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal do Tema nº 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço), no processo RE nº 760.931-DF. Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria da SBDI-1 até sobrevir decisão do STF no processo RE nº 760.931-DF, que trata do Tema nº 246 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral. Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº E-ED-ED-RR-0110400-46.2009.5.12.0054

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante FERNANDO DUARTE
Advogado Dr. Nilton Correia(OAB: 1291/DF)
Embargante PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
Advogada Dra. Alessandra Vieira de Almeida(OAB: 11688/SC)
Embargado(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado Dr. Rauber Schlickmann Michels(OAB: 14813/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FERNANDO DUARTE
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.

A matéria debatida nos presentes autos (responsabilidade subsidiária - ente público) encontra-se suspensa no âmbito da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais até o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal do Tema nº 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço), no processo RE nº 760.931-DF. Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria da SBDI-1 até sobrevir decisão do STF no processo RE nº 760.931-DF, que trata do Tema nº 246 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral. Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº E-RR-0045800-38.2007.5.04.0303

Processo Nº E-RR-00458/2007-303-04-00.5

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO
Procuradora Dra. Regina Magdalena Moraes Marques de Souza
Embargado(a) ELIZÂNGELA NUNES DA SILVA
Advogado Dr. George Alexandre Daudt Wieck(OAB: 41866/RS)
Embargado(a) ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA REDENTORA - AMVR
Advogado Dr. Ivo José Kunzler(OAB: 28862/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA REDENTORA - AMVR
- ELIZÂNGELA NUNES DA SILVA
- MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO

A matéria debatida nos presentes autos (responsabilidade subsidiária - ente público) encontra-se suspensa no âmbito da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais até o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal do Tema nº 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço), no processo RE nº 760.931-DF. Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria da SBDI-1 até sobrevir decisão do STF no processo RE nº 760.931-DF, que trata do Tema nº 246 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral. Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº E-RR-0743971-72.2001.5.17.0002

Processo Nº E-RR-743971/2001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante	DANIEL VICENTE CASSEMIRO
Advogado	Dr. Euclério de Azevedo Sampaio Júnior(OAB: 7583/ES)
Advogado	Dr. João Batista Dallapiccola Sampaio(OAB: 4367/ES)
Embargado(a)	BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Advogado	Dr. Ricardo Quintas Carneiro

Intimado(s)/Citado(s):

- BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
- DANIEL VICENTE CASSEMIRO

A matéria debatida nos presentes autos (DISPENSA IMOTIVADA DE EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO) é objeto de recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida pelo STF no RE 688267, em 14/12/2018. Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no Tema nº 1022 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral do STF.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº E-RR-0764235-37.2001.5.01.0061

Processo Nº E-RR-764235/2001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante	GILSON FRANÇA DE SANTANA
Advogado	Dr. José Eymard Loguercio
Embargado(a)	BANCO BANERJ S.A.
Advogado	Dr. Douglas Pospiesz de Oliveira(OAB: 86304/RJ)
Advogado	Dr. Victor Russomano Júnior(OAB: 3609/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BANERJ S.A.
- GILSON FRANÇA DE SANTANA

A matéria debatida nos presentes autos (DISPENSA IMOTIVADA DE EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO) é objeto de recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida pelo STF no RE 688267, em 14/12/2018. Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o

encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no Tema nº 1022 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral do STF.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº E-ED-RR-0000710-32.2011.5.04.0023

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante	LILIANE PINHEIRO DA COSTA
Advogado	Dr. Roberto de Figueiredo Caldas(OAB: 5939/DF)
Advogado	Dr. Wanda Elisabeth Dupke(OAB: 48754/RS)
Embargado(a)	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
Advogada	Dra. Patrícia de Azevedo Bach Radin

Intimado(s)/Citado(s):

- HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
- LILIANE PINHEIRO DA COSTA

A matéria debatida nos presentes autos (DISPENSA IMOTIVADA DE EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO) é objeto de recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida pelo STF no RE 688267, em 14/12/2018. Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no Tema nº 1022 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral do STF.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0001135-81.2015.5.02.0441

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
Advogado	Dr. Eudes Sizenando Reis(OAB: 133090/SP)
Advogado	Dr. Aldo dos Santos Ribeiro Cunha(OAB: 311787-S/SP)
Agravado	ADAILTON MAIA CASCAES
Advogado	Dr. Stephan Cincinato Bandeira Berndt(OAB: 273005/SP)
Agravado	LET EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ADAILTON MAIA CASCAES

- COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

- LET EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA.

A matéria debatida nos presentes autos (responsabilidade subsidiária - ente público) encontra-se suspensa no âmbito da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais até o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal do Tema nº 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço), no processo RE nº 760.931-DF.

Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria da SBDI-1 até sobrevir decisão do STF no processo RE nº 760.931-DF, que trata do Tema nº 246 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº E-ED-RR-0009440-92.2006.5.01.0022

Processo Nº E-ED-RR-00094/2006-022-01-40.7

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante	COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB
Advogado	Dr. Giovanni Frangella Marchese(OAB: 90950/RJ)
Embargado(a)	MIRIAM SOARES FIRMINO
Advogado	Dr. Newton Vieira Pamplona(OAB: 14677-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB
- MIRIAM SOARES FIRMINO

A matéria debatida nos presentes autos (DISPENSA IMOTIVADA DE EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO) é objeto de recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida pelo STF no RE 688267, em 14/12/2018.

Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no Tema nº 1022 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral do STF.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº E-ED-RR-0086100-62.2008.5.03.0003

Processo Nº E-ED-RR-00861/2008-003-03-00.6

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante	EBERT SILVA
Advogado	Dr. Paulo Afonso da Silva(OAB: 98603/MG)
Embargado(a)	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
Advogado	Dr. Ben-Hur Silva de Albergaria Filho
Advogado	Dr. Rodrigo de Carvalho Zauli(OAB: 71933-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
- EBERT SILVA

A matéria debatida nos presentes autos (DISPENSA IMOTIVADA DE EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO) é objeto de recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida pelo STF no RE 688267, em 14/12/2018.

Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no Tema nº 1022 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral do STF.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº Ag-E-ED-RR-0001080-72.2011.5.04.0811

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	ENIO TAVARES
Advogado	Dr. Airton Forbrig(OAB: 25671/RS)
Advogado	Dr. Pedro Jerre Greca Mesquita(OAB: 17264/RS)
Agravado	COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE
Advogado	Dr. Thomas Steppe(OAB: 36601/RS)
Agravado	EMS ELETROMECAÂNICA SILVESTRINI LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Raul Bartholomay(OAB: 23952/RS)
Agravado	CITIC CONSTRUÇÕES DO BRASIL LTDA.
Advogada	Dra. Lilian Rose Vieira Soll(OAB: 63495/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CITIC CONSTRUÇÕES DO BRASIL LTDA.
- COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE
- EMS ELETROMECAÂNICA SILVESTRINI LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- ENIO TAVARES

A matéria debatida nos presentes autos (responsabilidade subsidiária - ente público) encontra-se suspensa no âmbito da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais até o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal do Tema nº 246

(Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço), no processo RE nº 760.931-DF. Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria da SBDI-1 até sobrevir decisão do STF no processo RE nº 760.931-DF, que trata do Tema nº 246 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº E-ED-RR-0657666-41.2000.5.15.0093

Processo Nº E-ED-RR-657666/2000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante	PAULO EDUARDO MILANI
Advogada	Dra. Rita de Cássia Barbosa Lopes
Embargado(a)	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
Advogado	Dr. Rodrigo Silva Gonçalves(OAB: 209376/SP)
Advogado	Dr. Felipe Quadros de Souza(OAB: 232620/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
- PAULO EDUARDO MILANI

A matéria debatida nos presentes autos (DISPENSA IMOTIVADA DE EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO) é objeto de recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida pelo STF no RE 688267, em 14/12/2018. Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no Tema nº 1022 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral do STF.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº AgR-E-RR-0139400-77.2012.5.17.0012

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	MUNICÍPIO DE CARIACICA
Procurador	Dr. Felipe Barbosa de Menezes
Agravado	WILMAR NUNES DE CARVALHO
Advogado	Dr. Victor Friques de Magalhães(OAB: 13891/ES)

Agravado

DSL BRASIL SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- DSL BRASIL SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.
- MUNICÍPIO DE CARIACICA
- WILMAR NUNES DE CARVALHO

A matéria debatida nos presentes autos (responsabilidade subsidiária - ente público) encontra-se suspensa no âmbito da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais até o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal do Tema nº 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço), no processo RE nº 760.931-DF. Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria da SBDI-1 até sobrevir decisão do STF no processo RE nº 760.931-DF, que trata do Tema nº 246 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº E-RR-0145700-14.2009.5.04.0015

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante	WILSON CARNEIRO
Advogado	Dr. Letieres Martins Pereira(OAB: 62180/RS)
Embargado(a)	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
Advogado	Dr. José Luís Zancanaro(OAB: 22543/RS)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Embargado(a)	SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES PANAMBI LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
- SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES PANAMBI LTDA.
- WILSON CARNEIRO

A matéria debatida nos presentes autos (responsabilidade subsidiária - ente público) encontra-se suspensa no âmbito da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais até o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal do Tema nº 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço), no processo RE nº 760.931-DF. Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria da SBDI-1 até sobrevir decisão do STF no processo RE nº 760.931-DF, que trata do Tema nº 246 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº AgR-E-RR-0141300-92.2012.5.17.0013

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante MUNICÍPIO DE VITÓRIA
Procurador Dr. Maurício José Rangel Carvalho
Agravado ROSIANE SANTOS SANTANA
Advogada Dra. Poliana Firme de Oliveira(OAB: 16886/ES)
Agravado SPEED SERV - COMÉRCIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA LTDA.
Advogado Dr. Fabrício Santos Toscano(OAB: 11609/ES)
Advogado Dr. Daniel Chernicharo da Silveira(OAB: 18671/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE VITÓRIA
- ROSIANE SANTOS SANTANA
- SPEED SERV - COMÉRCIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LIMPEZA LTDA.

A matéria debatida nos presentes autos (responsabilidade subsidiária - ente público) encontra-se suspensa no âmbito da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais até o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal do Tema nº 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço), no processo RE nº 760.931-DF. Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria da SBDI-1 até sobrevir decisão do STF no processo RE nº 760.931-DF, que trata do Tema nº 246 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral. Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº AgR-E-ED-RR-0148600-93.2009.5.11.0008

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado Dr. Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB: 2124-A/DF)
Agravado JUVENAL SANTIAGO DA SILVA
Advogado Dr. Alonso Oliveira de Souza(OAB: 1976/AM)
Agravado TRA - TORRES DE RESFRIAMENTO DE ÁGUA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- JUVENAL SANTIAGO DA SILVA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- TRA - TORRES DE RESFRIAMENTO DE ÁGUA LTDA.

A matéria debatida nos presentes autos (responsabilidade subsidiária - ente público) encontra-se suspensa no âmbito da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais até o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal do Tema nº 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço), no processo RE nº 760.931-DF. Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria da SBDI-1 até sobrevir decisão do STF no processo RE nº 760.931-DF, que trata do Tema nº 246 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral. Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº E-RR-0140100-40.2008.5.04.0017

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante V.T.
Advogado Dr. Eyder Lini
Embargado(a) B.E.R.G.S.S.-B.
Advogado Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Embargado(a) S.T.V.P.L.

Intimado(s)/Citado(s):

- B.E.R.G.S.S.-B.
- S.T.V.P.L.
- V.T.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

Processo Nº E-ED-RR-0118500-30.2008.5.02.0045

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado Dr. Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB: 16538/GO)
Embargado(a) PAULA CRISTINA FRESCHI
Advogado Dr. Fernanda de Cássia Moretti(OAB: 135292/SP)
Embargado(a) ORBRAL ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Intimado(s)/Citado(s):

- ORBRAL ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- PAULA CRISTINA FRESCHI
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

A matéria debatida nos presentes autos (responsabilidade subsidiária - ente público) encontra-se suspensa no âmbito da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais até o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal do Tema nº 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa

prestadora de serviço), no processo RE nº 760.931-DF.
Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria da SBDI-1 até sobrevir decisão do STF no processo RE nº 760.931-DF, que trata do Tema nº 246 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral.
Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº ED-E-Ag-RR-0001555-20.2015.5.09.0594

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante	VALENTIN PIRES DE LIMA
Advogado	Dr. Ricardo Key Sakaguti Watanabe(OAB: 36730-A/PR)
Embargado(a)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB: 16538/GO)
Embargado(a)	MPE MONTAGENS E PROJETOS ESPECIAIS S.A.
Advogado	Dr. João Ribeiro de Loyola Neto(OAB: 49905/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MPE MONTAGENS E PROJETOS ESPECIAIS S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- VALENTIN PIRES DE LIMA

A matéria debatida nos presentes autos (responsabilidade subsidiária - ente público) encontra-se suspensa no âmbito da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais até o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal do Tema nº 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço), no processo RE nº 760.931-DF.
Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria da SBDI-1 até sobrevir decisão do STF no processo RE nº 760.931-DF, que trata do Tema nº 246 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral.
Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº E-RR-0677152-26.2000.5.17.0181

Processo Nº E-RR-677152/2000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante	MAURO LÚCIO DE OLIVEIRA MELGAÇO
Advogado	Dr. Eustachio Domício Lucchesi Ramacciotti
Embargado(a)	BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado Dr. Alexandre Pocaí Pereira(OAB: 8652-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- MAURO LÚCIO DE OLIVEIRA MELGAÇO

A matéria debatida nos presentes autos (DISPENSA IMOTIVADA DE EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO) é objeto de recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida pelo STF no RE 688267, em 14/12/2018.
Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria até sobrevir decisão da Suprema Corte no Tema nº 1022 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral do STF.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº E-ED-RR-0123000-54.2009.5.05.0035

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Embargante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB: 2124-A/DF)
Embargado(a)	CONSOFT CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA.
Advogado	Dr. Maria da Graça Malheiros Silva(OAB: 20373/BA)
Embargado(a)	RITA TRAVASSOS DE OLIVEIRA COSTA
Advogado	Dr. Antônio Alberto de Lima Linheiro(OAB: 12392/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSOFT CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RITA TRAVASSOS DE OLIVEIRA COSTA

A matéria debatida nos presentes autos (responsabilidade subsidiária - ente público) encontra-se suspensa no âmbito da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais até o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal do Tema nº 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço), no processo RE nº 760.931-DF.
Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria da SBDI-1 até sobrevir decisão do STF no processo RE nº 760.931-DF, que trata do Tema nº 246 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral.
Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS
Ministro Relator

Processo Nº E-ED-RR-0001589-27.2012.5.01.0075

Complemento Processo Eletrônico
Embargante ESPÓLIO de RICARDO DE CASTRO FARIA (REPRESENTADO POR ROSANE MOREIRA SOARES)
Advogado José Carlos Paiva Fernandes(OAB: 39133/RJ)
Advogado Gabriel Oliveira Lambert de Andrade(OAB: 115522/RJ)
Embargado(a) EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV
Advogado Carlos Filipe Colicigno(OAB: 137652/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV
- ESPÓLIO de RICARDO DE CASTRO FARIA (REPRESENTADO POR ROSANE MOREIRA SOARES)

Junte-se a Petição 21186/2019-4 e documentos anexos.

Em razão do falecimento do reclamante comprovado mediante certidão de óbito juntamente com a carta de concessão de pensão por morte emitida pelo INSS, constando como beneficiária Rosane Moreira Soares, **determino** à Secretaria da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais que providencie a reautuação do feito a fim de constar como agravante Espólio de Ricardo de Castro Faria (representante Rosane Moreira Soares). Após, devem os autos permanecer na secretaria da SbDI-I deste Tribunal, a fim de aguardar o julgamento final do STF sobre a matéria constante do Processo RE 589998.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AgR-E-RR-3678400-46.2008.5.09.0009

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante PAULO PIVETTA
Advogado Dr. Mainar Rafael Viganó(OAB: 25798/PR)
Agravado BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado Dr. Rafael Sganzerla Durand(OAB: 211648/SP)
Agravado MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
Advogado Dr. Alecsandra Rubim Chiaradia(OAB: 35547/RS)

Advogado

Dr. Rossana Rostirolla(OAB: 74585/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- MASSA FALIDA de VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.
- PAULO PIVETTA

A matéria debatida nos presentes autos (responsabilidade subsidiária - ente público) encontra-se suspensa no âmbito da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais até o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal do Tema nº 246 (Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço), no processo RE nº 760.931-DF. Assim, determino a suspensão do presente processo e o sobrestamento do exame do respectivo recurso, com o encaminhamento dos autos à Secretaria da SBDI-1 até sobrevir decisão do STF no processo RE nº 760.931-DF, que trata do Tema nº 246 da Tabela Geral de Temas de Repercussão Geral. Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE LUIZ RAMOS

Ministro Relator

Processo Nº E-RR-0001760-44.2009.5.10.0008

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. João Batista Brito Pereira
Embargante MARY NÊLZA DE OLIVEIRA
Advogado Dr. Antônio Marques da Silva(OAB: 20599/DF)
Embargado(a) CONSERVO BRASÍLIA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
Embargado(a) DISTRITO FEDERAL
Procurador Dr. Luciano Tenório de Carvalho

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSERVO BRASÍLIA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
- DISTRITO FEDERAL
- MARY NÊLZA DE OLIVEIRA

Junte-se aos autos a petição nº 58806/2018.

Ante a notícia de quitação do débito e extinção da execução, baixem os autos ao juízo de origem.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

Ministro Relator

Processo Nº IRR-0001086-51.2012.5.15.0031

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann
Suscitante SUBSEÇÃO I ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Embargante FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO - EDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/ SP

Procurador Dr. Nazário Cleodon de Medeiros

Embargado(a) TIAGO MARTINS BRAGA

Advogado Dr. Giuliano Marcelo de Castro Vieira

AMICUS CURIAE SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO À CRIANÇA AO ADOLESCENTE E À FAMÍLIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Advogada Dra. Denise Aparecida Rodrigues Pinheiro de Oliveira(OAB: 8043/DF)

AMICUS CURIAE CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

Advogada Dra. Regiane Ataíde Costa(OAB: 2211/DF)

AMICUS CURIAE FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL - FASE

Advogado Dr. Nei Fernando Marques Brum(OAB: 34241/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO - EDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/ SP
- FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL - FASE
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO À CRIANÇA AO ADOLESCENTE E À FAMÍLIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- SUBSEÇÃO I ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
- TIAGO MARTINS BRAGA

Por meio da petição de número 17378013, protocolizada em 11/02/2019, o SITSESP - Sindicato dos Servidores Públicos e Empregados Celetistas nas Fundações e Entidades do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, do Estado de São Paulo, requer seu ingresso na lide em substituição ao SITRAEMFA - Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e à Família do Estado de São Paulo, já admitido no presente incidente como amicus curiae.

Afirma o ora requerente que sua criação decorre da dissociação do SITRAEMFA, por livre anuência de ambas as entidades, do que resulta que esse último mencionado não é mais parte legítima para representar os empregados da Fundação Casa.

Junta farta documentação em amparo à sua pretensão.

Sucessivamente, requer sua admissão também como amicus curiae.

Não seria condizente com o objetivo de célere condução do presente incidente proferir-se decisão, ainda que em caráter incidental, acerca de qual entidade sindical teria legitimidade para representar os empregados da Fundação Casa; portanto, para que se dê eficácia ao artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal de 1988, rejeito o pedido de exclusão do SITRAEMFA mas admito o ingresso na lide, na condição de amicus curiae, do SITSESP - Sindicato dos Servidores Públicos e Empregados Celetistas nas Fundações e Entidades do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, do Estado de São Paulo.

Proceda a Secretaria da SBDI-1 à reautuação do feito, para o fim de incluir o Sindicato ora requerente.

Publique-se.

Após, retornem-me os autos conclusos.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
HUGO CARLOS SCHEUERMANN
Ministro Relator

Processo Nº IRR-1001796-60.2014.5.02.0382

Complemento Processo Eletrônico

Relator Min. Hugo Carlos Scheuermann

Suscitante SUBSEÇÃO I ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Embargante LUIZ ANTÔNIO VELOSO DA SILVA

Advogado Dr. Sérgio de Paula Souza(OAB: 268328-D/SP)

Embargado(a) FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP

Advogado Dr. Ângela Maria da Conceição Silva(OAB: 278269/SP)

Advogada Dra. Vilma Solange Amaral(OAB: 160242/SP)

AMICUS CURIAE CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

Advogada Dra. Regiane Ataíde Costa(OAB: 2211/DF)

AMICUS CURIAE SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO À CRIANÇA AO ADOLESCENTE E À FAMÍLIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Advogada Dra. Denise Aparecida Rodrigues Pinheiro de Oliveira(OAB: 8043/DF)

AMICUS CURIAE FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL - FASE

Advogado Dr. Nei Fernando Marques Brum(OAB: 34241/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP
- FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL - FASE
- LUIZ ANTÔNIO VELOSO DA SILVA
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO À CRIANÇA AO ADOLESCENTE E À FAMÍLIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- SUBSEÇÃO I ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Por meio da petição de número 17378116, protocolizada em 11/02/2019, o SITSESP - Sindicato dos Servidores Públicos e Empregados Celetistas nas Fundações e Entidades do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, do Estado de São Paulo, requer seu ingresso na lide em substituição ao SITRAEMFA - Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e à Família do Estado de São Paulo, já admitido no presente incidente como amicus curiae.

Afirma o ora requerente que sua criação decorre da dissociação do SITRAEMFA, por livre anuência de ambas as entidades, do que resulta que esse último mencionado não é mais parte legítima para representar os empregados da Fundação Casa.

Junta farta documentação em amparo à sua pretensão.

Sucessivamente, requer sua admissão também como amicus

curiae.

Não seria condizente com o objetivo de célere condução do presente incidente proferir-se decisão, ainda que em caráter incidental, acerca de qual entidade sindical teria legitimidade para representar os empregados da Fundação Casa; portanto, para que se dê eficácia ao artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal de 1988, rejeito o pedido de exclusão do SITRAEMFA mas admito o ingresso na lide, na condição de amicus curiae, do SITSESP - Sindicato dos Servidores Públicos e Empregados Celetistas nas Fundações e Entidades do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, do Estado de São Paulo.

Proceda a Secretaria da SBDI-1 à reatuação do feito, para o fim de incluir o Sindicato ora requerente.

Publique-se.

Após, retornem-me os autos conclusos.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Relator

Secretaria da Subseção II de Dissídios Individuais Despacho

Processo Nº RO-0080383-35.2017.5.22.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Recorrente	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS ECT
Advogada	Dra. Sandra Pinheiro de Oliveira(OAB: 2861/PI)
Recorrido	LEONCIO FURTADO DA SILVA
Advogado	Dr. Gerson Almeida da Silva(OAB: 8767/PI)
Autoridade Coatora	JUIZ DA VARA DO TRABALHO DE FLORIANO - JOÃO LUIZ ROCHA DO NASCIMENTO

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS ECT
- JUIZ DA VARA DO TRABALHO DE FLORIANO - JOÃO LUIZ ROCHA DO NASCIMENTO
- LEONCIO FURTADO DA SILVA

Vistos etc.

LEONCIO FURTADO DA SILVA impetrou mandado de segurança, com pedido liminar (fls. 6/23), contra ato praticado pelo Juízo da Vara do Trabalho de Floriano, que, nos autos da reclamação trabalhista nº 0001069-13.2017.5.22.0106, movida em face da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, indeferiu pedido de tutela antecipatória para incorporação da média dos valores das gratificações de funções exercidas nos últimos dez anos.

O Desembargador Relator deferiu o pedido liminar, determinando "a imediata incorporação na remuneração da média das funções percebidas nos últimos dez anos, sob pena de cominação de multa pela autoridade coatora" (fls. 108/112).

Posteriormente, o TRT da 12ª Região admitiu o mandado de segurança e concedeu a ordem, conforme acórdão às fls. 319/323, complementado às fls. 345/351.

Inconformada, a Litisconsorte passiva EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS interpôs recurso ordinário às fls. 386/418, admitido à fl. 428.

Alega que "O (A) Recorrido(a), bem como o douto Relator também esquecessem-se que a ECT é ente da administração pública federal, e subsume-se a regramentos diversos, e o art. 2º-B da Lei nº 9.494/97 e o art. 100, §1º da CF determinam que não cabe ordem judicial que desencadeie qualquer inclusão em folha de pagamento e liberação de recursos, como vem a ser o caso da presente demanda, pois somente pode haver execução após trânsito em julgado do processo. Em respaldo a este entendimento, o Supremo Tribunal Federal, por meio da ADC nº 4, posicionou-se para confirmar a impossibilidade de tutela provisória para a Fazenda Pública, a qual a ECT se equipara. Lembramos que não poderá existir o descumprimento da ADC, sob pena de afronta ao art. 102, § 2º da CF" (fl. 396).

Pugna pelo provimento do recurso, alegando que "as gratificações de função são verbas decorrentes da assunção, pelo (a) empregado (a), de responsabilidades diversas daquelas as quais está jungido ordinariamente, sendo verdadeira contraprestação pelo acúmulo de atribuições extraordinárias. O exercício de função gratificada é, pois, uma faculdade do empregado, sendo certo que pode assumi-la ou rejeitá-la (cuja decisão será tomada após a análise da relação de custo e benefício entre o aumento de responsabilidades e a contraprestação financeira)" (fl. 417).

O Impetrante apresentou contrarrazões às fls. 433/444.

O Ministério Público do Trabalho manifestou-se pelo prosseguimento do feito (fl. 451).

Assim resumida a espécie, passo ao exame da controvérsia.

A despeito das razões lançadas no recurso, entendo que a segurança deve ser denegada, em razão da perda superveniente do interesse processual.

Em consulta ao andamento da reclamação trabalhista nº0001069-13.2017.5.22.0106, no sítio eletrônico do TRT da 22ª Região, verifico que, em 7/11/2018, foi proferida sentença na qual deferida a incorporação dos valores correspondentes à média das gratificações exercidas nos últimos dez anos (https://pje.trt22.jus.br/visualizador/pages/conteudo.seam?p_tipo=2&p_grau=1&p_id=ug31XpdpdFk%3D&p_idpje=uHx5mtfNoMs%3D&p_num=uHx5mtfNoMs%3D&p_npag=x).

Nesse contexto, nos termos da Súmula 414, III, do TST, considerando a perda superveniente do interesse de agir, em face da prolação de sentença no feito originário, cumpre, inclusive de ofício, DENEGAR A SEGURANÇA, nos termos do artigo 6º, § 5º, da Lei 12.016/2009 c/c artigo 330, III, do CPC de 2015.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro Relator

Processo Nº RO-0005426-65.2013.5.09.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Recorrente	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. César Yukio Yokoyama(OAB: 55635/PR)
Recorrido	VLADEMIR ELI FAGUNDES
Advogado	Dr. Roberto de Figueiredo Caldas(OAB: 5939/DF)

Advogado Dr. Ricardo Nunes de Mendonça(OAB: 35460/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- VLADEMIR ELI FAGUNDES

Vistos etc.

A controvérsia instaurada nos autos revela identidade com a matéria objeto do Tema de Repercussão Geral nº 1022, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, em que se discute a possibilidade de dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público. Impõe-se o sobrestamento do feito, devendo os autos permanecer na Secretaria da SDI-2 desta Corte até que sobrevenha solução definitiva sobre a matéria pelo STF.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro Relator

Processo Nº RO-000045-60.2013.5.06.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Douglas Alencar Rodrigues
Recorrente MARCOS ANTONIO PEREIRA DA LUZ E OUTRO
Advogado Dr. Nilton da Silva Correia(OAB: 1291/DF)
Advogado Dr. Marcondes Sávio dos Santos(OAB: 10729/PE)
Recorrido BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Advogada Dra. Roberta Pontes Caúla Reis(OAB: 20093/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
- MARCOS ANTONIO PEREIRA DA LUZ E OUTRO

Vistos etc.

A controvérsia instaurada nos autos revela identidade com a matéria objeto do Tema de Repercussão Geral nº 1022, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, em que se discute a possibilidade de dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público. Impõe-se o sobrestamento do feito, devendo os autos permanecer na Secretaria da SDI-2 desta Corte até que sobrevenha solução definitiva sobre a matéria pelo STF.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro Relator

Processo Nº RO-0000453-80.2015.5.06.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Douglas Alencar Rodrigues

Recorrente EKT SERVIÇOS DE COBRANÇA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRA

Advogado Dr. Frederico da Costa Pinto Corrêa(OAB: 8375/PE)

Advogado Dr. Arlindo José de Melo Filho(OAB: 28192/PE)

Recorrido JANIÉLSON GONÇALVES BEZERRA

Recorrido BANCO AZTECA DO BRASIL S.A.

Advogado Dr. Frederico da Costa Pinto Corrêa(OAB: 8375/PE)

Autoridade Coatora JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE ARARIPINA

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO AZTECA DO BRASIL S.A.
- EKT SERVIÇOS DE COBRANÇA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRA
- JANIÉLSON GONÇALVES BEZERRA
- JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE ARARIPINA

Vistos ETC.

EKT SERVIÇOS DE COBRANÇA LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), EKT LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) e BANCO AZTECA DO BRASIL S/A impetraram mandado de segurança (fls. 5/18), com pedido liminar, contra ato praticado pelo Juízo da Vara do Trabalho de Araripina/PE, que, nos autos da reclamação trabalhista nº 0001260 -32.2013.5.06.0401, determinou a suspensão da execução em face das empresas em recuperação judicial (primeira e segunda Impetrantes) e o prosseguimento da execução em face do devedor solidário remanescente (BANCO AZTECA DO BRASIL S/A) - decisão proferida em 12/6/2015, anexada à fl. 63.

O TRT da 6ª Região admitiu o mandado de segurança e denegou a ordem, por meio do acórdão às fls. 256/261, por entender incabível o mandado de segurança, conforme a diretriz da Súmula 267 do STF e OJ 92 da SBDI-2 do TST.

Inconformados, os Impetrantes interpuseram recurso ordinário às fls. 271/294, admitido à fl. 296.

Pugnaram os Impetrantes pelo provimento do recurso para se declarar a impossibilidade de execução em face de todos os devedores solidários "uma vez que o local e momento adequado para o adimplemento do crédito trabalhista obreiro será na implementação do Plano de Recuperação Empresarial aprovado pelos credores e homologado judicialmente" (fl. 293).

Não há contrarrazões.

O Ministério Público, em parecer da lavra do Subprocurador do Trabalho JOSÉ NETO DA SILVA (fls. 308/309), opina pelo conhecimento e não provimento do recurso ordinário.

Assim resumida a espécie, passo ao exame da controvérsia. exame.

A despeito das razões lançadas no recurso, entendo que a segurança deve ser denegada, em razão da perda superveniente do interesse processual.

Conforme relatado, os Impetrantes pretendem afastar a determinação de prosseguimento da execução em face do devedor solidário (BANCO AZTECA DO BRASIL S/A), ao argumento de que a suspensão da execução contra as empresas em recuperação judicial (EKT SERVIÇOS DE COBRANÇA LTDA e EKT LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA) beneficiaria todos os devedores, na forma arts. 6º e 52, III, da Lei nº 11.101/2005.

Defendem que o crédito trabalhista deve se submeter ao plano de reestruturação da empresa, nos termos do art. 49 da lei nº 11.101/2005, não podendo haver qualquer ato constitutivo no

patrimônio dos Impetrantes.

Neste contexto, constato que, a par de a decisão judicial impugnada neste mandado de segurança, de fato, poder ser rediscutida por meio de embargos à execução e agravo de petição (CLT, arts. 884 e 897), o que inviabiliza o processamento do mandado de segurança, conforme a diretriz da OJ 92 da SBDI2 do TST, conforme já sinalizado no acórdão regional, o fato é que não há mais espaço para se discutir o prosseguimento da execução que se processava no processo matriz.

Em consulta ao andamento da reclamação trabalhista nº0001260-32.2013.5.06.0401, no sítio eletrônico do TRT da 6ª Região, verifico que, em 21/2/2018, foi declarada extinta a execução, com o arquivamento definitivo dos autos (informação disponível em <http://www.trt6.jus.br/portal/servicos/consulta-processual>).

O encerramento da execução com o subsequente arquivamento definitivo da reclamação trabalhista matriz, induz a evidente perda do interesse processual no provimento mandamental.

Nesse sentido cito os seguintes precedentes da SBDI-2 desta Corte:

"RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. BLOQUEIO DE CRÉDITOS. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. PERDA DO OBJETO. Perde o objeto o mandado de segurança que impugnava decisão proferida nos autos da reclamação trabalhista matriz, que determinou o bloqueio de créditos da impetrante, por ausência de interesse de agir, ante a extinção da execução. Assim, deve ser denegada a segurança, nos termos do § 5º do art. 6º da Lei nº 12.016/09. Precedentes da SBDI-2. Recurso ordinário conhecido e não provido." (TST-RO - 10137-41.2014.5.14.0000, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 16/05/2017, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 19/05/2017).

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. ARQUIVAMENTO DEFINITIVO DA AÇÃO ORIGINÁRIA. PERDA DO OBJETO. Ocorre a perda do objeto do mandado de segurança, que revogou a determinação de liberação de valor à autarquia previdenciária, quando superveniente o encerramento da execução, tendo em vista a ausência de interesse de agir. Recurso ordinário conhecido e não provido." (TST-RO-303-23.2012.5.09.0000, Relatora Ministra Delaíde Miranda Arantes, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 3/6/2016).

"RECURSO ORDINÁRIO EM AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA DE OBJETO. A superveniência do encerramento da execução, na reclamação trabalhista originária, absorve o objeto do mandado de segurança. Recurso ordinário conhecido e desprovido." (TST-RO-39-76.2015.5.17.0000, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 14/8/2015).

"RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO À DETERMINAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA E DE NÃO CONHECIMENTO DA IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS. EXECUÇÃO ENCERRADA. ARQUIVAMENTO DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. PERDA DO OBJETO. EXTINÇÃO DO WRIT SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. A impetrante, reclamada na ação subjacente, requereu ordem para cassar decisão proferida em execução, que determinara a substituição da carta de fiança bancária por dinheiro, sob pena de bloqueio on line e

liberação dos valores ao exequente, bem como não conheceu de sua impugnação aos novos cálculos. Entretanto, consulta ao sistema processual informatizado do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região demonstrou o encerramento da execução, com o arquivamento definitivo da reclamação trabalhista originária, a evidenciar a cessação da necessidade-utilidade do provimento jurisdicional perseguido e a tornar imperativo o reconhecimento da perda superveniente do objeto da presente ação mandamental. Denega-se o mandado de segurança, nos termos do art. 6º, §5º, da Lei 12.016/2009 (art. 267, IV, do CPC)." (TST-RO-1138-90.2010.5.05.0000, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 28/3/2014).

"RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE JULGADA IMPROCEDENTE. LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS. APURAÇÃO DAS DESPESAS COM TRATAMENTO MÉDICO E LUCRO CESSANTE. ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO. ARQUIVAMENTO DEFINITIVO DOS AUTOS. PERDA DO OBJETO.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra decisão por meio da qual foi julgada improcedente a exceção de pré-executividade, na qual a ora impetrante visava a demonstrar a impossibilidade do prosseguimento da execução sem a prévia liquidação por artigos, a fim de ser apurado o valor do crédito exequendo quanto às despesas com tratamento médico e os lucros cessantes.
2. Impõe-se o reconhecimento da perda do objeto do mandamus, em face da ausência de interesse de agir superveniente, uma vez que já encerrada a execução da ação originária, com o consequente arquivamento definitivo dos autos.
3. Processo extinto sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, VI, do CPC." (TST-RO-762-07.2010.5.05.0000, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 8/11/2013).

Considerando, pois, a perda superveniente do interesse de agir, em face do encerramento da execução na reclamação trabalhista na qual emanado o ato censurado nesta ação mandamental, cumpre, inclusive de ofício, DENEGAR A SEGURANÇA, nos termos do artigo 6º, § 5º, da Lei 12.016/2009 c/c artigo 330, III, do CPC de 2015.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Ministro Relator

Processo Nº RO-0000335-34.2015.5.05.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Recorrente	EL COMERCIAL DE CALÇADOS LTDA.
Advogado	Dr. Otávio Augusto Custódio de Lima(OAB: 122801/SP)
Advogado	Dr. Paulo Alessandro Padilha de Oliveira Silva(OAB: 302797/SP)
Recorrido	LILIAN ALVES DO NASCIMENTO
Recorrido	EDER JR. COMERCIAL DE CALÇADOS LTDA. - ME

Autoridade Coatora JUIZ TITULAR DA VARA DO
TRABALHO DE IRECÊ

Intimado(s)/Citado(s):

- EDER JR. COMERCIAL DE CALÇADOS LTDA. - ME
- EL COMERCIAL DE CALÇADOS LTDA.
- JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE IRECÊ
- LILIAN ALVES DO NASCIMENTO

Vistos etc.

EL COMERCIAL DE CALÇADOS LTDA impetrou mandado de segurança, com pedido liminar (fls. 7/18), contra ato praticado pelo Juízo da Vara do Trabalho de Irecê-BA, que, nos autos da reclamação trabalhista nº 0000050-46.2012.5.05.0291, determinou à Impetrante a retificação dos recolhimentos previdenciários (cota do empregado) incidentes sobre os valores objeto de acordo homologado (decisão proferida em 9/3/2015, anexada à fl. 26). O TRT da 5ª Região denegou a segurança, por meio do acórdão às fls. 282/285, complementado às fls. 293/294, por entender configurada a decadência.

Inconformada, a Impetrante interpôs recurso ordinário às fls. 300/308, admitido à fl. 309.

Não há contrarrazões.

Não há manifestação do Ministério Público.

Assim resumida a espécie, passo ao exame da controvérsia.

A despeito das razões lançadas no recurso, entendo que a segurança deve ser denegada, em razão da perda superveniente do interesse processual.

Conforme relatado, a decisão impugnada neste mandado de segurança, proferida em 9/3/2015, diz respeito à determinação de retificação dos recolhimentos previdenciários (cota do empregado) incidentes sobre os valores objeto de acordo homologado.

Em consulta ao andamento da reclamação trabalhista nº0000050-46.2012.5.05.0291, no sítio eletrônico do TRT da 5ª Região, verifico que em 14/12/2016, o Juízo proferiu despacho determinando a comprovação do recolhimento da parcela previdenciária no prazo de 30 dias; em 14/3/2017 foi "comprovado o depósito do INSS" e, em consequência, em 15/3/2017, foi registrado o cumprimento do acordo, encerramento da execução e arquivamento definitivo do processo (informação disponível em <https://www.trt5.jus.br/consulta-processo>).

O encerramento da execução - após a comprovação dos recolhimentos previdenciários em discussão neste mandado de segurança - com o subsequente arquivamento definitivo da reclamação trabalhista matriz, induz a evidente perda do interesse processual no provimento mandamental.

Nesse sentido cito os seguintes precedentes da SBDI-2 desta Corte:

"RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. BLOQUEIO DE CRÉDITOS. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. PERDA DO OBJETO. Perde o objeto o mandado de segurança que impugnava decisão proferida nos autos da reclamação trabalhista matriz, que determinou o bloqueio de créditos da impetrante, por ausência de interesse de agir, ante a extinção da execução. Assim, deve ser denegada a segurança, nos termos do § 5º do art. 6º da Lei nº 12.016/09. Precedentes da SBDI-2. Recurso ordinário conhecido e não provido." (TST-RO - 10137-41.2014.5.14.0000, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 16/05/2017, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 19/05/2017).

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. ARQUIVAMENTO DEFINITIVO DA AÇÃO ORIGINÁRIA. PERDA DO OBJETO. Ocorre a perda do objeto do mandado de segurança, que revogou a determinação de liberação de valor à autarquia previdenciária, quando superveniente o encerramento da execução, tendo em vista a ausência de interesse de agir. Recurso ordinário conhecido e não provido." (TST -RO-303-23.2012.5.09.0000, Relatora Ministra Delaíde Miranda Arantes, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 3/6/2016).

"RECURSO ORDINÁRIO EM AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA DE OBJETO. A superveniência do encerramento da execução, na reclamação trabalhista originária, absorve o objeto do mandado de segurança. Recurso ordinário conhecido e desprovido." (TST-RO-39-76.2015.5.17.0000, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 14/8/2015).

"RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO À DETERMINAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA E DE NÃO CONHECIMENTO DA IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS. EXECUÇÃO ENCERRADA. ARQUIVAMENTO DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. PERDA DO OBJETO. EXTINÇÃO DO WRIT SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. A impetrante, reclamada na ação subjacente, requereu ordem para cassar decisão proferida em execução, que determinara a substituição da carta de fiança bancária por dinheiro, sob pena de bloqueio on line e liberação dos valores ao exequente, bem como não conheceu de sua impugnação aos novos cálculos. Entretanto, consulta ao sistema processual informatizado do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região demonstrou o encerramento da execução, com o arquivamento definitivo da reclamação trabalhista originária, a evidenciar a cessação da necessidade-utilidade do provimento jurisdicional perseguido e a tornar imperativo o reconhecimento da perda superveniente do objeto da presente ação mandamental. Denega-se o mandado de segurança, nos termos do art. 6º, §5º, da Lei 12.016/2009 (art. 267, IV, do CPC)." (TST-RO-1138-90.2010.5.05.0000, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 28/3/2014).

"RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE JULGADA IMPROCEDENTE. LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS. APURAÇÃO DAS DESPESAS COM TRATAMENTO MÉDICO E LUCRO CESSANTE. ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO. ARQUIVAMENTO DEFINITIVO DOS AUTOS. PERDA DO OBJETO.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado contra decisão por meio da qual foi julgada improcedente a exceção de pré-executividade, na qual a ora impetrante visava a demonstrar a impossibilidade do prosseguimento da execução sem a prévia liquidação por artigos, a fim de ser apurado o valor do crédito exequendo quanto às despesas com tratamento médico e os lucros cessantes.

2. Impõe-se o reconhecimento da perda do objeto do mandamus, em face da ausência de interesse de agir superveniente, uma vez que já encerrada a execução da ação originária, com o consequente arquivamento definitivo dos autos.

3. Processo extinto sem resolução do mérito, nos termos do artigo

267, VI, do CPC." (TST-RO-762-07.2010.5.05.0000, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 8/11/2013).

Considerando, pois, a perda superveniente do interesse de agir, em face do encerramento da execução na reclamação trabalhista na qual emanado o ato censurado nesta ação mandamental, cumpre, inclusive de ofício, DENEGAR A SEGURANÇA, nos termos do artigo 6º, § 5º, da Lei 12.016/2009 c/c artigo 330, III, do CPC de 2015.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Ministro Relator

Processo Nº RO-0101781-57.2016.5.01.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Recorrente	EMERENCIANO, BAGGIO E ASSOCIADOS - ADVOGADOS
Advogado	Dr. Adelmo da Silva Emerenciano(OAB: 91916/SP)
Recorrido	MÁRCIA CARDOZO NEIVA ORMACHEA
Advogado	Dr. Otávio Wilson Dias de Couto(OAB: 43672/RJ)
Autoridade Coatora	JUÍZA DA 78ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - CLÁUDIA SAMY PEREIRA DA SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- EMERENCIANO, BAGGIO E ASSOCIADOS - ADVOGADOS
- JUÍZA DA 78ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO -
CLÁUDIA SAMY PEREIRA DA SILVA
- MÁRCIA CARDOZO NEIVA ORMACHEA

Vistos etc.

EMERENCIANO, BAGGIO E ASSOCIADOS - ADVOGADOS impetrou mandado de segurança, com pedido liminar (fls. 6/14), contra ato do Juízo da 78ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, que determinou a incidência de multa de 50% sobre as parcelas não adimplidas do acordo anteriormente homologado nos autos da reclamação trabalhista nº 1543-29.2012.5.01.0078 (decisão anexada às fls. 85/89).

O TRT da 1ª Região denegou a segurança, por meio do acórdão às fls. 216/220.

Consignou no acórdão regional, que "não há na decisão impugnada qualquer indício de que o Juízo tenha praticado ato abusivo de direito, tratando-se de observância a uma cláusula do acordo judicial, qual seja, o inadimplemento das parcelas sem qualquer relação de prejuízo iminente a ser amparado pela medida urgente manejada. Na verdade a impetrante não aponta uma única questão que, de forma clara, como há de ser em sede mandamental, assegure a existência de direito líquido e certo tutelável pela medida ora apreciada" (fl. 220).

Inconformado, o Impetrante interpôs recurso ordinário, às fls. 229/241, admitido à fl. 244.

Não há contrarrazões.

O Ministério Público, em parecer da lavra da Subprocuradora-Geral do Trabalho JÚNIA SOARES NADER, opina pelo conhecimento e não provimento do recurso.

Assim resumida a espécie, passo ao exame da controvérsia.

A despeito das razões lançadas no recurso, entendo que a segurança deve ser denegada, em razão da perda superveniente do interesse processual.

A decisão impugnada neste mandado de segurança foi exarada em 24/11/2016, quando a Autoridade dita coatora determinou o seguinte: "por todo o exposto, dou por descumprido o acordo e determino seja o reclamado intimado para ciência o presente despacho e para que comprove o depósito das parcelas vencidas e vincendas, todas acrescidas da multa de 50%, no prazo de 10 dias, sob pena de penhora on line" (fl. 89).

Além da possibilidade de rediscussão da ordem mediante embargos à execução, o que impede o processamento do mandado de segurança ante o óbice da OJ 92 da SBDI 2 do TST, verifico que, posteriormente, houve substituição da decisão impugnada.

Em consulta ao andamento da reclamação trabalhista nº0001543-29.2012.5.01.0078, no sítio eletrônico do TRT da 1ª Região, verifico que, em 27/3/2017, foi proferida sentença de improcedência dos embargos à execução apresentados pelo Impetrante, mediante a seguinte fundamentação:

"I - RELATÓRIO

Trata-se de embargos à execução tempestivamente opostos pela ré, mediante razões de fls. 540/556.

Juízo garantido pela garantia de fiança de fls. 534/535.

Manifestação do embargado em fls.581.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Alegou a embargante em suas razões que não merece prosperar a execução com a multa, uma vez que não descumpriu o acordo, tendo pago os valores acordados no prazo combinado, porém, diante da determinação judicial do Juízo do 2º Ofício Cível da Comarca de Campinas, passou a depositar os valores à disposição daquele Juízo, a fim de evitar se submeter às penalidades legais.

Não assiste razão à embargante. A embargante, mesmo ciente do despacho de fls. 445/448, depositou os valores à disposição daquele Juízo, contrariando a decisão deste Juízo.

Cumprе ressaltar que o réu, sendo escritório de renome, não poderia simplesmente desconsiderar o caráter alimentar da verba objeto do acordo.

III - DECISÃO

Face ao exposto, julgo IMPROCEDENTES os embargos, tudo na forma da fundamentação supra, que fica fazendo parte integrante deste decisum. Custas de R\$44,26, pelo embargante.

Intimem-se as partes. Rio (RJ), 27/03/2017. Juíza Claudia Samy"
(d i s p o n í v e l e m
[https://consultapje.trt1.jus.br/consultaprocessual/pages/consultas/De talhaProcesso.seam?p_num_pje=1682146&p_grau_pje=1&p_seq=1543&p_vara=78&dt_autuacao=07%2F11%2F2012&cid=36407](https://consultapje.trt1.jus.br/consultaprocessual/pages/consultas/De%20talhaProcesso.seam?p_num_pje=1682146&p_grau_pje=1&p_seq=1543&p_vara=78&dt_autuacao=07%2F11%2F2012&cid=36407)).

Neste contexto, verifico que a ordem impugnada no presente mandado de segurança foi substituída pela sentença proferida em embargos à execução, em que se manteve a imposição de multa em razão do descumprimento do acordo na forma em que homologado e Juízo.

A superveniência de nova decisão judicial que substituiu o ato apontado como coator induz a evidente perda do interesse processual no provimento mandamental.

Considerando, pois, a perda superveniente do interesse de agir, em face da substituição do ato censurado nesta ação mandamental, cumpre, inclusive de ofício, denegar a segurança, nos termos do artigo 6º, § 5º, da Lei 12.016/2009 c/c artigo 485, VI, do CPC de 2015.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Ministro Relator

Processo Nº RO-0000318-95.2018.5.12.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Recorrente	BIOENERGY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ENERGIA ALTERNATIVA LTDA. E OUTRO
Advogado	Dr. Adriano Nery Kuster(OAB: 30243/PR)
Recorrido	DANIEL FELIPE SCHULER E OUTRO
Advogado	Dr. Fabrício dos Santos(OAB: 33667/SC)
Autoridade Coatora	JUIZ TITULAR DA 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO DO SUL

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOENERGY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ENERGIA ALTERNATIVA LTDA. E OUTRO
- DANIEL FELIPE SCHULER E OUTRO
- JUIZ TITULAR DA 2ª VARA DO TRABALHO DE RIO DO SUL

Vistos etc.

BIOENERGY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ENERGIA ALTERNATIVA LTDA. E OUTRO impetraram mandado de segurança, com pedido liminar (fls. 5/18), contra ato do Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Rio Sul/SC, que, nos autos da reclamação trabalhista nº 0000172-80.2013.5.12.0048, manteve o bloqueio de numerário em conta corrente de titularidade da Impetrante, via Bacenjud (decisão anexada à fl. 1.945).

O TRT da 12ª Região indeferiu a petição inicial do mandado de segurança, por meio do acórdão às fls. 3.462/3.467, por entender incabível, uma vez que as Impetrantes apresentaram embargos à execução em face da decisão aqui impugnada.

Consignou-se no acórdão regional que "levando em consideração o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias que informa o processo do trabalho, contemplado no § 1º do art. 893 da CLT, a insurgência das impetrantes será apreciada quando da análise dos embargos à execução pelo Juízo de primeiro grau e eventual agravo de petição a ser interposto contra a sentença resolutiva daqueles embargos que, até o momento, nem sequer foi proferida". (fl. 3.464).

Inconformadas, as Impetrantes interpuseram recurso ordinário às fls. 3.484/3.495, que foi admitido à fl. 3.497.

Efetuada o recolhimento das custas processuais (fl. 3.496).

Pugnaram as Impetrantes pelo provimento do recurso, insistindo na "possibilidade concreta e iminência de prejuízo irreparável às agravantes é flagrante, já que as ordens de bloqueio determinadas pela autoridade coatora, por serem renovadas antes da resposta da instituição financeira (ou antes de esgotado o prazo para tanto), fazem com que as contas correntes das impetrantes permaneçam bloqueadas de forma permanente, sendo impossível realizar qualquer operação de débito, seja para pagar funcionários ou para honrar contratos com fornecedores. Isso sem dúvida, configura situação de insegurança e ato de confisco, incompatíveis com os princípios gerais da atividade econômica, previstos na Constituição Federal" (fl. 3.494).

Assim resumida a espécie, passo ao exame da controvérsia.

Entendo que a segurança deve ser denegada, em razão da perda superveniente do interesse processual.

A decisão impugnada neste mandado de segurança é a ordem de manutenção do bloqueio em conta corrente de titularidade da Impetrante BIOENERGY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ENERGIA ALTERNATIVA LTDA (decisão anexada à fl. 1.945).

Em consulta ao andamento da reclamação trabalhista nº 0000172-80.2013.5.12.0048, no sítio eletrônico do TRT da 12ª Região, verifiquei que, em 7/5/2018 foi proferida sentença de improcedência dos embargos à execução ofertados pelas Impetrantes.

Registro, por oportuno, que as Impetrantes interpuseram agravo de petição, o qual foi julgado em 5/9/2018, com a seguinte conclusão: "ACORDAM os membros da 3ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, por unanimidade, CONHECER DO AGRAVO DE PETIÇÃO. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para determinar a exclusão da agravante do polo passivo da execução e a liberação do numerário bloqueado por meio do Bacen Jud de sua titularidade. Restam prejudicados os demais tópicos do agravo de petição. Custas no importe de R\$ 44,26". (disponível em <http://www.trt12.jus.br/SAP2/ProcessoListar.do?plocalConexao=sap2&toten=&pagina=0&processosPorPagina=100&pnprocesso=00172&pnano=2013&pnvara=048&pnregiao=12&pnsequencial=87&pnidigit=9&pnuprottr=&pano=&pvfoabuf=&noab=&uf=&panoOab=>).

Após o julgamento do agravo de petição, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Rio do Sul/SC proferiu, em 24/10/2018, a seguinte decisão: "Vistos, etc. À vista do que restou decidido no Acórdão Regional das fls. 1337/1338, proceda-se ao imediato desbloqueio das importâncias penhoradas via BACENJUD às fls. 1244/1247 e 1249/1252 em contas bancárias da agravante. Após, renovem-se os ofícios das fls. 1312 e 1313, solicitando-se informações no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem consideradas insubsistentes os gravames respectivos, cuja baixa será determinada, de ofício, por este Juízo". (disponível em <http://www.trt12.jus.br/SAP1/ProcessoListar.do?toten=&ativo=cnj&pagina=0&processosPorPagina=100&plocalConexao=riodosul&pcdv=ara=48&pnProcCNJ=172&pnDvCNJ=80&pnAnoCNJ=2013&pcdJusticaCNJ=5&pcdTribunalCNJ=12&pcdOrigemCNJS=&pcdOrigemCNJ=48&pnProcTst=&pnAnoTst=2019&plocalConexaoNumNovo=&pcdVaraUnico=&ptexto2=12&pnSequencia=&pnDigito=&pcdTrt=12&pnProcant=&pnProc=&pnProcAux=&pnAno=2001&plocalConexaoNumVelho=&pcdOab=&psgUf=&pdtAut=&plocalConexaoOab=&pcdFase=2&pcdFaseOAB=2&pnGrupo=4&pnParte=&pdtAut2=&plocalConexaoNome=&pcdFaseNome=2>).

Veja que a ordem impugnada neste mandado de segurança foi substituída - e revogada - pela decisão proferida em 24/10/2018, em que se determinou o desbloqueio dos valores constrictos na conta corrente da Impetrante BIOENERGY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ENERGIA ALTERNATIVA LTDA.

A superveniência de nova decisão judicial que substituiu o ato apontado como coator - inclusive em sentido mais amplo que a pretensão da Impetrante - induz a evidente perda do interesse processual no provimento mandamental.

Considerando, pois, a perda superveniente do interesse de agir, em face da substituição do ato censurado nesta ação mandamental, cumpre, inclusive de ofício, denegar a segurança, nos termos do artigo 6º, § 5º, da Lei 12.016/2009 c/c artigo 485, VI, do CPC de 2015.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Ministro Relator

Processo Nº ED-RO-0000293-80.2016.5.11.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte
Embargante	JABIL INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA
Advogado	Dr. Sérgio Arnaldo Cruz de Oliveira(OAB: 2118/AM)
Advogado	Dr. Nilton Correia(OAB: 1291/DF)
Embargado(a)	VALÉRIA CLARA MARTINS DE REZENDE
Advogado	Dr. Claudionor Cláudio Dias Júnior(OAB: 2654/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- JABIL INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA
- VALÉRIA CLARA MARTINS DE REZENDE

Eliezer Leão Gonzales, por seu advogado, regularmente constituído (pág. 661), peticiona nos presentes autos requerendo a suspensão do julgamento dos embargos de declaração perante a SbDI-II do c. TST, bem como o saneamento do processo, a fim de que seja habilitado como litisconsorte passivo necessário.

Alega que foi durante longo tempo e após extenuante batalha judicial, advogado da ré, Valéria Clara Martins de Rezende, reclamante no processo matriz que originou a presente ação rescisória, RT n. 0010232-77.2013.5.11.0004, e no processo preventivo Ação Rescisória - 0000110-46.2015.5.11.0000.

Afirma que, sob seu patrocínio, a reclamação trabalhista fora julgada procedente para condenar a empresa - JABIL INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA - ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, que em valores atualizados alcançam a quantia de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), vindo a patrociná-la também na Ação Rescisória n. 0000110-46.2015.5.11.0000 (mencionada), intentada pela então reclamada, na qual obteve em seu favor o deferimento da verba honorária de sucumbência (acórdão publicado em 06/05/2017).

Relata que, no entanto, em 27/05/2017, teve seus poderes revogados, razão pela qual o Tribunal Regional passou a negar-lhe o direito constitucional de petição nos autos, violando "o seu livre exercício do direito profissional".

Afirma que, não obstante, o TRT de origem tenha-lhe negado o direito de ofertar contrarrazões ao recurso ordinário interposto pela autora, nos autos da primeira rescisória (0000110-46.2015.5.11.0000), em que se discutia, exclusivamente, a redução da verba honorária, da qual é o único titular, o Tribunal Superior do Trabalho reconheceu sua legitimidade para opor embargos de declaração ao acórdão que julgou o referido recurso ordinário. Diz que os honorários sucumbenciais resultantes do trânsito em julgado da primeira ação rescisória foram quitados mediante acordo entre os patronos que ora subscrevem e o patrono da ré.

Sustenta que, entretanto, remanesce a titularidade de 30% do crédito exequendo relativo aos honorários contratuais, circunstância o legítima a ingressar nos autos da presente rescisória com fundamento na Súmula nº 406 do TST, tendo em vista que o resultado da presente rescisória pode impactar seu patrimônio. À análise.

Depreende-se das alegações do requerente que seu interesse no ingresso da presente lide não se enquadra na disposição do art. 114 do CPC/2015, tendo em vista que pretende atuar nos presentes

autos em defesa do direito da ré objetivando garantir os honorários contratuais com ela ajustados.

O fato de ter sido reconhecida sua legitimidade para opor embargos de declaração ao acórdão que negou provimento ao recurso ordinário interposto pela autora (JABIL INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA) nos autos da primeira rescisória que tramitou perante esta e. Subseção (Processo n. 0000110-46.2015.5.11.0000), com fundamento no art. 23 da Lei nº 8.906/94, não alcança a presente rescisória.

Esclareça-se que naquela ação o recurso ordinário objetivava reduzir o valor dos honorários sucumbenciais, na qual o ora peticionante atuara até a prolação do acórdão regional, honorários esses que foram quitados no acordo firmado perante a Vice-Presidência do TRT da 11ª Região, conforme documento anexado com esta petição.

Por outro lado, a presente rescisória tramita sem o patrocínio do ora requerente, de forma que os honorários advocatícios sucumbenciais deferidos no acórdão da SbDI-2, que concluiu pela extinção da ação, sem julgamento do mérito, em face da deserção (pags. 572/589), não o alcançam.

A pretensão de ingressar na presente lide em defesa da ré evidencia intenção exclusivamente de assegurar o direito sobre o qual incidirá seus honorários contratuais, identificando-se nessa medida o interesse estritamente econômico no desfecho da demanda.

Registre-se, em arremate, que esta Justiça Especializada sequer tem competência para dirimir eventuais litígios que exsurtem da execução de contratos de honorários advocatícios, no qual se estabelece uma relação meramente de consumo, sujeita aos riscos próprios desse tipo de contratação, inclusive quanto à possibilidade de reversão do julgado.

Com estes fundamentos, INDEFIRO o pedido.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALEXANDRE AGRA BELMONTE
Ministro Relator

Processo Nº ED-RO-0000492-68.2017.5.11.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte
Embargante	MELO DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA.
Advogado	Dr. Luciano de Almeida Souza Coelho(OAB: 9919/AM)
Custos Legis	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procurador	Dr. Ronaldo Curado Fleury
Embargado(a)	SÉRGIO DA SILVA SANTOS
Advogado	Dr. Ricardo de Jesus Colares de Oliveira(OAB: 10985/AM)
Autoridade Coatora	JUIZ TITULAR DA 9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

Intimado(s)/Citado(s):

- JUIZ TITULAR DA 9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
- MELO DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- SÉRGIO DA SILVA SANTOS

Considerando a pretensão infringente deduzida nos presentes

embargos de declaração, concedo ao ora Embargado o prazo de cinco (5) dias para que se manifeste sobre eles, nos termos da Orientação Jurisprudencial 142 da SBDI-1.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Processo Nº RO-1000525-32.2013.5.02.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Recorrente	FRANCISCO LUIZ FAZIA E OUTROS
Advogado	Dr. Pedro Pedace Junior(OAB: 113058/SP)
Recorrido	JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA CASTRO
Advogada	Dra. Rosely Bermudes(OAB: 86467/SP)
Autoridade Coatora	JUIZ TITULAR DA 65ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO LUIZ FAZIA E OUTROS
- JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA CASTRO
- JUIZ TITULAR DA 65ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO

Vistos etc.

FRANCISCO LUIZ FAZIA, MÁRCIA LUIZA FAZIA e FAZIA & FAZIA LTDA impetraram mandado de segurança em 3/5/2013 (fls. 4/11), com pedido liminar, contra atos do Juízo da 65ª Vara do Trabalho de São Paulo que, nos autos da reclamação trabalhista nº 298400-59.1998.5.02.0065, desconsiderou a personalidade jurídica da executada e determinou a penhora de bem de propriedade dos sócios, bem como determinou a realização de hasta pública no dia 14/5/2013.

O andamento do processo matriz no sítio eletrônico do TRT da 2ª Região noticia o falecimento do primeiro Impetrante (FRANCISCO LUIZ FAZIA), sem informações sobre a data da ocorrência ou consequências no andamento do feito.

Oficie-se ao Juízo da 65ª Vara do Trabalho de São Paulo, solicitando informações sobre a veracidade daquela informação, bem como sobre o andamento da execução em trâmite no processo nº 298400-59.1998.5.02.0065 e a constrição de bens de bens de propriedade dos Impetrantes.

Intime-se a segunda e a terceira Impetrantes (MÁRCIA LUIZA FAZIA e FAZIA & FAZIA LTDA) para, no prazo de 15 dias, manifestarem-se sobre o interesse no prosseguimento do presente mandado de segurança.

Após, conclusos.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro Relator

Processo Nº RO-0005570-71.2013.5.15.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues

Recorrente	MUNICÍPIO DE PAULÍNIA
Procuradora	Dra. Sandra Regina Soranzo Motta
Recorrido	ANTÔNIO CARLOS MARQUES DA SILVA
Advogada	Dra. Daniela Cristina Gimenes Rios(OAB: 194829/SP)
Advogado	Dr. Paulo José Ferreira de Toledo Júnior(OAB: 158192/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO CARLOS MARQUES DA SILVA
- MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

Vistos etc.

Compulsando os autos, verifico que os documentos juntados com a petição inicial da presente ação rescisória, incluindo a decisão rescindenda, encontram-se ilegíveis (fls. 16/49).

Baixem os autos à origem a fim de que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região esclareça se a ilegitimidade decorreu de falha no envio dos autos ao TST, providenciando, se for o caso, a retificação do armazenamento dos documentos.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro Relator

Processo Nº RO-0016160-41.2017.5.16.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Recorrente	MUNICÍPIO DE SÃO LUIS
Procurador	Dr. Francisco Gomes de Moraes
Recorrido	ANA LUIZE SILVA COSTA
Recorrido	NEW SERV SEGURANÇA PRIVADA LTDA.
Autoridade Coatora	ANTONIO DE PÁDUA MUNIZ CORREA - JUIZ DA 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUIS

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA LUIZE SILVA COSTA
- ANTONIO DE PÁDUA MUNIZ CORREA - JUIZ DA 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUIS
- MUNICÍPIO DE SÃO LUIS
- NEW SERV SEGURANÇA PRIVADA LTDA.

Vistos etc.

MUNICÍPIO DE SÃO LUIS impetrou mandado de segurança, com pedido liminar (fls. 5/40), contra ato praticado pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de São Luis/MA, que, nos autos da reclamação civil pública nº 0016287-44.2015.5.16.0001, determinou o bloqueio de valores na conta do fundo de participação do Impetrante, em 18/4/2017 (decisão anexada à fl. 42).

O TRT da 15ª Região admitiu o mandado de segurança e denegou a ordem, por meio do acórdão às fls. 103/107.

Consignou-se no acórdão regional que "comprovado nos autos que não se trata de penhora de valores públicos, mas de crédito que viria a ser pago à empresa terceirizada pelos serviços prestados ao Município. Destarte, não se configuram os requisitos da tutela de urgência: a probabilidade do direito (fumus boni iuris); e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora), ex vi do art. 300, caput, do CPC. Por tais razões, ratifica-se a decisão

que determinou o bloqueio de créditos em poder do ente público a ser repassado à empresa terceirizada, pois trata-se de garantia da execução das verbas pleiteadas pela reclamante, nos termos do inciso IV do art. 139 do CPC" (fl. 103).

Inconformado, o Impetrante interpôs recurso ordinário às fls. 113/132, admitido à fl. 136, no intuito de "suspender o BLOQUEIO efetuado nas contas do recorrente, referentes à RT 0016287-44.2015.5.16.0001, em trâmite perante a 1ª Vara do Trabalho de São Luís (MA), com a imediata liberação dos recursos bloqueados" (fl. 132).

Não há contrarrazões.

O Ministério Público, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral do Trabalho ROGÉRIO RODRIGUEZ FERNANDEZ FILHO, opina pela denegação da segurança (fls. 149/150).

Assim resumida a espécie, passo ao exame da controvérsia.

A despeito das razões lançadas no recurso, entendo que a segurança deve ser denegada, em razão da perda superveniente do interesse processual.

Conforme relatado, a decisão impugnada neste mandado de segurança (fl. 42) foi proferida em 18/4/2017, tratando-se de tutela provisória de urgência concedida no processo de conhecimento.

Em consulta ao andamento da reclamação nº0016287-44.2015.5.16.0001, no sítio eletrônico do TRT da 16ª Região, verifico que, em 14/8/2017, foi proferida sentença, em que julgados procedentes em parte os pedidos os pedidos (disponível em https://pje.trt16.jus.br/consultaprocessual/pages/consultas/DetalhaProcesso.seam?p_num_pje=88937&p_grau_pje=1&p_seq=16287&p_vara=1&cid=1805).

A superveniência da sentença na reclamação trabalhista em curso na 1ª Vara do Trabalho de São Luís-MA induz a evidente perda do interesse processual no provimento mandamental, uma vez que a discussão envolve o deferimento ou não da tutela de urgência no processo de conhecimento.

Nesse sentido a diretriz do item III da Súmula 414 do TST, assim editado:

"A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão ou o indeferimento da tutela provisória."

Considerando, pois, a perda superveniente do interesse de agir, em face da superveniência de sentença na reclamação trabalhista na qual emanado o ato censurado nesta ação mandamental, cumpre, inclusive de ofício, denegar a segurança, nos termos do artigo 6º, § 5º, da Lei 12.016/2009 c/c artigo 485, VI, do CPC de 2015.

Portanto, de ofício, com fulcro no artigo 6º, § 5º, da Lei 12.016/2009 c/c item III da Súmula 414 do TST, DENEGO a segurança impetrada, em razão da perda superveniente do interesse processual.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro Relator

Processo Nº RO-1000762-66.2013.5.02.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Recorrente	EZI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Advogado	Dr. Henrique Diniz de Sousa Foz(OAB: 234428/SP)
Recorrido	ANA PAULA SIMÕES DOS SANTOS
Recorrido	WOLFF COMERCIAL INCORPORADORA E ADMINISTRADORA LTDA.
Recorrido	INDUSTRIA DE MEIAS ACO LTDA
Recorrido	AFINITY ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA.
Recorrido	NASTROTEC INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA.
Autoridade Coatora	JUIZ TITULAR DA 31ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO

Intimado(s)/Citado(s):

- AFINITY ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA.
- ANA PAULA SIMÕES DOS SANTOS
- EZI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
- INDUSTRIA DE MEIAS ACO LTDA
- JUIZ TITULAR DA 31ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO
- NASTROTEC INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA.
- WOLFF COMERCIAL INCORPORADORA E ADMINISTRADORA LTDA.

Vistos etc.

EZI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA impetrou mandado de segurança em 19/6/2013 (fls. 5/12), com pedido liminar, contra ato do Juízo da 31ª Vara do Trabalho de São Paulo que, nos autos da reclamação trabalhista nº 190100-22.2009.5.02.0031, indeferiu requerimento de cancelamento de ordens de penhora sobre o imóvel por ele arrematado, oriundas de outros Juízos da Região (decisão proferida em 24/3/2013, anexada à fl. 77).

Oficie-se ao Juízo da 31ª Vara do Trabalho de São Paulo, solicitando informações sobre o andamento da execução em trâmite no processo nº 190100-22.2009.5.02.0031, bem como sobre o desfecho da arrematação por parte do Impetrante ou eventual substituição da decisão proferida em 24/3/2013 - fl. 17 deste mandado de segurança.

Intime-se o Impetrante para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre o seu interesse no prosseguimento do presente mandado de segurança.

Após, conclusos.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro Relator

Processo Nº RO-0005982-94.2016.5.15.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Recorrente	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA.
Advogado	Dr. Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553/DF)
Recorrido	MARCO ANTÔNIO SILVA DE CASTRO
Advogado	Dr. Luiz Fernando Baliello Rossi(OAB: 25501/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCO ANTÔNIO SILVA DE CASTRO

- SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA.

Vistos etc.

Junte-se a petição nº 24787/2019-9.

Cuida-se de requerimento de tutela provisória cautelar de urgência, por meio do qual a SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA. pretende a suspensão da execução movida por MARCO ANTÔNIO SILVA DE CASTRO na ação matriz (reclamação trabalhista nº 0000455-13.2012.5.15.0030).

A Requerente ajuizou ação rescisória com fundamento no art. 966, V, VII e VIII, do CPC de 2015, alegando que o acórdão lavrado em julgamento de recurso ordinário no feito primitivo afronta o disposto nos arts. 7º, VI e XXVI, da Constituição Federal, 345, IV, do CPC de 2015 e 71, § 2º, 318, 461 e 611 da CLT. Invoca também a existência de prova nova, bem como a configuração de erro de fato. A Desembargadora Relatora indeferiu a tutela de urgência (fls. 1067/1068).

Posteriormente, o TRT da 15ª Região julgou improcedente o pedido de corte rescisório, conforme acórdão às fls. 1325/1334, complementado às fls. 1375/1378 e 1441/1444.

A Autora interpôs o recurso ordinário às fls. 1454/1482, renovando os argumentos que entende conducentes à desconstituição da coisa julgada formada no processo primitivo.

Assim resumida a espécie, passo ao exame liminar pretendido.

Diante da prescrição contida no art. 969 do CPC de 2015 e da própria proteção constitucional atribuída à autoridade da coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI), a possibilidade de suspensão do fluxo executivo deve ser encarada com reservas, traduzindo medida excepcional, que apenas merecerá êxito quando observada, em sede de delibação, a ocorrência de vícios que possam subtrair a eficácia do título executivo judicial questionado.

É certo, pois, que a tutela provisória de urgência apenas poderá ser deferida em casos especialíssimos e desde que concorram, de forma clara e evidente, os pressupostos específicos do fumus boni iuris e do periculum in mora.

No caso examinado, creio que os referidos pressupostos encontram-se presentes.

A polêmica gira em torno desconstituição do acórdão com cópia às fls. 917/936.

A Autora (reclamada na ação trabalhista originária) foi condenação a pagar ao Réu (reclamante) diferenças de remuneração decorrentes de redução salarial, em virtude de alteração do valor da hora-aula; diferenças salariais decorrentes de equiparação salarial; horas extras e intervalo intrajornada.

Nessa sede de exame superficial da lide, o deferimento de diferenças de remuneração decorrentes de equiparação salarial entre professores que ministram aulas em disciplinas de diferentes cursos superiores - Administração e Direito - parece mesmo afrontar a norma do art. 461 da CLT, revelando-se plausível a tese concernente à ausência de exercício de idêntica função.

Vislumbro, outrossim, que o deferimento de diferenças salariais em função de redução salarial parece ter desconsiderado a previsão a esse respeito contida em norma coletiva, viabilizando, em princípio, a caracterização da alegada violação do art. 7º, VI e XXVI, da CF. A despeito da confissão, decorrente de revelia, reconhecida no provimento condenatório, cumpre destacar que as Convenções Coletivas de Trabalho foram referidas em outros capítulos do acórdão rescindendo (por, exemplo, fl. 931).

Também o deferimento das horas extras merece ser melhor examinado, à luz do argumento de que a contradição existente na petição inicial da reclamação trabalhista (vide fls. 139 e 169) provocou a ocorrência de erro de fato no julgado.

Por essas razões, constatada, em juízo de cognição sumária, a probabilidade de que o direito invocado pela Autora realmente exista (art. 300, caput, do CPC de 2015), deve ser concedida a medida liminar vindicada.

Cumprir ter em mente que para a confirmação da presença do requisito do fumus boni iuris, basta a aparência da existência do direito alegado pela parte, satisfatoriamente demonstrada na situação examinada.

Apresenta-se manifesto também o periculum in mora, porquanto já está sendo ultimada a discussão sobre o vultoso cálculo de liquidação, como demonstram as peças às fls. 1560/1588.

Portanto, DEFIRO a liminar para suspender a execução em trâmite na ação nº 0000455-13.2012.5.15.0030 até o julgamento final da presente ação rescisória.

Comunique-se, com urgência, o Juízo da Vara do Trabalho de Ourinhos/SP e o Presidente do TRT da 15ª Região.

Dê-se ciência às partes.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro Relator

Processo Nº RO-1003874-04.2017.5.02.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Recorrente	LEIA PAZ BRANDÃO
Advogada	Dra. Maria Aparecida Mesquita de Andrade(OAB: 126132/SP)
Recorrido	HAMILTON SANCHES ARIAS
Advogada	Dra. Maria Laura Ferreira Rossi(OAB: 176970/SP)
Recorrido	INSTITUTO DE RADIOLOGIA DR. JOSÉ MACHADO TEIXEIRA LTDA.
Autoridade Coatora	JUIZ TITULAR DA 2ª VARA DO TRABALHO DE SUZANO

Intimado(s)/Citado(s):

- HAMILTON SANCHES ARIAS
- INSTITUTO DE RADIOLOGIA DR. JOSÉ MACHADO TEIXEIRA LTDA.
- JUIZ TITULAR DA 2ª VARA DO TRABALHO DE SUZANO
- LEIA PAZ BRANDÃO

Vistos etc.

Concedo às partes, com fundamento no art. 10 do CPC de 2015 (art. 4º, §1º, da IN 39/TST), vista simultânea para que se manifestem, no prazo de cinco dias, sobre a possível ocorrência de decadência do direito à impetração do mandado de segurança, à luz da diretriz da OJ 127 da SBDI-2 do TST, segundo a qual "Na contagem do prazo decadencial para ajuizamento de mandado de segurança, o efetivo ato coator é o primeiro em que se firmou a tese hostilizada e não aquele que a ratificou".

Após, voltem-me conclusos os autos.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro Relator

Processo Nº ED-AR-0006801-14.2017.5.00.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Douglas Alencar Rodrigues
Embargante PETROLEO BRASILEIRO S A
 PETROBRAS
Advogado Dr. Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB:
 16538/GO)
Embargado(a) PAULO CESAR FIGUEIREDO DE
 OLIVEIRA
Advogada Dra. Camila Gomes de Lima(OAB:
 35185/DF)
Advogado Dr. Cezar Britto(OAB: 1190-A/SE)
Advogada Dra. Raquel Jales Bartholo de
 Oliveira(OAB: 54440/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO CESAR FIGUEIREDO DE OLIVEIRA
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

Vistos etc.

Da decisão interlocutória à fl. 2250, em que determinado que as partes informassem se pretendem produzir provas, com fixação de prazo para que a Autora se manifestasse sobre a defesa e os documentos apresentados, a Petróleo Brasileiro S.A. opõe embargos declaratórios.

Nas razões dos embargos de declaração, sustenta que, em face do decidido pelo Exmo. Ministro Dias Toffoli, do Excelso STF, na PET 7755, o processo deve ser suspenso.

Requer, ainda, a devolução do prazo após a retomada da marcha processual.

Com razão.

Ante a determinação de suspensão de todas as ações que tratem do tema RMNR, inclusive ações rescisórias, exarada nos autos da referida PET 7755, impositiva a suspensão do feito, com posterior devolução, para as partes, dos prazos assinados na decisão à fl. 2250.

ACOLHO os embargos declaratórios e determino a suspensão do feito, devendo os autos permanecer na Secretaria da SBDI-2 desta Corte até que sobrevenha solução definitiva sobre a matéria pelo STF.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Ministro Relator

Processo Nº ED-RO-0006831-03.2015.5.15.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Douglas Alencar Rodrigues
Embargante METALURGICA NAKAYONE LTDA
Advogada Dra. Larissa da Silva(OAB: 346724/SP)
Embargado(a) TARCÍSIO JORGE DOS SANTOS
Advogado Dr. Marcelo Rodrigo Linhares
 Cavalcante(OAB: 233945/SP)
Autoridade Coatora JUIZ TITULAR DA VARA DE
 TRABALHO DE ITU

Intimado(s)/Citado(s):

- JUIZ TITULAR DA VARA DE TRABALHO DE ITU
- METALURGICA NAKAYONE LTDA
- TARCÍSIO JORGE DOS SANTOS

Vistos etc.

Em respeito ao direito à ampla defesa e ao contraditório, constitucionalmente assegurados, bem como em atenção à Orientação Jurisprudencial 142 da SBDI-1 do TST, concedo o prazo de 5 (cinco) dias ao Embargado (Litisconsorte TARCÍSIO JORGE DOS SANTOS) para, querendo, impugnar os embargos declaratórios apresentados.

Após, voltem-me conclusos os autos.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
Ministro Relator

Processo Nº ED-RO-0007522-17.2015.5.15.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Douglas Alencar Rodrigues
Embargante JOAO CANDIDO DA SILVA
Advogado Dr. Paulo César Reolon(OAB:
 134608/SP)
Embargado(a) EATON LTDA.
Advogada Dra. Maristela Trevisan Rodrigues
 Alves Limoli(OAB: 112703/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EATON LTDA.
- JOAO CANDIDO DA SILVA

Vistos etc.

JOAO CANDIDO DA SILVA opõe embargos de declaração (fls. 1508/1514) com o objetivo sanar contradição e omissão que entende configurada na decisão às fls. 1495/1506.

Os embargos de declaração são tempestivos, pois o acórdão foi publicado em 18/12/2018 (fl. 1507) e a oposição ocorreu em 11/1/2019 (fl. 1505), regular a representação (fl. 44), pelo que merece conhecimento.

A decisão monocrática foi proferida nos seguintes termos:

"Trata-se de recurso ordinário em ação rescisória, ajuizada por JOÃO CÂNDIDO DA SILVA em face de EATON LTDA., calcada no art. 485, V e IX do CPC de 1973, em que se requer a rescisão da sentença prolatada pela 6ª Vara do Trabalho de Campinas/SP e do acórdão proferido pela 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nos autos da reclamação trabalhista nº 00043-24.2011.5.15.0093.

O Regional indeferiu a petição inicial da presente ação rescisória nos seguintes termos:

"V O T O

Conheço o Agravo Regimental, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

A ação rescisória foi extinta nos seguintes termos:

"Vistos e examinados.

Trata-se de ação rescisória proposta por JOAO CANDIDO DA SILVA em face de EATON LTDA., almejando a rescisão da v. sentença proferida pelo MM. Juízo da 6ª Vara do Trabalho de Campinas e mantida em segunda instâncias nos autos do processo nº 00000043-24.2011.5.15.0093, com fundamento no artigo 485, incisos V, VI, VIII e IX e IX, e ainda, nos §§ 1º e 2º do CPC.

Pretende o autor desconstituir a v. decisão rescindida que julgou

improcedente a ação trabalhista na qual pretendia o reconhecimento de doença ocupacional, que o deixou inválido de forma permanente. Aduz ter o Juízo incorrido em erro de fato, uma vez que o laudo pericial, que deu suporte ao "decisum" é inválido como meio de prova, pois acompanhou o parecer do assistente técnico da reclamada. Sustenta violação literal a texto de lei, pois a ação acidentária foi julgada improcedente quando, na verdade, o autor está inválido permanentemente para o trabalho.

Sustenta, ainda, que ajuizou ação acidentária na Justiça Cível em face do INSS, cuja sentença reconheceu a invalidez permanente em decorrência do trabalho prestado para a ré.

Afirma que, embora sendo certo que a decisão cível não vincula de forma direta este Juízo/Tribunal, também é certo que aceitar outro entendimento é "relativizar, é diminuir os efeitos da coisa julgada formal e material emitida pelo juízo de origem", implicando clara ofensa aos termos do art. 472 do CPC.

Pugna o pagamento de indenização civil, no importe R\$1.051.774,69.

Requer, ainda, a concessão da tutela antecipada, nos moldes do art. 273 do CPC, em face da existência de dano de difícil reparação. Por fim, aponta violação a dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, requerendo, ainda, os benefícios da justiça gratuita.

Apresentou procuração (id nº 9713867), declaração de insuficiência de recursos (id nº 65e6dd2) com requerimento dos benefícios da justiça gratuita, cópias da r. sentença rescindenda (id nº a7dc458), como também do v. acórdão (id nº 614a5ee) que a mantiveram, entre outros documentos. Deixou, contudo, de apresentar certidão específica de trânsito em julgado da decisão que pretende rescindir. Atribuiu à causa, o valor de R\$1.051.774,69

Analisa-se.

"Ab initio", registre-se, por oportuno, que o autor seque sabe ao certo o que pretende rescindir, se a r. sentença ou o v. acórdão. O reclamo rescisório esbarra na ausência dos requisitos para seu ajuizamento, pois o autor alega a existência de erro de fato, simplesmente porque o laudo pericial que embasou a decisão rescindenda concluiu pela inexistência de doença ocupacional. Afinal, tendo como base o laudo pericial de profissional de sua confiança, o MM. Juízo a quo constatou não haver nexo causal entre as atividades por ele exercidas e a doença profissional. E referido entendimento foi mantido nas instâncias superiores.

Nessa seara, deve ser aplicada à hipótese o quanto previsto na Súmula 410 do C. TST, abaixo transcrita:

"SUM-410 AÇÃO RESCISÓRIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INVIABILIDADE (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 109 da SBDI-2) - Res. 137/2005 DJ 22, 23 e 24.08.2005

A ação rescisória calcada em violação de lei não admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda. (ex-OJ nº 109 da SBDI-2 - DJ 29.04.2003)"

Nem se alegue ter havido erro de fato, uma vez que há muito é pacífico no C. TST que "A caracterização do erro de fato como causa de rescindibilidade de decisão judicial transitada em julgado supõe a afirmação categórica e indiscutida de um fato, na decisão rescindenda, que não corresponde à realidade dos autos. O fato afirmado pelo julgador, que pode ensejar ação rescisória calcada no inciso IX do art. 485 do CPC, é apenas aquele que se coloca como premissa fática indiscutida de um silogismo argumentativo, não aquele que se apresenta ao final desse mesmo silogismo, como conclusão decorrente das premissas que especificaram as provas oferecidas, para se concluir pela existência do fato. Esta última hipótese é afastada pelo § 2º do art. 485 do CPC, ao exigir que não

tenha havido controvérsia sobre o fato e pronunciamento judicial esmiuçando as provas."(OJ-SDI2-136 AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. CARACTERIZAÇÃO)

Também a jurisprudência do Egrégio STJ elucida bem a questão, ao assinalar que "o erro de fato supõe fato suscitado e não resolvido, porque o fato não alegado fica superado pela eficácia preclusiva do julgado - tantum iudicatum quantum disputatum debeat (artigo 474, do CPC). Em consequência, o erro que justifica a rescisória é aquele decorrente da desatenção do julgador quanto à prova, não o decorrente do acerto ou desacerto do julgado em decorrência da apreciação dela porquanto a má valoração da prova encerra injustiça, irreparável pela via rescisória", registrando ainda, o precedente, que "a interpretação autêntica insere nos §§ 1º e 2º dissipa qualquer dúvida, ao preceituar que há erro quando a sentença admitir um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, num como noutro caso, que não tenha havido controvérsia, nem pronunciamento judicial sobre o fato" (REsp 839.499/MT, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/08/2007, DJ 20/09/2007 p. 234, g. n.).

Também não se vislumbra a alegada ofensa literal a texto de lei, simplesmente porque o julgado foi contrário aos interesses do autor, não se podendo admitir que simples divergências de interpretação sejam consideradas frontal ofensa à exegese unívoca ou incontestada do texto de lei.

De outro bordo, no que se refere à indenização por danos morais e materiais, também não procede o inconformismo do autor, eis a doença ocupacional não restou comprovada.

E, para por uma pá de cal na questão, importante ressaltar que o quanto decidido no âmbito cível não vincula a Justiça do Trabalho. Caso contrário, não haveria necessidade de ajuizamento de processos distintos, com elaboração de laudos periciais distintos. Registre-se, por derradeiro, que é preciso se ter em mente que a ação rescisória não é um recurso de prazo longo, tratando-se de meio excepcional de impugnação das decisões judiciais, cuja utilização não pode e não deve ser banalizada, devendo a interpretação da regra prevista do inciso V do artigo 485 ser analisada estrita e cautelosamente.

Portanto, considerando-se a visível pretensão do autor em promover o reexame de provas já apreciadas no processo originário, o que é inadmissível em ação rescisória, indefere-se a inicial, com fundamento no art. 216, inciso V, do Regimento Interno deste E. Regional, restando prejudicada, por consequência, o pedido de concessão de tutela antecipada.

Custas pelo autor, calculadas sobre o valor atribuído à causa (R\$1.051.774,69), no importe de R\$21.035,49, das quais fica isento, diante dos benefícios da justiça gratuita que ora se concede. Intime-se.

Publique-se. Campinas, 17 de dezembro de 2015. HAMILTON LUIZ SCARABELIM - Juiz Relator" (ID 6ced086 - Págs. 1/3).

Pelo exposto, mantenho a r. decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Dispositivo

DIANTE DO EXPOSTO decide-se conhecer do agravo regimental interposto por JOAO CANDIDO DA SILVA e NÃO O PROVER, nos termos da fundamentação." (fls. 1329/1334).

Opostos embargos de declaração, assim se manifestou o Regional:

"Fundamentação

Conheço dos embargos de declaração, eis que tempestivos.

A legislação processual trabalhista (CLT, art. 897-A, § único) e o Código de Processo Civil (CPC, art. 1.022) estabelecem claramente as hipóteses de cabimento dos embargos declaratórios, quais

sejam, omissão, obscuridade e contradição.

O art. 897-A da CLT foi mais além que o CPC, admitindo expressamente "o efeito modificativo da decisão, nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso" (redação da Lei 9957/2000).

Afirma a embargante que o julgado se encontra omisso, eis que não se pronunciou acerca das provas produzidas quanto aos treinamentos realizados, tampouco quanto às ordens de serviços assinadas.

Não se vislumbra no acórdão hostilizado quaisquer das hipóteses do artigo 1.022 do CPC, ensejadoras da interposição de embargos de declaração.

Importante ressaltar que haverá omissão quando o juiz ou Tribunal não se pronunciar sobre certo ponto a respeito do qual deveria e que ocorrerá contradição na decisão quando houver incoerência entre as afirmações ou comandos emergentes da decisão ou entre esta e a conclusão, situações não verificadas no caso sob análise.

Conforme se observa do relatório, é clara a pretensão de reforma do embargante, o que não se faz possível pelas vias estreitas da medida processual eleita, situação que, inclusive, já foi verificada e combatida por ocasião do julgamento dos embargos de declaração ofertados em face da decisão proferida na Ação Rescisória.

Com efeito, o acórdão embargado não deixa qualquer margem para as supostas omissões ou contradições alegadas, beirando a má-fé a postura do embargante, que se dirige o Juízo com alegações destituídas de fundamentação, gerando trabalho desnecessário ao Poder Judiciário, já tão assoberbado de processos.

Entretanto, para que não se alegue negativa de prestação jurisdicional, esclareça-se que o v. acórdão manteve a decisão agravada por entender não configurados os requisitos para o ajuizamento da medida então interposta, afastando o suposto erro de fato apontado, bem como a alegação de ofensa literal a texto de lei.

Vale lembrar, por fim, que os embargos de declaração não se prestam a exigir do Judiciário respostas a listas de questionamentos, pois não é órgão consultivo, bastando que dilucide o fundamento em que firmou sua convicção.

Assim, não se verificando nenhuma das hipóteses ensejadoras para interposição da presente medida, rejeito os embargos de declaração opostos pelo autor.

PREQUESTIONAMENTO

Saliente-se, por oportuno, que a interposição de embargos de declaração a título de prequestionamento somente é possível nas hipóteses em que o julgado é omisso ou contraditório, o que não é o caso dos autos.

A adoção de tese explícita a respeito da matéria em questão satisfaz o pleito de prequestionamento da Súmula nº 297, do C. TST.

Dispositivo Diante do exposto decide-se conhecer dos embargos de declaração ofertados pelo autor, JOAO CANDIDO DA SILVA e os rejeitar, nos termos da fundamentação" (fls. 1370/1373).

Inconformado, o Autor interpôs recurso ordinário (fls. 1383/1434), admitido às fls. 1436/1437.

O Réu apresentou contrarrazões às fls. 1442/1460.

Pois bem.

Conforme se observa na peça de ingresso, ao delimitar o objeto da ação, o Autor indica como decisão rescindenda a sentença da 6ª Vara do Trabalho de Campinas/SP e o acórdão da 4ª Turma do TRT da 15ª Região, ambos proferidos nos autos da reclamação trabalhista nº 00043-24.2011.5.15.0093, in verbis:

"(...) contra a decisão proferida pelo MM. (a) Juiz(a) Federal da 6ª - Sexta- Vara da Circunscrição de Campinas/SP, processo nº 00043-24.2011.5.15.0093, bem como em face do Acórdão nº 47445/2013 da 4ª Turma, da 7ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região de Campinas/SP (...) (fl. 9, destaquei) [...]

"(...) o enfoque que visa o autor com o presente feito rescisório, é este o objetivo da presente lide rescisória, é esta a finalidade de que este Tribunal Regional do Trabalho, acolhendo este entendimento, este juízo rescindente ou "iudiciun rescindens", possa desconstituir a sentença e ou acórdão de mérito transitado em julgado no tocante ao pensionamento civil do autor, decorrente de seu estado de inválido e incapaz por causa do seu trabalho que prestou junto à reclamada EatoN, e, com o acolhimento de tal entendimento, de tal juízo rescisório ou "iudiciun rescissorium", que possa proferir nova decisão constitutiva favorável ao autor, substituindo aquela decisão que fora rescindida, na forma do vindicado com a reclamatória, na forma da proeminal trabalhista aforada pelo autor" (fl. 16, destaquei) [...]

"Requer o autor que no mérito, seja o pedido, seja a presente ação rescisória julgada procedente, devendo ser declarada rescindida a sentença do feito nº 000043-24.2011.5.15.0093 da 6ª - Sexta- Vara Federal do Trabalho da Circunscrição de Campinas/SP, consoante os fatos e fundamentos legais e constitucionais em espeque declinados e invocados." (fl. 39, destaquei)

Como se percebe, a pretensão rescisória é claramente voltada contra a sentença prolatada pela 6ª Vara do Trabalho de Campinas/SP e o acórdão proferido pela 4ª Turma do TRT da 15ª Região nos autos da ação primitiva.

Contudo, em consulta ao andamento da ação matriz, no sítio eletrônico do TRT da 15ª Região, verifico que, em 31/7/2015, foi proferida sentença homologatória de acordo, dando fim ao litígio (d i s p o n í v e l e m : <http://consulta.trt15.jus.br/consulta/CPS/docs/000004324.2011.5.15.0093i958061.pdf>).

Por oportuno, transcrevo o teor da decisão homologatória, cuja cópia, inclusive, foi juntada aos autos pelo Réu (fls. 1487/1488): "Em 30 de julho de 2015, na sala de sessões da MM. 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP, sob a direção da Exmo(a). Juíza LUDMILLA LUDOVICO EVANGELISTA MATSUGUMA, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 16h57min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.

Presente o(a) exequente, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). Paulo César Reolon, OAB nº 134608/SP.

Ausente o(a) executado(a). Presente o(a) advogado(a), Dr(a). Maristela Trevisan Rodrigues Alves Limoni, OAB nº 112703/SP. CONCILIAÇÃO EM EXECUÇÃO.

Para quitar o objeto do processo e o extinto contrato de trabalho, em relação à sua responsabilidade, a executada pagará ao exequente a importância líquida de R\$ 18.000,00, conforme petição de acordo que ora se junta.

Concedo o prazo de 15 dias para que a reclamada discrimine as parcelas que compõem o presente acordo, observando a proporcionalidade contida na sentença transitada em julgado, sob pena de ser reputado o valor integralmente de natureza salarial.

O Juiz HOMOLOGA, na forma do artigo 269 III e 794 I do CPC, resultando na extinção do processo com resolução de mérito.

Multa: conforme petição que ora se junta.

Custas e demais despesas processuais: já recolhidas por ocasião da interposição do Recurso Ordinário.

Determinações finais: Eventual inadimplemento da avença deverá

ser noticiado pela parte reclamante, pleiteando a respectiva execução, nos termos do artigo 876 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho. Referida notícia do inadimplemento, independente de intimação, haja vista a concordância da parte reclamada no particular, ensinará a execução, cuja citação é expressamente dispensada pela demandada nesta oportunidade, ante o prévio conhecimento da dívida líquida e certa.

Assim, serão levados a cabo imediatamente os atos de penhora a que aludem o artigo 883 da CLT, aplicando-se, para tanto, as determinações constantes no artigo 53 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

No caso de inadimplemento e nos termos do art. 50 do Código Civil e do art. 28 do CDC, fica determinada a desconsideração da personalidade jurídica da reclamada, devendo os sócios proprietários da mesma (atuais e à época do vínculo) serem incluídos no polo passivo, encaminhando-se os autos ao Sr. Oficial de Justiça para prosseguimento na execução, nos termos do Prov. GP-CR nº 08/2010, em face da empresa executada e seus sócios, conforme o art. 11, do capítulo "PEN", da CNC deste Regional.

Responderá a parte reclamante, nos autos desse próprio processo, pelos prejuízos que causar à parte reclamada, em razão da execução das medidas em comento, na hipótese de noticiar incorretamente o descumprimento do acordo. Não obstante, decorridos 05 (cinco) dias após o vencimento da última parcela sem que haja qualquer provocação da parte demandante e comprovados os recolhimentos previdenciários, dê-se baixa e remetam-se os autos ao arquivo. Considerando-se que o valor base para apuração da contribuição previdenciária é inferior a R\$10.000,00, com fulcro nas Portarias nº 176, de 19/02/2010, e nº 435, de 08/09/2011, do Ministro do Estado da Fazenda, do Comunicado nº 16/2010 e da Recomendação GP-CR nº 03/2011, ambos da Presidência do E. TRT da 15ª Região, deixo de promover a intimação da União.

Os honorários periciais devem ser requisitados, em seu valor máximo, ao E. TRT. Providencie a Secretaria.

Informe a Secretaria que houve a desistência do Recurso de Revista e Agravo, conforme petição.

Alvará para levantamento do depósito recursal

Em razão da conciliação havida entre as partes, os depósitos recursais devem ser disponibilizados ao reclamante ou ao seu patrono acima qualificado; por esta razão, LIBEREM-SE os depósitos recursais de fls. 652 e 735, no importe de R\$ 7.278,27 e R\$ 3.688,17, respectivamente, atualizados até 30/07/2015, com os devidos acréscimos legais de juros e correção monetária quando do efetivo pagamento, ENCAMINHANDO-SE a presente ATA, à qual dou força de ALVARÁ, ao(à) Sr(a). Gerente da Caixa Econômica Federal ou a quem suas vezes fizer para que efetue o pagamento devido.

Cumprido o acordo e superadas as determinações acima, arquivem-se os autos."

Portanto, a última decisão de mérito proferida na ação matriz não são aquelas às quais o Autor se refere na petição inicial.

Nesse cenário, há patente "erro de alvo", pois o Autor dirige a pretensão rescisória contra as decisões proferidas na fase de conhecimento, não atentando para a circunstância de que elas foram substituídas pela sentença homologatória de acordo, proferida em sede de execução, que pôs fim ao litígio.

Restando evidenciada a impossibilidade jurídica do pedido de rescisão de julgado que não corresponde à última decisão de mérito proferida no processo matriz, a ação rescisória deve ser extinta, sem resolução do mérito.

Aliás, essa é a jurisprudência do TST, encartada na Súmula 192, III, com a seguinte redação:

"Em face do disposto no art. 512 do CPC, é juridicamente impossível o pedido explícito de desconstituição de sentença quando substituída por acórdão do Tribunal Regional ou superveniente sentença homologatória de acordo que puser fim ao litígio." (destaquei).

Nesse sentido, esta SBDI-2, ao analisar casos semelhantes, decidiu:

RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÃO RESCISÓRIA SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 5.869/73 - PRETENSÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE SENTENÇA SUBSTITUÍDA POR SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. 1. O acordo firmado e homologado nos autos alcançou todos os pedidos deduzidos na lide e a extinta execução, conforme consignado na quitação nele outorgada naqueles autos. 2. Não houve nenhuma ressalva a fim de excluir parte dos pedidos, ainda que se trate do pedido decorrente da estabilidade provisória gestacional, julgado improcedente e que não era objeto de execução. Incide ao caso o entendimento da Orientação Jurisprudencial nº 132 desta Subseção Especializada. 3. Efetivamente, a sentença homologatória de acordo substituiu a sentença proferida na fase de conhecimento, sendo aquela última decisão de mérito proferida na lide principal. 4. Desse modo, mantém-se o acórdão recorrido, que reconheceu a impossibilidade jurídica do pedido rescindente e extinguiu o feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI e § 3º, do CPC/73. Incidência da Súmula nº 192, II, do TST. Recurso ordinário conhecido e desprovido. (RO - 11076-27.2014.5.03.0000, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 14/02/2017, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 17/02/2017).

RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÃO RESCISÓRIA - PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 5.869/73 - PEDIDO DE DESCONSTITUIÇÃO DE SENTENÇA QUE FOI INTEGRALMENTE SUBSTITUÍDA PELO ACÓRDÃO DO 12º TRIBUNAL REGIONAL - APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 192, III, DESTA CORTE - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO - EXTINÇÃO DO PROCESSO. No presente caso, a sentença apontada como decisão rescindenda foi integralmente substituída pelo acórdão proferido pelo 12º Tribunal Regional, que conheceu dos recursos ordinários da reclamante (ora autora) e da reclamada (ora ré) e negou-lhes provimento, sendo a última decisão de mérito proferida na lide principal em relação ao objeto da presente rescisória (jornada de trabalho e horas extraordinárias), de modo a esbarrar no óbice da Súmula nº 192, II, do TST. Desse modo, em face da impossibilidade jurídica do pedido rescindente, o presente processo merece ser extinto sem resolução do mérito, a teor do art. 267, VI e § 3º, do CPC, conforme decidido pelo Tribunal Regional. Recurso ordinário conhecido e desprovido. (TST-RO-644-94.2014.5.12.0000 Data de Julgamento: 26/04/2016, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 29/04/2016).

Registro que a presente ação desconstitutiva foi intentada na vigência do CPC de 1973, com fundamento em causas de rescindibilidade previstas no referido diploma legal. Cumpre assinalar, por oportuno, que "As condições da ação regem-se pela lei vigente à data da propositura" (Luiz Fux, in Teoria Geral do Processo Civil, Forense, 2014, p. 19, destaquei).

Vale anotar, por último, que o reconhecimento, de ofício, da impossibilidade jurídica do pedido não implica a prolação de "decisão surpresa" (artigo 10 do CPC de 2015 c/c artigo 4º, § 2º, da Instrução Normativa 39/2016 do TST).

Ante o exposto, diante da impossibilidade jurídica do pedido, de

ofício, EXTINGO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento nos artigos 267, I e VI, e 295, I, parágrafo único e III, do CPC de 1973.

Mantidas as custas fixadas por ocasião do julgamento da causa pela Corte a quo, isento o Recorrente, na forma da lei."(fl. 696).

Nas razões oferecidas, afirma o Embargante que o recurso tem como objetivo "esclarecer-se de ser ou não a sentença homologatória do juízo singular constitucional ou inconstitucional, ante o seu "erro de alvo", e, por consequência o seu "erro material", para que deste modo, após declarado e esclarecido tal ponto processual, possa o autor embargante utilizar-se do meio processual adequado para a impugnação da decisão epígrafa, para a impugnação do assim chamado "erro material" (fl. 1511). Sustenta ainda, o cabimento dos presentes embargos para "dar fundamentos legais para uma ação de relativização da sentença homologatória, pois, com a devida vênia, sendo a invalidez acidentária do autor permanente, não pode o autor embargante assentir com a devida vênia, e, consoante o precedente abaixo, com o amplo espectro de comportamento reprováveis praticados pela reclamada em face do reclamante embargante, que com o tipo de labor que a reclamada embargada impôs o autor embargante durante toda a vida laboral do embargante, gerou sua invalidez total e permanente, comportamentos reprováveis da reclamada embargada, e, que seguem impunes até hoje com a devida vênia"(fl. 1512).

Ao exame.

Sob o pretexto de que o julgamento proferido é contraditório e omissivo, a parte Embargante requer a emissão de tese jurídica em relação a matérias alheias a presente ação rescisória (eventuais vícios na sentença homologatória de acordo), olvidando-se que os embargos de declaração devem ser manejados somente para a correção dos vícios referidos nos artigos 897-A da CLT e 1021 do CPC de 2015.

Conforme consignado na decisão embargada, o Autor, em seu recurso ordinário, dirigiu a pretensão rescisória contra as decisões proferidas na fase de conhecimento, não atentando para a circunstância de que elas foram substituídas pela sentença homologatória de acordo, prolatada em sede de execução, que pôs fim ao litígio.

A parte embargante requer agora a manifestação sobre eventuais vícios existentes na sentença homologatória de acordo, a qual sequer foi o objeto do pedido de corte rescisório na petição inicial da presente ação rescisória.

Consoante disposto nos artigos 1022 do CPC/2015 e 897-A da CLT, os embargos de declaração são cabíveis para sanar omissão, contradição, obscuridade e erro material existente no julgado, bem como para rever manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos de recurso.

O mero inconformismo quanto ao sentido do julgamento proferido, sem a demonstração inequívoca dos vícios consagrados nos referidos artigos, não autoriza a oposição de embargos declaratórios, desafiando recurso próprio.

Assim, não configuradas as hipóteses que legitimam o manejo da presente medida, impõe-se negar provimento aos embargos de declaração.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO aos embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro Relator

Processo Nº ED-AR-0000698-50.2017.5.05.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Embargante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Cardoso Duarte(OAB: 15613/BA)
Advogada	Dra. Desirée Marques Sobral Silvestre(OAB: 54123/BA)
Embargado(a)	RAIMUNDO JOSÉ DE LIMA
Advogado	Dr. Mauro de Azevedo Menezes(OAB: 19241/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RAIMUNDO JOSÉ DE LIMA

Vistos etc.

Da decisão interlocutória à fl. 1977, em que determinada a intimação do Réu para regularizar a representação processual, bem como da Autora para manifestar-se sobre a defesa, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás opõe embargos declaratórios.

Nas razões dos embargos de declaração, sustenta que, em face do decidido pelo Exmo. Ministro Dias Toffoli, do Excelso STF, na PET 7755, o processo deve ser suspenso.

Requer, ainda, a devolução do prazo após a retomada da marcha processual.

Com razão.

Ante a determinação de suspensão de todas as ações que tratem do tema RMNR, inclusive ações rescisórias, exarada nos autos da referida PET 7755, impositiva a suspensão do feito, com posterior devolução, para as partes, dos prazos assinados na decisão.

ACOLHO os embargos declaratórios e determino a suspensão do feito, devendo os autos permanecer na Secretaria da SBDI-2 desta Corte até que sobrevenha solução definitiva sobre a matéria pelo STF.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro Relator

Secretaria da Primeira Turma

Redistribuição

**Relação dos processos redistribuídos por
sucessão pela Secretaria da 1ª Turma em**

15/02/2019.

Processo Nº RR-0000322-75.2010.5.09.0654

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
RECORRENTE(S)	CONSÓRCIO CCPR - REPAR
Advogado	DR. GILSON GARCIA JÚNIOR(OAB: 49886/PR)
RECORRIDO(S)	DIEGO ALEXANDRE DA SILVA SANTOS
Advogado	DR. PEDRO LILITO FRANCESCHI(OAB: 4936/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO CCPR - REPAR
- DIEGO ALEXANDRE DA SILVA SANTOS

ALEX ALEXANDER ABDALLAH JUNIOR
Secretário da 1ª Turma
Brasília, 15 de fevereiro de 2019

**Relação dos processos redistribuídos por
sucessão pela Secretaria da 1ª Turma em
15/02/2019.**

Processo Nº RR-0020469-61.2014.5.04.0383

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
RECORRENTE(S)	ZZSAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA.
Advogado	DR. JOSE CACIO AULER BORTOLINI(OAB: 17770-A/RS)
RECORRIDO(S)	ANDRESSA DA SILVA FONSECA
Advogada	DRA. DERLI DA SILVEIRA(OAB: 16325/RS)
Advogado	DR. RENI ELIZEU DA SILVA(OAB: 26563/RS)
RECORRIDO(S)	CALÇADOS RAMARIM LTDA.
Advogado	DR. LUIZ CARLOS SEFRIN(OAB: 14259/RS)
Advogado	DR. FÁTIMA TERESINHA DE LEÃO(OAB: 40770/RS)
RECORRIDO(S)	JOSÉ DENI LANGNER ATELIER - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRESSA DA SILVA FONSECA
- CALÇADOS RAMARIM LTDA.
- JOSÉ DENI LANGNER ATELIER - ME
- ZZSAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA.

ALEX ALEXANDER ABDALLAH JUNIOR
Secretário da 1ª Turma
Brasília, 15 de fevereiro de 2019

**Secretaria da Segunda Turma
Despacho**

Processo Nº AIRR-0000071-43.2015.5.08.0126

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	VALE S.A.
Advogado	Dr. Bruno Brasil de Carvalho(OAB: 9665/PA)
Advogado	Dr. Nilton Correia(OAB: 1291/DF)
Advogado	Dr. Heitor Lucas Alves Caetano Cabral(OAB: 24936/PA)
Agravado	FELIPE EDUARDO DE SOUSA
Advogado	Dr. Elisson José Ferreira de Andrade(OAB: 13225-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FELIPE EDUARDO DE SOUSA
- VALE S.A.

Por intermédio do OFÍCIO.TST.GVP Nº 41, datado de 6/02/19, o Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho informou a esta Relatora

o ter do Ofício Circular TST.GVP nº 21, de 04/12/2018, o qual versa sobre a sistemática para a tentativa de conciliação de processos em tramitação nesta Corte, por meio de realização de audiências nos CEJUSC-JT, o qual consta a indicação do processo em epígrafe. Sendo assim, determino a remessa dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho de origem para realização de audiência de conciliação, no prazo de 30 dias, salvo motivo excepcional que justifique ampliação do prazo.

Após a realização da audiência, não havendo acordo, sejam os autos remetidos imediatamente ao TST.

À Secretaria da 2ª Turma para providências.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MARIA HELENA MALLMANN

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010599-96.2015.5.01.0461

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MODEC SERVIÇOS DE PETRÓLEO DO BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. Rui Meier(OAB: 65637/RJ)
Agravado	EDMILSON TRINDADE BOMFIM
Advogada	Dra. Ivis Danielle Lima Oliveira Bitencourt(OAB: 160789/RJ)
Agravado	EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA S.A. E OUTROS
Advogado	Dr. Marcos Pinto da Cruz(OAB: 52719/RJ)
Advogado	Dr. Lúcio Machado Cunha da Silva(OAB: 154160/RJ)
Agravado	EMPRESA BRASILEIRA DE SOLDA ELÉTRICA S.A.
Advogado	Dr. Roberto da Silva Pinheiro Júnior(OAB: 107087/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDMILSON TRINDADE BOMFIM
- EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA S.A. E OUTROS
- EMPRESA BRASILEIRA DE SOLDA ELÉTRICA S.A.
- MODEC SERVIÇOS DE PETRÓLEO DO BRASIL LTDA.

Por intermédio do OFÍCIO.TST.GVP Nº 41, datado de 6/02/19, o Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho informou a esta Relatora o ter do Ofício Circular TST.GVP nº 21, de 04/12/2018, o qual versa sobre a sistemática para a tentativa de conciliação de processos em tramitação nesta Corte, por meio de realização de audiências nos CEJUSC-JT, o qual consta a indicação do processo em epígrafe. Sendo assim, determino a remessa dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho de origem para realização de audiência de conciliação, no prazo de 30 dias, salvo motivo excepcional que justifique ampliação do prazo.

Após a realização da audiência, não havendo acordo, sejam os autos remetidos imediatamente ao TST.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MARIA HELENA MALLMANN

Ministra Relatora

Processo Nº ARR-0000284-50.2014.5.09.0322

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Recorrente DÉCIO DANNER
Advogado Dr. Rodrigo Gabriel Brotto(OAB: 38242/PR)
Advogado Dr. Norimar João Hendges(OAB: 23318/PR)
Advogado Dr. Raphael Santos Neves(OAB: 41482/PR)
Agravante e Recorrido PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogada Dra. Maria Cristina D'Amico(OAB: 63297/PR)
Agravado e Recorrido CEGELEC LTDA.
Advogado Dr. Antônio Custódio Lima(OAB: 47266/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEGELEC LTDA.
- DÉCIO DANNER
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

Por intermédio do OFÍCIO.TST.GVP Nº 41, datado de 6/02/19, o Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho informou a esta Relatora o ter do Ofício Circular TST.GVP nº 21, de 04/12/2018, o qual versa sobre a sistemática para a tentativa de conciliação de processos em tramitação nesta Corte, por meio de realização de audiências nos CEJUSC-JT, o qual consta a indicação do processo em epígrafe. Sendo assim, determino a remessa dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho de origem para realização de audiência de conciliação, no prazo de 30 dias, salvo motivo excepcional que justifique ampliação do prazo.

Após a realização da audiência, não havendo acordo, sejam os autos remetidos imediatamente ao TST.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MARIA HELENA MALLMANN

Ministra Relatora

Redistribuição

Relação dos processos redistribuídos pela

Secretaria da 2ª Turma em 15/02/2019.

Processo Nº AIRR-0074600-22.2009.5.04.0751

Complemento Processo Eletrônico
Relator MIN. DELAÍDE MIRANDA ARANTES
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado DR. SANDRO OSNI DA SILVA GOMES(OAB: 71895/RS)
AGRAVADO(S) ANTÔNIO ALAOR MIRANDA ROSA
Advogado DR. ROGER EDUARDO GODOY(OAB: 48048/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO ALAOR MIRANDA ROSA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA NETO

Secretário da Segunda Turma

Brasília, 15 de fevereiro de 2019

Secretaria da Terceira Turma

Pauta

Aditamento à Pauta

Aditamento à Pauta de Julgamento para a 4a. Sessão Ordinária da 3ª Turma do dia 27 de fevereiro de 2019 às 09h00

Processo Nº AIRR-0000012-26.2017.5.20.0005

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada DRA. ROSELINE RABELO DE JESUS MORAIS(OAB: 500-B/SE)
AGRAVADO(S) JOSÉ FERNANDES DOS SANTOS
Advogado DR. ALEX SALIM MACHADO HUSSAIN(OAB: 8967-A/SE)
AGRAVADO(S) ACF - EMPRESA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA.
Advogada DRA. FERNANDA SALINAS DI GIÁCOMO(OAB: 27177/BA)
Advogado DR. LUIZ DE MOURA BASTOS NETO(OAB: 23822-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ACF - EMPRESA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA.
- JOSÉ FERNANDES DOS SANTOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000040-57.2017.5.07.0004

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
AGRAVANTE(S) CHARLIENE CARNEIRO SALES
Advogado DR. JOSÉ FABIANO LIMA(OAB: 7331/CE)
AGRAVADO(S) TELEMAR NORTE LESTE S/A
Advogado DR. WILSON SALES BELCHIOR(OAB: 17341/CE)
AGRAVADO(S) LIQ CORP S.A.
Advogado DR. URBANO VITALINO DE MELO NETO(OAB: 17700/PE)
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18885/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CHARLIENE CARNEIRO SALES
- LIQ CORP S.A.
- TELEMAR NORTE LESTE S/A

Processo Nº AIRR-0000074-05.2014.5.09.0126

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. MARCOS LUCIANO GOMES(OAB: 24605/PR)
Advogado DR. WLADEMIR ROBERTO VIEIRA JÚNIOR(OAB: 66190/PR)
AGRAVADO(S) LUIZ CARLOS BEAL
Advogado DR. ALDINA PAGANI(OAB: 36453/PR)
Advogado DR. SIRLEI FAQUINELLO(OAB: 41823/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- LUIZ CARLOS BEAL

Processo Nº AIRR-0000112-56.2016.5.23.0126

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) SEBASTIÃO EWERTON CURADO FLEURY NETO
Advogado DR. RICARDO ZANCANARO(OAB: 8739-A/MT)
Advogada DRA. HELOÍSA MARIA MENDONÇA CURADO FLEURY(OAB: 46680/GO)
AGRAVADO(S) JOSÉ ALBERTO DOS SANTOS
Advogado DR. JUSCELINO TEIXEIRA BARBOSA FILHO(OAB: 57225/MG)
Advogado DR. MARCELO VITAL DE SALES ANDRADE(OAB: 98789-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ ALBERTO DOS SANTOS
- SEBASTIÃO EWERTON CURADO FLEURY NETO

Processo Nº AIRR-0000175-85.2016.5.05.0028

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DA BAHIA - SINDVIGILANTES
Advogado DR. JOÃO CLÁUDIO SILVA GONÇALVES(OAB: 20210/BA)
AGRAVADO(S) GOCIL NORDESTE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP
Advogado DR. GABRIEL TURIANO MORAES NUNES(OAB: 20897/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- GOCIL NORDESTE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DA BAHIA - SINDVIGILANTES

Processo Nº AIRR-0000313-50.2017.5.13.0010

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE (S) E AGRAVADO (S) ESTADO DA PARAIBA
Advogado DR. ANALIA ARAUJO DE MELO MAIA(OAB: 14129-A/PB)
Advogado DR. MARIO NICOLA DELGADO PORTO(OAB: 2760-A/PB)
AGRAVANTE (S) E AGRAVADO (S) BERNACHE SERVICOS E LOCACOES DE VEICULOS LTDA
Advogada DRA. AMANDA NATIELY CORDEIRO PEREIRA(OAB: 18654/PB)
AGRAVADO(S) ROSIVAL DE FREITAS SOARES
Advogado DR. MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA(OAB: 4007/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- BERNACHE SERVICOS E LOCACOES DE VEICULOS LTDA
- ESTADO DA PARAIBA
- ROSIVAL DE FREITAS SOARES

Processo Nº AIRR-0000327-34.2014.5.03.0134

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) SABRINA VIEIRA GRANDI
Advogado DR. FERNANDO SUSIA LELIS JÚNIOR(OAB: 138462/MG)

AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTRAS
Advogada DRA. VERUSKA APARECIDA CUSTÓDIO(OAB: 63842/MG)
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609/DF)
Advogado DR. SHEILA CRISTINA BLANCO RODRIGUES TORRES(OAB: 91012/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRAS
- SABRINA VIEIRA GRANDI

Processo Nº AIRR-0000362-49.2017.5.14.0403

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA E AEROPORTUÁRIA DO ACRE - DERACRE
Procuradora DRA. ILÇANA ANDREWS DA SILVA
AGRAVADO(S) MARCELO PASSOS DE LIMA
Advogado DR. FÁBIO SALOMÃO SILVA VOGTH(OAB: 3030/AC)
AGRAVADO(S) W. G. CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA E AEROPORTUÁRIA DO ACRE - DERACRE
- MARCELO PASSOS DE LIMA
- W. G. CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0000446-45.2016.5.23.0141

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) FRIGORÍFICO REDENTOR S.A.
Advogado DR. EDUARDO FARIA(OAB: 4318/MT)
AGRAVADO(S) JOÃO ALVES GUIMARÃES
Advogado DR. LUIS AUGUSTO CUISSI(OAB: 14430-A/MT)
Advogado DR. WARLEY SIQUEIRA PINTO(OAB: 19436/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRIGORÍFICO REDENTOR S.A.
- JOÃO ALVES GUIMARÃES

Processo Nº AIRR-0000457-35.2017.5.20.0008

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. MARCUS AURÉLIO DE ALMEIDA BARROS(OAB: 97-B/SE)
Advogado DR. FLÁVIO AGUIAR BARRETO(OAB: 7503/SE)
Procurador DR. ANTONIO EYMARD F. P. RICARDO
AGRAVADO(S) DIEGO ALVES DÓRIA
Advogado DR. ANTÔNIO ALAN DE ANDRADE GOMES(OAB: 4471/SE)
AGRAVADO(S) CEMON ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogada DRA. EMILIA ROTERS RIBEIRO(OAB: 11008-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMON ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

- DIEGO ALVES DÓRIA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000514-28.2015.5.05.0271

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. ANA PAULA TOMAZ MARTINS
AGRAVADO(S) JOSÉ NAIDSON DE OLIVEIRA
Advogado DR. MARCUS VINÍCIUS SILVA ALMEIDA(OAB: 24667/BA)
AGRAVADO(S) SHALEV EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- JOSÉ NAIDSON DE OLIVEIRA
- SHALEV EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP

Processo Nº AIRR-0000541-56.2012.5.02.0026

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMBLHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO - SINTHORESP
Advogado DR. ACLIBES BURGARELLI FILHO(OAB: 187269/SP)
AGRAVADO(S) CARIBE EMPRESA DE TURISMO LTDA.
Advogado DR. DJALMA ROMAGNANI(OAB: 51715/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARIBE EMPRESA DE TURISMO LTDA.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMBLHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO - SINTHORESP

Processo Nº AIRR-0000574-95.2015.5.03.0096

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) STELA MARES SANTOS
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 35383/DF)
Advogado DR. CÉSAR AUGUSTO MACÊDO SEMENSATTI(OAB: 32499/DF)
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. GUSTAVO MONTI SABAINI(OAB: 76826/MG)
Advogada DRA. LUCIANA MANO OLIVEIRA(OAB: 103231/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- STELA MARES SANTOS

Processo Nº AIRR-0000585-98.2015.5.09.0665

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) E LENI ANTONIA GANZ
AGRAVADO(S)

Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 37514/PR)
Advogado DR. GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 37515/PR)
AGRAVANTE(S) E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
AGRAVADO(S)
Advogado DR. WLADimir ROBERTO VIEIRA JÚNIOR(OAB: 66190/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- LENI ANTONIA GANZ

Processo Nº AIRR-0000686-03.2016.5.05.0281

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) VALDIONE SANTOS DA SILVA
Advogado DR. HELDER MORAIS DIAS(OAB: 26896/BA)
AGRAVADO(S) MS CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA.
Advogado DR. RODRIGO PINHEIRO SCHETTINI(OAB: 20975/BA)
AGRAVADO(S) EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
Advogada DRA. ÉRICA FERREIRA DE OLIVEIRA(OAB: 30348/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
- MS CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA.
- VALDIONE SANTOS DA SILVA

Processo Nº AIRR-0000725-08.2015.5.02.0446

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) SANTINO BENÍCIO DA SILVA
Advogado DR. FÁBIO BORGES BLAS RODRIGUES(OAB: 153037/SP)
AGRAVADO(S) CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A.
Advogado DR. RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARÃES(OAB: 158596/SP)
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA PERDIZ PINHEIRO(OAB: 183805/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SANTINO BENÍCIO DA SILVA

Processo Nº AIRR-0000762-83.2015.5.02.0042

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado DR. MAURY IZIDORO(OAB: 135372/SP)
AGRAVADO(S) EDSON SACRAMENTO DE ARAGÃO
Advogado DR. VICTOR HUGO PEREIRA DE LIMA CARVALHO XAVIER(OAB: 223890/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDSON SACRAMENTO DE ARAGÃO
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº AIRR-0000900-57.2016.5.10.0021

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) SANTOS & PRADELA NEGÓCIOS E TRANSPORTES LTDA.
Advogada DRA. MANUELA SIMÕES FALCÃO ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 27762/DF)
Advogada DRA. GABRIELA DA SILVA JARDIM MORAES(OAB: 56749/DF)
AGRAVADO(S) SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS
Advogado DR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR(OAB: 48531-A/DF)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
Advogado DR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR(OAB: 131896/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- SANTOS & PRADELA NEGÓCIOS E TRANSPORTES LTDA.
- SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS

Processo Nº AIRR-0000995-09.2014.5.07.0032

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) VICUNHA TÊXTIL S.A.
Advogado DR. MURILO CRUZ GARCIA(OAB: 173439/SP)
Advogada DRA. JAMILLE MARIA DOS SANTOS MOTA BOSSARD(OAB: 19291/CE)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
AGRAVADO(S) JOSÉ CALDEIRA CARDOSO NETO
Advogado DR. CARLOS HENRIQUE DA ROCHA CRUZ(OAB: 5496/CE)
Advogado DR. VINÍCIUS VILARDO DE MELO CRUZ(OAB: 21419/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ CALDEIRA CARDOSO NETO
- VICUNHA TÊXTIL S.A.

Processo Nº AIRR-0001033-91.2011.5.02.0411

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) NELSON PATRICIO VIEIRA
Advogado DR. LEANDRO MELONI(OAB: 30746/SP)
AGRAVADO(S) ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Advogado DR. LYCURGO LEITE NETO(OAB: 1530/DF)
Advogado DR. MARCELO OLIVEIRA ROCHA(OAB: 113887/SP)
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO CESP
Advogado DR. LUÍS FERNANDO FEOLA LENCIONI(OAB: 113806/SP)
Advogado DR. RAIZA PICCOLLI(OAB: 308097/SP)
Advogada DRA. LEILANE DE PAULA VITOR(OAB: 329237/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
- FUNDAÇÃO CESP
- NELSON PATRICIO VIEIRA

Processo Nº AIRR-0001050-68.2016.5.08.0126

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) VALE S.A.
Advogado DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)
Advogado DR. CARLOS THADEU VAZ MOREIRA(OAB: 5927/PA)
AGRAVADO(S) WALDEIRES GONÇALVES SANTIAGO
Advogado DR. DIOGO CAETANO PADILHA(OAB: 36682/GO)
AGRAVADO(S) EP ENGENHARIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- EP ENGENHARIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
- VALE S.A.
- WALDEIRES GONÇALVES SANTIAGO

Processo Nº AIRR-0001051-82.2017.5.09.0678

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) FABIO FRANCIOSSE DA CRUZ
Advogado DR. OLINDO DE OLIVEIRA(OAB: 18664/PR)
AGRAVADO(S) IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
Advogado DR. LEANDRO SOUZA ROSA(OAB: 30474/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIO FRANCIOSSE DA CRUZ
- IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA

Processo Nº AIRR-0001059-92.2012.5.04.0122

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) GUARACI DA SILVA GARCEZ
Advogado DR. HALLEY LINO DE SOUZA(OAB: 54730/RS)
Advogado DR. CÁSSIO CARDOSO DA SILVA(OAB: 81369/RS)
AGRAVADO(S) BUNGE FERTILIZANTES S.A.
Advogado DR. ARNALDO PIPEK(OAB: 113878/SP)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL - SINDMERG
Advogado DR. ELEANRO VETTORELLO SILVEIRA(OAB: 59242/RS)
Advogado DR. SAULO PONTES LAMENZA(OAB: 76230-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BUNGE FERTILIZANTES S.A.
- GUARACI DA SILVA GARCEZ
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL - SINDMERG

Processo Nº AIRR-0001155-82.2017.5.12.0034

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) AUTARQUIA DE MELHORAMENTOS DA CAPITAL - COMCAP
Advogado DR. PAULO RIBEIRO FERREIRA(OAB: 3976/SC)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS - SINTRASEM
Advogado DR. ANDRÉ FILIPE DE MOURA FERRO(OAB: 27303/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUTARQUIA DE MELHORAMENTOS DA CAPITAL - COMCAP
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS - SINTRASEM

Processo Nº AIRR-0001224-44.2016.5.10.0022

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO, E GASTRONOMIA NO ESTADO DO CEARÁ
Advogado DR. CARLOS DAVI MARTINS MARQUES(OAB: 20436/CE)
AGRAVADO(S) UNIÃO (PGU)
Procuradora DRA. LUCIANA AZEVEDO PAZ DE SOUZA BARROS
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) DE FORTALEZA CE
Advogado DR. RONALDO FERREIRA TOLENTINO(OAB: 17384-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) DE FORTALEZA CE
- SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO, E GASTRONOMIA NO ESTADO DO CEARÁ
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº AIRR-0001257-15.2011.5.15.0137

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) VALÉRIA GONÇALEZ
Advogado DR. DARCI SILVEIRA CLETO(OAB: 76733/SP)
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PIRACICABA
Advogado DR. ULYSSES JOSÉ DELLAMATRICE(OAB: 167121-D/SP)
AGRAVADO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- OS MESMOS
- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PIRACICABA
- VALÉRIA GONÇALEZ

Processo Nº AIRR-0001289-26.2016.5.08.0012

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) BOLONHA INCORPORADORA LTDA.
Advogado DR. JOÃO PEDRO EYLER PÓVOA(OAB: 88922/RJ)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) IMPERIAL INCORPORADORA LTDA.
Advogada DRA. MARTA MARIA VINAGRE BEMBOM(OAB: 5082/PA)
Advogado DR. ANDRÉ VIANNA DE ARAÚJO(OAB: 14054/PA)
Advogada DRA. SUANAN COSTA COLLIERE(OAB: 23285/PA)
AGRAVADO(S) MARCUS SANTOS CORREA

Advogado DR. FILIPE CHARONE TAVARES LOPES(OAB: 12480/PA)
AGRAVADO(S) ZAPPI CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Advogado DR. MAURÍCIO DO NASCIMENTO NEVES(OAB: 856/AM)
AGRAVADO(S) PROJETO IMOBILIÁRIO SPE 64 LTDA.
Advogado DR. LENON WALLACE IZURU DA CONCEIÇÃO YAMADA(OAB: 14618/PA)
AGRAVADO(S) TECHCASA INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.
Advogado DR. OSIRIS GODOY MAZZINGHY JÚNIOR(OAB: 19545/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BOLONHA INCORPORADORA LTDA.
- IMPERIAL INCORPORADORA LTDA.
- MARCUS SANTOS CORREA
- PROJETO IMOBILIÁRIO SPE 64 LTDA.
- TECHCASA INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.
- ZAPPI CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0001299-71.2011.5.10.0018

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) MARGARIDA MARIA FERREIRA DE BARROS
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUERCIO(OAB: 1441-B/DF)
AGRAVANTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. ELISA ALENCAR MENEZES DE LIMA(OAB: 15029/PB)
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
Advogado DR. CRISTIANO DE FREITAS FERNANDES(OAB: 13455/DF)
Advogado DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182/DF)
AGRAVADO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
- MARGARIDA MARIA FERREIRA DE BARROS
- OS MESMOS

Processo Nº AIRR-0001447-79.2011.5.01.0003

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) VANESSA SILVA DE JESUS
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 138778/RJ)
AGRAVANTE(S) BANCO CITIBANK S.A.
Advogado DR. JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO(OAB: 126358/RJ)
AGRAVADO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CITIBANK S.A.
- OS MESMOS
- VANESSA SILVA DE JESUS

Processo Nº AIRR-0001604-50.2011.5.15.0007

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) VICUNHA TÊXTIL S.A.
Advogada DRA. KARINE MARIA HAYDN CREDIDIO(OAB: 143241/SP)
AGRAVADO(S) AILTON FABRÍCIO GARCIA
Advogado DR. ADRIANO DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 261536/SP)
AGRAVADO(S) MASSA FALIDA DE TEXTFIBRA TÊXTIL LTDA.
Advogada DRA. SIMONE BORELLI LIZA(OAB: 103115/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AILTON FABRÍCIO GARCIA
- MASSA FALIDA DE TEXTFIBRA TÊXTIL LTDA.
- VICUNHA TÊXTIL S.A.

Processo Nº AIRR-0001644-87.2016.5.12.0056

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) EDUARDO JURL DOS SANTOS
Advogado DR. JAIME MATHIOLA JÚNIOR(OAB: 35588/SC)
AGRAVADO(S) ROSÂNGELA SUEIRA
Advogado DR. JEANDRO JOSÉ KLOCK(OAB: 13690/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO JURL DOS SANTOS
- ROSÂNGELA SUEIRA

Processo Nº AIRR-0001647-51.2013.5.01.0283

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) VIA VAREJO S.A.
Advogado DR. JOÃO ROGÉRIO ROMALDINI DE FARIA(OAB: 115445/SP)
AGRAVADO(S) KRICYANA MOREIRA XAVIER
Advogado DR. REYNALDO TAVARES PESSANHA(OAB: 67354/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- KRICYANA MOREIRA XAVIER
- VIA VAREJO S.A.

Processo Nº AIRR-0001739-30.2016.5.10.0103

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
AGRAVADO(S) FÁBIO ESPÍNDOLA DE SOUSA
Advogado DR. CLEIDE ALVES GUIMARÃES KAMINSKI(OAB: 14906/DF)
AGRAVADO(S) FCB - TRANSPORTE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA
Advogado DR. SAULO VITOR DA SILVA MUNHOZ(OAB: 51033/DF)
Advogada DRA. LUCIANA FERREIRA GONÇALVES(OAB: 15038/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- FCB - TRANSPORTE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA
- FÁBIO ESPÍNDOLA DE SOUSA
- PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.

Processo Nº AIRR-0001915-69.2012.5.18.0121

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) ADILTON BARROS DA SILVA
Advogado DR. ORLANDO TERRA DE OLIVEIRA NETO(OAB: 31146/GO)
AGRAVANTE(S) AF SANTOS QUEIROZ LTDA.
Advogado DR. RICARDO LE SENECHAL HORTA(OAB: 7976/GO)
AGRAVADO(S) COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 27024/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADILTON BARROS DA SILVA
- AF SANTOS QUEIROZ LTDA.
- COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV

Processo Nº AIRR-0001967-84.2015.5.03.0054

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) ARCELORMITTAL BRASIL S.A.
Advogada DRA. FLÁVIA MARIA PIMENTA BARROSO CHIARI(OAB: 58643/MG)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) VALE S.A.
Advogado DR. MICHEL PIRES PIMENTA COUTINHO(OAB: 87880/MG)
Advogado DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)
AGRAVADO(S) EDMIR ANTÔNIO DE LIMA
Advogado DR. CLAUDINEI DE SOUZA REZENDE(OAB: 73981/MG)
AGRAVADO(S) CONSTRUTORA MINAS RIO LTDA. - CMR
Advogado DR. DANIEL MARTINS DE MELLO NETO(OAB: 105175/MG)
AGRAVADO(S) VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ARCELORMITTAL BRASIL S.A.
- CONSTRUTORA MINAS RIO LTDA. - CMR
- EDMIR ANTÔNIO DE LIMA
- VALE S.A.
- VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº AIRR-0002203-49.2013.5.03.0137

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) LÚCIO FERNANDES CAMPOS
Advogado DR. REINALDO ALBERT PASSOS TEIXEIRA(OAB: 90936/MG)
Advogado DR. FLÁVIO CARDOSO ROESBERG MENDES(OAB: 90704/MG)
AGRAVADO(S) BANCO RURAL S.A. (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
Advogado DR. MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA(OAB: 63440/MG)
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 107878/MG)
Advogado DR. RAPHAEL AUGUSTO CAMPOS HORTA(OAB: 130923-A/MG)
AGRAVADO(S) RURAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Advogada DRA. JULIANA MAGALHÃES ASSIS CHAMI(OAB: 71859/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO RURAL S.A. (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
- LÚCIO FERNANDES CAMPOS

- RURAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Processo Nº AIRR-0002204-26.2013.5.03.0075

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS - IFSULDEMINAS

Procurador DR. BETSAIDA PENIDO ROSA

Procurador DR. ERLON HERMES SANTIAGO COUTINHO

AGRAVADO(S) JOAO PAULO DE FREITAS

Advogado DR. VALMIR DE PAIVA BAGGIO(OAB: 74073/MG)

Advogado DR. EWERTON CARLOS DE PAIVA LARAIA(OAB: 96584/MG)

AGRAVADO(S) AFEQUE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

Advogada DRA. IVANILDA DA SILVA(OAB: 104828/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AFEQUE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS - IFSULDEMINAS

- JOAO PAULO DE FREITAS

Processo Nº AIRR-0002266-89.2010.5.02.0466

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) VOLKSWAGEN DO BRASIL - INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Advogada DRA. ANA CRISTINA GRAU GAMELEIRA WERNECK(OAB: 88982/RJ)

AGRAVANTE(S) RAIMUNDO ELIAS GOMES

Advogado DR. AGAMENON MARTINS DE OLIVEIRA(OAB: 99424-D/SP)

AGRAVADO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- OS MESMOS

- RAIMUNDO ELIAS GOMES

- VOLKSWAGEN DO BRASIL - INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº AIRR-0002506-03.2013.5.02.0263

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) AGNALDO FERREIRA TIBÚRCIO

Advogado DR. FERNANDO MERLINI(OAB: 213687/SP)

AGRAVADO(S) MAGNUM SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

Advogado DR. CLÉBER DINIZ BISPO(OAB: 184303/SP)

Advogado DR. LUIZ APARECIDO FERREIRA(OAB: 95654-A/SP)

AGRAVADO(S) HENKEL LTDA.

Advogado DR. FABRICIO PALACIOS LEITE TOGASHI(OAB: 206714-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGNALDO FERREIRA TIBÚRCIO

- HENKEL LTDA.

- MAGNUM SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

Processo Nº AIRR-0010009-51.2018.5.03.0173

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) GLOBOAVES SÃO PAULO AGROAVÍCOLA LTDA.

Advogada DRA. GINA CARLA GOMES COSTA DE SOUZA(OAB: 137767/MG)

AGRAVADO(S) JOSÉ AILTON DA SILVA FEITOZA

Advogado DR. JOSÉ AURÉLIO DE MELO COELHO(OAB: 98527/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLOBOAVES SÃO PAULO AGROAVÍCOLA LTDA.

- JOSÉ AILTON DA SILVA FEITOZA

Processo Nº AIRR-0010083-38.2017.5.03.0142

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) FCA - FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.

Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE SAAD(OAB: 36634/SP)

Advogado DR. FRANCISCO JOSÉ FERREIRA SOUZA ROCHA DA SILVA(OAB: 182432/SP)

AGRAVADO(S) WAGNER MACARIO DA SILVA

Advogado DR. CRISTIANO COUTO MACHADO(OAB: 77797/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FCA - FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.

- WAGNER MACARIO DA SILVA

Processo Nº AIRR-0010119-81.2013.5.11.0018

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) CARBOQUÍMICA DA AMAZÔNIA LTDA.

Advogado DR. ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR(OAB: 3194/AM)

AGRAVANTE(S) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Procurador DR. GEISEKELLY BOMFIM DE SANTANA

AGRAVADO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- CARBOQUÍMICA DA AMAZÔNIA LTDA.

- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

- OS MESMOS

Processo Nº AIRR-0010187-41.2013.5.12.0038

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogada DRA. ÂNGELA RITTER WOELTJE(OAB: 17507/SC)

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) JEAN BAPTISTA DE JESUS

Advogado DR. DIRLEI FIGUEIRÓ FORTES(OAB: 22758/RS)

Advogada DRA. LARISSA BORGES FORTES(OAB: 79395/RS)

Advogado DR. IGOR ROCHA TUSSET(OAB: 66396/RS)

AGRAVADO(S) CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI

Advogada DRA. GIOVANA MICHELIN LETTI(OAB: 44303/RS)

Advogado DR. FABRICIO ZIR BOTHOME(OAB: 44277-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
- JEAN BAPTISTA DE JESUS

Processo Nº AIRR-0010240-06.2017.5.03.0176

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) ANTÔNIA FLORINDA DE ANDRADE NASCIMENTO
Advogado DR. EMERSON JOSÉ DOS SANTOS(OAB: 117603/MG)
AGRAVADO(S) ANTONIETA ZALETE ARANTES E OUTRO
Advogado DR. PRESLEY OLIVEIRA GOMES(OAB: 54105/MG)
Advogada DRA. CLÁUDIA DAS GRAÇAS BORGES(OAB: 96884/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIETA ZALETE ARANTES E OUTRO
- ANTÔNIA FLORINDA DE ANDRADE NASCIMENTO

Processo Nº AIRR-0010399-29.2013.5.01.0051

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ
Procurador DR. VERA LUCIA GOMES DE ALMEIDA
Procurador DR. MARCO MAGNO MANELA
AGRAVADO(S) COSME AGUIAR DO NASCIMENTO E OUTROS
Advogado DR. CARLOS EDUARDO COSTA BASTOS(OAB: 53892/RJ)
AGRAVADO(S) UNIRIO MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. FÁBIANA VIANNA FERRÃO(OAB: 126296/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COSME AGUIAR DO NASCIMENTO E OUTROS
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ
- UNIRIO MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0010448-54.2016.5.03.0069

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Procuradora DRA. JULIANA MARQUES DE ARAÚJO MOURA
AGRAVADO(S) LEANDRO JUNIO CODATO
Advogada DRA. LUCIENE MACIEL(OAB: 146507/MG)
AGRAVADO(S) CDR SERVIÇOS EIRELI
Advogado DR. EDU HENRIQUE DIAS COSTA(OAB: 64225/MG)
Advogado DR. CÉSAR JOSÉ RODRIGUES JUNIOR(OAB: 134700/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CDR SERVIÇOS EIRELI
- LEANDRO JUNIO CODATO
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Processo Nº AIRR-0010601-12.2014.5.01.0070

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Advogado DR. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO(OAB: 77293/RJ)
Procurador DR. ANDRÉ RODRIGUES CYRINO
Procuradora DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS ROHR
AGRAVADO(S) CLÁUDIA SILVA CASCÃO
Advogado DR. RUBENS XAVIER DOS ANJOS JÚNIOR(OAB: 38787/RJ)
Advogado DR. HERALDO HERCULANO BASTOS CHAVES(OAB: 17206/RJ)
AGRAVADO(S) INFORNOVA AMBIENTAL LTDA.
Advogado DR. WILSON DUARTE DE CARVALHO(OAB: 122677/RJ)
Advogado DR. TATIANA SILVA ARRUDA(OAB: 187853-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLÁUDIA SILVA CASCÃO
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INFORNOVA AMBIENTAL LTDA.

Processo Nº AIRR-0010683-93.2017.5.03.0163

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTÓMOVEIS BRASIL LTDA.
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE SAAD(OAB: 36634/SP)
AGRAVADO(S) MARCOS AURÉLIO PEREIRA RODRIGUES
Advogado DR. CRISTIANO COUTO MACHADO(OAB: 77797/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FCA FIAT CHRYSLER AUTÓMOVEIS BRASIL LTDA.
- MARCOS AURÉLIO PEREIRA RODRIGUES

Processo Nº AIRR-0010708-05.2016.5.03.0014

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
AGRAVANTE(S) TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
Advogado DR. GUSTAVO SOARES DA SILVEIRA GIORDANO(OAB: 76733/MG)
AGRAVADO(S) CARLOS ROBERTO DA SILVA
Advogado DR. RICARDO EMÍLIO DE OLIVEIRA(OAB: 43170/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ROBERTO DA SILVA
- TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA

Processo Nº AIRR-0010794-21.2014.5.15.0043

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) CENTRO HOSPITALAR VALINHOS E VINHEDO SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA.
Advogado DR. PAULO RAMOS BORGES PINTO(OAB: 179179/SP)
AGRAVANTE(S) DIEGO RODOLFO DE CAMPOS
Advogado DR. MARIA JOSÉ CORASOLLA CARREGARI(OAB: 67283/SP)

AGRAVADO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO HOSPITALAR VALINHOS E VINHEDO SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA.
- DIEGO RODOLFO DE CAMPOS
- OS MESMOS

Processo Nº AIRR-0010807-73.2017.5.03.0067

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCHIANI DE FONTAN PEREIRA

AGRAVANTE(S) AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.

Advogado DR. JOÃO LUIZ JUNTOLLI(OAB: 69339/MG)

AGRAVADO(S) JANAÍNA VERSIANI SILVA

Advogado DR. DENILSON CARVALHO MORAIS(OAB: 61982/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.
- JANAÍNA VERSIANI SILVA

Processo Nº AIRR-0010834-09.2017.5.03.0018

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) DROGARIA ARAÚJO S.A.

Advogado DR. RODRIGO DE CARVALHO ZAULI(OAB: 71933/MG)

AGRAVADO(S) AENDY DE OLIVEIRA PEREIRA

Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS PINHEIRO SOARES(OAB: 60261/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AENDY DE OLIVEIRA PEREIRA
- DROGARIA ARAÚJO S.A.

Processo Nº AIRR-0010868-05.2015.5.15.0152

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) RESTAUPARTS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Advogado DR. BASSIL HANNA NEJM(OAB: 60427/SP)

AGRAVADO(S) EDILSON SANTOS DA SILVA

Advogada DRA. FLÁVIA MASCARIN DA CRUZ(OAB: 356382/SP)

AGRAVADO(S) BELGO BEKAERT ARAMES LTDA.

Advogado DR. REGIANE MARIANI GONZAGA FRANCO(OAB: 213972/SP)

Advogado DR. FERNANDA GABRIELA SPOSITO(OAB: 291546/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BELGO BEKAERT ARAMES LTDA.
- EDILSON SANTOS DA SILVA
- RESTAUPARTS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0010887-12.2017.5.03.0140

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Advogado DR. JULIANA DE ALMEIDA MATTOS(OAB: 77730/MG)

Advogada DRA. RAQUEL ARAUJO(OAB: 100928/MG)

AGRAVADO(S) AIRTON MOURA DE SOUZA

Advogado DR. CARLOS PEDRO DE MORAIS(OAB: 178297/MG)

AGRAVADO(S) A3 GESTÃO DE PESSOAS EIRELI - EPP

Advogado DR. VICTOR LOYOLA MAIA TAVARES(OAB: 65484/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- A3 GESTÃO DE PESSOAS EIRELI - EPP
- AIRTON MOURA DE SOUZA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº AIRR-0011055-49.2014.5.15.0119

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Procuradora DRA. MIRIAN MARTA RAPOSO DOS SANTOS FERREIRA

AGRAVADO(S) FREDIMAR JOSÉ RAMOS

Advogado DR. LUCIMEIRE GUSMÃO(OAB: 148695/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FREDIMAR JOSÉ RAMOS
- MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Processo Nº AIRR-0011117-15.2015.5.03.0014

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) ENERG POWER LTDA

Advogado DR. MAURÍCIO METZKER J. MACIEL(OAB: 122728/MG)

Advogada DRA. LAURA PEREIRA DE SOUZA(OAB: 121367/MG)

Advogado DR. LUCAS QUINTINO DE ALMEIDA LACERDA(OAB: 129651-A/MG)

AGRAVADO(S) GERALDO GUALBERTO ANTUNES

Advogado DR. FLÁVIO MARQUES DE ALMEIDA(OAB: 72508/MG)

AGRAVADO(S) CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.

Advogado DR. RODRIGO DE ABREU AMORIM(OAB: 80789/MG)

Advogado DR. MAX WELINGTON TORRES MATHEUS DIAS(OAB: 99120-A/MG)

Advogada DRA. ANA LUIZA SOUSA BRANT(OAB: 156112/MG)

Advogado DR. GEORGE AUGUSTO MENDES E SILVA(OAB: 115667-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.
- ENERG POWER LTDA
- GERALDO GUALBERTO ANTUNES

Processo Nº AIRR-0011153-23.2016.5.03.0111

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

Advogado DR. MARCUS AUGUSTO GUIMARÃES MOURA FERREIRA(OAB: 108587/MG)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDADOS

Advogado DR. LEONARDO RIBEIRO
SALOMON(OAB: 72085/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE
PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
E SIMILARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDADOS

Processo Nº AIRR-0011224-03.2017.5.03.0010

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
AGRAVANTE(S) HOSPITAL MATER DEI S.A.
Advogado DR. BRUNO BAPTISTA
ZANFORLIN(OAB: 106909/MG)
AGRAVADO(S) FRANK DOUGLAS MEDEIROS
COELHO
Advogado DR. MANOEL FERNANDO DE
VASCONCELOS ROCHA(OAB:
28798/MG)
Advogado DR. NELSON FRANCISCO
SILVA(OAB: 53416/MG)
AGRAVADO(S) ASJ CONSTRUÇÕES EIRELI
Advogada DRA. ANA REGINA MAYER
MOREIRA(OAB: 63251/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASJ CONSTRUÇÕES EIRELI
- FRANK DOUGLAS MEDEIROS COELHO
- HOSPITAL MATER DEI S.A.

Processo Nº AIRR-0011236-40.2016.5.03.0143

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE
FONTAN PEREIRA
AGRAVANTE(S) ARCELORMITTAL BRASIL S.A.
Advogada DRA. VIVIANE ARAÚJO DE CASTRO
CASTELLÕES(OAB: 106435/RJ)
Advogado DR. TULLIO DE GOUVÊA
CASTELLÕES(OAB: 81482/MG)
AGRAVADO(S) DENIR DIVINO DA SILVA
Advogado DR. LEANDRO JEFFERSON
FERNANDES(OAB: 144976/MG)
AGRAVADO(S) ELBA EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
S.A.
Advogado DR. JUSCELINO TEIXEIRA
BARBOSA FILHO(OAB: 57225/MG)
Advogado DR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA
ELIAS(OAB: 68029-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARCELORMITTAL BRASIL S.A.
- DENIR DIVINO DA SILVA
- ELBA EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS S.A.

Processo Nº AIRR-0011324-15.2013.5.01.0022

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
AGRAVANTE(S) CELSO LUIZ MALAQUIAS DE
OLIVEIRA
Advogado DR. MARCELO DE CASTRO
FONSECA(OAB: 78135/RJ)
Advogado DR. EDUARDO GALARDO
MATTA(OAB: 126977/RJ)
Advogado DR. GUILHERME MARQUES DOS
REIS(OAB: 180360/RJ)
AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado DR. CRISTÓVÃO TAVARES DE
MACEDO SOARES
GUIMARÃES(OAB: 77988/RJ)

Advogado DR. NATÁLIA MARTINS
ARAÚJO(OAB: 161658/RJ)
AGRAVADO(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. RENATA COTRIM NACIF
Procurador DR. ALICE VORONOFF

Intimado(s)/Citado(s):

- CELSO LUIZ MALAQUIAS DE OLIVEIRA
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

Processo Nº AIRR-0011618-26.2016.5.03.0113

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
AGRAVANTE(S) KELLY DA SILVA MARQUES
Advogado DR. MARCELO DE ANDRADE
PORTELLA SENRA(OAB: 108347/MG)
AGRAVADO(S) PETRONE MOREIRA COSTA -
EIRELI
Advogada DRA. LUCIANA ALVES PATROCÍNIO
BRANT(OAB: 123642/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- KELLY DA SILVA MARQUES
- PETRONE MOREIRA COSTA - EIRELI

Processo Nº AIRR-0011668-50.2015.5.03.0028

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS
Advogado DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB:
71639/MG)
Advogado DR. LUCAS TRISTÃO DO
CARMO(OAB: 15513/ES)
AGRAVADO(S) DEROCI FERREIRA BARROS NETO
DE ARAÚJO
Advogado DR. FÁBIO FAZANI(OAB: 183851/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEROCI FERREIRA BARROS NETO DE ARAÚJO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0012040-22.2016.5.15.0095

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
AGRAVANTE(S) INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPEM
Procurador DR. RAFAEL MODESTO RIGATO
Procurador DR. MURILO RODRIGUES JÚNIOR
AGRAVADO(S) ANTÔNIO PAULO ZANOTTO
Advogado DR. VALENTIM WELLINGTON
DAMIANI(OAB: 319100/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO PAULO ZANOTTO
- INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO
PAULO - IPEM

Processo Nº AIRR-0016057-45.2015.5.16.0019

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
AGRAVANTE(S) NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE
ENERGIA S.A.
Advogado DR. RENATA SOUSA DOS SANTOS
SALLUH(OAB: 107025-A/RJ)
Advogado DR. HELIDA GENARI BACCAN(OAB:
2838-A/RO)

Advogado DR. CHARLES BACCAN JUNIOR(OAB: 2823-A/RO)
AGRAVADO(S) LUÍS FRANCISCO DA SILVA
Advogada DRA. AMANDA MARIA CUNHA DE MEDEIROS(OAB: 11567/PI)
AGRAVADO(S) SANDEN INDÚSTRIA E MONTAGEM ELETROMECÂNICA LTDA. - EPP
Advogado DR. ANDRÉ MÁRIO GODA(OAB: 125325/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUÍS FRANCISCO DA SILVA
- NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
- SANDEN INDÚSTRIA E MONTAGEM ELETROMECÂNICA LTDA. - EPP

Processo Nº AIRR-0017725-60.2015.5.16.0016

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) VALE S.A.
Advogado DR. MARCO ANTÔNIO COELHO LARA(OAB: 5429-A/MA)
Advogado DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)
Advogada DRA. TAÍS RODRIGUES PORTELADA(OAB: 9190/MA)
AGRAVADO(S) JOAQUIM ARAÚJO
Advogado DR. SUTELINO COIMBRA NETO(OAB: 5146/MA)
AGRAVADO(S) PELICANO CONSTRUÇÕES S.A.
Advogado DR. ALVINO PÁDUA MERIZIO(OAB: 7834/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAQUIM ARAÚJO
- PELICANO CONSTRUÇÕES S.A.
- VALE S.A.

Processo Nº AIRR-0020234-91.2015.5.04.0017

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS AGENTES DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - SINTRAN
Advogado DR. MILTON JOSÉ MUNHOZ CAMARGO(OAB: 7815/RS)
Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS SCHAMANN MAINERI(OAB: 7558/RS)
Advogado DR. DENIS RODRIGUES EINLOFT(OAB: 62310/RS)
AGRAVADO(S) EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S.A. - EPTC
Advogado DR. GUILHERME LEONARDO SANGOI LIMA(OAB: 63251-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S.A. - EPTC
- SINDICATO DOS AGENTES DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - SINTRAN

Processo Nº AIRR-0021305-55.2016.5.04.0030

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA - HOSPITAL SÃO LUCAS DA PUCRS
Advogado DR. DÓRIS KRAUSE KILIAN(OAB: 36319/RS)

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
AGRAVADO(S) DANIELA CABRAL ANDRADE
Advogado DR. LUÍS EDUARDO SOARES DUTRA(OAB: 45662/RS)
Advogado DR. EVERTON LESZCZYNSKI SOUTO(OAB: 71162/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELA CABRAL ANDRADE
- UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA - HOSPITAL SÃO LUCAS DA PUCRS

Processo Nº AIRR-0021865-31.2015.5.04.0030

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) CAROLINE BICA DO NASCIMENTO
Advogado DR. CARLOS FRANKLIN PAIXÃO DE ARAÚJO(OAB: 3328/RS)
Advogado DR. RAFAEL COVOLO(OAB: 83704/RS)
AGRAVADO(S) TAM LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado DR. FÁBIO RIVELLI(OAB: 297608/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAROLINE BICA DO NASCIMENTO
- TAM LINHAS AÉREAS S.A.

Processo Nº AIRR-0024874-55.2014.5.24.0005

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 71639/MG)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
AGRAVADO(S) AQUILEU BUTHEVICIUS NANTES
Advogado DR. GILSON FREIRE DA SILVA(OAB: 5489/MS)
AGRAVADO(S) OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA(OAB: 6835/MS)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- AQUILEU BUTHEVICIUS NANTES
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Processo Nº AIRR-0098700-59.2008.5.03.0151

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) UNIÃO (PGF)
Procurador DR. EURICO SIQUEIRA ALVIM
AGRAVADO(S) DONIZETTI ANTONIO DE PÁDUA SILVA
Advogado DR. BENEDITO DAS NEVES(OAB: 37287/MG)
AGRAVADO(S) RADIO OURO VERDE LTDA.
Advogada DRA. TATIANE APARECIDA MOREIRA(OAB: 132334/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DONIZETTI ANTONIO DE PÁDUA SILVA
- RADIO OURO VERDE LTDA.

- UNIÃO (PGF)

Processo Nº AIRR-0107700-49.2008.5.17.0004

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) UMBERTO SALES DE SOUZA
Advogado DR. ANTÔNIO AUGUSTO DALLAPICCOLA SAMPAIO(OAB: 9588/ES)
AGRAVADO(S) COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD
Advogada DRA. ANABELA GALVÃO(OAB: 5670/ES)
AGRAVADO(S) ARATEC MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA.
Advogado DR. JOSÉ CARLOS NASCIF AMM(OAB: 1356/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARATEC MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA.
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD
- UMBERTO SALES DE SOUZA

Processo Nº AIRR-0123900-05.2009.5.01.0017

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogado DR. JOÃO JOAQUIM MARTINELLI(OAB: 1796/MG)
AGRAVANTE(S) TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DE ALMEIDA CARRIÇO(OAB: 45513/RJ)
AGRAVADO(S) VIVALDO AFONSO AVELAR
Advogado DR. ALEXANDRE SANTANA NASCIMENTO(OAB: 95384/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.
- VIVALDO AFONSO AVELAR

Processo Nº AIRR-0255000-08.2008.5.02.0012

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) FRANCIS DE MENEZES PAIVA
Advogado DR. MAURÍCIO NAHAS BORGES(OAB: 139486/SP)
AGRAVANTE(S) TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S.A.
Advogado DR. GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO(OAB: 95502/RJ)
AGRAVADO(S) AMADEUS BRASIL LTDA.
Advogado DR. ARNALDO PIPEK(OAB: 113878/SP)
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO RUBEN BERTA E OUTRAS
Advogado DR. JOSÉ ROBERTO ZAGO(OAB: 98053/SP)
Advogado DR. DANIELE EMINA DE RINE(OAB: 212222/SP)
AGRAVADO(S) VARIG LOGÍSTICA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada DRA. SANDRA REGINA SOLLÁ(OAB: 154631/SP)
AGRAVADO(S) PLUNA - PRIMEIRAS LINEAS URUGUAYAS DE NAVEGATION AEREA

Advogado DR. PEDRO PAULO GOUVÊA DE MAGALHÃES(OAB: 44670/RJ)

Advogado DR. MAURÍCIO ABUCHAIM FATTORÉ(OAB: 208430/SP)

AGRAVADO(S) SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS S.A. - SATA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado DR. PRISCILA RODRIGUES GONÇALVES(OAB: 264255/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMADEUS BRASIL LTDA.
- FRANCIS DE MENEZES PAIVA
- FUNDAÇÃO RUBEN BERTA E OUTRAS
- PLUNA - PRIMEIRAS LINEAS URUGUAYAS DE NAVEGATION AEREA
- SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS S.A. - SATA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S.A.
- VARIG LOGÍSTICA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº AIRR-1000020-52.2016.5.02.0027

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) DEUSDETE ARAUJO DOS SANTOS
Advogado DR. AGOSTINHO TOFOLI(OAB: 49389/SP)
Advogado DR. EDUARDO TOFOLI(OAB: 133996/SP)
AGRAVADO(S) CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MARÍLIA
Advogado DR. CELSO GONÇALVES DA COSTA(OAB: 194485/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MARÍLIA
- DEUSDETE ARAUJO DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-1000329-15.2016.5.02.0014

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador DR. DAISY ROSSINI DE MORAES
AGRAVADO(S) VANDERLEIA MELO DE SANTANA
Advogado DR. JEFERSON CHINCHE(OAB: 76481/SP)
AGRAVADO(S) MULTI FUNCIONAL MÃO OBRA TERCEIRIZADA LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- MULTI FUNCIONAL MÃO OBRA TERCEIRIZADA LTDA. - ME
- VANDERLEIA MELO DE SANTANA

Processo Nº AIRR-1000533-20.2016.5.02.0027

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) DANIELE IRINA WERNER
Advogada DRA. PAULA RIBEIRO MARAGNO(OAB: 160410/SP)
AGRAVADO(S) BCA - CONSULTORIA EM GESTÃO DE EMPRESAS LTDA. E OUTRO
Advogado DR. MAURO VERNACI(OAB: 229997/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BCA - CONSULTORIA EM GESTÃO DE EMPRESAS LTDA. E OUTRO
- DANIELE IRINA WERNER

Processo Nº AIRR-1000791-25.2016.5.02.0255

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE (S) E AGRAVADO (S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. JOÃO GILBERTO SILVEIRA BARBOSA(OAB: 86396/SP)

Advogado DR. ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA PERDIZ PINHEIRO(OAB: 183805/SP)

AGRAVANTE (S) E AGRAVADO (S) VILMAR SPERANDIO NOGUEIRA PINTO

Advogado DR. FÁBIO FAZANI(OAB: 183851/SP)

AGRAVADO(S) TOMÉ ENGENHARIA S.A.

Advogado DR. SIDNEI GARCIA DIAZ(OAB: 97089/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- TOMÉ ENGENHARIA S.A.
- VILMAR SPERANDIO NOGUEIRA PINTO

Processo Nº AIRR-1000824-23.2016.5.02.0317

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) CLAYTON RODRIGUES MONTEAGUDO

Advogado DR. MAURÍCIO MONTEAGUDO FLAUSINO(OAB: 192032/SP)

AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.

Advogado DR. JOSÉ DE PAULA MONTEIRO NETO(OAB: 29443/SP)

Advogado DR. AUDREY CRISTINA MOREIRA DOS SANTOS MEUCCI(OAB: 131841-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAYTON RODRIGUES MONTEAGUDO
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

Processo Nº AIRR-1000932-68.2016.5.02.0053

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) SÍLVIO ROBERTO RIBEIRO

Advogado DR. LUCIANO JOSÉ NUNES(OAB: 139793/SP)

Advogado DR. CAIO MOTTA MELO(OAB: 193701/SP)

AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.

Advogada DRA. MARIA DA GLÓRIA CHAGAS ARRUDA(OAB: 147732/SP)

Advogado DR. SÉRGIO BARBOSA FILHO(OAB: 136516/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- SÍLVIO ROBERTO RIBEIRO

Processo Nº AIRR-1001000-85.2014.5.02.0312

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP

Advogado DR. CÁSSIO MESQUITA BARROS JÚNIOR(OAB: 8354/SP)

AGRAVADO(S) IVETE CORDEIRO

Advogado DR. WAGNER DE SOUZA SANTIAGO(OAB: 272779/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP
- IVETE CORDEIRO

Processo Nº AIRR-1001014-34.2017.5.02.0031

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) ADRIELY SOUZA SILVA

Advogado DR. CHRISTIAN REGIS DA CRUZ(OAB: 271195/SP)

Advogado DR. RUBENS RODRIGUES ALVES MATOS(OAB: 372446/SP)

AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. FERNANDO LEME DANTAS DE AGUIAR(OAB: 215767/SP)

AGRAVADO(S) ATENTO BRASIL S.A.

Advogada DRA. MARIA MERCEDES OLIVEIRA FERNANDES DE LIMA(OAB: 82402/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIELY SOUZA SILVA
- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BRADESCO S.A.

Processo Nº AIRR-1001231-18.2017.5.02.0471

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) HYUNDAI CAO DO BRASIL LTDA.

Advogado DR. DIEGO SABATELLO COZZE(OAB: 252802/SP)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE SANTO ANDRE

Advogada DRA. WALKÍRIA ROSELY RIZZO RODRIGUES(OAB: 92627/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- HYUNDAI CAO DO BRASIL LTDA.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE SANTO ANDRE

Processo Nº AIRR-1001256-31.2014.5.02.0311

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) SOLUÇÕES EM AÇO USIMINAS S.A.

Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341-D/SP)

Advogado DR. THIAGO AUGUSTO VEIGA RODRIGUES(OAB: 221896/SP)

AGRAVADO(S) VALDEMIR LUIZ DE ALMEIDA

Advogado DR. DECIO PAZEMECKAS(OAB: 176752/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- SOLUÇÕES EM AÇO USIMINAS S.A.
- VALDEMIR LUIZ DE ALMEIDA

Processo Nº AIRR-1001661-85.2015.5.02.0714

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) VANESSA ALVES DOS SANTOS

Advogado DR. DANIELA PORTELA DE FREITAS OLIVEIRA(OAB: 221356/SP)

Advogado DR. SÍLVIO RODRIGUES DOS SANTOS(OAB: 246598/SP)

Advogada DRA. SILENE VIEIRA DE LIMA(OAB: 343436/SP)

AGRAVADO(S) VIA VAREJO S.A.

Advogado DR. OSMAR DE OLIVEIRA SAMPAIO JÚNIOR(OAB: 204651/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- VANESSA ALVES DOS SANTOS
- VIA VAREJO S.A.

Processo Nº AIRR-1001716-57.2015.5.02.0319

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) ADRIANO RIBEIRO DA SILVA
Advogado DR. MARCO AURÉLIO COSTA DOS SANTOS(OAB: 257036/SP)
Advogado DR. WAGNER DE SOUZA SANTIAGO(OAB: 272779-A/SP)
AGRAVADO(S) PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A. - PROGUARU
Advogado DR. NILSON LUIZ DE LIMA JUNIOR(OAB: 415937/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO RIBEIRO DA SILVA
- PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A. - PROGUARU

Processo Nº AIRR-1003271-68.2013.5.02.0323

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) RENATO CARDOSO DE OLIVEIRA
Advogado DR. MIGUEL TAVARES FILHO(OAB: 179421/SP)
AGRAVADO(S) SWISSPORT BRASIL LTDA.
Advogado DR. MARCUS VINICIUS MARCONDES VERSOLATTO(OAB: 187252-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.
- RENATO CARDOSO DE OLIVEIRA
- SWISSPORT BRASIL LTDA.

Processo Nº RR-0000019-39.2018.5.06.0242

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) GLAUCE CLEIDE MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA
Advogado DR. ALYNE ROBERTA ALEIXO DE MELO(OAB: 28167/PE)
Advogado DR. JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO(OAB: 30341/PE)
RECORRIDO(S) MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA
Advogado DR. LYNDON JOHNSON DE ANDRADE CARNEIRO(OAB: 25322/PE)
Advogado DR. LYNDON JOHNSON DE ANDRADE CARNEIRO(OAB: 25322-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLAUCE CLEIDE MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA

Processo Nº RR-0000040-70.2015.5.04.0211

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA

RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ
Procurador DR. BRUNO ALBERTON MACHADO
RECORRIDO(S) ALISSON RABELO MACHADO
Advogado DR. DIÓRGENES CANELLA(OAB: 72884/RS)
RECORRIDO(S) MUNICÍPIO DE TRÊS CACHOEIRAS
Procurador DR. CÁSSIO JUSTO DUARTE
RECORRIDO(S) EVERTON GOLDANI ALVES E CIA. LTDA. - EPP E OUTROS
Advogado DR. ROBERSON DOS REIS(OAB: 66368/RS)
RECORRIDO(S) MUNICÍPIO DE MAQUINÉ
Advogado DR. ROMILDO ANTÔNIO PACHECO DOS REIS(OAB: 79873/RS)
RECORRIDO(S) MUNICÍPIO DE TERRA DE AREIA
Advogada DRA. THAILA NEGRINI GOLDANI(OAB: 97376/RS)
RECORRIDO(S) MUNICÍPIO DE ARROIO DO SAL
Advogada DRA. JULIANA RIBEIRO SCHALY(OAB: 64533/RS)
RECORRIDO(S) MUNICÍPIO DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA
Advogado DR. ADEMILSON DE SOUZA(OAB: 30909/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALISSON RABELO MACHADO
- EVERTON GOLDANI ALVES E CIA. LTDA. - EPP E OUTROS
- MUNICÍPIO DE ARROIO DO SAL
- MUNICÍPIO DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA
- MUNICÍPIO DE MAQUINÉ
- MUNICÍPIO DE TERRA DE AREIA
- MUNICÍPIO DE TRÊS CACHOEIRAS
- MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ

Processo Nº RR-0000114-03.2017.5.08.0128

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) VALE S.A.
Advogado DR. KAUE OSÓRIO AROUCK(OAB: 12766/PA)
RECORRIDO(S) ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUZA
Advogado DR. RAIMUNDO NONATO GONÇALVES(OAB: 13505/PA)
RECORRIDO(S) EBES ENGENHARIA LTDA
Advogado DR. NICOMEDES OLÍMPIO JANSEN JUNIOR(OAB: 8224/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUZA
- EBES ENGENHARIA LTDA
- VALE S.A.

Processo Nº RR-0000152-67.2016.5.21.0005

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
RECORRENTE(S) DAYSE FERREIRA DA SILVA
Advogado DR. ANDERSON PEREIRA BARROS(OAB: 7582/RN)
RECORRIDO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada DRA. CAROLINA FONSECA RODRIGUES(OAB: 8626/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- DAYSE FERREIRA DA SILVA

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº RR-0000176-09.2012.5.02.0056

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) NORBERTO ANTÔNIO NICOLAU
Advogada DRA. LUCIANE ADAM DE OLIVEIRA(OAB: 201596/SP)
RECORRIDO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. ADRIANA MOREIRA LIMA(OAB: 245936-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- NORBERTO ANTÔNIO NICOLAU

Processo Nº RR-0000190-38.2014.5.03.0171

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. VALÉRIA RAMOS ESTEVES DE OLIVEIRA(OAB: 46178/MG)
RECORRENTE(S) MARCO ANTÔNIO SOARES DA SILVA
Advogado DR. ALEXANDRE GOMES DUARTE(OAB: 132955/MG)
RECORRIDO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARCO ANTÔNIO SOARES DA SILVA
- OS MESMOS

Processo Nº RR-0000292-66.2017.5.11.0451

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
Procuradora DRA. TALITA DE CASTRO TOBARUELA
RECORRIDO(S) LEÔNCIO MAR CARNEIRO
RECORRIDO(S) A DE C VENTURELLI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- A DE C VENTURELLI - EPP
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
- LEÔNCIO MAR CARNEIRO

Processo Nº RR-0000320-43.2014.5.21.0004

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN
Advogado DR. ANTÔNIO DE BRITO DANTAS(OAB: 595/RN)
RECORRIDO(S) FRANCISCA DE PAULA SILVA GOMES DE MELO
Advogado DR. JOÃO HÉLDER DANTAS CAVALCANTI(OAB: 1361/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN
- FRANCISCA DE PAULA SILVA GOMES DE MELO

Processo Nº RR-0000323-45.2010.5.03.0034

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) UNIÃO (PGF)
Procurador DR. ALFREDO JOSÉ DO CARMO DINIZ
Procurador DR. RICARDO BERNARDINO DUARTE
RECORRIDO(S) BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. E OUTROS
Advogado DR. SÍLVIO BATISTA(OAB: 9239/PR)
RECORRIDO(S) RODO MAR VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA.
Advogado DR. WILLIAM SIDNEY SULEIBE(OAB: 166636/SP)
RECORRIDO(S) JOÃO CUSTÓDIO PEREIRA DE SOUZA
Advogado DR. PLÍNIO MOREIRA DE SIQUEIRA(OAB: 36098/MG)
Advogada DRA. VÂNIA MARIA ALVARENGA BARBOSA(OAB: 66612/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. E OUTROS
- JOÃO CUSTÓDIO PEREIRA DE SOUZA
- RODO MAR VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA.
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº RR-0000382-82.2016.5.08.0131

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) TRANSDATA TRANSPORTES LTDA.
Advogado DR. OCTÁVIO TEIXEIRA BRILHANTE USTRA(OAB: 196524/SP)
RECORRIDO(S) DANIEL RODRIGUES DE SOUSA
Advogado DR. ELIENE HELENA DE MORAIS(OAB: 15198/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL RODRIGUES DE SOUSA
- TRANSDATA TRANSPORTES LTDA.

Processo Nº RR-0000404-45.2017.5.09.0013

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) CLEIDE REGINA RIEDLINGER DE OLIVEIRA
Advogado DR. ANTÔNIO ROBERTO DE MOURA FERRO JÚNIOR(OAB: 12333/PR)
RECORRIDO(S) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado DR. EDSON LUÍS MARTINS(OAB: 35117/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEIDE REGINA RIEDLINGER DE OLIVEIRA
- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Processo Nº RR-0000445-03.2014.5.03.0104

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
RECORRENTE E RECORRIDO SENAI SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
Advogada DRA. FABIOLA VIEGAS ALFENAS(OAB: 91299/MG)
RECORRENTE E RECORRIDO CENTRAL GERAL DO DÍZIMO PRÓ-VIDA
Advogado DR. JOSÉ NEWTON F. BERETA(OAB: 62267/SP)
RECORRIDO(S) GENIVAL DA SILVA BARBOSA

Advogado DR. PAULO UMBERTO DO PRADO(OAB: 57212/MG)
Advogada DRA. MARIA ALICE DIAS COSTA(OAB: 57987/MG)
RECORRIDO(S) ACTIVA BRASIL M&O CONSTRUÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ACTIVA BRASIL M&O CONSTRUÇÃO LTDA.
- CENTRAL GERAL DO DÍZIMO PRÓ-VIDA
- GENIVAL DA SILVA BARBOSA
- SENAI SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

Processo Nº RR-0000453-37.2014.5.09.0322

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) SANDRO CEZAR DE ARAUJO
Advogado DR. JAMES DANTAS(OAB: 27512/PR)
RECORRIDO(S) ORGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUÁ - OGMO/PARANAGUÁ
Advogado DR. EDSON HAUAGGE(OAB: 20423/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ORGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUÁ - OGMO/PARANAGUÁ
- SANDRO CEZAR DE ARAUJO

Processo Nº RR-0000477-19.2017.5.14.0032

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
Procurador DR. MARCÍLIO MOURA MENDES
RECORRIDO(S) MARA DE ALMEIDA DOS SANTOS DA COSTA
Advogado DR. DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO(OAB: 317076/SP)
RECORRIDO(S) G B DA ROCHA
CUSTOS LEGIS MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procurador DR. RONALDO CURADO FLEURY

Intimado(s)/Citado(s):

- G B DA ROCHA
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
- MARA DE ALMEIDA DOS SANTOS DA COSTA
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Processo Nº RR-0000511-09.2012.5.03.0021

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) IGOR WESLEY VIEIRA DO AMARAL
Advogado DR. ALEXANDRE AUGUSTO TEODORO(OAB: 129163/MG)
RECORRIDO(S) CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES FYDELIS LTDA.
Advogado DR. ADILSON TEODORO(OAB: 125987/MG)
RECORRIDO(S) CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS ROTA ROTA LTDA.
RECORRIDO(S) SEBASTIÃO JOSÉ DE OLIVEIRA

Advogada DRA. THAMARA KAREN TEIXEIRA SILVA(OAB: 154499/MG)
RECORRIDO(S) MATHEUS MENEZES ROCHA
RECORRIDO(S) CÉSAR BARBOSA GOMES

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS ROTA ROTA LTDA.
- CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES FYDELIS LTDA.
- CÉSAR BARBOSA GOMES
- IGOR WESLEY VIEIRA DO AMARAL
- MATHEUS MENEZES ROCHA
- SEBASTIÃO JOSÉ DE OLIVEIRA

Processo Nº RR-0000512-11.2017.5.12.0007

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) GISLAINE DOS SANTOS LEGAL
Advogado DR. GUILHERME AUGUSTO DA ROSA(OAB: 21726/SC)
RECORRIDO(S) VIA VAREJO S.A.
Advogado DR. OSMAR DE OLIVEIRA SAMPAIO JÚNIOR(OAB: 204651/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GISLAINE DOS SANTOS LEGAL
- VIA VAREJO S.A.

Processo Nº RR-0000537-70.2010.5.01.0461

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) MRS LOGÍSTICA S.A.
Advogado DR. LUIZ INÁCIO BARBOSA CARVALHO(OAB: 44418/RJ)
RECORRIDO(S) MARCOS WENDEL DOS SANTOS FELICIDADE
Advogado DR. NILO SÉRGIO MESQUITA PORTELA(OAB: 45164/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS WENDEL DOS SANTOS FELICIDADE
- MRS LOGÍSTICA S.A.

Processo Nº RR-0000601-98.2015.5.23.0071

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Advogada DRA. RENATA SOUSA DOS SANTOS SALLUH(OAB: 107025/RJ)
RECORRIDO(S) JOSÉ FRANCISCO RODRIGUES DA CRUZ
Advogado DR. DÉRCIO LUPIANO DE ASSIS FILHO(OAB: 12466-A/MT)
RECORRIDO(S) ALUMINI ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada DRA. LUCIANA ARDUIN FONSECA(OAB: 143634/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALUMINI ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- JOSÉ FRANCISCO RODRIGUES DA CRUZ
- NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Processo Nº RR-0000713-21.2017.5.05.0161

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) ESTADO DA BAHIA

Procurador DR. ANA PAULA TOMAZ MARTINS
RECORRIDO(S) JOANE SANTANA MIRANDA
Advogado DR. FABRÍCIO LUÍS NOGUEIRA DE BRITTO(OAB: 15025/BA)
RECORRIDO(S) CONTRATE GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI - EPP
Advogado DR. WASHINGTON LUIZ DIAS PIMENTEL JÚNIOR(OAB: 32788/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTRATE GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI - EPP
- ESTADO DA BAHIA
- JOANE SANTANA MIRANDA

Processo Nº RR-0000744-75.2014.5.06.0013

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) CARLOS CEZAR DOS SANTOS LIRA
Advogada DRA. SUZANA PATRÍCIA ALVES DE MATOS(OAB: 38453/PE)
RECORRIDO(S) THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A.
Advogado DR. CLAILSON CARDOSO RIBEIRO(OAB: 13125/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS CEZAR DOS SANTOS LIRA
- THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A.

Processo Nº RR-0000806-19.2017.5.05.0311

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. MARCUS VINÍCIUS CAMINHA
RECORRIDO(S) MARICELMA PEREIRA DA SILVA
Advogada DRA. CAMILA MURIEL RODRIGUES BARBOSA(OAB: 47470/BA)
RECORRIDO(S) CONTRATE GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI
Advogado DR. WASHINGTON LUIZ DIAS PIMENTEL JÚNIOR(OAB: 32788/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTRATE GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI
- ESTADO DA BAHIA
- MARICELMA PEREIRA DA SILVA

Processo Nº RR-0000811-39.2016.5.06.0023

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) PAULO ROBERTO OLIVEIRA TAVARES DE MELO
Advogada DRA. ANNA GABRIELA PINTO FORNELLOS(OAB: 14358/PE)
RECORRIDO(S) COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA
Advogado DR. HAROLD WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR(OAB: 20366/PE)
Advogado DR. ANDRE LUIZ AUGUSTO DA SILVA FILHO(OAB: 37093-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA
- PAULO ROBERTO OLIVEIRA TAVARES DE MELO

Processo Nº RR-0000892-95.2014.5.17.0008

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

RECORRENTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada DRA. CLAUDINE SIMÕES MOREIRA(OAB: 226-B/ES)
Advogada DRA. DANIELA ENGELMANN MALTEZ(OAB: 60413/RS)
Advogado DR. AILTON ALVES PINTO(OAB: 147115/RJ)
RECORRIDO(S) SANDRA MARA ROSA DA SILVA
Advogado DR. ROGÉRIO FERREIRA BORGES(OAB: 16279/DF)
Advogado DR. MARCÍLIO TAVARES DE ALBUQUERQUE FILHO(OAB: 17407/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SANDRA MARA ROSA DA SILVA

Processo Nº RR-0000942-86.2017.5.05.0611

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) ALÍPIO DIAS DOS SANTOS CORREIA
Advogado DR. LEONARDO CIDREIRA DE FARIAS(OAB: 30452/BA)
RECORRIDO(S) GRUPO SCHAHIN (MASSA FALIDA)
Advogado DR. PAULO SÉRGIO UCHOA FAGUNDES FERRAZ DE CAMARGO(OAB: 180623/SP)
RECORRIDO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALÍPIO DIAS DOS SANTOS CORREIA
- GRUPO SCHAHIN (MASSA FALIDA)
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº RR-0000973-78.2016.5.13.0010

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) JOSÉ GERALDO DA SILVA MELO
Advogado DR. HUMBERTO DE SOUSA FELIX(OAB: 5069/RN)
RECORRIDO(S) RAFAEL INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.
Advogado DR. CARLOS ALBERTO SILVA DE MELO(OAB: 12381/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ GERALDO DA SILVA MELO
- RAFAEL INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.

Processo Nº RR-0001032-20.2013.5.04.0011

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
RECORRENTE(S) BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
Advogada DRA. SUSANA MARIA VACILOTTO TAPIA(OAB: 27356/RS)
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760/DF)
RECORRIDO(S) MAURO APOLINARIO DE QUADROS
Advogado DR. THIAGO FERNANDO FASOLO BONES(OAB: 67240/RS)
RECORRIDO(S) MOBRA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado DR. HENRIQUE CUSINATO HERMANN(OAB: 46523/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
- MAURO APOLINARIO DE QUADROS
- MOBRA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

Processo Nº RR-0001051-44.2017.5.12.0017

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) RONALDO ADRIANO PIRES
Advogado DR. ANTÔNIO CÉSAR NASSIF(OAB: 5130/SC)
Advogado DR. CLEIDE OLIVEIRA NASSIF(OAB: 28221/SC)
RECORRIDO(S) SEARA ALIMENTOS LTDA
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- RONALDO ADRIANO PIRES
- SEARA ALIMENTOS LTDA

Processo Nº RR-0001080-94.2017.5.12.0017

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) RAFAEL FRANCO DE OLIVEIRA
Advogado DR. BRÁULIO RENATO MOREIRA(OAB: 2424/SC)
RECORRIDO(S) SEARA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAFAEL FRANCO DE OLIVEIRA
- SEARA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

Processo Nº RR-0001099-02.2014.5.02.0012

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
RECORRENTE(S) CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
Advogado DR. MANOEL RODRIGUES LOURENÇO FILHO(OAB: 208128-D/SP)
RECORRIDO(S) JOSÉ CARLOS ANNICCHINO

Intimado(s)/Citado(s):

- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
- JOSÉ CARLOS ANNICCHINO

Processo Nº RR-0001099-46.2015.5.21.0009

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) MARCELO TADEU NALIATO
Advogado DR. CARLOS OCTACÍLIO BOCAIUVA CARVALHO(OAB: 119/RN)
RECORRIDO(S) BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURÍSTICOS S.A.
Advogado DR. IRIS FERNANDA DE OLIVEIRA GALVÃO(OAB: 7239/RN)
Advogado DR. TIANA CAMARDELLI MATOS(OAB: 14767-A/BA)
RECORRIDO(S) NATALINVEST INVESTIMENTOS TURÍSTICOS S.A.

Advogado

DR. TIANA CAMARDELLI MATOS(OAB: 14767-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURÍSTICOS S.A.
- MARCELO TADEU NALIATO
- NATALINVEST INVESTIMENTOS TURÍSTICOS S.A.

Processo Nº RR-0001332-60.2017.5.22.0101

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE LUÍS CORREIA
Procurador DR. GEORGE LUIZ LIRA SILVA
RECORRIDO(S) ALDILETE DE FREITAS SANTOS
Advogado DR. TIAGO BRUNO PEREIRA DE CARVALHO(OAB: 5308/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALDILETE DE FREITAS SANTOS
- MUNICÍPIO DE LUÍS CORREIA

Processo Nº RR-0001403-37.2015.5.19.0062

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
RECORRENTE(S) PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado DR. SYLVIO GARCEZ JÚNIOR(OAB: 7510/BA)
RECORRIDO(S) ADRIANO DOS SANTOS
Advogado DR. MARCOS ANTÔNIO CUNHA CAJUEIRO(OAB: 5661/AL)
RECORRIDO(S) PETROSA ENGENHARIA CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO DOS SANTOS
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
- PETROSA ENGENHARIA CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA

Processo Nº RR-0001409-68.2012.5.05.0020

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS DE JESUS FILHO(OAB: 29029/BA)
RECORRIDO(S) MARLENE LIMA DA SILVA AZEVEDO
Advogado DR. JORGE FRANCISCO MEDAUAR FILHO(OAB: 517-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- MARLENE LIMA DA SILVA AZEVEDO

Processo Nº RR-0001471-59.2011.5.01.0019

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) JOSILDO DOS SANTOS LEMOS
Advogado DR. FÁBIO KIK DA SILVA(OAB: 80776/RJ)
RECORRIDO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
Advogada DRA. SÍLVIA DOS SANTOS CORREIA(OAB: 90508/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

- JOSILDO DOS SANTOS LEMOS

Processo Nº RR-0001535-28.2016.5.08.0107

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.
Advogado DR. ANA CAROLINA MIRANDA GUERRA(OAB: 17279/PA)
Advogada DRA. DANIELLE RIBEIRO DA SILVA(OAB: 15647/PA)
RECORRIDO(S) ABNER SALOMAO DA SILVA SANTOS
Advogado DR. MARILEUDA COSTA BEZERRA(OAB: 6135/PA)
Advogado DR. MÊNILLY LÓSS GUERRA(OAB: 14831/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABNER SALOMAO DA SILVA SANTOS
- SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.

Processo Nº RR-0001582-95.2012.5.15.0026

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) MARLENE RUFINO
Advogado DR. JOSÉ COSTA(OAB: 63800/SP)
RECORRIDO(S) MARCOS FERNANDO GARMS E OUTRO
Advogado DR. CRISTIANO CARLOS KUSEK(OAB: 212366/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS FERNANDO GARMS E OUTRO
- MARLENE RUFINO

Processo Nº RR-0001584-67.2016.5.10.0801

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) REGINALDO PONTES FÉLIX
Advogada DRA. KELEN CRISTINA WEISS SCHERER(OAB: 27386-B/GO)
Advogado DR. LAYS POSSE DE SOUZA(OAB: 37116-A/GO)
RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. JULIANA SALATA MAYOLI(OAB: 42232/DF)
Advogada DRA. SUELYN FERNANDA ROCKENBACH PFEIFER(OAB: 14121 -A/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- REGINALDO PONTES FÉLIX

Processo Nº RR-0001600-23.2015.5.12.0050

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) PATRÍCIA TORRES DA SILVA SOUZA
Advogado DR. MARLON PACHECO(OAB: 20666/SC)
Advogado DR. MIZAEL WANDERSEE CUNHA(OAB: 31240/SC)
Advogada DRA. POLIANE KETLIN GADOTTI(OAB: 35123/SC)
RECORRIDO(S) STYLO TROPICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
Advogado DR. LISANDRA FÃO ROCHA MAZARO(OAB: 24327/SC)

RECORRIDO(S) DOUAT TÊXTIL LTDA.
Advogado DR. SYLDONIR MUNHOZ(OAB: 1621/SC)
RECORRIDO(S) CLAUDEMIR HOFFMANN - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDEMIR HOFFMANN - ME
- DOUAT TÊXTIL LTDA.
- PATRÍCIA TORRES DA SILVA SOUZA
- STYLO TROPICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.

Processo Nº RR-0001747-18.2013.5.02.0076

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) ROSIMEIRE CONCEIÇÃO DA SILVA
Advogado DR. ANTÔNIO LUCIANO TAMBELLI(OAB: 39690/SP)
RECORRIDO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado DR. MAURY IZIDORO(OAB: 135372/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- ROSIMEIRE CONCEIÇÃO DA SILVA

Processo Nº RR-0002080-08.2014.5.03.0140

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. E OUTRA
Advogada DRA. AMANDA VILARINO ESPINDOLA SCHWANKE(OAB: 106751/MG)
Advogado DR. GIOVANNI CÂMARA DE MORAIS(OAB: 77618/MG)
RECORRIDO(S) AMAURI CARLOS PEREIRA
Advogado DR. HAMILTON LUIZ ALVES(OAB: 114828/MG)
RECORRIDO(S) FUNDAÇÃO FORLUMINAS DE SEGURIDADE SOCIAL - FORLUZ
Advogada DRA. ILMA CRISTINE SENA LIMA(OAB: 63235/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAURI CARLOS PEREIRA
- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. E OUTRA
- FUNDAÇÃO FORLUMINAS DE SEGURIDADE SOCIAL - FORLUZ

Processo Nº RR-0002146-69.2013.5.02.0004

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) AMÍLTON MONTEIRO SILVA
Advogado DR. RAQUEL DE SOUZA TRINDADE(OAB: 183204/SP)
RECORRIDO(S) CERMAG COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
Advogada DRA. ELAINE PINOTTI TORRES(OAB: 130555/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMÍLTON MONTEIRO SILVA
- CERMAG COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.

Processo Nº RR-0002213-38.2016.5.12.0008

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) LORILDO WALDEMAR DOS SANTOS
Advogado DR. RAPHAEL LUIGI ZAMPIERI(OAB: 25088/SC)
RECORRIDO(S) SETEP CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado DR. MOACYR JARDIM DE MENEZES NETO(OAB: 23498/SC)
Advogada DRA. FERNANDA GARCIA GHISI(OAB: 35180/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- LORILDO WALDEMAR DOS SANTOS
- SETEP CONSTRUÇÕES LTDA.

Processo Nº RR-0002225-49.2013.5.02.0036

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
RECORRENTE(S) DANIELLA ROSSI
Advogada DRA. ISABELLA ROSSI PINHEIRO(OAB: 318640/SP)
RECORRIDO(S) DROGARIAS DROGAVERDE LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELLA ROSSI
- DROGARIAS DROGAVERDE LTDA

Processo Nº RR-0002369-77.2017.5.12.0012

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) JOSÉ ASSIS DE ALCÂNTARA
Advogado DR. MAGALI CRISTINE BISSANI(OAB: 8954/SC)
RECORRIDO(S) TRITON MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.
Advogado DR. THIAGO CAVALCANTE LIMA(OAB: 42862-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ ASSIS DE ALCÂNTARA
- TRITON MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.

Processo Nº RR-0003040-50.2013.5.02.0067

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
RECORRENTE(S) AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
Procurador DR. RODRIGO DE ABREU
RECORRIDO(S) HARINE BELLOTTI NAKATA
Advogado DR. XAVIER ANGEL RODRIGO MONZON(OAB: 320363/SP)
RECORRIDO(S) SEVEN TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. IBERÊ RICARDO JANUÁRIO EVANGELISTA(OAB: 292032/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
- HARINE BELLOTTI NAKATA
- SEVEN TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº RR-0005133-40.2011.5.12.0014

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) BARTOLOMEU MARQUES PEIXOTO
Advogado DR. FELISBERTO VILMAR CARDOSO(OAB: 6608/SC)

RECORRIDO(S) ELETROSUL - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
Advogada DRA. RENATA BAIXO DE SÁ MARTINS(OAB: 19978/SC)
Advogado DR. RONALDO PIOVEZAN(OAB: 9508/SC)
Advogada DRA. MARIANA GOMES SILVEIRA PIOVESAN(OAB: 28959/SC)
RECORRIDO(S) FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS
Advogado DR. FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ(OAB: 21419/SC)
Advogada DRA. GIOVANA MICHELIN LETTI(OAB: 21422-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BARTOLOMEU MARQUES PEIXOTO
- ELETROSUL - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
- FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS

Processo Nº RR-0010150-37.2017.5.08.0118

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) JBS S.A.
Advogado DR. MARCELO CARMELENGO BARBOZA(OAB: 7625-A/PA)
RECORRIDO(S) MARIA DA LUZ ALVES DOS SANTOS
Advogado DR. LEONARDO SILVA SANTOS(OAB: 16055/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JBS S.A.
- MARIA DA LUZ ALVES DOS SANTOS

Processo Nº RR-0010174-43.2016.5.03.0020

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A.
Advogado DR. SÉRGIO GONINI BENÍCIO(OAB: 188053/MG)
RECORRIDO(S) GILSON MOTA CORDEIRO
Advogada DRA. MARIA CLARA PESSOA MOREIRA DE LELLIS(OAB: 124709/MG)
RECORRIDO(S) EDIMINAS S.A. - EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS E OUTRA
Advogado DR. LEANDRO TADEU PRATES DE FREITAS(OAB: 91804/MG)
RECORRIDO(S) CENTRAL TVA TELEVISÃO POR ASSINATURA E RADIODIFUSÃO LTDA. - ME E OUTROS
Advogado DR. DANIEL COSTA REIS PEREIRA(OAB: 137628/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRAL TVA TELEVISÃO POR ASSINATURA E RADIODIFUSÃO LTDA. - ME E OUTROS
- EDIMINAS S.A. - EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS E OUTRA
- GILSON MOTA CORDEIRO
- RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A.

Processo Nº RR-0010177-45.2017.5.03.0090

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) ANGLO AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A

Advogado DR. DANIEL RIVORÊDO VILAS
BOAS(OAB: 74368/MG)
RECORRIDO(S) VAGNER CLAUDIO DE MOURA
Advogado DR. WEMERSON PINTO DE
QUEIROS(OAB: 138242-8/MG)
RECORRIDO(S) CONSTRUTORA CIAP LTDA.
Advogado DR. ÉRIKA DE PINHO MOURÃO
MONTEIRO(OAB: 99324/MG)
Advogado DR. FRANKLIN LEONARDO
FERREIRA FLAUZINO(OAB:
165737/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGLO AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A
- CONSTRUTORA CIAP LTDA.
- VAGNER CLAUDIO DE MOURA

Processo Nº RR-0010389-80.2016.5.03.0129

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
RECORRENTE(S) ADIENT DO BRASIL BANCOS
AUTOMOTIVOS LTDA.
Advogado DR. JOÃO LUIZ DE AMUEDO
AVELAR(OAB: 51744/MG)
Advogada DRA. JULIANA MAGALHÃES ASSIS
CHAMI(OAB: 71859/MG)
RECORRIDO(S) ISABELLA RIBEIRO DA CRUZ
Advogado DR. FERNANDO LUIZ DE
ANDRADE(OAB: 49566/MG)
Advogado DR. LAURO DE OLIVEIRA
CRUZ(OAB: 112039/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADIENT DO BRASIL BANCOS AUTOMOTIVOS LTDA.
- ISABELLA RIBEIRO DA CRUZ

Processo Nº RR-0010409-72.2015.5.15.0032

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
RECORRENTE(S) AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS
S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. LÍDIO FRANCISCO BENEDETTI
JÚNIOR(OAB: 164559/SP)
RECORRIDO(S) JEANE SILVA DOS SANTOS
Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE
ARGENTON E QUEIROZ(OAB:
163741/SP)
RECORRIDO(S) CONSÓRCIO CONSTRUTOR
VIRACOPOS
Advogada DRA. CLÁUDIA DA SILVA
BORGES(OAB: 136177/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- CONSÓRCIO CONSTRUTOR VIRACOPOS
- JEANE SILVA DOS SANTOS

Processo Nº RR-0010434-21.2016.5.03.0053

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCHIANI DE
FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. JOSÉ ARNALDO JANSSEN
NOGUEIRA(OAB: 79757/MG)
Advogado DR. SÉRVIO TÚLIO DE
BARCELOS(OAB: 159947/RJ)
RECORRIDO(S) SANDRO DA SILVA TOSTES
Advogado DR. ALLAN BAIÃO DE
CARVALHO(OAB: 105646/MG)
RECORRIDO(S) PROTEX SERVIÇOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- PROTEX SERVIÇOS EIRELI
- SANDRO DA SILVA TOSTES

Processo Nº RR-0010471-54.2017.5.15.0061

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCHIANI DE
FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE GUARARAPES
Procuradora DRA. CARLA DE NADAI SANCHES
RECORRIDO(S) ELIZABETE APARECIDA
BORTOLASSI DE OLIVEIRA
Advogada DRA. LUCILA RURIKO KOGA GOMES
DOS SANTOS(OAB: 223116/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIZABETE APARECIDA BORTOLASSI DE OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DE GUARARAPES

Processo Nº RR-0010550-78.2016.5.15.0122

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
RECORRENTE(S) LUCIANO CARDOSO DE LIMA
Advogado DR. WALTER TEIXEIRA MAIA
JÚNIOR(OAB: 197999/SP)
RECORRIDO(S) ALGITECH DO BRASIL AUTOMAÇÃO
E COMÉRCIO LTDA.
Advogado DR. ANDRÉ LUÍS DE PAULA
THEODORO(OAB: 258042/SP)
RECORRIDO(S) LEÃO ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.
Advogado DR. JOÃO PAULO FOGAÇA DE
ALMEIDA FAGUNDES(OAB:
154384/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGITECH DO BRASIL AUTOMAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
- LEÃO ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.
- LUCIANO CARDOSO DE LIMA

Processo Nº RR-0010552-44.2016.5.03.0102

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
RECORRENTE(S) ALISSON TÚLIO FERREIRA COELHO
Advogada DRA. DÉBORA CRISTINA PEREIRA
CARNEIRO(OAB: 125740/MG)
RECORRIDO(S) MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE
Procurador DR. ALCEMAR DA COSTA E SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- ALISSON TÚLIO FERREIRA COELHO
- MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE

Processo Nº RR-0010567-81.2016.5.03.0144

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA
BELMONTE
RECORRENTE(S) MARIA APARECIDA DA CUNHA
PINTO
Advogado DR. ANDRÉ ASSIS DE CARVALHO
MELLO VIANNA(OAB: 126486/MG)
RECORRIDO(S) CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO
INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
Advogada DRA. LEILA AZEVEDO SETTE(OAB:
22864/MG)
RECORRIDO(S) COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS
LTDA.
Advogada DRA. DEISE DA SILVA
LOURES(OAB: 152049/SP)

Advogada DRA. INGRID SALSA VAN DER
LINDEN(OAB: 354089/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE
CONFINS S.A.
- MARIA APARECIDA DA CUNHA PINTO

Processo Nº RR-0010578-50.2015.5.15.0132

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
RECORRENTE(S) GERHA GESTÃO EMPRESARIAL DE
RECURSOS HUMANOS LTDA.
Advogado DR. VALMIR FARIA(OAB: 116117/SP)
RECORRIDO(S) LUIZ CARLOS DIAS OLIVEIRA
Advogado DR. EDEMILSON BRÁULIO DE MELO
JUNIOR(OAB: 268036-D/SP)
RECORRIDO(S) SILVA & LEÃO INCORPORAÇÃO
IMOBILIÁRIA LTDA.
Advogado DR. JOSÉ MAURO SIQUEIRA(OAB:
76076/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GERHA GESTÃO EMPRESARIAL DE RECURSOS HUMANOS
LTDA.
- LUIZ CARLOS DIAS OLIVEIRA
- SILVA & LEÃO INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA.

Processo Nº RR-0010770-12.2015.5.12.0020

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
RECORRENTE(S) NEUSA DE FÁTIMA TESKE
Advogado DR. IVAN ALVES DIAS(OAB:
19953/SC)
RECORRIDO(S) BRF S.A.
Advogada DRA. DANUSA SERENA
ONEDA(OAB: 13124/MT)
Advogado DR. DANIEL MARZARI(OAB:
15507/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- NEUSA DE FÁTIMA TESKE

Processo Nº RR-0011017-30.2016.5.03.0142

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
RECORRENTE(S) MARLON HENRIQUE TOMÉ DE
OLIVEIRA
Advogado DR. VINÍCIUS MARCELINO
LANZALOTTA(OAB: 109187/MG)
RECORRIDO(S) METALSIDER LTDA.
Advogado DR. JOÃO BRÁULIO FARIA DE
VILHENA(OAB: 55446/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARLON HENRIQUE TOMÉ DE OLIVEIRA
- METALSIDER LTDA.

Processo Nº RR-0011041-46.2015.5.15.0114

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
RECORRENTE(S) AEROPORTOS BRASIL -
VIRACOPOS S.A.
Advogado DR. LÍDIO FRANCISCO BENEDETTI
JUNIOR(OAB: 164559-A/SP)
RECORRIDO(S) MÁRCIO DA SILVA GOMES

Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE
ARGENTON E QUEIROZ(OAB:
163741/SP)

RECORRIDO(S) CONSÓRCIO CONSTRUTOR
VIRACOPOS

Advogado DR. MARCELO DE SÁ
CARDOSO(OAB: 87356/RJ)

Advogada DRA. LUCIANE ALVES
BARRETO(OAB: 53742/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- AEROPORTOS BRASIL - VIRACOPOS S.A.
- CONSÓRCIO CONSTRUTOR VIRACOPOS
- MÁRCIO DA SILVA GOMES

Processo Nº RR-0011449-63.2013.5.12.0058

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
RECORRENTE(S) GELTRUDES MALESKI
Advogada DRA. KATIUSKA RAQUIELI MARTINS
DE QUADROS(OAB: 19521/SC)
Advogada DRA. KELINE RENATA MARTINS DE
QUADROS(OAB: 38491/SC)
RECORRIDO(S) ONSERV SERVIÇOS
TERCEIRIZADOS LTDA.
Advogado DR. CARLOS ARAUZ FILHO(OAB:
27171-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- GELTRUDES MALESKI
- ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Processo Nº RR-0011569-53.2015.5.03.0037

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE
FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado DR. MARINA MATOS LEMOS DE
SOUZA LIMA(OAB: 108092/MG)
RECORRIDO(S) LUCIANO MARQUES TOLEDO
Advogado DR. OTTO PEREIRA DE
CASTRO(OAB: 70747/MG)
RECORRIDO(S) CERTARI SOLUÇÃO EM GESTÃO DE
PESSOAS E SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. CRISTIANE CARVALHO
ARAÚJO(OAB: 108005/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CERTARI SOLUÇÃO EM GESTÃO DE PESSOAS E
SERVIÇOS LTDA.
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -
ECT
- LUCIANO MARQUES TOLEDO

Processo Nº RR-0011854-47.2014.5.01.0066

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA
BELMONTE
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO
Procurador DR. DÁRCIO AUGUSTO CHAVES
FARIA
RECORRIDO(S) COSME AUGUSTO PINHO MARCAL
Advogado DR. MIGUEL LOPES
SOBRINHO(OAB: 149738/RJ)
Advogado DR. GABRIELA OLIVEIRA
CANABRAVA(OAB: 144315-A/MG)
RECORRIDO(S) VPAR LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA
E SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. ROBERTO DONATO BARBOZA
PIRES DOS REIS(OAB: 19791/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COSME AUGUSTO PINHO MARCAL
- MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO
- VPAR LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº RR-0011967-81.2014.5.01.0201

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. TATIANA ESTEVES NATAL
RECORRIDO(S) ROSEMARY SILVA DOS SANTOS
Advogado DR. CARLOS HENRIQUE EISENBERG(OAB: 41384/RJ)
RECORRIDO(S) GLOBAL COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- GLOBAL COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI
- ROSEMARY SILVA DOS SANTOS

Processo Nº RR-0012441-26.2015.5.15.0040

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI
Advogada DRA. PRISCILLA DE HELD MENA BARRETO SILVEIRA(OAB: 154087/SP)
RECORRIDO(S) JOSÉ RENATO DE SOUZA
Advogada DRA. LUCIANNE FERNANDES PENIN GARCIA(OAB: 205144/SP)
RECORRIDO(S) ERCO CONSTRUTORA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ERCO CONSTRUTORA LTDA.
- JOSÉ RENATO DE SOUZA
- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI

Processo Nº RR-0020233-64.2014.5.04.0010

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
RECORRENTE(S) BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
Advogado DR. JORGE ANTÔNIO NASSAR CAPRARO(OAB: 17598-A/PR)
Advogado DR. LUIZ RICARDO BERLEZE(OAB: 24742/PR)
Advogado DR. MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA(OAB: 21934-A/DF)
RECORRIDO(S) VILSON RAMOS DE OLIVEIRA
Advogado DR. JOÃO VICENTE SILVA ARAÚJO(OAB: 42402/RS)
Advogado DR. CARLOS FRANKLIN PAIXÃO DE ARAÚJO(OAB: 3328/RS)
Advogada DRA. ROBERTA PINTO AMADOR(OAB: 80563/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
- VILSON RAMOS DE OLIVEIRA

Processo Nº RR-0020301-92.2015.5.04.0005

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA.

Advogada DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819-A/RS)
RECORRIDO(S) DENISE CRISTIANE KIRST
Advogado DR. ELIANDRO DA ROCHA MENDES(OAB: 61961/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DENISE CRISTIANE KIRST
- UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA.

Processo Nº RR-0020304-25.2016.5.04.0001

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado DR. MARCELO LUÍS FORTE PITTOL(OAB: 50390/RS)
Advogado DR. CLARISSA ARRETCHÉ MESSIAS(OAB: 27488/DF)
RECORRIDO(S) ALEX LEANDRO DOS SANTOS ROSA
Advogado DR. ANTÔNIO COLPO(OAB: 26770/RS)
Advogado DR. SAMUEL COLPO(OAB: 81133/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEX LEANDRO DOS SANTOS ROSA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº RR-0020784-67.2015.5.04.0282

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado DR. MARCELO LUÍS FORTE PITTOL(OAB: 50390/RS)
RECORRIDO(S) MARCO ANTÔNIO VARREIRA FIGUEIRO
Advogado DR. MAURÍCIO POLONI(OAB: 65568/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- MARCO ANTÔNIO VARREIRA FIGUEIRO

Processo Nº RR-0021087-28.2015.5.04.0332

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) KWR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. - ME
Advogado DR. VINICIUS GABRIEL FLORES HOMEM(OAB: 77000/RS)
RECORRIDO(S) LUIS FERNANDO THOMAS DA SILVA
Advogada DRA. LÚCIA CECÍLIA CASANOVA RITTER(OAB: 30294/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- KWR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. - ME
- LUIS FERNANDO THOMAS DA SILVA

Processo Nº RR-0021300-52.2014.5.04.0402

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) PENTAIR HIDRO FILTROS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FILTROS LTDA.

Advogado DR. RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)
Advogado DR. IVANDRO ROBERTO POLIDORO(OAB: 35155/RS)
RECORRIDO(S) CLARICE TERESINHA RODRIGUES
Advogado DR. JOÃO PEDRO EILERT NORA(OAB: 86282/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARICE TERESINHA RODRIGUES
- PENTAIR HIDRO FILTROS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FILTROS LTDA.

Processo Nº RR-0021346-88.2016.5.04.0008

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) CONSTRUTORA EDISUL LTDA.
Advogado DR. MAURÍCIO COUSANDIER DORNELES(OAB: 57115/RS)
RECORRIDO(S) VALDEMAR SCHMITZ DA SILVA
Advogada DRA. ANA PAULA RODRIGUES BORGES DALBIANCO(OAB: 95917/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA EDISUL LTDA.
- VALDEMAR SCHMITZ DA SILVA

Processo Nº RR-0021753-71.2015.5.04.0512

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) JBS AVES LTDA.
Advogado DR. RICARDO ABEL GUARNIERI(OAB: 53551-A/RS)
Advogado DR. TAÍS SILVA SOUZA(OAB: 25583-A/DF)
RECORRIDO(S) ANISIO DOS SANTOS PINHEIRO
Advogada DRA. VANESSA APARECIDA DE ALMEIDA(OAB: 91392/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANISIO DOS SANTOS PINHEIRO
- JBS AVES LTDA.

Processo Nº RR-0042600-62.2013.5.17.0008

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) KELLY CRISTINA DELCARO BONADIMAN
Advogado DR. SEDNO ALEXANDRE PELISSARI(OAB: 8573/ES)
RECORRIDO(S) PAT- ANATOMIA PATOLÓGICA LTDA.
Advogado DR. MAURÍCIO BOECHAT PEYNEAU(OAB: 7232/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- KELLY CRISTINA DELCARO BONADIMAN
- PAT- ANATOMIA PATOLÓGICA LTDA.

Processo Nº RR-0101691-75.2016.5.01.0056

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA
RECORRIDO(S) ROSELY FÁTIMA DE FREITAS CONCEIÇÃO

Advogado DR. ROZANA MARIA DE OLIVEIRA VIEIRA(OAB: 153362/RJ)
Advogada DRA. PRISCILLA PIRES DE OLIVEIRA(OAB: 171169/RJ)
RECORRIDO(S) MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA. E OUTRO
Advogado DR. LUIZ MIGUEL PETERLINI(OAB: 51136-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA. E OUTRO
- ROSELY FÁTIMA DE FREITAS CONCEIÇÃO

Processo Nº RR-1000250-04.2016.5.02.0251

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
RECORRENTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
RECORRIDO(S) DOUGLAS VIRGENS DA SILVA
Advogado DR. JAMES AUGUSTO SIQUEIRA(OAB: 18065/DF)
Advogado DR. LUIZ MARCELO MOREIRA(OAB: 194858/SP)
Advogada DRA. CAMILA DE PAULA E SILVA(OAB: 38528/DF)
Advogada DRA. FLÁVIA CRISTINA DA PAZ TENÓRIO(OAB: 50181/DF)
Advogado DR. LUCAS CAVALCANTE NOÉ DE CASTRO(OAB: 59047/DF)
RECORRIDO(S) OPINIÃO S.A.
Advogada DRA. ILANA RENATA SCHONENBERG BOLOGNESE(OAB: 114022/SP)
RECORRIDO(S) MCE ENGENHARIA S.A.
Advogado DR. FELIPE MORAES FIORINI(OAB: 379912-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOUGLAS VIRGENS DA SILVA
- MCE ENGENHARIA S.A.
- OPINIÃO S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº RR-1000360-60.2016.5.02.0717

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) CLARO S.A.
Advogada DRA. ALESSANDRA FELICE DOS SANTOS PERCEQUILLO(OAB: 152493/SP)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
RECORRIDO(S) ROSANIA SANTOS OLIVEIRA
Advogado DR. FERNANDO JUSTO DE SOUZA(OAB: 313525/SP)
RECORRIDO(S) EMBRALIVRE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ANTENAS E TELEFÔNIA LTDA.
Advogado DR. LUÍS FERNANDO DA SILVA ROSA(OAB: 284046/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- EMBRALIVRE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ANTENAS E TELEFONIA LTDA.
- ROSANIA SANTOS OLIVEIRA

Processo Nº RR-1000866-30.2013.5.02.0462

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) ROBSON JOSÉ DA SILVA
Advogada DRA. VERA REGINA COTRIM DE BARROS(OAB: 188401/SP)
RECORRIDO(S) TECNOERFIL TAURUS LTDA.
Advogado DR. GILBERTO MANARIN(OAB: 120212/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROBSON JOSÉ DA SILVA
- TECNOERFIL TAURUS LTDA.

Processo Nº RR-1000901-93.2014.5.02.0384

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO - CBD
Advogada DRA. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)
RECORRIDO(S) JOÃO LUIZ DE ALMEIDA
Advogado DR. MANOEL DIAS DA CRUZ(OAB: 114025/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO - CBD
- JOÃO LUIZ DE ALMEIDA

Processo Nº RR-1000990-43.2016.5.02.0709

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
Advogado DR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA GOUVÊA(OAB: 185847/SP)
RECORRIDO(S) PATRICIA ALVES DE FARIA
Advogado DR. NOBUKO TOBARA FERREIRA DE FRANÇA(OAB: 44065/SP)
Advogado DR. MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA NEAIME(OAB: 180430/SP)
RECORRIDO(S) AIR SPECIAL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS EIRELI
Advogado DR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA DE ARAÚJO(OAB: 203490/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AIR SPECIAL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS EIRELI
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
- PATRICIA ALVES DE FARIA

Processo Nº RR-1001593-44.2016.5.02.0054

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) SILAS SOARES DA CRUZ
Advogado DR. JOSIMARA CEREDA DA CRUZ VIEIRA(OAB: 338075/SP)
RECORRIDO(S) COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
Advogada DRA. MARIA EDUARDA FERREIRA RIBEIRO DO VALLE GARCIA(OAB: 49457/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

- SILAS SOARES DA CRUZ

Processo Nº RR-1001839-77.2016.5.02.0462

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
RECORRENTE(S) ROBSON FERRAZ VIANA
Advogada DRA. SIMONE APARIZI GIMENES(OAB: 259910/SP)
Advogada DRA. MARA DE OLIVEIRA BRANT(OAB: 260525/SP)
RECORRIDO(S) VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogada DRA. ANA CRISTINA GRAU GAMELEIRA WERNECK(OAB: 88982/RJ)
Advogado DR. LUIZ CARLOS AMORIM ROBORTELLA(OAB: 25027/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROBSON FERRAZ VIANA
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº RR-1001855-45.2014.5.02.0383

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
RECORRENTE(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE OSASCO E REGIÃO
Advogado DR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792-A/PR)
RECORRIDO(S) CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
Advogado DR. ALEXANDRE LAURIA DUTRA(OAB: 157840/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE OSASCO E REGIÃO

Processo Nº RR-1002231-25.2014.5.02.0385

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
RECORRENTE(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE OSASCO E REGIÃO
Advogado DR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792/PR)
RECORRIDO(S) CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
Advogado DR. ALEXANDRE LAURIA DUTRA(OAB: 157840/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE OSASCO E REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0001232-15.2013.5.03.0024

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) BANCO SAFRA S.A.
Advogada DRA. CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: 6930-A/DF)
Advogado DR. MARCIANO GUIMARÃES(OAB: 53772/MG)
AGRAVADO(S) ANTONIO GENUINO QUADROS DE FREITAS
Advogado DR. BRUNO COURA DE MENDONÇA(OAB: 108896/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO GENUINO QUADROS DE FREITAS
- BANCO SAFRA S.A.

Processo Nº Ag-RR-0001344-74.2010.5.05.0010

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) WILTON ANDRADE

Advogado DR. JOSÉ LEITE SARAIVA FILHO(OAB: 8242/DF)

Advogado DR. MAURÍCIO SOBRAL NASCIMENTO(OAB: 28466/BA)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.

Advogado DR. VALTON DÓREA PESSOA(OAB: 11893-A/BA)

Advogado DR. LEONARDO GONZAGA MATTOS(OAB: 38465/BA)

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.
- WILTON ANDRADE

Processo Nº Ag-AIRR-0001826-37.2016.5.09.0095

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Advogado DR. FÁBIO TARDELLI DA SILVA(OAB: 163432/SP)

AGRAVADO(S) CARLOS AUGUSTO DA SILVEIRA

Advogado DR. LUÍS FELIPE REIS GASPAR(OAB: 64822/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS AUGUSTO DA SILVEIRA
- FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0002113-88.2014.5.03.0110

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) ANGLO AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A

Advogado DR. DANIEL RIVORÊDO VILAS BOAS(OAB: 74368/MG)

AGRAVADO(S) RICARDO ABREU

Advogado DR. NAITEY WESLEY D'AVILA E SILVA(OAB: 88553/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGLO AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A
- RICARDO ABREU

Processo Nº Ag-AIRR-0002209-02.2012.5.12.0053

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) CARBONIFERA BELLUNO LTDA

Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS FACIOLI CHEDID(OAB: 16544/SC)

AGRAVADO(S) FABRICIO LEAL ZEFERINO

Advogado DR. JAMILTO COLONETTI(OAB: 16158/SC)

AGRAVADO(S) UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARBONIFERA BELLUNO LTDA

- FABRICIO LEAL ZEFERINO
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº Ag-AIRR-0010476-07.2015.5.01.0071

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

Advogado DR. CINTIA YAZIGI(OAB: 110850-A/SP)

AGRAVADO(S) PATRICIA DE LEMOS QUINTEIRO

Advogado DR. HUGO LOPES PEREIRA COELHO PAIM(OAB: 114314/MG)

Advogado DR. RENATO DE ANDRADE GOMES(OAB: 63248-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- PATRICIA DE LEMOS QUINTEIRO
- PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0011355-63.2017.5.03.0111

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) A & C CENTRO DE CONTATOS S.A.

Advogado DR. JOÃO LUIZ JUNTOLLI(OAB: 69339/MG)

AGRAVADO(S) AMANDA TELES RODARTE

Advogada DRA. ARNATRIZ MACHADO NOGUEIRA(OAB: 106305/MG)

Advogada DRA. ISABELA MEGALI DUARTE(OAB: 160127/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- A & C CENTRO DE CONTATOS S.A.
- AMANDA TELES RODARTE

Processo Nº Ag-RR-0228600-84.2008.5.02.0002

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) KLEVANI ALEXANDRE DE OLIVEIRA ANDRADE

Advogado DR. LEANDRO MELONI(OAB: 30746/SP)

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ELETROPULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Advogado DR. HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO(OAB: 157407/SP)

Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CORTES(OAB: 15553/DF)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) RANDSTAD BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA.

Advogado DR. JAIR TAVARES DA SILVA(OAB: 46688/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELETROPULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
- KLEVANI ALEXANDRE DE OLIVEIRA ANDRADE
- RANDSTAD BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1000364-86.2014.5.02.0323

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) CARLOS AUGUSTO DIAS

Advogado DR. CLÁUDIO JOSÉ SANCHES DE GODOI(OAB: 91533/SP)

Advogado DR. DOUGLAS SANCHES CEOLA(OAB: 336072/SP)

AGRAVADO(S) GOL LINHAS AÉREAS S.A.

Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO
CÔRTEIS(OAB: 310314/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS AUGUSTO DIAS
- GOL LINHAS AÉREAS S.A.

Processo Nº ARR-0000148-57.2014.5.02.0028

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. TIAGO DE MELO CONTI(OAB: 237409/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CLÁUDIA KIMIE AOKI
Advogada DRA. VANESSA GATTI TROCOLETTI(OAB: 290131/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- CLÁUDIA KIMIE AOKI

Processo Nº ARR-0000151-34.2015.5.09.0011

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ERILÂNDIA MARIA DE SOUZA
Advogado DR. JOSÉ NAZARENO GOULART(OAB: 10075/PR)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Advogado DR. DIOGO LOPES VILELA BERBEL(OAB: 41766/PR)
Advogado DR. GUSTAVO REZENDE MITNE(OAB: 52997/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
- ERILÂNDIA MARIA DE SOUZA

Processo Nº ARR-0000440-92.2013.5.09.0671

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) KLABIN S.A.
Advogado DR. JOAQUIM MIRÓ(OAB: 15181/PR)
Advogado DR. LEONARDO SANTANA CALDAS(OAB: 12870/DF)
Advogada DRA. CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: 6930-A/DF)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) TEODORO RUBIK
Advogado DR. CLÁUDIO JOSÉ RODRIGUES DA SILVA(OAB: 60838/PR)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ENGEGRAM INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.
Advogado DR. BRUNO MICHEL CAPETTI(OAB: 56306/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ENGEGRAM INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.
- KLABIN S.A.
- TEODORO RUBIK

Processo Nº ARR-0000613-45.2016.5.05.0341

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) REVIVER ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL PRIVADA LTDA.

Advogado DR. SÉRGIO GONÇALVES FARIAS(OAB: 11032/BA)

Advogado DR. SANDRO LUIZ DIAS BISPO(OAB: 29126/BA)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JOSÉ ROBERTO DO NASCIMENTO LIMA

Advogado DR. YURI GUIMARÃES DE SOUZA(OAB: 22003-D/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ ROBERTO DO NASCIMENTO LIMA
- REVIVER ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL PRIVADA LTDA.

Processo Nº ARR-0000661-22.2014.5.05.0002

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) FABIOLA SANTANA FERREIRA DA SILVA
Advogado DR. ANTÔNIO ALBERTO DE LIMA LINHEIRO(OAB: 12392/BA)
Advogado DR. ADRIANA MARIA LESSA CÍCERO RIBEIRO(OAB: 13931/BA)
AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) BOMPREGO BAHIA SUPERMERCADOS LTDA.
Advogada DRA. PAULA GABRIELA FERREIRA BARBOSA(OAB: 41650/BA)
Advogado DR. ANDRÉ PESSOA(OAB: 19503/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BOMPREGO BAHIA SUPERMERCADOS LTDA.
- FABIOLA SANTANA FERREIRA DA SILVA

Processo Nº ARR-0000719-49.2015.5.17.0101

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) CONSÓRCIO CONSTRUTOR MGE - CCM
Advogado DR. DIOGO FADEL BRAZ(OAB: 69509/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) EDINILDO PEREIRA PAGOTTO
Advogado DR. ARTHUR ANTUNES BELO(OAB: 21301/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO CONSTRUTOR MGE - CCM
- EDINILDO PEREIRA PAGOTTO

Processo Nº ARR-0000871-32.2016.5.12.0027

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) CONSÓRCIO CATARINENSE DE CARVÃO ENERGÉTICO - CCCE
Advogado DR. UMBERTO GRILLO(OAB: 12951/SC)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) BRUNO BIFF PRUDENCIO
Advogado DR. MÁRCIO CEQUINEL(OAB: 25928/SC)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CARBONÍFERA CRICIÚMA S.A.
Advogado DR. ANTÔNIO NATALIO DO CANTO VIGNALI(OAB: 36999/SC)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SANENGE OBRAS E SANEAMENTO LTDA.
Advogado DR. LEONARDO BOFF BACHA(OAB: 17838/SC)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.

Advogado DR. JOSÉ AUGUSTO SCHMIDT
GARCIA(OAB: 18233-A/SC)
AGRAVADO(S) E GMA REFLORESTAMENTO E
RECORRIDO(S) COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO BIFF PRUDENCIO
- CARBONÍFERA CRICIÚMA S.A.
- CONSÓRCIO CATARINENSE DE CARVÃO ENERGÉTICO - CCCE
- ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.
- GMA REFLORESTAMENTO E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA.
- SANENGE OBRAS E SANEAMENTO LTDA.

Processo Nº ARR-0001093-93.2017.5.12.0017

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
AGRAVANTE(S) E RUMO MALHA SUL S.A.
RECORRENTE(S)
Advogado DR. CÉSAR LUIZ PASOLD(OAB:
943/SC)
AGRAVADO(S) E EDUARDO MININI MADEIRA
RECORRIDO(S)
Advogado DR. BRÁULIO RENATO
MOREIRA(OAB: 6205/PR)
Advogada DRA. ANA CAROLINA MULLER
MOREIRA DE CARVALHO(OAB:
31709/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO MININI MADEIRA
- RUMO MALHA SUL S.A.

Processo Nº ARR-0001111-68.2012.5.09.0892

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
AGRAVANTE(S) E ESDRAS ESTEVAM DA COSTA
RECORRENTE(S)
Advogado DR. LEANDRO DA COSTA
ZDRADEK(OAB: 36473/PR)
AGRAVADO(S) E TRANZERO TRANSPORTADORA
RECORRIDO(S) DE VEÍCULOS LTDA.
Advogado DR. ANTONIO SILVA DE
PAULO(OAB: 18132/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESDRAS ESTEVAM DA COSTA
- TRANZERO TRANSPORTADORA DE VEÍCULOS LTDA.

Processo Nº ARR-0001335-28.2013.5.04.0013

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
AGRAVANTE(S) E HOSPITAL NOSSA SENHORA DA
RECORRIDO(S) CONCEIÇÃO S.A.
Advogado DR. BENÔNI CANELLAS ROSSI(OAB:
43026/RS)
AGRAVADO(S) E JUDITE DOS SANTOS DE SOUZA
RECORRENTE(S)
Advogada DRA. ELISA UNELLO GARCEZ(OAB:
55281/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
- JUDITE DOS SANTOS DE SOUZA

Processo Nº ARR-0001363-94.2011.5.04.0003

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO

AGRAVANTE(S) E ONDREPSB - LIMPEZA E SERVIÇOS
RECORRIDO(S) ESPECIAIS LTDA.
Advogada DRA. NORMA BEATRIZ DE OLIVEIRA
BRITO(OAB: 35492/RS)

AGRAVANTE(S) E UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
RECORRIDO(S) GRANDE DO SUL - UFRGS
Procurador DR. RODRIGO BEZERRA DOWSLEY

AGRAVADO(S) E ELISABETE COUTO DA COSTA
RECORRENTE(S)
Advogado DR. CARLOS FRANKLIN PAIXÃO DE
ARAUJO(OAB: 3328/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELISABETE COUTO DA COSTA
- ONDREPSB - LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

Processo Nº ARR-0001437-90.2014.5.08.0114

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
AGRAVANTE(S) E MAKRO ENGENHARIA LTDA.
RECORRENTE(S)
Advogado DR. GUSTAVO HITZSCHKY
FERNANDES VIEIRA JÚNIOR(OAB:
17561/CE)
AGRAVADO(S) E RAIMUNDO NONATO MARQUES DE
RECORRIDO(S) SOUSA
Advogado DR. FRANCISCA SILVIA CAMPOS DE
SOUSA(OAB: 14792/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAKRO ENGENHARIA LTDA.
- RAIMUNDO NONATO MARQUES DE SOUSA

Processo Nº ARR-0001477-78.2013.5.04.0030

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E TEMON TÉCNICA DE MONTAGENS
RECORRENTE(S) E CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogada DRA. NILZA MARIA LOPES
MARINHO(OAB: 53125/SP)
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E ROYAL SUNALLIANCE SEGUROS
RECORRIDO(S) BRASIL S.A.
Advogado DR. PAULO ANTÔNIO MÜLLER(OAB:
13449/RS)
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS
RECORRIDO(S) IMOBILIÁRIOS S.A.
Advogado DR. THIAGO DE AZEVEDO E SOUZA
MARIATH(OAB: 60488/RS)
AGRAVADO(S) E SEDENIRIA DE FÁTIMA DE ÁVILA
RECORRIDO(S)
Advogado DR. ILZA MARIA DE SOUZA(OAB:
22137/RS)
AGRAVADO(S) E CONSTRUTORA FONSECA E
RECORRIDO(S) MERCADANTE LTDA.
Advogada DRA. ELIANA PRADO FRANÇA(OAB:
56959/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA FONSECA E MERCADANTE LTDA.
- MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
- ROYAL SUNALLIANCE SEGUROS BRASIL S.A.
- SEDENIRIA DE FÁTIMA DE ÁVILA
- TEMON TÉCNICA DE MONTAGENS E CONSTRUÇÕES LTDA.

Processo Nº ARR-0001577-71.2016.5.08.0012

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) LUIZ CARLOS DE ALMEIDA PALHETA

Advogado DR. SÉRGIO AUGUSTO DE CASTRO BARATA JÚNIOR(OAB: 12572/PA)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) ENDICON - ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.

Advogado DR. LUCIANO MAGNO FELIPPE KOWLESSAR(OAB: 18397/PA)

Advogado DR. ANDRÉ AZEREDO FONTOURA(OAB: 24486/PA)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

Advogado DR. LYCURGO LEITE NETO(OAB: 1530-A/DF)

Advogado DR. JOÃO ALFREDO FREITAS MILEO(OAB: 12342/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA
- ENDICON - ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.
- LUIZ CARLOS DE ALMEIDA PALHETA

Processo Nº ARR-0001757-57.2016.5.10.0004

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCHIANI DE FONTAN PEREIRA

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ARLETE ALVES BARBOSA

Advogado DR. IBANEIS ROCHA BARROS JÚNIOR(OAB: 11555/DF)

Advogado DR. RONALDO FERREIRA TOLENTINO(OAB: 17384-A/DF)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

Advogado DR. TITUS LIVIUS DE PAULA SENNA(OAB: 26069-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARLETE ALVES BARBOSA
- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

Processo Nº ARR-0003237-59.2012.5.12.0035

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) GENÉSIO ÁLVARO DA SILVEIRA

Advogado DR. NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: 1291/DF)

Advogada DRA. LAUÇANI CARDOSO NODARI(OAB: 9109/SC)

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) ESTADO DE SANTA CATARINA

Procurador DR. ISABEL PARENTE MENDES GOMES

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) ONDREPSB - LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

Advogada DRA. GRASIELI RODRIGUES(OAB: 20220/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SANTA CATARINA
- GENÉSIO ÁLVARO DA SILVEIRA
- ONDREPSB - LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

Processo Nº ARR-0010167-20.2016.5.09.0041

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCHIANI DE FONTAN PEREIRA

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) GIOVANA SUELEN SIMONETTO

Advogado DR. MÁRCIO JONES SUTTILE(OAB: 25665/PR)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) MONDELEZ BRASIL LTDA.

Advogado DR. FABIANO BRACKMANN(OAB: 34620/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- GIOVANA SUELEN SIMONETTO
- MONDELEZ BRASIL LTDA.

Processo Nº ARR-0010385-37.2014.5.01.0204

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCHIANI DE FONTAN PEREIRA

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) ROBERTO COUTINHO DA SILVA

Advogada DRA. ARILÂNDIA DANTAS FORMIGA(OAB: 157910/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Procurador DR. ISIS MARIA DE AZEVEDO

Procurador DR. ANDRÉ LUIS MANÇANO MARQUES

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) EMPRESA DE SERVIÇOS DINÂMICA LTDA.

Advogado DR. LORENA CARVALHO DE CASTRO MARTINS(OAB: 136514-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA DE SERVIÇOS DINÂMICA LTDA.
- MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
- ROBERTO COUTINHO DA SILVA

Processo Nº ARR-0010466-49.2015.5.01.0301

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) ANDORRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. E OUTRA

Advogada DRA. MARIA EDUARDA MARTINS DE ALMEIDA(OAB: 175479/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) FAUSTO ELISON NOVO

Advogado DR. JONE DE AZEVEDO LIMA(OAB: 183470/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDORRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. E OUTRA
- FAUSTO ELISON NOVO

Processo Nº ARR-0010706-06.2016.5.15.0045

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) GILSON CARLOS DE LIMA

Advogada DRA. PRISCILA CRISTINA DIAS WANDERBROOCK(OAB: 169524/SP)

Advogado DR. DENIS PIZZIGATTI OMETTO(OAB: 67670/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA

Advogado DR. ANA PAULA FERNANDES(OAB: 203606-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
- GILSON CARLOS DE LIMA

Processo Nº ARR-0011003-45.2015.5.12.0008

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) IVETE MARIA DALELASTE GARCIA
Advogado DR. ELENOR RODRIGO GUARDA CAMINSKI(OAB: 19652/SC)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SEARA ALIMENTOS LTDA.
Advogado DR. VALDIR ANTÔNIO IEISBICK(OAB: 3362/SC)
Advogado DR. ANDERSON PIASESKI(OAB: 27494/SC)
Advogada DRA. SARAH BARRIONUEVO IEISBICK PIASESKI(OAB: 36386/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- IVETE MARIA DALELASTE GARCIA
- SEARA ALIMENTOS LTDA.

Processo Nº ARR-0011627-37.2013.5.03.0163

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) TEKSID DO BRASIL LTDA.
Advogada DRA. DANIELA SAVOI VIEIRA DE SOUZA(OAB: 67178/MG)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) RODRIGO VASCONCELOS DE LIMA
Advogado DR. MAGNO AZEVEDO RODRIGUES(OAB: 109707/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- RODRIGO VASCONCELOS DE LIMA
- TEKSID DO BRASIL LTDA.

Processo Nº ARR-0020336-76.2016.5.04.0406

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) FRAS-LE S.A.
Advogado DR. MÁRCIO LOUZADA CARPENA(OAB: 46582/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) PAULO CEZAR FLORES MARTINS
Advogada DRA. TATIANA HINNAH(OAB: 64163/RS)
Advogada DRA. CAMILA MACHADO(OAB: 64182/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRAS-LE S.A.
- PAULO CEZAR FLORES MARTINS

Processo Nº ARR-0020482-08.2015.5.04.0292

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S. A.
Advogado DR. FREDERICO AZAMBUJA LACERDA(OAB: 30869/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) MARCEL ALMEIDA DOS SANTOS
Advogado DR. CHARLES IRAPUAN FERREIRA BORGES(OAB: 53727/RS)
Advogado DR. RÉGIS RAFAEL FLORES(OAB: 52581-B/RS)
Advogado DR. CLÁUDIO LUIZ KLASER FILHO(OAB: 72857/RS)

Advogado DR. ANTÔNIO AUGUSTO TAMS GASPERIN(OAB: 46438/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S. A.
- MARCEL ALMEIDA DOS SANTOS

Processo Nº ARR-0020571-51.2014.5.04.0232

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. JOSÉ PEDRO PEDRASSANI(OAB: 40907/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) GILMAR MARQUES ALVES
Advogado DR. LUCIANO FISCHER MAIA(OAB: 83250/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
- GILMAR MARQUES ALVES

Processo Nº ARR-0020706-03.2017.5.04.0024

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. DIEGO LA ROSA GONÇALVES(OAB: 70065/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JOÃO FRANCISCO PEREIRA RODRIGUES
Advogado DR. ODILON MARQUES GARCIA JÚNIOR(OAB: 40469/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOÃO FRANCISCO PEREIRA RODRIGUES
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº ARR-0020784-90.2014.5.04.0221

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCHIANI DE FONTAN PEREIRA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA
Advogada DRA. ANELISE TABAJARA MOURA(OAB: 50574/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) LÚCIA WRAGUE DOS SANTOS
Advogado DR. PAULO TSCHEIKA(OAB: 18989/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA
- LÚCIA WRAGUE DOS SANTOS

Processo Nº ARR-0020912-87.2015.5.04.0282

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO
Advogado DR. MARCELO DA SILVA(OAB: 45452/RS)
Advogada DRA. LUANA CAVEDON ROLIM(OAB: 76578/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CÁSSIO MUNIZ COUTO
Advogada DRA. CAROLINE FERREIRA ANVERSA(OAB: 66338/RS)
Advogado DR. DIEGO POHLMANN GARCIA(OAB: 80061/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- Cássio Muniz Couto
- Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio

Processo Nº ARR-0022003-43.2015.5.04.0403

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) RANDON S.A. - IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Advogado DR. MÁRCIO LOUZADA CARPENA(OAB: 46582/RS)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) MARCOS LEGNAGHI

Advogado DR. CAROLINE BIANCHI(OAB: 82668/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS LEGNAGHI
- RANDON S.A. - IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Processo Nº ARR-0100267-53.2016.5.01.0264

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Advogado DR. CRISTÓVÃO TAVARES MACEDO SOARES GUIMARÃES(OAB: 77988/RJ)

Advogado DR. LUIZ EDUARDO PREZIDIO PEIXOTO(OAB: 73692-A/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CEIL MUNIZ MARINS

Advogado DR. FLÁVIO GUSE DE AGUIAR(OAB: 129822/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEIL MUNIZ MARINS
- COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Processo Nº ARR-0100360-11.2016.5.01.0007

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Advogado DR. ARMANDO MICELI FILHO(OAB: 48237-A/RJ)

Advogado DR. CARLOS VINICIUS FERRAZ BARBIERI(OAB: 189896-A/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) WINDSOR PALACE HOTEL LTDA.

Advogada DRA. CLAUDIA MARIA BEATRIZ SILVA DURANTI(OAB: 52780/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- WINDSOR PALACE HOTEL LTDA.

Processo Nº ARR-0130123-49.2015.5.13.0010

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Advogado DR. RENATO ANTÔNIO VARANDAS NOMINANDO DINIZ(OAB: 13233/PB)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SEVERINO FERREIRA FILHO

Advogado DR. ABEL AUGUSTO DO RÊGO COSTA JÚNIOR(OAB: 8871/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- SEVERINO FERREIRA FILHO

Processo Nº ARR-1000161-18.2016.5.02.0465

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) BOMBRIL S.A.

Advogado DR. EDUARDO PEREIRA TOMITÃO(OAB: 166854/SP)

AGRAVANTE, RECORRENTE E AGRAVADO GIVANILDO MARTINS NOVAES

Advogada DRA. MARIA HELENA DE OLIVEIRA(OAB: 130279/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BOMBRIL S.A.
- GIVANILDO MARTINS NOVAES

Processo Nº ED-RR-0000314-87.2012.5.04.0001

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

EMBARGANTE ANDREIA MAGALI DUTRA

Advogado DR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS(OAB: 5939/DF)

Advogada DRA. DANIELLE LÚCIA FERNANDES FERREIRA(OAB: 41998/DF)

Advogado DR. HUGO SOUSA DA FONSECA(OAB: 54271/DF)

EMBARGADO(A) HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A.

Advogado DR. DANTE ROSSI(OAB: 3161/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREIA MAGALI DUTRA
- HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A.

Processo Nº ED-RR-0000348-66.2012.5.02.0050

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

EMBARGANTE LUIZ RODRIGUES DA SILVA FILHO

Advogado DR. ADÉLCIO CARLOS MIOLA(OAB: 122246/SP)

EMBARGADO(A) ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA

Advogado DR. OSMAR DE OLIVEIRA SAMPAIO JÚNIOR(OAB: 204651/SP)

EMBARGADO(A) CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL

Advogado DR. JOSENIER TEIXEIRA(OAB: 125253/SP)

Advogada DRA. FERNANDA DE FREITAS NOGUEIRA(OAB: 174663/SP)

EMBARGADO(A) SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - HOSPITAL GERAL DE PEDREIRA

Advogado DR. CARLOS CARMELO BALARÓ(OAB: 102778/SP)

Advogado DR. RUBENS APPROBATO MACHADO(OAB: 9434/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA

- CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL
- LUIZ RODRIGUES DA SILVA FILHO
- SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - HOSPITAL GERAL DE PEDREIRA

Processo Nº ED-AIRR-0000352-70.2011.5.04.0022

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
EMBARGANTE OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. HENRIQUE CUSINATO HERMANN(OAB: 46523/RS)
EMBARGADO(A) LETICIA CHRISTOFOLI RODEL
Advogado DR. MAURO JOSELITO BORDIN(OAB: 15755/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- LETICIA CHRISTOFOLI RODEL
- OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL

Processo Nº ED-RR-0000810-10.2013.5.05.0016

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
EMBARGANTE CRISTINA MARIA COSTA GUERRA DE OLIVEIRA
Advogado DR. CÉSAR AUGUSTO RIBEIRO VIVAS OLIVEIRA(OAB: 8042/BA)
Advogado DR. FERNANDO ANTONIO FERNÁNDEZ CARDILLO MARCHI(OAB: 18378/BA)
EMBARGADO(A) EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
Advogado DR. SÉRGIO SANTOS SILVA(OAB: 9993/BA)
Advogada DRA. CARLA PITANGUEIRA BONFIM(OAB: 29648/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTINA MARIA COSTA GUERRA DE OLIVEIRA
- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA

Processo Nº ED-RR-0000907-21.2017.5.10.0019

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
EMBARGANTE COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
Advogada DRA. CÁSSIA KELLY DOS SANTOS BARCELOS(OAB: 44747/DF)
EMBARGADO(A) SALVADOR LOVOR CAMPOS
Advogada DRA. CRISTIANNE RODRIGUES DO AMARAL(OAB: 43227/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
- SALVADOR LOVOR CAMPOS

Processo Nº ED-AIRR-0001062-93.2015.5.05.0193

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada DRA. PAULA PEREIRA PIRES(OAB: 8448/BA)

Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) FERNANDO CORREIA AMORIM
Advogado DR. JULIANO SILVA LEITE(OAB: 29502/BA)
EMBARGADO(A) PRODUMAN ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. RONNEY GREVE(OAB: 11791-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERNANDO CORREIA AMORIM
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PRODUMAN ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº ED-ED-ED-ARR-0001453-55.2014.5.05.0008

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
EMBARGANTE SILVIO RICARDO HASSELMAN DE SANTANA
Advogado DR. RICARDO EMERSON VILLARES RAMOS LANDULFO(OAB: 14545/BA)
EMBARGADO(A) REDE CONECTA SERVIÇOS DE REDE S.A.
Advogado DR. GUSTAVO ALMEIDA MARINHO(OAB: 22003/BA)
EMBARGADO(A) TELEMAR NORTE LESTE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogado DR. EDSON DOS REIS SILVA JUNIOR(OAB: 22130/BA)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- REDE CONECTA SERVIÇOS DE REDE S.A.
- SILVIO RICARDO HASSELMAN DE SANTANA
- TELEMAR NORTE LESTE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Processo Nº ED-ARR-0001495-23.2013.5.01.0341

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
EMBARGANTE COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
Advogado DR. MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA(OAB: 21934-A/DF)
Advogado DR. RONNY DANTAS DA COSTA(OAB: 49571-A/DF)
Advogado DR. RONNY DANTAS DA COSTA(OAB: 49571-A/DF)
EMBARGADO(A) SELMA EVANGELISTA NICOLAU
Advogado DR. JOÃO NERY CAMPANÁRIO(OAB: 37898/RJ)
Advogado DR. CLARISSA COSTA DE CARVALHO(OAB: 97803/RJ)
Advogado DR. AUREA MARTINS SANTOS DA SILVA(OAB: 152207-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
- SELMA EVANGELISTA NICOLAU

Processo Nº ED-AIRR-0001686-98.2016.5.10.0022

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
EMBARGANTE FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB
Procurador DR. ALBINO LUCIANO GOGGIN ZARZAR

EMBARGADO(A) VANDERLEI DOS SANTOS PEREIRA
Advogado DR. JOSÉ AUGUSTO SANTOS DA
CONCEIÇÃO(OAB: 34126/DF)
EMBARGADO(A) UTOPIA CONSULTORIA E
ASSESSORIA EIRELLI - EPP
Advogado DR. MARCELLO VITOR ROCHA
COTA(OAB: 137681/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB
- UTOPIA CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELLI - EPP
- VANDERLEI DOS SANTOS PEREIRA

Processo Nº ED-RR-0001992-28.2011.5.12.0009

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
EMBARGANTE B.B.S.
Advogado DR. SIMONE SOMMER
OZÓRIO(OAB: 21670-B/SC)
Advogada DRA. JÚLIA PANISSON LEMOS(OAB:
37732/DF)
Advogado DR. MÁRIO EDUARDO
BARBERIS(OAB: 148909/SP)
EMBARGADO(A) R.C.S.
Advogado DR. REINALDO MOMBELLI(OAB:
6464-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- B.B.S.
- R.C.S.

Processo Nº ED-RR-0002242-32.2014.5.03.0001

Relator MIN. ALEXANDRE DE SOUZA AGRA
BELMONTE
EMBARGANTE LUIZA BICALHO LANA CORREA
FERNANDES
Advogada DRA. GIOVANA CAMARGOS
MEIRELES(OAB: 76902/MG)
EMBARGADO(A) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. SÉRVIO TÚLIO DE
BARCELOS(OAB: 44698/MG)
Advogada DRA. JÚLIA PANISSON LEMOS(OAB:
37732/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- LUIZA BICALHO LANA CORREA FERNANDES

Processo Nº ED-ARR-0003229-70.2012.5.12.0039

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
EMBARGANTE BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. SIMONE SOMMER
OZÓRIO(OAB: 21670-B/SC)
Advogada DRA. GLAUCE RUIANA TOMAZ(OAB:
18387/SC)
EMBARGADO(A) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM
ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS
DE BLUMENAU E REGIÃO
Advogada DRA. RAQUEL JACINTHO(OAB:
8987/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS
BANCÁRIOS DE BLUMENAU E REGIÃO

Processo Nº ED-AIRR-0010517-94.2016.5.03.0034

Relator MIN. MAURICIO GODINHO
DELGADO
EMBARGANTE ANGLO AMERICAN MINERIO DE
FERRO BRASIL S/A
Advogado DR. DANIEL RIVORÊDO VILAS
BOAS(OAB: 74368/MG)
EMBARGADO(A) CARLOS JOSE DO PRADO
Advogado DR. JEFERSON AUGUSTO
CORDEIRO SILVA(OAB: 48988/MG)
EMBARGADO(A) TETRA TECH DO BRASIL MINÉRIOS
E METAIS LTDA.
Advogado DR. MAX WELINGTON TORRES
MATHEUS DIAS(OAB: 99120/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGLO AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A
- CARLOS JOSE DO PRADO
- TETRA TECH DO BRASIL MINÉRIOS E METAIS LTDA.

Processo Nº ED-AIRR-0010607-87.2015.5.01.0036

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE
FONTAN PEREIRA
EMBARGANTE OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL (EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL) E OUTRA
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA
MACIEL(OAB: 16760/DF)
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DE ALMEIDA
CARRIÇO(OAB: 45513/RJ)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO
MACIEL(OAB: 513-A/DF)
EMBARGADO(A) THIAGO DE SANT ANNA LIMA
GOMES
Advogado DR. CARLOS FREDERICO MARTINS
VIANA(OAB: 66760/RJ)
Advogada DRA. LAVÍNIA MARTINS
MATTOS(OAB: 97046/RJ)
Advogado DR. ITAN MARTINS MATTOS(OAB:
118359/RJ)
EMBARGADO(A) PROED GRAFICA E EDITORA LTDA
E OUTRAS
Advogado DR. SILVANA RIVERO(OAB:
146492/RJ)
EMBARGADO(A) TELELISTAS (BRASIL) S.A.
Advogado DR. BRUNA MOREIRA DE
AMORIM(OAB: 35512/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL) E OUTRA
- PROED GRAFICA E EDITORA LTDA E OUTRAS
- TELELISTAS (BRASIL) S.A.
- THIAGO DE SANT ANNA LIMA GOMES

Processo Nº ED-AIRR-0011055-73.2013.5.01.0022

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE
FONTAN PEREIRA
EMBARGANTE BANCO CENTRAL DO BRASIL
Procurador DR. BERNARDO HENRIQUE DE
MENDONÇA HECKMANN
EMBARGADO(A) CARLOS EDUARDO MENEZES
Advogado DR. MARCO ANTONIO
FIGUEIRA(OAB: 82878/RJ)
EMBARGADO(A) MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO
EMBARGADO(A) SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E
SERVIÇOS S.A.
Advogado DR. GHLICIO JORGE SILVA
FREIRE(OAB: 146625-A/SP)
EMBARGADO(A) GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A

Advogada DRA. LEILA AZEVEDO SETTE(OAB: 22864/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CENTRAL DO BRASIL
- CARLOS EDUARDO MENEZES
- GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

Processo Nº ED-RR-0011280-77.2015.5.01.0037

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada DRA. MILENI BRITTO DE OLIVEIRA MOTTA GOMES(OAB: 145503/RJ)
EMBARGADO(A) REINALDO ALVES LOBIANCO
Advogada DRA. RITA DE CÁSSIA SANT'ANNA CORTEZ(OAB: 39529/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- REINALDO ALVES LOBIANCO

Processo Nº ED-ARR-0011705-42.2014.5.01.0069

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
EMBARGANTE FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
Advogado DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182/DF)
EMBARGADO(A) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. THIAGO LUIZ PIMENTA DE SOUZA(OAB: 151956/RJ)
EMBARGADO(A) EVANDRO JOSÉ ARAÚJO
Advogado DR. VANESSA FIAUX DA SILVA(OAB: 124869/RJ)
Advogado DR. JOÃO DONATO D'ANGELO(OAB: 79034/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- EVANDRO JOSÉ ARAÚJO
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF

Processo Nº ED-RR-0012046-10.2015.5.15.0145

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
EMBARGANTE MUNICÍPIO DE ITATIBA
Advogado DR. FÁBIO GONÇALVES PACHECO(OAB: 384045-A/SP)
EMBARGADO(A) SANDRA REGINA POLLI
Advogado DR. RODRIGO FRANCISCO SILVA(OAB: 300846-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE ITATIBA
- SANDRA REGINA POLLI

Processo Nº ED-AIRR-0012265-72.2015.5.01.0481

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) FRANCISCO ANDRE DE MESQUITA

Advogado DR. ROBSON ROSADO FEIJÓ(OAB: 68033/RJ)

EMBARGADO(A) BSM ENGENHARIA S.A.
Advogado DR. JOÃO PEDRO EYLER POVOA(OAB: 88922/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSM ENGENHARIA S.A.
- FRANCISCO ANDRE DE MESQUITA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-RR-0025299-68.2013.5.24.0021

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
EMBARGANTE SEARA ALIMENTOS LTDA.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogada DRA. RENATA GONÇALVES TOGNINI(OAB: 11521/MS)
EMBARGADO(A) MARIA BERNARDO DA SILVA
Advogado DR. ADY DE OLIVEIRA MORAES(OAB: 8468/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA BERNARDO DA SILVA
- SEARA ALIMENTOS LTDA.

Processo Nº ED-AIRR-0048400-67.2000.5.06.0191

Relator MIN. ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA
EMBARGANTE ACESSOACONTA CONSULTORIA LTDA
Advogado DR. GUILHERME NUNES COUTINHO DE ALMEIDA(OAB: 28283/PE)
EMBARGADO(A) JOSÉ AMARO DA SILVA
Advogado DR. CARLOS ROBERTO DA SILVA(OAB: 14973/PE)
EMBARGADO(A) CEM CONSTRUTORA ESTELA DE MELO LTDA
Advogado DR. MARCELO ANTONIO BRANDÃO LOPES(OAB: 3606/PE)
EMBARGADO(A) MARCO AURELIO MAYRINCK ESTELA DE MELO
EMBARGADO(A) ANGELA MARIA COUTINHO ESTELA DE MELO
EMBARGADO(A) REINALDO ESTELA DE MELO

Intimado(s)/Citado(s):

- ACESSOACONTA CONSULTORIA LTDA
- ANGELA MARIA COUTINHO ESTELA DE MELO
- CEM CONSTRUTORA ESTELA DE MELO LTDA
- JOSÉ AMARO DA SILVA
- MARCO AURELIO MAYRINCK ESTELA DE MELO
- REINALDO ESTELA DE MELO

Processo Nº ED-AIRR-0100040-56.2016.5.01.0040

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO
EMBARGANTE PAULO HENRIQUE DE CARVALHO BERTHOLD
Advogado DR. JOÃO RICARDO DE OLIVEIRA(OAB: 144151/RJ)
EMBARGADO(A) FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Procuradora DRA. DEBORAH ABREU

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

- PAULO HENRIQUE DE CARVALHO BERTHOLDO

Processo Nº ED-RR-1001650-36.2015.5.02.0462

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

EMBARGANTE KELLY CRISTINA LIMA HENRIQUE E OUTROS

Advogada DRA. MARIA DO CARMO SILVA BEZERRA(OAB: 229843/SP)

EMBARGADO(A) MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Procuradora DRA. ROSANE REGINA FOURNET

EMBARGADO(A) ERJ ADMINISTRAÇÃO E RESTAURANTES DE EMPRESAS LTDA.

Advogado DR. RUY OCTÁVIO ZANELATTI(OAB: 223196/SP)

EMBARGADO(A) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ERJ ADMINISTRAÇÃO E RESTAURANTES DE EMPRESAS LTDA.

- KELLY CRISTINA LIMA HENRIQUE E OUTROS

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

- MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Processo Nº ED-RR-1001991-12.2015.5.02.0511

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

EMBARGANTE CLARO S.A.

Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760/DF)

Advogada DRA. LUCIANA MOREIRA AGUIAR DE TOLEDO(OAB: 163048/SP)

Advogada DRA. ALESSANDRA FELICE DOS SANTOS PERCEQUILLO(OAB: 152493/SP)

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)

EMBARGADO(A) DAVID ALVES DE AZEVEDO

Advogado DR. ROBERTO HIROMI SONODA(OAB: 115094/SP)

EMBARGADO(A) HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Advogada DRA. CARINE MURTA NAGEM CABRAL(OAB: 79742/MG)

EMBARGADO(A) BRASCARGO LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA.

EMBARGADO(A) STROKA E STROKA ASSESSORIA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO LTDA.

Advogado DR. DANIEL AUGUSTO PEREIRA DE QUEIROZ(OAB: 263601/SP)

EMBARGADO(A) MAB STROKA PARTICIPAÇÕES EIRELI E OUTROS

Advogado DR. BRUNO HENRIQUE CECCARELLI GONÇALVES(OAB: 345220/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASCARGO LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA.

- CLARO S.A.

- DAVID ALVES DE AZEVEDO

- HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

- MAB STROKA PARTICIPAÇÕES EIRELI E OUTROS

- STROKA E STROKA ASSESSORIA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO LTDA.

Processo Nº ED-ED-RR-1002065-42.2016.5.02.0055

Relator MIN. MAURICIO GODINHO DELGADO

EMBARGANTE MARCOS LUCAS DA SILVA

Advogado DR. NELSON CÂMARA(OAB: 15751/SP)

EMBARGADO(A) COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

Advogada DRA. MARIA EDUARDA FERREIRA RIBEIRO DO VALLE GARCIA(OAB: 49457/SP)

Advogado DR. FRANCISCO HÉLIO CARNAÚBA DA SILVA(OAB: 216737/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

- MARCOS LUCAS DA SILVA

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados na sessão a que se referem ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova publicação.

ELIANE LUZIA BISINOTTO

Secretária da 3ª Turma

Secretaria da Quarta Turma

Edital

Edital de Alteração de Horário de Sessão

EDITAL

ALTERAÇÃO DE HORÁRIO DA SESSÃO

De ordem do Exmº Ministro Ives Gandra Martins Filho, Presidente da Quarta Turma do Tribunal

Superior do Trabalho, informo aos senhores advogados, partes e demais interessados que a realização

da 4ª Sessão Ordinária da Quarta Turma desta Corte, anteriormente prevista para realizar-se no dia

27 de fevereiro de 2019, às 14h, terá seu horário alterado para às 9h do mesmo dia 27 de fevereiro

de 2019.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019

Raul Roa Calheiros

Secretário da 4ª Turma

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Unidade Publicadora: SETR4

De ordem dos Exmos. Srs. Ministros relatores, e em cumprimento ao art. 1021, §2º do CPC e da IN 39/TST, ficam as partes Agravadas intimadas para se manifestar, em 8 (oito) dias, sobre o recurso de Agravo/Agravo Regimental interposto.

PROCESSO : Ag-AIRR - 326-55.2017.5.05.0371

Processo Eletrônico

RELATOR(A) : MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO
BASTOS

AGRAVANTE(S) : ESTADO DA BAHIA

PROCURADOR : DR. MARCUS VINÍCIUS CAMINHA

AGRAVADO(S) : RITA NEIDE SILVA DE MATOS

ADVOGADA : DRA. JUREMA MATOS MONTALVÃO

AGRAVADO(S) : LC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS
EIRELI

ADVOGADA : DRA. MAYARA MOTA DE LUCENA

PROCESSO : Ag-AIRR - 613-33.2014.5.02.0039

Processo Eletrônico

RELATOR(A) : MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO
BASTOS

AGRAVANTE(S) : BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO : DR. FÁBIO CABRAL SILVA DE OLIVEIRA
MONTEIRO

AGRAVADO(S) : BRANCA APARECIDA BIANCHI

ADVOGADO : DR. ERICSON CRIVELLI

PROCESSO : Ag-AIRR - 765-13.2014.5.12.0004

Processo Eletrônico

RELATOR(A) : MIN. IVES GANDRA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) : DANILO FRERIX DE OLIVEIRA

ADVOGADO : DR. LUIZ PHELIPPE DE SAMPAIO SÁ NETO

AGRAVADO(S) : WRC OPERADORES PORTUÁRIOS S.A.

ADVOGADA : DRA. MARCILENE CRISTINA DA SILVA
GODOY

ADVOGADO : DR. EVELISE FERNANDA DE SIMAS HORN

ADVOGADA : DRA. RUBIA KALIL MORESCHI

PROCESSO : Ag-AIRR - 955-61.2014.5.01.0301

Processo Eletrônico

RELATOR(A) : MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO
BASTOS

AGRAVANTE(S) : EXPRESSO BRASILEIRO TRANSPORTES
LTDA.

ADVOGADO : DR. RICARDO ALVES DA CRUZ

AGRAVADO(S) : MARCELO MAGALHÃES DE OLIVEIRA

ADVOGADO : DR. CARLOS ALBERTO DE PAULA BERG

AGRAVADO(S) : VIAÇÃO ESPERANÇA LTDA.

ADVOGADO : DR. DALTON ZANELATTO CARNEIRO

PROCESSO : Ag-AIRR - 1227-93.2016.5.22.0109

Processo Eletrônico

RELATOR(A) : MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO
BASTOS

AGRAVANTE(S) : ESTADO DO PIAUÍ

PROCURADOR : DR. TARSO RODRIGUES PROENÇA

AGRAVADO(S) : LUCIANA SALES E SILVA

ADVOGADO : DR. JÁRISON RODRIGUES DA SILVA

PROCESSO : Ag-AIRR - 1343-59.2014.5.02.0034

Processo Eletrônico

RELATOR(A) : MIN. IVES GANDRA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) : RIVANIL JOSÉ DOS SANTOS

ADVOGADA : DRA. ROSA OLÍMPIA MAIA

AGRAVADO(S) : CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

PROCURADOR : DR. GUSTAVO LACERDA ANELLO

PROCURADORA : DRA. CLAUDIA HELENA DESTEFANI
LACERDA

AGRAVADO(S) : MASSA FALIDA DE ATLANTICO SUL
SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI

ADVOGADA : DRA. BEATRIZ QUINTANA NOVAES

PROCESSO : Ag-AIRR - 1820-40.2013.5.01.0521

Processo Eletrônico

RELATOR(A) : MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO
BASTOS

AGRAVANTE(S) : INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL
S.A. - INB

ADVOGADO : DR. JOSÉ ANTÔNIO ROSA DA SILVA

ADVOGADA : DRA. ANA PAULA PERDIGÃO GOMES

AGRAVADO(S) : DAILSON DE OLIVEIRA IGNÁCIO

ADVOGADO : DR. VALDO DUARTE GOMES

AGRAVADO(S) : FIRE RIO PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO
LTDA.

ADVOGADO : DR. SIDNEI DO NASCIMENTO SILVA

PROCESSO : Ag-AIRR - 2283-40.2015.5.02.0082

Processo Eletrônico

RELATOR(A) : MIN. IVES GANDRA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) : JULIANA CAZOL MELLO

ADVOGADO : DR. MARCOS GABIREL CARPINELLI
PINHEIRO

AGRAVADO(S) : PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS

ADVOGADA : DRA. MARILDA IZIQUE CHEBABI

ADVOGADA : DRA. RONISA FILOMENA PAPPALARDO

AGRAVADO(S) : PROJECTUS CONSULTORIA LTDA.

ADVOGADO : DR. MÁRCIO FEREZIN CUSTÓDIO

PROCESSO : Ag-AIRR - 21295-83.2016.5.04.0103

Processo Eletrônico

RELATOR(A) : MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO
BASTOS

AGRAVANTE(S) : MUNICÍPIO DE PELOTAS

PROCURADOR : DR. DANIEL AMARAL BEZERRA

AGRAVADO(S) : LEONI BRAGA FERREIRA

ADVOGADO : DR. GUILHERME OLIVEIRA REIS

PROCESSO : Ag-AIRR - 21671-34.2014.5.04.0008

Processo Eletrônico

RELATOR(A) : MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO
BASTOS

AGRAVANTE(S) : FRANCISCO TOBIAS FADINI BECKER
BARBOSA

ADVOGADA : DRA. PAULA BARTZ DE ANGELIS

ADVOGADO : DR. EYDER LINI

AGRAVADO(S) : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

ADVOGADO : DR. FREDERICO AZAMBUJA LACERDA

ADVOGADA : DRA. ELISA UNELLO GARCEZ

PROCESSO : Ag-RR - 100290-59.2016.5.01.0341

Processo Eletrônico

RELATOR(A) : MIN. ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) : COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL

ADVOGADA : DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE
CARVALHO VIANNA

AGRAVADO(S) : JOSÉ GERALDO FERREIRA

ADVOGADA : DRA. ÁUREA MARTINS SANTOS DA SILVA

PROCESSO : Ag-AIRR - 1000361-29.2017.5.02.0323

Processo Eletrônico

RELATOR(A) : MIN. ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S) : PRISCILA SOARES DE OLIVEIRA

ADVOGADO : DR. ARMANDO GEMI RODRIGUES

AGRAVADO(S) : PADARIA NOVA SEREIA EIRELI

ADVOGADO : DR. JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS
ROMÃO JÚNIOR

PROCESSO : Ag-AIRR - 1001005-86.2016.5.02.0070

Processo Eletrônico

RELATOR(A) : MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO
BASTOS

AGRAVANTE(S) : COMPANHIA PAULISTA DE TRENS

METROPOLITANOS

ADVOGADA : DRA. RITA DE CÁSSIA RIBEIRO NUNES

ADVOGADA : DRA. MARIA EDUARDA FERREIRA RIBEIRO
DO VALLE GARCIA

AGRAVADO(S) : LEVI COSTA

ADVOGADO : DR. ADAIR FERREIRA DOS SANTOS

PROCESSO : Ag-AIRR - 1001975-80.2016.5.02.0072

Processo Eletrônico

RELATOR(A) : MIN. IVES GANDRA MARTINS FILHO

AGRAVANTE(S) : KELLY CRISTINA TAVARES

ADVOGADO : DR. NELSON CÂMARA

AGRAVADO(S) : COMPANHIA PAULISTA DE TRENS
METROPOLITANOS - CPTM

ADVOGADA : DRA. MARIA EDUARDA FERREIRA RIBEIRO
DO VALLE GARCIA

Brasília, 15 de fevereiro de 2019

RAUL ROA CALHEIROS

Secretário da 4ª Turma

Secretaria da Quinta Turma Despacho

Processo Nº ED-AIRR-1000225-42.2013.5.02.0462

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
Embargante	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
Advogada	Dra. Isabela Braga Pompilio(OAB: 14234-A/DF)
Embargado(a)	JOSÉ MOREIRA DA SILVA
Advogado	Dr. Edimar Hidalgo Ruiz(OAB: 206941/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
- JOSÉ MOREIRA DA SILVA

Tendo em vista a interposição de embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo, concedo vista à parte contrária, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 142 da SBDI-1 desta Corte, para, querendo, manifestar-se, no prazo de cinco dias.

Após, conclusos.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
BRENO MEDEIROS
Ministro Relator

Processo Nº ED-ED-RR-0110100-11.2006.5.02.0461

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Breno Medeiros
Embargante MARCOS MARTINS ANTUNES
Advogado Dr. Paulo Henrique de Oliveira
Embargado(a) VOLKSWAGEN DO BRASIL
INDÚSTRIA DE VEÍCULOS
AUTOMOTORES LTDA.
Advogada Dra. Ana Cristina Grau Gameleira
Werneck(OAB: 88982/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS MARTINS ANTUNES
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS
AUTOMOTORES LTDA.

Tendo em vista a interposição de embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo, concedo vista à parte contrária, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 142 da SBDI-1 desta Corte, para, querendo, manifestar-se, no prazo de cinco dias.

Após, conclusos.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

BRENO MEDEIROS

Ministro Relator

Processo Nº ED-RR-0001220-84.2014.5.15.0071

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Breno Medeiros
Embargante MARIA DE FATIMA RODRIGUES
BARBOSA DE OLIVEIRA RUELA
Advogada Dra. Janaína de Lourdes Rodrigues
Martini(OAB: 92966/SP)
Embargado(a) MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU
Procurador Dr. Silas Renato Parenti

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA DE FATIMA RODRIGUES BARBOSA DE OLIVEIRA
RUELA
- MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU

Tendo em vista a interposição de embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo, concedo vista à parte contrária, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 142 da SBDI-1 desta Corte, para, querendo, manifestar-se, no prazo de cinco dias.

Após, conclusos.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

BRENO MEDEIROS

Ministro Relator

Processo Nº Ag-ARR-0000367-65.2014.5.09.0872

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Breno Medeiros
Agravante IRIA DSIEDZIC NOGARA
Advogado Dr. Maximiliano Nagl Garcez(OAB:
20792/PR)

Agravado COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado Dr. Genésio Felipe de Natividade(OAB:
10747/PR)
Advogada Dra. Valéria Jaruga Brunetti(OAB:
13795/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
- IRIA DSIEDZIC NOGARA

Verifica-se que a Agravada, COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A., ao apresentar Contraminuta ao Agravo Interno (Petição nº 378949/2018-9), indicou seu atual patrono, o advogado Genésio Felipe de Natividade, OAB/PR nº 10.747.

Contudo, compulsando os autos, constata-se que não há poderes conferidos ao mencionado advogado.

Assim, ante o exposto, e tendo em vista o disposto art. 1º, inciso I, do Ato GMEMP Nº 001, de 30 de agosto de 2018, divulgado no DEJT de 11 de setembro de 2018, fica intimada a peticionária a comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, a regular representação do aludido patrono.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LUIS CARLOS DE SOUSA MAIA

Secretário da 5ª Turma Substituto

Edital

**Publicação de Intimação para contrarrazões aos
Agravos/Agravos Regimentais**

De ordem dos(as) Exmos(as). Srs(as). Ministros(as) relatores(as), e em cumprimento ao art. 1021, §2º do CPC e da IN 39/TST, ficam as partes Agravadas intimadas para contrarrazoarem, em 8 (oito) dias, os recursos de Agravos/Agravos Regimentais interpostos.

Processo Nº Ag-RR-0010801-57.2015.5.01.0531

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S) CREMILDA ANDRADE MEDAS DE
OLIVEIRA
Advogado DR. VINICIUS PINTO DA SILVA(OAB:
115221/RJ)
AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS
Procurador DR. MARCELO DA VEIGA OLIVEIRA
AGRAVADO(S) MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO
Procurador DR. RONALDO CURADO FLEURY
AGRAVADO(S) FIBRA INSTITUTO DE GESTÃO E
SAÚDE

Intimado(s)/Citado(s):

- CREMILDA ANDRADE MEDAS DE OLIVEIRA
- FIBRA INSTITUTO DE GESTÃO E SAÚDE
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS

Brasília, 15 de fevereiro de 2019

ALEX DA SILVA NASCIMENTO

Secretário da 5ª Turma

Pauta

Aditamento à Pauta

Aditamento à Pauta de Julgamento para a 5a. Sessão Ordinária da 5ª Turma do dia 13 de março de 2019 às 09h00

PROCESSOS INCLUÍDOS NO PLENÁRIO VIRTUAL

A sessão virtual terá início à de e encerramento à de .

Nos termos da RA Nº 1.860/2016, os processos em que houver pedido de sustentação oral ou pedido de preferência, apresentados até 24 horas antes do início da sessão virtual, serão remetidos para julgamento presencial na sessão do dia 13/03/2019, às 09:00.

Processo Nº AIRR-0000001-59.2014.5.03.0042

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S)	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado	DR. ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA PERDIZ PINHEIRO(OAB: 183805/SP)
AGRAVADO(S)	PROTEX SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
AGRAVADO(S)	REGIS FERREIRA SANTOS
Advogado	DR. NIVALDO PEDRO DE ARAÚJO(OAB: 60369/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
- PROTEX SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
- REGIS FERREIRA SANTOS

Processo Nº AIRR-0000015-05.2017.5.08.0105

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S)	CONSELMAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A.
Advogado	DR. JANDER LUÍS CATARIN(OAB: 31077/PR)
AGRAVADO(S)	ADILSON SANTOS LIMA
Advogado	DR. WELTON RODRIGO DA SILVA FERNANDES(OAB: 20863/PA)
AGRAVADO(S)	VOTORANTIM CIMENTOS N/NE LTDA.
Advogado	DR. CLÉBER DAL ROVERE PELUZO ABREU(OAB: 192411/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADILSON SANTOS LIMA
- CONSELMAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A.
- VOTORANTIM CIMENTOS N/NE LTDA.

Processo Nº AIRR-0000077-74.2010.5.07.0022

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S)	BAQUIT COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
Advogado	DR. ANTÔNIO CARLOS FERNANDES PINHEIRO(OAB: 22941/CE)
AGRAVADO(S)	JOSÉ MARIA RODRIGUES
Advogado	DR. JOSÉ WAGNER DE OLIVEIRA BRAGA(OAB: 9552/CE)
Advogado	DR. LEANDRO DAMASCENO E SILVA(OAB: 24783/CE)
AGRAVADO(S)	AZIZ OKKA BAQUIT
AGRAVADO(S)	ABRAHÃO BAQUIT NETO
Advogado	DR. FÁBIO RONALDO MAIA DE OLIVEIRA(OAB: 9737/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABRAHÃO BAQUIT NETO
- AZIZ OKKA BAQUIT
- BAQUIT COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
- JOSÉ MARIA RODRIGUES

Processo Nº AIRR-0000144-13.2013.5.03.0162

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S)	PAULO HENRIQUE MARTINS SILVA EIRELI
Advogada	DRA. MARINA FONSECA RODRIGUES GASTIN(OAB: 97630/MG)
Advogada	DRA. ANA LUIZA SANTOS(OAB: 138012/MG)
AGRAVADO(S)	JOSÉ CARLOS MOREIRA
Advogado	DR. WATH NUNES REIS(OAB: 100655/MG)
AGRAVADO(S)	TRANSPORTADORA REZENDE E SILVA LTDA.
Advogada	DRA. LORENA SILVEIRA CAMARGOS(OAB: 128213/MG)
AGRAVADO(S)	ADEGA BEBIDAS PIUMHI LTDA.
AGRAVADO(S)	ADRIANA ÉRICA DE FARIA
AGRAVADO(S)	VIVIANE NATÁLIA SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEGA BEBIDAS PIUMHI LTDA.
- ADRIANA ÉRICA DE FARIA
- JOSÉ CARLOS MOREIRA
- PAULO HENRIQUE MARTINS SILVA EIRELI
- TRANSPORTADORA REZENDE E SILVA LTDA.
- VIVIANE NATÁLIA SILVA

Processo Nº AIRR-0000222-74.2013.5.18.0231

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S)	BRASAL REFRIGERANTES S.A.
Advogado	DR. RODRIGO VIEIRA ROCHA BASTOS(OAB: 20730/GO)
AGRAVADO(S)	PAULO HENRIQUE SOARES DE ALMEIDA
Advogado	DR. ROGÉRIO BRUNO CORRÊA(OAB: 22171/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASAL REFRIGERANTES S.A.
- PAULO HENRIQUE SOARES DE ALMEIDA

Processo Nº AIRR-0000410-18.2015.5.03.0004

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. EDUARDO FORNAZARI ALENCAR(OAB: 138644/SP)
Advogado	DR. GUSTAVO FERREIRA DA CRUZ(OAB: 91453/MG)
AGRAVADO(S)	UNIÃO (PGF)
Procuradora	DRA. MELISSA FERNANDES SILVA
AGRAVADO(S)	MIRELLA LUIZA BARBOSA LEMOS
Advogado	DR. ERNANY FERREIRA SANTOS(OAB: 46492/MG)
Advogado	DR. EDUARDO VICENTE RABELO AMORIM(OAB: 25509/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

- MIRELLA LUIZA BARBOSA LEMOS
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº AIRR-0000435-20.2015.5.05.0022

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. GUSTAVO LANAT FILHO
AGRAVADO(S) ANA CRISTINA DA CONCEIÇÃO
Advogado DR. RAFAEL BARBOSA NOGUEIRA(OAB: 25197/BA)
AGRAVADO(S) DELTA LOCAÇÃO DE SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA.
Advogado DR. WASHINGTON LUIZ DIAS PIMENTEL JÚNIOR(OAB: 32788/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CRISTINA DA CONCEIÇÃO
- DELTA LOCAÇÃO DE SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA.
- ESTADO DA BAHIA

Processo Nº AIRR-0000477-14.2017.5.05.0341

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. GUSTAVO LANAT FILHO
AGRAVADO(S) ARMILAIDE ALVES DE DEUS BRAGA
Advogado DR. ANDERSON PEREIRA DE BRITO(OAB: 42799/BA)
AGRAVADO(S) SANDES CONSERVAÇÃO SERVIÇOS - EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ARMILAIDE ALVES DE DEUS BRAGA
- ESTADO DA BAHIA
- SANDES CONSERVAÇÃO SERVIÇOS - EIRELI

Processo Nº AIRR-0000556-70.2014.5.02.0441

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS - OGMO/SANTOS
Advogado DR. MARCELO KANITZ(OAB: 14116/DF)
Advogado DR. FERNANDO NASCIMENTO BURATTINI(OAB: 78983/SP)
AGRAVADO(S) CARLOS ALBERTO ARAÚJO
Advogada DRA. MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA SOARES(OAB: 139401/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ALBERTO ARAÚJO
- ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS - OGMO/SANTOS

Processo Nº AIRR-0000674-35.2011.5.05.0193

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) MARTA MARIA RIBEIRO CARDOSO
Advogado DR. MÁRIO NUNES MARCELINO DA SILVA(OAB: 19825/BA)
AGRAVADO(S) MARINALVA CERQUEIRA SANTOS ALMEIDA

Advogada DRA. ODEJANE LIMA FRANCO(OAB: 16345/BA)
AGRAVADO(S) INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DO NORDESTE DA BAHIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DO NORDESTE DA BAHIA LTDA.
- MARINALVA CERQUEIRA SANTOS ALMEIDA
- MARTA MARIA RIBEIRO CARDOSO

Processo Nº AIRR-0000682-30.2015.5.06.0262

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) PAULO PRAGANA PAIVA E OUTROS
Advogado DR. JAIRO VICTOR DA SILVA(OAB: 2470/PE)
AGRAVADO(S) USINA BOM JESUS S.A.
Advogada DRA. IRANY MARIA DA SILVA COSTA(OAB: 7475/PE)
AGRAVADO(S) RONALDO JOSÉ DE LIMA
Advogada DRA. NATHALY DE PONTES ESTEVÃO DA SILVA(OAB: 33201-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO PRAGANA PAIVA E OUTROS
- RONALDO JOSÉ DE LIMA
- USINA BOM JESUS S.A.

Processo Nº AIRR-0000759-27.2013.5.05.0039

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. CARLOS GUSTAVO LEMOS DE SOUZA
AGRAVANTE(S) JOSEMIRA RESSUREIÇÃO DE JESUS E OUTRA
Advogada DRA. PALOMA COSTA PERUNA(OAB: 18681/BA)
Advogado DR. MARCO ANTÔNIO BORGES DE BARROS(OAB: 20530/BA)
AGRAVADO(S) MASTER SERVICE TERCEIRIZAÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- JOSEMIRA RESSUREIÇÃO DE JESUS E OUTRA
- MASTER SERVICE TERCEIRIZAÇÃO LTDA.

Processo Nº AIRR-0000775-24.2012.5.01.0072

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Advogado DR. GUILHERME VILELA DE PAULA(OAB: 162113/RJ)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DOS PORTOS ORGANIZADOS DO RIO DE JANEIRO, SEPETIBA, FORNO E NITERÓI - OGMO
Advogado DR. EYMARD DUARTE TIBÃES(OAB: 66247/RJ)
AGRAVADO(S) ARICELSO VIEIRA DOS SANTOS E OUTRO
Advogado DR. BIANCA NEVES BOMFIM(OAB: 131479/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARICELSO VIEIRA DOS SANTOS E OUTRO
- COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
- ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO
PORTUÁRIO DOS PORTOS ORGANIZADOS DO RIO DE
JANEIRO, SEPETIBA, FORNO E NITERÓI - OGMO

Processo Nº AIRR-0000799-40.2011.5.15.0026

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) COMERCIAL DE ALIMENTOS
CARREFOUR S.A.
Advogado DR. ALEXANDRE LAURIA
DUTRA(OAB: 157840/SP)
AGRAVADO(S) MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO - PROCURADORIA
REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª
REGIÃO
Procurador DR. RENATA APARECIDA CREMA
BOTASSO

Intimado(s)/Citado(s):

- COMERCIAL DE ALIMENTOS CARREFOUR S.A.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA
REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Processo Nº AIRR-0000826-88.2014.5.05.0028

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. OSMAN BAGDÊDE
AGRAVADO(S) ITAMAR RODRIGUES DE SOUZA
Advogada DRA. SILVANA SAMPAIO
GONÇALVES(OAB: 34887/BA)
AGRAVADO(S) FAROL EMPRESA DE VIGILÂNCIA
LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- FAROL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA.
- ITAMAR RODRIGUES DE SOUZA

Processo Nº AIRR-0000841-70.2015.5.09.0041

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada DRA. SIONARA PEREIRA(OAB:
17118/PR)
Advogado DR. ROBERTO CAVANHA
ALMEIDA(OAB: 38241/PR)
Advogado DR. EDUARDO PESSI PADOIN(OAB:
41979/PR)
Advogada DRA. BÁRBARA EBERLE(OAB:
58249/PR)
Advogado DR. PATRICK FRIEDRICH WILHELM
MACAGGI L. FONTES CÉSAR(OAB:
37588/PR)
Advogada DRA. MARIANNA STASIAK(OAB:
49431/PR)
AGRAVADO(S) IVONETE KURKICVICZ DE ARAÚJO
Advogado DR. DYEGO ALVES CARDOSO(OAB:
39627/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -
ECT
- IVONETE KURKICVICZ DE ARAÚJO

Processo Nº AIRR-0000856-83.2015.5.05.0612

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. GUSTAVO LANAT FILHO
AGRAVADO(S) MARIA APARECIDA FERREIRA DE
MORAIS
Advogado DR. FÁBIO CARVALHO BRITO(OAB:
22393/BA)
AGRAVADO(S) FORTES SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. JORGE SILVA DE JESUS(OAB:
6636-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- FORTES SERVIÇOS LTDA.
- MARIA APARECIDA FERREIRA DE MORAIS

Processo Nº AIRR-0000886-41.2017.5.05.0421

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. MARCUS VINÍCIUS CAMINHA
AGRAVADO(S) LUIZ HENRIQUE DE JESUS SANTOS
Advogado DR. FÁBIO GABRIEL DE
OLIVEIRA(OAB: 109767/MG)
AGRAVADO(S) BASE TEC SERVIÇOS E
EMPREENDEIMENTOS EIRELI
Advogado DR. LEONARDO TEIXEIRA
NASCIMENTO(OAB: 42310/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BASE TEC SERVIÇOS E EMPREENDEIMENTOS EIRELI
- ESTADO DA BAHIA
- LUIZ HENRIQUE DE JESUS SANTOS

Processo Nº AIRR-0000895-83.2015.5.05.0611

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. MARCO AURÉLIO DE CASTRO
JÚNIOR
AGRAVADO(S) DAIANE PRATES MENDONÇA
Advogado DR. FÁBIO CARVALHO BRITO(OAB:
22393/BA)
AGRAVADO(S) FORTES SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- DAIANE PRATES MENDONÇA
- ESTADO DA BAHIA
- FORTES SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0000965-53.2016.5.05.0195

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. BRUNO FAGUNDES
AGRAVADO(S) DAIANE BISPO PEREIRA
Advogada DRA. SOLANGE IZABEL PACHECO
MARTINS(OAB: 8145/BA)
AGRAVADO(S) DELTA LOCAÇÃO DE SERVIÇOS E
EMPREENDEIMENTOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- DAIANE BISPO PEREIRA

- DELTA LOCAÇÃO DE SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA.

- ESTADO DA BAHIA

Processo Nº AIRR-0001085-50.2013.5.09.0661

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) LUCIA PAZZINATTO RIBEIRO
Advogado DR. PAULO CÉSAR SIQUEIRA DA SILVA(OAB: 29001/PR)
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. RAFAEL SGAMZERLA DURAND
AGRAVADO(S) ADVENTURE - TECNOLOGIA E SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA.
Advogada DRA. MÁRCIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA(OAB: 191362/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADVENTURE - TECNOLOGIA E SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA.
- BANCO DO BRASIL S.A.
- LUCIA PAZZINATTO RIBEIRO

Processo Nº AIRR-0001124-73.2015.5.07.0001

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) ESTADO DO CEARÁ
Procurador DR. RIZOMAR NUNES PEREIRA
AGRAVADO(S) RAISA BURMANN AGUIAR
Advogado DR. ANTÔNIO CÉZAR ALVES FERREIRA(OAB: 5031/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO CEARÁ
- RAISA BURMANN AGUIAR

Processo Nº AIRR-0001131-91.2014.5.02.0081

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) RAIMUNDO DA SILVA RODRIGUES
Advogado DR. EDUARDO DE OLIVEIRA CERDEIRA(OAB: 234634/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB: 211648/SP)
AGRAVADO(S) ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado DR. DEJARI MECCA DE BRITO(OAB: 88865/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- BANCO DO BRASIL S.A.
- RAIMUNDO DA SILVA RODRIGUES

Processo Nº AIRR-0001202-17.2016.5.06.0371

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) PEDRA BRANCA ESCAVAÇÕES LTDA.
Advogado DR. RODRIGO PUPPI BASTOS(OAB: 35215-A/PR)
AGRAVADO(S) EUDIMAR FRANCISCO DA SILVA ALVES
Advogado DR. HENRIQUE BRASILIANO DE MELO(OAB: 34875/PE)

AGRAVADO(S)

Advogado

Advogado

CONSÓRCIO BACIA DO SÃO FRANCISCO

DR. DANIELA RENI MAIA DORIAN(OAB: 199621/SP)

DR. ADOLPHO LUIZ MARTINEZ(OAB: 144997-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO BACIA DO SÃO FRANCISCO
- EUDIMAR FRANCISCO DA SILVA ALVES
- PEDRA BRANCA ESCAVAÇÕES LTDA.

Processo Nº AIRR-0001427-43.2014.5.09.0009

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada DRA. SIONARA PEREIRA(OAB: 17118/PR)
Advogada DRA. ANA CAROLINA TERRERI CHIQUETTO(OAB: 46237/PR)
Advogada DRA. IRIS YAMAMOTO IZUTANI(OAB: 45799/PR)
AGRAVADO(S) PAULO CÉZAR DA SILVA
Advogado DR. DYEGO ALVES CARDOSO(OAB: 39627/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- PAULO CÉZAR DA SILVA

Processo Nº AIRR-0001462-12.2013.5.09.0567

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL
Advogada DRA. MÁRCIA REGINA RODACOSKI(OAB: 13601/PR)
AGRAVADO(S) ANTÔNIO LUIZ DA SILVA
Advogado DR. WANDERSON LAGO VAZ(OAB: 25243/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO LUIZ DA SILVA
- USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

Processo Nº AIRR-0001466-74.2013.5.09.0009

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada DRA. SIONARA PEREIRA(OAB: 17118/PR)
Advogada DRA. MARIANNA STASIAK(OAB: 49431/PR)
AGRAVADO(S) JOSÉ LEOCADIO CHUSTAKE
Advogada DRA. DENISE MARTINS AGOSTINI(OAB: 17344/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- JOSÉ LEOCADIO CHUSTAKE

Processo Nº AIRR-0001503-53.2010.5.02.0025

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

AGRAVANTE(S) BANCO CITIBANK S.A.

Advogado DR. JAIR TAVARES DA SILVA(OAB: 46688/SP)

AGRAVANTE(S) ALEX HIPÓLITO GUIMARÃES

Advogado DR. FABYO LUIZ ASSUNÇÃO(OAB: 204585-B/SP)

AGRAVADO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEX HIPÓLITO GUIMARÃES
- BANCO CITIBANK S.A.
- OS MESMOS

Processo Nº AIRR-0001642-14.2014.5.02.0203

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO

Procurador DR. GABRIEL ALVES BUENO PEREIRA

Procurador DR. CELSO ALVES DE RESENDE JÚNIOR

AGRAVADO(S) MAURÍCIO DA SILVA BRITO

Advogado DR. DAYANE SILVA DE QUEIROZ(OAB: 342172/SP)

AGRAVADO(S) CR5 BRASIL SEGURANÇA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CR5 BRASIL SEGURANÇA LTDA.
- ESTADO DE SÃO PAULO
- MAURÍCIO DA SILVA BRITO

Processo Nº AIRR-0001733-85.2011.5.02.0017

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA

AGRAVANTE(S) CONTAX-MOBITEL S.A.

Advogado DR. BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR(OAB: 99830-A/MG)

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)

AGRAVADO(S) DEBORA BATISTA PASSOS

Advogado DR. CLAUDEMIR LUÍS FLÁVIO(OAB: 154498/SP)

AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.

Advogado DR. JOSÉ DE PAULA MONTEIRO NETO(OAB: 29443/SP)

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTAX-MOBITEL S.A.
- DEBORA BATISTA PASSOS
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

Processo Nº AIRR-0002033-48.2015.5.09.0652

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA

AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Advogada DRA. BÁRBARA EBERLE(OAB: 58249/PR)

AGRAVADO(S) ROGILSON RAUL MARCHALEK

Advogada DRA. DENISE MARTINS AGOSTINI(OAB: 17344/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- ROGILSON RAUL MARCHALEK

Processo Nº AIRR-0002158-64.2015.5.02.0020

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA

AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. PAULO AUGUSTO GRECO(OAB: 119729/SP)

AGRAVADO(S) MARIA CECILIA PAVÃO SILVA

Advogado DR. ALEXANDRE JOSÉ CORDEIRO DA SILVA(OAB: 147231/SP)

AGRAVADO(S) RRJ TRANSPORTES DE VALORES, SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARIA CECILIA PAVÃO SILVA
- RRJ TRANSPORTES DE VALORES, SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Processo Nº AIRR-0002386-28.2014.5.09.0651

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA

AGRAVANTE(S) AGIPLAN PROMOTORA DE VENDAS LTDA.

Advogado DR. ALFONSO DE BELLIS(OAB: 25818/RS)

Advogado DR. LUIZ FELIPE DE MATOS(OAB: 51836/PR)

AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO

Advogado DR. VIDAL RIBEIRO PONÇANO(OAB: 91473/SP)

Advogada DRA. GISELE MARIE MELLO BELLO BIGUETTE(OAB: 39571/PR)

AGRAVADO(S) MYCHELE DE QUADROS DA SILVA

Advogado DR. NUREDIN AHMAD ALLAN(OAB: 37148-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGIPLAN PROMOTORA DE VENDAS LTDA.
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
- MYCHELE DE QUADROS DA SILVA

Processo Nº AIRR-0002500-81.2006.5.01.0226

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

Procurador DR. ANA CRISTINA COSTA MOCHIARO SOARES

AGRAVADO(S) PAULA ROBERTA MACHADO

Advogada DRA. LUCIANA ROSA GOMES CARREIRO(OAB: 100249/RJ)

AGRAVADO(S) COOPSAÚDE COOPERATIVA DE ATIVIDADE NA ÁREA DE SAÚDE

Advogado DR. ALEXANDRE KATS(OAB: 22557/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPSAÚDE COOPERATIVA DE ATIVIDADE NA ÁREA DE SAÚDE
- MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU
- PAULA ROBERTA MACHADO

Processo Nº AIRR-0002796-37.2012.5.02.0462

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
Advogado DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)
AGRAVANTE(S) JORGE SOUZA AUGUSTO
Advogado DR. LEVI CARLOS FRANGIOTTI(OAB: 64203/SP)
AGRAVADO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
- JORGE SOUZA AUGUSTO
- OS MESMOS

Processo Nº AIRR-0002919-68.2013.5.02.0084

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador DR. FLÁVIO CÉSAR DAMASCO
AGRAVADO(S) ANTÔNIO MARIA JÚNIOR
Advogado DR. ROBERTO HIROMI SONODA(OAB: 115094/SP)
Advogado DR. CLÁUDIO SCOPIM DA ROSA(OAB: 160050/SP)
AGRAVADO(S) UNILESTE ENGENHARIA S.A.
Advogada DRA. DÉBORA CEDRASCHI DIAS(OAB: 121219/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO MARIA JÚNIOR
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- UNILESTE ENGENHARIA S.A.

Processo Nº AIRR-0010908-14.2014.5.14.0131

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) MINERVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.
Advogado DR. MARCUS DE OLIVEIRA KAUFMANN(OAB: 14750-A/DF)
AGRAVADO(S) CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
Advogado DR. JORGE LUIZ REMBOSKI(OAB: 4263/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS
- MINERVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

Processo Nº AIRR-0010990-08.2015.5.03.0134

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
Advogado DR. VIDAL RIBEIRO PONÇANO(OAB: 152519/MG)
AGRAVADO(S) WESLEY OLIVEIRA PIRES
Advogado DR. HUGO OLIVEIRA HORTA BARBOSA(OAB: 19769/DF)
AGRAVADO(S) ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
Advogada DRA. MELYSANDRA MARTINS COSTA(OAB: 48612/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
- WESLEY OLIVEIRA PIRES

Processo Nº AIRR-0047700-76.2003.5.01.0013

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) MIRIAM TERESA SOARES XAVIER GAGLIANONE
Advogado DR. ROGÉRIO LOURENÇO PAVÃO(OAB: 122842/RJ)
AGRAVADO(S) KLÉBER CÁSSIO NONATO FERNANDES
Advogado DR. FELIPE ADOLFO FERNANDES KALAF(OAB: 57634/RJ)
AGRAVADO(S) FRANCISCO XAVIER IMÓVEIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO XAVIER IMÓVEIS LTDA.
- KLÉBER CÁSSIO NONATO FERNANDES
- MIRIAM TERESA SOARES XAVIER GAGLIANONE

Processo Nº AIRR-0088500-14.2008.5.06.0311

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
Advogado DR. TASSO BATALLA BARROCA(OAB: 51556/MG)
AGRAVADO(S) ELY DOMINGUES LIMA
Advogado DR. PAULO LOPES DA SILVA(OAB: 8560/PB)
AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. JOAQUIM DE ALENCAR CARVALHO(OAB: 7429/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
- ELY DOMINGUES LIMA

Processo Nº AIRR-0092000-30.2012.5.16.0001

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MARLÚCIO LEDO VIEIRA(OAB: 10290/MA)
AGRAVADO(S) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
Procurador DR. MAURÍCIO PESSÓA LIMA

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

Processo Nº AIRR-0176900-24.2008.5.02.0017

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. SÉRGIO SOARES BARBOSA(OAB: 79345/SP)
AGRAVANTE(S) ANALIA MIGUEL ANUSIEWICZ
Advogado DR. SAUL ANUSIEWICZ(OAB: 28479/SP)

AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS
FEDERAIS - FUNCEF
Advogado DR. JOSÉ FRANCISCO SIQUEIRA
NETO(OAB: 69135/SP)
Advogado DR. DINO ARAÚJO DE
ANDRADE(OAB: 20182/DF)
AGRAVADO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- ANALIA MIGUEL ANUSIEWICZ
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
- OS MESMOS

Processo Nº AIRR-1000833-08.2016.5.02.0083

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR
RODRIGUES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador DR. FLÁVIO CÉSAR DAMASCO
AGRAVADO(S) BÁRBARA SABRINA BELTRÃO DO
NASCIMENTO
Advogado DR. ANDRÉ LUÍS DE SOUZA(OAB:
284388/SP)
AGRAVADO(S) PROL ALIMENTAÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BÁRBARA SABRINA BELTRÃO DO NASCIMENTO
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- PROL ALIMENTAÇÃO LTDA.

Processo Nº AIRR-1001125-05.2016.5.02.0079

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR
RODRIGUES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Advogado DR. SILVIO DIAS(OAB: 226864/SP)
AGRAVADO(S) MARIA DAS DORES DOS SANTOS
Advogada DRA. VANUSA DE FREITAS(OAB:
160424/SP)
AGRAVADO(S) HIGILIMP LIMPEZA AMBIENTAL
LTDA.
Advogado DR. MATHEUS BONAROTI(OAB:
325531/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- HIGILIMP LIMPEZA AMBIENTAL LTDA.
- MARIA DAS DORES DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Processo Nº AIRR-1001477-31.2016.5.02.0024

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR
RODRIGUES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador DR. LUIZ ÁLVARO F. GALHANONE
AGRAVADO(S) FABIANE MASSUCATTI
Advogada DRA. CINTIA QUARTEROLO RIBAS
AMARAL MENDONÇA(OAB:
177286/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIANE MASSUCATTI
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Processo Nº AIRR-1001788-67.2016.5.02.0009

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR
RODRIGUES
AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador DR. AUGUSTO BELLO ZORZI
AGRAVADO(S) CLEA DIAS DOS SANTOS
Advogado DR. ROGÉRIO MAZZA TROISE(OAB:
188199/SP)
AGRAVADO(S) P&B SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEA DIAS DOS SANTOS
- ESTADO DE SÃO PAULO
- P&B SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

Processo Nº AIRR-1001846-38.2015.5.02.0322

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR
RODRIGUES
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE GUARULHOS
Procurador DR. DANIEL MENDES PEDROSO
Procuradora DRA. PRISCILA ALVAREZ SEOANE
CASSEB
AGRAVADO(S) DARLENE MARIA DA SILVA
Advogado DR. MARCELO DA SILVEIRA
PRESCENDO(OAB: 137203/SP)
AGRAVADO(S) ASSOCIAÇÃO PARA VALORIZAÇÃO
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA -
AVAPE

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO PARA VALORIZAÇÃO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA - AVAPE
- DARLENE MARIA DA SILVA
- MUNICIPIO DE GUARULHOS

Processo Nº RR-0000137-96.2013.5.03.0137

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
RECORRENTE(S) ALINE GOMES DA SILVA
Advogado DR. CLÉRISTON MARCONI
PINHEIRO LIMA(OAB: 107001/MG)
RECORRIDO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A. E OUTRA
Advogada DRA. CRISTIANA RODRIGUES
GONTIJO(OAB: 6930-A/DF)
Advogado DR. PAULO HENRIQUE DE
CARVALHO CHAMON(OAB:
20550/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE GOMES DA SILVA
- ITAÚ UNIBANCO S.A. E OUTRA

Processo Nº RR-0000255-48.2013.5.04.0233

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR
RODRIGUES
RECORRENTE E PAULA FRANCINE PEREIRA CARPIN
RECORRIDO
Advogada DRA. LÍDIA TERESINHA DA VEIGA
LIMA(OAB: 15373/RS)
Advogado DR. DIEGO DA VEIGA LIMA(OAB:
53185/RS)
RECORRENTE E PELZER SISTEMAS DO BRASIL
RECORRIDO LTDA.
Advogada DRA. GISELA DA SILVA
FREIRE(OAB: 92350/SP)
RECORRIDO(S) ACSL SERVIÇOS DE APOIO À
INDÚSTRIA LTDA. - ME

Advogado DR. OSCAR CANSAN(OAB: 36919/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ACSL SERVIÇOS DE APOIO À INDÚSTRIA LTDA. - ME
- PAULA FRANCINE PEREIRA CARPIN
- PELZER SISTEMAS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº RR-0000528-79.2016.5.11.0151

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
RECORRENTE(S) WHANDSON DE ALMEIDA REGO
Advogado DR. DANIEL FÉLIX DA SILVA(OAB: 11037/AM)
RECORRIDO(S) AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado DR. ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO(OAB: 6142/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- WHANDSON DE ALMEIDA REGO

Processo Nº RR-0000700-46.2012.5.09.0594

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
RECORRENTE(S) CONSÓRCIO CONPAR
Advogado DR. GIOVANI DA SILVA(OAB: 18452/PR)
RECORRIDO(S) ANGELINO NEVES DE OLIVEIRA
Advogada DRA. ALCIONE ROBERTO TOSCAN(OAB: 16729/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELINO NEVES DE OLIVEIRA
- CONSÓRCIO CONPAR

Processo Nº RR-0000705-95.2013.5.09.0024

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
RECORRENTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. WLADEMIR ROBERTO VIEIRA JÚNIOR(OAB: 66190/PR)
RECORRIDO(S) DENISE NADAL
Advogado DR. LIDIOMAR RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 36536/PR)
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 37514/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- DENISE NADAL

Processo Nº RR-0001297-39.2012.5.09.0004

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
RECORRENTE(S) BRASIL TELECOM CALL CENTER S.A. E OUTRO
Advogado DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
RECORRIDO(S) ROSANE KIRSTEN RAUDA
Advogada DRA. NORMA REGINA PINHO RIBAS(OAB: 5807/PR)
Advogado DR. JOSÉ DANIEL TATARA RIBAS(OAB: 3484/PR)
RECORRIDO(S) TELEPERFORMANCE CRM S.A.

Advogado DR. MARIA VICTÓRIA RIELLI MACHADO PEREIRA(OAB: 40451/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASIL TELECOM CALL CENTER S.A. E OUTRO
- ROSANE KIRSTEN RAUDA
- TELEPERFORMANCE CRM S.A.

Processo Nº RR-0001442-55.2013.5.09.0006

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
RECORRENTE(S) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Procurador DR. LEONARDO ABAGGE FILHO
RECORRIDO(S) SINDICATO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA
Advogada DRA. DENISE MARTINS AGOSTINI(OAB: 17344/PR)
RECORRIDO(S) ASSOCIACAO DE ENSINO VERSALHES E OUTRAS
Advogado DR. AMILCAR DELVAN STÜHLER(OAB: 17939/PR)
Advogada DRA. ROBERTA DE OLIVEIRA(OAB: 76512/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO DE ENSINO VERSALHES E OUTRAS
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
- SINDICATO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

Processo Nº RR-0001770-34.2011.5.09.0562

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
RECORRENTE(S) USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL
Advogada DRA. MÁRCIA REGINA RODACOSKI(OAB: 13601/PR)
RECORRIDO(S) MILTON FERREIRA DA SILVA
Advogado DR. RENATO TOMÉ JESUS(OAB: 30907/PR)
RECORRIDO(S) COFERCATU COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
Advogado DR. ARISTIDES TADEU GIANELLO(OAB: 59031/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COFERCATU COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
- MILTON FERREIRA DA SILVA
- USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

Processo Nº RR-0001828-21.2012.5.09.0071

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
RECORRENTE(S) THALITA MARQUES PEIXOTO
Advogado DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA(OAB: 15782/PR)
RECORRENTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. VIDAL RIBEIRO PONÇANO(OAB: 91473-A/SP)
RECORRIDO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- OS MESMOS
- THALITA MARQUES PEIXOTO

Processo Nº RR-0010570-53.2014.5.15.0053

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
RECORRENTE E BENTELER COMPONENTES
RECORRIDO AUTOMOTIVOS LTDA.
Advogada DRA. VERIDIANA MOREIRA
POLICE(OAB: 155838-B/SP)
RECORRENTE E VALDIR CORREIA LIMA
RECORRIDO
Advogado DR. JOSÉ ANTÔNIO
CREMASCO(OAB: 59298/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA.
- VALDIR CORREIA LIMA

Processo Nº RR-0010892-44.2015.5.12.0046

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
RECORRENTE(S) ROSIMBO CAIM KAROLESKI
Advogado DR. ROMOLO GASCHO DE
SOUZA(OAB: 18437/SC)
RECORRIDO(S) LUNELLI INDÚSTRIA DO
VESTUÁRIO LTDA
Advogado DR. MARCELO BEDUSCHI(OAB:
11675/SC)
RECORRIDO(S) UNIÃO FEDERAL
Procurador DR. PROCURADORIA DA FAZENDA
NACIONAL

Intimado(s)/Citado(s):

- LUNELLI INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA
- ROSIMBO CAIM KAROLESKI
- UNIÃO FEDERAL

Processo Nº RR-0011406-08.2015.5.01.0206

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
RECORRENTE(S) DEIVISON FIGUEIREDO DA SILVA
Advogado DR. ANTÔNIO LANDIM MEIRELLES
QUINTELLA(OAB: 50833/RJ)
RECORRIDO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS
Advogado DR. SAULO LOPES ARAÚJO(OAB:
157531/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEIVISON FIGUEIREDO DA SILVA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº RR-0012305-31.2016.5.15.0028

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR
RODRIGUES
RECORRENTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. MARCOS CALDAS MARTINS
CHAGAS(OAB: 303021-A/SP)
RECORRIDO(S) EDY CARLOS BENEDITO DOS
SANTOS SILVA
Advogado DR. IGOR DA SILVA
MONTAGNER(OAB: 374114/SP)
RECORRIDO(S) SECURITY VIGILÂNCIA
PATRIMONIAL LTDA.
Advogado DR. LUÍS FERNANDO
TRÉVISAN(OAB: 229505/SP)
RECORRIDO(S) SERVIÇO NACIONAL DE
APRENDIZAGEM COMERCIAL -
SENAC

Advogado DR. JOSÉ FERNANDO OSAKI(OAB:
88246/SP)
Advogado DR. UBIRAJARA CARDOSO DA
ROCHA FILHO(OAB: 93073/SP)
Advogado DR. MARCELO GANTOMASO
CORDEIRO DE ARAÚJO(OAB:
299942/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- EDY CARLOS BENEDITO DOS SANTOS SILVA
- SECURITY VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.
- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL -
SENAC

Processo Nº RR-0020168-91.2013.5.04.0402

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
RECORRENTE(S) EMERCOR EMERGÊNCIAS
MÉDICAS LTDA.
Advogado DR. ANDRÉ RENATO ZUCO(OAB:
39201/RS)
Advogada DRA. TATIANE PASINATO DOS
SANTOS(OAB: 72251/RS)
RECORRIDO(S) ISaura VEBER MACHADO
Advogado DR. JOSÉ VILMAR PIRES DA
SILVA(OAB: 16540/RS)
Advogada DRA. BEATRIZ MARIA CECHIN(OAB:
57518/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMERCOR EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA.
- ISaura VEBER MACHADO

Processo Nº RR-0020187-13.2016.5.04.0008

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
RECORRENTE(S) GMA SERVIÇOS AUTOMOTIVOS
LTDA.
Advogado DR. ANDRÉ VITÓRIO ZANINI(OAB:
62201/RS)
RECORRIDO(S) EVERTON DE LIMA
Advogado DR. WAGNER FERNANDES
BOEIRA(OAB: 91221-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EVERTON DE LIMA
- GMA SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA.

Processo Nº RR-0020223-45.2013.5.04.0401

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR
RODRIGUES
RECORRENTE(S) BV FINANCEIRA S. A. - CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
E OUTRO
Advogado DR. EDUARDO RIHL CASTRO(OAB:
79243/RS)
RECORRENTE(S) CARINA PASCUALI
Advogado DR. EYDER LINI(OAB: 15600/RS)
RECORRIDO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- BV FINANCEIRA S. A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTO E OUTRO
- CARINA PASCUALI
- OS MESMOS

Processo Nº RR-0021183-49.2016.5.04.0351

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
RECORRENTE(S) COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - GT
Advogado DR. RODRIGO SOARES CARVALHO(OAB: 39510/RS)
Advogado DR. JIMMY BARIANI KOCH(OAB: 50783/RS)
RECORRIDO(S) CELOI MACHADO
Advogado DR. EMANUEL LUCAS PÜTTEN DE OLIVEIRA(OAB: 64047/RS)
RECORRIDO(S) LABORAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.
Advogada DRA. LUCIANE LOVATO FARACO(OAB: 33818/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELOI MACHADO
- COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - GT
- LABORAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Processo Nº RR-0101151-91.2016.5.01.0067

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
RECORRENTE(S) MARTA BEATRIZ GURETIVZ CUNHA
Advogado DR. MAURÍCIO JOSÉ MOREIRA ALVES(OAB: 1415-B/RJ)
RECORRIDO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada DRA. MARIA DA GRAÇA MANHÃES BARRETO IGLESIAS(OAB: 117448/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- MARTA BEATRIZ GURETIVZ CUNHA

Processo Nº RR-1000611-78.2016.5.02.0717

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
RECORRENTE(S) SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S.A.
Advogada DRA. VIVIANE CASTRO NEVES PASCOAL MALDONADO DAL MAS(OAB: 136069/SP)
RECORRIDO(S) DENIS MOUTINHO GOMES
Advogado DR. MARCIO RIBEIRO DO NASCIMENTO(OAB: 147913/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DENIS MOUTINHO GOMES
- SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S.A.

Processo Nº RR-1001179-31.2015.5.02.0717

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
RECORRENTE(S) SIERESP - SINDICATO DAS EMPRESAS REMOVEDORAS DE ENTULHO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Advogado DR. EDU MONTEIRO JÚNIOR(OAB: 98688/SP)
RECORRIDO(S) TAVORA DEMOLIDORA, TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES DE ENTULHOS EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- SIERESP - SINDICATO DAS EMPRESAS REMOVEDORAS DE ENTULHO DO ESTADO DE SÃO PAULO
- TAVORA DEMOLIDORA, TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES DE ENTULHOS EIRELI - ME

Processo Nº Ag-AIRR-0000026-19.2016.5.03.0134

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) BANCO SAFRA S.A.
Advogada DRA. CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: 6930-A/DF)
Advogada DRA. ELEN CRISTINA GOMES E GOMES(OAB: 91053/MG)
Advogado DR. ALAOR ESTEVES DOS SANTOS JÚNIOR(OAB: 105047/MG)
Advogado DR. MARCIANO GUIMARÃES(OAB: 53772/MG)
AGRAVADO(S) ALEXANDRE MACHADO SANT' ANNA
Advogado DR. FÁBIO ANTÔNIO SILVA(OAB: 46777/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE MACHADO SANT' ANNA
- BANCO SAFRA S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000079-40.2017.5.08.0129

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) FÉLIX DE VALOIS MARTINS MIRANDA
Advogada DRA. MAYARA LÚCIA DE SOUZA NASCIMENTO TINOCO(OAB: 17670/PA)
AGRAVADO(S) CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE
Advogado DR. MÁRCIO BEZE(OAB: 21419/DF)
Advogado DR. FÁBIO DE ARAÚJO AMORIM(OAB: 12380/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE
- FÉLIX DE VALOIS MARTINS MIRANDA

Processo Nº Ag-AIRR-0000103-11.2013.5.04.0003

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) CLARO S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogada DRA. TONIA RUSSOMANO MACHADO(OAB: 43514/RS)
AGRAVADO(S) LIANE CARDOSO THOME FRANCISCO
Advogado DR. PAULO DE FREITAS SOLLER(OAB: 31309/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- LIANE CARDOSO THOME FRANCISCO

Processo Nº Ag-AIRR-0000118-32.2014.5.09.0091

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.

Advogado DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
AGRAVADO(S) REINALDO CESAR SIQUEIRA
Advogado DR. MAGALHÃES RODRIGUES DA SILVA(OAB: 33888/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- REINALDO CESAR SIQUEIRA
- USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000119-39.2014.5.09.0892

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) MARCOS IZIDORO MARQUES
Advogado DR. PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA(OAB: 43442/PR)
Advogado DR. SIRLEI GIBRIM(OAB: 68142/PR)
AGRAVADO(S) VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogado DR. CARLOS ROBERTO RIBAS SANTIAGO(OAB: 6405-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS IZIDORO MARQUES
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000121-81.2014.5.09.0092

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.
Advogado DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
AGRAVADO(S) ANTÔNIO CIRSO VIEIRA
Advogado DR. THULLIMAN THALES TUANAN TRENTO(OAB: 61081/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO CIRSO VIEIRA
- USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0000149-08.2017.5.08.0016

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) LÍDER TÁXI AÉREO S.A. - AIR BRASIL
Advogada DRA. WALKIRIA LIMA RIBEIRO MACHADO(OAB: 86747/MG)
AGRAVADO(S) ANTÔNIO ARAÚJO SIQUEIRA
Advogada DRA. LÚCIA HELENA SOUZA MERGULHÃO(OAB: 8332/PA)
Advogado DR. WACIM TORRES BALLOUT(OAB: 7916/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO ARAÚJO SIQUEIRA
- LÍDER TÁXI AÉREO S.A. - AIR BRASIL

Processo Nº Ag-AIRR-0000209-64.2013.5.15.0100

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) COOPERATIVA AGROPECUARIA DE PEDRINHAS PAULISTA
Advogado DR. MÁRCIA PIKEL GOMES(OAB: 123177/SP)

Advogado DR. ANTONIO ZANETTI FILHO(OAB: 244923/SP)
AGRAVADO(S) GENILDO BEZERRA DE LIMA
Advogado DR. MÁRCIA PIKEL GOMES(OAB: 123177/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA AGROPECUARIA DE PEDRINHAS PAULISTA
- GENILDO BEZERRA DE LIMA

Processo Nº Ag-AIRR-0000225-14.2011.5.01.0056

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
Advogada DRA. LÚCIA PORTO NORONHA(OAB: 78597/SP)
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) DIRCEU ABRAHÃO
Advogada DRA. LÁISA CRISTINE RIBEIRO FONSECA(OAB: 117209/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIRCEU ABRAHÃO
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-RR-0000263-75.2017.5.17.0151

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) JOSÉ ROBERTO MACIEL BERRIEL
Advogado DR. ESDRAS ELIOENAI PEDRO PIRES(OAB: 14613/ES)
Advogado DR. LUÍS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA(OAB: 6942/ES)
Advogada DRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SARLO BORTOLINI CHAMOUN(OAB: 4770/ES)
AGRAVADO(S) SAMARCO MINERAÇÃO S.A.
Advogado DR. RICARDO BERMUDEZ MEDINA GUIMARÃES(OAB: 8544/ES)
Advogado DR. RODRIGO DE ALBUQUERQUE BENEVIDES MENDONÇA(OAB: 8545/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ ROBERTO MACIEL BERRIEL
- SAMARCO MINERAÇÃO S.A.

Processo Nº Ag-RR-0000308-73.2016.5.10.0001

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) ERONILDO JOSÉ DA SILVA
Advogado DR. MARCELISE DE MIRANDA AZEVEDO(OAB: 13811-A/DF)
Advogado DR. LUCAS CAPOULADE NOGUEIRA ARRAIS DE SOUZA(OAB: 45157/DF)
AGRAVADO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado DR. DANIEL SOUSA ISAÍAS PEREIRA(OAB: 27253/DF)
Advogada DRA. NADJA COSTA DOS SANTOS LEITE(OAB: 56447/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- ERONILDO JOSÉ DA SILVA

Processo Nº Ag-ARR-0000401-84.2015.5.23.0041

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) AUZENI CHAGAS DE OLIVEIRA DO CARMO
Advogado DR. ROBERTO CARLOS MELGAREJO DE VARGAS(OAB: 7429/MT)
AGRAVADO(S) INSTITUTO PERNAMBUCANO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE - IPAS
Advogado DR. ALANA COELHO PEDROSA(OAB: 30195/PE)
AGRAVADO(S) ESTADO DE MATO GROSSO
Procurador DR. TICIANO JULIANO MASSUDA

Intimado(s)/Citado(s):

- AUZENI CHAGAS DE OLIVEIRA DO CARMO
- ESTADO DE MATO GROSSO
- INSTITUTO PERNAMBUCANO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE - IPAS

Processo Nº Ag-ARR-0000454-74.2010.5.04.0201

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
Advogada DRA. GILDA RUSSOMANO GONÇALVES DOS SANTOS(OAB: 65395/RS)
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) PAULO ELÍGIO SCHÄFFER
Advogada DRA. DENISE RIBEIRO DENICOL(OAB: 58519/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PAULO ELÍGIO SCHÄFFER
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0000455-09.2012.5.02.0019

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
Procurador DR. FELIPE GONÇALVES FERNANDES
Procurador DR. DANIEL HENRIQUE FERREIRA TOLENTINO
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS DA SAÚDE NO ESTADO DE SÃO PAULO
Advogado DR. APARECIDO INÁCIO FERRARI DE MEDEIROS(OAB: 97365/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE

- SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS DA SAÚDE NO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº Ag-AIRR-0000459-98.2014.5.21.0002

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) FERNANDES E ARAUJO LTDA. - ME
Advogado DR. DIÓGENES ARAÚJO BARBOSA(OAB: 2875/RN)
AGRAVADO(S) EMANOEL MOUSINHO DA SILVA
Advogada DRA. KELLYNE KARLA DE ALMEIDA FREITAS LEAL(OAB: 11406/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMANOEL MOUSINHO DA SILVA
- FERNANDES E ARAUJO LTDA. - ME

Processo Nº Ag-AIRR-0000483-68.2015.5.22.0001

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada DRA. MARIA EMÍLIA BEZERRA DE MOURA(OAB: 8445/PI)
Advogado DR. GÉRON OSCAR DE MENEZES JÚNIOR(OAB: 102568/MG)
Advogado DR. MOISES VOIGT(OAB: 30215/DF)
AGRAVADO(S) EVALDO COELHO BEZERRA
Advogado DR. JOSE EYMARD LOGUERCIO(OAB: 1441-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- EVALDO COELHO BEZERRA

Processo Nº Ag-RR-0000498-21.2012.5.09.0028

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) THIAGO CELSO PERLY
Advogado DR. SEBASTIÃO ANTUNES TELLES SOBRINHO(OAB: 16898/PR)
AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. BLAS GOMM FILHO(OAB: 4919/PR)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogado DR. PAULO AUGUSTO GRECO(OAB: 119729/SP)
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609/DF)
AGRAVADO(S) TEC FORT - LOCAÇÃO DE SERVIÇOS E MÃO DE OBRA, TRANSPORTES E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Advogado DR. RENATO SOUZA DA SILVA(OAB: 131038/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- TEC FORT - LOCAÇÃO DE SERVIÇOS E MÃO DE OBRA, TRANSPORTES E PARTICIPAÇÕES LTDA.
- THIAGO CELSO PERLY

Processo Nº Ag-AIRR-0000502-86.2010.5.01.0081

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS

Advogado DR. RENATO LOBO
GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
Advogada DRA. LÚCIA PORTO
NORONHA(OAB: 78597/SP)
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO
MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. NILTON ANTÔNIO DE ALMEIDA
MAIA(OAB: 67460/RJ)
AGRAVADO(S) ADRIANA DE FÁTIMA SILVESTRE
DOS SANTOS
Advogado DR. MAURÍCIO DE FIGUEIREDO
CORRÊA DA VEIGA(OAB: 21934/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA DE FÁTIMA SILVESTRE DOS SANTOS
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL -
PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0000554-88.2012.5.02.0015

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) RÁDIO ELDORADO LTDA.
Advogada DRA. SIMONE VARANELLI LOPES
MARINO(OAB: 212670/SP)
AGRAVADO(S) ARY PEREIRA JÚNIOR
Advogado DR. SÉRGIO MUNIZ OLIVA(OAB:
16427/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARY PEREIRA JÚNIOR
- RÁDIO ELDORADO LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000567-07.2014.5.15.0096

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) AYMORE CREDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
S.A.
Advogada DRA. NEUZA MARIA LIMA PIRES DE
GODOY(OAB: 82246/SP)
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO
JÚNIOR(OAB: 3609/DF)
AGRAVADO(S) FLAVIA APARECIDA MARIONE
VICTORIO
Advogado DR. JULIANO ANTÔNIO
ISMAEL(OAB: 183514/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
S.A.
- FLAVIA APARECIDA MARIONE VICTORIO

Processo Nº Ag-AIRR-0000606-34.2016.5.06.0015

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DO RECIFE
Procurador DR. PETRÔNIO MONTEIRO DE
MENEZES
AGRAVADO(S) CARLOS ALBERTO MONTEIRO DE
MELO
Advogada DRA. DILMA PESSOA DA
SILVA(OAB: 999-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ALBERTO MONTEIRO DE MELO
- MUNICÍPIO DO RECIFE

Processo Nº Ag-AIRR-0000702-29.2014.5.12.0055

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) CARBONÍFERA BELLUNO LTDA.
Advogado DR. ROBERTO SILVA SOARES(OAB:
8216/SC)
Advogado DR. JOSÉ CARLOS VITTO(OAB:
18516/SC)
AGRAVADO(S) VERIVALDO MINOTTO
Advogada DRA. MARA MELLO(OAB: 6876/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARBONÍFERA BELLUNO LTDA.
- VERIVALDO MINOTTO

Processo Nº Ag-AIRR-0000753-95.2012.5.10.0821

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO
BRASIL - PREVI
Advogado DR. MARCOS VINÍCIUS BARROS
OTTONI(OAB: 16785/DF)
Advogada DRA. MIZZI GOMES GEDEON(OAB:
14371/MA)
AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. LEONARDO GAULAND
MAGALHÃES BORTOLUZZI(OAB:
18056/DF)
Advogado DR. IGOR D'MOURA
CAVALCANTE(OAB: 24343/GO)
AGRAVADO(S) SEBASTIAO SIQUEIRA CRUVINEL
Advogado DR. LUCIANA DONIZETE
SAVIOLI(OAB: 94758/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO
DO BRASIL - PREVI
- SEBASTIAO SIQUEIRA CRUVINEL

Processo Nº Ag-AIRR-0000788-16.2012.5.05.0006

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE
SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado DR. RENATO LOBO
GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
Advogada DRA. RAFAELA SOUZA TANURI
MEIRELLES(OAB: 26124-A/BA)
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO
HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) ODEILSON RAYMUNDO DE
ANDRADE
Advogado DR. ELIEZER SANTANA
MATOS(OAB: 23792/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL -
PETROS
- ODEILSON RAYMUNDO DE ANDRADE
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0000819-21.2012.5.15.0115

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA

AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU

Advogado DR. JOÃO ANTÔNIO BUENO E SOUZA(OAB: 166291/SP)

Advogado DR. JONAS OLLER(OAB: 290266-A/SP)

AGRAVADO(S) SERVI - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE INSTALAÇÕES LTDA.

Advogado DR. DIEGO SILVA CAMILO(OAB: 326892/SP)

AGRAVADO(S) JURACI CORREIA

Advogado DR. EDUARDO DA SILVA COSTA(OAB: 145084/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU

- JURACI CORREIA

- SERVI - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE INSTALAÇÕES LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000848-26.2013.5.20.0009

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA

AGRAVANTE(S) NORDAL - NORTE MODAL TRANSPORTES LTDA.

Advogada DRA. MARCELLA LINS ESPINOLA LISBOA(OAB: 447/SE)

AGRAVADO(S) JOSÉ TEIXEIRA ALVES

Advogado DR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA COSTA(OAB: 1331/SE)

AGRAVADO(S) VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S.A.

Advogado DR. RICARDO MARCELO CAVALLO(OAB: 130221/SP)

AGRAVADO(S) ITAGUASSU AGRO INDUSTRIAL S.A.

Advogada DRA. VERÔNICA NEPOMUCENO DO AMARAL(OAB: 942-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAGUASSU AGRO INDUSTRIAL S.A.

- JOSÉ TEIXEIRA ALVES

- NORDAL - NORTE MODAL TRANSPORTES LTDA.

- VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000880-69.2014.5.17.0012

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. BRENO MEDEIROS

AGRAVANTE(S) RDG AÇOS DO BRASIL S.A.

Advogado DR. ALEXANDRE MARIANO FERREIRA(OAB: 160/ES)

AGRAVADO(S) JAIR FERREIRA MOREIRA

Advogado DR. ADIR PAIVA DA SILVA(OAB: 6017/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- JAIR FERREIRA MOREIRA

- RDG AÇOS DO BRASIL S.A.

Processo Nº Ag-ARR-0000888-13.2015.5.10.0010

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. BRENO MEDEIROS

AGRAVANTE(S) WAGNER LIMA DE JESUS

Advogado DR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES(OAB: 19241/DF)

Advogada DRA. MARCELISE DE MIRANDA AZEVEDO(OAB: 13811/DF)

AGRAVADO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Advogado DR. ALEXANDRE REYBMM DE MENEZES(OAB: 23534/BA)

Advogado DR. ÉLCIO AGUIAR DE GODOY(OAB: 40619/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

- WAGNER LIMA DE JESUS

Processo Nº Ag-AIRR-0000916-68.2015.5.07.0008

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. BRENO MEDEIROS

AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Advogado DR. SILENO KLEBER GUEDES FILHO(OAB: 14871-A/CE)

AGRAVADO(S) FILIPE BARROS ARAÚJO

Advogado DR. ALBERTO FERNANDES DE FARIAS NETO(OAB: 4608/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

- FILIPE BARROS ARAÚJO

Processo Nº Ag-AIRR-0000941-74.2014.5.11.0018

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. BRENO MEDEIROS

AGRAVANTE(S) SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO AMAZONAS - SINETRAM

Advogado DR. FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MANAUS - STTRM E OUTRO

Advogada DRA. ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA(OAB: 6940/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO AMAZONAS - SINETRAM

- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MANAUS - STTRM E OUTRO

Processo Nº Ag-AIRR-0001004-39.2015.5.17.0005

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. BRENO MEDEIROS

AGRAVANTE(S) JANAINA DE FREITAS MORAES

Advogado DR. RAPHAEL SODRÉ CITTADINO(OAB: 19789/ES)

Advogado DR. YGOR BUGUE TIRONI(OAB: 19184/ES)

AGRAVADO(S) COMPANHIA ESPIRITO SANTENSE DE SANEAMENTO CESAN

Advogado DR. SANDRO VIEIRA DE MORAES(OAB: 6725/ES)

Advogado DR. WILMA CHEQUER BOU HABIB(OAB: 5584-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESPIRITO SANTENSE DE SANEAMENTO CESAN

- JANAINA DE FREITAS MORAES

Processo Nº Ag-AIRR-0001049-02.2012.5.15.0006

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA.
Advogada DRA. ISABELA BRAGA POMPILIO(OAB: 14234-A/DF)
Advogado DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)
AGRAVADO(S) MARTA REGINA DOS SANTOS
Advogado DR. LUIZA HELENA LIA NEIVA(OAB: 83344/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA.
- MARTA REGINA DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0001056-46.2012.5.01.0341

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) PRIMETALS TECHNOLOGIES BRAZIL LTDA.
Advogado DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 128415/RJ)
Advogado DR. PAULO EDUARDO MACHADO OLIVEIRA DE BARCELLOS(OAB: 79416-A/SP)
AGRAVADO(S) WALLACE VEIGA DA CUNHA
Advogado DR. REGINALDO OLIMPIO DA SILVA(OAB: 131350/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PRIMETALS TECHNOLOGIES BRAZIL LTDA.
- WALLACE VEIGA DA CUNHA

Processo Nº Ag-AIRR-0001079-46.2015.5.10.0014

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) VICTOR CÉSAR RODRIGUES CARVALHO
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. ALINE ELIAS LASNEAUX(OAB: 41568/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- VICTOR CÉSAR RODRIGUES CARVALHO

Processo Nº Ag-AIRR-0001098-91.2016.5.23.0002

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) JOICIANE APARECIDA BARBOSA
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. OSIVAL DANTAS BARRETO(OAB: 15431/DF)
Advogado DR. MARCÍSIO FOLETTO PEREIRA(OAB: 20686/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- JOICIANE APARECIDA BARBOSA

Processo Nº Ag-RR-0001107-68.2014.5.03.0038

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS

AGRAVANTE(S) ATILA COELHO DA CRUZ
Advogada DRA. MARIA CÉLIA JUNQUEIRA DE CASTRO(OAB: 57246/MG)
Advogado DR. RAJUMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO(OAB: 32147/DF)
AGRAVADO(S) CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado DR. RODRIGO DE CARVALHO ZAULI(OAB: 71933-A/MG)
AGRAVADO(S) ENGELMINAS CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.
Advogado DR. ROBSON CARVALHO AGUALUZA(OAB: 89041-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATILA COELHO DA CRUZ
- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- ENGELMINAS CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0001140-95.2015.5.10.0016

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. DIEGO CAMPOS GÓES COELHO(OAB: 21047/PE)
Advogado DR. JOÃO AMÍLCAR VALLE ABOUD(OAB: 7129/DF)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) YTALO THIAGO SANTOS FARIAS
Advogado DR. MAXIMILIANO KOLBE NOWSHADI SANTOS(OAB: 25548/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- YTALO THIAGO SANTOS FARIAS

Processo Nº Ag-AIRR-0001156-16.2013.5.03.0048

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.
Advogado DR. MARCIANO GUIMARÃES(OAB: 53772/MG)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
AGRAVADO(S) VALE S.A.
Advogado DR. NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: 1291/DF)
Advogado DR. MARCIANO GUIMARÃES(OAB: 53772/MG)
AGRAVADO(S) VEBER RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Advogado DR. ABELARDO DE OLIVEIRA FLÔRES(OAB: 79889/MG)
Advogada DRA. REGINA MÁRCIA VIÉGAS PEIXOTO CABRAL GONDIM(OAB: 40630/MG)
Advogada DRA. LUÍSA CAROLINA DE SOUZA MORAES(OAB: 105813/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.
- VALE S.A.
- VEBER RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Processo Nº Ag-ARR-0001169-95.2016.5.07.0016

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS

AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada DRA. SABRINY MARIA DOS SANTOS
SERRA CASTELO(OAB: 14907/CE)
AGRAVADO(S) MARIA DE LOURDES PAZ FELIX
Advogada DRA. SÂMIA MARIA OLIVEIRA
RIBEIRO(OAB: 7585/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -
ECT
- MARIA DE LOURDES PAZ FELIX

Processo Nº Ag-AIRR-0001188-79.2014.5.09.0125

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) SCHEILA CHENET DA ROCHA
Advogado DR. SANDRO LUNARD
NICOLADELI(OAB: 22372/PR)
Advogada DRA. ERYKA FARIAS DE
NEGRI(OAB: 13372/DF)
Advogado DR. RONILSON FONSECA
VINCENSI(OAB: 40454/PR)
Advogado DR. ALEXANDRE SIMÕES
LINDOSO(OAB: 12067/DF)
AGRAVADO(S) POLICLÍNICA PATO BRANCO S.A.
Advogado DR. GILMAR POLEZ(OAB: 50309-
D/PR)
Advogada DRA. CARINE HORBACH(OAB:
50255/PR)
AGRAVADO(S) UNIÃO (PGF)
Procuradora DRA. GIZELA MARY LOPES
PINHEIRO CARVALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- POLICLÍNICA PATO BRANCO S.A.
- SCHEILA CHENET DA ROCHA
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº Ag-RR-0001229-93.2015.5.05.0037

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) GEISA SANTOS PENELU DA SILVA
Advogado DR. POLLYANNA GUIMARÃES
GOMES(OAB: 21950/BA)
AGRAVADO(S) TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO
MACIEL(OAB: 513-A/DF)
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI
RODRIGUES(OAB: 107878-A/MG)
AGRAVADO(S) DEF TELECOM LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- DEF TELECOM LTDA. - ME
- GEISA SANTOS PENELU DA SILVA
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0001245-93.2014.5.06.0121

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR
RODRIGUES
AGRAVANTE(S) EKT LOJAS DE DEPARTAMENTOS
LTDA. (EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL)
Advogado DR. FREDERICO DA COSTA PINTO
CORRÊA(OAB: 8375/PE)
Advogado DR. ARLINDO JOSE DE MELO
FILHO(OAB: 28192-A/PE)
AGRAVADO(S) NADYR COELHO DE ARRUDA NETA

Advogado DR. ALBERTO JOSÉ SCHULER
GOMES(OAB: 17169/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- EKT LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA. (EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- NADYR COELHO DE ARRUDA NETA

Processo Nº Ag-AIRR-0001245-25.2015.5.06.0391

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR
RODRIGUES
AGRAVANTE(S) EKT LOJAS DE DEPARTAMENTOS
LTDA. (EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL)
Advogado DR. FREDERICO DA COSTA PINTO
CORRÊA(OAB: 8375/PE)
Advogado DR. ARLINDO JOSÉ DE MELO
FILHO(OAB: 28192/PE)
AGRAVADO(S) EKT SERVIÇOS DE COBRANÇA
LTDA. E OUTRO
Advogado DR. FREDERICO DA COSTA PINTO
CORREA(OAB: 8375-A/PE)
Advogado DR. ALEXANDRA DE SANTANA
CARNEIRO VILELA(OAB: 24067-
A/PE)
AGRAVADO(S) ADILSON DE SOUZA SILVA
Advogado DR. CAIO CACIANNIO MENEZES
NEVES PEREIRA(OAB: 26714-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADILSON DE SOUZA SILVA
- EKT LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA. (EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- EKT SERVIÇOS DE COBRANÇA LTDA. E OUTRO

Processo Nº Ag-AIRR-0001282-89.2011.5.09.0009

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado DR. CLÁUDIO SANTOS DA
SILVA(OAB: 10081/DF)
Advogado DR. RAFAEL PEREIRA GABARDO
GUIMARÃES(OAB: 37834/PR)
AGRAVADO(S) ANDERSON EDUARDO MEIRELES
RIBEIRO
Advogada DRA. DENISE MARTINS
AGOSTINI(OAB: 17344/PR)
Advogada DRA. ÂNGELA COUTO MACHADO
DA SILVA(OAB: 24770-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON EDUARDO MEIRELES RIBEIRO
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -
ECT

Processo Nº Ag-ARR-0001305-96.2016.5.10.0020

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) DAVID AUGUSTO BANDEIRA DOS
SANTOS
Advogado DR. DINO ARAÚJO DE
ANDRADE(OAB: 20182/DF)
Advogado DR. DAVID AUGUSTO BANDEIRA
DOS SANTOS(OAB: 38305-A/DF)
AGRAVADO(S) VALEC - ENGENHARIA,
CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
Advogado DR. MÁRIO MARCASSA NETO(OAB:
67329/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DAVID AUGUSTO BANDEIRA DOS SANTOS
- VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A

Processo Nº Ag-AIRR-0001348-56.2014.5.03.0001

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENDS URBANOS
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 107878/MG)
AGRAVADO(S) MARCELO DE FARIA LIMA
Advogado DR. RODRIGO DE ASSIS FERREIRA MELO(OAB: 94302/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENDS URBANOS
- MARCELO DE FARIA LIMA

Processo Nº Ag-AIRR-0001389-25.2013.5.05.0511

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) VERACEL CELULOSE S.A.
Advogado DR. LEANDRO HENRIQUE MOSELLO LIMA(OAB: 27586/BA)
AGRAVADO(S) JOÃO SANTOS FIGUEIREDO
Advogada DRA. MIRIAN TOMIE INOUE ROSA(OAB: 30345/BA)
AGRAVADO(S) CARPELO S.A.
Advogado DR. ELCIO MORAIS DE OLIVEIRA(OAB: 18120/BA)
Advogado DR. GILDEMBERG DOS SANTOS COUTINHO(OAB: 23995/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARPELO S.A.
- JOÃO SANTOS FIGUEIREDO
- VERACEL CELULOSE S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0001461-39.2012.5.15.0100

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) MARCOS FERNANDO GARMS E OUTRO
Advogado DR. CRISTIANO CARLOS KUSEK(OAB: 212366/SP)
AGRAVADO(S) LEANDRO LUIZ DE GÓES
Advogado DR. LÍBIO TAIETTE JÚNIOR(OAB: 280799/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEANDRO LUIZ DE GÓES
- MARCOS FERNANDO GARMS E OUTRO

Processo Nº Ag-RR-0001464-42.2014.5.06.0013

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado DR. ÁLVARO VAN DER LEY LIMA NETO(OAB: 15657/PE)
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609/DF)
Advogada DRA. JULIANA NETO DE MENDONÇA MAFRA(OAB: 1135-B/PE)
Advogado DR. JULIANA LINDOSO DE CARVALHO(OAB: 34999/PE)

AGRAVADO(S)

Advogado GLEICE ALVES DA SILVA SOUZA
DR. JOÃO FERNANDO CARNEIRO LEÃO DE AMORIM(OAB: 26268/PE)
Advogado DR. DIEGO MELO DE LUNA(OAB: 28764/PE)
AGRAVADO(S) PROVIDER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.
Advogado DR. FREDERICO DA COSTA PINTO CORRÊA(OAB: 8375/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLEICE ALVES DA SILVA SOUZA
- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- PROVIDER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0001473-88.2013.5.09.0325

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.
Advogado DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
AGRAVADO(S) FERNANDA RODRIGUES PENA
Advogado DR. LUIZ CARLOS FERNANDES DOMINGUES(OAB: 12605/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERNANDA RODRIGUES PENA
- USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0001490-94.2011.5.02.0065

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) LIQ CORP S.A.
Advogado DR. ARNALDO LEONEL RAMOS JÚNIOR(OAB: 112027-B/SP)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
AGRAVADO(S) ROSA CRISTINA CALIXTO DE SOUZA
Advogado DR. SÉRGIO RICARDO FORTE FILGUEIRAS(OAB: 187431/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIQ CORP S.A.
- ROSA CRISTINA CALIXTO DE SOUZA

Processo Nº Ag-AIRR-0001579-68.2014.5.03.0006

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) E ATENTO BRASIL S.A.
AGRAVADO(S)
Advogado DR. DANIEL BATTIPAGLIA SGAI(OAB: 214918/SP)
AGRAVANTE(S) E BMG LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL
AGRAVADO(S)
Advogado DR. PAULO DIMAS DE ARAÚJO(OAB: 55420/MG)
Advogado DR. RAFAEL RAMOS ABRAHAO(OAB: 151701-A/MG)
AGRAVANTE(S) E BANCO BMG S.A.
AGRAVADO(S)
Advogado DR. PAULO DIMAS DE ARAÚJO(OAB: 55420/MG)
Advogado DR. RAFAEL RAMOS ABRAHAO(OAB: 151701-A/MG)
AGRAVADO(S) FERNANDA KARLA PINTO MORAIS
Advogado DR. CLÉRISTON MARCONI PINHEIRO LIMA(OAB: 107001/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BMG S.A.
- BMG LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL
- FERNANDA KARLA PINTO MORAIS

Processo Nº Ag-AIRR-0001593-77.2015.5.02.0060

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S)	CELIDALVA OLIVEIRA DOS SANTOS
Advogado	DR. EDUARDO DE OLIVEIRA CERDEIRA(OAB: 234634/SP)
AGRAVADO(S)	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. CLÁUDIA HELENA DESTEFANI LACERDA
AGRAVADO(S)	AVISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- AVISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- CELIDALVA OLIVEIRA DOS SANTOS
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº Ag-AIRR-0001599-92.2012.5.02.0447

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	PARÓQUIA SÃO JUDAS TADEU
Advogado	DR. WILSON DE OLIVEIRA(OAB: 16971/SP)
AGRAVADO(S)	DOUGLAS DE SOUZA ROCHA
Advogado	DR. ARMANDO FERNANDES FILHO(OAB: 132744/SP)
Advogada	DRA. VERA LÚCIA BARRIO DOMÍNGUEZ(OAB: 126171/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOUGLAS DE SOUZA ROCHA
- PARÓQUIA SÃO JUDAS TADEU

Processo Nº Ag-AIRR-0001696-55.2012.5.01.0048

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S)	HENRIQUE DANTAS DE GREGÓRIO
Advogado	DR. CÉSAR ROMERO VIANNA JÚNIOR(OAB: 81200/RJ)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada	DRA. ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA(OAB: 133855/RJ)
Advogado	DR. VICTOR NEVES E FIGUEIREDO(OAB: 170011/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- HENRIQUE DANTAS DE GREGÓRIO

Processo Nº Ag-AIRR-0001823-20.2014.5.09.0009

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ADELICIO DA SILVA
Advogado	DR. MÁRCIO JONES SUTTILE(OAB: 25665/PR)
AGRAVADO(S)	MONDELEZ BRASIL LTDA
Advogado	DR. FABRÍCIO ZIPPERER(OAB: 26381/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADELICIO DA SILVA
- MONDELEZ BRASIL LTDA

Processo Nº Ag-RR-0001884-18.2014.5.09.0028

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	LOJAS CEM S.A.
Advogado	DR. EUGÊNIO JOSÉ FERNANDES DE CASTRO(OAB: 135588-D/SP)
AGRAVADO(S)	ANDERSON GIL SIMÕES DINIZ
Advogado	DR. MOACIR SALMÓRIA(OAB: 18325/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON GIL SIMÕES DINIZ
- LOJAS CEM S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0002380-59.2014.5.02.0087

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO SAFRA S.A.
Advogada	DRA. CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: 6930-A/DF)
Advogado	DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394-D/SP)
AGRAVADO(S)	JOÃO AURÉLIO POLACHINI GOVONI
Advogado	DR. NILSON ROBERTO RESENDE DE BRITO GAMA(OAB: 122655/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SAFRA S.A.
- JOÃO AURÉLIO POLACHINI GOVONI

Processo Nº Ag-AIRR-0002681-11.2013.5.02.0032

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	IVETH SANTOS AGARI JORGENSEN
Advogado	DR. LEONARDO JOSÉ CARVALHO PEREIRA(OAB: 233748/SP)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
Advogado	DR. WILSON ROBERTO AZEVEDO(OAB: 211283/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
- IVETH SANTOS AGARI JORGENSEN

Processo Nº Ag-AIRR-0003069-33.2014.5.03.0069

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	NACIONAL TINTAS LTDA
Advogado	DR. RAIMUNDO CÂNDIDO JÚNIOR(OAB: 21209/MG)
Advogado	DR. MARCO TÚLIO DE MATOS(OAB: 72748/MG)
Advogado	DR. RAIMUNDO CÂNDIDO NETO(OAB: 98737/MG)
AGRAVADO(S)	MARCOS ROBERTO DOS REIS
Advogado	DR. RAPHAEL FURTADO CARMINATE(OAB: 101602/MG)
Advogado	DR. PRISCILLA CHRISÓSTOMO DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 134788/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS ROBERTO DOS REIS
- NACIONAL TINTAS LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-0010068-79.2015.5.01.0341

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogado DR. MARCELO GOMES DA SILVA(OAB: 137510/RJ)
AGRAVADO(S) CARLOS FERNANDO DE OLIVEIRA
Advogada DRA. ÁUREA MARTINS SANTOS DA SILVA(OAB: 152207/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS FERNANDO DE OLIVEIRA
- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

Processo Nº Ag-AIRR-0010135-39.2016.5.03.0087

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE SAAD(OAB: 36634/SP)
AGRAVADO(S) LEIRISSON DE PAULO SILVA
Advogado DR. CRISTIANO COUTO MACHADO(OAB: 77797/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
- LEIRISSON DE PAULO SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0010237-78.2015.5.03.0028

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE SAAD(OAB: 36634-D/SP)
AGRAVADO(S) JAIRO OLIVEIRA DE ANDRADE
Advogado DR. CRISTIANO COUTO MACHADO(OAB: 77797/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
- JAIRO OLIVEIRA DE ANDRADE

Processo Nº Ag-AIRR-0010257-81.2017.5.03.0163

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE SAAD(OAB: 36634/SP)
AGRAVADO(S) JONATHAN KELVIN FERREIRA BRUNO
Advogado DR. CRISTIANO COUTO MACHADO(OAB: 77797/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA
- JONATHAN KELVIN FERREIRA BRUNO

Processo Nº Ag-AIRR-0010364-24.2015.5.01.0302

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. FERNANDA RIBEIRO UCHÔA TEIXEIRA(OAB: 101952/RJ)
Advogado DR. LUCIANO ROCHA MARIANO(OAB: 87828/RJ)
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogado DR. ILAN GOLDBERG(OAB: 100643/RJ)
AGRAVADO(S) ELICIANA RAMOS DA SILVA MULLER
Advogada DRA. FLÁVIA SAVEDRA SERPA(OAB: 62729/RJ)
Advogada DRA. GIOVANA MEDEIROS VIEIRA GOMES(OAB: 100603/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- ELICIANA RAMOS DA SILVA MULLER

Processo Nº Ag-AIRR-0010365-65.2013.5.01.0015

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) RENATO TAAM ZAROUR
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 138778/RJ)
Advogada DRA. LUCIANA SANCHES COSSÃO(OAB: 147421/RJ)
Advogado DR. GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 138807/RJ)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609/DF)
Advogada DRA. GISELE GONÇALVES CARDIM DA SILVA(OAB: 165362/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- RENATO TAAM ZAROUR

Processo Nº Ag-AIRR-0010389-10.2015.5.03.0099

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) ELETROSOM S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. LEONARDO CÉSAR DINIZ(OAB: 134429/MG)
AGRAVADO(S) DANIEL MOREIRA LIMA
Advogado DR. FILIPE RODRIGUES DE ASSIS(OAB: 120563/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL MOREIRA LIMA
- ELETROSOM S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0010398-47.2016.5.03.0095

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) JOSE CLAUDIO DOS SANTOS
Advogado DR. WELDER DE OLIVEIRA MELO(OAB: 58981/MG)
Advogada DRA. IVONE APARECIDA DA SILVA(OAB: 70513/MG)
Advogado DR. MARCUS FELIPE MELO DE PAULO(OAB: 158953/MG)
AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.

Advogado DR. MARCIANO GUIMARAES(OAB: 53772-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- JOSE CLAUDIO DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0010403-65.2015.5.15.0129

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS
Advogado DR. MILTON FLAVIO DE ALMEIDA CAMARGO LAUTENSCHLAGER(OAB: 162676-A/SP)
AGRAVADO(S) CAIO CESAR DOS SANTOS
Advogado DR. OSWALDO ANTÔNIO VISMAR(OAB: 253407/SP)
AGRAVADO(S) CONBRAS SERVICOS TECNICOS DE SUPORTE LTDA.
Advogado DR. LEONARDO AUGUSTO PADILHA BERTANHA(OAB: 178037-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIO CESAR DOS SANTOS
- COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS
- CONBRAS SERVICOS TECNICOS DE SUPORTE LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0010457-14.2016.5.03.0005

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609/DF)
Advogado DR. CAIO EDUARDO CORMIER CHAIM(OAB: 53069/DF)
AGRAVADO(S) SALIM BARBOSA LAUAR
Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS IVO METZKER(OAB: 64844/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- SALIM BARBOSA LAUAR

Processo Nº Ag-AIRR-0010548-25.2013.5.06.0103

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) LIQ CORP S.A.
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
AGRAVADO(S) JOSÉ HENRIQUE DE ALCÂNTARA MACIEL
Advogado DR. MOISÉS MARINHO DE ANDRADE(OAB: 26388/PE)
Advogado DR. ANTÔNIO HENRIQUE BARBOSA MORAIS FILHO(OAB: 28189/PE)
AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A. E OUTRO
Advogado DR. ANTÔNIO BRAZ DA SILVA(OAB: 12450/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAÚ UNIBANCO S.A. E OUTRO
- JOSÉ HENRIQUE DE ALCÂNTARA MACIEL
- LIQ CORP S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0010761-58.2014.5.01.0063

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
Procuradora DRA. DEBORAH PEREIRA PINTO DOS SANTOS
AGRAVADO(S) DEOLINDA NASCIMENTO CORDEIRO
Advogado DR. ADELINO GONÇALVES FILHO(OAB: 151457/RJ)
Advogado DR. RAFAEL MENDES CAVALCANTI(OAB: 150040-D/RJ)
AGRAVADO(S) ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS
- DEOLINDA NASCIMENTO CORDEIRO
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0010771-22.2016.5.18.0011

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) OLIVEIRA ARAÚJO ENGENHARIA LTDA. - EPP
Advogado DR. MARCELO DE OLIVEIRA MATIAS(OAB: 16716/GO)
AGRAVADO(S) MARÍLIA GONDIM DE ALMEIDA
Advogado DR. BRUNO CÉSAR PIO CURADO(OAB: 29659/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARÍLIA GONDIM DE ALMEIDA
- OLIVEIRA ARAÚJO ENGENHARIA LTDA. - EPP

Processo Nº Ag-AIRR-0010782-60.2015.5.01.0043

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) ALEX GARCIA DA CRUZ LIMA
Advogada DRA. ERYKA FARIAS DE NEGRI(OAB: 13372/DF)
Advogada DRA. CRISTINA SUEMI KAWAY STAMATO(OAB: 123502/RJ)
Advogado DR. ALEXANDRE SIMÕES LINDOSO(OAB: 12067/DF)
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. CONSUELO CESAR DE OLIVEIRA(OAB: 138859/RJ)
Advogado DR. ELIZABETH SANTOS DA SILVA(OAB: 138928/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEX GARCIA DA CRUZ LIMA
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Processo Nº Ag-AIRR-0010790-45.2017.5.03.0032

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) VALÉRIO ANTÔNIO DE CARVALHO
Advogado DR. RENATO FERREIRA PIMENTA(OAB: 134361/MG)
AGRAVADO(S) CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS
Advogado DR. WALLACE ELLER MIRANDA(OAB: 868-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS
- VALÉRIO ANTÔNIO DE CARVALHO

Processo Nº Ag-AIRR-0010815-25.2015.5.15.0087

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) GILSON ARAÚJO DOS SANTOS
Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)

AGRAVADO(S) CONSÓRCIO JARAGUÁ-EGESA
Advogada DRA. CAMILLA VALÉRIO VELOSO(OAB: 122482/MG)

AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO JARAGUÁ-EGESA
- GILSON ARAÚJO DOS SANTOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0010840-51.2016.5.15.0136

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA
Procurador DR. CLÉBER BOTAZINI DE SOUZA
Procurador DR. LUIZ FERNANDO MAFFEI DARDIS

AGRAVADO(S) LAÍS ROBERTA LUCENTE
Advogado DR. FÁBIA CRISTINA DA ROCHA(OAB: 255728/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LAÍS ROBERTA LUCENTE
- MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA

Processo Nº Ag-AIRR-0010840-10.2016.5.15.0085

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SALTO
Procuradora DRA. MÔNICA VENANCIO
AGRAVADO(S) EDER DA SILVA CANTELLI
Advogado DR. EDUARDO SALOMÃO(OAB: 111127/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDER DA SILVA CANTELLI
- MUNICÍPIO DE SALTO

Processo Nº Ag-AIRR-0010893-83.2014.5.15.0077

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) TOYOTA DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. ROBERTO AGUIRRE ROSSETTI(OAB: 235173/SP)

AGRAVADO(S) EXPEDITO GONÇALVES NOGUEIRA
Advogado DR. APARECIDA TEIXEIRA FONSECA(OAB: 62473/SP)

Advogada DRA. MÍRIAM MORENO(OAB: 140882/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EXPEDITO GONÇALVES NOGUEIRA
- TOYOTA DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0010920-49.2015.5.01.0068

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

Advogado DR. LEANDRO LUÍZ FERNANDES DE LACERDA MASSERE(OAB: 28769/DF)

Advogado DR. RHANA DE ALMEIDA BORN(OAB: 172725/RJ)

AGRAVADO(S) REGINA CELI SANTANA DE LIMA
Advogada DRA. KÁTIA GRANEIRO SEIXAS RIBEIRO(OAB: 79901/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- REGINA CELI SANTANA DE LIMA
- SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

Processo Nº Ag-AIRR-0010930-23.2016.5.15.0148

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA

Advogado DR. MICHEL STEFANE ASENHA(OAB: 243815/SP)

Advogado DR. MANOEL RODRIGUES LOURENÇO FILHO(OAB: 208128/SP)

AGRAVADO(S) ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO SÍTIO SANTA CRUZ

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO SÍTIO SANTA CRUZ
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA

Processo Nº Ag-AIRR-0011075-58.2015.5.03.0145

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado DR. BRUNO VIANA VIEIRA(OAB: 78173/MG)

Advogado DR. ANTONOR LAMHA ROCHA(OAB: 133694/MG)

Advogado DR. BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ(OAB: 87253-A/MG)

AGRAVADO(S) HUGO FREITAS
Advogada DRA. ANA LÚCIA RIBEIRO(OAB: 103059/MG)

Advogado DR. MARIA INES GOMES DA SILVA(OAB: 78608/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- HUGO FREITAS

Processo Nº Ag-AIRR-0011228-29.2014.5.01.0001

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) JOSE CARLOS DA COSTA

Advogado DR. MARCOS TINOCO
FALCÃO(OAB: 65757/RJ)
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. VICTOR NEVES E
FIGUEIREDO(OAB: 170011/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- JOSE CARLOS DA COSTA

Processo Nº Ag-AIRR-0011360-87.2015.5.03.0036

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) YÁSKARA GOMES MANGELLI
FERRAZ
Advogada DRA. MÁRCIA IZABEL VIÉGAS
PEIXOTO ONOFRE(OAB: 34066/MG)
Advogada DRA. REGINA MÁRCIA VIÉGAS
PEIXOTO CABRAL GONDIM(OAB:
40630/MG)
AGRAVADO(S) FERNANDO JOSÉ SOARES
Advogado DR. PAULA EVARISTO DOS
REIS(OAB: 107935/MG)
AGRAVADO(S) CLARO S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO
MACIEL(OAB: 513-A/DF)
AGRAVADO(S) AF TELEMÓVEL ZONA DA MATA
LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- AF TELEMÓVEL ZONA DA MATA LTDA.
- CLARO S.A.
- FERNANDO JOSÉ SOARES
- YÁSKARA GOMES MANGELLI FERRAZ

Processo Nº Ag-AIRR-0011386-51.2016.5.03.0036

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR
RODRIGUES
AGRAVANTE(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogada DRA. VALÉRIA RAMOS ESTEVES DE
OLIVEIRA(OAB: 46178/MG)
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO
JÚNIOR(OAB: 3609/DF)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
NETO(OAB: 29340-A/DF)
AGRAVADO(S) MARTA MARCELE OLIVEIRA DE
CASTRO
Advogado DR. THIAGO DOMINGOS DE
BRAGANÇA(OAB: 138552/MG)
AGRAVADO(S) ALMAVIVA PARTICIPAÇÕES E
SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. LUCAS MATTAR RIOS
MELO(OAB: 118263/MG)
Advogada DRA. POLLYANA RESENDE
NOGUEIRA DO PINHO(OAB:
120000/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- MARTA MARCELE OLIVEIRA DE CASTRO

Processo Nº Ag-AIRR-0011435-84.2014.5.01.0241

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. RENATA COTRIM NACIF
Procurador DR. ALDE COSTA SANTOS JÚNIOR

AGRAVADO(S) JOÃO FRANCISCO MONTEIRO DE
OLIVEIRA NETO
Advogada DRA. OTÁVIA ALLEMAND BEZERRA
DE MENEZES(OAB: 120362/RJ)
AGRAVADO(S) PROL SEGURANÇA EIRELI
Advogada DRA. KARLA CABIZUCA
BERNARDES NETTO(OAB: 93931/RJ)
AGRAVADO(S) MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO
Procurador DR. RONALDO CURADO FLEURY

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- JOÃO FRANCISCO MONTEIRO DE OLIVEIRA NETO
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- PROL SEGURANÇA EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0011524-74.2014.5.01.0058

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. LUIZ CESAR VIANNA MARQUES
AGRAVADO(S) VÂNIA URSOLINO PIMENTEL
Advogado DR. CLÁUDIO ARAÚJO SILVA(OAB:
152036/RJ)
Advogada DRA. MARIA MOREIRA DA
SILVA(OAB: 183226/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- VÂNIA URSOLINO PIMENTEL

Processo Nº Ag-AIRR-0011552-83.2014.5.01.0012

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES
NAS EMPRESAS DE SANEAMENTO
E MEIO AMBIENTE DO RIO DE
JANEIRO E REGIÃO - SINTSAMA
Advogada DRA. PRISCILLA DA ROCHA
ARRUDA TEIXEIRA(OAB: 144763/RJ)
AGRAVADO(S) COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS
E ESGOTOS - CEDAE
Advogado DR. FÁBIO RODRIGUES ALVES
SILVA(OAB: 89316/RJ)
Advogado DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO
DIAS(OAB: 92784/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO - SINTSAMA

Processo Nº Ag-RR-0011602-42.2016.5.03.0026

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR
RODRIGUES
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS
BRASIL LTDA
Advogado DR. FRANCISCO JOSÉ FERREIRA
SOUZA ROCHA DA SILVA(OAB:
182432/SP)
AGRAVADO(S) MARCELO SOUZA DE JESUS
Advogado DR. CRISTIANO COUTO
MACHADO(OAB: 77797/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA

- MARCELO SOUZA DE JESUS

Processo Nº Ag-AIRR-0011650-03.2013.5.03.0027

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE SAAD(OAB: 36634/SP)
AGRAVADO(S) DEIVSON ALVES
Advogado DR. WILLIAM JOSÉ MENDES DE SOUZA FONTES(OAB: 55505/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEIVSON ALVES
- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0011827-09.2016.5.03.0173

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) PATRICIA CARLA ARAUJO
Advogado DR. RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO(OAB: 32147/DF)
Advogada DRA. RAQUEL JALES BARTHOLO DE OLIVEIRA(OAB: 54440/DF)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. VANESSA DIAS LEMOS
Advogado DR. GUILHERME MARQUES DIAS
Advogado DR. VERUSKA APARECIDA CUSTÓDIO
AGRAVADO(S) ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
Advogada DRA. MELYSANDRA MARTINS COSTA(OAB: 48612/MG)
Advogado DR. PATRICIA CORREA DE LIMA
Advogado DR. DANILO DE ANDRADE FERNANDES

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
- BANCO BRADESCO S.A.
- PATRICIA CARLA ARAUJO

Processo Nº Ag-AIRR-0011982-71.2015.5.15.0089

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) COBRA TECNOLOGIA S.A.
Advogado DR. GUSTAVO HENAUT(OAB: 174822-A/RJ)
AGRAVADO(S) LUCAS STOLSES PIACENZA
Advogado DR. PAULO SÉRGIO BOBRI RIBAS(OAB: 117768/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COBRA TECNOLOGIA S.A.
- LUCAS STOLSES PIACENZA

Processo Nº Ag-AIRR-0012052-60.2016.5.03.0098

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) AVIVAR ALIMENTOS LTDA.
Advogado DR. RENATO DE ANDRADE GOMES(OAB: 63248/MG)
Advogado DR. EDUARDO AUGUSTO GONÇALVES DAHAS(OAB: 96109/MG)
AGRAVADO(S) ALEXANDRO LOURENÇO DA SILVA

Advogado DR. HENDERSON DIAS ANDRADE(OAB: 89663/MG)
Advogado DR. ALESSANDRO HARLEY FERREIRA(OAB: 89784/MG)
Advogada DRA. MARISE ANDRADE DE AQUINO(OAB: 163360/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRO LOURENÇO DA SILVA
- AVIVAR ALIMENTOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0012120-57.2015.5.03.0029

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.
Advogado DR. MARCUS VINÍCIUS CAPOBIANCO DOS SANTOS(OAB: 256630-A/SP)
AGRAVADO(S) JORGE PEREIRA DE JESUS
Advogado DR. PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO BRAZ(OAB: 147259/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- JORGE PEREIRA DE JESUS
- TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0012457-16.2016.5.15.0146

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
Advogado DR. MANOEL RODRIGUES LOURENÇO FILHO(OAB: 208128/SP)
AGRAVADO(S) NELSON SORATI

Intimado(s)/Citado(s):

- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
- NELSON SORATI

Processo Nº Ag-AIRR-0016680-67.2014.5.16.0012

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) FINK SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA.
Advogado DR. HUMBERTO MARINHO ABREU OLIVEIRA(OAB: 27943-A/GO)
AGRAVADO(S) JOSÉ TEODORO FORTALEZA SOUSA
Advogado DR. WILLKERSON ROMEU LOPES(OAB: 11174/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FINK SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA.
- JOSÉ TEODORO FORTALEZA SOUSA

Processo Nº Ag-AIRR-0019600-03.1997.5.03.0002

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) SANTA RAQUEL PECUÁRIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.
Advogado DR. TULIO RIBEIRO LINHARES(OAB: 100511/MG)
AGRAVADO(S) LICÍNIO ANTENOR
Advogado DR. IVAN DA SILVA LIMA(OAB: 46652/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- LICÍNIO ANTENOR
- SANTA RAQUEL PECUÁRIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0020067-78.2014.5.04.0221

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) CLINITRAUMA CLINICA DE ORTOPEDIA E FRATURAS LTDA - EPP
Advogado DR. RODRIGO ROCHA DOMINGUES(OAB: 86255/RS)
AGRAVADO(S) MARIA ELOISA DA SILVA
Advogado DR. MOISÉS DELGADO DOS SANTOS(OAB: 60811/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLINITRAUMA CLINICA DE ORTOPEDIA E FRATURAS LTDA - EPP
- MARIA ELOISA DA SILVA

Processo Nº Ag-ARR-0020109-45.2014.5.04.0022

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) PROMOCIA - MARKETING PROMOCIONAL, INCENTIVO, PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA.
Advogado DR. WALDEMAR CURY MALULY JÚNIOR(OAB: 41830/SP)
AGRAVADO(S) ELIANE RIBEIRO FRAGA
Advogado DR. CLAUDIO GELATTI(OAB: 51252/RS)
AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A. E OUTRO
Advogado DR. FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ(OAB: 44277/RS)
Advogado DR. FREDERICO AZAMBUJA LACERDA(OAB: 30869/RS)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANE RIBEIRO FRAGA
- ITAÚ UNIBANCO S.A. E OUTRO
- PROMOCIA - MARKETING PROMOCIONAL, INCENTIVO, PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0020799-04.2014.5.04.0013

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) SANOFI AVENTIS COMERCIAL E LOGÍSTICA LTDA.
Advogado DR. DANIEL DOMINGUES CHIODE(OAB: 173117/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) JOÃO DUARTE LOPES BETIM
Advogada DRA. GRACIELA JUSTO EVALDT(OAB: 65359/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOÃO DUARTE LOPES BETIM
- SANOFI AVENTIS COMERCIAL E LOGÍSTICA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0021027-12.2014.5.04.0002

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Advogada DRA. ADRIANA MARIA FONSECA SALERNO(OAB: 16035/RS)
Advogada DRA. MARILENE MANFRO KVITKO(OAB: 28999/RS)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
AGRAVADO(S) EVANDOR CARVALHO DOS SANTOS
Advogado DR. ANTÔNIO VICENTE DA FONTOURA MARTINS(OAB: 21328-A/RS)
Advogado DR. BRENO HERMES GONÇALVES VARGAS(OAB: 67448/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
- EVANDOR CARVALHO DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0091300-54.2013.5.17.0013

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) JOSÉ LUIZ ORECHIO
Advogado DR. JOÃO BATISTA DALLAPICCOLA SAMPAIO(OAB: 4367/ES)
Advogado DR. ANTÔNIO AUGUSTO DALLAPICCOLA SAMPAIO(OAB: 9588/ES)
AGRAVADO(S) ARCELORMITTAL BRASIL S.A.
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609/DF)
Advogado DR. CARLOS MAGNO GONZAGA CARDOSO(OAB: 1175/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARCELORMITTAL BRASIL S.A.
- JOSÉ LUIZ ORECHIO

Processo Nº Ag-AIRR-0100700-80.2008.5.17.0009

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) DMA DISTRIBUIDORA S/A
Advogado DR. FABRÍCIO PIMENTEL DE SIQUEIRA(OAB: 8962/ES)
AGRAVADO(S) MARIA IZABEL COSTA TOMÁZ
Advogada DRA. JAKELINE CAMPOS PINTO(OAB: 14134/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- DMA DISTRIBUIDORA S/A
- MARIA IZABEL COSTA TOMÁZ

Processo Nº Ag-AIRR-0130179-22.2014.5.13.0009

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CORTES(OAB: 15553/DF)
Advogado DR. BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI(OAB: 21678/PE)
AGRAVADO(S) MARIA JOSÉ RIBEIRO SALES
Advogado DR. ANDREY LEVI DIÓGENES MAGALHÃES(OAB: 16008/PB)
Advogada DRA. CAMILA MARIA CUNHA PERES(OAB: 17899/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARIA JOSÉ RIBEIRO SALES

Processo Nº Ag-AIRR-0156400-57.2014.5.13.0004

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) MARIANA LUCILENE CARVALHO MARQUES
Advogado DR. JOSÉ ARAÚJO DE LIMA(OAB: 1958/PB)
Advogado DR. SAORSHIAN LUCENA ARAÚJO(OAB: 12740/PB)
AGRAVADO(S) GERALDO ARAÚJO TECIDOS LTDA.
Advogado DR. AURÉLIO CEZAR TAVARES FILHO(OAB: 12865/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- GERALDO ARAÚJO TECIDOS LTDA.
- MARIANA LUCILENE CARVALHO MARQUES

Processo Nº Ag-AIRR-1000132-28.2016.5.02.0251

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) GUTENBERG GALILEU ZAMPIERI
Advogado DR. TIAGO SOARES NUNES DOS PASSOS(OAB: 271859/SP)
Advogada DRA. THASSYA ANDRESSA PRADO(OAB: 411032/SP)
AGRAVADO(S) USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GUTENBERG GALILEU ZAMPIERI
- USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS

Processo Nº Ag-AIRR-1000294-08.2015.5.02.0332

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) JONAS GODINHO
Advogado DR. GELSON FERRAREZE(OAB: 193712-A/SP)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609/DF)
Advogado DR. FÁBIO CABRAL SILVA DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 261844/SP)
AGRAVADO(S) UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- JONAS GODINHO
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº Ag-AIRR-1001169-45.2014.5.02.0612

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) DARCI COELHO COUTINHO
Advogado DR. ANDRÉ FELIPPE PEREIRA MARQUES(OAB: 305113/SP)
AGRAVADO(S) CONFECÇÕES W R MENDONÇA LTDA.
Advogado DR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS(OAB: 109576/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONFECÇÕES W R MENDONÇA LTDA.

- DARCI COELHO COUTINHO

Processo Nº Ag-AIRR-1001548-02.2015.5.02.0466

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) KUBA TRANSPORTES GERAIS LTDA.
Advogado DR. LUIZ APARECIDO FERREIRA(OAB: 95654/SP)
AGRAVADO(S) ANTÔNIO DOS SANTOS OLIVEIRA
Advogado DR. SÓSTENES LUIZ FILGUEIRAS BARBOSA(OAB: 140836/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO DOS SANTOS OLIVEIRA
- KUBA TRANSPORTES GERAIS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1001578-58.2013.5.02.0320

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) VISTEON SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA.
Advogado DR. MARCELO RICARDO GRÜNWARD(OAB: 111101/SP)
Advogado DR. RAFAEL ASQUINI(OAB: 251197/SP)
AGRAVADO(S) LUCY MARQUES DE MENEZES
Advogado DR. ADILSON GUERCHE(OAB: 130505/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCY MARQUES DE MENEZES
- VISTEON SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1001729-71.2016.5.02.0432

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) REINALDO BARBOZA DA SILVA
Advogado DR. DIVINO RODRIGUES TRISTÃO(OAB: 192883/SP)
AGRAVADO(S) SYNCREON LOGÍSTICA LTDA.
Advogada DRA. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- REINALDO BARBOZA DA SILVA
- SYNCREON LOGÍSTICA LTDA.

Processo Nº Ag-RR-1001818-81.2016.5.02.0016

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) RAIMUNDA MARIA DA SILVA
Advogado DR. GICELLE BARBOSA REBOLLO(OAB: 287494/SP)
Advogado DR. UALACE CÍNTRA(OAB: 216784/SP)
AGRAVADO(S) INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
Procurador DR. RICARDO RODRIGUES FERREIRA
Procurador DR. FELIPE GONÇALVES FERNANDES
Procurador DR. PEDRO LUIZ TIZIOTTI
AGRAVADO(S) MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
Advogada DRA. HELAYNE CRISTINA LUIZ CUNHA SILVA(OAB: 190431-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
- MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
- RAIMUNDA MARIA DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-1002481-72.2013.5.02.0521

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) TOWER AUTOMOTIVE DO BRASIL S.A.
Advogado DR. HUMBERTO GORDILHO DOS SANTOS NETO(OAB: 156392/SP)
AGRAVADO(S) OSVALDO RIBEIRO DA SILVA
Advogada DRA. FRANCISCA SANDRA PEREIRA DA SILVA(OAB: 315893/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- OSVALDO RIBEIRO DA SILVA
- TOWER AUTOMOTIVE DO BRASIL S.A.

Processo Nº AgR-AIRR-0000031-66.2014.5.05.0001

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) LOCALCRED BRASCOBRA ASSESSORIA E COBRANÇA LTDA.
Advogado DR. CARLOS PEREIRA DA SILVA(OAB: 192403-A/SP)
AGRAVADO(S) BÁRBARA LORENA ELANO VASCONCELOS DOS SANTOS
Advogado DR. PHILIPPI FREITAS ALVES(OAB: 31888/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BÁRBARA LORENA ELANO VASCONCELOS DOS SANTOS
- LOCALCRED BRASCOBRA ASSESSORIA E COBRANÇA LTDA.

Processo Nº AgR-AIRR-0001706-71.2015.5.10.0007

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) MARIA DOS PRAZERES DE SOUZA COSTA
Advogado DR. CARLOS VICTOR AZEVEDO SILVA(OAB: 9664/DF)
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. RAFAEL SANTANA E SILVA(OAB: 18997/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- MARIA DOS PRAZERES DE SOUZA COSTA

Processo Nº AgR-AIRR-0010532-06.2015.5.01.0341

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
Advogado DR. MARCELO GOMES DA SILVA(OAB: 137510/RJ)
AGRAVADO(S) ANDRÉ LUCIANO GUIMARÃES
Advogado DR. MURILO CEZAR REIS BAPTISTA(OAB: 57446/RJ)
Advogado DR. FELIPE BUCHELE DE CARVALHO(OAB: 174883/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRÉ LUCIANO GUIMARÃES
- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Processo Nº ARR-0000134-26.2014.5.23.0081

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) DANIEL CARVALHO FAULA
Advogado DR. PAULO KATSUMI FUGI(OAB: 92003/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) JBS S.A.
Advogado DR. LUCIANO LUÍS BRESCOVICI(OAB: 6814/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL CARVALHO FAULA
- JBS S.A.

Processo Nº ARR-0000660-87.2013.5.04.0232

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ESPÓLIO DE PAULO ROBERTO MARTINS
Advogado DR. BRUNO JÚLIO KAHLE FILHO(OAB: 21053/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) PIRELLI PNEUS LTDA.
Advogada DRA. ROSSANA BRACK(OAB: 17125-B/RS)
Advogado DR. SÉRGIO ROBERTO DA FONTOURA JUCHEM(OAB: 5269/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO DE PAULO ROBERTO MARTINS
- PIRELLI PNEUS LTDA.

Processo Nº ARR-0000695-66.2011.5.04.0022

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) RICARDO WILLIAM DA SILVA DA ROSA
Advogada DRA. LÍDIA TERESINHA DA VEIGA LIMA(OAB: 15373/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) NEOGRIDE SOFTWARE S.A.
Advogada DRA. SIMONE FEUSER(OAB: 28077/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- NEOGRIDE SOFTWARE S.A.
- RICARDO WILLIAM DA SILVA DA ROSA

Processo Nº ARR-0000875-66.2013.5.05.0028

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E RECORRENTE(S) CBRS S.A.
Advogado DR. NILTON SIMÕES CARDOSO(OAB: 28972/BA)
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) NAILSON ROCHA DOS SANTOS
Advogado DR. BENEDITO GOMES MONTAL NETO(OAB: 12701/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CBRS S.A.

- NAILSON ROCHA DOS SANTOS

Processo Nº ARR-0020013-96.2015.5.04.0021

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) LOJAS RADAN LTDA.
Advogada DRA. RAQUEL MARLISE ORTÁCIO ORTIZ(OAB: 52300-A/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) LUCAS SAMUEL GIENDRUCZAK
Advogado DR. ALEXANDRE SEVERO DAMÁSIO(OAB: 94324/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- LOJAS RADAN LTDA.
- LUCAS SAMUEL GIENDRUCZAK

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000053-58.2013.5.04.0011

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE BANCO FIBRA S.A.
Advogado DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 20095-A/DF)
EMBARGADO(A) BÁRBARA DE NEGRI SOUZA
Advogado DR. ANDRÉ RODIGHERI(OAB: 60436/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO FIBRA S.A.
- BÁRBARA DE NEGRI SOUZA

Processo Nº ED-RR-0000131-34.2010.5.03.0060

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL - VALIA
Advogado DR. LUIZ ANTÔNIO MUNIZ MACHADO(OAB: 750-A/DF)
Advogada DRA. MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL(OAB: 64029-A/MG)
EMBARGADO(A) RAIMUNDO FLAVIANO VIANA
Advogado DR. HENRIQUE NERY DE OLIVEIRA SOUZA(OAB: 89095/MG)
EMBARGADO(A) VALE S.A.
Advogado DR. NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: 1291/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL - VALIA
- RAIMUNDO FLAVIANO VIANA
- VALE S.A.

Processo Nº ED-Ag-RR-0000139-10.2012.5.09.0016

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
EMBARGANTE DANIEL JOSE RIBEIRO
Advogado DR. JAIR APARECIDO AVANSI(OAB: 18727/PR)
EMBARGADO(A) PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.
Advogado DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 71639/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL JOSE RIBEIRO

- PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.

Processo Nº ED-Ag-RR-0000197-77.2015.5.08.0002

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE MARCIA BARROSO ESTUMANO
Advogada DRA. ANA CRISTINA LOUCHARD PIRES(OAB: 7316/PA)
Advogado DR. MARCOS VINÍCIUS NASCIMENTO DE ALMEIDA(OAB: 15605/PA)
EMBARGADO(A) INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Procurador DR. ALÁDIO COSTA FERREIRA
EMBARGADO(A) AMBIENTE CONSULTORIA, PROJETOS E PLANEJAMENTOS LTDA. - ME
Advogado DR. RICARDO NASSER SEFER(OAB: 14800/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBIENTE CONSULTORIA, PROJETOS E PLANEJAMENTOS LTDA. - ME
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
- MARCIA BARROSO ESTUMANO

Processo Nº ED-RR-0000444-54.2015.5.03.0016

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
EMBARGANTE VIVIANE APARECIDA RIBEIRO
Advogado DR. LUIZ RENNÓ NETTO(OAB: 108908/MG)
Advogado DR. CLÉRISTON MARCONI PINHEIRO LIMA(OAB: 107001/MG)
EMBARGADO(A) BANCO BMG S.A.
Advogado DR. PAULO DIMAS DE ARAÚJO(OAB: 55420/MG)
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JUNIOR(OAB: 3609/DF)
EMBARGADO(A) SIMPLES SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.
Advogado DR. LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA ROCHOLI(OAB: 72002-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BMG S.A.
- SIMPLES SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.
- VIVIANE APARECIDA RIBEIRO

Processo Nº ED-AIRR-0000518-22.2013.5.05.0017

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
EMBARGANTE SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
Advogado DR. LOANA MEDEIROS SILVA MENDONÇA(OAB: 21326/BA)
EMBARGADO(A) ALINETE DE JESUS ALMEIDA GONÇALVES
Advogada DRA. DANIELA CORREIA TORRES(OAB: 12722/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINETE DE JESUS ALMEIDA GONÇALVES
- SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000541-53.2014.5.20.0004

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE ENERGISA SERGIPE -
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
Advogada DRA. LÉA MARIA MELO
ANDRADE(OAB: 2801/SE)
Advogado DR. DIEGO DANTAS SANTOS(OAB:
5313/SE)
Advogado DR. TICIANA BARRETO DOS
SANTOS ALVES(OAB: 6499-A/SE)
Advogado DR. GENISSON ARAÚJO DOS
SANTOS(OAB: 6700/SE)
EMBARGADO(A) THIAGO HENRIQUE NUNES
Advogado DR. ANDRÉ LUIS COSTA
BARROS(OAB: 407-B/SE)
EMBARGADO(A) DÍNAMO ENGENHARIA LTDA.
Advogado DR. FRANCES WANDERLEY HORA
ARAGÃO(OAB: 6865/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- DÍNAMO ENGENHARIA LTDA.
- ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
- THIAGO HENRIQUE NUNES

Processo Nº ED-AIRR-0000586-84.2015.5.21.0007

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE
Procurador DR. CÁSSIO CARVALHO CORREIA
DE ANDRADE
EMBARGADO(A) MARIA APARECIDA DA SILVA
SANTOS
Advogado DR. ARTHUNIO DA SILVA MAUX
JÚNIOR(OAB: 7272/RN)
Advogado DR. ADALBERTO ADRIANO DA
SILVA(OAB: 9205/RN)
EMBARGADO(A) JMT SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE
MÃO DE OBRA LTDA. - ME
Advogado DR. VALESKA FERNANDA DA
CAMARA LINHARES(OAB: 9042-
A/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
- JMT SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. - ME
- MARIA APARECIDA DA SILVA SANTOS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000587-84.2014.5.05.0028

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE JOSELITO ALVES DE BARROS
JÚNIOR
Advogado DR. PAULO CEZAR RIBEIRO DA
COSTA(OAB: 37552/BA)
EMBARGADO(A) BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado DR. ANTÔNIO BRAZ DA SILVA(OAB:
12450-A/PE)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
NETO(OAB: 29340-A/DF)
EMBARGADO(A) CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA
FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB:
18855/PE)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO
MACIEL(OAB: 513-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- JOSELITO ALVES DE BARROS JÚNIOR

Processo Nº ED-AgR-AIRR-0000594-09.2014.5.17.0007

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE MARIANGELA LYRIO PASSOS
Advogado DR. SANDRO VIEIRA DE
MORAES(OAB: 6725/ES)
EMBARGADO(A) ALESSANDRA GOMES SANTOS
Advogado DR. CARLOS ALBERTO CERUTTI
PINTO(OAB: 4990/ES)
EMBARGADO(A) UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALESSANDRA GOMES SANTOS
- MARIANGELA LYRIO PASSOS
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº ED-ARR-0000708-13.2014.5.10.0016

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS -
EPP
Advogada DRA. ANDRÉA EUSTÁQUIO DE
OLIVEIRA(OAB: 33960/DF)
Advogado DR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA
CASTRO(OAB: 20015-A/DF)
EMBARGADO(A) FLÁVIA DIAS CHALITA
Advogado DR. CARLOS EDUARDO FARIA DE
OLIVEIRA(OAB: 27310/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- FLÁVIA DIAS CHALITA
- SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS - EPP

Processo Nº ED-RR-0000711-42.2014.5.15.0011

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE REGINALDO PEREIRA DA SILVA
Advogado DR. ADÉLCIO FERREIRA DE
MENEZES JÚNIOR(OAB: 190556/SP)
EMBARGADO(A) LOUIS DREYFUS COMPANY SUCOS
S.A.
Advogado DR. LEONARDO SANTINI
ECHENIQUE(OAB: 249651/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LOUIS DREYFUS COMPANY SUCOS S.A.
- REGINALDO PEREIRA DA SILVA

Processo Nº ED-RR-0000734-57.2014.5.12.0015

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE CLOVIS ROBERTO CONSTANTIN
Advogada DRA. RÉGIS ELENO FONTANA(OAB:
25014-A/SC)
EMBARGADO(A) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. FREDIANI BARTEL(OAB:
19038/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- CLOVIS ROBERTO CONSTANTIN

Processo Nº ED-Ag-RR-0000737-89.2014.5.06.0011

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE ELIETE DE OLIVEIRA LINS
Advogado DR. ERWIN HERBERT FRIEDHEIM NETO(OAB: 17761/PB)
EMBARGADO(A) LIQ CORP S.A.
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
EMBARGADO(A) ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado DR. ÁLVARO VAN DER LEY LIMA NETO(OAB: 15657/PE)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIETE DE OLIVEIRA LINS
- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- LIQ CORP S.A.

Processo Nº ED-AIRR-0000909-83.2015.5.09.0020

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
EMBARGANTE ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL EXPOENTE LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada DRA. SANDRA APARECIDA LOPES BARBON LEWIS(OAB: 14989/PR)
EMBARGADO(A) CLÁUDIO APARECIDO LOURENÇO
Advogado DR. OZÓRIO CÉSAR CAMPANER(OAB: 19044/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLÁUDIO APARECIDO LOURENÇO
- ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL EXPOENTE LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº ED-AIRR-0001109-29.2012.5.02.0202

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
EMBARGANTE WALDOMIRO CALDEIRA DA PAIXÃO
Advogado DR. LEANDRO MELONI(OAB: 30746/SP)
EMBARGADO(A) GIMBA SUPRIMENTOS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA.
Advogado DR. PEDRO ERNESTO ARRUDA PROTO(OAB: 78430/SP)
EMBARGADO(A) IDEIALOG LOGÍSTICA LTDA.
Advogado DR. PEDRO ERNESTO ARRUDA PROTO(OAB: 78430/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GIMBA SUPRIMENTOS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA.
- IDEIALOG LOGÍSTICA LTDA.
- WALDOMIRO CALDEIRA DA PAIXÃO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001216-07.2013.5.05.0121

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
EMBARGANTE PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado DR. SYLVIO GARCEZ JÚNIOR(OAB: 7510/BA)
EMBARGADO(A) JOSE DE QUEIROZ SILVA

Advogado DR. RUI MORAES CRUZ(OAB: 8534/BA)
EMBARGADO(A) COMIN AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- COMIN AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA.
- JOSE DE QUEIROZ SILVA
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001236-82.2014.5.17.0006

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE JOCI ANDRADE DE ALMEIDA
Advogado DR. GUSTAVO CANI GAMA(OAB: 10059/ES)
EMBARGADO(A) VIX TRANSPORTES DEDICADOS LTDA.
Advogado DR. SANDRO VIEIRA DE MORAES(OAB: 6725/ES)
Advogada DRA. MARINA ZON BALBINO(OAB: 23559/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOCI ANDRADE DE ALMEIDA
- VIX TRANSPORTES DEDICADOS LTDA.

Processo Nº ED-RR-0001443-90.2015.5.19.0006

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE MARCUS VINICIUS VALENCA DE SOUZA
Advogado DR. ALESSANDRO MEDEIROS DE LEMOS(OAB: 6429/AL)
Advogado DR. GAUDIO RIBEIRO DE PAULA(OAB: 49080/DF)
EMBARGADO(A) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado DR. ANILDSON MENEZES SILVA(OAB: 3841/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- MARCUS VINICIUS VALENCA DE SOUZA

Processo Nº ED-ARR-0001590-89.2014.5.09.0084

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE OI S.A.
Advogado DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
EMBARGADO(A) LUANA CRISTINA ANTÔNIO FARIAS
Advogado DR. WALDOMIRO FERREIRA FILHO(OAB: 5961/PR)
EMBARGADO(A) SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S.A.
Advogado DR. FRANCISCO QUEIROZ CAPUTO NETO(OAB: 11707/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUANA CRISTINA ANTÔNIO FARIAS
- OI S.A.
- SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S.A.

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001595-83.2014.5.03.0018

Complemento Plenário Virtual

Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE JA REZENDE TELESSERVIÇOS LTDA E OUTRA
Advogado DR. TULIUS MAXIMILIANO CORRÊA DOS REIS(OAB: 102166/MG)
EMBARGADO(A) BANCO RURAL S.A. (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 107878/MG)
EMBARGADO(A) ERIKA GONÇALO PEREIRA SANTOS
Advogado DR. IVAN PROCÓPIO VILELA ALVARENGA(OAB: 50694/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO RURAL S.A. (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
- ERIKA GONÇALO PEREIRA SANTOS
- JA REZENDE TELESSERVIÇOS LTDA E OUTRA

Processo Nº ED-RR-0001769-90.2010.5.02.0461

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE VILSON PISANO
Advogado DR. PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA
EMBARGADO(A) VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogada DRA. ANA CRISTINA GRAU GAMELEIRA WERNECK(OAB: 88982/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- VILSON PISANO
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0002022-11.2011.5.02.0084

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Advogada DRA. LUCIANA SOARES AZEVEDO DE SANTANA(OAB: 200235/SP)
EMBARGADO(A) FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
Advogado DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182/DF)
EMBARGADO(A) DIRCE SHIZUKO NAGAI
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 219041/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONOMICA FEDERAL
- DIRCE SHIZUKO NAGAI
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0002645-30.2015.5.22.0003

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
EMBARGANTE KARINA ALBUQUERQUE BATISTA
Advogado DR. BRUNO MATIAS LOPES(OAB: 31490/DF)
EMBARGADO(A) EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH
Advogado DR. VANDRE DE CASTRO TOFFOLI(OAB: 21465-A/ES)
Advogado DR. DANILO DA ROCHA LUZ ARAÚJO(OAB: 8079/PI)
Advogado DR. EVALTON ROCHA DOS SANTOS JÚNIOR(OAB: 17180/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH
- KARINA ALBUQUERQUE BATISTA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0010303-98.2014.5.03.0026

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE ROBSON DE OLIVEIRA PEREIRA
Advogado DR. WAGNER LEITE FERREIRA(OAB: 91898/MG)
EMBARGADO(A) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 2124-A/DF)
EMBARGADO(A) PROSEGUR BRASIL S.A. - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA
Advogada DRA. FLÁVIA SÁFADI UBALDO(OAB: 77737/MG)
Advogado DR. MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA(OAB: 63440/MG)
Advogada DRA. CAROLINA DE PINHO TAVARES(OAB: 97753-A/MG)
Advogado DR. RAPHAEL AUGUSTO CAMPOS HORTA(OAB: 130923/MG)
EMBARGADO(A) PLANO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI
EMBARGADO(A) VIC SEGURANÇA LTDA.
Advogado DR. RENATA SIMONE DA SILVA(OAB: 121805/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PLANO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI
- PROSEGUR BRASIL S.A. - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA
- ROBSON DE OLIVEIRA PEREIRA
- VIC SEGURANÇA LTDA.

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0010367-05.2015.5.03.0146

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG -050 S.A.
Advogado DR. RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343-A/SP)
EMBARGADO(A) ALESSANDRO RODRIGUES GOMES
EMBARGADO(A) ALCANA DESTILARIA DE ÁLCOOL DE NANUQUE S.A.
Advogado DR. PAULO ROBERTO ZANCHETTA DE OLIVEIRA(OAB: 211844/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALCANA DESTILARIA DE ÁLCOOL DE NANUQUE S.A.
- ALESSANDRO RODRIGUES GOMES
- CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

Processo Nº ED-RR-0010897-24.2015.5.03.0044

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
EMBARGANTE ANA PAULA TOMAZ GONÇALVES
Advogado DR. HUGO OLIVEIRA HORTA BARBOSA(OAB: 19769/DF)
Advogado DR. FERNANDO SUSIA LELIS JÚNIOR(OAB: 138462/MG)

EMBARGADO(A) ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
Advogado DR. MELYSSANDRA MARTINS COSTA
Advogado DR. LIBERA SOUZA RIBEIRO
Advogada DRA. GISELE DE ALMEIDA(OAB: 93536-A/MG)
EMBARGADO(A) BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
Advogado DR. VANESSA DIAS LEMOS
Advogado DR. GUILHERME MARQUES DIAS
Advogada DRA. ANA CAROLINA MOMENTE ROSA(OAB: 147366-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
- ANA PAULA TOMAZ GONÇALVES
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS

Processo Nº ED-RR-0010911-12.2013.5.06.0103

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE MANOEL RODRIGUES DE LIMA JUNIOR
Advogada DRA. ISADORA COELHO DE AMORIM OLIVEIRA(OAB: 16455-D/PE)
EMBARGADO(A) AMBEV S.A.
Advogada DRA. ANNA CAROLINA BARROS CABRAL DA SILVA(OAB: 26107/PE)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBEV S.A.
- MANOEL RODRIGUES DE LIMA JUNIOR

Processo Nº ED-RR-0011105-22.2015.5.03.0104

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE TANDARA ALVES CAIXETA
Advogada DRA. SILVIA PEROLA TEIXEIRA COSTA(OAB: 36663/DF)
Advogado DR. NICHOLAS RÉGULO MAGALHÃES(OAB: 41953/BA)
EMBARGADO(A) PRAIA CLUBE
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogado DR. AROLDO PLÍNIO GONÇALVES(OAB: 13735/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- PRAIA CLUBE
- TANDARA ALVES CAIXETA

Processo Nº ED-ARR-0011305-19.2013.5.06.0103

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE EDUARDO HENRIQUE CASSALES GIANETTI
Advogada DRA. ISADORA AMORIM(OAB: 16455/PE)
Advogado DR. CLÁUDIO GONÇALVES GUERRA(OAB: 29252/PE)
EMBARGADO(A) COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
Advogada DRA. ANNA CAROLINA BARROS CABRAL DA SILVA(OAB: 26107/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
- EDUARDO HENRIQUE CASSALES GIANETTI

Processo Nº ED-AIRR-0011487-43.2015.5.01.0048

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. MARCO ANTÔNIO BAZHUNI(OAB: 37062/RJ)
Advogado DR. CHRISTIANO RIBEIRO GORDIANO DE OLIVEIRA(OAB: 116812/RJ)
Advogado DR. PHILIPPE DE OLIVEIRA NADER(OAB: 52032/DF)
EMBARGADO(A) MÁRIO LUIZ NOVAES AVILA
Advogada DRA. ZORAIDE AMARAL DE SOUZA(OAB: 4793/RJ)
Advogado DR. JORGE INÁCIO DE GOUVEIA(OAB: 145148/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MÁRIO LUIZ NOVAES AVILA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0011512-23.2015.5.15.0030

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
Advogado DR. MANOEL RODRIGUES LOURENÇO FILHO(OAB: 208128-D/SP)
EMBARGADO(A) ANTÔNIO FERNANDO HADDAD MARQUES

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO FERNANDO HADDAD MARQUES
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL

Processo Nº ED-RR-0011538-12.2016.5.18.0221

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE HAMILTON ALVES DO PRADO
Advogado DR. CARLOS EDUARDO PEREIRA COSTA(OAB: 22817/GO)
EMBARGADO(A) CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
Advogado DR. PAULO ROBERTO IVO DE REZENDE(OAB: 9362/GO)
Advogado DR. EDMAR ANTONIO ALVES FILHO(OAB: 31312-A/GO)
EMBARGADO(A) ELCCOM ENGENHARIA EIRELI
Advogado DR. GETULIO DE CASTRO MENDONÇA(OAB: 47591-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- ELCCOM ENGENHARIA EIRELI
- HAMILTON ALVES DO PRADO

Processo Nº ED-RR-0011576-73.2014.5.18.0001

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE RICARDO FRANCISCO SOARES DA COSTA

Advogado DR. WARLEY MORAES GARCIA(OAB: 22180/GO)
EMBARGADO(A) OI S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
Advogado DR. ANDERSON BARROS E SILVA(OAB: 18031-A/GO)
EMBARGADO(A) ESTILY TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME E OUTRA
Advogado DR. MARIANE MENZOTI(OAB: 28458-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTILY TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME E OUTRA
- OI S.A.
- RICARDO FRANCISCO SOARES DA COSTA

Processo Nº ED-AIRR-0054900-11.2010.5.21.0021

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) ENGENHARIA INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
EMBARGADO(A) RAIMUNDO GALDINO DA SILVA JÚNIOR
Advogado DR. ANTÔNIO PEDRO DA COSTA(OAB: 1785/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- ENGENHARIA INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RAIMUNDO GALDINO DA SILVA JÚNIOR

Processo Nº ED-RR-0058000-47.2006.5.03.0010

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE VIAÇÃO ITAPEMIRIM S.A.
Advogada DRA. LUCIANA NUNES GOUVÊA(OAB: 77575/MG)
EMBARGADO(A) OSMAR ANDRADE DA SILVA
Advogado DR. MARCELO AUGUSTO SOARES PEREIRA(OAB: 63082/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- OSMAR ANDRADE DA SILVA
- VIAÇÃO ITAPEMIRIM S.A.

Processo Nº ED-AIRR-0083100-64.2009.5.05.0035

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogada DRA. RAFAELA SOUZA TANURI MEIRELLES(OAB: 26124/BA)
EMBARGADO(A) JOSIEL NUNES LOPES
Advogado DR. NEI VIANA COSTA PINTO(OAB: 8361/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS

- JOSIEL NUNES LOPES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-AIRR-0134500-75.2008.5.05.0028

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
EMBARGANTE MÔNICA BRAGA DE MENEZES MENDONÇA
Advogado DR. RUY JORGE CALDAS PEREIRA(OAB: 887/DF)
Advogado DR. FÁBIO ANTÔNIO DE MAGALHÃES NÓVOA(OAB: 9258/BA)
EMBARGADO(A) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. DANIEL MOURA VIANA DE SOUZA(OAB: 20747/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- MÔNICA BRAGA DE MENEZES MENDONÇA

Processo Nº ED-ED-RR-0145800-24.2009.5.17.0009

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL - VALIA
Advogada DRA. MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL(OAB: 64029-A/MG)
EMBARGADO(A) EDGAR BENEDITO BARCELOS E OUTROS
Advogada DRA. MAÍRA DANCOS BARBOSA RIBEIRO(OAB: 10800/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDGAR BENEDITO BARCELOS E OUTROS
- FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL - VALIA

Processo Nº ED-AIRR-0202800-90.2009.5.02.0011

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
EMBARGANTE JULIANO RIBEIRO SANTOS VELOSO
Advogado DR. EVANDRO BRAZ DE ARAÚJO JÚNIOR(OAB: 82929/MG)
EMBARGADO(A) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. NEUZA MARIA LIMA PIRES DE GODOY(OAB: 82246/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- JULIANO RIBEIRO SANTOS VELOSO

Processo Nº ED-ED-ED-RR-0326600-98.2009.5.12.0037

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
Advogado DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182/DF)
EMBARGADO(A) DJALMA CARDOSO
Advogada DRA. RÉGIS ELENO FONTANA(OAB: 25014-A/SC)
EMBARGADO(A) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. OSIVAL DANTAS BARRETO(OAB: 15431/DF)
Advogada DRA. GIOVANA GNECCO COLOMBO(OAB: 33908/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- DJALMA CARDOSO
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF

Processo Nº ED-RR-1000013-78.2016.5.02.0312

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE AMERICAN AIRLINES INC.
Advogado DR. LETÍCIA RIBEIRO CRISSUIMA DE FIGUEIREDO(OAB: 182309-A/SP)
EMBARGADO(A) RAQUEL CRISTINA ARAÚJO DE SOUZA
Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS KAZUO MAETA(OAB: 164116/SP)
EMBARGADO(A) TRI STAR SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA.
Advogado DR. ADILSON BORGES DE CARVALHO(OAB: 100092/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMERICAN AIRLINES INC.
- RAQUEL CRISTINA ARAÚJO DE SOUZA
- TRI STAR SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA.

Processo Nº ED-RR-1000186-90.2016.5.02.0316

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE DIANA GAMA SOUSA MELO
Advogado DR. JÚLIO CÉSAR PANHÓCA(OAB: 220920/SP)
EMBARGADO(A) COLÉGIO CAMINHO DO SABER LTDA. - ME
Advogado DR. SANDRO DE LIMA VETZCOSKI(OAB: 216321/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COLÉGIO CAMINHO DO SABER LTDA. - ME
- DIANA GAMA SOUSA MELO

Processo Nº ED-RR-1001345-71.2016.5.02.0024

Complemento Plenário Virtual
Relator MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
Advogada DRA. MARIA EDUARDA FERREIRA RIBEIRO DO VALLE GARCIA(OAB: 49457-D/SP)
Advogado DR. RITA DE CÁSSIA RIBEIRO NUNES(OAB: 94969-A/SP)
EMBARGADO(A) JOÃO CARLOS DE PAULA
Advogado DR. ADAIR FERREIRA DOS SANTOS(OAB: 90935/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
- JOÃO CARLOS DE PAULA

PROCESSOS INCLUÍDOS NA SESSÃO PRESENCIAL

Processo Nº AIRR-0000055-36.2016.5.02.0057

Relator MIN. EMMANOEL PEREIRA
AGRAVANTE(S) ANA LUIZA CARDOSO LIMA TAVERNARD

Advogado DR. MÁRVIO MIRANDA VIANA(OAB: 8527/PA)
Advogado DR. RODRIGO DE CASTRO FREITAS(OAB: 33383/DF)
AGRAVADO(S) FABIANA VERONEZ CESPEDES
Advogado DR. DANIEL WEISSBERG MINUTENTAG(OAB: 172737/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA LUIZA CARDOSO LIMA TAVERNARD
- FABIANA VERONEZ CESPEDES

Processo Nº AIRR-0000302-71.2014.5.10.0022

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB
Procurador DR. MATEUS FERREIRA ROSA
AGRAVANTE(S) ÁGIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado DR. NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: 1251/DF)
AGRAVADO(S) REINOEL RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado DR. CAMILO ANDRÉ SANTOS NOLETO DE CARVALHO(OAB: 26378/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB
- REINOEL RODRIGUES DOS SANTOS
- ÁGIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA.

Processo Nº AIRR-0000396-02.2017.5.21.0024

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) JOÃO RODRIGUES DA SILVA
Advogado DR. MÁRIO JÁCOME DE LIMA(OAB: 2777/RN)
AGRAVADO(S) BSCO NAVEGAÇÃO S.A.
Advogado DR. CRISTOVÃO TAVARES MACEDO SOARES GUIMARAES(OAB: 77988-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSCO NAVEGAÇÃO S.A.
- JOÃO RODRIGUES DA SILVA
- PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

Processo Nº AIRR-0000422-21.2013.5.18.0251

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
Advogado DR. EDMAR ANTÔNIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)
AGRAVANTE(S) MW PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogada DRA. ELIANE OLIVEIRA DE PLATON AZEVEDO(OAB: 7772/GO)
AGRAVADO(S) DOMINGOS PEREIRA DA SILVA E OUTROS
Advogado DR. CARLOS EDUARDO PEREIRA COSTA(OAB: 22817/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

- DOMINGOS PEREIRA DA SILVA E OUTROS
- MW PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

Processo Nº AIRR-0000515-19.2013.5.02.0060

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) CACIQUE PROMOTORA DE VENDAS LTDA. E OUTRO
Advogado DR. GUSTAVO GRANADEIRO GUIMARÃES(OAB: 149207/SP)
AGRAVADO(S) JULIANE SILVEIRA MAGNANI
Advogado DR. FABYO LUIZ ASSUNÇÃO(OAB: 204585/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CACIQUE PROMOTORA DE VENDAS LTDA. E OUTRO
- JULIANE SILVEIRA MAGNANI

Processo Nº AIRR-0000651-02.2017.5.10.0012

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
Advogada DRA. ANGÉLICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: 10752/DF)
Advogada DRA. CÁSSIA KELLY DOS SANTOS BARCELOS(OAB: 44747-A/DF)
AGRAVADO(S) CIRÇO DIVINO CALIL
Advogado DR. MAXIMIANO SOUZA ARAÚJO NETO(OAB: 14584/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CIRÇO DIVINO CALIL
- COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

Processo Nº AIRR-0000676-33.2017.5.10.0006

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
Advogada DRA. NATÁLIA RODRIGUES MORAES(OAB: 46355/DF)
AGRAVADO(S) NASCERLINDO LISBOA DIAS
Advogada DRA. CRISTIANNE RODRIGUES DO AMARAL(OAB: 43227/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
- NASCERLINDO LISBOA DIAS

Processo Nº AIRR-0000830-60.2017.5.10.0003

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
Advogada DRA. ANGÉLICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: 10752/DF)
Advogada DRA. NATÁLIA RODRIGUES MORAES(OAB: 46355/DF)
Advogada DRA. CÁSSIA KELLY DOS SANTOS BARCELOS(OAB: 44747/DF)
AGRAVADO(S) JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Advogado DR. ANTÔNIO MARQUES DA SILVA(OAB: 20599/DF)
Advogado DR. ALEXANDRE GUIMARÃES PERES(OAB: 21720/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
- JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0000837-52.2017.5.10.0003

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
Advogada DRA. ANGÉLICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: 10752/DF)
AGRAVADO(S) WILTON DOS SANTOS
Advogada DRA. CRISTIANNE RODRIGUES DO AMARAL(OAB: 43227/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
- WILTON DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0000851-85.2017.5.10.0019

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
Advogada DRA. CÁSSIA KELLY DOS SANTOS BARCELOS(OAB: 44747-A/DF)
AGRAVADO(S) JOSÉ DO NASCIMENTO
Advogado DR. RICARDO AMARAL(OAB: 21269/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
- JOSÉ DO NASCIMENTO

Processo Nº AIRR-0001100-70.2016.5.12.0001

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA
Advogado DR. ALFREDO TABARÉ GUI SULFO(OAB: 32113-A/SC)
AGRAVADO(S) LEONI COELHO GOULART
Advogado DR. FÁBIO LOPES DE LIMA(OAB: 16277/SC)
AGRAVADO(S) AIR SPECIAL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- AIR SPECIAL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS EIRELI
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA
- LEONI COELHO GOULART

Processo Nº AIRR-0001108-45.2015.5.14.0092

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado DR. FELIPE WENDT(OAB: 4590/RO)
Advogado DR. EBER COLONI MEIRA DA SILVA(OAB: 4046/RO)

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) JBS S.A.
Advogada DRA. KÁTIA CARLOS RIBEIRO(OAB: 2402-A/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- JBS S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Processo Nº AIRR-0001134-64.2013.5.18.0201

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) CONSTEL CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.
Advogado DR. MÁRIO CHRISTIAN PEDROSO DE OLIVEIRA(OAB: 24913/GO)
AGRAVANTE(S) ARCA ELETRON E ELETRIFICACAO LTDA
Advogado DR. NELSON DA APARECIDA SANTOS(OAB: 18615/GO)
AGRAVANTE(S) CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
Advogado DR. EDMAR ANTÔNIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)
AGRAVADO(S) DIOMÁRIO BATISTA MACHADO
Advogado DR. RODRIGO RODOLFO FERNANDES(OAB: 21440/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARCA ELETRON E ELETRIFICACAO LTDA
- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- CONSTEL CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.
- DIOMÁRIO BATISTA MACHADO

Processo Nº AIRR-0001159-30.2010.5.05.0012

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. VALTON DÓRIA PESSOA(OAB: 11893/BA)
AGRAVANTE(S) BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado DR. ANTÔNIO BRAZ DA SILVA(OAB: 25998/BA)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
AGRAVADO(S) ELIANE MIRANDA ANDRADE
Advogado DR. MAYER CHAGAS FLORES(OAB: 22951/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- ELIANE MIRANDA ANDRADE

Processo Nº AIRR-0001167-11.2015.5.02.0078

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP
Procurador DR. RODRIGO DE BARROS GODOY
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) MARCILIO ANTÔNIO DOS SANTOS
Advogado DR. LEANDRO MELONI(OAB: 30746/SP)
AGRAVADO(S) SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Advogado DR. JOSÉ ROBERTO ZAGO(OAB: 98053/SP)
Advogado DR. WILLIAM MAURELIO(OAB: 183506/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP
- MARCILIO ANTÔNIO DOS SANTOS
- SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0001471-79.2014.5.03.0025

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
Advogado DR. RAFAEL BEDA GUALDA(OAB: 12019/SC)
Advogada DRA. ALESSANDRA VIEIRA DE ALMEIDA(OAB: 11688/SC)
AGRAVADO(S) MARLEY OLIVEIRA DE MIRANDA
Advogado DR. CAMILO EUSTÁQUIO REZENDE LIMA(OAB: 55637/MG)
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada DRA. WALDÊNIA MARÍLIA SILVEIRA SANTANA(OAB: 53780/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- MARLEY OLIVEIRA DE MIRANDA
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.

Processo Nº AIRR-0001826-47.2013.5.01.0521

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB
Advogado DR. ARDSON SOARES JÚNIOR(OAB: 109353/RJ)
Advogado DR. JOSÉ ANTÔNIO ROSA DA SILVA(OAB: 167654/RJ)
AGRAVADO(S) EDUARDO DA SILVA CÂMARA
Advogado DR. VALDO DUARTE GOMES(OAB: 69399/RJ)
AGRAVADO(S) FIRE RIO PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO LTDA.
Advogado DR. SIDNEI DO NASCIMENTO SILVA(OAB: 130981/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO DA SILVA CÂMARA
- FIRE RIO PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO LTDA.
- INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB

Processo Nº AIRR-0005687-27.2014.5.01.0482

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)
AGRAVADO(S) DANIEL DE OLIVEIRA NEVES FRAGA
Advogado DR. VICTOR AZEVEDO RIBEIRO SCHUELER(OAB: 154268/RJ)
AGRAVADO(S) G-COMEX ÓLEO & GÁS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL DE OLIVEIRA NEVES FRAGA

- G-COMEX ÓLEO & GÁS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0010069-43.2015.5.03.0039

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) BANCO BMG S.A.
Advogado DR. PAULO DIMAS DE ARAÚJO(OAB: 55420/MG)
Advogado DR. RAFAEL RAMOS ABRAHÃO(OAB: 151701/MG)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) PROATIVA SERVIÇOS & TELEMARKETING LTDA. - EPP
Advogada DRA. CHRISTIANE CASTRO FLORENCIO(OAB: 119471/MG)
Advogada DRA. NÍVEA REGINA AURELIANO CORDEIRO(OAB: 60177/MG)
AGRAVADO(S) DEISE LUCIANE GONÇALVES
Advogado DR. OSVALDO TAVARES DA SILVA JÚNIOR(OAB: 104644/MG)
Advogado DR. JAMES ANDERSON NARCISO FILHO(OAB: 120613/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BMG S.A.
- DEISE LUCIANE GONÇALVES
- PROATIVA SERVIÇOS & TELEMARKETING LTDA. - EPP

Processo Nº AIRR-0010244-96.2016.5.03.0008

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada DRA. MARIA APARECIDA FERREIRA BARROS RIBEIRO(OAB: 62852/MG)
Advogada DRA. MARLEY SILVA DA CUNHA GOMES(OAB: 74014/MG)
Advogado DR. ELOÁ DE FREITAS CARDOSO CANGUSSU(OAB: 94241/MG)
AGRAVADO(S) JEANNE MARIA DA ROCHA
Advogado DR. JOSÉ SEBASTIÃO NOGUEIRA MARQUES(OAB: 51297/MG)
AGRAVADO(S) SAVESP SEGURANÇA LTDA. - ME
Advogado DR. GABRIEL ALVES MANSUR(OAB: 146901/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- JEANNE MARIA DA ROCHA
- SAVESP SEGURANÇA LTDA. - ME

Processo Nº AIRR-0010416-58.2015.5.03.0142

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA(OAB: 90461/MG)
AGRAVADO(S) CONSÓRCIO CONSTRUCAP - ESTRUTURAL - PROJECTUS
Advogado DR. RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARAES(OAB: 158596-A/SP)
AGRAVADO(S) VINICIUS RIBEIRO RODRIGUES
Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO CONSTRUCAP - ESTRUTURAL - PROJECTUS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- VINICIUS RIBEIRO RODRIGUES

Processo Nº AIRR-0010553-91.2013.5.01.0004

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. RENATA COTRIM NACIF
AGRAVADO(S) KATIA REGINA DA SILVA MARTINS
Advogado DR. LEONARDO CAMPBELL BASTOS(OAB: 110416/RJ)
AGRAVADO(S) UNIRIO MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. ALESSANDRA PAES BARRETO SALOMÃO(OAB: 95263/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- KATIA REGINA DA SILVA MARTINS
- UNIRIO MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0010585-63.2013.5.01.0015

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB: 211648/SP)
AGRAVADO(S) MARCO ANTÔNIO FERNANDES TAVARES
Advogado DR. JOSÉ ALEUDO DE OLIVEIRA(OAB: 16376/RJ)
AGRAVADO(S) PROTEX SEGURANÇA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- MARCO ANTÔNIO FERNANDES TAVARES
- PROTEX SEGURANÇA LTDA.

Processo Nº AIRR-0011177-58.2014.5.01.0020

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. RODRIGO MEIRELES BOSISIO
AGRAVADO(S) ANA LUCIA OLIVEIRA DE ARAUJO
Advogada DRA. FLAVIA ALVES DA CORTE ANDRE(OAB: 131143/RJ)
AGRAVADO(S) VPAR LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA LUCIA OLIVEIRA DE ARAUJO
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- VPAR LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0011273-40.2015.5.03.0131

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE CONTAGEM
Procurador DR. BERNARDO VASSALLE DE CASTRO
AGRAVADO(S) JORGE EUSTÁQUIO FAGUNDES
Advogado DR. VINÍCIUS MURTA PERIM(OAB: 110791/MG)
AGRAVADO(S) NASCER & NASCER COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA, SERVIÇOS DE PORTARIA E LIMPEZA LTDA.

AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E DE URGÊNCIA DE CONTAGEM - FAMUC

Advogado DR. DAVI ÂNGELO LEITE DA SILVA(OAB: 36499/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E DE URGÊNCIA DE CONTAGEM - FAMUC

- JORGE EUSTÁQUIO FAGUNDES

- MUNICÍPIO DE CONTAGEM

- NASCER & NASCER COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA, SERVIÇOS DE PORTARIA E LIMPEZA LTDA.

Processo Nº AIRR-0011738-83.2015.5.15.0044

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Procurador DR. TIAGO SIMÕES MARTINS PADILHA

AGRAVADO(S) SILVANA DOMINGUES ESCABORA DE SOUZA

Advogado DR. RAPHAEL GUSTAVO DOS SANTOS(OAB: 254391/SP)

AGRAVADO(S) INSTITUTO ESPÍRITA NOSSO LAR

Advogado DR. ÉDER FASANELLI RODRIGUES(OAB: 174181/SP)

Advogado DR. FÁBIO ROBERTO FÁVARO(OAB: 168990/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO ESPÍRITA NOSSO LAR

- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

- SILVANA DOMINGUES ESCABORA DE SOUZA

Processo Nº AIRR-0011920-46.2013.5.18.0015

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

AGRAVANTE(S) CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

Advogado DR. EDMAR ANTÔNIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)

AGRAVANTE(S) CONSTEL CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

Advogado DR. MÁRIO CHRISTIAN PEDROSO DE OLIVEIRA(OAB: 24913/GO)

AGRAVADO(S) JOSÉ PEREIRA DA SILVA

Advogado DR. RODRIGO FONSECA(OAB: 22908/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

- CONSTEL CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

- JOSÉ PEREIRA DA SILVA

Processo Nº AIRR-0011965-13.2015.5.01.0481

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)

AGRAVADO(S) RAFAEL TAVARES DE SOUZA

Advogado DR. GUSTAVO PINHEIRO RIBEIRO(OAB: 161331/RJ)

AGRAVADO(S) BSM ENGENHARIA S.A.

Advogado DR. JACKELINE SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 184510/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSM ENGENHARIA S.A.

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

- RAFAEL TAVARES DE SOUZA

Processo Nº AIRR-0020310-39.2015.5.04.0301

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

AGRAVANTE(S) PAQUETÁ CALÇADOS LTDA.

Advogado DR. DANILO KNIJNIK(OAB: 34445-A/RS)

AGRAVADO(S) MASSA FALIDA DE VIA UNO S.A. - CALÇADOS E ACESSÓRIOS

Advogado DR. GILBERTO TRAMONTIN DE SOUZA(OAB: 29414/RS)

AGRAVADO(S) NEIDE SALETE RAMOS DE PARIS

Advogado DR. HUMBERTO LUIZ VECCHIO(OAB: 54280/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MASSA FALIDA DE VIA UNO S.A. - CALÇADOS E ACESSÓRIOS

- NEIDE SALETE RAMOS DE PARIS

- PAQUETÁ CALÇADOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0100479-02.2016.5.01.0482

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)

AGRAVADO(S) JEAN CARLOS BECKER DOS SANTOS

Advogado DR. LORRAN DE CAMPOS CONCEIÇÃO(OAB: 181031/RJ)

AGRAVADO(S) PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.

Advogado DR. MARIANO CARVALHO MORALES(OAB: 107083/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JEAN CARLOS BECKER DOS SANTOS

- PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0100730-20.2016.5.01.0482

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)

AGRAVADO(S) MESSIAS PRESTES MONTEIRO

Advogada DRA. NAIRA REGINA MOLINA DA SILVA(OAB: 90521/RJ)

AGRAVADO(S) BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado DR. JOÃO PEDRO EYLER PÓVOA(OAB: 88922/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

- MESSIAS PRESTES MONTEIRO

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-1000139-88.2017.5.02.0702

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

AGRAVANTE(S) CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA DO BRASIL - CNA

Advogado DR. MANOEL RODRIGUES LOURENÇO FILHO(OAB: 208128/SP)

AGRAVADO(S) SANTANDER ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA DO BRASIL - CNA

- SANTANDER ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

Processo Nº RR-0000672-82.2013.5.04.0012

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

RECORRENTE(S) GRÊMIO FOOTBALL PORTOALEGRENSE

Advogada DRA. MONICA CANELLAS ROSSI(OAB: 28359-S/RS)

Advogado DR. BENONI CANELLAS ROSSI(OAB: 43026-A/RS)

Advogada DRA. CELIANA SURIS SIMOES PIRES(OAB: 47117-A/RS)

RECORRENTE(S) CONSTRUTORA OAS S.A.

Advogado DR. JÚLIO CÉSAR GOULART LANES(OAB: 46648/RS)

Advogada DRA. CLARISSE DE SOUZA ROZALES(OAB: 56479/RS)

RECORRIDO(S) JÚLIA MARI DA SILVA

Advogada DRA. GRASIELA CERVIERI PÊS(OAB: 62366/RS)

RECORRIDO(S) PLANER AR CONDICIONADO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA OAS S.A.

- GRÊMIO FOOTBALL PORTOALEGRENSE

- JÚLIA MARI DA SILVA

- PLANER AR CONDICIONADO LTDA.

Processo Nº RR-0000870-97.2017.5.10.0017

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

RECORRENTE(S) GIVANILDO DE SOUSA RODRIGUES

Advogado DR. RICARDO AMARAL(OAB: 21269/DF)

RECORRIDO(S) COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

Advogado DR. CLAUDIA PIGNATA ALVES TERTULIANO(OAB: 34477/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

- GIVANILDO DE SOUSA RODRIGUES

Processo Nº RR-0000871-24.2017.5.10.0004

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

RECORRENTE(S) GERALDO TAVARES

Advogado DR. RICARDO AMARAL(OAB: 21269/DF)

RECORRIDO(S) COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

Advogada DRA. CÁSSIA KELLY DOS SANTOS BARCELOS(OAB: 44747/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

- GERALDO TAVARES

Processo Nº RR-0000919-29.2017.5.10.0021

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

RECORRENTE(S) FRANCISCO VITAL DE SENA

Advogada DRA. CRISTIANNE RODRIGUES DO AMARAL(OAB: 43227/DF)

RECORRIDO(S) COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

Advogada DRA. LORENA FERNANDA FERNANDES SILVA(OAB: 43840/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

- FRANCISCO VITAL DE SENA

Processo Nº RR-0001958-67.2014.5.02.0028

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

RECORRENTE(S) TIAGO BIANCHINI FIDALGO

Advogado DR. ADAIR FERREIRA DOS SANTOS(OAB: 90935/SP)

RECORRIDO(S) COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

Advogada DRA. MARIA EDUARDA FERREIRA RIBEIRO DO VALLE GARCIA(OAB: 49457/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

- TIAGO BIANCHINI FIDALGO

Processo Nº RR-0046985-07.2009.5.12.0049

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

RECORRENTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado DR. JOSÉ VERCÍ CORRÊA(OAB: 9976/SC)

RECORRIDO(S) LUIZ ANTÔNIO RIBEIRO

Advogado DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA(OAB: 25005-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.

- LUIZ ANTÔNIO RIBEIRO

Processo Nº RR-0046986-89.2009.5.12.0049

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

RECORRENTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado DR. LEONARDO GAULAND MAGALHÃES BORTOLUZZI(OAB: 18056/DF)

Advogado DR. IGOR D'MOURA CAVALCANTE(OAB: 24343/GO)

RECORRIDO(S) LUIZ ANTÔNIO RIBEIRO

Advogado DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA(OAB: 25005-A/SC)

RECORRIDO(S) UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- LUIZ ANTÔNIO RIBEIRO
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº RR-1001203-59.2015.5.02.0232

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

RECORRENTE(S) SONDA SUPERMERCADOS EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO S.A.

Advogado DR. JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES JÚNIOR(OAB: 69835/SP)

RECORRIDO(S) EVILIN CRHISTIN DE CAMARGO SANTI

Advogado DR. CRISTIAN VINÍCIUS MENCK DOS SANTOS(OAB: 170245/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EVILIN CRHISTIN DE CAMARGO SANTI
- SONDA SUPERMERCADOS EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO S.A.

Processo Nº Ag-ARR-0000624-38.2016.5.10.0017

Relator MIN. BRENO MEDEIROS

AGRAVANTE(S) CARLOS EDUARDO LOPES PINTO

Advogado DR. ROGÉRIO MARTINS DE LIMA(OAB: 43271/DF)

AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado DR. MOISÉS VOGT(OAB: 30215/RS)

Advogada DRA. MARIA TERESA BARBOSA CAMPELO DE MELO(OAB: 31558/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CARLOS EDUARDO LOPES PINTO

Processo Nº Ag-AIRR-0000628-59.2017.5.10.0011

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

Advogado DR. ROBINSON PORTO ALMEIDA(OAB: 47209/DF)

AGRAVADO(S) EURÍPEDES BATISTA OLIVEIRA

Advogado DR. RICARDO PINTO DO AMARAL(OAB: 21269/DF)

Advogada DRA. CRISTIANNE RODRIGUES DO AMARAL(OAB: 43227/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
- EURÍPEDES BATISTA OLIVEIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0000731-64.2014.5.05.0026

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

AGRAVANTE(S) ALEX SANDRE DE VASCONCELLOS VALENTE

Advogado DR. ANDERSON LEONARDO CUNHA DE JESUS(OAB: 26951/BA)

AGRAVADO(S) TRANSPORTES DOIS DE JULHO LTDA.

Advogado DR. IVAN LUIZ MOREIRA DE SOUZA BASTOS(OAB: 11607/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEX SANDRE DE VASCONCELLOS VALENTE

- TRANSPORTES DOIS DE JULHO LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0001173-66.2016.5.10.0011

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

AGRAVANTE(S) ATENTO BRASIL S.A.

Advogado DR. DANIEL BATTIPAGLIA SGAI(OAB: 214918-A/SP)

AGRAVADO(S) MARCELLE SANTOS DE SOUSA

Advogado DR. ROVILSON XAVIER PACHÊCO(OAB: 33314/DF)

AGRAVADO(S) TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Advogado DR. CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20014/DF)

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)

AGRAVADO(S) MDF MÓVEIS LTDA.

Advogado DR. LAÍZA DOS SANTOS SILVA(OAB: 28618/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- MARCELLE SANTOS DE SOUSA
- MDF MÓVEIS LTDA.
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0001199-44.2012.5.06.0002

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

AGRAVANTE(S) LIQ CORP S.A.

Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760/DF)

Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)

AGRAVADO(S) ANNA KAROLINA VIEIRA DE MELO E SOUZA

Advogado DR. ERWIN HERBERT FRIEDHEIM NETO(OAB: 14975/PE)

Advogado DR. RAFAEL BARBOSA VALENÇA CALÁBRIA(OAB: 21804/PE)

AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A. E OUTRO

Advogado DR. ÁLVARO VAN DER LEY LIMA NETO(OAB: 15657/PE)

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANNA KAROLINA VIEIRA DE MELO E SOUZA
- ITAÚ UNIBANCO S.A. E OUTRO
- LIQ CORP S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0011102-54.2013.5.03.0131

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

AGRAVANTE(S) VULCABELT COMERCIO E SERVICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI

Advogado DR. AGUIAR RESENDE DE OLIVEIRA(OAB: 39852/MG)

AGRAVADO(S) MICHEL ALMEIDA LIMA

Advogada DRA. SÉRGIO CÉSAR AMARAL LEITE(OAB: 106781/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MICHEL ALMEIDA LIMA
- VULCABELT COMERCIO E SERVICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI

Processo Nº Ag-RR-1000590-60.2015.5.02.0322

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A. - PROGUARU
Advogado DR. RODRIGO BORGES(OAB: 286339/SP)
AGRAVADO(S) JOSÉ CARLOS SILVA
Advogado DR. BENEDITO JOSÉ DE SOUZA(OAB: 64464/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ CARLOS SILVA
- PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A. - PROGUARU

Processo Nº ARR-0020413-80.2014.5.04.0301

Relator MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) PAQUETÁ CALÇADOS LTDA.
Advogado DR. DANILO KNIJNIK(OAB: 34445-A/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) LEONI BORRE
Advogado DR. HUMBERTO LUIZ VECCHIO(OAB: 54280/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) MASSA FALIDA DE VIA UNO S.A. - CALÇADOS E ACESSÓRIOS
Advogado DR. GILBERTO TRAMONTIN DE SOUZA(OAB: 29414/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEONI BORRE
- MASSA FALIDA DE VIA UNO S.A. - CALÇADOS E ACESSÓRIOS
- PAQUETÁ CALÇADOS LTDA.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados na sessão a que se referem ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova publicação. Os Recursos de Revista decorrentes do provimento de Agravos de Instrumento constantes da presente pauta serão julgados na Sessão imediatamente subsequente.

ALEX DA SILVA NASCIMENTO
Secretário da 5ª Turma

**Secretaria da Sexta Turma
Despacho**

Processo Nº AIRR-0001407-42.2011.5.03.0068

Complemento Processo Eletrônico
Relator Desemb. Convocada Cilene Ferreira Amaro Santos
Agravante CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
Advogada Dra. Denise Maria Freire Reis Mundim(OAB: 40999/MG)
Advogado Dr. Luís Gustavo Reis Mundim(OAB: 157259/MG)
Agravado RICARDO MARUM
Advogado Dr. Bruno de Castro Almeida(OAB: 124024/MG)
Agravado BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado Dr. Sérgio Túlio de Barcelos(OAB: 44698/MG)
Advogado Dr. Marcelo Vicente de Alkmim Pimenta(OAB: 62949/MG)
Advogado Dr. Renato do Espírito Santo Rodrigues(OAB: 91742/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
- RICARDO MARUM

Nos termos do art. 896-A da CLT (Lei 13.467/2017), incumbe ao Tribunal Superior do Trabalho o exame prévio da causa objeto do recurso de revista, com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

De acordo com o art. 246 do Regimento Interno do c. TST, o exame da transcendência incide nos recursos de revista interpostos contra decisão de TRT publicada a partir de 11/11/2017, caso dos autos, em que a decisão regional foi publicada em 16/03/2018.

**TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA TRAZIDA EM RECURSO DE REVISTA - EXAME PRÉVIO
NULIDADE DO V. ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

Embora sustente a nulidade do v. acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, verifica-se não terem sido opostos embargos de declaração da referida decisão. Nesse sentido, tendo havido a preclusão (Súmulas 184 e 297, II, do c. TST) quanto ao saneamento de eventuais vícios no julgado, não há transcendência econômica, política, social ou jurídica a ser reconhecida.

EXECUÇÃO. CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. COMPOSIÇÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL. GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL. BENEFÍCIOS ESPECIAIS.

A matéria se refere à pretensão da primeira executada de que seja determinada a reanálise dos cálculos homologados quanto à composição da remuneração mensal, gratificação semestral e benefícios especiais. Sustenta a recorrente que houve violação da coisa julgada material, uma vez que o expert teria aplicado uma metodologia estranha à prevista no estatuto e, conseqüentemente, estranha ao comando exequendo.

Entendeu o eg. TRT que, em obediência aos limites da coisa julgada, a decisão exequenda deve ser liquidada nos exatos termos em que foi proferida. Registrou que foram observadas, em todos os seus aspectos, as regras estabelecidas pelo Estatuto de 1967, vigente à época da admissão do exequente, inclusive para os fins de atualização monetária dos proventos de aposentadoria.

De tal modo, na análise da causa, não se vislumbra transcendência a ser reconhecida:

Transcendência econômica - não se afigura debate que conduza a conclusão de que há valores pecuniários de excessiva monta no presente processo. Trata-se de execução, o que deve obediência aos limites do título executivo;

b) Transcendência política - não se verifica decisão contrária a súmula do TST ou do STF, na medida em que se trata de interpretação do título executivo pelo Tribunal Regional e dos limites da coisa julgada;

c) Transcendência social - não se verifica causa contida no Recurso de Revista, atrelada à pretensão de Reclamante/Recorrente, quanto

a direito social constitucionalmente assegurado;

d) Transcendência jurídica - as matérias debatidas não trazem novidade para o fim de elevar o exame do tema em torno da interpretação da legislação trabalhista.

DECIDO:

Não reconhecida a transcendência da causa, recuso o agravo de instrumento e determino a baixa dos autos, nos termos do § 5º do art. 896-A da CLT.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

CILENE FERREIRA AMARO SANTOS

Desembargadora Convocada Relatora

Secretaria da Sétima Turma Despacho

Processo Nº RR-0001564-80.2011.5.02.0023

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Ubirajara Carlos Mendes
Recorrente	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Eduardo Watanabe
Procurador	Dr. Melissa Gehre Galvão
Procuradora	Dra. Sandra Sordi
Recorrido	SWISSPORT BRASIL LTDA
Advogado	Dr. Oswaldo Sant'Anna(OAB: 10905/SP)
Advogada	Dra. Fernanda Albano Tomazi(OAB: 261620/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- SWISSPORT BRASIL LTDA

- UNIÃO (PGU)

O caso em análise envolve, na essência, o cumprimento da denominada "Lei de Cotas", tema dos mais importantes, considerando o direito de igualdade de oportunidades, assegurado desde a Convenção da ONU dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional.

Com o objetivo de tentar, juntamente com as partes envolvidas, solução conciliatória, adoto as seguintes providências:

1. designo o dia 12 de março de 2019, às 14h, para a realização de audiência;

2. nomeio como amicus curiae o Sr. Haruo Ishikawa, Vice-Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo, considerando a vasta experiência daquela Entidade no desenvolvimento de ações voltadas à inclusão de trabalhadores com deficiência na atividade de construção civil;

3. determino: a) sejam intimados para comparecimento à audiência, além das partes: um representante da empresa INFRAERO e das demais empresas administradoras dos aeroportos de Guarulhos, Congonhas e Viracopos; b) sejam convidados: um representante do Ministério Público do Trabalho; um representante da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR); um representante da Secretaria dos Direitos da Pessoa

com Deficiência do Estado de São Paulo; um representante da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Governo Federal; um representante do Sindicato Nacional dos Aeroviários e um representante do Sindicato dos Aeroviários de Guarulhos. Remetam-se os autos ao NUPEC para as providências cabíveis. Após a realização da referida audiência, retornem os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

CLÁUDIO BRANDÃO

Ministro Relator

Secretaria da Oitava Turma Decisão Monocrática Republicação de despacho

PROCESSO Nº TST-AIRR-10092-23.2013.5.01.0036

Agravante: **KALINDA DO BRASIL LOCAÇÃO, TRANSPORTES E TURISMO LTDA.**

Advogado : Dr. José Cláudio Paes da Costa

Advogado : Rogério Portella Paim

Agravado : **LUCIANO FERNANDES DE PAIVA** Advogado : Dr.

Márcio Salgado Generoso

Agravada : **ABOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA.**

Advogado : Dr. Roberto Trigueiro Fontes

GMDMC/Am/Vb/rv/th

DECISÃO

1. RELATÓRIO

A Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, por meio da decisão de fls. 365/366, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela primeira reclamada (Kalinda do Brasil Locação, Transportes e Turismo Ltda.), por considerar não atendido o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

Inconformada, a primeira reclamada interpôs o presente agravo de instrumento, alegando que a sua revista deve ser admitida (fls. 369/371).

O reclamante apresentou contrarrazões e contraminuta às fls.

377/385 e 386/389.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do RITST.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O agravo é tempestivo e tem representação e preparo regulares.

Entretanto, o presente agravo não tem o condão de destrancar

o recurso de revista, devendo a decisão agravada ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

Com efeito, a Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, como lhe faculta o art. 896, § 1º, da CLT, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela primeira reclamada, por considerar não atendido o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, conforme demonstra a decisão a seguir transcrita:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Tempestividade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Preparo/Deserção / Depósito Recursal.

Insurge-se a recorrente em face da decisão regional que não conheceu de seu recurso por intempestivo e deserto.

A Lei 13.015/2014, aplicável aos recursos interpostos das decisões publicadas a partir de 22/09/2014 (consoante interpretação do TST estampada no artigo 1º do Ato 491/SEGJUD.GP), inseriu o §1º-A no artigo

896 da CLT, com a seguinte redação: "Art. 896. (...) "

§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (g.n.)

Diante deste contexto, não podem ser admitidos recursos cujas razões não indiquem o "trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia", que não apontem de forma "explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do TST" que conflite com a decisão regional ou que não contenham impugnação de todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, com demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

No caso em apreço, em relação aos temas acima, não cuidou a parte recorrente de cumprir o disposto no inciso I do referido artigo,

deixando de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista.

Em razão do exposto, não há como se admitir o apelo, no particular, face a patente deficiência de fundamentação.

CONCLUSÃO

NEGO seguimento ao recurso de revista." (fls. 365/366)

A decisão agravada não merece reparos.

Ocorre que, nos termos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, "*indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista*".

E, de acordo com o entendimento da 8ª Turma desta Corte Superior, a parte recorrente satisfaz os requisitos insculpidos pelo comando consolidado suso mencionado se transcrever a ementa, o inteiro teor ou o trecho pertinente do acórdão regional, o que não foi observado pela agravante, consoante se verifica das razões do recurso de revista de fls.

355/359.

3. CONCLUSÃO

Pelo exposto, com fundamento nos arts. 896, § 14, da CLT, 932, III, do CPC e 118, X, do RITST, **denego seguimento** ao agravo de instrumento, em face do óbice preconizado pelo art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

Publique-se.

Brasília, 12 de dezembro de 2017.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001) **DORA MARIA DA**

COSTA Ministra Relatora

Anexos
Anexo 1: Download

Despacho

Processo Nº AIRR-0001060-78.2016.5.08.0105

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Agravante	DIANA HELENA MORAIS ALBUQUERQUE
Advogado	Dr. Daniel Dacier Lobato Sa Pereira(OAB: 15494-A/PA)
Agravado	EDVALDO FARIAS DA COSTA
Advogado	Dr. Augusto de Jesus dos Santos Reis(OAB: 7522/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIANA HELENA MORAIS ALBUQUERQUE
- EDVALDO FARIAS DA COSTA

Considerando o disposto no art. 3º, § 1º, do Ato 713/ SEGJUD.GP, de 26/10/12, fica a agravante intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, esclarecer a divergência existente entre o nome constante na petição 365457/2019-2 (DIANA HELENA MORAIS ALBUQUERQUE) e aquele correspondente ao número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas da Receita Federal do Brasil (DIANA HELENA MORAIS ALBUQUERQUE COELHO).

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

REGINALDO DE OZEDA ALA

Secretário da 8ª Turma

Processo Nº ED-AIRR-0002554-29.2012.5.18.0011

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Embargante	DISQUE REMÉDIO LTDA. E OUTRO
Advogado	Dr. Márcio Messias Cunha(OAB: 13955/GO)
Advogado	Dr. Wesley Batista e Souza(OAB: 22677/GO)
Embargado(a)	LINDOMAR BATISTA SOARES
Advogado	Dr. Glenda de Carvalho Wanderley(OAB: 29181/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- DISQUE REMÉDIO LTDA. E OUTRO
- LINDOMAR BATISTA SOARES

Considerando o disposto no art. 3º, § 1º, do Ato 713/ SEGJUD. GP, de 26/10/12, fica o embargante (DISQUE REMÉDIO LTDA) intimado para, no prazo de 5 (cinco) dias, esclarecer a divergência existente entre a denominação social constante dos registros do processo e aquela correspondente ao número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

REGINALDO DE OZEDA ALA

Secretário da 8ª Turma

Processo Nº AIRR-0010092-23.2013.5.01.0036

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	KALINDA DO BRASIL LOCAÇÃO, TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
Advogado	Dr. José Cláudio Paes da Costa(OAB: 14124/RJ)
Advogado	Dr. Rogério Portella Paim(OAB: 73445/RJ)
Agravado	LUCIANO FERNANDES DE PAIVA
Advogado	Dr. Márcio Salgado Generoso(OAB: 122016/RJ)

Agravado

ABOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA.

Advogado

Dr. Roberto Trigueiro Fontes(OAB: 150097/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA.
- KALINDA DO BRASIL LOCAÇÃO, TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
- LUCIANO FERNANDES DE PAIVA

Por meio da decisão monocrática de fls. 1/3 (seq. nº 4) deneguei seguimento ao agravo de instrumento em recurso de revista interposto pela primeira reclamada, Kalinda do Brasil Locação, Transportes e Turismo Ltda., com fulcro no art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

Remetidos os autos à origem (fl. 1 - seq. nº 7), a primeira reclamada peticionou nos autos postulando que o feito seja chamado à ordem, no sentido de que sejam anulados todos os atos posteriores à decisão proferida no agravo de instrumento, tendo em vista que não teria constado da respectiva intimação o nome do seu atual advogado, consoante procurações juntadas aos autos, fazendo-se necessário, por conseguinte, a regular intimação e a devolução do prazo recursal (fl. 8 - seq. nº 9).

Ora, consoante se verifica dos autos, não obstante a primeira procuração juntada aos autos pela primeira reclamada conferia poderes ao causídico Dr. José Cláudio Paes da Costa (fl. 83 - seq. nº 1), o qual subscreveu a contestação (fl. 107 - seq. nº 1) e inclusive participou da audiência (fl. 207 - seq. nº 1), observa-se que o referido patrono renunciou aos poderes que lhe haviam sido outorgados pelo referido instrumento de mandato (fl. 211 e 212 - seq. nº 1), tendo sido, posteriormente, constituído pela primeira reclamada novo advogado, consoante se verifica às fls. 286/287, 304 e 305 (seq. nº 1), qual seja o Dr. Rogério Portella Paim, o qual subscreve o presente pedido, bem como subscreveu as razões do recurso de revista e do respectivo agravo de instrumento.

Por conseguinte, tendo a agravante sido intimada da decisão proferida no agravo de instrumento, em nome de advogado que já não a representava, determino:

- a) a retificação dos autos no sentido de constar como patrono da recorrente o Dr. Rogério Portella Paim; e
- b) seja procedida nova publicação da decisão de fls. 1/3 (seq. nº 4), com restituição do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

Dora Maria da Costa

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000035-67.2010.5.04.0811

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Agravado	FRIGORÍFICO MERCOSUL S.A.
Advogado	Dr. Potira Kluwe Costa Pereira(OAB: 52513/RS)
Agravante e Agravado	MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
Advogado	Dr. Benedicto Celso Benício Júnior(OAB: 131896/SP)
Agravado	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE BAGÉ

Advogado Dr. Álvaro Luiz Pimenta Meira(OAB: 19788/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRIGORÍFICO MERCOSUL S.A.
- MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE BAGE

Considerando o disposto no art. 3º, § 1º, do Ato 713/ SEGJUD.GP, de 26/10/12, fica a MFB MARFRIG FRIGORÍFICOS BRASIL S.A. intimado para, no prazo de 5 (cinco) dias, esclarecer a divergência existente entre a denominação social constante dos registros do processo e aquela correspondente ao número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
REGINALDO DE OZEDA ALA
Secretário da 8ª Turma

Pauta

Aditamento à Pauta

Aditamento à Pauta de Julgamento para a 4a. Sessão Ordinária da 8ª Turma do dia 27 de fevereiro de 2019 às 09h00

Processo Nº AIRR-0000003-53.2015.5.19.0008

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) BRF S.A.
Advogado DR. RICARDO DE CASTRO E SILVA DALLE(OAB: 23679/PE)
Advogado DR. EDUARDO PORTO CARREIRO COELHO CAVALCANTI(OAB: 23546/PE)
AGRAVADO(S) NIEDSON DOS SANTOS
Advogado DR. JORGE LAMENHA LINS NETO(OAB: 2940/AL)
AGRAVADO(S) BOMPREGO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA.
Advogado DR. ANDRÉ LUÍS TORRES PESSOA(OAB: 19503-A/BA)
Advogado DR. BRUNA RIBEIRO AMORIM DA SILVA(OAB: 8992-A/AL)
Advogado DR. IGOR TEIXEIRA SANTOS(OAB: 35687-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BOMPREGO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA.
- BRF S.A.
- NIEDSON DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0000003-69.2015.5.01.0003

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BRIKEN LTDA
Advogada DRA. TAYANA SAMPAIO DE SOUZA REIS(OAB: 142599-A/RJ)
AGRAVADO(S) MANOEL LAURENTINO NEVES DE OLIVEIRA
Advogada DRA. ROSÂNGELA GERMANO OLIVEIRA(OAB: 83063/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRIKEN LTDA
- MANOEL LAURENTINO NEVES DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0000005-29.2017.5.12.0014

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JOÃO AMARILDO ZOTTO
Advogado DR. JHONATTAN MARCELINO DA SILVEIRA(OAB: 45909-A/SC)
Advogada DRA. DAIANE JONIKAITES(OAB: 41024/SC)
AGRAVADO(S) CIA DE CIMENTO ITAMBÉ
Advogado DR. LUÍS ALBERTO GONÇALVES GOMES COELHO(OAB: 36491/PR)
Advogado DR. HÉLIO GOMES COELHO JUNIOR(OAB: 3952/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CIA DE CIMENTO ITAMBÉ
- JOÃO AMARILDO ZOTTO

Processo Nº AIRR-0000008-02.2017.5.21.0024

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) ANDELÍCIO SALES SARAIVA
Advogado DR. LUIZ ANTÔNIO GREGÓRIO BARRETO(OAB: 10213/RN)
AGRAVADO(S) UNIÃO (PGF)
AGRAVADO(S) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Procuradora DRA. TILI STORACE DE CARVALHO AROUCA
AGRAVADO(S) GARRA VIGILÂNCIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDELÍCIO SALES SARAIVA
- GARRA VIGILÂNCIA LTDA.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº AIRR-0000008-21.2017.5.05.0194

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PIRELLI PNEUS LTDA.
Advogada DRA. ANA ELIZA RAMOS SANDOVAL(OAB: 15272-A/BA)
AGRAVADO(S) ISAIAS SOUZA BRITO
Advogado DR. MATHEUS COSTA PEREIRA(OAB: 17123/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ISAIAS SOUZA BRITO
- PIRELLI PNEUS LTDA.

Processo Nº AIRR-0000016-68.2017.5.23.0041

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CONSORCIO J MALUCELLI - CR ALMEIDA
Advogado DR. DIOGO FADEL BRAZ(OAB: 20696/PR)
Advogado DR. TOBIAS DE MACEDO(OAB: 21667/PR)
AGRAVADO(S) DAVI MATOSO DA SILVA
Advogado DR. EDILSON GOULART(OAB: 18669/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSORCIO J MALUCELLI - CR ALMEIDA
- DAVI MATOSO DA SILVA

Processo Nº AIRR-0000021-56.2018.5.11.0052

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ESTADO DE RORAIMA
Procuradora DRA. ALINE DE SOUZA RIBEIRO
AGRAVADO(S) NAYARA MOURA DE ALBUQUERQUE
Advogado DR. JORGE KENNEDY DA ROCHA RODRIGUES(OAB: 1033-A/RR)
AGRAVADO(S) PASSOS RAVEDUTTI COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
Advogada DRA. NATÁLIA OLIVEIRA CARVALHO DE FREITAS CORREA(OAB: 336-B/RR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE RORAIMA
- NAYARA MOURA DE ALBUQUERQUE
- PASSOS RAVEDUTTI COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº AIRR-000023-45.2018.5.09.0872

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CAMILA TALITA ROMUALDO DE OLIVEIRA GUESSO
Advogado DR. CÉSAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE(OAB: 17523/PR)
AGRAVADO(S) COMÉRCIO DE CONFECÇÕES SCARDELATO LTDA.
Advogado DR. EDMUNDO MANOEL SANTANA(OAB: 31308/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMILA TALITA ROMUALDO DE OLIVEIRA GUESSO
- COMÉRCIO DE CONFECÇÕES SCARDELATO LTDA.

Processo Nº AIRR-000027-58.2016.5.05.0001

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 24290/BA)
AGRAVADO(S) ELIANA NUNES SALES
Advogado DR. LAUDICÉIA MORELLI HEIDERICH DE AGUIAR(OAB: 26228/BA)
AGRAVADO(S) FAE 3 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANA NUNES SALES
- FAE 3 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Processo Nº AIRR-000034-67.2014.5.05.0018

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)
AGRAVADO(S) UALISSON DA CONCEIÇÃO VIANA
Advogado DR. RICARDO CARIBÉ TEIXEIRA DE FREITAS(OAB: 17889/BA)
AGRAVADO(S) BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado DR. ANTÔNIO BRAZ DA SILVA(OAB: 25998/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- UALISSON DA CONCEIÇÃO VIANA

Processo Nº AIRR-000044-19.2016.5.06.0017

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MOISÉS SAULO DA ROCHA BARBOSA
Advogado DR. FRANCISCO RODRIGUES MELO(OAB: 26791/PE)
AGRAVADO(S) PAQUETÁ CALÇADOS LTDA. E OUTRA
Advogada DRA. MARIA IMACULADA GORDIANO BARBOSA(OAB: 8667/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- MOISÉS SAULO DA ROCHA BARBOSA
- PAQUETÁ CALÇADOS LTDA. E OUTRA

Processo Nº AIRR-000045-61.2016.5.05.0007

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS
Procurador DR. BRENO BARRETO MOREIRA DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S) SHEYLA NONATO RIBAS DOS SANTOS
Advogado DR. MARIA LUÍSA PINHO MEDAUAR(OAB: 20292/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS
- SHEYLA NONATO RIBAS DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-000049-59.2016.5.06.0011

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada DRA. MARÍLIA DE LOURDES LIMA DOS SANTOS(OAB: 27916/PE)
AGRAVADO(S) ROSALVA MARCIA DA SILVA
Advogado DR. GUSTAVO ANDRÉ BARROS(OAB: 20720/PE)
AGRAVADO(S) EXTRELIMP TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
Advogada DRA. MARIA DO SOCORRO DE CARVALHO OLIVEIRA(OAB: 19996/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- EXTRELIMP TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
- ROSALVA MARCIA DA SILVA

Processo Nº AIRR-0000100-10.2015.5.09.0662

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ZARA BRASIL LTDA.
Advogado DR. ARNALDO PIPEK(OAB: 113878/SP)
AGRAVADO(S) MARILEZ FURLAN DA SILVA
Advogado DR. VINÍCIUS AUGUSTO LUCENA RIBEIRO(OAB: 49871/PR)
AGRAVADO(S) SARANDI VEST CONFECÇÕES LTDA. - ME
AGRAVADO(S) MARINGÁ VEST CONFECÇÕES LTDA. - ME
AGRAVADO(S) QUALITY ACABAMENTOS E PASSADORIA LTDA. - ME
AGRAVADO(S) I.D. VICENTE CONFECÇÕES - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- I.D. VICENTE CONFECÇÕES - ME

- MARILEZ FURLAN DA SILVA
- MARINGÁ VEST CONFECÇÕES LTDA. - ME
- QUALITY ACABAMENTOS E PASSADORIA LTDA. - ME
- SARANDI VEST CONFECÇÕES LTDA. - ME
- ZARA BRASIL LTDA.

Processo Nº AIRR-0000107-44.2013.5.22.0101

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE COCAL
Advogada DRA. MAIRA CASTELO BRANCO LEITE(OAB: 3276/PI)
AGRAVADO(S) JOÃO SOARES DA SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- JOÃO SOARES DA SILVA
- MUNICÍPIO DE COCAL

Processo Nº AIRR-0000108-93.2017.5.08.0128

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JOÃO DA CONCEIÇÃO FERREIRA
Advogado DR. LISIANE PETRY PEDRO(OAB: 20317-B/PA)
Advogado DR. DANIELLA SCHMIDT SILVEIRA MARQUES(OAB: 13210/PA)
AGRAVADO(S) SIDEPAR - SIDERÚRGICA DO PARÁ S.A.
Advogado DR. MARINALVA SILVA ALVES DE LIMA(OAB: 152943/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOÃO DA CONCEIÇÃO FERREIRA
- SIDEPAR - SIDERÚRGICA DO PARÁ S.A.

Processo Nº AIRR-0000145-20.2015.5.05.0017

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BAHIA HOME CARE SERVIÇOS MÉDICOS DOMICILIARES LTDA.
Advogada DRA. ANA ELIZA RAMOS SANDOVAL(OAB: 15272/BA)
AGRAVADO(S) ELAINE CRISTINA ALCÂNTARA SOUZA
Advogado DR. SÉRGIO SOUZA MATOS(OAB: 15344/BA)
AGRAVADO(S) SAUDECOOP - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE - BA

Intimado(s)/Citado(s):

- BAHIA HOME CARE SERVIÇOS MÉDICOS DOMICILIARES LTDA.
- ELAINE CRISTINA ALCÂNTARA SOUZA
- SAUDECOOP - COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE - BA

Processo Nº AIRR-0000159-17.2017.5.14.0006

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
Advogada DRA. THALINE ANGÉLICA DE LIMA(OAB: 7196-A/RO)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) VOITH HYDRO SERVICES LTDA.
Advogado DR. MARIANA LIMA MARTINS(OAB: 263158/SP)
AGRAVADO(S) ROSEMBERG VASCONCELOS DE JESUS
Advogado DR. GABRIEL ELIAS BICHARA(OAB: 6905/RO)

AGRAVADO(S) REALIZA RH SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. - EPP
Advogado DR. FRANCISCO ROGÉRIO DA COSTA MARQUES(OAB: 5773/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- REALIZA RH SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. - EPP
- ROSEMBERG VASCONCELOS DE JESUS
- SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
- VOITH HYDRO SERVICES LTDA.

Processo Nº AIRR-0000181-65.2015.5.06.0007

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) DAVID MICHEL RIBEIRO DA SILVA
Advogado DR. DIÉGO FILLIPE MOREIRA ALVES(OAB: 31102/PE)
AGRAVADO(S) VICIU'S PIZZARIA LTDA. - ME
Advogado DR. DANIEL GEORGE DE BARROS MACEDO(OAB: 21041/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- DAVID MICHEL RIBEIRO DA SILVA
- VICIU'S PIZZARIA LTDA. - ME

Processo Nº AIRR-0000184-67.2017.5.09.0071

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.
Advogado DR. SÉRGIO LUIZ DA ROCHA POMBO(OAB: 18933/PR)
AGRAVADO(S) ROSANE OS EMER
Advogado DR. JEANDRÉ CLAYEBER CASTELON(OAB: 36563/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.
- ROSANE OS EMER

Processo Nº AIRR-0000205-66.2018.5.12.0025

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JOSIELE DA SILVA DE OLIVEIRA
Advogada DRA. THAINÁ CRISTINA BEAL(OAB: 32568/SC)
Advogada DRA. RENATA THAÍS BRANDALIZE(OAB: 43628/SC)
AGRAVADO(S) RAFITEC S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SACARIAS
Advogado DR. VALDIR ANTÔNIO IEISBICK(OAB: 3362/SC)
Advogado DR. ANDERSON PIAESKI(OAB: 27494/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSIELE DA SILVA DE OLIVEIRA
- RAFITEC S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SACARIAS

Processo Nº AIRR-0000207-76.2016.5.11.0011

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ZINATO JUCA RODRIGUES
Advogado DR. BELMIRO CÉSAR FERNANDES TROTTA TELLES(OAB: 26312/PR)
AGRAVADO(S) ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO DE MANAUS - OGMO
Advogado DR. JORGE LUIS REIS DE OLIVEIRA(OAB: 6866/AM)

AGRAVADO(S) SUPER TERMINAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
Advogado DR. NATAN DE SOUSA LIMA JUNIOR(OAB: 277311/SP)
AGRAVADO(S) CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
Advogado DR. ALDEMIR PEREIRA BRASIL NETO(OAB: 5642/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
- SUPER TERMINAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
- ZINATO JUCA RODRIGUES
- ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO DE MANAUS - OGMO

Processo Nº AIRR-0000229-60.2010.5.04.0005

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. RODRIGO FERNANDES DE MARTINO(OAB: 43196/RS)
AGRAVADO(S) NILTON KRIEGER
Advogado DR. ROGÉRIO FERREIRA BORGES(OAB: 16279/DF)
AGRAVADO(S) CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
Advogado DR. JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA(OAB: 99221-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
- NILTON KRIEGER

Processo Nº AIRR-0000251-60.2017.5.08.0006

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) LOPES SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA. - ME
Advogado DR. ALISSON ALMEIDA DE OLIVEIRA(OAB: 21836/PA)
AGRAVADO(S) SANDY ALMEIDA DOS SANTOS
Advogada DRA. GISELLE CASTILHO MAIA(OAB: 22983/PA)
Advogado DR. LINDMAN ANDERSON GUIMARÃES DE OLIVEIRA FILHO(OAB: 24856/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- LOPES SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA. - ME
- SANDY ALMEIDA DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0000255-44.2017.5.14.0002

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado DR. HEMANUELE FABYANA DOS ANJOS FERRO(OAB: 2469/RO)
AGRAVADO(S) ALESSANDRO DOS SANTOS BASTOS
Advogado DR. UELITON FELIPE AZEVEDO DE OLIVEIRA(OAB: 5176/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALESSANDRO DOS SANTOS BASTOS

- ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Processo Nº AIRR-0000260-57.2017.5.12.0023

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE
Advogado DR. CARLOS CARMELO BALARÓ(OAB: 102778/SP)
AGRAVADO(S) ANDRÉA LOISE FERREIRA
Advogado DR. WOLMAR ALEXANDRE ANTUNES GIUSTI(OAB: 10626/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRÉA LOISE FERREIRA
- SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Processo Nº AIRR-0000281-34.2014.5.11.0001

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado DR. SYLVIO GARCEZ JÚNIOR(OAB: 7510/BA)
AGRAVADO(S) MARCELO WILLIAM DE OLIVEIRA
Advogado DR. ALINE MARIA PEREIRA MENDONÇA(OAB: 3242-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCELO WILLIAM DE OLIVEIRA
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

Processo Nº AIRR-0000291-92.2012.5.04.0761

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) BRASKEM S.A.
Advogado DR. JÚLIO CÉSAR GOULART LANES(OAB: 46648/RS)
AGRAVADO(S) VANDERLI FRANCISCO JANUÁRIO
Advogado DR. JORGE AIRTON BRANDÃO YOUNG(OAB: 31684/RS)
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO FRANCISCO MARTINS BASTOS
Advogada DRA. TONIA RUSSOMANO MACHADO(OAB: 43514/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASKEM S.A.
- FUNDAÇÃO FRANCISCO MARTINS BASTOS
- VANDERLI FRANCISCO JANUÁRIO

Processo Nº AIRR-0000303-09.2016.5.10.0015

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) VIA VAREJO S.A.
Advogado DR. DÉCIO FIÁVIO GONÇALVES FREIRE(OAB: 56543/DF)
AGRAVADO(S) IRINEU OLIVEIRA JUNIOR
Advogado DR. ROGÉRIO ALVES DE OLIVEIRA(OAB: 34720/DF)
Advogado DR. CLEVER RODRIGO FERNANDES DE SOUZA(OAB: 41487/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- IRINEU OLIVEIRA JUNIOR
- VIA VAREJO S.A.

Processo Nº AIRR-0000358-77.2016.5.09.0664

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada DRA. MARIANNA STASIAK(OAB: 49431/PR)
AGRAVADO(S) JOSÉ OBERTO DA SILVA
Advogado DR. ADRIANA JOSÉ MECCHI(OAB: 44524/PR)
AGRAVADO(S) SEDMAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E TRANSPORTES MARINGÁ LTDA E OUTRA
Advogado DR. ALESSANDRO SEVERINO VALLER ZENNI(OAB: 18554/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- JOSÉ OBERTO DA SILVA
- SEDMAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E TRANSPORTES MARINGÁ LTDA E OUTRA

Processo Nº AIRR-0000369-21.2014.5.02.0002

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JUVENILDA SOARES DA SILVA
Advogado DR. SANTIAGO MENDES CORTES(OAB: 268556-A/SP)
AGRAVADO(S) FKR RESTAURANTE LTDA. - ME
Advogado DR. CARLOS MOREIRA DE LUCA(OAB: 10498/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FKR RESTAURANTE LTDA. - ME
- JUVENILDA SOARES DA SILVA

Processo Nº AIRR-0000395-65.2017.5.09.0019

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
Advogado DR. PRISCILA MENEZES ARRUDA SOKOŁOWSKI(OAB: 15975/PR)
AGRAVADO(S) CLAUDINÉIA MACIEL SOUZA
Advogado DR. WILSON MARIA SELLA(OAB: 10849/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
- CLAUDINÉIA MACIEL SOUZA

Processo Nº AIRR-0000401-91.2014.5.06.0009

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) CONTAX - MOBILTEL S.A.
Advogado DR. URBANO VITALINO DE MELO NETO(OAB: 17700/PE)
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)
AGRAVADO(S) CILENE DO NASCIMENTO PEDROZA
Advogado DR. MÁRCIO MOISÉS SPERB(OAB: 284/PE)
Advogado DR. ARTHUR COELHO SPERB(OAB: 30227/PE)
AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado DR. ÁLVARO VAN DER LEY LIMA NETO(OAB: 15657/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CILENE DO NASCIMENTO PEDROZA
- CONTAX - MOBILTEL S.A.
- ITAÚ UNIBANCO S.A.

Processo Nº AIRR-0000403-82.2017.5.23.0106

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BRF S.A.
Advogada DRA. DANUSA SERENA ONEDA(OAB: 13124/MT)
AGRAVADO(S) FERNANDO RODRIGUES DE SOUZA
Advogado DR. GILSON JOAQUIM SOARES(OAB: 15608/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- FERNANDO RODRIGUES DE SOUZA

Processo Nº AIRR-0000408-90.2016.5.12.0027

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) DISIONIR CÉSAR DA SILVA
Advogado DR. RODRIGO CUSTÓDIO DE MEDEIROS(OAB: 22553/SC)
Advogada DRA. GABRIELA CUSTÓDIO DE MEDEIROS(OAB: 32080/SC)
AGRAVADO(S) CARBONÍFERA BELLUNO LTDA.
Advogado DR. ROBERTO SILVA SOARES(OAB: 8216/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARBONÍFERA BELLUNO LTDA.
- DISIONIR CÉSAR DA SILVA

Processo Nº AIRR-0000409-30.2014.5.09.0124

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) DEL POZO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.
Advogado DR. AMILCAR CORDEIRO TEIXEIRA FILHO(OAB: 21856/PR)
AGRAVADO(S) FERNANDO DUARTE DA SILVA
Advogado DR. MARA LÍGIA CORRÊA(OAB: 127510/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEL POZO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.
- FERNANDO DUARTE DA SILVA

Processo Nº AIRR-0000409-49.2016.5.05.0034

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO - EMBASA
Advogado DR. ANDRÉ LUÍS TORRES PESSOA(OAB: 19503-A/BA)
Advogado DR. VALTON DÓRIA PESSOA(OAB: 11893/BA)
AGRAVADO(S) CÍCERO PAULO PARNAÍBA PEREIRA
Advogado DR. ALEXSANDRO MIRANDA MOTA(OAB: 40803-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CÍCERO PAULO PARNAÍBA PEREIRA
- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO - EMBASA

Processo Nº AIRR-0000415-74.2017.5.21.0002

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE (S) E AGRADO(S) MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM

Procurador DR. FERNANDO JOSÉ MEDEIROS DE ARAÚJO

AGRAVANTE (S) E AGRADO(S) ALEXSANDRO LUIZ DA SILVA

Advogado DR. GEORGE ARTHUR FERNANDES SILVEIRA(OAB: 6516/RN)

AGRAVADO(S) LÍDER LIMPEZA URBANA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXSANDRO LUIZ DA SILVA
- LÍDER LIMPEZA URBANA LTDA.
- MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM

Processo Nº AIRR-0000422-25.2017.5.14.0111

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) KAEFER AGRO INDUSTRIAL LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado DR. LUCAS VENDRUSCULO(OAB: 2666-A/RO)

AGRAVADO(S) ANDREA LUIZA DOS SANTOS

Advogada DRA. ILZA POSSIMOSER(OAB: 5474/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREA LUIZA DOS SANTOS
- KAEFER AGRO INDUSTRIAL LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº AIRR-0000433-66.2014.5.04.0231

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) GETÚLIO TADEU DE VARGAS JÚNIOR

Advogado DR. BRUNO JÚLIO KAHLE FILHO(OAB: 21053/RS)

AGRAVADO(S) DANA INDÚSTRIAS LTDA.

Advogada DRA. ROSANA AKIE TAKEDA(OAB: 25804/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANA INDÚSTRIAS LTDA.
- GETÚLIO TADEU DE VARGAS JÚNIOR

Processo Nº AIRR-0000441-52.2017.5.14.0007

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA.

Advogado DR. ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 5784/RO)

AGRAVADO(S) MARINEZ BRITO DE PAULA

Advogado DR. LIVIA FREITAS GIL RODRIGUES(OAB: 3769-A/RO)

Advogado DR. CARLOS EDUARDO FERNANDES DE QUEIROZ(OAB: 6333/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA.
- MARINEZ BRITO DE PAULA

Processo Nº AIRR-0000449-95.2015.5.17.0013

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) LUCIANO DE OLIVEIRA GOMES

Advogado DR. LEONARDO RANGEL GOBETTE(OAB: 11037/ES)

AGRAVADO(S) FORTLEV INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. E OUTRO

Advogada DRA. KÊNIA PIM SILVA BENTO(OAB: 12862/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- FORTLEV INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. E OUTRO
- LUCIANO DE OLIVEIRA GOMES

Processo Nº AIRR-0000492-72.2012.5.02.0492

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF

Advogado DR. CRISTIANO DE FREITAS FERNANDES(OAB: 13455/DF)

Advogado DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182/DF)

AGRAVANTE(S) JOSÉ CARDOSO XAVIER NETO

Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 219041/SP)

AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Advogado DR. WELINGTON LOPES TERRÃO(OAB: 186807/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
- JOSÉ CARDOSO XAVIER NETO

Processo Nº AIRR-0000504-17.2015.5.09.0127

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) ELETROTRAFO PRODUTOS ELÉTRICOS LTDA. E OUTROS

Advogado DR. ED NOGUEIRA DE AZEVEDO JÚNIOR(OAB: 20062/PR)

AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) ADEMAR MINATO

Advogada DRA. DANIELLE HIDALGO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE(OAB: 15395-A/PR)

Advogado DR. ED NOGUEIRA DE AZEVEDO JÚNIOR(OAB: 20062-A/PR)

AGRAVADO(S) RODRIGO LIMA DE SOUSA

Advogado DR. ROBERTA CARLA SOTTILE(OAB: 24035-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEMAR MINATO
- ELETROTRAFO PRODUTOS ELÉTRICOS LTDA. E OUTROS
- RODRIGO LIMA DE SOUSA

Processo Nº AIRR-0000506-04.2015.5.14.0141

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) UNIÃO (PGU)

Procurador DR. PEDRO SAMPAIO CARVALHO

AGRAVADO(S) FRANCISBERTO AMARAL DE BRITO

Advogado DR. CHARLTON DAILY GRABNER(OAB: 228/RO)

AGRAVADO(S) FORTESUL - SERVIÇOS ESPECIAIS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

Advogada DRA. SARA FRANÇA EUGÊNIA(OAB: 32581/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- FORTESUL - SERVIÇOS ESPECIAIS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

- FRANCISBERTO AMARAL DE BRITO
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº AIRR-0000506-25.2017.5.10.0018

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada DRA. CARLA LOPES PINHEIRO(OAB: 370275/SP)
AGRAVADO(S) CARLOS AUGUSTO RIBEIRO
Advogada DRA. CECÍLIA MARIA LAPETINA CHIARATTO(OAB: 20120-A/DF)
Advogado DR. LEONARDO GUEDES DA FONSECA PASSOS(OAB: 36129-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CARLOS AUGUSTO RIBEIRO

Processo Nº AIRR-0000536-05.2011.5.07.0002

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) ADRIANA PALLIS ROMANO
Advogado DR. RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) EDUARDO LOFFLER GADELHA
Advogado DR. CARLOS HENRIQUE DA ROCHA CRUZ(OAB: 5496/CE)
AGRAVADO(S) MASSA FALIDA DE NOLEM COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA S.A. E OUTROS
Advogado DR. CARLOS EDUARDO DE LUCENA CASTRO(OAB: 10666/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA PALLIS ROMANO
- EDUARDO LOFFLER GADELHA
- MASSA FALIDA DE NOLEM COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA S.A. E OUTROS

Processo Nº AIRR-0000538-85.2017.5.13.0005

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) REVITA ENGENHARIA S.A.
Advogado DR. JOÃO GONÇALVES FRANCO FILHO(OAB: 11475/BA)
Advogado DR. PAULA PEREIRA PIRES(OAB: 8448-A/BA)
AGRAVADO(S) RAFAEL DA SILVA
Advogada DRA. ANA ISABEL SILVA DE PAIVA(OAB: 14185/PB)
Advogado DR. GILDEVAN BARBOSA DE CARVALHO(OAB: 18597/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAFAEL DA SILVA
- REVITA ENGENHARIA S.A.

Processo Nº AIRR-0000552-30.2017.5.21.0043

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) POSTO MONTE BELO III LTDA.
Advogado DR. EUGÊNIO PACELLI DE ARAÚJO GADELHA(OAB: 5920/RN)
Advogado DR. VINÍCIUS FERNANDES COSTA MAIA(OAB: 9800/RN)
AGRAVADO(S) KLEBER JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA

Advogado DR. ALFEU ELIÚDE ALMEIDA DE MACEDO(OAB: 7337/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- KLEBER JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA
- POSTO MONTE BELO III LTDA.

Processo Nº AIRR-0000590-11.2016.5.08.0117

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) TRANSPORTADORA FLORESTA DO ARAGUAIA LTDA. E OUTRAS
Advogado DR. WELLINGTON ALVES VALENTE(OAB: 9617/PA)
Advogado DR. HUGO ARAÚJO VASCONCELOS(OAB: 23846/PA)
AGRAVADO(S) DEUZINETO MACEDO ROCHA
Advogado DR. GERALDO PEZZIN(OAB: 11768/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEUZINETO MACEDO ROCHA
- TRANSPORTADORA FLORESTA DO ARAGUAIA LTDA. E OUTRAS

Processo Nº AIRR-0000605-11.2014.5.06.0018

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.
Advogado DR. URBANO VITALINO DE MELO NETO(OAB: 17700/PE)
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)
AGRAVADO(S) ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA
Advogado DR. DANIELA SIQUEIRA VALADARES(OAB: 21290/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA
- GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.

Processo Nº AIRR-0000612-31.2017.5.14.0032

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A - CERON
Advogado DR. DAVI SOUZA BASTOS(OAB: 6973/RO)
AGRAVADO(S) WANDREA DA SILVA LANES
Advogado DR. SIDNEI DONÁ(OAB: 377/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A - CERON
- WANDREA DA SILVA LANES

Processo Nº AIRR-0000619-07.2012.5.01.0017

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PROSEGUR BRASIL S.A - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA
Advogada DRA. FLÁVIA SAFADI UBALDO(OAB: 173434/RJ)
AGRAVADO(S) TATIANE OLIVEIRA ALEXANDRE
Advogado DR. MAX FERREIRA DE MENDONÇA(OAB: 176536/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PROSEGUR BRASIL S.A - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA

- TATIANE OLIVEIRA ALEXANDRE

Processo Nº AIRR-0000672-11.2017.5.08.0019

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CLARO S.A.
Advogado DR. JOÃO ALFREDO FREITAS MILEÃO(OAB: 12342/PA)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
AGRAVADO(S) RENAN AMÉRICO NASCIMENTO MARINHO
Advogada DRA. MARIA LÚCIA DA SILVA PIMENTEL(OAB: 5873/PA)
AGRAVADO(S) P C LIMA SOUSA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- P C LIMA SOUSA - ME
- RENAN AMÉRICO NASCIMENTO MARINHO

Processo Nº AIRR-0000684-66.2017.5.14.0404

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) TAMIRIS DE LIMA SOBREIRA
Advogado DR. ANDRÉ FABIANO SANTOS AGUIAR(OAB: 3393/AC)
Advogada DRA. KRYRNA MARCELA RAMIREZ FERREIRA(OAB: 4773/AC)
AGRAVADO(S) CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado DR. URBANO VITALINO DE MELO NETO(OAB: 17700/PE)
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTAX-MOBITEL S.A.
- TAMIRIS DE LIMA SOBREIRA

Processo Nº AIRR-0000706-17.2015.5.06.0017

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) RCR LOCAÇÃO LTDA.
Advogado DR. HENRIQUE BURIL WEBER(OAB: 14900/PE)
AGRAVADO(S) PAULO CÉZAR RODRIGUES DA SILVA
Advogado DR. JOSÉ LUCAS OLIVEIRA DE MEDEIROS DUQUE(OAB: 25794/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO CÉZAR RODRIGUES DA SILVA
- RCR LOCAÇÃO LTDA.

Processo Nº AIRR-0000712-96.2016.5.17.0012

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) CLÁUDIA MICHELLY MAZIA BICALHO
Advogado DR. ANTÔNIO AUGUSTO DALLAPICCOLA SAMPAIO(OAB: 9588/ES)
AGRAVADO(S) SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA.
Advogado DR. JAURI DA ROZA(OAB: 28177-A/SC)
AGRAVADO(S) KROTON EDUCACIONAL S.A. E OUTROS
Advogado DR. JAURI DA ROZA(OAB: 28177-A/SC)

AGRAVADO(S)

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR FABRA

Advogado

DR. PATRÍCIA NUNES ROMANO TRISTÃO PEPINO(OAB: 10192/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO DE ENSINO SUPERIOR FABRA
- CLÁUDIA MICHELLY MAZIA BICALHO
- KROTON EDUCACIONAL S.A. E OUTROS
- SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA.

Processo Nº AIRR-0000733-35.2013.5.09.0195

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) UNIÃO (PGU)
Procurador DR. SIDNEI DI BACCO
AGRAVADO(S) VERONICA APARECIDA DE LIMA SOARES
Advogado DR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 20792-A/PR)
AGRAVADO(S) EXECUTIVA SERVIÇOS PATRIMONIAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- EXECUTIVA SERVIÇOS PATRIMONIAIS LTDA.
- UNIÃO (PGU)
- VERONICA APARECIDA DE LIMA SOARES

Processo Nº AIRR-0000774-37.2016.5.06.0144

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PROTOGÁS PROJETOS E INSTALAÇÕES LTDA
Advogado DR. SANDRO MARZO DE LUCENA ARAGAO(OAB: 18116-A/PE)
AGRAVADO(S) GENIVAL BEZERRA DA SILVA
Advogada DRA. ISADORA COELHO DE AMORIM OLIVEIRA(OAB: 16455/PE)
Advogado DR. CLÁUDIO GONÇALVES GUERRA(OAB: 29252/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENIVAL BEZERRA DA SILVA
- PROTOGÁS PROJETOS E INSTALAÇÕES LTDA

Processo Nº AIRR-0000778-75.2017.5.09.0073

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) IVAICANA AGROPECUÁRIA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTROS
Advogada DRA. ROSÂNGELA CRISTINA BARBOZA SLEDER(OAB: 36441/PR)
Advogado DR. MARCOS PAULO MANTOAN MARCUSSU(OAB: 60677/PR)
AGRAVADO(S) WELLINGTON WILLIAN COLHERI
Advogado DR. SÉRGIO ANTÔNIO BOTARO(OAB: 50457/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- IVAICANA AGROPECUÁRIA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTROS
- WELLINGTON WILLIAN COLHERI

Processo Nº AIRR-0000790-64.2017.5.14.0004

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S.A.
Advogado DR. DIOGO FADEL BRAZ(OAB: 20696/PR)

AGRAVADO(S) EVERTON SOARES DA SILVA
Advogado DR. PITÁGORAS CUSTÓDIO MARINHO(OAB: 4700/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- EVERTON SOARES DA SILVA
- J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S.A.

Processo Nº AIRR-0000796-25.2017.5.12.0005

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) ENGEÇÁLCULO PROJETOS ESTRUTURAIS S/S
Advogado DR. JAIME DA VEIGA JÚNIOR(OAB: 11245/SC)
AGRAVADO(S) MOACIR LUIZ DA SILVA
Advogado DR. RAIDAN NEGRINI(OAB: 41921/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ENGEÇÁLCULO PROJETOS ESTRUTURAIS S/S
- MOACIR LUIZ DA SILVA

Processo Nº AIRR-0000810-52.2017.5.14.0005

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S.A.
Advogado DR. DIOGO FADEL BRAZ(OAB: 20696/PR)
AGRAVADO(S) ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Advogado DR. PITÁGORAS CUSTÓDIO MARINHO(OAB: 4700/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CARLOS RODRIGUES
- J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S.A.

Processo Nº AIRR-0000827-02.2016.5.08.0002

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) INGRID CRISTINA VALADARES DE MESCOUTO
Advogado DR. KRISTOFFERSON DE ANDRADE SILVA(OAB: 11493/PA)
Advogada DRA. LARIZA DE MORAES GOUVEA(OAB: 18375/PA)
Advogada DRA. NÁDIA CRISTINA CORTÊS PEREIRA SILVA(OAB: 17341/PA)
AGRAVADO(S) OE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AGRAVADO(S) TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341/SP)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- INGRID CRISTINA VALADARES DE MESCOUTO
- OE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Processo Nº AIRR-0000830-04.2015.5.06.0145

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) EMPRESA METROPOLITANA S.A.
Advogado DR. LEONARDO LUNA DE LUCENA(OAB: 30389/PE)
Advogado DR. ALEXANDRE JOSÉ DA TRINDADE MEIRA HENRIQUES(OAB: 17472/PE)

Advogado DR. ALEXANDRE JOSÉ DA TRINDADE MEIRA HENRIQUES(OAB: 17472-A/PE)

Advogado DR. LEONARDO LUNA DE LUCENA(OAB: 30389-A/PE)

AGRAVADO(S) GILVANETE COSTA MIRANDA DO VALE

Advogado DR. FLÁVIO MAIA CORREIA(OAB: 17548/PE)

AGRAVADO(S) UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA METROPOLITANA S.A.
- GILVANETE COSTA MIRANDA DO VALE
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº AIRR-0000833-10.2014.5.09.0662

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ
Advogada DRA. JACQUELINE MARIA MOSER(OAB: 17847/PR)
Advogado DR. MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA(OAB: 14435/PR)
AGRAVADO(S) IRMA LÚCIA DO PRADO UMAKOSHI
Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS BONFIM(OAB: 19008/PR)
AGRAVADO(S) LABOR OBRAS LTDA.
Advogado DR. ELAINE CYLOA CARVALHO MARQUES(OAB: 51679-A/PR)
AGRAVADO(S) UNIÃO (PGU)
Procurador DR. SIDNEI SOARES DI BACCO

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ
- IRMA LÚCIA DO PRADO UMAKOSHI
- LABOR OBRAS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº AIRR-0000844-84.2017.5.11.0013

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL - FMT
Advogado DR. THIAGO OLIVEIRA COSTA(OAB: 13187/AM)
AGRAVADO(S) FRANCINE BATISTA DA COSTA
Advogado DR. REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA(OAB: 8310/AM)
Advogada DRA. ALFRÂNIA BALBINO DE OLIVEIRA(OAB: 9319/AM)
AGRAVADO(S) RCA CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.
Advogado DR. PORFÍRIO ALMEIDA LEMOS NETO(OAB: 6117/AM)
Advogado DR. LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA(OAB: 6276/AM)
Advogada DRA. KELLY KRISTINE MENEZES DE SOUZA(OAB: 7046/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCINE BATISTA DA COSTA
- FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL - FMT
- RCA CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

Processo Nº AIRR-0000853-14.2010.5.15.0067

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CARLOS ROBERTO ORELLANA
Advogado DR. LEONARDO MAZZILLO(OAB: 195279/SP)
AGRAVADO(S) MARIA CRISTINA DE SANTANA DA SILVA
Advogado DR. ALEXANDRE DE MATTOS FARO(OAB: 271673/SP)
AGRAVADO(S) VALLMARG CONFECÇÕES LTDA.
Advogado DR. VALMIR GURIAN(OAB: 96478/SP)
AGRAVADO(S) PAULO CÉSAR TAVARES DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S) IRMÃOS UNIDOS EMPREENDEIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
AGRAVADO(S) BÔNUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
AGRAVADO(S) MARCELO SIMÕES ABRÃO
AGRAVADO(S) SBH COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BÔNUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
- CARLOS ROBERTO ORELLANA
- IRMÃOS UNIDOS EMPREENDEIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
- MARCELO SIMÕES ABRÃO
- MARIA CRISTINA DE SANTANA DA SILVA
- PAULO CÉSAR TAVARES DE OLIVEIRA
- SBH COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.
- VALLMARG CONFECÇÕES LTDA.

Processo Nº AIRR-0000885-86.2016.5.12.0036

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC
Procurador DR. ADRIANA CORDEIRO LOPES
AGRAVADO(S) BRUNA REGINA SERAFIM
Advogado DR. LEONARDO VIEIRA DE ÁVILA(OAB: 27123/SC)
AGRAVADO(S) HABITUAL GESTÃO DE MÃO DE OBRA - EIRELI
Advogado DR. LUIZ CARLOS JOÃO ARBUGERI FILHO(OAB: 13168/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNA REGINA SERAFIM
- HABITUAL GESTÃO DE MÃO DE OBRA - EIRELI
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC

Processo Nº AIRR-0000888-32.2015.5.02.0302

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Advogado DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 71639/MG)
AGRAVADO(S) FELIPE SANTOS DE OLIVEIRA
Advogado DR. LUIZ FERNANDO CORRÊA(OAB: 168787/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FELIPE SANTOS DE OLIVEIRA
- SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Processo Nº AIRR-0000897-68.2016.5.08.0115

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ELIAS DO CARMO OLIVEIRA
Advogado DR. MÁRCIO DE OLIVEIRA LANDIN(OAB: 17523/PA)
AGRAVADO(S) BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. - REFLORESTAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Advogado DR. JOÃO ALFREDO FREITAS MILÉO(OAB: 12342/PA)
Advogado DR. ERICK BRAGA BRITO(OAB: 17450/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. - REFLORESTAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- ELIAS DO CARMO OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0000899-61.2017.5.09.0863

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
Advogado DR. PRISCILA MENEZES ARRUDA SOKOLOWSKI(OAB: 15975/PR)
AGRAVADO(S) MARIA MADALENA GOMES MIRABILE
Advogado DR. WILSON MARIA SELLA(OAB: 10849-A/PR)
Advogado DR. MARIANA SANCHES SELLA(OAB: 81170-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
- MARIA MADALENA GOMES MIRABILE

Processo Nº AIRR-0000915-61.2014.5.01.0501

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) EMINENCE CALÇADOS E COMPLEMENTOS LTDA.
Advogado DR. WASHINGTON LUIZ JÚNIOR(OAB: 53732/RJ)
Advogado DR. MAURÍCIO MICHELS CORTEZ(OAB: 78113-A/RJ)
AGRAVADO(S) JULIANE MARQUES DA SILVA
Advogada DRA. ANDRÉA CORRÊA FERNANDES(OAB: 120329/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMINENCE CALÇADOS E COMPLEMENTOS LTDA.
- JULIANE MARQUES DA SILVA

Processo Nº AIRR-0000918-20.2017.5.13.0002

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) ATENTO BRASIL S/A
Advogado DR. LEONARDO SANTOS DE SOUZA(OAB: 14926/BA)
Advogado DR. ANTONIO BRAZ DA SILVA(OAB: 8736/BA)
AGRAVADO(S) AGNA DE SOUZA LOPES
Advogada DRA. CATARINA VIRGÍNIA TAVARES PEREIRA.(OAB: 20734/PB)
Advogado DR. EVERALDO DE SOUSA SILVA(OAB: 20722/PB)
AGRAVADO(S) TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760/DF)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGNA DE SOUZA LOPES
- ATENTO BRASIL S/A
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Processo Nº AIRR-0000920-70.2017.5.17.0004

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S.A.
Advogado DR. WILSON BELARMINO TIMÓTEO(OAB: 169254/SP)
AGRAVADO(S) LEONARDO ROSA COUTINHO
Advogado DR. VINÍCIUS SUZANA VIEIRA(OAB: 11952/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S.A.
- LEONARDO ROSA COUTINHO

Processo Nº AIRR-0000929-31.2013.5.02.0411

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) FRANCISCO DE MATOS ARAUJO
Advogada DRA. GIULLIANA DAMMENHAIN ZANATTA(OAB: 306798/SP)
AGRAVADO(S) DURA AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. CLÓVIS SILVEIRA SALGADO(OAB: 66912/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DURA AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA.
- FRANCISCO DE MATOS ARAUJO

Processo Nº AIRR-0000936-31.2016.5.12.0058

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) SAGA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Advogado DR. AMARILDO VEDANA(OAB: 8781/SC)
Advogado DR. ANDRESON TISSIANI VERDANA(OAB: 24031/SC)
AGRAVADO(S) CARINA LOUREIRO DE MELO
Advogado DR. JOSÉ LENOIR SILVEIRA DE ALVES(OAB: 10448/SC)
Advogado DR. EVERTON ESCOBAR MACHADO(OAB: 31587/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARINA LOUREIRO DE MELO
- SAGA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Processo Nº AIRR-0000961-63.2015.5.02.0444

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) CLEITON SANTOS SILVA
Advogado DR. ERALDO AURÉLIO RODRIGUES FRANZESE(OAB: 42501/SP)
AGRAVADO(S) COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
Advogado DR. RODRIGO OHASHI(OAB: 241549 -A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEITON SANTOS SILVA
- COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

Processo Nº AIRR-0000990-65.2017.5.14.0006

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) TNT MERCÚRIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS S.A.
Advogado DR. RICARDO ANDRÉ ZAMBO(OAB: 138476/SP)
AGRAVADO(S) HELLEN CHELLY ALVES DO NASCIMENTO
Advogada DRA. KAROLINE COSTA MONTEIRO(OAB: 3905/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- HELLEN CHELLY ALVES DO NASCIMENTO
- TNT MERCÚRIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS S.A.

Processo Nº AIRR-0001006-46.2016.5.11.0003

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BERTOLINI DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Advogada DRA. SILVANA MARIA IÚDICE DA SILVA(OAB: 452/AM)
AGRAVADO(S) NILOMAR MARREIRA DOS REIS
Advogada DRA. EVELISE DE FERNANDES ALMADA(OAB: 23043/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BERTOLINI DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- NILOMAR MARREIRA DOS REIS

Processo Nº AIRR-0001009-40.2016.5.07.0026

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE TARRAFAS
Advogado DR. FRANCISCO IONE PEREIRA LIMA(OAB: 4585/CE)
AGRAVADO(S) MARCOS PAULO SIMIAO DA SILVA
Advogado DR. LUIZ HUELITON MORAES SANTOS(OAB: 33122/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS PAULO SIMIAO DA SILVA
- MUNICÍPIO DE TARRAFAS

Processo Nº AIRR-0001031-02.2016.5.05.0464

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ESTADO DA BAHIA
Procurador DR. IVAN BRANDI
AGRAVADO(S) SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. BRUNO SAMPAIO DE OLIVEIRA(OAB: 327278-A/SP)
AGRAVADO(S) MARIA FRANCISCA DE SOUSA REIS
Advogado DR. ODUVALDO CARVALHO DE SOUZA(OAB: 8511/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- MARIA FRANCISCA DE SOUSA REIS
- SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0001048-81.2012.5.09.0071

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) MAURÍCIO BEDETTI FILHO
Advogado DR. EDSON RUBENS ANDRADE(OAB: 14241/PR)

Advogado DR. ÁLVARO CARNEIRO DE AZEVEDO(OAB: 27120/PR)
Advogado DR. LINCOLN LUIZ HERRERA ROCHA(OAB: 28368/PR)
AGRAVANTE(S) E AMÉRICA LATINA S.A. - DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO
AGRAVADO(S)
Advogado DR. SAULO FERREIRA NETTO(OAB: 38244/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMÉRICA LATINA S.A. - DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO
- MAURÍCIO BEDETTI FILHO

Processo Nº AIRR-0001066-20.2017.5.06.0004

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) TARCÍSIO LINS CAVALCANTI GOMES E OUTROS
Advogado DR. IDAEL CARLOS DE LIMA(OAB: 12875/PE)
AGRAVADO(S) COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
Advogado DR. RENATA SILVA DE ARRUDA FALCÃO(OAB: 23152/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
- TARCÍSIO LINS CAVALCANTI GOMES E OUTROS

Processo Nº AIRR-0001072-34.2017.5.05.0431

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE TAPEROÁ
Procurador DR. SINÉSIO BOMFIM SOUZA TERCEIRO
Procurador DR. HIGOR COSTA PINTO
AGRAVADO(S) VALDELINI DE JESUS OLIVEIRA
Advogado DR. MAURICIO MENEZES DE ARAUJO(OAB: 30690/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE TAPEROÁ
- VALDELINI DE JESUS OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0001079-11.2016.5.07.0009

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CONQUISTA FORTALEZA LANCHONETES LTDA.
Advogado DR. DANIEL CIDRÃO FROTA(OAB: 19976/CE)
Advogado DR. MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO(OAB: 23495/CE)
Advogado DR. NELSON BRUNO DO RÊGO VALENÇA(OAB: 15783/CE)
AGRAVADO(S) ISNARA BRUNA MATIAS CAVALCANTE
Advogado DR. JOSÉ OSMAR MARQUES NETO(OAB: 28243/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONQUISTA FORTALEZA LANCHONETES LTDA.
- ISNARA BRUNA MATIAS CAVALCANTE

Processo Nº AIRR-0001099-79.2014.5.03.0139

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Procurador DR. EDUARDO MAIA BOTELHO
Procuradora DRA. MARILZA GERALDA DO NASCIMENTO

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS URBANO, SEMI-URBANO, METROPOLITANO, RODOVIÁRIO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL, INTERNACIONAL, FRETAMENTO, TURISMO E ESCOLAR DE BELO HORIZONTE E REGIAO METROPOLITANA - STTRBH

Advogado DR. JOSÉ ADOLFO MELO(OAB: 56347/MG)

Advogado DR. NEY CÉSAR PENA DE AZEVEDO(OAB: 102611/MG)

AGRAVADO(S) VIAÇÃO PARAENSE LTDA.

Advogado DR. JOSÉ MARQUES DE SOUZA JÚNIOR(OAB: 63613-A/MG)

AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Procurador DR. CARLOS EDUARDO SIMÕES ROEDEL

Intimado(s)/Citado(s):

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
- MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS URBANO, SEMI-URBANO, METROPOLITANO, RODOVIÁRIO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL, INTERNACIONAL, FRETAMENTO, TURISMO E ESCOLAR DE BELO HORIZONTE E REGIAO METROPOLITANA - STTRBH
- VIAÇÃO PARAENSE LTDA.

Processo Nº AIRR-0001133-41.2014.5.03.0111

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI
Advogada DRA. ALESSANDRA VIEIRA DE ALMEIDA(OAB: 11688/SC)
AGRAVADO(S) MARINA BRAGA RIBEIRO
Advogado DR. JULIANO PEREIRA NEPOMUCENO(OAB: 73683/MG)
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada DRA. WALDÊNIA MARÍLIA SILVEIRA SANTANA(OAB: 53780/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- MARINA BRAGA RIBEIRO
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

Processo Nº AIRR-0001142-84.2017.5.08.0005

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
Advogado DR. SÉRGIO LEITE CARDOSO FILHO(OAB: 14110/PA)
AGRAVADO(S) ALINE DE ARAUJO SANTOS
Advogada DRA. GLÁCIA KELLY CUESTA DA SILVA(OAB: 21400/PA)
AGRAVADO(S) Y YAMADA S.A. - COMÉRCIO E INDÚSTRIA E OUTRA
Advogada DRA. VANESSA FRANÇA MOURA FURTADO(OAB: 24490/PA)
AGRAVADO(S) TAGIDE ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. E OUTRA
Advogado DR. KAROLINY VITELLI SILVA(OAB: 18100-A/PA)
AGRAVADO(S) CCCS FOMENTO MERCANTIL LTDA. E OUTRA
Advogado DR. AGNALDO BORGES RAMOS JÚNIOR(OAB: 11634/PA)

AGRAVADO(S) PONTA PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE DE ARAUJO SANTOS
- CCCS FOMENTO MERCANTIL LTDA. E OUTRA
- PONTA PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA.
- PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
- TAGIDE ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. E OUTRA
- Y YAMADA S.A. - COMÉRCIO E INDÚSTRIA E OUTRA

Processo Nº AIRR-0001148-02.2017.5.12.0031

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA.
Advogada DRA. AKIRA VALÉSKA FABRIN(OAB: 10636-A/SC)
Advogado DR. CAROLINA DOS SANTOS(OAB: 31352-A/SC)
AGRAVADO(S) RODOLFO CÉLIO DA SILVA
Advogado DR. REGINALDO PEREIRA ROSSI(OAB: 29065/CE)
Advogada DRA. SARITA URANA ROSSI(OAB: 46451/SC)
Advogada DRA. DÉBORA REGINA DE CAMPOS(OAB: 45956/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA.
- RODOLFO CÉLIO DA SILVA

Processo Nº AIRR-0001176-46.2016.5.10.0811

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) VIA VAREJO S.A.
Advogado DR. WILSON SALES BELCHIOR(OAB: 33615/DF)
AGRAVADO(S) DANILO HERCULANO DA SILVA
Advogado DR. THIAGO MAGALHÃES RAMOS(OAB: 7419/TO)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANILO HERCULANO DA SILVA
- VIA VAREJO S.A.

Processo Nº AIRR-0001181-08.2014.5.09.0022

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MOACYR TRINDADE DE OLIVEIRA FILHO
Advogado DR. ANDRÉ LUIS MANFRÉ(OAB: 31625/PR)
Advogado DR. MATEUS AUGUSTO ZANLORENSI(OAB: 42469/PR)
Advogado DR. LUIZ GUILHERME MANFRÉ KNAUT(OAB: 45514/PR)
AGRAVADO(S) ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO E AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUÁ - OGMO/PARANAGUÁ
Advogado DR. EDSON HAUAGGE(OAB: 20423/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MOACYR TRINDADE DE OLIVEIRA FILHO
- ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO E AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUÁ - OGMO/PARANAGUÁ

Processo Nº AIRR-0001189-21.2016.5.14.0007

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A.
Advogado DR. ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO(OAB: 635/RO)
AGRAVADO(S) CLÁUDIA MILENA SIQUEIRA LOPES
Advogado DR. ROBSON JOSÉ MELO DE OLIVEIRA(OAB: 4374/RO)
AGRAVADO(S) SYSTEMA NATURAE CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.
Advogado DR. ANDERSON ADRIANO DA SILVA(OAB: 3331/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLÁUDIA MILENA SIQUEIRA LOPES
- ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A.
- SYSTEMA NATURAE CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Processo Nº AIRR-0001202-34.2015.5.06.0021

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
Advogado DR. EMERSON ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA(OAB: 32625/GO)
AGRAVADO(S) ÂNGELA MARIA SILVA REGO
Advogado DR. DANIEL MUSIELLO DOS SANTOS(OAB: 106075/RJ)
Advogada DRA. MICHELE CARVALHO ARAÚJO(OAB: 182758/RJ)
AGRAVADO(S) SERVICO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF

Intimado(s)/Citado(s):

- SERVICO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF
- VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
- ÂNGELA MARIA SILVA REGO

Processo Nº AIRR-0001202-03.2015.5.06.0193

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) TECON SUAPE S.A.
Advogado DR. POLYANA SYBALDE TRAJANO DA SILVA(OAB: 34352-A/PE)
AGRAVADO(S) EZEQUIEL ALVES DA SILVA
Advogado DR. MAYKOM WILLAMES BARROS DE CARVALHO(OAB: 26380/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- EZEQUIEL ALVES DA SILVA
- TECON SUAPE S.A.

Processo Nº AIRR-0001249-82.2017.5.06.0103

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) OI MÓVEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. SÉRGIO ALENCAR DE AQUINO(OAB: 9447/PE)
AGRAVADO(S) MÔNICA KELLY CARDOSO SILVA
Advogada DRA. RAQUEL LEITE STIVAL(OAB: 31902/PE)
AGRAVADO(S) A & M COMÉRCIO EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME
Advogado DR. FELIPE BORBA BRITTO PASSOS(OAB: 16434/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- A & M COMÉRCIO EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME
- MÔNICA KELLY CARDOSO SILVA
- OI MÓVEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº AIRR-0001250-09.2015.5.05.0251

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PAQUETÁ CALÇADOS LTDA.
Advogado DR. MÁRCIO SANTIAGO PIMENTEL(OAB: 37152/BA)
AGRAVADO(S) ITANA JESUS DOS SANTOS
Advogado DR. IVO GOMES ARAÚJO(OAB: 25361/BA)
AGRAVADO(S) MASSA FALIDA DE VIA UNO S.A. CALÇADOS E ACESSÓRIOS
Advogado DR. MANOEL LERCIANO LOPES(OAB: 15232/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITANA JESUS DOS SANTOS
- MASSA FALIDA DE VIA UNO S.A. CALÇADOS E ACESSÓRIOS
- PAQUETÁ CALÇADOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0001273-09.2015.5.23.0071

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Advogada DRA. RENATA SOUSA DOS SANTOS SALLUH(OAB: 107025/RJ)
AGRAVADO(S) ADEMIR DE SOUZA CARVALHO
Advogado DR. DIEGO FERNANDO OLIVEIRA(OAB: 13597/MT)
Advogado DR. THIAGO D'ABINER FERNANDES(OAB: 12049/MT)
AGRAVADO(S) ALUMINI ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada DRA. LUCIANA ARDUIN FONSECA(OAB: 143634/SP)
AGRAVADO(S) CONSTRUTORA INTEGRAÇÃO LTDA. E OUTRA
Advogado DR. JOSAPHAT MARINHO MENDONÇA(OAB: 18518/BA)
Advogado DR. VALTON DÓRIA PESSOA(OAB: 11893/BA)
AGRAVADO(S) ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEMIR DE SOUZA CARVALHO
- ALUMINI ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- ALUPAR INVESTIMENTO S.A.
- CONSTRUTORA INTEGRAÇÃO LTDA. E OUTRA
- NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Processo Nº AIRR-0001274-76.2015.5.09.0008

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CRESCER SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO A EMPREENDEDORES S.A.
Advogada DRA. CAROLINA LOUZADA PETRARCA(OAB: 16535/DF)
AGRAVADO(S) WELICA DAYELLI DA SILVA
Advogada DRA. CLAIR DA FLORA MARTINS(OAB: 5435/PR)
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada DRA. ANA LÚCIA RODRIGUES LIMA(OAB: 31090/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

- CRESCER SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO A EMPREENDEDORES S.A.
- WELICA DAYELLI DA SILVA

Processo Nº AIRR-0001301-48.2016.5.05.0101

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) KYC PROCESSADORA DE CARNES LTDA.
Advogado DR. ANTONIO TAQUECHEL MOREIRA(OAB: 34902/BA)
AGRAVADO(S) DOMINGOS BATISTA DOS SANTOS
Advogado DR. ANDRÉ LUIZ LIMA BRANDÃO(OAB: 6550/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOMINGOS BATISTA DOS SANTOS
- KYC PROCESSADORA DE CARNES LTDA.

Processo Nº AIRR-0001333-30.2017.5.10.0020

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF
Advogado DR. VANESSA COSTA TOLENTINO(OAB: 20231/DF)
Advogado DR. APARECIDA CEILA TEIXEIRA BATISTA(OAB: 9347/AL)
AGRAVADO(S) VALDA MARIA DO NASCIMENTO DE BRITO
Advogado DR. MARCUS ANTÔNIO MACHADO(OAB: 40519/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF
- VALDA MARIA DO NASCIMENTO DE BRITO

Processo Nº AIRR-0001361-41.2011.5.02.0081

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. WALÉRIA VALQUIRIA MARIA DA SILVA(OAB: 316055/SP)
AGRAVADO(S) EDNIR ROSA GIBERTONI
Advogado DR. JOSIEL VACISKI BARBOSA(OAB: 191692-S/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- EDNIR ROSA GIBERTONI

Processo Nº AIRR-0001361-32.2014.5.05.0023

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) ATENTO BRASIL S.A.
Advogado DR. LEONARDO SANTOS DE SOUZA(OAB: 14926/BA)
Advogada DRA. FABIANA GALDINO COTIAS(OAB: 22164/BA)
AGRAVADO(S) ORLENE DE SOUZA PEREIRA
Advogado DR. JOÃO ALVES DO AMARAL(OAB: 5869/BA)
AGRAVADO(S) BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado DR. ANTÔNIO BRAZ DA SILVA(OAB: 12450/PE)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO ITAUCARD S.A.
- ORLENE DE SOUZA PEREIRA

Processo Nº AIRR-0001377-73.2015.5.17.0101

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PEIXOTO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS E TRANSPORTES S.A.
Advogado DR. CLÁUDIO JOSÉ CÂNDIDO ROPPE(OAB: 7129/ES)
Advogado DR. MARCELO ISAAC DE OLIVEIRA(OAB: 103431/MG)
AGRAVADO(S) ALEX SANDRO DE OLIVEIRA
Advogado DR. JOSÉ VICENTE GONÇALVES FILHO(OAB: 5495/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEX SANDRO DE OLIVEIRA
- PEIXOTO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS E TRANSPORTES S.A.

Processo Nº AIRR-0001519-92.2017.5.07.0034

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ALPHAVILLE CEARÁ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE 001 S.A.
Advogada DRA. LUCIANA NAZIMA(OAB: 169451/SP)
AGRAVADO(S) FRANCISCO JOSÉ SILVA LIMA
Advogado DR. DAVID VALENTE FACÓ(OAB: 17071/CE)
AGRAVADO(S) SERVCONST SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ALPHAVILLE CEARÁ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE 001 S.A.
- FRANCISCO JOSÉ SILVA LIMA
- SERVCONST SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME

Processo Nº AIRR-0001523-67.2017.5.11.0051

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ESTADO DE RORAIMA
Procuradora DRA. ALINE DE SOUZA RIBEIRO
AGRAVADO(S) JOÃO BARBOSA BERNARDO NETO
Advogado DR. WINSTON REGIS VALOIS JUNIOR(OAB: 482-A/RR)
AGRAVADO(S) UNIÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE RORAIMA
- JOÃO BARBOSA BERNARDO NETO
- UNIÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0001526-37.2016.5.12.0016

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA.
Advogado DR. JOÃO JOAQUIM MARTINELLI(OAB: 1805-A/DF)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) RUBERVAL SILVANO RIBEIRO
Advogado DR. MARLON PACHECO(OAB: 20666/SC)
Advogado DR. MIZAEL WANDERSEE CUNHA(OAB: 31240/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA.
- RUBERVAL SILVANO RIBEIRO

Processo Nº AIRR-0001558-49.2010.5.02.0010

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
Advogado DR. MAURÍCIO DE FIGUEIREDO CORRÊA DA VEIGA(OAB: 21934/DF)
AGRAVADO(S) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Procuradora DRA. MARIA BEATRIZ ALMEIDA BRANDT

Intimado(s)/Citado(s):

- EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Processo Nº AIRR-0001590-53.2010.5.02.0463

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) TERMOMECÂNICA SÃO PAULO S.A.
Advogado DR. GUSTAVO GRANADEIRO GUIMARÃES(OAB: 149207/SP)
AGRAVADO(S) ADEIR PEREIRA DA ROCHA
Advogado DR. AURÉLIO ALEXANDRE STEIMBER PEREIRA OKADA(OAB: 177014/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEIR PEREIRA DA ROCHA
- TERMOMECÂNICA SÃO PAULO S.A.

Processo Nº AIRR-0001606-55.2016.5.10.0016

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
Advogada DRA. ELANE DA ROCHA NOGUEIRA BARROS(OAB: 16800/CE)
AGRAVADO(S) SIDRAK BRAZ DE LUCENA
Advogado DR. RAFAEL SILVA OLIVEIRA(OAB: 25567-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
- SIDRAK BRAZ DE LUCENA

Processo Nº AIRR-0001637-13.2016.5.09.0660

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NA CAPTAÇÃO, PURIFICAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUA E CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E SERVIÇOS EM ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE CASCAVEL E REGIÕES OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ
Advogado DR. MAYKON CRISTIANO JORGE(OAB: 38407/PR)
AGRAVADO(S) COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
Advogada DRA. ELIZABET NASCIMENTO POLLI(OAB: 12845/PR)
Advogado DR. FERNANDO BLASZKOWSKI(OAB: 32738/PR)
Advogado DR. MARIANA YURI ARAI(OAB: 51763/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA CAPTAÇÃO, PURIFICAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUA E CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E SERVIÇOS EM ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE CASCAVEL E REGIÕES OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ

Processo Nº AIRR-0001661-17.2017.5.08.0116

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) FRANCIMAR NAIVA DOS SANTOS
Advogado DR. DIOGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA(OAB: 12614-A/PA)
AGRAVADO(S) MAQJOB LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA. - ME
Advogado DR. FABIANO VIEIRA GONÇALVES(OAB: 8033/PA)
AGRAVADO(S) SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.
Advogado DR. LEONARDO SANTINI ECHENIQUE(OAB: 249651/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCIMAR NAIVA DOS SANTOS
- MAQJOB LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA. - ME
- SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.

Processo Nº AIRR-0001705-73.2016.5.08.0115

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) GILSON DIAS SOEIRO
Advogado DR. DIOGEO DIOVANNY MENDES SILVA(OAB: 12614/PA)
Advogado DR. ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA(OAB: 22273/PA)
AGRAVADO(S) BELÉM BIOENERGIA BRASIL S.A.
Advogada DRA. ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI(OAB: 7985/PA)
Advogada DRA. RAPHAELA BUARQUE DE MORAES(OAB: 22645/PA)
AGRAVADO(S) PALMASERVICE SERVIÇOS & TRANSPORTES LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- BELÉM BIOENERGIA BRASIL S.A.
- GILSON DIAS SOEIRO
- PALMASERVICE SERVIÇOS & TRANSPORTES LTDA. - EPP

Processo Nº AIRR-0001727-62.2016.5.09.0129

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JOAQUIM AUGUSTO MARQUES
Advogado DR. ELLIS SHIRAHISHI TOMANAGA(OAB: 17076/PR)
Advogado DR. LÉLIO SHIRAHISHI TOMANAGA(OAB: 15494/PR)
Advogado DR. JULIANO TOMANAGA(OAB: 24469/PR)
AGRAVADO(S) MAGAZINE LUIZA S.A.
Advogado DR. MARCO AURÉLIO GUIMARÃES(OAB: 22181/PR)
Advogado DR. LUIZ GUSTAVO VARDÂNEGA VIDAL PINTO(OAB: 22887/PR)
Advogado DR. MARCOS CALVINO FERRAZ(OAB: 42462/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAQUIM AUGUSTO MARQUES
- MAGAZINE LUIZA S.A.

Processo Nº AIRR-0001777-90.2016.5.09.0678

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S.A.
Advogado DR. FABIANO SILVEIRA ABAGGE(OAB: 27094-A/PR)
AGRAVADO(S) JOÃO PEDRO RUTES
Advogado DR. ANDERSON LUIS MACHADO(OAB: 49794/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S.A.
- JOÃO PEDRO RUTES

Processo Nº AIRR-0001937-75.2013.5.09.0014

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) HOTEL MERCURE E OUTRO
Advogado DR. FERNANDO KUGLER VIEGAS(OAB: 66531/PR)
Advogado DR. LUCAS JARDEVESKI ALVES(OAB: 70626/PR)
AGRAVADO(S) LOURDES LOIRI PADILHA SCHELEIDER E OUTRA
Advogado DR. RUBIANO AUGUSTO RECCANELLO LISBOA(OAB: 19579/PR)
Advogado DR. NIVALDO MIGLIOZZI(OAB: 12902/SP)
AGRAVADO(S) HONÓRIO & PRADO LTDA
Advogado DR. MARISA LORENA D. VECCHI(OAB: 9101/PR)
AGRAVADO(S) GERALDO APARECIDO FELIX DE ABREU
Advogado DR. IDERALDO JOSÉ APPI(OAB: 22339/PR)
AGRAVADO(S) COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
Advogado DR. GENÉSIO FELIPE DE NATIVIDADE(OAB: 10747/PR)
Advogado DR. ANDRÉ HENRIQUE MAUAD(OAB: 53119/PR)
AGRAVADO(S) JOSÉ BORGES DE SOUZA CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - ME
Advogado DR. VALDERI DE PAULA(OAB: 78541/PR)
Advogado DR. EDISON DE MELLO SANTOS(OAB: 7045-D/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
- GERALDO APARECIDO FELIX DE ABREU
- HONÓRIO & PRADO LTDA
- HOTEL MERCURE E OUTRO
- JOSÉ BORGES DE SOUZA CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - ME
- LOURDES LOIRI PADILHA SCHELEIDER E OUTRA

Processo Nº AIRR-0001952-43.2014.5.09.0003

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ - SENGE/PR
Advogada DRA. ADRIANA FRAZÃO DA SILVA(OAB: 31413/PR)
AGRAVADO(S) COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA E OUTRAS
Advogada DRA. PATRÍCIA DITTRICH FERREIRA DINIZ(OAB: 36481/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA E OUTRAS
- SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ - SENGEP/PR

Processo Nº AIRR-0002043-14.2014.5.06.0102

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) DACILENE MENESES DA SILVA
Advogado DR. VITO LEAL PETRUCCI(OAB: 18041/PB)
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. ISAAC MARQUES CATÃO(OAB: 12123/PB)
Advogado DR. MARCELO PIRES RIBEIRO(OAB: 29298/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- DACILENE MENESES DA SILVA

Processo Nº AIRR-0002100-45.2013.5.15.0125

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) ZANINI INDÚSTRIA E MONTAGENS LTDA.
Advogado DR. FABIO ESTEVES DE CARVALHO(OAB: 247666-A/SP)
AGRAVADO(S) CARLOS RODRIGO DA SILVA
Advogado DR. EDUARDO BRUNO BOMBONATO(OAB: 114182/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS RODRIGO DA SILVA
- ZANINI INDÚSTRIA E MONTAGENS LTDA.

Processo Nº AIRR-0002122-96.2011.5.02.0073

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) CLAUDENETE TRAPE DA SILVA
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 219041-A/SP)
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. FÁBIO DOS SANTOS SOUZA(OAB: 176794/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- CLAUDENETE TRAPE DA SILVA

Processo Nº AIRR-0002130-90.2015.5.02.0022

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.
Advogado DR. ASSAD LUIZ THOMÉ(OAB: 17383/SP)
AGRAVADO(S) TATIANE DE BRITO OLIVEIRA
Advogado DR. SÉRGIO ALVES DE OLIVEIRA(OAB: 111342/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.
- TATIANE DE BRITO OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0002156-29.2015.5.02.0074

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) ANDERSON HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA

Advogado

DR. HERICK BERGER LEOPOLDO(OAB: 225927/SP)
MARCELO CARDOSO BÁRBARA
DR. CLÁUDIO MAURÍCIO ROBORELLA BOSCHI
PIGATTI(OAB: 93254-D/SP)

AGRAVADO(S)

Advogado

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA
- MARCELO CARDOSO BÁRBARA

Processo Nº AIRR-0002168-49.2016.5.11.0012

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PATRÍCIA RIOS SANCHEZ
Advogado DR. ALEXANDRE MORAES DA SILVA(OAB: 8644-A/AM)
Advogado DR. ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO(OAB: 5743-A/AM)
AGRAVADO(S) SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogado DR. ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR(OAB: 3194/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PATRÍCIA RIOS SANCHEZ
- SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA.

Processo Nº AIRR-0002239-48.2017.5.12.0025

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) GTB EMPREENDIMENTOS S.A.
Advogado DR. CARLOS ARAÚZ FILHO(OAB: 27171/PR)
AGRAVADO(S) RICARDO LEMES DE LIMA
Advogado DR. WILMAR JOSÉ DE FREITAS NOGARA(OAB: 26089/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- GTB EMPREENDIMENTOS S.A.
- RICARDO LEMES DE LIMA

Processo Nº AIRR-0002362-66.2014.5.02.0401

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora DRA. CLÁUDIA HELENA DESTEFANI LACERDA
AGRAVADO(S) PATRÍCIA CARVALHO DA CONCEIÇÃO
Advogado DR. SIDNEY PRAXEDES DE SOUZA(OAB: 127297/SP)
AGRAVADO(S) MICHEL DA SILVA CERQUEIRA - EPP
Advogado DR. CARLOS WAGNER GONDIM NERY(OAB: 252519/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- MICHEL DA SILVA CERQUEIRA - EPP
- PATRÍCIA CARVALHO DA CONCEIÇÃO

Processo Nº AIRR-0002600-06.2016.5.12.0056

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) GISLEINE CRISTINA OLIVEIRA
Advogada DRA. THABATTA APOLINÁRIO(OAB: 42466/SC)
AGRAVADO(S) AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.

Advogado DR. ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA
LEITE(OAB: 7413-A/MT)
AGRAVADO(S) VIT - SERVIÇOS AUXILIARES DE
TRANSPORTES AÉREOS LTDA.
Advogado DR. ANGELITO JOSE
BARBIERI(OAB: 4026/SC)
AGRAVADO(S) IFSB GH SERVIÇOS AUXILIARES DE
TRANSPORTES AÉREOS S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.
- GISLEINE CRISTINA OLIVEIRA
- IFSB GH SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES
AÉREOS S.A.
- VIT - SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS
LTDA.

Processo Nº AIRR-0003501-93.2010.5.15.0025

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
AGRAVANTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada DRA. MARY CARLA SILVA
RIBEIRO(OAB: 299523/SP)
AGRAVANTE(S) FERNANDA CARMELLO FIGUEIROA
Advogada DRA. GISLÂNDIA FERREIRA DA
SILVA(OAB: 117883/SP)
AGRAVADO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FERNANDA CARMELLO FIGUEIROA
- OS MESMOS

Processo Nº AIRR-0004287-98.2013.5.12.0031

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM
EDIFÍCIOS E EM EMPRESAS DE
COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E
ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DE
FLORIANÓPOLIS
Advogado DR. FERNANDO RAMOS DE
FÁVERE(OAB: 24845/SC)
AGRAVADO(S) G. C. PARTICIPAÇÕES LTDA.
Advogado DR. ROBSON FREDERICO
SCHMIDT(OAB: 7305/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- G. C. PARTICIPAÇÕES LTDA.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EDIFÍCIOS E EM
EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E
ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DE FLORIANÓPOLIS

Processo Nº AIRR-0004293-38.2017.5.10.0802

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) TEL CENTRO DE CONTATOS LTDA.
Advogada DRA. FLÁVIA NEVES NOU DE
BRITO(OAB: 17065/BA)
AGRAVADO(S) SIMONE IZIDÓRIO PEREIRA
Advogado DR. LEONARDO MENESES
MACIEL(OAB: 4221/TO)

Intimado(s)/Citado(s):

- SIMONE IZIDÓRIO PEREIRA
- TEL CENTRO DE CONTATOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0004306-37.2017.5.10.0802

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ADÃO CARLOS TEIXEIRA

Advogado DR. CINEY ALMEIDA GOMES(OAB:
1181-A/TO)
AGRAVADO(S) BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
Advogada DRA. ESTEFÂNIA GONÇALVES
BARBOSA COLMANETTI(OAB:
13158/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADÃO CARLOS TEIXEIRA
- BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

Processo Nº AIRR-0004551-05.2015.5.12.0045

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE ITAPEMA
Advogada DRA. FLÁVIA BECKER(OAB:
17283/SC)
AGRAVADO(S) PATRÍCIA ZILIO
Advogado DR. LUIZ FELIPE MACHADO(OAB:
26970/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE ITAPEMA
- PATRÍCIA ZILIO

Processo Nº AIRR-0004552-08.2010.5.18.0171

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
AGRAVANTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. GEISSLER SARAIVA DE GOIAZ
JÚNIOR(OAB: 25609/GO)
AGRAVADO(S) MOISÉS ASSUNÇÃO PINTO
Advogada DRA. KELEN CRISTINA WEISS
SCHERER PENNER(OAB: 27386-
A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- MOISÉS ASSUNÇÃO PINTO

Processo Nº AIRR-0010032-32.2015.5.15.0152

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JULIANA VASQUES FRANCO
Advogado DR. NILO DA CUNHA JAMARDO
BEIRO(OAB: 108720/SP)
Advogado DR. JOSÉ EYMARD
LOGUÉRCIO(OAB: 103250/DF)
AGRAVADO(S) IBM BRASIL - INDÚSTRIA,
MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. JOÃO PAULO FOGAÇA DE
ALMEIDA FAGUNDES(OAB:
154384/SP)
Advogado DR. RONALDO RAYES(OAB:
147949/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- IBM BRASIL - INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.
- JULIANA VASQUES FRANCO

Processo Nº AIRR-0010072-52.2018.5.03.0084

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ALGAR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA
LTDA.
Advogada DRA. LETÍCIA ALVES GOMES(OAB:
82053/MG)
AGRAVADO(S) REINALDO FRANCISCO DA SILVA
Advogado DR. CRISTIANO CARNEIRO DA
PAIXÃO(OAB: 78934/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGAR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- REINALDO FRANCISCO DA SILVA

Processo Nº AIRR-0010072-87.2018.5.03.0040

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) THARLIS ENRIQUE MARTINS MACIEL
Advogado DR. RODRIGO JOSÉ GUZZONI(OAB: 108964/MG)
AGRAVADO(S) CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA.
Advogada DRA. NATÁLIA ROCHA ASSUNÇÃO(OAB: 131172/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA.
- THARLIS ENRIQUE MARTINS MACIEL

Processo Nº AIRR-0010122-44.2017.5.03.0042

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
Advogada DRA. LETÍCIA ALVES GOMES(OAB: 82053/MG)
Advogado DR. DANILO DE ANDRADE FERNANDES(OAB: 128797-A/MG)
AGRAVADO(S) JENNIFFER FERREIRA BAPTISTA DOS SANTOS
Advogado DR. ELIZEU DINIZ SILVA(OAB: 147462/MG)
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. LUCIANO BENIGNO CESCO(OAB: 91240/MG)
Advogado DR. AQUILINO NOVAES RODRIGUES(OAB: 91444/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- JENNIFFER FERREIRA BAPTISTA DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0010133-47.2016.5.15.0148

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ALCOA ALUMÍNIO S.A.
Advogado DR. LUIS MAURICIO CHIERIGHINI(OAB: 118746-A/SP)
AGRAVADO(S) MAURO CELSO BILCHEMANN
Advogado DR. VAGNER BAGDAL(OAB: 310966/SP)
AGRAVADO(S) ZONA DA MATA EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ALCOA ALUMÍNIO S.A.
- MAURO CELSO BILCHEMANN
- ZONA DA MATA EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS LTDA. - ME

Processo Nº AIRR-0010144-72.2016.5.15.0117

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) BIOSEV BIOENERGIA S.A.
Advogado DR. LEONARDO SANTINI ECHENIQUE(OAB: 249651/SP)
AGRAVADO(S) MARIA HELENA ALVES DE OLIVEIRA FRANCO
Advogado DR. JEAN NOGUEIRA LOPES(OAB: 322796/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOSEV BIOENERGIA S.A.
- MARIA HELENA ALVES DE OLIVEIRA FRANCO

Processo Nº AIRR-0010158-67.2018.5.03.0134

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) DANIEL AZEVEDO RODRIGUES
Advogado DR. HUMBERTO TOMAZ GONZAGA(OAB: 163871/MG)
AGRAVADO(S) LOJAS AMERICANAS S.A.
Advogado DR. CHRISTIANO DRUMOND PATRUS ANANIAS(OAB: 78403/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL AZEVEDO RODRIGUES
- LOJAS AMERICANAS S.A.

Processo Nº AIRR-0010162-54.2018.5.03.0183

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CONSITA TRATAMENTO DE RESÍDUOS S.A.
Advogado DR. OTÁVIO JUNQUEIRA CAETANO(OAB: 69114/MG)
AGRAVADO(S) IVANILDO FERREIRA DA SILVA
Advogado DR. THIAGO LYRIO BRANT DE MENDONÇA(OAB: 106465/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSITA TRATAMENTO DE RESÍDUOS S.A.
- IVANILDO FERREIRA DA SILVA

Processo Nº AIRR-0010163-11.2015.5.03.0097

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) USIMINAS MECÂNICA S.A.
Advogado DR. NEY JOSÉ CAMPOS(OAB: 44243/MG)
AGRAVADO(S) HUDSON VIRGÍLIO DA SILVA
Advogada DRA. MARLENE GOULART DOS SANTOS(OAB: 137255/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- HUDSON VIRGÍLIO DA SILVA
- USIMINAS MECÂNICA S.A.

Processo Nº AIRR-0010168-33.2018.5.03.0063

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) GILDA MARIA NASCIMENTO
Advogada DRA. JUCELE CORREIA PEREIRA(OAB: 53064/MG)
AGRAVADO(S) LAERTE DIVINO PEREIRA E OUTRA
Advogado DR. JOÃO BÔSCO KUMAIRA(OAB: 11366/MG)
Advogado DR. VALDEMIR GIROTTO(OAB: 47035/MG)
AGRAVADO(S) ESPÓLIO DE LOURDES VILARINHO MORTATE
Advogado DR. RÔMULO MACIEL CAMARGOS(OAB: 37818/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO DE LOURDES VILARINHO MORTATE
- GILDA MARIA NASCIMENTO
- LAERTE DIVINO PEREIRA E OUTRA

Processo Nº AIRR-0010180-39.2015.5.03.0132

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) UNIÃO (PGF)
Procurador DR. ALFREDO JOSÉ DO CARMO DINIZ
AGRAVADO(S) JOÃO BOSCO LEITE MATEUS
Advogado DR. DALMO TARCÍSIO GOMES(OAB: 74038/MG)
AGRAVADO(S) ROBERTO CARLOS BENEDITO
Advogado DR. MARCONI CAMPOS DE SOUZA(OAB: 118847/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOÃO BOSCO LEITE MATEUS
- ROBERTO CARLOS BENEDITO
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº AIRR-0010182-90.2018.5.03.0168

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) LARISSA CRISTINA TERESINHA DE OLIVEIRA
Advogado DR. RODRIGO GOMES RIBEIRO DE SENA(OAB: 107623/MG)
AGRAVADO(S) COMERCIAL SKYDONE EIRELI - EPP
Advogado DR. CLÁUDIO CAMPOS(OAB: 56385/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMERCIAL SKYDONE EIRELI - EPP
- LARISSA CRISTINA TERESINHA DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0010193-28.2016.5.09.0652

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) NELI TERESINHA FARIA DE SOUSA
Advogado DR. ALEXANDRE NISHIMURA(OAB: 28417/PR)
AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
Advogado DR. ALESSANDRA CARDOSO HERNANDES(OAB: 25113/PR)
AGRAVADO(S) NEW LINE GESTÃO DE RH EIRELI
CUSTOS LEGIS MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procurador DR. RONALDO CURADO FLEURY

Intimado(s)/Citado(s):

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
- NELI TERESINHA FARIA DE SOUSA
- NEW LINE GESTÃO DE RH EIRELI

Processo Nº AIRR-0010203-25.2018.5.03.0020

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BK BRASIL OPERAÇÕES E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.
Advogado DR. GUSTAVO REZENDE MITNE(OAB: 52997/PR)
AGRAVADO(S) JOSIANE PEREIRA DA SILVA
Advogado DR. ROSANE FERREIRA PINTO ALVES(OAB: 152709/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BK BRASIL OPERAÇÕES E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.
- JOSIANE PEREIRA DA SILVA

Processo Nº AIRR-0010233-76.2018.5.18.0009

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) MOBI X LTDA
Advogado DR. FABIANO RODRIGUES COSTA(OAB: 21529/GO)
AGRAVADO(S) WARLY FERNANDO DE SOUSA
Advogada DRA. DANIELLA OLIVEIRA GOULÃO(OAB: 21788/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- MOBI X LTDA
- WARLY FERNANDO DE SOUSA

Processo Nº AIRR-0010234-92.2016.5.03.0027

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) TEKSID DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. FERNANDO RIBEIRO DA SILVA(OAB: 118464/MG)
Advogado DR. TIAGO PASSOS(OAB: 135047/MG)
AGRAVADO(S) LUIZ GONZAGA SOARES DA SILVA JÚNIOR
Advogada DRA. ADRIENNE RODRIGUES COUTINHO(OAB: 124765/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ GONZAGA SOARES DA SILVA JÚNIOR
- TEKSID DO BRASIL LTDA.

Processo Nº AIRR-0010248-59.2018.5.03.0010

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) EMIVE - PATRULHA 24 HORAS LTDA.
Advogado DR. BRUNO ANDRADE DE SIQUEIRA(OAB: 89874/MG)
AGRAVADO(S) ELIZABETH BATISTA DA SILVA
Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS PENZIN NETO(OAB: 61030/MG)
Advogada DRA. SÔNIA ARANTES SALES VARGAS(OAB: 63509/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIZABETH BATISTA DA SILVA
- EMIVE - PATRULHA 24 HORAS LTDA.

Processo Nº AIRR-0010270-23.2016.5.09.0010

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CELSO TEIXEIRA DA SILVA
Advogada DRA. KARLA NEMES(OAB: 20830/PR)
AGRAVADO(S) BSLOG LOGÍSTICA LTDA. E OUTRA
Advogado DR. FERNANDO ANTÔNIO ZANELLA(OAB: 18320/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSLOG LOGÍSTICA LTDA. E OUTRA
- CELSO TEIXEIRA DA SILVA

Processo Nº AIRR-0010279-06.2018.5.03.0002

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA LTDA.
Advogado DR. LUCAS MATTAR RIOS MELO(OAB: 118263/MG)
Advogada DRA. POLLYANA RESENDE NOGUEIRA DO PINHO(OAB: 120000/MG)
AGRAVADO(S) TATYANE SILVA CORDEIRO

Advogado DR. GILBERTO JULIANO DA SILVA
LARA(OAB: 131617/MG)
AGRAVADO(S) TIM NORDESTE S.A.
Advogado DR. EDUARDO MACEDO
LEITÃO(OAB: 143743/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA
LTDA.
- TATYANE SILVA CORDEIRO
- TIM NORDESTE S.A.

Processo Nº AIRR-0010296-33.2016.5.09.0006

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA
S.A.
Advogada DRA. ANNE MARIE FERREIRA(OAB:
31411/PR)
Advogada DRA. ÉVELYN CRISTINA
SCHWAB(OAB: 52262/PR)
AGRAVADO(S) PEDRO FARIA
Advogada DRA. GISLAINE REGINA DE
MELO(OAB: 25208/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- PEDRO FARIA
- URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

Processo Nº AIRR-0010332-89.2017.5.18.0103

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BRF S.A.
Advogado DR. RAFAEL LARA MARTINS(OAB:
22331/GO)
AGRAVADO(S) WELLINGTON FERREIRA
Advogado DR. ANDREÍNA BARBOSA
BERNARDES DO PRADO(OAB:
25676/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- WELLINGTON FERREIRA

Processo Nº AIRR-0010338-12.2017.5.08.0124

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ELISSANDRA BARBOSA DA SILVA
Advogado DR. SELMA EVANGELISTA DE
LIMA(OAB: 12683/PA)
Advogado DR. CÍCERO SALES DA SILVA(OAB:
10802/PA)
AGRAVADO(S) MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
Advogada DRA. KARINA ROBERTA COLIN
SAMPAIO GONZAGA(OAB:
157482/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELISSANDRA BARBOSA DA SILVA
- MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.

Processo Nº AIRR-0010342-08.2016.5.03.0097

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CLEOMILSON MARTINS PEREIRA
Advogado DR. ROMMEL EUSTÁSIO MACHADO
OLIVEIRA(OAB: 78788/MG)
Advogado DR. ALEXANDRE WERNECK
SANTOS(OAB: 79028/MG)
Advogado DR. RODRIGO PONTES
QUINTÃO(OAB: 121626/MG)
AGRAVADO(S) SARTORI SERVIÇOS LTDA.

Advogado DR. RUBEN AMERICANO DA
COSTA(OAB: 76028/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEOMILSON MARTINS PEREIRA
- SARTORI SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0010381-26.2017.5.03.0014

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JUSSARA ALVES DA CRUZ
Advogado DR. ANDERSON RACILAN
SOUTO(OAB: 56494/MG)
Advogada DRA. ROBERTA ANDRADE DE
SALLES(OAB: 128631/MG)
AGRAVADO(S) INSTITUTO HERMES PARDINI S.A.
Advogado DR. MÚCIO WANDERLEY
BORJA(OAB: 8101/MG)
Advogado DR. CAIO MARCIO BORJA
FILIZZOLA(OAB: 131842-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO HERMES PARDINI S.A.
- JUSSARA ALVES DA CRUZ

Processo Nº AIRR-0010393-61.2018.5.03.0028

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS
BRASIL LTDA.
Advogado DR. FRANCISCO JOSÉ FERREIRA
DE SOUZA ROCHA DA SILVA(OAB:
182432-A/SP)
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE
SAAD(OAB: 36634-D/SP)
AGRAVADO(S) MARCUS MAXIMILIANO MARINHO
VALERIO
Advogado DR. DANIEL MANOEL DA
COSTA(OAB: 139255/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
- MARCUS MAXIMILIANO MARINHO VALERIO

Processo Nº AIRR-0010398-59.2016.5.03.0091

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PEDRO LADEIA NETO
Advogado DR. ANDRÉ VELLOSO
HENRIQUES(OAB: 118351/MG)
AGRAVADO(S) VALE S.A.
Advogado DR. MICHEL PIRES PIMENTA
COUTINHO(OAB: 87880/MG)
AGRAVADO(S) GUIMAR ENGENHARIA LTDA.
AGRAVADO(S) CONCREMAT ENGENHARIA E
TECNOLOGIA S.A.
Advogado DR. JOÃO PEDRO EYLER
POVOA(OAB: 139420/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.
- GUIMAR ENGENHARIA LTDA.
- PEDRO LADEIA NETO
- VALE S.A.

Processo Nº AIRR-0010400-56.2018.5.03.0027

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) RODOVIÁRIO CAMILO DOS SANTOS
FILHO LTDA.
Advogado DR. LINCOLN FAGUNDES NETTO
SANTOS(OAB: 101082/MG)

Advogado DR. HOMERO GONÇALVES NETO(OAB: 99915/MG)
AGRAVADO(S) ALISSON TORRES DE OLIVEIRA
Advogado DR. GUILHERME KATSUHIKO MOTAI(OAB: 153806/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALISSON TORRES DE OLIVEIRA
- RODOVIÁRIO CAMILO DOS SANTOS FILHO LTDA.

Processo Nº AIRR-0010409-95.2017.5.03.0142

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE SAAD(OAB: 36634/SP)
AGRAVADO(S) CARLOS SOUSA
Advogado DR. DANIEL MANOEL DA COSTA(OAB: 139255/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS SOUSA
- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.

Processo Nº AIRR-0010435-93.2017.5.03.0142

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) SUPERMERCADOS BH COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Advogado DR. GUILHERME TEIXEIRA DE SOUZA(OAB: 83096-A/MG)
AGRAVADO(S) JEFFERSON FELIPE ASSUNÇÃO
Advogado DR. ROBISON APARECIDO QUINTÃO(OAB: 163149-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- JEFFERSON FELIPE ASSUNÇÃO
- SUPERMERCADOS BH COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0010444-05.2016.5.15.0062

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "JOSÉ GOMES DA SILVA" - ITESP
Procuradora DRA. JULIANA BINATTO SCHAEER GONZAGA
AGRAVADO(S) ARGEU MOREIRA DA SILVA FILHO
Advogado DR. JOÃO DIAS PAIÃO FILHO(OAB: 198616/SP)
Advogado DR. ROBERLEI CÂNDIDO DE ARAÚJO(OAB: 214880/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARGEU MOREIRA DA SILVA FILHO
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "JOSÉ GOMES DA SILVA" - ITESP

Processo Nº AIRR-0010457-28.2018.5.03.0010

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKEETING E INFORMATICA S/A
Advogado DR. LUCAS MATTAR RIOS MELO(OAB: 118263/MG)
AGRAVADO(S) LEANDRO DE LIMA ALVES JUNIOR
Advogado DR. ANÉSIO CRISTIANO FÉLIX(OAB: 112489/MG)
AGRAVADO(S) TIM CELULAR S.A.
Advogado DR. ANTÔNIO RODRIGO SANT'ANA(OAB: 234190/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKEETING E INFORMATICA S/A
- LEANDRO DE LIMA ALVES JUNIOR
- TIM CELULAR S.A.

Processo Nº AIRR-0010477-50.2018.5.03.0032

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) EDUARDO DA SILVA SOUZA
Advogado DR. FÁBIO FAZANI(OAB: 183851/SP)
AGRAVADO(S) TERMINAL DE CARGAS DE SARZEDO LTDA.
Advogado DR. DANIEL MACIEL DE FREITAS GONÇALVES(OAB: 122528/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO DA SILVA SOUZA
- TERMINAL DE CARGAS DE SARZEDO LTDA.

Processo Nº AIRR-0010480-23.2014.5.15.0125

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BIOSEV BIOENERGIA S.A.
Advogado DR. LEONARDO SANTINI ECHENIQUE(OAB: 249651/SP)
AGRAVADO(S) EVERSON CARDOSO AMARAL
Advogado DR. GILSON REGIS COMAR(OAB: 136581/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOSEV BIOENERGIA S.A.
- EVERSON CARDOSO AMARAL

Processo Nº AIRR-0010505-78.2015.5.01.0064

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) LEDSON DO CARMO BINDA
Advogada DRA. PATRÍCIA GEÃO(OAB: 106771/RJ)
Advogada DRA. MARIANA PAULON(OAB: 86806/RJ)
Advogado DR. BRUNO PERES(OAB: 152964/RJ)
AGRAVADO(S) CEDAE COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
Advogado DR. HENRIQUE CLÁUDIO MAUÉS(OAB: 35707/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEDAE COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
- LEDSON DO CARMO BINDA

Processo Nº AIRR-0010534-69.2017.5.18.0102

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BRF S.A.
Advogado DR. RAFAEL LARA MARTINS(OAB: 22331/GO)
AGRAVADO(S) MARIA JOSIELI IDALINO PEREIRA
Advogado DR. ANA ALICE FURTADO(OAB: 29813/GO)
Advogado DR. PABLO FERREIRA FURTADO DE OLIVEIRA(OAB: 28603/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- MARIA JOSIELI IDALINO PEREIRA

Processo Nº AIRR-0010578-52.2017.5.03.0055

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) GERDAU AÇOMINAS S.A.
Advogado DR. NEY JOSÉ CAMPOS(OAB: 44243/MG)
Advogada DRA. LEILA AZEVEDO SETTE(OAB: 22864/MG)
AGRAVADO(S) CARLOS ROBERTO MENDES
Advogado DR. JOÃO ANTÔNIO CARDOSO(OAB: 61106/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ROBERTO MENDES
- GERDAU AÇOMINAS S.A.

Processo Nº AIRR-0010582-71.2017.5.03.0061

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) VITOR HUGO MAGALHAES VONO
Advogado DR. RICARDO ANTÔNIO LARA DE CARVALHO(OAB: 82922/MG)
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA DE ITAJUBÁ
Advogada DRA. MILENA DE ALCANTARA NOGUEIRA(OAB: 94159/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA DE ITAJUBÁ
- VITOR HUGO MAGALHAES VONO

Processo Nº AIRR-0010591-67.2016.5.03.0158

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ADCON - ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO EIRELI
Advogado DR. GUILHERME ALVIM AYRES(OAB: 97651/MG)
AGRAVADO(S) LEANDRO ANTÔNIO BARBOSA
AGRAVADO(S) UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
Procurador DR. AFONSO SÉRGIO CORREA DE FARIA

Intimado(s)/Citado(s):

- ADCON - ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO EIRELI
- LEANDRO ANTÔNIO BARBOSA
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Processo Nº AIRR-0010592-26.2016.5.03.0102

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ARCELORMITTAL BRASIL S.A.
Advogada DRA. CARINE MURTA NAGEM CABRAL(OAB: 79742/MG)
AGRAVADO(S) JOSELITO CALDEIRA RODRIGUES
Advogado DR. CARLOS HENRIQUE GOMES(OAB: 124064/MG)
Advogado DR. THAIS KAREM MARQUES VASCONCELOS(OAB: 137849/MG)
Advogado DR. RAYLTON DE LIMA GOMES(OAB: 159687/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARCELORMITTAL BRASIL S.A.
- JOSELITO CALDEIRA RODRIGUES

Processo Nº AIRR-0010604-14.2016.5.03.0143

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.
Advogada DRA. MARIA APARECIDA FERREIRA BARROS RIBEIRO(OAB: 62852/MG)

Advogado DR. ELOÁ DE FREITAS CARDOSO CANGUSSU(OAB: 94241/MG)
AGRAVADO(S) JÚLIO CÉSAR DE ARAÚJO
Advogado DR. JOSÉ GERALDO V. V. DE CASTRO FERREIRA(OAB: 96706/MG)
AGRAVADO(S) "EMPRESA" GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. CARIN REGINA MARTINS AGUIAR(OAB: 221579/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- "EMPRESA" GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS LTDA.
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.
- JÚLIO CÉSAR DE ARAÚJO

Processo Nº AIRR-0010623-52.2017.5.15.0013

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
Advogada DRA. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606/SP)
Advogada DRA. MARIA HELENA VILLELA AUTUORI ROSA(OAB: 102684/SP)
Advogado DR. TATIANE DE CICCIO NASCIBEM CHADID(OAB: 201296-A/SP)
AGRAVADO(S) JOÃO BATISTA DE AGUIAR
Advogado DR. VALDIR KEHL(OAB: 99626/SP)
Advogado DR. ROBERTO DE CAMARGO JUNIOR(OAB: 148473/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
- JOÃO BATISTA DE AGUIAR

Processo Nº AIRR-0010643-42.2017.5.03.0089

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) ELIZEU ALVES CABRAL
Advogado DR. RODRIGO OLIVEIRA CARDOSO(OAB: 89393/MG)
Advogado DR. HENRIQUE GONÇALVES GALIETO DE OLIVEIRA(OAB: 152281/MG)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS
Advogado DR. NEY JOSÉ CAMPOS(OAB: 44243/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIZEU ALVES CABRAL
- USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS

Processo Nº AIRR-0010663-26.2016.5.15.0027

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) COFCO BRASIL S.A.
Advogado DR. ALBERTO KAIRALLA BIANCHI(OAB: 161488/SP)
AGRAVADO(S) EDERSON FIGUEIREDO DE SOUZA
Advogado DR. MAURÍLIO RIBEIRO DA SILVA MELO(OAB: 303777/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COFCO BRASIL S.A.
- EDERSON FIGUEIREDO DE SOUZA

Processo Nº AIRR-0010672-40.2017.5.03.0171

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) JOSÉ CARLOS MARTINS
Advogado DR. JORGE ROMERO
CHEGURY(OAB: 50035/MG)
Advogado DR. ELDER GUERRA
MAGALHÃES(OAB: 50326/MG)
Advogada DRA. JULIANA MARIA RIBEIRO
FRANÇA(OAB: 85957/MG)
Advogada DRA. EDUARDA DIAS DE MOURA
ALVES(OAB: 144072/MG)
Advogado DR. LEONARDO SETTE ABRANTES
FIORAVANTE(OAB: 166204/MG)
AGRAVADO(S) VALE S.A.
Advogado DR. NILTON CORREIA(OAB:
1291/DF)
Advogada DRA. FERNANDA MARTINS
SOUZA(OAB: 110635/MG)
Advogada DRA. MARINA MARTINS DA
COSTA(OAB: 150332/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ CARLOS MARTINS
- VALE S.A.

Processo Nº AIRR-0010687-62.2017.5.15.0013

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) GENERAL MOTORS DO BRASIL
LTDA.
Advogado DR. ANDRÉ RODRIGUES
SCHIOSER(OAB: 246613/SP)
AGRAVADO(S) MARINO OSWALDO PEREIRA
Advogado DR. JOSÉ PEDRO ANDREATTA
MARCONDES(OAB: 311926/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
- MARINO OSWALDO PEREIRA

Processo Nº AIRR-0010706-47.2016.5.03.0010

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) NILMA RODRIGUES DA CRUZ
Advogado DR. JULIANO PEREIRA
NEPOMUCENO(OAB: 73683/MG)
AGRAVADO(S) MGS MINAS GERAIS
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.
Advogado DR. JEFFERSON CALIXTO DE
OLIVEIRA(OAB: 72061/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MGS MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.
- NILMA RODRIGUES DA CRUZ

Processo Nº AIRR-0010706-08.2017.5.18.0103

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JOÃO BATISTA FERREIRA DAS
NEVES
Advogada DRA. TERESA APARECIDA VIEIRA
BARROS(OAB: 11841/GO)
AGRAVADO(S) UNIVERSIDADE DE RIO VERDE -
FESURV
Advogada DRA. HÉRICA CRISTINA PAES
NASCIMENTO(OAB: 47097/GO)
AGRAVADO(S) TECHINA CONSTRUTORA LTDA.
Advogado DR. WESLEY YURI RODRIGUES DE
SOUZA(OAB: 44308/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOÃO BATISTA FERREIRA DAS NEVES
- TECHINA CONSTRUTORA LTDA.
- UNIVERSIDADE DE RIO VERDE - FESURV

Processo Nº AIRR-0010717-62.2017.5.03.0068

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO SALES
LTDA.
Advogado DR. FLÁVIO BELLINI DE OLIVEIRA
SALLES(OAB: 50982/MG)
AGRAVADO(S) REGIANE PEREIRA CARMO
Advogado DR. MAURÍCIO MARINHO
BENINI(OAB: 121538/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO SALES LTDA.
- REGIANE PEREIRA CARMO

Processo Nº AIRR-0010719-81.2015.5.03.0139

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) WILLIAN DE CARVALHO BARBOSA
Advogado DR. JOSÉ AMARANTE DE
VASCONCELOS(OAB: 60979/MG)
AGRAVADO(S) CONSERVO SERVIÇOS GERAIS
LTDA.
Advogada DRA. ISABEL DAS GRAÇAS
DORADO(OAB: 29409/MG)
Advogada DRA. ADRIANA DORADO
TORRES(OAB: 96756/MG)
AGRAVADO(S) BHTRANS - EMPRESA DE
TRANSPORTES E TRÂNSITO DE
BELO HORIZONTE
Advogado DR. EURICO LEOPOLDO DE
REZENDE DUTRA(OAB: 26952/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BHTRANS - EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE
BELO HORIZONTE
- CONSERVO SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- WILLIAN DE CARVALHO BARBOSA

Processo Nº AIRR-0010757-35.2018.5.03.0092

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) INTERCEMENT BRASIL S.A.
Advogada DRA. LEILA AZEVEDO SETTE
Advogada DRA. LEILA AZEVEDO SETTE(OAB:
22864/MG)
Advogado DR. LUANNA VIEIRA DE LIMA
COSTA
AGRAVADO(S) VALDECI PINTO DOS SANTOS
Advogado DR. ANTÔNIO MOREIRA DE
SOUZA(OAB: 102641/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- INTERCEMENT BRASIL S.A.
- VALDECI PINTO DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0010822-49.2015.5.15.0044

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE POTIRENDABA
Advogado DR. GIOVANA DE FÁTIMA
BARUFFI(OAB: 229457/SP)
AGRAVADO(S) FÁBIO FERRARI GARCIA
Advogado DR. CARLOS ADALBERTO
RODRIGUES(OAB: 106374/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FÁBIO FERRARI GARCIA
- MUNICÍPIO DE POTIRENDABA

Processo Nº AIRR-0010859-64.2018.5.18.0181

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CIA. HERING
Advogado DR. EDEMIR DA ROCHA(OAB: 8099/SC)
AGRAVADO(S) NATANAEL ROCHA DA SILVA
Advogada DRA. FLÁVIA CRISTINA MIRANDA ATAÍDES(OAB: 27662/GO)
AGRAVADO(S) SAMUEL ALVES PEREIRA EIRELI - ME
Advogada DRA. JAKELLINY ROSSI OLIVEIRA SILVA LEÃO(OAB: 49050/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CIA. HERING
- NATANAEL ROCHA DA SILVA
- SAMUEL ALVES PEREIRA EIRELI - ME

Processo Nº AIRR-0010875-39.2015.5.03.0149

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS
Procurador DR. SAMUEL MARCONDES
AGRAVADO(S) SANDRA LÚCIA REMÉDIO MONTENEGRO RODRIGUES
Advogado DR. LINCOLN DE QUEIROZ GONÇALVES NETO(OAB: 104917/MG)
Advogado DR. CARLOS HENRIQUE DE MIRANDA JUNIOR(OAB: 106197/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS
- SANDRA LÚCIA REMÉDIO MONTENEGRO RODRIGUES

Processo Nº AIRR-0010928-20.2017.5.15.0083

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
Advogada DRA. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606/SP)
AGRAVADO(S) ANDERSON FERREIRA DO PRADO
Advogado DR. VALDIR KEHL(OAB: 99626/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON FERREIRA DO PRADO
- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº AIRR-0010937-07.2015.5.01.0482

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) SINDICATO DOS PETROLEIROS DO NORTE FLUMINENSE - SINDIPETRO/NF
Advogado DR. JORGE NORMANDO DE CAMPOS RODRIGUES(OAB: 71545/RJ)
AGRAVADO(S) PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO E OUTRO
Advogado DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO E OUTRO
- SINDICATO DOS PETROLEIROS DO NORTE FLUMINENSE - SINDIPETRO/NF

Processo Nº AIRR-0010942-28.2017.5.03.0183

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) DROGARIA ARAÚJO S.A.
Advogado DR. RODRIGO DE CARVALHO ZAULI(OAB: 71933-A/MG)
AGRAVADO(S) ANDRÉA VIRGILINA DA SILVA ARAÚJO
Advogado DR. BRUNO GERALDO SENA(OAB: 128286/MG)
Advogado DR. RÔMULO BRASIL DE AVELAR CAMPOS(OAB: 110880-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRÉA VIRGILINA DA SILVA ARAÚJO
- DROGARIA ARAÚJO S.A.

Processo Nº AIRR-0010956-73.2014.5.01.0053

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) SÉRGIO MURILO DIAS DA SILVA
Advogado DR. ARNALDO FRANCISCO NEVES NETO(OAB: 77686/RJ)
AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada DRA. ANDRÉA DA SILVA NASCIMENTO FERRAZ(OAB: 112073/RJ)
Advogada DRA. BRUNNA PAIS BRENGUERE BERNARDES(OAB: 213762/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SÉRGIO MURILO DIAS DA SILVA

Processo Nº AIRR-0010975-09.2017.5.03.0186

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ANDRESSA ALVES DE SOUZA
Advogado DR. MARCELO DE ANDRADE PORTELLA SENRA(OAB: 108347-A/MG)
AGRAVADO(S) TAREFA SERVIÇOS LTDA. - ME
Advogado DR. CLÉBER REIS GREGO(OAB: 45805/MG)
Advogado DR. MAURÍCIO DA CUNHA PEIXOTO(OAB: 50339/MG)
Advogado DR. JOÃO GUILHERME DA CUNHA PEIXOTO(OAB: 137042/MG)
AGRAVADO(S) RECREIO B. H. VEÍCULOS S.A.
Advogado DR. ROGÉRIO GERALDO DE CARVALHO(OAB: 56531/MG)
Advogada DRA. JAQUELINE RUFO(OAB: 125619/MG)
AGRAVADO(S) BH EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS LTDA.
Advogado DR. GUILHERME DIAS FERREIRA(OAB: 87899/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRESSA ALVES DE SOUZA
- BH EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS LTDA.
- RECREIO B. H. VEÍCULOS S.A.
- TAREFA SERVIÇOS LTDA. - ME

Processo Nº AIRR-0010986-97.2014.5.03.0168

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
Advogado DR. RAFAEL ANTUNES FREDERICO(OAB: 110076/MG)
AGRAVADO(S) LUIS CLÁUDIO DE FREITAS
Advogado DR. GUSTAVO COSTA CIABOTTI(OAB: 73887/MG)

Advogado DR. ALEX SANTANA DE NOVAIS(OAB: 64101/MG)
AGRAVADO(S) CJ DE FREITAS CONSTRUÇÕES - ME
AGRAVADO(S) CD CONSTRUTORA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CD CONSTRUTORA LTDA.
- CJ DE FREITAS CONSTRUÇÕES - ME
- LUIS CLÁUDIO DE FREITAS
- MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Processo Nº AIRR-0010998-07.2014.5.01.0059

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. MARIANA FERREIRA FINEBERG DE ANGELIS
AGRAVADO(S) DÉBORA QUINTANILHA COELHO
Advogada DRA. MARIANA SANTOS DE MELLO SILVA(OAB: 119881/RJ)
Advogada DRA. ELIANA SOARES DA MOTA(OAB: 151438/RJ)
AGRAVADO(S) OBRA SOCIAL JOÃO BATISTA

Intimado(s)/Citado(s):

- DÉBORA QUINTANILHA COELHO
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- OBRA SOCIAL JOÃO BATISTA

Processo Nº AIRR-0011014-73.2015.5.15.0046

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) NESTLÉ BRASIL LTDA.
Advogado DR. RUI NOGUEIRA PAES CAMINHA BARBOSA(OAB: 274876-A/SP)
AGRAVADO(S) CLÁUDIA FERREIRA DO NASCIMENTO
Advogado DR. TATIANA DE CÁSSIA MORAES CINQUINI(OAB: 254593/SP)
Advogado DR. LEANDRO CINQUINI NETTO(OAB: 270947/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLÁUDIA FERREIRA DO NASCIMENTO
- NESTLÉ BRASIL LTDA.

Processo Nº AIRR-0011163-07.2015.5.03.0013

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) PLANSUL - PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI
Advogada DRA. ALESSANDRA VIEIRA DE ALMEIDA(OAB: 11688/SC)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) PATRICIA MARCIA CAMPOS SILVERIO
Advogado DR. SAULO MOREIRA GROSSI(OAB: 106437/MG)
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- PATRICIA MARCIA CAMPOS SILVERIO
- PLANSUL - PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

Processo Nº AIRR-0011235-30.2017.5.18.0102

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BRF S.A.

Advogado DR. RAFAEL LARA MARTINS(OAB: 22331/GO)
AGRAVADO(S) LEONILDO AZEVEDO DOS SANTOS
Advogada DRA. RONDINELLY DOS REIS REZENDE(OAB: 24071/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- LEONILDO AZEVEDO DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0011275-92.2016.5.15.0146

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BIOSEV BIOENERGIA S.A.
Advogado DR. LEONARDO SANTINI ECHENIQUE(OAB: 249651/SP)
AGRAVADO(S) RENATO SILVA DE CARVALHO
Advogado DR. LUCAS DA SILVA BISCONSINI(OAB: 297806/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOSEV BIOENERGIA S.A.
- RENATO SILVA DE CARVALHO

Processo Nº AIRR-0011328-26.2015.5.15.0076

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE FRANCA
Advogado DR. GEISLA FABIA PINTO(OAB: 289337-A/SP)
AGRAVADO(S) CELIA NATALINA MALASPINI APOLINARIO E OUTROS
Advogada DRA. ROMILDA BENEDITA TAVARES BONETI(OAB: 119712/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELIA NATALINA MALASPINI APOLINARIO E OUTROS
- MUNICÍPIO DE FRANCA

Processo Nº AIRR-0011357-08.2017.5.03.0087

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE SAAD(OAB: 36634/SP)
AGRAVADO(S) ORLANDO APARECIDO DOS REIS MENDES
Advogado DR. LEANDRO FERREIRA DA LUZ(OAB: 79739/MG)
Advogado DR. LEANDRO FERREIRA DA LUZ(OAB: 79739-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
- ORLANDO APARECIDO DOS REIS MENDES

Processo Nº AIRR-0011372-32.2017.5.03.0101

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JOAO RODRIGUES LOURENCO
Advogado DR. THIAGO HALLEY BARBOSA(OAB: 144884/MG)
AGRAVADO(S) VOTORANTIM CIMENTOS S.A.
Advogado DR. CLEBER DAL ROVERE(OAB: 192411-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO RODRIGUES LOURENCO
- VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

Processo Nº AIRR-0011379-45.2017.5.03.0094

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) FARLIANE LACERDA SANTOS
Advogado DR. GILSON ALVES RAMOS(OAB: 74315/MG)
AGRAVADO(S) REGIANE HELOÍSA DUARTE
Advogado DR. PAULO LUÍS MARTINS(OAB: 89043/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FARLIANE LACERDA SANTOS
- REGIANE HELOÍSA DUARTE

Processo Nº AIRR-0011438-38.2016.5.03.0039

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada DRA. MARLEY SILVA DA CUNHA GOMES(OAB: 74014/MG)
AGRAVADO(S) WANDER MARQUES TELES
Advogado DR. FÁBIO MARTINS VEIGA(OAB: 136529/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- WANDER MARQUES TELES

Processo Nº AIRR-0011487-61.2016.5.09.0088

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E M.L.C.
AGRAVADO(S)
Advogado DR. GLECI TEREZINHA MUXFELDT(OAB: 20274/PR)
AGRAVANTE(S) E E.B.S.
AGRAVADO(S)
Advogado DR. FABIANO AUGUSTO TEIXEIRA(OAB: 40211/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- E.B.S.
- M.L.C.

Processo Nº AIRR-0011507-85.2014.5.01.0204

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) VIA VAREJO S.A.
Advogado DR. DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA(OAB: 220028/RJ)
AGRAVADO(S) JOSÉ JACINTO SÉRGIO
Advogada DRA. GENTILA MONTEIRO DE OLIVEIRA(OAB: 73026/RJ)
AGRAVADO(S) R G LEITE CARGAS E DESCARGAS - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ JACINTO SÉRGIO
- R G LEITE CARGAS E DESCARGAS - ME
- VIA VAREJO S.A.

Processo Nº AIRR-0011548-93.2015.5.01.0082

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL - INB
Advogado DR. MARCELO ISENSEE DE BARROS SOBRINHO(OAB: 172044-A/RJ)

Advogado DR. BERNARDO MAINARDI NOGUEIRA DA GAMA(OAB: 173381-A/RJ)
AGRAVADO(S) ANTONIO DOS SANTOS PAULA MARTINS
Advogada DRA. ANA ROCHA DE OLIVEIRA(OAB: 112572/RJ)
Advogado DR. ANDERSON GUIDA BRILHANTE(OAB: 186215/RJ)
AGRAVADO(S) DELLIMP SERVIÇOS GERAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO DOS SANTOS PAULA MARTINS
- DELLIMP SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL - INB

Processo Nº AIRR-0011575-70.2015.5.03.0163

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE SAAD(OAB: 36634-D/SP)
AGRAVADO(S) GERALDO RODRIGUES ALVES
Advogado DR. MAGNONES ARAÚJO BORGES(OAB: 110395/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
- GERALDO RODRIGUES ALVES

Processo Nº AIRR-0011640-67.2015.5.03.0033

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) WESLEY SANTOS ROSA
Advogada DRA. VÂNIA MARIA ALVARENGA BARBOSA(OAB: 66612/MG)
Advogado DR. REJANE MADUREIRA MELO(OAB: 98384/MG)
Advogada DRA. IVANILDE ALVARENGA BARBOSA(OAB: 59559/MG)
AGRAVADO(S) RIP SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.
Advogado DR. MÁRCIO ADRIANO GOMES DE OLIVEIRA(OAB: 70726/MG)
Advogado DR. MARCUS VINÍCIUS EVANGELISTA(OAB: 138739/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- RIP SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.
- WESLEY SANTOS ROSA

Processo Nº AIRR-0011668-20.2016.5.09.0005

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) OBJETIVA MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA
Advogado DR. MARIANA LINHARES WATERKEMPER(OAB: 56844-S/PR)
AGRAVADO(S) ANSELMO DIAS DO VALIS
Advogado DR. FERNANDO FORONDA(OAB: 58453/PR)
AGRAVADO(S) ORSEGUPS PARTICIPAÇÕES S.A.
Advogado DR. MARIANA LINHARES WATERKEMPER(OAB: 56844-S/PR)
AGRAVADO(S) CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA
Advogado DR. MARCO AURELIO GUIMARAES(OAB: 22181-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANSELMO DIAS DO VALIS
- CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA

- OBJETIVA MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA
- ORSEGUPS PARTICIPAÇÕES S.A.

Processo Nº AIRR-0011679-81.2016.5.03.0113

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI
Advogada DRA. ALESSANDRA VIEIRA DE ALMEIDA(OAB: 11688/SC)
AGRAVADO(S) CLEYDIANE CRISTINA SILVA MOURA
Advogado DR. WELESTON XAVIER DE SOUZA(OAB: 171259/MG)
Advogado DR. LUAN CRISTIAN LOURENÇO(OAB: 181047/MG)
AGRAVADO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. RONALDO BATISTA DE CARVALHO(OAB: 42588/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- CLEYDIANE CRISTINA SILVA MOURA
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

Processo Nº AIRR-0011723-24.2016.5.03.0009

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BRF S.A.
Advogado DR. MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS(OAB: 1623-A/MG)
AGRAVADO(S) MILIANE CRISTINA ZEFERINO
Advogado DR. CRISTIANO CAMPOS KANGUSSU SANTANA(OAB: 84396/MG)
Advogado DR. ANA CRISTINA COSTA CARVALHO(OAB: 83135/MG)
Advogada DRA. RENATA GALINARI MOISES(OAB: 154436/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- MILIANE CRISTINA ZEFERINO

Processo Nº AIRR-0011775-33.2015.5.15.0102

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
Advogado DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)
AGRAVADO(S) GEORGELINO CRISTINO LEITE
Advogado DR. LUIZ GUSTAVO BUENO(OAB: 197837/SP)
AGRAVADO(S) RCGROUP LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.
Advogada DRA. ANGÉLICA CRISTINA MULLER(OAB: 83266/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
- GEORGELINO CRISTINO LEITE
- RCGROUP LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Processo Nº AIRR-0011832-78.2015.5.03.0104

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) HELIO DE JESUS
Advogado DR. VIVIANE ESPÍNDULA VIEIRA(OAB: 84473/MG)
Advogado DR. ROSÂNGELA TORRENT E SILVA(OAB: 115250/MG)

AGRAVADO(S) CITAGRO COMERCIO DE IMPLEMENTOS E TRATORES AGRICOLAS LTDA E OUTRA
Advogado DR. ATILA RODRIGUES(OAB: 53324/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CITAGRO COMERCIO DE IMPLEMENTOS E TRATORES AGRICOLAS LTDA E OUTRA
- HELIO DE JESUS

Processo Nº AIRR-0011877-84.2016.5.03.0092

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) UNIÃO (PGU)
Procuradora DRA. IARA BRAGA TOLENTINO
Procuradora DRA. ELISA MARIA MORAES BRAGA RAPOSO LOPES
AGRAVADO(S) NEILDE PEREIRA DE SOUZA
Advogado DR. ANDRÉ ASSIS DE CARVALHO MELLO VIANNA(OAB: 126486/MG)
Advogado DR. RINALDO JOSÉ DA CUNHA(OAB: 132121/MG)
AGRAVADO(S) AMX SOLUÇÕES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- AMX SOLUÇÕES LTDA.
- NEILDE PEREIRA DE SOUZA
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº AIRR-0011974-92.2016.5.03.0057

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) AVIVAR ALIMENTOS LTDA.
Advogado DR. RENATO DE ANDRADE GOMES(OAB: 63248/MG)
AGRAVADO(S) FRANCINETE APOLINÁRIA DOS SANTOS
Advogado DR. GUILHERME FARIA DE OLIVEIRA(OAB: 158686/MG)
Advogado DR. HUDSON GUIMARÃES TAVARES(OAB: 119305/MG)
Advogada DRA. ANGÉLICA APARECIDA DE OLIVEIRA(OAB: 191487/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AVIVAR ALIMENTOS LTDA.
- FRANCINETE APOLINÁRIA DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0012037-28.2017.5.03.0043

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MARIA JOSÉ FÉLIX DA SILVA
Advogado DR. CLEBERSON JABIS CUNHA(OAB: 166937-A/MG)
AGRAVADO(S) GC BATISTA E FARIA COMÉRCIO VAREJISTA DO VESTUÁRIO LTDA. - ME E OUTRO
Advogado DR. DONIZETE REINALDO(OAB: 54286/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- GC BATISTA E FARIA COMÉRCIO VAREJISTA DO VESTUÁRIO LTDA. - ME E OUTRO
- MARIA JOSÉ FÉLIX DA SILVA

Processo Nº AIRR-0012141-90.2016.5.03.0031

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.

Advogado DR. MARCUS VINÍCIUS
CAPOBIANCO DOS SANTOS(OAB:
91046/MG)
AGRAVADO(S) RONALDO DE OLIVEIRA
Advogado DR. RENATO EUSTÁQUIO PINTO
MOTA(OAB: 71821/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- RONALDO DE OLIVEIRA
- TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0012201-03.2016.5.15.0040

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE CRUZEIRO
Advogado DR. DIÓGENES GORI
SANTIAGO(OAB: 92458/SP)
Advogada DRA. BRUNA CRISTINA ROCHA DE
PAULA(OAB: 348383/SP)
AGRAVADO(S) MARCOS JOSÉ DA SILVA
Advogado DR. ANA CAROLINA MOUTELA DE
OLIVEIRA CAIANA(OAB: 261253/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS JOSÉ DA SILVA
- MUNICÍPIO DE CRUZEIRO

Processo Nº AIRR-0012210-93.2014.5.03.0031

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) S.A. ESTADO DE MINAS
Advogado DR. GUSTAVO DE AQUINO
LEONARDO LOPES(OAB: 75883/MG)
Advogado DR. PAULO DIMAS DE
ARAÚJO(OAB: 55420/MG)
AGRAVADO(S) MARIA SOLANGE DIAS SOARES
Advogado DR. LUCIANO MARCOS DA
SILVA(OAB: 47559/MG)
Advogado DR. MARCUS AUGUSTO
GUIMARÃES MOURA
FERREIRA(OAB: 108587/MG)
AGRAVADO(S) RH LISBOA LTDA. - EPP
Advogado DR. DAVI AUGUSTO DE PAIVA
CORRÊA(OAB: 62942/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA SOLANGE DIAS SOARES
- RH LISBOA LTDA. - EPP
- S.A. ESTADO DE MINAS

Processo Nº AIRR-0012241-27.2014.5.01.0207

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI
AGRAVANTE(S) PASHAL LESTE LOCADORA DE
EQUIPAMENTOS LTDA.
Advogado DR. JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES
JUNIOR(OAB: 69835/SP)
Advogado DR. ALESSANDRO CASTRO DE
ARAÚJO(OAB: 295773/SP)
AGRAVADO(S) LEONARDO MACIEL DE LIMA
Advogado DR. LUIZ CARLOS DA SILVA
LOYOLA(OAB: 32511-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEONARDO MACIEL DE LIMA
- PASHAL LESTE LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0012379-75.2017.5.03.0031

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) DIEGO HENRIQUE SANTOS

Advogado DR. RICARDO LUIZ MUSIAL
MEIRELES ARAÚJO(OAB: 93122/MG)
AGRAVADO(S) APM BRASIL - ASSOCIACAO DE
BENEFICIOS E PROTECAO
Advogado DR. RODRIGO FABIANO GONTIJO
MAIA(OAB: 67388/MG)
Advogada DRA. CARLA GONÇALVES DE
SOUZA(OAB: 92649/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- APM BRASIL - ASSOCIACAO DE BENEFICIOS E PROTECAO
- DIEGO HENRIQUE SANTOS

Processo Nº AIRR-0012718-94.2016.5.15.0076

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) DEPARTAMENTO ESTADUAL DE
TRÂNSITO - DETRAN
Advogado DR. DANIELA D'ANDREA VAZ
FERREIRA(OAB: 126427/SP)
AGRAVADO(S) ELAINE SOFFIATTI MALTA
Advogado DR. GUILHERME FELIPE
GOMES(OAB: 380927/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
- ELAINE SOFFIATTI MALTA

Processo Nº AIRR-0017434-22.2017.5.16.0006

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MARIA JOSE DE JESUS COSTA DOS
REIS
Advogado DR. JOSÉ JOAQUIM DA SILVA
REIS(OAB: 9719/MA)
AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE ANAJATUBA
Advogada DRA. RAÍSSA CAMPAGNARO DE
OLIVEIRA(OAB: 18147/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA JOSE DE JESUS COSTA DOS REIS
- MUNICÍPIO DE ANAJATUBA

Processo Nº AIRR-0017696-69.2017.5.16.0006

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JOAO DE DEUS REGO BOGEA
Advogado DR. JOSÉ JOAQUIM DA SILVA
REIS(OAB: 9719/MA)
AGRAVADO(S) MUNICÍPIO DE ANAJATUBA
Advogada DRA. RAÍSSA CAMPAGNARO DE
OLIVEIRA(OAB: 18147/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO DE DEUS REGO BOGEA
- MUNICÍPIO DE ANAJATUBA

Processo Nº AIRR-0018088-06.2013.5.16.0020

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE TUNTUM
Advogado DR. CARLOS SEABRA DE
CARVALHO COELHO(OAB: 4773/MA)
Advogado DR. RONALDO PINHEIRO DE
MOURA(OAB: 3861/PI)
AGRAVADO(S) MARIA ROSÂNGELA BEZERRA DA
SILVA SOUSA
Advogado DR. COSMO ALEXANDRE DA
SILVA(OAB: 6253/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA ROSÂNGELA BEZERRA DA SILVA SOUSA

- MUNICÍPIO DE TUNTUM

Processo Nº AIRR-0020019-18.2013.5.04.0751

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JOHN DEERE BRASIL LTDA.
Advogado DR. RAFAEL BICCA MACHADO(OAB: 44096/RS)
AGRAVADO(S) CLOVIS LUIS MARX
Advogado DR. SANTO ONEI PUHL MARTINI(OAB: 46008/RS)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA
Advogado DR. SANTO ONEI PUHL MARTINI(OAB: 46008/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLOVIS LUIS MARX
- JOHN DEERE BRASIL LTDA.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA

Processo Nº AIRR-0020047-05.2017.5.04.0861

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PARCERIA PECUÁRIA JACARÉ LTDA.
Advogado DR. MÁRCIO LOUZADA CARPENA(OAB: 46582/RS)
AGRAVADO(S) DARCIOLI NASCIMENTO DE LIMA
Advogado DR. ÉRICO CAON PIRES(OAB: 19782/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DARCIOLI NASCIMENTO DE LIMA
- PARCERIA PECUÁRIA JACARÉ LTDA.

Processo Nº AIRR-0020060-53.2016.5.04.0371

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ZZSAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA.
Advogado DR. JOSÉ CÂCIO AULER BORTOLINI(OAB: 17770/RS)
AGRAVADO(S) BELONIR DE LOURDES PINTO
Advogada DRA. IVANI BERNADETE MILANI(OAB: 43079/RS)
Advogado DR. AGNES GELCI SIMÕES PIRES(OAB: 54357/RS)
Advogado DR. ELTON JOSÉ GERHARDT(OAB: 52680/RS)
AGRAVADO(S) FLUENCE CALÇADOS LTDA.
AGRAVADO(S) FEMA CALÇADOS LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- BELONIR DE LOURDES PINTO
- FEMA CALÇADOS LTDA. - ME
- FLUENCE CALÇADOS LTDA.
- ZZSAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0020522-10.2016.5.04.0662

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
Advogado DR. EDUARDO DIEL DO AMARAL(OAB: 80532/RS)
AGRAVADO(S) MARIA IRLNE MARIO
Advogado DR. JÚLIO FRANCISCO CAETANO RAMOS(OAB: 25939/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
- MARIA IRLNE MARIO

Processo Nº AIRR-0020681-50.2016.5.04.0662

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - GT
Advogado DR. DENNIS BARIANI KOCH(OAB: 45602/RS)
Advogado DR. JIMMY BARIANI KOCH(OAB: 50783/RS)
AGRAVADO(S) TRADIÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.
AGRAVADO(S) LUIZ CELSO CARVALHO
Advogado DR. TIAGO LUIZ RADAELLI(OAB: 76683/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - GT
- LUIZ CELSO CARVALHO
- TRADIÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0020898-18.2016.5.04.0008

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCERGS
Advogado DR. MARCO FRIDOLIN SOMMER DOS SANTOS(OAB: 27239/RS)
Advogado DR. LUCAS MEDEIROS DA SILVA(OAB: 97607/RS)
Advogada DRA. LUÍSA ARNOLD(OAB: 111044/RS)
AGRAVADO(S) JÚLIO CÉSAR PRESTES SARAIVA
Advogada DRA. ANA RITA CORRÊA PINTO NAKADA(OAB: 40895/RS)
Advogado DR. MARCELO PILLAR(OAB: 99112/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCERGS
- JÚLIO CÉSAR PRESTES SARAIVA

Processo Nº AIRR-0020910-66.2016.5.04.0029

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE (S) E IODETE BARROS MARQUES
AGRAVADO (S)
Advogado DR. RENATO KLIEMANN PAESE(OAB: 29134/RS)
AGRAVANTE (S) E HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO SA
AGRAVADO (S)
Advogado DR. BENONI CANELLAS ROSSI(OAB: 43026-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO SA
- IODETE BARROS MARQUES

Processo Nº AIRR-0021165-24.2015.5.04.0202

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) VALT AIR OLIVEIRA DA SILVA
Advogado DR. ROSICLÉIA DE FÁTIMA BORDIM(OAB: 52945/RS)

AGRAVADO(S) MAXIFORJA COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA
Advogado DR. GILDO VIEGAS TAVARES(OAB: 20072/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAXIFORJA COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA
- VALTAIR OLIVEIRA DA SILVA

Processo Nº AIRR-0021281-41.2017.5.04.0014

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ITALMASSAS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
Advogado DR. ANDERSON VARGAS DE SOUZA(OAB: 54826/RS)
AGRAVADO(S) DENISE DA ROCHA
Advogado DR. CARLOS EDUARDO BARTH(OAB: 73343/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DENISE DA ROCHA
- ITALMASSAS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0024723-05.2017.5.24.0096

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
Advogado DR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR(OAB: 131896/SP)
AGRAVADO(S) MURILO OLIVEIRA SANTOS
Advogado DR. VITOR HUGO NUNES ROCHA(OAB: 241272/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
- MURILO OLIVEIRA SANTOS

Processo Nº AIRR-0024898-61.2016.5.24.0022

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) ANTÔNIO PINHEIRO DOS SANTOS
Advogado DR. ADY DE OLIVEIRA MORAES(OAB: 8468/MS)
Advogado DR. DAIANY DE OLIVEIRA MORAES(OAB: 12702/MS)
AGRAVADO(S) BRF S.A.
Advogado DR. MARCELO DALANHOL(OAB: 31510/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO PINHEIRO DOS SANTOS
- BRF S.A.

Processo Nº AIRR-0025042-85.2017.5.24.0091

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BIOSEV S.A.
Advogado DR. LEONARDO SANTINI ECHENIQUE(OAB: 14642-A/MS)
AGRAVADO(S) GILMAR LIVRADO
Advogada DRA. KARINA FRANSCIELLEM MAGALHÃES(OAB: 18076/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOSEV S.A.
- GILMAR LIVRADO

Processo Nº AIRR-0025369-64.2016.5.24.0091

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) OSVALDO GIMENEZ
Advogado DR. VERUSKA INSFRAN FALCÃO(OAB: 7930/MS)
AGRAVADO(S) MARIA MAGDALENA FELIX CERVI FILHA
Advogada DRA. NELY RATIER PLACÊNCIA(OAB: 6843/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA MAGDALENA FELIX CERVI FILHA
- OSVALDO GIMENEZ

Processo Nº AIRR-0038400-80.2002.5.01.0060

Processo Nº AIRR-00384/2002-060-01-00.9

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. KAREN FERNANDES SARAIVA
AGRAVADO(S) VERA LÚCIA VALLE
Advogada DRA. MARIA GILDETE OLIVEIRA PEBA(OAB: 70786/RJ)
AGRAVADO(S) TARCTI ASSESSORIA EMPRESARIAL E SERVIÇOS LTDA.
AGRAVADO(S) UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- TARCTI ASSESSORIA EMPRESARIAL E SERVIÇOS LTDA.
- UNIÃO (PGF)
- VERA LÚCIA VALLE

Processo Nº AIRR-1000056-44.2015.5.02.0443

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada DRA. JULIANA MENDES TRENTINO(OAB: 242464/SP)
AGRAVADO(S) ÂNGELA MARGARETE LOPES SILVEIRA
Advogado DR. ROGÉRIO FERREIRA BORGES(OAB: 16279/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- ÂNGELA MARGARETE LOPES SILVEIRA

Processo Nº AIRR-1000062-23.2017.5.02.0462

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) WELSON SOARES DA SILVA
Advogado DR. LUIS AUGUSTO OLIVIERI(OAB: 252648-A/SP)
AGRAVADO(S) MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES(OAB: 154384/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.
- WELSON SOARES DA SILVA

Processo Nº AIRR-1000089-91.2017.5.02.0078

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
Advogado DR. MANOEL RODRIGUES LOURENÇO FILHO(OAB: 208128/SP)

AGRAVADO(S) ESPÓLIO DE EDUARDO DE PAULA LEITE LARA
Advogado DR. MARCO AURÉLIO ONUKI(OAB: 222019/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
- ESPÓLIO DE EDUARDO DE PAULA LEITE LARA

Processo Nº AIRR-1000098-28.2017.5.02.0442

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
Advogado DR. LUÍS FERNANDO ROSAS AUGUSTO(OAB: 89163/SP)
Advogado DR. JOSÉ PINTO IRMÃO(OAB: 93929/SP)
AGRAVADO(S) PAULO HAMABATA
Advogado DR. ERALDO AURÉLIO RODRIGUES FRANZESE(OAB: 42501/SP)
Advogado DR. CLEITON LEAL DIAS JÚNIOR(OAB: 124077/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
- PAULO HAMABATA

Processo Nº AIRR-1000121-78.2017.5.02.0472

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL
Procuradora DRA. LEANDRA CAMPANHA
AGRAVADO(S) JOSUÉ LINO DOS SANTOS
Advogado DR. IWAN GIRODO ZEMCZAK(OAB: 291081/SP)
Advogado DR. IGOR GIRODO ZEMCZAK(OAB: 301861/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSUÉ LINO DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL

Processo Nº AIRR-1000126-39.2016.5.02.0051

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) B3 S.A. - BRASIL, BOLSA,BALCÃO
Advogada DRA. GISELA DA SILVA FREIRE(OAB: 92350/SP)
AGRAVADO(S) BARBARA CAROLINE GARCIA
Advogado DR. PAULA ROCCO FORCENITTO(OAB: 183455/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- B3 S.A. - BRASIL, BOLSA,BALCÃO
- BARBARA CAROLINE GARCIA

Processo Nº AIRR-1000128-84.2017.5.02.0047

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
Advogado DR. MANOEL RODRIGUES LOURENÇO FILHO(OAB: 208128/SP)
AGRAVADO(S) PLG4 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
Advogado DR. LUIZ EDUARDO MOREIRA COELHO(OAB: 54770/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
- PLG4 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Processo Nº AIRR-1000165-36.2017.5.02.0363

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) TUPY S.A.
Advogada DRA. RAISSA BRESSANIM TOKUNAGA(OAB: 198286-A/SP)
AGRAVADO(S) JOSENILSON FERREIRA DA SILVA
Advogado DR. CLÓVIS MÁRCIO DE AZEVEDO SILVA(OAB: 65284/SP)
Advogado DR. LUIS FERNANDO ROVEDA(OAB: 288332-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSENILSON FERREIRA DA SILVA
- TUPY S.A.

Processo Nº AIRR-1000464-29.2015.5.02.0251

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) RUMO MALHA PAULISTA S.A.
Advogada DRA. BRUNA MARIA PAULO DOS SANTOS ESTEVES SÁ(OAB: 186400/SP)
Advogada DRA. SHEILA MARQUES BARDELI(OAB: 164502/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) RAFAEL SILVA SANTOS
Advogada DRA. CLÉIA LEILA BATISTA(OAB: 269611/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAFAEL SILVA SANTOS
- RUMO MALHA PAULISTA S.A.

Processo Nº AIRR-1000673-86.2015.5.02.0254

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) EDUARDO SANTOS
Advogado DR. JOSÉ HENRIQUE COELHO(OAB: 132186/SP)
AGRAVADO(S) ENESA ENGENHARIA LTDA.
Advogado DR. RICARDO ANDRÉ ZAMBO(OAB: 138476/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO SANTOS
- ENESA ENGENHARIA LTDA.

Processo Nº AIRR-1000718-76.2014.5.02.0464

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) EDVALDO OLIVEIRA SILVA
Advogada DRA. RENATA QUINTELA TAVARES RISSATO(OAB: 150185/SP)
AGRAVADO(S) MORGANITE BRASIL LTDA.
Advogado DR. GUSTAVO GRANADEIRO GUIMARÃES(OAB: 149207/SP)
Advogado DR. MAURICIO GRANADEIRO GUIMARÃES(OAB: 26341-A/SP)
Advogado DR. FILIPE GUSTAVO POTZMANN PEREIRA(OAB: 183091-A/SP)
Advogado DR. JOAO OTAVIO MENDES DE SIQUEIRA(OAB: 175195-A/SP)
Advogado DR. FABRÍCIA VEZARO DE SIQUEIRA(OAB: 233164-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDVALDO OLIVEIRA SILVA
- MORGANITE BRASIL LTDA.

Processo Nº AIRR-1000834-24.2015.5.02.0472

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Advogada DRA. CLARISSE DE SOUZA ROZALES(OAB: 56479/RS)
AGRAVADO(S) OSEAS MARTINS DOS SANTOS
Advogada DRA. ARLEIDE COSTA DE OLIVEIRA BRAGA(OAB: 248308/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
- OSEAS MARTINS DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-1001225-67.2017.5.02.0711

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BAGLEY DO BRASIL ALIMENTOS LTDA.
Advogada DRA. ANDRÉA GARDANO BUCHARLES GIROLDO(OAB: 308222/SP)
AGRAVADO(S) ADRIANA GLÓRIA DE CAMPOS SANTOS
Advogada DRA. ELAINE CRISTINA SIQUEIRA(OAB: 223953/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA GLÓRIA DE CAMPOS SANTOS
- BAGLEY DO BRASIL ALIMENTOS LTDA.

Processo Nº AIRR-1001482-59.2014.5.02.0465

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
Advogado DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394-D/SP)
AGRAVADO(S) ILSO N DARMIANI
Advogado DR. MARCELO PIRES MARIGO(OAB: 296174/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
- ILSO N DARMIANI

Processo Nº AIRR-1001490-14.2015.5.02.0461

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JOAQUIM ANDRADE ALVES
Advogado DR. BRUNO STELUTO PASSOS(OAB: 352140/SP)
AGRAVADO(S) ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA
Advogado DR. ASSAD LUIZ THOMÉ(OAB: 17383/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAQUIM ANDRADE ALVES
- ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA

Processo Nº AIRR-1001568-39.2016.5.02.0019

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado DR. JEVERSON DE ALMEIDA KUROKI(OAB: 300971/SP)

Advogado DR. GUILHERME VIEIRA DE CAMARGO(OAB: 369485/SP)
AGRAVADO(S) AFONSO ROBERTO DOS SANTOS
Advogado DR. JORGE DONIZETTI FERNANDES(OAB: 82747/SP)
Advogada DRA. VANUSA DE FREITAS(OAB: 160424/SP)
AGRAVADO(S) HIGILIMP LIMPEZA AMBIENTAL LTDA.
Advogado DR. MATHEUS BONAROTI(OAB: 325531/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AFONSO ROBERTO DOS SANTOS
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- HIGILIMP LIMPEZA AMBIENTAL LTDA.

Processo Nº AIRR-1001640-98.2015.5.02.0362

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) TUPY S.A.
Advogada DRA. RAISSA BRESSANIM TOKUNAGA(OAB: 198286/SP)
AGRAVADO(S) GUSTAVO BARBOSA DAS NEVES
Advogado DR. CLÓVIS MÁRCIO DE AZEVEDO SILVA(OAB: 65284/SP)
Advogado DR. RUSLAN BARCHECHEN CORDEIRO(OAB: 168381/SP)
Advogado DR. LUIS FERNANDO ROVEDA(OAB: 288332/SP)
Advogado DR. VICTOR MENDES DE AZEVEDO SILVA(OAB: 305743/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GUSTAVO BARBOSA DAS NEVES
- TUPY S.A.

Processo Nº AIRR-1001671-93.2014.5.02.0317

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ENOQUE DOMINGUES DE SOUZA
Advogada DRA. IVY BELTRAN DOS SANTOS(OAB: 168917/SP)
AGRAVADO(S) PAUPEDRA PEDREIRAS PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogada DRA. ROBERTA RIGHI(OAB: 158959/SP)
AGRAVADO(S) CONSTRUTORA OAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. FERNANDO ROGÉRIO PELUSO(OAB: 207679/SP)
Advogado DR. FERNANDO DE ALMEIDA PRADO SAMPAIO(OAB: 235387-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA OAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- ENOQUE DOMINGUES DE SOUZA
- PAUPEDRA PEDREIRAS PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.

Processo Nº AIRR-1001829-71.2016.5.02.0029

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) SÉRGIO JUSTINO DE FARIA
Advogado DR. MÁRCIO ALVES DE MATOS(OAB: 361177/SP)
AGRAVADO(S) COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

Advogada DRA. MARIA EDUARDA FERREIRA RIBEIRO DO VALLE GARCIA(OAB: 49457/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
- SÉRGIO JUSTINO DE FARIA

Processo Nº AIRR-1002055-53.2016.5.02.0069

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) DORIVAN DE SOUZA PRADO
Advogado DR. TADEU BATISTA DA SILVA(OAB: 224357/SP)
AGRAVADO(S) ATENTO BRASIL S.A. E OUTRA
Advogada DRA. MARIA MERCEDES OLIVEIRA FERNANDES DE LIMA(OAB: 82402/SP)
Advogado DR. IVAN CARLOS DE ALMEIDA(OAB: 173886-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A. E OUTRA
- DORIVAN DE SOUZA PRADO

Processo Nº AIRR-1002237-21.2016.5.02.0463

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA.
Advogado DR. MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS(OAB: 56526/MG)
AGRAVADO(S) LUIS CARLOS DOS SANTOS
Advogado DR. LEÔNIDA ROSA DA SILVA(OAB: 114160/SP)
Advogada DRA. MILENA CAMACHO PEREIRA DA SILVA(OAB: 212403/SP)
Advogada DRA. VANESSA NEGRETTI(OAB: 254435/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA.
- LUIS CARLOS DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-1002332-85.2015.5.02.0463

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogada DRA. SILVIA PELLEGRINI RIBEIRO(OAB: 230654/SP)
AGRAVADO(S) IVAN BORISOVICH BORMOTOFF
Advogado DR. ANDERSON KENNEDY ANTONUCCI(OAB: 229916/SP)
AGRAVADO(S) RACING AUTOMOTIVE LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. WILLIAM MARTIN NETO(OAB: 205342/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- IVAN BORISOVICH BORMOTOFF
- RACING AUTOMOTIVE LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº AIRR-1002495-59.2015.5.02.0465

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.

Advogado DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)

AGRAVADO(S) MARCELO DE LIMA ASSIS

Advogada DRA. SÍLVIA HELENA GRASSI DE FREITAS(OAB: 116362/SP)

AGRAVADO(S) RACING AUTOMOTIVE LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRAS

Advogada DRA. ANGÉLICA CRISTINA MULLER(OAB: 83266/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
- MARCELO DE LIMA ASSIS
- RACING AUTOMOTIVE LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRAS

Processo Nº RR-0000139-87.2013.5.15.0119

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) ROBERTO ALVES DOS SANTOS
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO COSTA DE SOUZA(OAB: 195648/SP)
RECORRIDO(S) ADEZAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. E OUTRO
Advogado DR. GUSTAVO MANSO IMPARATO(OAB: 283750/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEZAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. E OUTRO
- ROBERTO ALVES DOS SANTOS

Processo Nº RR-0000331-15.2016.5.17.0004

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN
Advogado DR. SANDRO VIEIRA DE MORAES(OAB: 6725/ES)
RECORRIDO(S) FÁBIO SOUZA DOS SANTOS
Advogada DRA. ROSEMARY MACHADO DE PAULA(OAB: 294-B/ES)
RECORRIDO(S) ESAC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.
Advogada DRA. LUCIENE DA SILVA MOREIRA(OAB: 15898/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN
- ESAC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.
- FÁBIO SOUZA DOS SANTOS

Processo Nº RR-0000342-31.2013.5.09.0664

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) SIMONE MELO DOS REIS
Advogado DR. ROBERTO CÉZAR VAZ DA SILVA(OAB: 37186/PR)
Advogado DR. CAROLINA MARIN MAIA(OAB: 30377/DF)
RECORRIDO(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. RAFAEL SGAMZERLA DURAND
RECORRIDO(S) CRISTAL SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CRISTAL SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
- SIMONE MELO DOS REIS

Processo Nº RR-0000361-57.2015.5.05.0121

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
Advogada DRA. CARLA PITANGUEIRA BONFIM(OAB: 29648/BA)
RECORRIDO(S) GILMAR SILVA DE SANTANA
Advogada DRA. FERNANDA REIS PEREIRA E SILVA(OAB: 41503/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
- GILMAR SILVA DE SANTANA

Processo Nº RR-0000427-62.2016.5.05.0651

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
Advogada DRA. ÉRICA FERREIRA DE OLIVEIRA(OAB: 30348/BA)
RECORRIDO(S) ABEL PIRES DOS SANTOS E OUTRO
Advogado DR. MARIA THEREZA BASTOS MARQUES(OAB: 9399-A/BA)
RECORRIDO(S) RODENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado DR. LAURO AUGUSTO RAMOS DE ARAUJO(OAB: 37713/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABEL PIRES DOS SANTOS E OUTRO
- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
- RODENGE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

Processo Nº RR-0000511-47.2017.5.21.0016

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) EMILE JAMES ARAUJO AQUINO
Advogado DR. JEAN CARLOS VARELA AQUINO(OAB: 4676/RN)
RECORRIDO(S) COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
Advogado DR. FRANCISCO ROGÉRIO PEREIRA DE OLIVEIRA(OAB: 9407/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
- EMILE JAMES ARAUJO AQUINO

Processo Nº RR-0000650-30.2016.5.21.0017

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) ELIZIEL FRANCISCO DO NASCIMENTO
Advogado DR. JEAN CARLOS VARELA AQUINO(OAB: 4676/RN)
RECORRIDO(S) COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
Advogada DRA. ANA CLARA GARCIA DE LIMA AGUIAR(OAB: 7622/RN)

Advogado DR. HERMANO JOSÉ DE CASTRO LEITE(OAB: 8836/RN)
Advogado DR. MATHEUS DANTAS DA SILVA(OAB: 7951/RN)
Advogada DRA. JÚLIA BRILHANTE PORTELA VIDAL(OAB: 9840/RN)
Advogado DR. VANESSA MEDEIROS DE OLIVEIRA(OAB: 9987/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
- ELIZIEL FRANCISCO DO NASCIMENTO

Processo Nº RR-0000687-38.2014.5.12.0030

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) CARMEN LÚCIA GADOTTI
Advogado DR. EVERTON FINGER(OAB: 33038/SC)
RECORRIDO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE COMPRESSORES S.A. - EMBRACO
Advogado DR. SÍLVIO ORZECOWSKI(OAB: 4916/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARMEN LÚCIA GADOTTI
- EMPRESA BRASILEIRA DE COMPRESSORES S.A. - EMBRACO

Processo Nº RR-0000724-54.2014.5.19.0003

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Advogado DR. ADILSON BATISTA LEITE(OAB: 3045/AL)
RECORRIDO(S) CAROLINE BUARQUE LEITE DE OLIVEIRA
Advogado DR. ALESSANDRO MEDEIROS DE LEMOS(OAB: 6429/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAROLINE BUARQUE LEITE DE OLIVEIRA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Processo Nº RR-0000748-74.2011.5.04.0013

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) APK TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS CWB LTDA. E OUTRA
Advogado DR. FERNANDO AGAPITO DE ALMEIDA(OAB: 37537/PR)
RECORRIDO(S) GUSTAVO RAMOS DA ROSA
Advogado DR. DENI WAGNER(OAB: 26775/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- APK TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS CWB LTDA. E OUTRA
- GUSTAVO RAMOS DA ROSA

Processo Nº RR-0000874-55.2015.5.05.0014

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) COSME GOMES DE JESUS
Advogado DR. JOSÉ ROBERTO BURGOS FREIRE(OAB: 13538/BA)
RECORRIDO(S) EMPRESA BAIANA DE ALIMENTOS S.A. - EBAL

Advogado DR. VALTON DÓRIA PESSOA(OAB: 11893/BA)
Advogada DRA. SAMANTHA MENDONÇA LINS BASTOS(OAB: 40926/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- COSME GOMES DE JESUS
- EMPRESA BAIANA DE ALIMENTOS S.A. - EBAL

Processo Nº RR-0000905-08.2017.5.10.0001

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) PEDRO COSTA
Advogada DRA. CRISTIANNE RODRIGUES DO AMARAL(OAB: 43227/DF)
RECORRIDO(S) COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
Advogada DRA. ANGÉLICA CRISTINA CONCEIÇÃO DUTRA(OAB: 10752/DF)
Advogado DR. ROBINSON PORTO ALMEIDA(OAB: 47209/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
- PEDRO COSTA

Processo Nº RR-0000948-66.2011.5.01.0045

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) ELEONORA NOHRA CHAAR DE SOUZA
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 138778/RJ)
RECORRIDO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada DRA. ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA(OAB: 133855/RJ)
RECORRIDO(S) FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
Advogado DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- ELEONORA NOHRA CHAAR DE SOUZA
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF

Processo Nº RR-0000984-38.2017.5.06.0311

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) MARIA DO CARMO FRANCISCA DA SILVA SIQUEIRA
Advogado DR. MARCO ANTONIO INACIO DA SILVA(OAB: 573/PE)
RECORRIDO(S) MAGAZINE ESSENCIAL LTDA.
Advogada DRA. FLÁVIA FERNANDA BEZERRA CHAVES(OAB: 16685/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAGAZINE ESSENCIAL LTDA.
- MARIA DO CARMO FRANCISCA DA SILVA SIQUEIRA

Processo Nº RR-0000990-94.2011.5.04.0025

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. GUSTAVO TANGER JARDIM(OAB: 58417/RS)
RECORRIDO(S) ADRIANI ARTMANN

Advogado DR. RÉGIS ELENO FONTANA(OAB: 27389/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANI ARTMANN
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Processo Nº RR-0001011-84.2013.5.09.0567

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE E RECORRIDO USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.
Advogado DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
RECORRENTE E RECORRIDO ESPÓLIO DE ANCELITO NEVES DE ALMEIDA
Advogada DRA. MARIA CRISTINA VIEIRA SILVA(OAB: 9360/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO DE ANCELITO NEVES DE ALMEIDA
- USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.

Processo Nº RR-0001012-15.2011.5.04.0006

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. MÁRIO LUÍS MANOZZO(OAB: 31896/RS)
RECORRIDO(S) CASSIO DO CARMO GADONSKI
Advogado DR. RÉGIS ELENO FONTANA(OAB: 27389/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- CASSIO DO CARMO GADONSKI

Processo Nº RR-0001045-48.2011.5.04.0024

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada DRA. JULIANA VEIGA BIEDRZYCKI(OAB: 65284/RS)
RECORRENTE(S) FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
Advogado DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182/DF)
RECORRIDO(S) LUCIANE KORMAN MUNHÓS
Advogado DR. RÉGIS ELENO FONTANA(OAB: 27389/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
- LUCIANE KORMAN MUNHÓS

Processo Nº RR-0001066-38.2012.5.04.0008

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) BANCO J. SAFRA S.A.
Advogado DR. ROBINSON NEVES FILHO(OAB: 8067/DF)
Advogada DRA. CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: 6930-A/DF)
Advogado DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 62546/RS)
RECORRIDO(S) LEONARDO RASSIER BARBACHAN
Advogado DR. MARCELO RIBEIRO DE CASTRO BARBACHAN(OAB: 16909/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO J. SAFRA S.A.
- LEONARDO RASSIER BARBACHAN

Processo Nº RR-0001074-97.2016.5.21.0041

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) ANTÔNIO BRITO NUNES
Advogado DR. JEAN CARLOS VARELA AQUINO(OAB: 4676/RN)
RECORRIDO(S) COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
Advogada DRA. ANA CLARA GARCIA DE LIMA AGUIAR(OAB: 7622/RN)
Advogado DR. HERMANO JOSÉ DE CASTRO LEITE(OAB: 8836/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO BRITO NUNES
- COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN

Processo Nº RR-0001078-98.2012.5.09.0659

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. FABRÍCIO SODRÉ GONÇALVES(OAB: 53911/PR)
RECORRIDO(S) KIULZA MORONA RIBEIRO
Advogado DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- KIULZA MORONA RIBEIRO

Processo Nº RR-0001108-35.2014.5.02.0441

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) WESLEY DE ARAÚJO CARDOSO
Advogada DRA. CARLA TERESA MARTINS ROMAR(OAB: 106565/SP)
RECORRIDO(S) COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO CODESP
Advogado DR. MAURÍCIO CARDOSO BARREIRA(OAB: 208684-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO CODESP
- WESLEY DE ARAÚJO CARDOSO

Processo Nº RR-0001162-81.2014.5.15.0071

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU
Advogado DR. SILAS RENATO PARENTI(OAB: 84882/SP)
RECORRIDO(S) DANIELA SIQUEIRA
Advogada DRA. JANAÍNA DE LOURDES RODRIGUES MARTINI(OAB: 92966/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELA SIQUEIRA
- MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU

Processo Nº RR-0001177-48.2017.5.10.0018

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) CLOVES ARAÚJO FERNANDES
Advogado DR. RICARDO PINTO DO AMARAL(OAB: 21269/DF)
Advogada DRA. CRISTIANNE RODRIGUES DO AMARAL(OAB: 43227/DF)
RECORRIDO(S) COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
Advogado DR. CLAUDIA PIGNATA ALVES TERTULIANO(OAB: 34477/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLOVES ARAÚJO FERNANDES
- COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

Processo Nº RR-0001281-20.2012.5.03.0015

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. LEONARDO GAULAND MAGALHÃES BORTOLUZZI(OAB: 18056/DF)
Advogada DRA. ANA REGINA MARQUES BRANDÃO(OAB: 4891/AL)
Advogada DRA. MARILZA APARECIDA DIAS RAMOS CÂNDIDO(OAB: 127222/MG)
RECORRENTE(S) JOSE HUMBERTO BARBOSA DE MELO
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)
Advogada DRA. GIOVANA CAMARGOS MEIRELES(OAB: 76902/MG)
RECORRIDO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- JOSE HUMBERTO BARBOSA DE MELO
- OS MESMOS

Processo Nº RR-0001300-89.2016.5.21.0013

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) LEANDRO DE CASTRO OLIVEIRA
Advogado DR. JEAN CARLOS VARELA AQUINO(OAB: 4676/RN)
RECORRIDO(S) COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
Advogada DRA. ISABELA ROSANE BEZERRA COSTA(OAB: 6254-A/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
- LEANDRO DE CASTRO OLIVEIRA

Processo Nº RR-0001360-57.2016.5.12.0031

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) LEONARDO ALVES DA SILVA
Advogado DR. VANIO BOLAN DARELLA(OAB: 35562/SC)
RECORRIDO(S) SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI
Advogada DRA. CAROLINA SLOVINSKI FERRARI CARLSSON(OAB: 13406/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEONARDO ALVES DA SILVA
- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI

Processo Nº RR-0001373-06.2010.5.04.0026

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. RINALDO PENTEADO DA SILVA(OAB: 51689/RS)
RECORRENTE(S) FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
Advogado DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182/DF)
RECORRIDO(S) RAQUEL BERTIN
Advogado DR. RÉGIS ELENO FONTANA(OAB: 27389/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
- RAQUEL BERTIN

Processo Nº RR-0001408-47.2010.5.03.0105

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) VIAÇÃO COMETA S.A.
Advogado DR. CARLOS FREDERICO SARAIVA DE VASCONCELOS(OAB: 67210/MG)
Advogado DR. JOÃO PAULO RODRIGUES NASCIMENTO(OAB: 147522/MG)
RECORRIDO(S) WOLNEY MARTINS VARGAS
Advogado DR. KLEBER ANTÔNIO COSTA(OAB: 59491/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- VIAÇÃO COMETA S.A.
- WOLNEY MARTINS VARGAS

Processo Nº RR-0001635-12.2013.5.05.0611

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE ANAGÉ
Advogado DR. JERÔNIMO LUIZ PLÁCIDO DE MESQUITA(OAB: 20541/BA)
Advogado DR. BRUNO AUGUSTO DA CRUZ(OAB: 39503/BA)
RECORRIDO(S) ERINALDO DE SOUSA SANTOS
Advogado DR. FÁBIO CARVALHO BRITO(OAB: 22393/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ERINALDO DE SOUSA SANTOS
- MUNICÍPIO DE ANAGÉ

Processo Nº RR-0001639-54.2016.5.21.0011

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) ANTÔNIO LEODINEI MEDEIROS
Advogado DR. DIEGO FRANCO SANTANA DE ASSIS(OAB: 10936/RN)
RECORRIDO(S) COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
Advogada DRA. ISABELA ROSANE BEZERRA COSTA(OAB: 6254-A/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO LEODINEI MEDEIROS
- COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN

Processo Nº RR-0001651-71.2017.5.13.0006

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) IVANILDO PAES DE ARAÚJO
Advogado DR. MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA(OAB: 4007/PB)
RECORRIDO(S) API ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME
RECORRIDO(S) FUNDAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE "ALICE DE ALMEIDA" - FUNDAC
Advogado DR. ROGERIO DUNDA MARQUES(OAB: 16652-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- API ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME
- FUNDAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE "ALICE DE ALMEIDA" - FUNDAC
- IVANILDO PAES DE ARAÚJO

Processo Nº RR-0001687-08.2011.5.09.0242

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) WELLINGTON CLAYTON SOUZA
Advogada DRA. THAÍS TAKAHASHI(OAB: 34202/PR)
RECORRENTE(S) NOVA AMÉRICA AGRÍCOLA LTDA
Advogado DR. LUÍS FELIPE DE ALMEIDA PESCADA(OAB: 208670/SP)
Advogado DR. GUILHERME JOSÉ THEODORO DE CARVALHO
RECORRIDO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- NOVA AMÉRICA AGRÍCOLA LTDA
- OS MESMOS
- WELLINGTON CLAYTON SOUZA

Processo Nº RR-0001720-38.2012.5.01.0063

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) DORA MARIA SINFOROSO
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 138778/RJ)
Advogada DRA. LUCIANA SANCHES COSSÃO(OAB: 147421/RJ)
Advogado DR. ALEXANDRE MARAZITA DA SILVA(OAB: 152001/RJ)
RECORRIDO(S) CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Advogada DRA. FERNANDA RODRIGUES D'ORNELAS(OAB: 118270/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
- DORA MARIA SINFOROSO

Processo Nº RR-0002284-49.2014.5.02.0441

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) AUGUSTO CÉSAR DA SILVA SALLES
Advogada DRA. CARLA TERESA MARTINS ROMAR(OAB: 106565/SP)
RECORRIDO(S) COMPANHIA DO CAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

Advogado DR. SÉRGIO QUINTERO(OAB: 135680/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUGUSTO CÉSAR DA SILVA SALLES
- COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

Processo Nº RR-0004664-02.2017.5.10.0802

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) TEL CENTRO DE CONTATOS LTDA.
Advogado DR. MARLOS MOURA LOBO MOREIRA(OAB: 23276-A/BA)
Advogado DR. JULIANA MAIA DOS SANTOS(OAB: 29524-A/BA)
RECORRIDO(S) WELITA JANE GONÇALVES DA SILVA
Advogado DR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES(OAB: 19241/DF)
Advogado DR. LEONARDO MENESES MACIEL(OAB: 4221/TO)

Intimado(s)/Citado(s):

- TEL CENTRO DE CONTATOS LTDA.
- WELITA JANE GONÇALVES DA SILVA

Processo Nº RR-0009081-90.2012.5.12.0034

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) CLAUDIO GOULART
Advogado DR. FELISBERTO VILMAR CARDOSO(OAB: 6608/SC)
RECORRIDO(S) ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
Advogada DRA. CAROLINE CAMPOS DE OLIVEIRA(OAB: 21050/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO GOULART
- ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Processo Nº RR-0010483-17.2014.5.15.0015

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada DRA. JULIANA ELOISA BIANCO(OAB: 167547/SP)
RECORRIDO(S) PRYSILLA NARA BANDEIRA BARRETO
Advogado DR. ANA CLÁUDIA HERNANDES PEREIRA(OAB: 230303/SP)
RECORRIDO(S) MIRANDA & RAMOS LTDA. - ME E OUTRO

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- MIRANDA & RAMOS LTDA. - ME E OUTRO
- PRYSILLA NARA BANDEIRA BARRETO

Processo Nº RR-0010694-49.2015.5.01.0034

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) EVANDRO CARDOSO DA SILVA
Advogada DRA. CARLA GOES LOPES ANJO(OAB: 92861/RJ)
RECORRIDO(S) ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO EDUCATIVA ROQUETTE PINTO - ACERP

Advogado DR. ARNALDO JOSÉ VASQUES DE OLIVEIRA(OAB: 53752/RJ)

Advogada DRA. ÉRIKA GRACIELA ALVES MELO DE SOUZA(OAB: 157440/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO EDUCATIVA ROQUETTE PINTO - ACERP
- EVANDRO CARDOSO DA SILVA

Processo Nº RR-0010741-62.2017.5.18.0104

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) CARGILL AGRÍCOLA S.A.
Advogado DR. FLÁVIO MASCHIETTO(OAB: 147024-A/SP)
RECORRIDO(S) SÉRGIO WANDERLEY MOREIRA
Advogado DR. DANILLO VIEIRA MORAES(OAB: 18398/GO)
Advogado DR. LUCAS PALAZZO NONATO(OAB: 42379/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARGILL AGRÍCOLA S.A.
- SÉRGIO WANDERLEY MOREIRA

Processo Nº RR-0010784-70.2015.5.15.0130

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A.
Advogado DR. LÍDIO FRANCISCO BENEDETTI JUNIOR(OAB: 164559/SP)
RECORRIDO(S) LUIZ DIAS DOS SANTOS
Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
RECORRIDO(S) CONSÓRCIO CONSTRUTOR VIRACOPOS
Advogado DR. LUIS ANTÔNIO DE ARAÚJO SILVA(OAB: 183899/SP)
Advogado DR. MARCOS PINTO DA CRUZ(OAB: 52719/RJ)
Advogada DRA. LUCIANE ALVES BARRETO(OAB: 53742/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A.
- CONSÓRCIO CONSTRUTOR VIRACOPOS
- LUIZ DIAS DOS SANTOS

Processo Nº RR-0010803-11.2013.5.15.0142

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS
Procurador DR. MARCELO FELIPE DA COSTA
RECORRIDO(S) MARCOS ALBERTO CLÁUDIO PANDOLFI
Advogado DR. EDSON TOMAZELLI(OAB: 184324/SP)
Advogado DR. ANDRÉ LOTTO GALVANINI(OAB: 179646/SP)
Advogada DRA. CAMILA ARANTES RAMOS DE OLIVEIRA(OAB: 229755/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS
- MARCOS ALBERTO CLÁUDIO PANDOLFI

Processo Nº RR-0010956-17.2016.5.15.0020

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) A. E. SERVIÇOS OPERACIONAIS LTDA. - EPP
Advogado DR. JOSÉ BENEDITO AVERALDO GALHARDO FILHO(OAB: 100654/SP)
RECORRIDO(S) ANTÔNIO CARLOS DIAS DA MOTTA
Advogado DR. ANTÔNIO AUGUSTO CALTABIANO ELYSEU(OAB: 239669/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- A. E. SERVIÇOS OPERACIONAIS LTDA. - EPP
- ANTÔNIO CARLOS DIAS DA MOTTA

Processo Nº RR-0010968-29.2015.5.18.0005

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) WENCESLAU GONÇALVES RAMOS NETO
Advogada DRA. AMILLA LOPES DA SILVA COSTA(OAB: 33457/GO)
Advogada DRA. LYS HEMMY ALCÂNTARA(OAB: 36730/GO)
RECORRIDO(S) GERLAN CORREIA DE SOUZA
Advogado DR. RAPHAEL BARROS MARTINS(OAB: 41338/GO)
RECORRIDO(S) ENGEFORT EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Advogada DRA. LAYS PARREIRA ROCHA(OAB: 42196/GO)
RECORRIDO(S) MARCELO ANDRÉ DE MAGALHÃES
RECORRIDO(S) LEANDRO RÉGIS FERREIRA MAGALHÃES
RECORRIDO(S) ANTÔNIO JÚLIO CAVALCANTI JÚNIOR

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO JÚLIO CAVALCANTI JÚNIOR
- ENGEFORT EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
- GERLAN CORREIA DE SOUZA
- LEANDRO RÉGIS FERREIRA MAGALHÃES
- MARCELO ANDRÉ DE MAGALHÃES
- WENCESLAU GONÇALVES RAMOS NETO

Processo Nº RR-0011060-21.2014.5.15.0071

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU
Advogado DR. SILAS RENATO PARENTI(OAB: 84882/SP)
RECORRIDO(S) MARIA APARECIDA GOMES VILELA
Advogada DRA. JANAÍNA DE LOURDES RODRIGUES MARTINI(OAB: 92966/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA APARECIDA GOMES VILELA
- MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU

Processo Nº RR-0011200-43.2014.5.15.0075

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) MARCOS ANTONIO PAULINO
Advogado DR. ALEXANDRE TRANCHO(OAB: 87900/SP)
RECORRIDO(S) MARIA DE FATIMA CASTRO PEREIRA

Advogada DRA. MARIA MARTA VIEIRA DOS SANTOS(OAB: 73582/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS ANTONIO PAULINO
- MARIA DE FATIMA CASTRO PEREIRA

Processo Nº RR-0011237-86.2016.5.09.0004

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) IGOR AZEVEDO DOS SANTOS
Advogado DR. FERNANDO DE CARLI CUNHA(OAB: 63664-D/PR)
RECORRIDO(S) VIAÇÃO CIDADE SORRISO LTDA.
Advogado DR. CLÁUDIO MANOEL SILVA BEGA(OAB: 38266/PR)
Advogado DR. JAIME RAFAEL ALARCÃO(OAB: 44118/PR)
Advogado DR. LUCIANA SBRISIA E SILVA(OAB: 39240/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- IGOR AZEVEDO DOS SANTOS
- VIAÇÃO CIDADE SORRISO LTDA.

Processo Nº RR-0011516-14.2016.5.03.0142

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) ROGÉRIO INDEPENDÊNCIA DA SILVA
Advogada DRA. SIRLÊNE DAMASCENO LIMA(OAB: 45591/MG)
RECORRIDO(S) VALE S.A.
Advogado DR. MICHEL PIRES PIMENTA COUTINHO(OAB: 87880/MG)
Advogado DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)
Advogada DRA. DENISE RAMOS CORREIA(OAB: 19553/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROGÉRIO INDEPENDÊNCIA DA SILVA
- VALE S.A.

Processo Nº RR-0011611-59.2015.5.15.0008

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. MARCELO OLIVEIRA ROCHA(OAB: 113887/SP)
RECORRIDO(S) RODDEMBERG DA SILVA FERNANDES
Advogado DR. LEOMAR GONÇALVES PINHEIRO(OAB: 144349/SP)
RECORRIDO(S) DFF SERVIÇOS, CONSTRUÇÃO CIVIL E NAVAL LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- DFF SERVIÇOS, CONSTRUÇÃO CIVIL E NAVAL LTDA.
- RODDEMBERG DA SILVA FERNANDES

Processo Nº RR-0011682-94.2016.5.15.0018

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) RÁPIDO LUXO CAMPINAS LTDA.
Advogada DRA. DGNANE SILVA(OAB: 232183/SP)
RECORRIDO(S) ALAN APARECIDO DE MORAES
Advogado DR. CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA(OAB: 236315/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALAN APARECIDO DE MORAES
- RÁPIDO LUXO CAMPINAS LTDA.

Processo Nº RR-0012205-18.2017.5.18.0009

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) MICAELE GONZAGA NAVES
Advogado DR. ELIOENAI DOS REIS SOUZA DE CAMPOS BARRETOS(OAB: 47100-A/GO)
RECORRIDO(S) PIT BULL JEANS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
Advogada DRA. KARINE DOMINGUES DA SILVA MACHADO(OAB: 20187/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- MICAELE GONZAGA NAVES
- PIT BULL JEANS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.

Processo Nº RR-0016219-97.2016.5.16.0021

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Advogado DR. RICARDO AUGUSTO DUARTE DOVERA(OAB: 6656/MA)
Advogada DRA. SÂMARA CARVALHO SOUZA DIAS(OAB: 5582/MA)
RECORRIDO(S) AMANDA CARLA DOS SANTOS FEITOSA
Advogado DR. COSMO ALEXANDRE DA SILVA(OAB: 6253/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMANDA CARLA DOS SANTOS FEITOSA
- MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES

Processo Nº RR-0017134-43.2016.5.16.0023

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ
Procurador DR. MÁRCIO ANTONIO CORTEZ BARROS DIAS
RECORRIDO(S) EVALDO DE SOUSA FERREIRA
Advogada DRA. MEYRE MARQUES BASTOS(OAB: 6726/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EVALDO DE SOUSA FERREIRA
- MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Processo Nº RR-0017197-04.2016.5.16.0012

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ
Procurador DR. WERTSON JORGE DOS SANTOS
RECORRIDO(S) CLEUDIR PEREIRA DA COSTA
Advogada DRA. SHIRLENE CABRAL SILVA NASCIMENTO(OAB: 9468/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEUDIR PEREIRA DA COSTA
- MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Processo Nº RR-0017380-56.2017.5.16.0006

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE PRESIDENTE VARGAS
Advogado DR. MURIAH ALVES SANTOS(OAB: 13062/MA)
Advogado DR. ALFREDO NEWTON FELÍCIO LIRA(OAB: 11901/MA)
RECORRIDO(S) MARIA RAIMUNDA NOGUEIRA
Advogado DR. FERNANDO CELSO E SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 8150/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA RAIMUNDA NOGUEIRA
- MUNICÍPIO DE PRESIDENTE VARGAS

Processo Nº RR-0018457-83.2016.5.16.0023

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ
Procurador DR. MÁRCIO ANTÔNIO CORTEZ BARROS DIAS
RECORRIDO(S) MARISOL DE SANTANA RESENDE
Advogado DR. EDSON BORBA MANOEL(OAB: 13617/MA)
Advogado DR. REGINALDO CRUZ DE OLIVEIRA JÚNIOR(OAB: 13227/MA)
Advogado DR. GUSTAVO HENRIQUE CHAVES MESSIAS(OAB: 13588/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARISOL DE SANTANA RESENDE
- MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Processo Nº RR-0020013-12.2014.5.04.0028

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) ABS BRASIL SOLUÇÕES EM RELACIONAMENTO EIRELI
Advogado DR. WILMAR SOUZA FILHO(OAB: 39366/RS)
RECORRIDO(S) FRANCIELE VALENTE VIANNA
Advogado DR. LEANDRO BAPTISTA DA ROSA WOLLENHAUPT(OAB: 47480/RS)
RECORRIDO(S) OI S.A.
Advogado DR. DIEGO LA ROSA GONÇALVES(OAB: 70065/RS)
Advogado DR. DIOGO ANTÔNIO PEREIRA MIRANDA(OAB: 68775/RS)
RECORRIDO(S) KIPANY COMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ABS BRASIL SOLUÇÕES EM RELACIONAMENTO EIRELI
- FRANCIELE VALENTE VIANNA
- KIPANY COMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
- OI S.A.

Processo Nº RR-0020052-92.2016.5.04.0010

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) IAT - PANDROL BRASIL FIXAÇÕES ELÁSTICAS LTDA.
Advogado DR. GUILHERME DE OLIVEIRA FORTES(OAB: 14743/RS)
Advogado DR. ANA MARIA FUNCK SCHERER(OAB: 10965/RS)
RECORRIDO(S) MARCELO SILVA DE ALMEIDA
Advogado DR. REGIS KONAT VARANI(OAB: 80059-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- IAT - PANDROL BRASIL FIXAÇÕES ELÁSTICAS LTDA.
- MARCELO SILVA DE ALMEIDA

Processo Nº RR-0020071-76.2014.5.04.0234

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A.
Advogado DR. RENATO GOUVÊA DOS REIS(OAB: 82067/RS)
RECORRIDO(S) VALDIR MONTICELI DOS REIS
Advogada DRA. DANIELLE ALMEIDA SOARES(OAB: 47551/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- VALDIR MONTICELI DOS REIS
- WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A.

Processo Nº RR-0020135-29.2015.5.04.0662

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) CLARO S.A.
Advogada DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819/RS)
RECORRIDO(S) CINTIA BAUMGRATZ DE PAULA
Advogado DR. CARLOS ROBERTO NÚNCIO(OAB: 32052-B/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CINTIA BAUMGRATZ DE PAULA
- CLARO S.A.

Processo Nº RR-0020392-20.2014.5.04.0232

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) FIBRAPLAC - PAINÉIS DE MADEIRA S.A.
Advogado DR. GUSTAVO JUCHEM(OAB: 34421/RS)
Advogado DR. ROSSANA MARIA LOPES BRACK(OAB: 17125-A/RS)
RECORRIDO(S) ELIAS EL TAWIL
Advogada DRA. LÍDIA TERESINHA DA VEIGA LIMA(OAB: 15373/RS)
Advogado DR. DIEGO DA VEIGA LIMA(OAB: 53185/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIAS EL TAWIL
- FIBRAPLAC - PAINÉIS DE MADEIRA S.A.

Processo Nº RR-0020789-67.2015.5.04.0451

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS
Advogada DRA. RITA DE CÁSSIA DE FREITAS SOUZA(OAB: 58042/RS)
RECORRIDO(S) MARTA MACHADO COSTA
Advogada DRA. BEATRIZ ENES PEREIRA(OAB: 49691/RS)
RECORRIDO(S) RMX SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- MARTA MACHADO COSTA
- MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS
- RMX SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA.

Processo Nº RR-0021163-09.2015.5.04.0023

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) EDSON ALEXANDRE DIAS RODRIGUES
Advogado DR. JULIANO MOURA NUNES(OAB: 64187/RS)
Advogado DR. MARCOS FERNANDEZ HEXSEL(OAB: 94280/RS)
RECORRIDO(S) COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
Advogado DR. JIMMY BARIANI KOCH(OAB: 50783/RS)
Advogado DR. MARCUS VINÍCIUS AGOSTINI(OAB: 77020/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
- EDSON ALEXANDRE DIAS RODRIGUES

Processo Nº RR-0021274-15.2014.5.04.0027

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) POLIMIX CONCRETO LTDA
Advogada DRA. ANA PAULA MAGALHÃES(OAB: 22496/PR)
RECORRIDO(S) JULIANO CORSO CONSSUL
Advogada DRA. ISADORA MENDONÇA BRANCHI(OAB: 85776/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIANO CORSO CONSSUL
- POLIMIX CONCRETO LTDA

Processo Nº RR-0021401-10.2015.5.04.0029

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) CARDOSO & CORREA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Advogado DR. MATEU SCHEID(OAB: 18680/RS)
Advogado DR. TAMINE CECILIA PACHECO CHEDID SCHEID(OAB: 28054-A/RS)
RECORRIDO(S) SUELEN MEDEIROS DE FRAGA
Advogado DR. MAURO MARTINS DE MELLO(OAB: 88403/RS)
RECORRIDO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado DR. ANGELA MARIA RAFFAINER(OAB: 26977-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARDOSO & CORREA ADVOGADOS ASSOCIADOS
- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- SUELEN MEDEIROS DE FRAGA

Processo Nº RR-0021445-29.2015.5.04.0029

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
Advogada DRA. ELOISA SARAIVA GOMES(OAB: 26008-A/RS)
RECORRIDO(S) ROSELANE RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado DR. VILSON NATAL ARRUDA MARTINS(OAB: 30755-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
- ROSELANE RODRIGUES DOS SANTOS

Processo Nº RR-0021454-59.2017.5.04.0404

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) MASSA FALIDA DE GUERRA S.A. IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS
Advogado DR. AIR PAULO LUZ(OAB: 35806-A/RS)
RECORRIDO(S) ELISANE GIOTTI BRANDO
Advogada DRA. MAIARA ABRAMCHUK(OAB: 97452/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELISANE GIOTTI BRANDO
- MASSA FALIDA DE GUERRA S.A. IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS

Processo Nº RR-0021502-53.2014.5.04.0006

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) GOOD FOOD - COMERCIO DE ALIMENTOS S/A
Advogada DRA. ALESSANDRA LUCHESE(OAB: 40805/RS)
Advogada DRA. ELIANE REIS LIMA(OAB: 89579/RS)
RECORRIDO(S) RENATA DE OLIVEIRA BARBOSA
Advogada DRA. CELINA ROSANE TEIXEIRA DE PAULI(OAB: 14605/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- GOOD FOOD - COMERCIO DE ALIMENTOS S/A
- RENATA DE OLIVEIRA BARBOSA

Processo Nº RR-0021550-16.2015.5.04.0252

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) METALÚRGICA ECOPLAN LTDA.
Advogado DR. FABIANO PANTOJA DA SILVA(OAB: 60315-A/RS)
RECORRIDO(S) RONALDO SOUZA DE OLIVEIRA
Advogado DR. JOEL HEIN DOS SANTOS(OAB: 36668/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- METALÚRGICA ECOPLAN LTDA.
- RONALDO SOUZA DE OLIVEIRA

Processo Nº RR-0025195-28.2016.5.24.0003

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
Advogado DR. JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA(OAB: 11985/SC)
RECORRIDO(S) HORÁCIO PEREIRA ANDRINO E OUTROS
Advogada DRA. LORENA IBRAHIM BARBOSA CUNHA(OAB: 11676/MS)
Advogado DR. ROBERTO SANTOS CUNHA(OAB: 8974-A/MS)
RECORRIDO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
- HORÁCIO PEREIRA ANDRINO E OUTROS

Processo Nº RR-0100183-49.2016.5.01.0071

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

Advogado DR. ELIAS DE BARROS MARINS(OAB: 157130/RJ)
RECORRIDO(S) WALLACE MENDES DE SOUZA DA SILVA
Advogado DR. PAULO CÉSAR OZORIO GOMES(OAB: 48841/RJ)
Advogado DR. PAULO EDUARDO GOMES(OAB: 170425/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB
- WALLACE MENDES DE SOUZA DA SILVA

Processo Nº RR-0101978-76.2016.5.01.0205

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. TATIANA ESTEVES NATAL
RECORRIDO(S) MIRIAM BISPO DE ALCANTARA
Advogado DR. JOSÉ DOMINGOS REQUIÃO FONSECA(OAB: 55993/RJ)
RECORRIDO(S) ATRIO-RIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.
Advogada DRA. ELISABETE DE MESQUITA CUIUM NUNES(OAB: 100008/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATRIO-RIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- MIRIAM BISPO DE ALCANTARA

Processo Nº RR-0136000-78.2009.5.02.0044

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora DRA. MARIA APARECIDA CAVALCANTI ROQUE
RECORRIDO(S) ALICE CÔVOLO E OUTROS
Advogado DR. NELSON CÂMARA(OAB: 15751/SP)
RECORRIDO(S) COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
Advogado DR. MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS(OAB: 56526-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALICE CÔVOLO E OUTROS
- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº Ag-AIRR-0000353-40.2014.5.15.0088

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) RESOLVE SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. - EPP
Advogado DR. CARLOS EDUARDO MOREIRA(OAB: 239419/SP)
AGRAVADO(S) JOEL DE ALMEIDA
Advogada DRA. EDDA REGINA SOARES DE GOUVEA FISCHER(OAB: 96729/SP)
Advogada DRA. FLÁVIA USEDÓ CONTIERI(OAB: 215251/SP)
AGRAVADO(S) BNZ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. - EPP
AGRAVADO(S) COMIL ÔNIBUS S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- BNZ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. - EPP
- COMIL ÔNIBUS S.A.
- JOEL DE ALMEIDA
- RESOLVE SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. - EPP

Processo Nº Ag-AIRR-0000444-96.2014.5.02.0281

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora DRA. CLÁUDIA HELENA DESTEFANI LACERDA
Procurador DR. FÁBIO LUCIANO DE CAMPOS
AGRAVADO(S) LUCINÉIA WATANABE
Advogada DRA. KATIANE BONIFÁCIO DOS SANTOS(OAB: 297293/SP)
AGRAVADO(S) VISA LIMPADORA SERVIÇOS GERAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- LUCINÉIA WATANABE
- VISA LIMPADORA SERVIÇOS GERAIS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000459-31.2012.5.15.0101

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO DE ENSINO EURÍPIDES SOARES DA ROCHA
Advogado DR. OTÁVIO AUGUSTO CUSTÓDIO DE LIMA(OAB: 122801/SP)
AGRAVADO(S) EDUARDO MACHADO DA SILVA
Advogado DR. ALEXANDRE RAYES MANHÃES(OAB: 126627/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO MACHADO DA SILVA
- FUNDAÇÃO DE ENSINO EURÍPIDES SOARES DA ROCHA

Processo Nº Ag-AIRR-0000550-91.2017.5.17.0004

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) LIPPAUS DISTRIBUICAO EIRELI
Advogado DR. EDIMÁRIO ARAÚJO DA CUNHA(OAB: 17761/ES)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SEPROVES
Advogado DR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA ROCHA(OAB: 2468/ES)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDICOMERCIÁRIOS
Advogado DR. VÍTOR HENRIQUE PIOVESAN(OAB: 6071/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIPPAUS DISTRIBUICAO EIRELI
- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDICOMERCIÁRIOS
- SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SEPROVES

Processo Nº Ag-AIRR-0000622-72.2012.5.09.0749

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL- PREVI
Advogado DR. FERNANDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA(OAB: 25936/PR)
AGRAVADO(S) ARNI LUIZ MOCELLIN
Advogado DR. FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS(OAB: 45015/PR)
Advogada DRA. EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS(OAB: 32845-A/PR)
AGRAVADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada DRA. MARLENE LEITHOLD(OAB: 22619/PR)
Advogado DR. JOSÉ HUMBERTO DA SILVA VILARINS JÚNIOR(OAB: 56712/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARNI LUIZ MOCELLIN
- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL- PREVI

Processo Nº Ag-AIRR-0001035-27.2017.5.13.0029

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) ELSON DO NASCIMENTO
Advogado DR. JOSÉ MÁRIO PORTO NETO(OAB: 16800/PB)
AGRAVADO(S) COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA
Advogado DR. ELOI CUSTÓDIO MENESES(OAB: 14469/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA
- ELSON DO NASCIMENTO

Processo Nº Ag-AIRR-0001150-31.2013.5.09.0019

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) CCB BRASIL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS
Advogada DRA. LETÍCIA DANIELE SIMM(OAB: 28588/PR)
Advogado DR. PAULO HENRIQUE ZANINELLI SIMM(OAB: 28247/PR)
Advogada DRA. CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: 6930-A/DF)
Advogada DRA. ROSÂNGELA KHATER(OAB: 6269/PR)
Advogada DRA. FERNANDA MICHELLE KHATER FONTES BRITO(OAB: 31252 -A/PR)
AGRAVADO(S) RAQUEL NEVES PEREIRA
Advogado DR. MÁRIO SÉRGIO DIAS XAVIER(OAB: 25817/PR)
Advogada DRA. FERNANDA ARANTES MANSANO PETRILO(OAB: 29512 -A/PR)
AGRAVADO(S) COMAVES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Advogado DR. ROGÉRIO CASAGRANDE MUNIZ(OAB: 70877/PR)
AGRAVADO(S) DIPLOMATA S.A. - INDUSTRIAL E COMERCIAL (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. SANDRO LUIZ WERLANG(OAB: 29760-B/PR)
AGRAVADO(S) DIPLOMATA FÁBRICA DE RAÇÃO
AGRAVADO(S) DIPLOMATA POSTO GRALHA AZUL
AGRAVADO(S) DIPLOMATA POSTO PETROBIG

AGRAVADO(S)	DIPLOMATA INDÚSTRIA DE ÓLEOS
AGRAVADO(S)	DIPLOMATA DEPÓSITO SAROLLI
AGRAVADO(S)	KLASSUL INDUSTRIAL DE ALIMENTOS S.A.
AGRAVADO(S)	INSTITUTO ALFREDO KAEFER
AGRAVADO(S)	ATTIVARE ENGENHARIA E ELETRICIDADE LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
AGRAVADO(S)	JORNAL HOJE LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
AGRAVADO(S)	PAPER MÍDIA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
AGRAVADO(S)	SUPER DIP - DISTRIBUIÇÃO E VAREJO LTDA.
Advogado	DR. JÚLIO ANTÔNIO BARBETA(OAB: 38744/PR)
AGRAVADO(S)	WEST SIDE SHOPPING CENTER LTDA.
AGRAVADO(S)	JACOB ALFREDO STOFFELS KAEFER
AGRAVADO(S)	CLARICE ROMAN

Intimado(s)/Citado(s):

- ATTIVARE ENGENHARIA E ELETRICIDADE LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- CCB BRASIL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS
- CLARICE ROMAN
- COMAVES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
- DIPLOMATA DEPÓSITO SAROLLI
- DIPLOMATA FÁBRICA DE RAÇÃO
- DIPLOMATA INDÚSTRIA DE ÓLEOS
- DIPLOMATA POSTO GRALHA AZUL
- DIPLOMATA POSTO PETROBIG
- DIPLOMATA S.A. - INDUSTRIAL E COMERCIAL (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- INSTITUTO ALFREDO KAEFER
- JACOB ALFREDO STOFFELS KAEFER
- JORNAL HOJE LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- KLASSUL INDUSTRIAL DE ALIMENTOS S.A.
- PAPER MÍDIA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- RAQUEL NEVES PEREIRA
- SUPER DIP - DISTRIBUIÇÃO E VAREJO LTDA.
- WEST SIDE SHOPPING CENTER LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0001170-50.2017.5.10.0020

Relator	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
Advogada	DRA. LORENA FERNANDA FERNANDES SILVA(OAB: 43840/DF)
AGRAVADO(S)	ROSIE OTACÍLIO DA CONCEIÇÃO MELO
Advogado	DR. RICARDO PINTO DO AMARAL(OAB: 21269/DF)
Advogada	DRA. CRISTIANNE RODRIGUES DO AMARAL(OAB: 43227/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
- ROSIE OTACÍLIO DA CONCEIÇÃO MELO

Processo Nº Ag-AIRR-0001176-50.2017.5.09.0678

Relator	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S)	RUMO MALHA SUL S.A

Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283-A/RJ)
Advogado	DR. FÁBIO KORENBLUM(OAB: 68743/PR)
AGRAVADO(S)	NEWTON CARLOS LOPES
Advogado	DR. ANGELO MACHADO SOLTES(OAB: 64879/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- NEWTON CARLOS LOPES
- RUMO MALHA SUL S.A

Processo Nº Ag-AIRR-0001348-12.2015.5.03.0069

Relator	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S)	VALE S.A.
Advogado	DR. MICHEL PIRES PIMENTA COUTINHO(OAB: 87880/MG)
Advogada	DRA. BIANCA MARTINS CARNEIRO FAMILIAR(OAB: 21165/DF)
Advogado	DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)
AGRAVADO(S)	SANDRO BRUNO FIGUEIREDO CARNEIRO
Advogado	DR. MARCO ANTÔNIO MARTINS DE CARVALHO(OAB: 53878/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- SANDRO BRUNO FIGUEIREDO CARNEIRO
- VALE S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0001462-26.2016.5.20.0009

Relator	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIO - DESO
Advogado	DR. SYLVIO GARCEZ JÚNIOR(OAB: 7510/BA)
AGRAVADO(S)	EVERTON DOS SANTOS
Advogada	DRA. CARLA CÉSAR DE OLIVEIRA(OAB: 1612/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIO - DESO
- EVERTON DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0001493-47.2015.5.21.0011

Relator	MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S)	NOVA COATING TECNOLOGIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA
Advogado	DR. JOSÉ TARCÍSIO JERÔNIMO(OAB: 1803/RN)
Advogado	DR. EUGENIO CARLOS DA SILVA SANTOS(OAB: 111252/SP)
Advogada	DRA. JAMILLE BARRETO QUADROS SOUZA(OAB: 45011/DF)
AGRAVADO(S)	CARLOS FABRIZIO CRUZ DE ALMEIDA
Advogado	DR. HERBET MIRANDA PEREIRA FILHO(OAB: 12340/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS FABRIZIO CRUZ DE ALMEIDA
- NOVA COATING TECNOLOGIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-0001504-48.2017.5.12.0014

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Advogado DR. JOCEANI KÖCHE RITA DO NASCIMENTO(OAB: 14867/SC)

Advogada DRA. WALDA HELENA DOS PASSOS OLIVEIRA TERCEROS(OAB: 26177/SC)

Advogado DR. DANIEL SOUSA ISAÍAS PEREIRA(OAB: 27253/DF)

AGRAVADO(S) HEDIAN FERNANDES

Advogada DRA. GABRIELA SCHMIDT DE MESQUITA(OAB: 37017/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

- HEDIAN FERNANDES

Processo Nº Ag-AIRR-0002472-05.2013.5.03.0003

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) CRISTIANO BATISTA BOTELHO

Advogado DR. FABRÍCIO AUGUSTO REIS(OAB: 74805/MG)

Advogado DR. ABELARDO DE OLIVEIRA FLÔRES(OAB: 79889/MG)

AGRAVADO(S) MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.

Advogado DR. LUIZ EDUARDO DE FREITAS(OAB: 59175/RJ)

Advogada DRA. LEILA AZEVEDO SETTE(OAB: 22864/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANO BATISTA BOTELHO

- MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0008002-02.2017.5.10.0020

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado DR. RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB: 27474-A/DF)

AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) CONFIANÇA SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM MÃO DE OBRA EIRELI

Advogado DR. BRUNO FREITAS FAIÇAL(OAB: 34133/BA)

Advogada DRA. FABIANA GALDINO COTIAS(OAB: 22164-A/BA)

AGRAVADO(S) GILDETE MARIA MENDES

Advogada DRA. JORIVALMA MUNIZ DE SOUSA(OAB: 12910/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.

- CONFIANÇA SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM MÃO DE OBRA EIRELI

- GILDETE MARIA MENDES

Processo Nº Ag-AIRR-0010039-15.2015.5.15.0058

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL

Advogado DR. CLÁUDIO URENHA GOMES(OAB: 22399/SP)

Advogado DR. MANOEL RODRIGUES LOURENÇO FILHO(OAB: 208128/SP)

AGRAVADO(S) ANTÔNIO JOSÉ CORREIA

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO JOSÉ CORREIA

- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL

Processo Nº Ag-AIRR-0011361-20.2016.5.03.0139

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) MV INFORMATICA NORDESTE LTDA

Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)

AGRAVADO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Advogado DR. WILLIANE DA LUZ VIANA(OAB: 109951/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MV INFORMATICA NORDESTE LTDA

- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº Ag-AIRR-0011376-19.2016.5.15.0118

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL

Advogado DR. MANOEL RODRIGUES LOURENÇO FILHO(OAB: 208128/SP)

AGRAVADO(S) ESPÓLIO DE SONIA MARIA PRATES

Advogado DR. MARCELO CLEMENTE BASTOS(OAB: 33734/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL

- ESPÓLIO DE SONIA MARIA PRATES

Processo Nº Ag-AIRR-0011623-54.2015.5.01.0011

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) RODRIGO ANDRADE DOS SANTOS

Advogado DR. ANANIAS DE CARVALHO ARRÁIS(OAB: 99812/RJ)

Advogado DR. FERNANDO DOS SANTOS BARBOSA(OAB: 82061/RJ)

AGRAVADO(S) CONSÓRCIO IBEG/TANGRAN/DAMIANI

Advogada DRA. MÔNICA DE QUEIROZ PIMPÃO SALUM(OAB: 61423/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO IBEG/TANGRAN/DAMIANI

- RODRIGO ANDRADE DOS SANTOS

Processo Nº Ag-RR-0011706-30.2014.5.18.0012

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

Advogado DR. EDMAR ANTÔNIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)

AGRAVADO(S) EDUARDO VASCONCELOS

Advogado DR. HUGO ARAÚJO
GONÇALVES(OAB: 23884/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- EDUARDO VASCONCELOS

Processo Nº Ag-AIRR-0012131-38.2016.5.03.0163

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI
AGRAVANTE(S) FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS
BRASIL LTDA.
Advogado DR. JOSÉ EDUARDO DUARTE
SAAD(OAB: 165709/MG)
AGRAVADO(S) FÁBIO ANTÔNIO SOUZA BASTOS
Advogado DR. JEFERSON DE JESUS
FARNEZI(OAB: 132941/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
- FÁBIO ANTÔNIO SOUZA BASTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0021164-46.2014.5.04.0017

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI
AGRAVANTE(S) UNIÃO (PGU)
Procuradora DRA. ESTHER REGINA CORRÊA
LEITE PRADO
Procuradora DRA. FLÁVIA VIANNA PERÓ MASCIA
AGRAVADO(S) ADRIANO NARCISO MENDES
Advogado DR. EDUARDO OLIVA PALMA(OAB:
76276/RS)
AGRAVADO(S) PROSERVI SERVIÇOS DE
VIGILÂNCIA LTDA. (EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada DRA. RITA KÁSSIA NESKE
UNFER(OAB: 89525/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO NARCISO MENDES
- PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. (EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-0085000-30.1990.5.15.0016

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI
AGRAVANTE(S) WILSON PEIXOTO E OUTROS
Advogado DR. JAIME MORON PARRA(OAB:
79002/SP)
AGRAVADO(S) GRAHAM BELL
TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL
LTDA.
Advogado DR. ANTÔNIO PEDRO
GHIRARDI(OAB: 13464/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- GRAHAM BELL TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA.
- WILSON PEIXOTO E OUTROS

Processo Nº Ag-AIRR-0100303-58.2016.5.01.0341

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI
AGRAVANTE(S) PRIMETALS TECHNOLOGIES
BRAZIL LTDA.
Advogado DR. PAULO EDUARDO MACHADO
OLIVEIRA DE BARCELLOS(OAB:
79416/SP)
Advogado DR. PEDRO PEZZINI SIQUEIRA DE
MENEZES(OAB: 218656/RJ)

AGRAVADO(S) LOSIVAL DE ATHAÍDE
Advogado DR. ALEXANDRE DYONÍSIO DA
SILVEIRA(OAB: 66360/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LOSIVAL DE ATHAÍDE
- PRIMETALS TECHNOLOGIES BRAZIL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0100654-31.2016.5.01.0244

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI
AGRAVANTE(S) LUZIA VICTORIA MELLO MADEIRA
Advogado DR. IGOR MACHADO DE MELLO
FAIA(OAB: 181529/RJ)
AGRAVADO(S) AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
Advogado DR. RONALDO FERREIRA
TOLENTINO(OAB: 17384-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
- LUZIA VICTORIA MELLO MADEIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0115200-19.2006.5.03.0040

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI
AGRAVANTE(S) RONALDO GUILHERME
GONCALVES
Advogado DR. ROBSON VINÍCIO ALVES(OAB:
53860/MG)
AGRAVADO(S) GLEDSON DUARTE GONÇALVES E
CIA. LTDA. E OUTROS
Advogado DR. MARCO TÚLIO DIAS DE
OLIVEIRA(OAB: 71223/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLEDSON DUARTE GONÇALVES E CIA. LTDA. E OUTROS
- RONALDO GUILHERME GONCALVES

Processo Nº Ag-AIRR-1001444-41.2014.5.02.0467

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI
AGRAVANTE(S) ANTONIO ALVES NETO
Advogada DRA. ASSUNTA FLAIANO(OAB:
85810/SP)
Advogado DR. ADEMAR NYIKOS(OAB:
85809/SP)
Advogada DRA. TATIANA QUEIROGA DE
ALMEIDA(OAB: 213055/SP)
AGRAVADO(S) MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. JOÃO PAULO FOGAÇA DE
ALMEIDA FAGUNDES(OAB:
154384/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO ALVES NETO
- MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.

Processo Nº ARR-0000074-33.2015.5.17.0001

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E FLORENTINO FERREIRA GOMES
RECORRENTE(S)
Advogado DR. LUÍS FERNANDO NOGUEIRA
MOREIRA
Advogado DR. ESDRAS ELIOENAI PEDRO
PIRES(OAB: 14613/ES)
Advogado DR. MARIA DA CONCEICAO SARLO
BORTOLINI CHAMOUN(OAB: 4770-
A/ES)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) OGMO - ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Advogado DR. LUCIANO KELLY DO NASCIMENTO(OAB: 5205/ES)

Advogada DRA. NATÁLIA CID GÓES(OAB: 18600/ES)

Advogado DR. RODRIGO ELLER MAGALHÃES(OAB: 20900/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- FLORENTINO FERREIRA GOMES
- OGMO - ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo Nº ARR-0000080-63.2016.5.12.0027

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) AIRTON BRATTI COAN

Advogado DR. RICHARD AUGUSTO PLATT(OAB: 17961/SC)

Advogado DR. FELIPE BORGES PAES E LIMA(OAB: 18913/SC)

Advogado DR. RICARDO SANTANA(OAB: 14823 -A/SC)

Advogado DR. ALEXANDRE SANTANA(OAB: 14313-A/SC)

Advogado DR. GUSTAVO SANTANA(OAB: 31092-A/SC)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Advogada DRA. FABRÍCIA CARDOSO BARATA PAULO(OAB: 11692/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- AIRTON BRATTI COAN
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Processo Nº ARR-0000144-72.2016.5.21.0011

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) G3 ÓLEO E GÁS LTDA.

Advogado DR. LEONARDO BARTOLOMEU NEVES(OAB: 106496/MG)

Advogada DRA. MARIANA DIAS D'ÁVILA(OAB: 133351/MG)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP

Procurador DR. RODRIGO DANTAS RIBEIRO

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JOSÉ LUCIANO DUARTE PEREIRA

Advogado DR. JEFFERSON FREIRE DE LIMA(OAB: 3985/RN)

Advogado DR. JOÃO PAULO SIQUEIRA DA SILVA(OAB: 7889/RN)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ANDL SERVIÇOS GEOFÍSICOS LTDA.

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) WICAP SOCIEDAD ANÔNIMA

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) WICAP BR EXPLORAÇÃO SÍSMICA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
- ANDL SERVIÇOS GEOFÍSICOS LTDA.

- G3 ÓLEO E GÁS LTDA.
- JOSÉ LUCIANO DUARTE PEREIRA
- WICAP BR EXPLORAÇÃO SÍSMICA LTDA.
- WICAP SOCIEDAD ANÔNIMA

Processo Nº ARR-0000175-10.2015.5.03.0050

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Advogada DRA. ADRIANA GONÇALVES FURTADO(OAB: 72106/MG)

Advogado DR. TIAGO NEDER BARROCA(OAB: 107415/MG)

Advogado DR. MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS(OAB: 56526/MG)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) JOSÉ MARIA CAMARGOS LAMOUNIER

Advogada DRA. CRISTIANE PEREIRA(OAB: 103505/MG)

Advogado DR. HUMBERTO MARCIAL FONSECA(OAB: 55867/MG)

Advogada DRA. APARECIDA ADRIANA LÚCIO(OAB: 148096/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- JOSÉ MARIA CAMARGOS LAMOUNIER

Processo Nº ARR-0000226-48.2014.5.12.0036

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Advogada DRA. CAROLINE CAMPOS DE OLIVEIRA(OAB: 21050/SC)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) CARLOS ALBERTO MARQUES

Advogado DR. FELISBERTO VILMAR CARDOSO(OAB: 6608/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ALBERTO MARQUES
- ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Processo Nº ARR-0000238-19.2012.5.03.0057

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF

Advogado DR. CRISTIANO DE FREITAS FERNANDES(OAB: 13455/DF)

Advogado DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182/DF)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Advogada DRA. EMANUELLA CORRÊA(OAB: 89700/MG)

Advogado DR. FELIPE DE VASCONCELOS SOARES MONTENEGRO MATTOS(OAB: 23409-A/DF)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) CLÁUDIA APARECIDA FERREIRA DE FARIA

Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 106623/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- CLÁUDIA APARECIDA FERREIRA DE FARIA
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF

Processo Nº ARR-0000348-62.2013.5.04.0701

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MARCELLO HUSEK CARRIÓN
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUERCIO(OAB: 1441-B/DF)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada DRA. CÍNTIA MOLINARI STÉDILE(OAB: 48064/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- MARCELLO HUSEK CARRIÓN

Processo Nº ARR-0000356-37.2017.5.06.0412

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. JOSÉ FÁBIO CAVALCANTE DE ARAÚJO(OAB: 9063/RN)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) REGIS SCHMITT
Advogado DR. ARTUR CARLOS DO NASCIMENTO NETO(OAB: 12803-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- REGIS SCHMITT

Processo Nº ARR-0000382-06.2016.5.09.0018

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) RICARDO FRUTUOSO BORGES
Advogado DR. LÉLIO SHIRAHISHI TOMANAGA(OAB: 15494/PR)
Advogado DR. JULIANO TOMANAGA(OAB: 24469/PR)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) REAR COMÉRCIO DE CARNES LTDA. - ME E OUTRO
Advogado DR. MARIA APARECIDA DA SILVA YANO(OAB: 14095/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- REAR COMÉRCIO DE CARNES LTDA. - ME E OUTRO
- RICARDO FRUTUOSO BORGES

Processo Nº ARR-0000413-69.2016.5.09.0133

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) RUMO MALHA SUL S.A.
Advogada DRA. SANDRA CALABRESE SIMÃO(OAB: 13271/PR)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JOÃO DE PONTES
Advogado DR. CARLOS VINÍCIUS ALEXANDRE DOS SANTOS(OAB: 64716/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOÃO DE PONTES
- RUMO MALHA SUL S.A.

Processo Nº ARR-0000452-28.2015.5.03.0114

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) IVANILDES PEREIRA DA CRUZ
Advogado DR. LUIZ RENNÓ NETTO(OAB: 108908/MG)
Advogado DR. CLÉRISTON MARCONI PINHEIRO LIMA(OAB: 107001/MG)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) BANCO CACIQUE S.A. E OUTRA
Advogado DR. GUSTAVO GRANADEIRO GUIMARÃES(OAB: 149207/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CACIQUE FINANCEIRA S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CACIQUE S.A. E OUTRA
- CACIQUE FINANCEIRA S.A.
- IVANILDES PEREIRA DA CRUZ

Processo Nº ARR-0000461-30.2017.5.10.0015

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
Advogado DR. BRUNO DOS SANTOS PADOVAN(OAB: 28460/DF)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) REGINA CELIA DE JESUS CARPALHOSO FATURETO
Advogado DR. BRUNO DOS SANTOS PADOVAN(OAB: 28460/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
- REGINA CELIA DE JESUS CARPALHOSO FATURETO

Processo Nº ARR-0000476-87.2013.5.12.0013

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) UNIÃO (PGF)
Procurador DR. MILTON LUIZ GAZANIGA DE OLIVEIRA
AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) ANDREIA MARIN VERONESE
Advogado DR. LIDIOMAR RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 11044/SC)
AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
Advogado DR. RAFAEL BARRETO BORNHAUSEN(OAB: 11328/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREIA MARIN VERONESE
- HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº ARR-0000550-59.2014.5.03.0110

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 107878/MG)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) JOSÉ LUIZ SOARES FILHO
Advogado DR. MARCELLO COELHO LOPES DOS REIS(OAB: 122006/MG)
Advogado DR. SAULO ALCÂNTARA OLIVEIRA DE SOUSA(OAB: 134057/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
- JOSÉ LUIZ SOARES FILHO

Processo Nº ARR-0000583-95.2013.5.02.0018

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) MARTA MASSAKO HAYASHI YAMAMOTO

Advogado DR. RICARDO LAMEIRÃO CINTRA(OAB: 139805/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Advogado DR. DANIEL POPOVICS CANOLA(OAB: 164141/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- MARTA MASSAKO HAYASHI YAMAMOTO

Processo Nº ARR-0000604-13.2010.5.01.0242

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) ROBINSON CARVALHO DE PAIVA

Advogado DR. PERITIZ EJNESMAN(OAB: 16824/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Advogada DRA. SONIA MARIA COSTEIRA FRAZÃO(OAB: 47660/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- ROBINSON CARVALHO DE PAIVA

Processo Nº ARR-0000691-85.2014.5.12.0059

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) MAURO RAULINO FILHO

Advogado DR. JORGE LUIZ SANTOS MAZERA(OAB: 31140/SC)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN

Advogada DRA. TATIANA VETTORETTI PREVE(OAB: 20683/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN
- MAURO RAULINO FILHO

Processo Nº ARR-0000771-52.2014.5.17.0013

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) HOSPITAL PRAIA DA COSTA S.A.

Advogado DR. ALEXANDRE MARIANO FERREIRA(OAB: 160/ES)

Advogada DRA. KELLEN GIUBERTI LOPES(OAB: 14604/ES)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CLEOCON VICENTE DE PAULA JUNIOR

Advogada DRA. MARIA MADALENA SELVATICI BALTAZAR(OAB: 5240/ES)

Advogada DRA. ALCIANA GOMES COSTA(OAB: 20570/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEOCON VICENTE DE PAULA JUNIOR
- HOSPITAL PRAIA DA COSTA S.A.

Processo Nº ARR-0000808-36.2013.5.12.0019

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A.

Advogado DR. TATIANA BRAZ(OAB: 29094-A/SC)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) UNIÃO (PGF)

Procurador DR. MÁRCIO DO ESPÍRITO SANTO ROCHA

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) FLORENTINO GERALDO SALOMON

Advogado DR. PAULO SÉRGIO ARRABAÇA(OAB: 4728/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- FLORENTINO GERALDO SALOMON
- UNIÃO (PGF)
- WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A.

Processo Nº ARR-0000824-68.2015.5.12.0035

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E RECORRENTE(S) LUIZ RENATO GIACOMINI

Advogado DR. FELISBERTO VILMAR CARDOSO(OAB: 6608/SC)

AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Advogada DRA. RENATA BAIXO DE SÁ MARTINS(OAB: 19978/SC)

Advogada DRA. PAULA JARINA SILVA BESSA(OAB: 30807-B/SC)

Advogada DRA. ANA CAROLINA SILVEIRA SARDI(OAB: 48011-B/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
- LUIZ RENATO GIACOMINI

Processo Nº ARR-0000907-24.2015.5.09.0567

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) CONSÓRCIO DE PRODUTORES RURAIS CARLOS ORLANDO CAVALLI E OUTRO

Advogado DR. FABIANO NUUD DE SOUZA(OAB: 23151/PR)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) OSMARILDA CAMARGO MARTINS

Advogado DR. ANTÔNIO CARLOS BONFIM(OAB: 19008/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO DE PRODUTORES RURAIS CARLOS ORLANDO CAVALLI E OUTRO
- OSMARILDA CAMARGO MARTINS

Processo Nº ARR-0000934-51.2017.5.09.0562

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MARCOS FERNANDO GARMS E OUTROS

Advogado DR. CRISTIANO CARLOS KUSEK(OAB: 212366/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) VALDELINO DOS SANTOS
Advogado DR. JOSÉ VICENTE FERREIRA(OAB: 30900/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS FERNANDO GARMS E OUTROS
- VALDELINO DOS SANTOS

Processo Nº ARR-0001061-96.2017.5.07.0027

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ABENGOA CONSTRUÇÃO BRASIL LTDA.
Advogado DR. VALTON DÓRIA PESSOA(OAB: 11893/BA)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JOSÉ ANDRELINO DA SILVA
Advogado DR. CÍCERO LINDEILSON RODRIGUES DE MAGALHÃES(OAB: 24698/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABENGOA CONSTRUÇÃO BRASIL LTDA.
- JOSÉ ANDRELINO DA SILVA

Processo Nº ARR-0001088-25.2015.5.05.0021

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) REDE CONECTA SERVIÇOS DE REDE S.A.
Advogado DR. FRANCISCO QUEIROZ CAPUTO NETO(OAB: 11707/DF)
Advogado DR. GUSTAVO ALMEIDA MARINHO(OAB: 22003-A/BA)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) TYAGO LOPES DE CASTRO
Advogado DR. SÉRGIO SOUZA MATOS(OAB: 15344/BA)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. EDSON DOS REIS SILVA JÚNIOR(OAB: 22130/BA)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- REDE CONECTA SERVIÇOS DE REDE S.A.
- TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TYAGO LOPES DE CASTRO

Processo Nº ARR-0001100-37.2009.5.05.0122

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado DR. NÉLIDA LARISA FARIA FIGUEIREDO(OAB: 32308/BA)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) EDMUNDO DE QUEIROZ BRAGA
Advogado DR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS(OAB: 1663-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDMUNDO DE QUEIROZ BRAGA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº ARR-0001130-95.2014.5.03.0011

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI
Advogado DR. RAFAEL BEDA GUALDA(OAB: 12019/SC)
Advogada DRA. ALESSANDRA VIEIRA DE ALMEIDA(OAB: 11688/SC)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada DRA. WALDÊNIA MARÍLIA SILVEIRA SANTANA(OAB: 53780/MG)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JANAÍNA DA CONCEIÇÃO SOUZA MENEZES
Advogado DR. JULIANO PEREIRA NEPOMUCENO(OAB: 73683/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- JANAÍNA DA CONCEIÇÃO SOUZA MENEZES
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

Processo Nº ARR-0001231-28.2017.5.06.0211

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) LEONARDO RODRIGUES DA SILVA
Advogada DRA. MARGARETE CRUZ DE SOUZA(OAB: 14842/PE)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA.
Advogado DR. HEBRON COSTA CRUZ DE OLIVEIRA(OAB: 16085/PE)
Advogada DRA. BARBARA NERES DE CARVALHO(OAB: 34400/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA.
- LEONARDO RODRIGUES DA SILVA

Processo Nº ARR-0001278-03.2015.5.17.0005

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) WÂNIA MARIA DUARTE MOSCKEM
Advogado DR. ROGÉRIO FERREIRA BORGES(OAB: 17590/ES)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. RODOLFO PRANDI CAMPAGNARO(OAB: 12045/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- WÂNIA MARIA DUARTE MOSCKEM

Processo Nº ARR-0001304-17.2013.5.04.0010

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) IB TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO OPITZ(OAB: 48101/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) MICHAEL SOUZA DE ALMEIDA
Advogado DR. IBOTI OLIVEIRA BARCELOS JÚNIOR(OAB: 65382/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogada DRA. ELISABETH REGINA VENÂNCIO(OAB: 19387/PR)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- IB TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA
- MICHAEL SOUZA DE ALMEIDA
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Processo Nº ARR-0001416-07.2015.5.03.0054

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) GERDAU AÇOMINAS S.A.
Advogada DRA. LEILA AZEVEDO SETTE(OAB: 22864/MG)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JARDEL FERREIRA
Advogado DR. SANDRO GUIMARÃES SÁ(OAB: 69875/MG)
Advogado DR. JOAQUIM CARLOS CAMPOS(OAB: 66086/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- GERDAU AÇOMINAS S.A.
- JARDEL FERREIRA

Processo Nº ARR-0001437-83.2014.5.02.0041

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) JOSÉ CARLOS RIBEIRO
Advogado DR. LEANDRO MELONI(OAB: 30476/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SOCREL SERVIÇOS DE ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Advogado DR. KIYOKO OGAWA(OAB: 82042/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ CARLOS RIBEIRO
- SOCREL SERVIÇOS DE ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Processo Nº ARR-0001617-57.2013.5.03.0025

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) DANIEL ANDRADE LESSA
Advogada DRA. DENISE FERREIRA MARCONDES(OAB: 49526/MG)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. MARCELO VICENTE DE ALKIMIM PIMENTA(OAB: 62949/MG)
Advogado DR. ARTHUR PALMA DIAS JÚNIOR(OAB: 110502/MG)
Advogada DRA. LUÍSA FRANÇA BISTENE SALLES(OAB: 127065/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- DANIEL ANDRADE LESSA

Processo Nº ARR-0001630-39.2016.5.09.0654

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) SÉRGIO LUIZ KUPKA
Advogado DR. JOSIEL VACISKI BARBOSA(OAB: 22898/PR)
Advogado DR. MÁRCIO JONES SUTTILE(OAB: 25665/PR)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) GL ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA.
Advogado DR. FÁBIO KORENBLUM(OAB: 68743/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- GL ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA.
- SÉRGIO LUIZ KUPKA

Processo Nº ARR-0001675-62.2011.5.04.0232

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) JADER ANTUNES KRUG
Advogada DRA. LÍDIA TERESINHA DA VEIGA LIMA(OAB: 15373/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
Advogada DRA. TONIA RUSSOMANO MACHADO(OAB: 43514/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
- JADER ANTUNES KRUG
- OS MESMOS

Processo Nº ARR-0002302-88.2013.5.02.0026

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) BERALDINO GONÇALVES PENA
Advogado DR. LEANDRO MELONI(OAB: 30746/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) HUDSON SILVA SANTOS
Advogado DR. ROBSON ALMEIDA DE SOUZA(OAB: 236185/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BERALDINO GONÇALVES PENA
- HUDSON SILVA SANTOS

Processo Nº ARR-0002303-77.2012.5.03.0027

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E RECORRENTE(S) EXPRESSO NEPOMUCENO S/A
Advogado DR. BRUNO BOUERI TICLE(OAB: 63581/MG)
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) LEANDRO JOSE PEIXOTO
Advogado DR. FELIPE MAURICIO SALIBA DE SOUZA(OAB: 108211-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EXPRESSO NEPOMUCENO S/A
- LEANDRO JOSE PEIXOTO

Processo Nº ARR-0002499-24.2012.5.02.0464

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) VOLKSWAGEN DO BRASIL - INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogada DRA. ANA CRISTINA GRAU GAMELEIRA(OAB: 88982-A/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) LOURIVALDO MARQUES DA SILVA
Advogado DR. PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- LOURIVALDO MARQUES DA SILVA
- VOLKSWAGEN DO BRASIL - INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº ARR-0010004-62.2015.5.12.0018

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) BAUMGARTEN GRÁFICA LTDA.
Advogado DR. VALDIR RIGHETO FILHO(OAB: 10193/SC)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JEAN PIERRE FERREIRA DOS SANTOS
Advogado DR. SALÉZIO STÁHELIN JÚNIOR(OAB: 12001/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BAUMGARTEN GRÁFICA LTDA.
- JEAN PIERRE FERREIRA DOS SANTOS

Processo Nº ARR-0010065-11.2013.5.01.0078

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) MANPOWER STAFFING LTDA.
Advogado DR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR(OAB: 131896/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) JOLIMODE ROUPAS S.A.
Advogado DR. RICARDO ALVES DA CRUZ(OAB: 31047/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) GLAYCE SILVA BRAZIL NASCIMENTO
Advogado DR. FERNANDO DE JESUS CARRASQUEIRA(OAB: 27400/RJ)

Advogado DR. MARIA DE FÁTIMA GOMES ABREU(OAB: 100854/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLAYCE SILVA BRAZIL NASCIMENTO
- JOLIMODE ROUPAS S.A.
- MANPOWER STAFFING LTDA.

Processo Nº ARR-0010284-15.2015.5.01.0026

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) GABRIEL DE AZEVEDO ARAÚJO
Advogada DRA. CRISTIANE SALATHIEL DA SILVA(OAB: 85684/RJ)

Advogada DRA. CYNTHIA AFFONSO SOARES LOUREIRO(OAB: 89836/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB
Advogado DR. HUMBERTO RIBEIRO CABRAL DOS SANTOS MENEZES(OAB: 160876/RJ)

Advogado DR. FRANCISCO LUIZ DO LAGO VIEGAS(OAB: 67617-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB
- GABRIEL DE AZEVEDO ARAÚJO

Processo Nº ARR-0010355-67.2014.5.01.0053

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. ALINE TORRES FILIPPO
Procurador DR. WALDIR ZAGAGLIA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) VICTOR GABRIEL PINEDA
Advogado DR. MARCELO HUMBERTO FERREIRA MATTOS(OAB: 104673/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) INFORNOVA AMBIENTAL LTDA.
Advogado DR. WILSON DUARTE DE CARVALHO(OAB: 122677/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INFORNOVA AMBIENTAL LTDA.
- VICTOR GABRIEL PINEDA

Processo Nº ARR-0010663-92.2015.5.01.0207

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador DR. RENATA COTRIN NACIF
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA

Advogado DR. ANTÔNIO JOSÉ ASSUNÇÃO MOREIRA(OAB: 140324/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) O UNIVERSITARIO RESTAURANTE IND COM E AGROPECUARIA LTDA
Advogado DR. TATIANA MALANQUINI HYGINO(OAB: 150696/RJ)

Advogada DRA. ANA CAROLINA ABDALA DE AGUIAR(OAB: 146538/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA
- O UNIVERSITARIO RESTAURANTE IND COM E AGROPECUARIA LTDA

Processo Nº ARR-0010831-12.2015.5.01.0202

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) TRANSTURISMO REI LTDA.

Advogado DR. JOSÉ FERNANDO GARCIA MACHADO DA SILVA(OAB: 3038/RJ)

Advogada DRA. SILVIA BARROS FIDALGO(OAB: 88844/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CARLOS EDUARDO SANTOS CORREIA

Advogado DR. JOELSON SILVEIRA FERNANDES(OAB: 83027/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS EDUARDO SANTOS CORREIA
- TRANSTURISMO REI LTDA.

Processo Nº ARR-0011240-45.2014.5.01.0065

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) LUIZ CARLOS XAVIER CORREA

Advogado DR. THIAGO LUIZ ARAÚJO VIVAS(OAB: 162152/RJ)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Advogado DR. CRISTÓVÃO TAVARES DE MACEDO SOARES GUIMARÃES(OAB: 77988/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
- LUIZ CARLOS XAVIER CORREA

Processo Nº ARR-0011422-69.2016.5.18.0103

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S),
AGRAVADO(A) E
RECORRIDO(S) BRF - BRASIL FOODS S.A.
Advogado DR. RAFAEL LARA MARTINS(OAB:
22331/GO)
AGRAVANTE(S),
AGRAVADO(A)(S) E
RECORRENTE(S) MARIA ALZINETE DOS SANTOS
BARROSO
Advogada DRA. LILIANE PEREIRA DE
LIMA(OAB: 25682/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF - BRASIL FOODS S.A.
- MARIA ALZINETE DOS SANTOS BARROSO

Processo Nº ARR-0011529-50.2015.5.01.0062

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI
AGRAVANTE(S) E
RECORRENTE(S) ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora DRA. LETÍCIA LACROIX DE
OLIVEIRA
AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S) GRACE MARCELI SILVA SOARES
Advogado DR. ARMANDO SABAA SRUR
NETO(OAB: 164003/RJ)
AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S) SCMM SERVIÇOS DE LIMPEZA E
CONSERVAÇÃO LTDA.
Advogado DR. ISABELA PORTO RIBEIRO
MARTINS(OAB: 188398-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- GRACE MARCELI SILVA SOARES
- SCMM SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.

Processo Nº ARR-0011711-11.2015.5.15.0106

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E
RECORRENTE(S) V.F.S.O.
Advogado DR. DANIEL AUGUSTO TEIXEIRA DE
MIRANDA(OAB: 26905/DF)
Advogado DR. RAFAEL BARROSO
FONTELLES(OAB: 119910/RJ)
AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S) A.A.A.
Advogado DR. SALVADOR SPINELLI
NETO(OAB: 250548/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- A.A.A.
- V.F.S.O.

Processo Nº ARR-0011752-05.2015.5.15.0097

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI
AGRAVANTE(S) E
RECORRENTE(S) DEPARTAMENTO ESTADUAL DE
TRÂNSITO - DETRAN
Procurador DR. RAFAEL MODESTO RIGATO
AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S) ROXANY IZZO DIAS
Advogada DRA. CRISTINA DE OLIVEIRA
PICHIORI(OAB: 337562/SP)

AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S)

PETROS SERVIÇOS
TERCEIRIZADOS EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
- PETROS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI - ME
- ROXANY IZZO DIAS

Processo Nº ARR-0020003-50.2015.5.04.0733

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E
RECORRENTE(S) ROBERTO RUPPENTHAL DE
QUADROS E OUTRO
Advogado DR. VICTOR ROCHA ZORTÉA(OAB:
83703/RS)
Advogado DR. RODRIGO PEREIRA DE
CARVALHO(OAB: 93998/RS)
AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S) ANTONIO CARLOS DA COSTA
MARTINS E OUTRO
Advogado DR. CÉLIO HANEMANN(OAB:
18409/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CARLOS DA COSTA MARTINS E OUTRO
- ROBERTO RUPPENTHAL DE QUADROS E OUTRO

Processo Nº ARR-0020090-02.2016.5.04.0141

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
AGRAVANTE(S) E
RECORRENTE(S) CYMI DO BRASIL - PROJETOS E
SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. LUIZ GUSTAVO ROCHA
OLIVEIRA ROCHOLI(OAB: 72002/MG)
AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S) CLAUDIONOR DOS SANTOS
VAREIRA
Advogado DR. FLÁVIO AUGUSTO MENTA
VIEIRA(OAB: 31063/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIONOR DOS SANTOS VAREIRA
- CYMI DO BRASIL - PROJETOS E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº ARR-0020269-21.2014.5.04.0006

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
AGRAVANTE(S) E
RECORRENTE(S) DANIEL VARELA RIBEIRO
Advogada DRA. MICHELLE MEOTTI
TENTARDINI(OAB: 57215/RS)
AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S) BRASIL KIRIN INDÚSTRIA DE
BEBIDAS LTDA.
Advogada DRA. ANA LÚCIA HORN
OLIVEIRA(OAB: 24244/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASIL KIRIN INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.
- DANIEL VARELA RIBEIRO

Processo Nº ARR-0020467-28.2015.5.04.0231

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
AGRAVANTE(S) E
RECORRENTE(S) IPA - INDÚSTRIA DE PRODUTOS
AUTOMOTIVOS RGS LTDA.
Advogada DRA. MARIANA HOERDE FREIRE
BARATA(OAB: 31894/RS)
Advogado DR. LUIZ FERNANDO DOS SANTOS
MOREIRA(OAB: 49521/RS)
AGRAVADO(S) E
RECORRIDO(S) RAFAEL RODRIGUES ESCALIER
Advogado DR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO
GARCIA(OAB: 44522/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- IPA - INDÚSTRIA DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS RGS LTDA.
- RAFAEL RODRIGUES ESCALIER

Processo Nº ARR-0020755-54.2015.5.04.0205

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) RUMO MALHA SUL S.A.
Advogado DR. LUIZ FERNANDO DOS SANTOS MOREIRA(OAB: 49521/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) CELSO DA COSTA PAIM
Advogada DRA. FRANCIELE DE OLIVEIRA JARDIM(OAB: 84322/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELSO DA COSTA PAIM
- RUMO MALHA SUL S.A.

Processo Nº ARR-0020787-14.2015.5.04.0026

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Procuradora DRA. MÁRCIA MOURA LAMEIRA
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) SANATÓRIO BELÉM - HOSPITAL PARQUE BELÉM
Advogado DR. GERSON CAZOTTI BELINASSO(OAB: 88707-A/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) LEONARDO MARQUES FISCHER
Advogado DR. LUCIO REPULLO PINTO RIBEIRO(OAB: 32400-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEONARDO MARQUES FISCHER
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
- SANATÓRIO BELÉM - HOSPITAL PARQUE BELÉM

Processo Nº ARR-0020877-65.2014.5.04.0023

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) FOR FUN ENTRETENIMENTO LTDA. E OUTRO
Advogado DR. BRUNA DE ANDRADE MACHADO(OAB: 71240/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) JANAÍNA DA SILVA ALVES
Advogado DR. PAULO DE FREITAS SOLLER(OAB: 31309-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FOR FUN ENTRETENIMENTO LTDA. E OUTRO
- JANAÍNA DA SILVA ALVES

Processo Nº ARR-0020975-06.2015.5.04.0382

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) USAFLEX - INDUSTRIA & COMERCIO S/A
Advogado DR. ALEXANDRE KELLER(OAB: 75921/RS)
Advogado DR. DIOVANI AGUSTO COLOMBO(OAB: 78169-A/RS)
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) CALÇADOS BOTTERO LTDA
Advogado DR. MARIA AMELIA DE BRITO BERGMANN(OAB: 55980-A/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) LUIS CARLOS DOS SANTOS

Advogada

DRA. ADRIANA MILANI PINHEIRO(OAB: 73437/RS)
VULCA SHOES CALÇADOS LTDA.

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)

Advogado

DR. ROGERIO APARECIDO FERNANDES DE CARVALHO(OAB: 49578-A/RS)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)

Advogado

SELLECTO CALCADOS EIRELI

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)

Advogado

DR. DENISE IZUMI MINAMI MIYAGUSKU(OAB: 59504-A/RS)
USAFLEX - INDUSTRIA & COMERCIO S/A

Advogado

DR. ALEXANDRE KELLER(OAB: 75921/RS)
DR. DIOVANI AGUSTO COLOMBO(OAB: 78169-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CALÇADOS BOTTERO LTDA
- LUIS CARLOS DOS SANTOS
- SELLECTO CALCADOS EIRELI
- USAFLEX - INDUSTRIA & COMERCIO S/A
- VULCA SHOES CALÇADOS LTDA.

Processo Nº ARR-0021177-87.2014.5.04.0003

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) PREDIAL E ADMINISTRADORA HOTÉIS PLAZA S.A.
Advogado DR. MARCELO VIEIRA PAPAEO(OAB: 62546/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) MAURO CAMPOS
Advogada DRA. LIANE RITTER LIBERALI(OAB: 30635/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAURO CAMPOS
- PREDIAL E ADMINISTRADORA HOTÉIS PLAZA S.A.

Processo Nº ARR-0021749-91.2015.5.04.0202

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) INTERNATIONAL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA DA AMÉRICA DO SUL LTDA.
Advogado DR. FERNANDO LEICHTWEIS(OAB: 22071/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ROGÉRIO DE MELO DUTRA
Advogado DR. MARCELINO HAUSCHILD(OAB: 37094/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- INTERNATIONAL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA DA AMÉRICA DO SUL LTDA.
- ROGÉRIO DE MELO DUTRA

Processo Nº ARR-0101420-42.2016.5.01.0064

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Advogada DRA. VALESCA BARBOSA MARINS(OAB: 130009/RJ)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) PAULO CÉZAR DE OLIVEIRA VICTORINO
Advogada DRA. TALITA DE OLIVEIRA PINHEIRO(OAB: 109620/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

- PAULO CÉZAR DE OLIVEIRA VICTORINO

Processo Nº ARR-1000349-74.2017.5.02.0077

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) NACIOLINDA VITORINO DA CRUZ OBERS
Advogado DR. GERALDO PEDROSO FILHO(OAB: 86068/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPEM
Procurador DR. FELIPE GONÇALVES FERNANDES

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPEM
- NACIOLINDA VITORINO DA CRUZ OBERS

Processo Nº ARR-1002473-89.2015.5.02.0468

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogado DR. TÚLIO MARCUS CARVALHO CUNHA(OAB: 115726/SP)
Advogada DRA. SÍLVIA PELLEGRINI RIBEIRO(OAB: 230654/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) REGINALDO BISPO DOS SANTOS
Advogada DRA. ISABELA GUILHERMINO JOÃO(OAB: 156120-A/SP)
Advogada DRA. LUCIANA CRISTINA DE FREITAS SOUZA(OAB: 165846/SP)
Advogado DR. DOUGLAS SANTANA VIDIGAL ALVES(OAB: 256102/SP)
Advogado DR. AGAMENON MARTINS DE OLIVEIRA(OAB: 123024/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- REGINALDO BISPO DOS SANTOS
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº ED-AIRR-0000087-83.2016.5.06.0007

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE AGEMAR TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA
Advogado DR. FERNANDO ANTÔNIO MALTA MONTENEGRO(OAB: 4239/PE)
EMBARGADO(A) IGOR DO NASCIMENTO
Advogado DR. ALFREDO CORREIA PIRES(OAB: 23479/PE)
EMBARGADO(A) UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGEMAR TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA
- IGOR DO NASCIMENTO
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº ED-AIRR-0000119-97.2011.5.04.0014

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE OI S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. MATHEUS NETTO TERRES(OAB: 73686/RS)
EMBARGADO(A) MANUEL LUIZ CORDEIRO DOS SANTOS

Advogado DR. ODILON MARQUES GARCIA JÚNIOR(OAB: 40469/RS)
Advogada DRA. IVONE DA FONSECA GARCIA(OAB: 36827/RS)
EMBARGADO(A) FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogado DR. FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ(OAB: 44277/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL
- MANUEL LUIZ CORDEIRO DOS SANTOS
- OI S.A.

Processo Nº ED-ED-RR-0000306-78.2011.5.04.0023

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogado DR. HENRIQUE CUSINATO HERMANN(OAB: 46523/RS)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
EMBARGADO(A) SUSANA DIAS BARBOSA
Advogado DR. CARLOS ROBERTO NUNCIO(OAB: 32052/RS)
EMBARGADO(A) GERENCIAL BRASIL PONTO DE VENDA LTDA.
Advogada DRA. KARINE KWIATKOWSKI SANTOS(OAB: 76163/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- GERENCIAL BRASIL PONTO DE VENDA LTDA.
- OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
- SUSANA DIAS BARBOSA

Processo Nº ED-ED-ARR-0000349-03.2015.5.05.0005

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE LUANA MATOS DE BRITO
Advogado DR. CURT DE OLIVEIRA TAVARES(OAB: 10677/BA)
EMBARGADO(A) LIQ CORP S.A.
Advogado DR. URBANO VITALINO DE MELO NETO(OAB: 17700/PE)
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
EMBARGADO(A) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada DRA. LINÉIA FERREIRA COSTA(OAB: 19864/BA)
Advogada DRA. CLÁUDIA SANTIANNI(OAB: 18788/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- LIQ CORP S.A.
- LUANA MATOS DE BRITO

Processo Nº ED-AIRR-0000369-71.2016.5.10.0020

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE BM SUA CASA PROMOTORA DE VENDAS LTDA.
Advogado DR. MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA(OAB: 295551/SP)
Advogada DRA. ANA CAROLINA REMIGIO DE OLIVEIRA(OAB: 86844-A/MG)
EMBARGADO(A) GUTEMBERG FERREIRA DE ARAÚJO

Advogado DR. MARCELO AMÉRICO MARTINS
DA SILVA(OAB: 11776/DF)
EMBARGADO(A) BANCO PAN S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO PAN S.A.
- BM SUA CASA PROMOTORA DE VENDAS LTDA.
- GUTHEMBERG FERREIRA DE ARAÚJO

Processo Nº ED-ED-RR-0000405-36.2011.5.04.0512

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
EMBARGANTE FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS
FEDERAIS - FUNCEF
Advogado DR. CRISTIANO DE FREITAS
FERNANDES(OAB: 13455/DF)
Advogado DR. DINO ARAÚJO DE
ANDRADE(OAB: 20182/DF)
EMBARGADO(A) GLORIA MARIA LORENZI MEZZOMO
Advogado DR. GILBERTO RODRIGUES DE
FREITAS(OAB: 35972/RS)
EMBARGADO(A) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada DRA. JULIANA VEIGA
BIEDRZYCKI(OAB: 65284/RS)
Advogado DR. FELIPE DE VASCONCELOS
SOARES MONTENEGRO
MATTOS(OAB: 23409-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
- GLORIA MARIA LORENZI MEZZOMO

Processo Nº ED-AIRR-0000426-16.2017.5.12.0015

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE AGOSTINHO IRINEU DAL MORO -
ME
Advogado DR. DOUGLAS MARANGON(OAB:
38970/SC)
EMBARGADO(A) ROGÉRIO DAL MORO
Advogada DRA. MARIA LOIVA DE ANDRADE
SCHWERZ(OAB: 8264/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGOSTINHO IRINEU DAL MORO - ME
- ROGÉRIO DAL MORO

Processo Nº ED-AIRR-0000432-50.2010.5.02.0434

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI
EMBARGANTE PATRICIA MOREIRA DE MELLO
CABRAL
Advogado DR. HERICK BERGER
LEOPOLDO(OAB: 225927/SP)
EMBARGADO(A) SILVIA RENATA SIQUEIRA DE
ANDRADE
Advogado DR. JOSÉ LUÍS DO REGO BARROS
BARRETO(OAB: 69223/SP)
EMBARGADO(A) ESPÓLIO DE MARIA HELENA MELO
MADELLA
Advogado DR. SÉRGIO RICARDO
FERRARI(OAB: 76181/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO DE MARIA HELENA MELO MADELLA
- PATRICIA MOREIRA DE MELLO CABRAL
- SILVIA RENATA SIQUEIRA DE ANDRADE

Processo Nº ED-RR-0000461-22.2012.5.01.0026

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
EMBARGANTE RUBENILDO SILVA DE OLIVEIRA
Advogada DRA. GISA NARA MACIEL MACHADO
DA SILVA(OAB: 760-A/RJ)
Advogada DRA. ERYKA FARIAS DE
NEGRI(OAB: 13372/DF)
Advogado DR. ANA LUISA DE SOUZA CORREIA
DE MELO PALMISCIANO(OAB:
115185-A/RJ)
EMBARGADO(A) COMPANHIA DOCAS DO RIO DE
JANEIRO - CDRJ
Advogado DR. GUILHERME VILELA DE
PAULA(OAB: 162113/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
- RUBENILDO SILVA DE OLIVEIRA

Processo Nº ED-ARR-0000699-56.2017.5.10.0821

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI
EMBARGANTE LUCIO DOS SANTOS DIAS
Advogado DR. ADILAR DALTOÉ(OAB: 543/TO)
Advogada DRA. ILDETE FRANÇA DE
ARAÚJO(OAB: 733/TO)
Advogado DR. CLEUSDEIR RIBEIRO DA
COSTA(OAB: 2507/TO)
EMBARGADO(A) LIGHT SERVIÇOS DE
ELETRICIDADE S.A.
Advogado DR. LYCURGO LEITE NETO(OAB:
1530-A/DF)
Advogado DR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA
CASTRO(OAB: 20283/RJ)
EMBARGADO(A) TRANSFORLUZ COMERCIAL E
INSTALADORA LTDA.
Advogada DRA. VILMA MARIA BATISTA
DOMINGUES FERREIRA(OAB:
143606/RJ)
Advogado DR. VITOR HUGO GOMES
TAVARES(OAB: 155309/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
- LUCIO DOS SANTOS DIAS
- TRANSFORLUZ COMERCIAL E INSTALADORA LTDA.

Processo Nº ED-AIRR-0000725-29.2016.5.20.0007

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE ALMAVIVA DO BRASIL
TELEMARKETING E INFORMÁTICA
S.A.
Advogado DR. NAYARA ALVES BATISTA DE
ASSUNÇÃO(OAB: 119894/MG)
Advogado DR. LUCAS MATTAR RIOS
MELO(OAB: 118263/MG)
EMBARGADO(A) DOGLAS LIMA SANTANA
Advogada DRA. JUSSARA ALVES DOS
SANTOS(OAB: 8394/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA
S.A.
- DOGLAS LIMA SANTANA

Processo Nº ED-ARR-0000827-77.2013.5.15.0045

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI
EMBARGANTE CLÁUDIO FRANCISCO NEGRÃO
Advogado DR. PAULO HENRIQUE DE
OLIVEIRA(OAB: 136460-B/SP)

EMBARGADO(A) GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
Advogada DRA. MARIA HELENA VILLELA AUTUORI ROSA(OAB: 102684-A/SP)
Advogada DRA. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606-B/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLÁUDIO FRANCISCO NEGRÃO
- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº ED-AIRR-0000856-29.2014.5.05.0221

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE FLORESTAL ARAGUARI REFLORESTAMENTO LTDA
Advogado DR. GERALDO AUGUSTO RAMOS SILVA JÚNIOR(OAB: 10987/BA)
EMBARGADO(A) GILSON DE NANTES DA HORA
Advogado DR. KÁTIA SILENE SILVA COUTINHO(OAB: 18088/BA)
EMBARGADO(A) A & L FLORESTAL LTDA. - ME
Advogado DR. VINÍCIUS OLIVEIRA SANTOS(OAB: 20631/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- A & L FLORESTAL LTDA. - ME
- FLORESTAL ARAGUARI REFLORESTAMENTO LTDA
- GILSON DE NANTES DA HORA

Processo Nº ED-RR-0000862-88.2013.5.03.0136

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE ERICA CRISTINA DOS SANTOS
Advogado DR. SANDRO COSTA DOS ANJOS(OAB: 70428/MG)
EMBARGADO(A) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. GUSTAVO MONTI SABAINI(OAB: 76826/MG)
Advogada DRA. DAIANE HYSLEY DA SILVA(OAB: 123875/MG)
EMBARGADO(A) PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
Advogado DR. ALEXANDRE FONSECA CALIXTO(OAB: 62124/MG)
Advogada DRA. ALESSANDRA VIEIRA DE ALMEIDA(OAB: 11688/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- ERICA CRISTINA DOS SANTOS
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.

Processo Nº ED-RR-0001224-16.2012.5.03.0075

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE VANESSA GUIMARAES MORAIS PRADO
Advogado DR. LUIZ RICARDO DIEGUES(OAB: 77454/MG)
EMBARGADO(A) FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S/A
Advogada DRA. CARLA LOUZADA MARQUES CARMO(OAB: 20422/DF)
EMBARGADO(A) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. ASDEAR SALINAS MACIAS(OAB: 37702/DF)
Advogada DRA. LUCIANA MANO OLIVEIRA(OAB: 103231-B/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FPC PAR CORRETORA DE SEGUROS S/A
- VANESSA GUIMARAES MORAIS PRADO

Processo Nº ED-ARR-0001242-33.2012.5.05.0511

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE VERACEL CELULOSE S.A.
Advogado DR. LEANDRO HENRIQUE MOSELLO LIMA(OAB: 27586/BA)
EMBARGADO(A) JÚLIO CEZAR SANTOS GUIMARÃES
Advogado DR. ANDRÉ FIGUEIRÊDO FREITAS(OAB: 18041/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JÚLIO CEZAR SANTOS GUIMARÃES
- VERACEL CELULOSE S.A.

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001324-53.2013.5.03.0004

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE JABOUR CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado DR. ANDRÊS DIAS DE ABREU(OAB: 87433/MG)
EMBARGADO(A) NIRLENE LOPES DA SILVEIRA
Advogado DR. ADALBERTO OLIVEIRA DE ALEXANDRIA(OAB: 66693/MG)
EMBARGADO(A) CONSTRUTORA SERCEL LTDA.
Advogado DR. JOSÉ MARQUES DE SOUZA JÚNIOR(OAB: 63613/MG)
EMBARGADO(A) ANTONIO CARLOS GONÇALVES
EMBARGADO(A) JOSÉ GUILHERME GONÇALVES
EMBARGADO(A) LUIZ CARLOS MOREIRA JABOUR

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CARLOS GONÇALVES
- CONSTRUTORA SERCEL LTDA.
- JABOUR CONSTRUÇÕES LTDA.
- JOSÉ GUILHERME GONÇALVES
- LUIZ CARLOS MOREIRA JABOUR
- NIRLENE LOPES DA SILVEIRA

Processo Nº ED-RR-0001572-34.2015.5.09.0084

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
Advogado DR. INDALECIO GOMES NETO(OAB: 23465-A/PR)
EMBARGADO(A) SAMUEL RIBAS BATISTA
Advogado DR. MAURO JOSÉ AUACHE(OAB: 17209/PR)
Advogado DR. MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA(OAB: 27184-A/PR)
Advogada DRA. RAQUEL LEITE DA SILVA SANTANA(OAB: 56655/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- SAMUEL RIBAS BATISTA

Processo Nº ED-ARR-0001673-26.2011.5.02.0466

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE JOSE BERNARDO FERREIRA

Advogado DR. PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA
EMBARGADO(A) VOLKSWAGEN DO BRASIL
INDÚSTRIA DE VEÍCULOS
AUTOMOTORES LTDA.
Advogada DRA. ANA CRISTINA GRAU
GAMELEIRA(OAB: 88982-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE BERNARDO FERREIRA
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº ED-ARR-0002125-28.2011.5.02.0016

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS
FEDERAIS - FUNCEF
Advogado DR. DINO ARAÚJO DE
ANDRADE(OAB: 20182/DF)
EMBARGADO(A) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. JOSÉ GUILHERME
BECCARI(OAB: 57588/SP)
EMBARGADO(A) SUELI APARECIDA PRZYBYSZ
UMEKI
Advogado DR. GILBERTO RODRIGUES DE
FREITAS(OAB: 191191-A/SP)
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB:
219041-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
- SUELI APARECIDA PRZYBYSZ UMEKI

Processo Nº ED-ARR-0010389-29.2016.5.03.0146

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE EVANILTON DE JESUS GOMES
Advogado DR. SID HARTA RIEDEL DE
FIGUEIREDO(OAB: 1509-A/DF)
Advogada DRA. RITA DE CÂCIA BARBOSA
LOPES(OAB: 8686/DF)
Advogado DR. IVAN DA SILVA PEIXOTO(OAB:
119140/MG)
EMBARGADO(A) RODOVIAS DAS COLINAS S.A.
Advogado DR. RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB:
162343-A/SP)
EMBARGADO(A) ALCANA DESTILARIA DE ÁLCOOL
DE NANUQUE S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- ALCANA DESTILARIA DE ÁLCOOL DE NANUQUE S.A.
- EVANILTON DE JESUS GOMES
- RODOVIAS DAS COLINAS S.A.

Processo Nº ED-RR-0010403-39.2016.5.03.0105

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE LUANA AUGUSTA CLARINDO DE
ASSUNCAO
Advogado DR. WILSON TEIXEIRA(OAB:
56970/MG)
Advogado DR. CARLOS HENRIQUE OTONI
FERNANDES(OAB: 70808/MG)
Advogada DRA. KARINE CARVALHO
BARCELOS(OAB: 132159/MG)
EMBARGADO(A) ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado DR. MARCOS CALDAS MARTINS
CHAGAS(OAB: 56526/MG)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
NETO(OAB: 29340-A/DF)

EMBARGADO(A) ALMAVIVA DO BRASIL
TELEMARKETING E INFORMÁTICA
S.A.
Advogado DR. LUCAS MATTAR RIOS
MELO(OAB: 118263/MG)
Advogada DRA. POLLYANA RESENDE
NOGUEIRA DO PINHO(OAB:
120000/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.
- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- LUANA AUGUSTA CLARINDO DE ASSUNCAO

Processo Nº ED-ARR-0011376-07.2014.5.18.0053

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
EMBARGANTE NAILTON LINCOLN RODRIGUES DA
PAZ
Advogado DR. CARLOS EDUARDO PEREIRA
COSTA(OAB: 22817/GO)
EMBARGADO(A) CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
Advogado DR. PAULO ROBERTO IVO DE
REZENDE(OAB: 9362/GO)
Advogado DR. EDMAR ANTONIO ALVES
FILHO(OAB: 31312-A/GO)
EMBARGADO(A) CONSTRUTORA INCORPORADORA
SANTA TERESA LTDA.
Advogado DR. MARIA TEREZA CAETANO LIMA
CHAVES(OAB: 20620-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- CONSTRUTORA INCORPORADORA SANTA TERESA LTDA.
- NAILTON LINCOLN RODRIGUES DA PAZ

Processo Nº ED-ARR-0021157-63.2014.5.04.0014

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE SILENE DE FATIMA DA SILVA
Advogado DR. RICARDO ANDRÉ DO AMARAL
LEITE(OAB: 12399/DF)
Advogada DRA. ANA PAULA KEUNECKE
MACHADO(OAB: 45809/RS)
Advogado DR. DAYSE LINCEN(OAB:
62210/RS)
Advogado DR. RAFAEL DAVI MARTINS
COSTA(OAB: 44138-A/RS)
EMBARGADO(A) PORTOCRED S.A. - CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado DR. ROBERTO PIERRI
BERSCH(OAB: 24484/RS)
EMBARGADO(A) GF PROMOTORA DE VENDAS E
SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. ROBERTO PIERRI
BERSCH(OAB: 24484/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- GF PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS LTDA.
- PORTOCRED S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
- SILENE DE FATIMA DA SILVA

Processo Nº ED-RR-0027800-57.2012.5.17.0010

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
EMBARGANTE TRANSILVA TRANSPORTES E
LOGÍSTICA LTDA.
Advogado DR. CÉLIO DE CARVALHO
CAVALCANTI NETO(OAB: 9100/ES)

Advogado DR. JOSÉ GERALDO NASCIMENTO JÚNIOR(OAB: 8679/ES)
EMBARGADO(A) WALTER BEZERRA MENEZES
Advogado DR. JOAQUIM AUGUSTO DE AZEVEDO SAMPAIO NETTO(OAB: 9624/ES)
EMBARGADO(A) ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - OGMO
Advogada DRA. NATHÁLIA NEVES BURIAN(OAB: 9243/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- TRANSILVA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.
- WALTER BEZERRA MENEZES
- ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - OGMO

Processo Nº ED-RR-0037000-09.2009.5.15.0153

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE LUZIA GOMES
Advogado DR. JOSÉ ANTONIO VIEIRA ALVES
EMBARGADO(A) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. MARISE BERALDES SILVA DIAS ARROYO(OAB: 58976/SP)
EMBARGADO(A) ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogada DRA. JANETE SANCHES MORALES

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
- LUZIA GOMES

Processo Nº ED-ED-RR-0093800-05.2008.5.04.0701

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado DR. MARCOS ROBERTO BERTONCELLO(OAB: 42208/RS)
Advogada DRA. ANA REGINA MARQUES BRANDÃO(OAB: 4891/AL)
EMBARGADO(A) CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
Advogado DR. CLAUDIO DIAS DE CASTRO(OAB: 32361-A/RS)
EMBARGADO(A) JOÃO ANTONIO MANZONI CADO
Advogado DR. HÉLIO LUÍS DALLABRIDA(OAB: 38643/RS)
Advogado DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
- JOÃO ANTONIO MANZONI CADO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0100008-46.2016.5.01.0074

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE CARLOS ROBERTO GABRIEL DA SILVA
Advogado DR. REGINALDO DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 25480/DF)

Advogado DR. MURILLO DOS SANTOS NUCCI(OAB: 24022-A/DF)
EMBARGADO(A) COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 136118/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ROBERTO GABRIEL DA SILVA
- COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

Processo Nº ED-ARR-0145300-80.2007.5.15.0009

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE EMÍLIO CESAR DE MORAES
Advogado DR. PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA(OAB: 136460-B/SP)
EMBARGADO(A) VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogada DRA. SILVIA PELLEGRINI RIBEIRO(OAB: 230654/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMÍLIO CESAR DE MORAES
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0205400-69.2007.5.02.0071

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
EMBARGANTE JOSÉ FRANCISCO SARAIVA FILHO
Advogado DR. RAFAEL DE ALENCAR ARARIPE CARNEIRO(OAB: 25120/DF)
Advogado DR. OSWALDO CREM NETO(OAB: 211428/SP)
EMBARGADO(A) WALDIR CARLOS DE SOUZA
Advogado DR. EDUARDO BANNO(OAB: 156014/SP)
EMBARGADO(A) SARFIL TRANSPORTES LTDA. E OUTRO
Advogado DR. JÚLIO GOMES DE SOUZA(OAB: 154444/SP)
EMBARGADO(A) WANDERLEY MARQUES ALVES
EMBARGADO(A) IVO FRANCISCO DAS ALMAS
EMBARGADO(A) ORTÊNCIO JOÃO DE OLIVEIRA
EMBARGADO(A) CENTRO SUL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S.A.
EMBARGADO(A) GOMES SILVA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
EMBARGADO(A) TULAMOR S.A.
EMBARGADO(A) LEVI RODRIGUES VIANA

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO SUL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S.A.
- GOMES SILVA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
- IVO FRANCISCO DAS ALMAS
- JOSÉ FRANCISCO SARAIVA FILHO
- LEVI RODRIGUES VIANA
- ORTÊNCIO JOÃO DE OLIVEIRA
- SARFIL TRANSPORTES LTDA. E OUTRO
- TULAMOR S.A.
- WALDIR CARLOS DE SOUZA
- WANDERLEY MARQUES ALVES

Processo Nº ED-RR-0270300-04.2009.5.02.0035

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE SANAE SUGATA DUARTE

Advogada DRA. GISLÂNDIA FERREIRA DA SILVA(OAB: 117883/SP)
EMBARGADO(A) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado DR. JOSÉ BAUTISTA DORADO CONCHADO(OAB: 149524/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- SANAE SUGATA DUARTE

Processo Nº ED-RR-0303085-15.2006.5.12.0045

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE B.B.S.
Advogada DRA. ANA REGINA MARQUES BRANDÃO(OAB: 4891/AL)
Advogada DRA. ANA PAULA BERNES(OAB: 18040/SC)
Advogado DR. MÁRIO EDUARDO BARBERIS(OAB: 148909/SP)
EMBARGADO(A) V.L.B.
Advogado DR. VILSON MARIOT(OAB: 3487/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- B.B.S.
- V.L.B.

Processo Nº ED-AIRR-1001839-32.2016.5.02.0089

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE IVONE DE FATIMA JOSAFÁ
Advogado DR. NELSON CÂMARA(OAB: 15751/SP)
EMBARGADO(A) COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
Advogada DRA. MARIA EDUARDA FERREIRA RIBEIRO DO VALLE(OAB: 49457-B/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
- IVONE DE FATIMA JOSAFÁ

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados na sessão a que se referem ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova publicação.

REGINALDO DE OZEDA ALA

Secretário da 8ª Turma

Aditamento à Pauta

Aditamento à Pauta de Julgamento para a 4a. Sessão Ordinária da 8ª Turma do dia 27 de fevereiro de 2019 às 09h00

Processo Nº AIRR-0000331-45.2013.5.09.0003

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) VIA VAREJO S.A.
Advogado DR. JOÃO ROGÉRIO ROMALDINI DE FARIA(OAB: 115445/SP)
Advogada DRA. PATRÍCIA MARIA MENDONÇA DE ALMEIDA FARIA(OAB: 233059/SP)
AGRAVADO(S) LAÉDIO DO CARMO SALDEIRA
Advogado DR. ROBERTO CÉZAR VAZ DA SILVA(OAB: 37186/PR)
Advogado DR. ANDRÉ CÉZAR VAZ DA SILVA(OAB: 39181/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- LAÉDIO DO CARMO SALDEIRA

- VIA VAREJO S.A.

Processo Nº AIRR-0001429-17.2011.5.04.0022

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROCEEE
Advogada DRA. ADRIANA MARIA FONSECA SALERNO(OAB: 16035/RS)
AGRAVADO(S) COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTROS
Advogado DR. MARCO FRIDOLIN SOMMER DOS SANTOS(OAB: 27239/RS)
AGRAVADO(S) JOSSÉLIA LANDVOIGT DA ROSA
Advogado DR. LÚCIO FERNANDES FURTADO(OAB: 65084/RS)
Advogado DR. HUGO SAMPAIO DE MORAES(OAB: 38040/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTROS
- FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROCEEE
- JOSSÉLIA LANDVOIGT DA ROSA

Processo Nº AIRR-0001481-08.2011.5.01.0471

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) MUNICÍPIO DE BOM JESUS DE ITABAPOANA
Advogado DR. MÁRCIO NUNES RODRIGUES(OAB: 79538/RJ)
AGRAVADO(S) CELINA FERNANDES DA ROCHA
Advogado DR. BRUNO LOPES BATISTA(OAB: 155592/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELINA FERNANDES DA ROCHA
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS DE ITABAPOANA

Processo Nº AIRR-0010508-67.2014.5.15.0132

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) ESMERALDO DA SILVA
Advogado DR. LEONARDO AUGUSTO NOGUEIRA DE OLIVEIRA(OAB: 293580/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRADO(S) EMBRAER S.A.
Advogado DR. CLÉLIO MARCONDES FILHO(OAB: 66313/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMBRAER S.A.
- ESMERALDO DA SILVA

Processo Nº AIRR-0010950-38.2015.5.01.0342

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA
Advogado DR. BRUNO FERREIRA(OAB: 190315-A/RJ)
Procuradora DRA. JULIANE SAMPAIO DE SOUZA CARDOSO LEAL
AGRAVADO(S) ANDREIA CASTELIONI NOVAES
Advogada DRA. PAULA BARBOSA VAZ(OAB: 187348/RJ)

AGRAVADO(S) CRUZ VERMELHA BRASILEIRA -
FILIAL DO MUNICÍPIO DE VOLTA
REDONDA

Advogado DR. GABRIEL MACIEL RIBEIRO(OAB:
187349/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREIA CASTELIONI NOVAES
- CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO MUNICÍPIO DE
VOLTA REDONDA
- MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA

Processo Nº Ag-AIRR-0011568-28.2014.5.01.0015

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI

AGRAVANTE(S) CARLOS FIGUEIREDO DE PAULA

Advogado DR. GABRIEL PEREIRA SAD(OAB:
109867/RJ)

AGRAVADO(S) COMPANHIA DOCAS DO RIO DE
JANEIRO - CDRJ

Advogado DR. GUILHERME VILELA DE
PAULA(OAB: 162113/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS FIGUEIREDO DE PAULA
- COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados na
sessão a que se referem ficam automaticamente adiados para as
próximas que se seguirem, independentemente de nova publicação.

REGINALDO DE OZEDA ALA

Secretário da 8ª Turma

Pauta de Julgamento

Pauta de Julgamento para a 1a. Sessão Extraordinária da 8ª Turma
do dia 27 de fevereiro de 2019 às 13h30

Processo Nº AIRR-000059-30.2011.5.05.0004

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO

AGRAVANTE(S) E RAIDETE OLIVEIRA DE FIGUEIREDO
AGRAVADO(S) COUTINHO

Advogada DRA. LUCY MARIA DE SOUZA
SANTOS CALDAS(OAB: 7333/BA)

AGRAVANTE(S) E BANCO BRADESCO S.A.
AGRAVADO(S)

Advogada DRA. TAIANA VELOSO NOBRE
OLIVEIRA(OAB: 30723/BA)

Advogada DRA. TARCILA ANDRADE
COSTA(OAB: 42963/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- RAIDETE OLIVEIRA DE FIGUEIREDO COUTINHO

Processo Nº AIRR-000079-23.2010.5.02.0074

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO

AGRAVANTE(S) DOMINGOS FERREIRA COSTA

Advogado DR. LEANDRO MELONI(OAB:
30746/SP)

AGRAVADO(S) ELETROPAULO METROPOLITANA
ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Advogado DR. LYCURGO LEITE NETO(OAB:
1530/DF)

Advogado DR. MARCELO OLIVEIRA
ROCHA(OAB: 113887/SP)

AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO CESP

Advogado DR. LUÍS FERNANDO FEOLA
LENCIONI(OAB: 113806/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOMINGOS FERREIRA COSTA
- ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO
PAULO S.A.
- FUNDAÇÃO CESP

Processo Nº AIRR-000086-65.2016.5.05.0221

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) JOSÉ PAULO BARBOSA

Advogado DR. ANTÔNIO ÂNGELO DE LIMA
FREIRE(OAB: 8319/BA)

Advogado DR. ADRIANA MARTINS BRANDÃO
FREIRE(OAB: 37267/BA)

Advogado DR. VINÍCIUS MATIAS FIGUEIREDO
DE LACERDA(OAB: 38703-A/BA)

AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS

Advogada DRA. FABIANA GALDINO
COTIAS(OAB: 22164/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ PAULO BARBOSA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000117-51.2011.5.01.0034

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) E FUNDAÇÃO PETROBRAS DE
AGRAVADO(S) SEGURIDADE SOCIAL - PETROS

Advogado DR. JORGE HENRIQUE MONTEIRO
DE ALMEIDA FILHO(OAB: 104348/RJ)

Advogado DR. MARCUS FLÁVIO HORTA
CALDEIRA(OAB: 13418/DF)

Advogado DR. RENATO LOBO
GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)

AGRAVANTE(S) E PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
AGRAVADO(S) PETROBRAS

Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI
RODRIGUES(OAB: 128341/SP)

AGRAVADO(S) ROSÂNGELA RODRIGUES DE
ANDRADE

Advogado DR. HUMBERTO JANSEN
MACHADO(OAB: 13911/RJ)

Advogado DR. RODRIGO LOPES
MAGALHÃES(OAB: 96669/RJ)

Advogado DR. ROBERTO DE FIGUEIREDO
CALDAS(OAB: 5939/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL -
PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- ROSÂNGELA RODRIGUES DE ANDRADE

Processo Nº AIRR-0000135-42.2017.5.05.0134

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS

Advogada DRA. DESIRÉE MARQUES SOBRAL
SILVESTRE(OAB: 54123/BA)

AGRAVADO(S) ALBERTO COSTA SILVA

Advogado DR. ANTÔNIO ÂNGELO DE LIMA
FREIRE(OAB: 8319/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBERTO COSTA SILVA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000169-02.2010.5.04.0292

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) AMBEV S.A.
Advogado DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 62546/RS)
Advogado DR. MARCUS VINÍCIUS STELITANO FERNANDES(OAB: 50084/DF)
AGRAVADO(S) OLÍVIO TEIXEIRA DOS SANTOS
Advogado DR. CARLOS ROBERTO NÚNCIO(OAB: 32052-B/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBEV S.A.
- OLÍVIO TEIXEIRA DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0000175-83.2014.5.06.0010

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. PAULO AUGUSTO GRECO(OAB: 119729/SP)
AGRAVADO(S) UNIÃO (PGF)
Procurador DR. DANIEL RODRIGUES BARREIRA
AGRAVADO(S) PRISCILA DE FREITAS SILVA
Advogado DR. ERWIN HERBERT FRIEDHEIM NETO(OAB: 14975/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- PRISCILA DE FREITAS SILVA
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº AIRR-0000180-44.2015.5.05.0222

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) DAYANE SANTANA SOUZA E OUTRAS
Advogado DR. NELSON SILVA FREIRE JÚNIOR(OAB: 21720/BA)
AGRAVADO(S) SOUZA NETO ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- DAYANE SANTANA SOUZA E OUTRAS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SOUZA NETO ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA.

Processo Nº AIRR-0000206-76.2013.5.05.0201

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) KLEUBER OLIVEIRA DE FIGUEIREDO
Advogada DRA. LUCY MARIA DE SOUZA SANTOS CALDAS(OAB: 7333/BA)
Advogado DR. LUIZ SÉRGIO SOARES DE SOUZA SANTOS(OAB: 5822/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- KLEUBER OLIVEIRA DE FIGUEIREDO

Processo Nº AIRR-0000206-21.2015.5.07.0017

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) FRANCISCO WALDER STUDART GUIMARÃES LIMA
Advogado DR. LEONARDO ARAGÃO BERNARDO(OAB: 26983/CE)
Advogado DR. LUIZ AUGUSTO GUIMARÃES WLODARCZYK(OAB: 24064-B/CE)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. FRANCISCO SAMPAIO DE MENEZES JÚNIOR(OAB: 9075/CE)
Advogado DR. ANDRÉ LUIS ANDRADE DE OLIVEIRA(OAB: 29223/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- FRANCISCO WALDER STUDART GUIMARÃES LIMA

Processo Nº AIRR-0000282-09.2017.5.21.0042

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) CLÁUDIA MARIA MENDONÇA DE LIMA
Advogado DR. HUGO GODEIRO DE ARAÚJO TEIXEIRA(OAB: 6713/RN)
Advogado DR. EITTORE RANIERI SPANO(OAB: 1074-A/RN)
AGRAVADO(S) ADLIM TERCEIRIZAÇÃO EM SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. JEFFERSON FREIRE DE LIMA(OAB: 3985/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADLIM TERCEIRIZAÇÃO EM SERVIÇOS LTDA.
- CLÁUDIA MARIA MENDONÇA DE LIMA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000289-36.2016.5.05.0121

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) ADENILTON BARBOSA DE SOUZA
Advogado DR. GILSONEI MOURA SILVA(OAB: 659/BA)
Advogada DRA. SÔNIA RODRIGUES DA SILVA(OAB: 685/BA)
AGRAVADO(S) NIPPON ENGENHARIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ADENILTON BARBOSA DE SOUZA
- NIPPON ENGENHARIA LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000396-32.2015.5.02.0046

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR(OAB: 247319/SP)
AGRAVADO(S) ELLEN CAMPOS DE FARIA
Advogado DR. ERICSON CRIVELLI(OAB: 71334/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- ELLEN CAMPOS DE FARIA

Processo Nº AIRR-0000400-88.2009.5.01.0343

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ANA AMÉLIA MONTEIRO
Advogado DR. BRUNO MORENO CARNEIRO FREITAS(OAB: 150937-A/RJ)
AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. CRISTÓVÃO TAVARES DE MACEDO SOARES GUIMARÃES(OAB: 77988/RJ)
Advogado DR. GUILHERME GUIMARÃES CASTELLO BRANCO(OAB: 141504/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA AMÉLIA MONTEIRO
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Processo Nº AIRR-0000408-92.2014.5.01.0342

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) MARCELO LOPES DA SILVA
Advogado DR. ALTAMIR CARVALHO NEPOMUCENO(OAB: 97400/RJ)
Advogada DRA. LIDIANE ALENCAR DE ALMEIDA(OAB: 164526-D/RJ)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogado DR. PAULO HENRIQUE RIBEIRO CARDOSO(OAB: 172529/RJ)
Advogado DR. MARCELO GOMES DA SILVA(OAB: 137510-A/RJ)
Advogado DR. AFONSO CÉSAR BURLAMAQUI(OAB: 15925-D/RJ)
AGRAVADO(S) RODOVIÁRIO NOVO HORIZONTE LTDA.
Advogado DR. JOSÉ EDNALDO DE ARAÚJO(OAB: 230087/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- MARCELO LOPES DA SILVA
- RODOVIÁRIO NOVO HORIZONTE LTDA.

Processo Nº AIRR-0000475-30.2016.5.10.0021

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) AMANDA BORGES DE OLIVEIRA
Advogado DR. RENATO WELBER SHINTAKU DE ARAÚJO(OAB: 30279-A/DF)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) HOSPITAL SANTA HELENA S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CORTES(OAB: 15553/DF)
Advogado DR. CARLOS JOSE ELIAS JUNIOR(OAB: 10424-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMANDA BORGES DE OLIVEIRA
- HOSPITAL SANTA HELENA S.A.

Processo Nº AIRR-0000539-79.2014.5.12.0045

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MARCELO ROCHA
Advogado DR. PAULO FERRAREZE FILHO(OAB: 29996-B/SC)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. MARINA D'AMICO PEDRIALI(OAB: 17744/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- MARCELO ROCHA

Processo Nº AIRR-0000564-05.2012.5.04.0104

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 62546/RS)
AGRAVADO(S) UESLEI MOREIRA
Advogado DR. PAULO ROBERTO CANABARRO DE CARVALHO(OAB: 17940/RS)
Advogado DR. EYDER LINI(OAB: 15600/RS)
AGRAVADO(S) HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO E OUTRO
Advogado DR. ROBINSON NEVES FILHO(OAB: 8067/DF)
Advogado DR. LEONARDO SANTANA CALDAS(OAB: 12870/DF)
Advogada DRA. CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: 6930-A/DF)
Advogado DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 62546/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO E OUTRO
- UESLEI MOREIRA

Processo Nº AIRR-0000596-62.2014.5.06.0143

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. PAULO AUGUSTO GRECO(OAB: 119729-A/SP)
AGRAVADO(S) MARIA PALLOMA ROBERTA DE SOUZA OLIVEIRA
Advogada DRA. ADRIANA FRANÇA DA SILVA(OAB: 45454/PE)
AGRAVADO(S) PROMO 7 RECURSOS E PATRIMÔNIO HUMANO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARIA PALLOMA ROBERTA DE SOUZA OLIVEIRA
- PROMO 7 RECURSOS E PATRIMÔNIO HUMANO LTDA.

Processo Nº AIRR-0000643-27.2014.5.01.0482

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. WANDERLEY CALAZAN ALVARENGA(OAB: 116020/RJ)
AGRAVADO(S) ILSIMAR DE SOUZA BERRIEL
Advogado DR. JORGE NORMANDO DE CAMPOS RODRIGUES(OAB: 71545/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ILSIMAR DE SOUZA BERRIEL
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000688-46.2013.5.06.0023

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) LIQ CORP S.A.

Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)

AGRAVADO(S) EVANDRO SABINO DE VASCONCELOS FILHO

Advogado DR. CARLOS HUMBERTO RIGUEIRA ALVES(OAB: 17502/PE)

AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.

Advogado DR. ANTÔNIO BRAZ DA SILVA(OAB: 12450/PE)

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)

AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- EVANDRO SABINO DE VASCONCELOS FILHO
- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- LIQ CORP S.A.

Processo Nº AIRR-0000701-96.2015.5.21.0010

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) GOL LINHAS AÉREAS S.A.

Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)

AGRAVADO(S) ANDRÉ LUIZ GARCIA

Advogado DR. RANIERI FERNANDES DE AMORIM(OAB: 5708/RN)

Advogado DR. LINDEMBERG LUIZ DA SILVA(OAB: 9078/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRÉ LUIZ GARCIA
- GOL LINHAS AÉREAS S.A.

Processo Nº AIRR-0000719-83.2012.5.01.0009

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) ANA LÚCIA CASTRO DE OLIVEIRA

Advogado DR. CLÁUDIO BIANCA VALENTE(OAB: 73558/RJ)

AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. NILTON ANTÔNIO DE ALMEIDA MAIA(OAB: 67460/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA LÚCIA CASTRO DE OLIVEIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000740-66.2015.5.02.0481

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) RODOLFO ROBERTO ASCENCIO FREDES

Advogado DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA(OAB: 266541/SP)

AGRAVADO(S) AK SERVIÇOS DE VENDAS E CREDENCIAMENTO DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.

Advogada DRA. CAROLINA AKEMI SATO MORITA(OAB: 255077/SP)

AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. ARNOR SERAFIM JÚNIOR(OAB: 79797/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AK SERVIÇOS DE VENDAS E CREDENCIAMENTO DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- RODOLFO ROBERTO ASCENCIO FREDES

Processo Nº AIRR-0000742-20.2016.5.21.0013

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)

AGRAVADO(S) ALCIVAN CANDIDO DA SILVA

Advogado DR. MANOEL MACHADO JÚNIOR(OAB: 7359/RN)

AGRAVADO(S) CONEL CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA.

Advogado DR. JOSÉ NAERTON SOARES NERI(OAB: 3207/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALCIVAN CANDIDO DA SILVA
- CONEL CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000802-21.2013.5.06.0011

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) LIQ CORP S.A.

Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855-A/PE)

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)

AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. URBANO VITALINO DE MELO NETO(OAB: 17700-A/PE)

AGRAVADO(S) ELISANDRA DA SILVA MOURA

Advogado DR. RAFAEL BARBOSA VALENCA CALABRIA(OAB: 21804-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- ELISANDRA DA SILVA MOURA
- LIQ CORP S.A.

Processo Nº AIRR-0000929-83.2012.5.01.0026

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) FLÁVIA VITAL MAGALHÃES

Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 138778/RJ)

Advogado DR. GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 138807/RJ)

AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET(OAB: 15311/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- FLÁVIA VITAL MAGALHÃES

Processo Nº AIRR-0000951-44.2013.5.09.0654

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Advogada DRA. ELOÍSA MARIA MENDONÇA
AVELAR(OAB: 16742/PR)
Advogado DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB:
23465/PR)
AGRAVADO(S) JOÃO LUIS DUTRA DIAS
Advogada DRA. FERNANDA MACIOSKI(OAB:
34623/PR)
Advogada DRA. ANA SÍLVIA VOSS DE
AZEVEDO(OAB: 36369/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
- JOÃO LUIS DUTRA DIAS

Processo Nº AIRR-0001024-27.2015.5.18.0191

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BRF S.A.
Advogado DR. RAFAEL LARA MARTINS(OAB:
22331/GO)
AGRAVADO(S) JOSÉ ANDERSON INÁCIO DOS
SANTOS
Advogada DRA. BRUNA FERREIRA
CRUVINEL(OAB: 31644/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- JOSÉ ANDERSON INÁCIO DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0001042-26.2014.5.09.0129

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ELOIR JOSÉ PRUDENTE DA SILVA
Advogado DR. LUCYANE LAFORGA FERRARI
CAETANO(OAB: 37212/PR)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. NEWTON DORNELES
SARATT(OAB: 38023-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- ELOIR JOSÉ PRUDENTE DA SILVA

Processo Nº AIRR-0001048-22.2016.5.21.0002

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE (S) E AGRADO (S) MARLA MAGLIN GALDINO SIQUEIRA
Advogada DRA. ADRIANA FRANÇA DA
SILVA(OAB: 45454/PE)
AGRAVANTE (S) E AGRADO (S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. MARIA APARECIDA
ALVES(OAB: 71743/SP)
Advogado DR. SÉRGIO SHIROMA
LANCAROTTE(OAB: 112585/SP)
AGRAVADO(S) RAMOS E SILVA SOLUÇÕES
FINANCEIRAS LTDA.
Advogada DRA. DANIELA XAVIER(OAB:
13155/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARLA MAGLIN GALDINO SIQUEIRA
- RAMOS E SILVA SOLUÇÕES FINANCEIRAS LTDA.

Processo Nº AIRR-0001095-46.2013.5.06.0413

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
AGRAVANTE(S) EDNA DE AMORIM COELHO

Advogada DRA. PATRÍCIA MIRANDA
CENTENO(OAB: 24190/GO)
AGRAVADO(S) AVON COSMÉTICOS LTDA.
Advogado DR. ROBERTO TRIGUEIRO
FONTES(OAB: 453/PE)
AGRAVADO(S) UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- AVON COSMÉTICOS LTDA.
- EDNA DE AMORIM COELHO
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº AIRR-0001155-37.2011.5.02.0013

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
AGRAVANTE(S) UNIÃO (PGF)
Procurador DR. RUBENS DE LIMA PEREIRA
AGRAVADO(S) HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO
MÚLTIPLO
Advogado DR. JOSÉ FERNANDO XIMENES
ROCHA(OAB: 119354/SP)
AGRAVADO(S) KATIA CRISTINA DA CRUZ
Advogado DR. ANTONIO SOARES(OAB:
84035/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
- KATIA CRISTINA DA CRUZ
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº AIRR-0001168-31.2015.5.06.0192

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CONSÓRCIO ALUSA CBM
Advogada DRA. LUCIANA ARDUIN
FONSECA(OAB: 143634/SP)
AGRAVADO(S) PETROBRAS - PETRÓLEO
BRASILEIRO S.A.
Advogado DR. DIRCEU MARCELO
HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) JOSÉ ROBERTO DO NASCIMENTO
Advogado DR. DOGLAS BATISTA DE
ABREU(OAB: 235001/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO ALUSA CBM
- JOSÉ ROBERTO DO NASCIMENTO
- PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

Processo Nº AIRR-0001169-36.2015.5.09.0029

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MARIA DE LOURDES PAVLAK
NORBERTO
Advogado DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE
LIMA(OAB: 15782/PR)
AGRAVADO(S) HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO
MÚLTIPLO
Advogado DR. FÁBIO FREITAS MINARDI(OAB:
22790/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
- MARIA DE LOURDES PAVLAK NORBERTO

Processo Nº AIRR-0001204-81.2013.5.18.0201

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO
NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S) AILTON SOARES DA SILVA
Advogado DR. JUAREZ MARTINS FERREIRA
NETTO(OAB: 27369/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- AILTON SOARES DA SILVA
- BANCO BRADESCO S.A.

Processo Nº AIRR-0001314-79.2014.5.05.0016

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E BANCO BRADESCO S.A.
AGRAVADO(S)
Advogado DR. TATHIANNA MALAQUIAS
CHACCHIARETTA(OAB: 26098/BA)
Advogado DR. MARIA CAROLINA ALMEIDA
RIBEIRO DE MIRANDA(OAB: 15283-
A/BA)
Advogado DR. DIEGO COSTA ALMEIDA(OAB:
30326-A/BA)
AGRAVANTE(S) E SBKBPO SERVIÇOS
AGRAVADO(S) TECNOLÓGICOS E
REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS
Advogado DR. FRANCISCO ANTÔNIO
FRAGATA JÚNIOR(OAB: 39768/SP)
Advogada DRA. IARA ALVES LIMA(OAB:
355853/SP)
Advogado DR. IGOR ESPINOLA CAVALCANTE
DE LACERDA(OAB: 26287-A/BA)
AGRAVADO(S) EDINAILDE DOS SANTOS BRAGA
LIMA
Advogado DR. ÂNDERSON SOUZA
BARROSO(OAB: 14178/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- EDINAILDE DOS SANTOS BRAGA LIMA
- SBKBPO SERVIÇOS TECNOLÓGICOS E REPRESENTAÇÕES
COMERCIAIS

Processo Nº AIRR-0001351-60.2011.5.05.0033

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) AMBEV S.A.
Advogado DR. ELY TALYULI JÚNIOR(OAB:
21236/DF)
Advogado DR. RAFAEL SGANZERLA
DURAND(OAB: 211648/SP)
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI
RODRIGUES(OAB: 24290/BA)
AGRAVADO(S) LUIZ HENRIQUE DE SOUZA LIMA
Advogado DR. JOÃO LOPES DE
OLIVEIRA(OAB: 6793/BA)
Advogado DR. JÚLIO TÁCIO ANDRADE LOPES
DE OLIVEIRA(OAB: 31430/BA)
AGRAVADO(S) CONSEIL LOGÍSTICA E
DISTRIBUIÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBEV S.A.
- CONSEIL LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA.
- LUIZ HENRIQUE DE SOUZA LIMA

Processo Nº AIRR-0001362-54.2015.5.22.0105

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ALUMINI ENGENHARIA S.A.
Advogada DRA. LUCIANA ARDUIN
FONSECA(OAB: 143634/SP)
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS

Advogado DR. DIRCEU MARCELO
HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA
TEIXEIRA
Advogado DR. JOSÉ DO CARMO RODRIGUES
MEDEIROS FILHO(OAB: 4122/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALUMINI ENGENHARIA S.A.
- PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA TEIXEIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0001399-84.2013.5.04.0030

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. GUNNAR ZIBETTI
FAGUNDES(OAB: 56348/RS)
AGRAVADO(S) CRISTINA HASSELSTRAN DA
ROCHA
Advogado DR. ROBERTO STAUB(OAB:
45279/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- CRISTINA HASSELSTRAN DA ROCHA

Processo Nº AIRR-0001414-95.2014.5.03.0143

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. NEY JOSÉ CAMPOS(OAB:
44243/MG)
AGRAVADO(S) THALITA VARGAS FRULANI
Advogado DR. JOSE EYMARD
LOGUERCIO(OAB: 1441-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- THALITA VARGAS FRULANI

Processo Nº AIRR-0001445-56.2016.5.05.0122

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO
HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) DANIEL BITENCOURT DE ALMEIDA
Advogado DR. GILSONEI MOURA SILVA(OAB:
659/BA)
Advogada DRA. SÔNIA RODRIGUES DA
SILVA(OAB: 685-A/BA)
AGRAVADO(S) MASSA FALIDA DE CEMON
SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado DR. MANOEL JOAQUIM PINTO
RODRIGUES DA COSTA(OAB:
11024/BA)
Advogada DRA. EMILIA ROTERS RIBEIRO(OAB:
11008-A/BA)
AGRAVADO(S) LINDOSO E ARAÚJO CONSULTORIA
LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL BITENCOURT DE ALMEIDA
- LINDOSO E ARAÚJO CONSULTORIA LTDA.
- MASSA FALIDA DE CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES
LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0001479-82.2012.5.06.0012

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. PAULO AUGUSTO GRECO(OAB: 119729/SP)
AGRAVADO(S) ALESSANDRA BEZERRA LEAL
Advogado DR. JOÃO HENRIQUE DE LIMA LÔBO(OAB: 28310/PE)
Advogada DRA. MIRELLA DE SIQUEIRA FERRAZ(OAB: 31243/PE)
AGRAVADO(S) A7 VIRTUHAL BRASIL SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA.
Advogado DR. RUBENS ANTONIO ROCHA(OAB: 120072/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- A7 VIRTUHAL BRASIL SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA.
- ALESSANDRA BEZERRA LEAL
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Processo Nº AIRR-0001556-41.2014.5.02.0042

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) EYMARD PEREIRA
Advogado DR. LEONARDO JOSÉ CARVALHO PEREIRA(OAB: 233748/SP)
AGRAVADO(S) COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogada DRA. MARIANE VENDL CRAVEIRO(OAB: 255446/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
- EYMARD PEREIRA

Processo Nº AIRR-0001569-66.2014.5.03.0089

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 107878/MG)
AGRAVADO(S) HELBERT DOMINGUES ASSIS
Advogada DRA. ALINE REGINA CAMILO DA SILVA(OAB: 151420/MG)
AGRAVADO(S) IESA OLEO&GAS S/A
Advogado DR. YOUSSEF BOUKAI(OAB: 108614/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- HELBERT DOMINGUES ASSIS
- IESA OLEO&GAS S/A
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0001590-23.2013.5.07.0006

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JOSIELE BATISTA HOLANDA
Advogado DR. AMANDA MONTENEGRO CARVALHO(OAB: 28800/CE)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. EDUARDO MENELEU GONÇALVES MORENO(OAB: 23833/CE)
Advogado DR. RENAN BRASIL DE OLIVEIRA(OAB: 24715-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- JOSIELE BATISTA HOLANDA

Processo Nº AIRR-0001594-92.2015.5.02.0050

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) RONALDO SOUZA DOS SANTOS
Advogada DRA. SÍLVIA IVONE DE ALMEIDA BARROS(OAB: 85717-A/SP)
AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. ARNOR SERAFIM JÚNIOR(OAB: 79797/SP)
AGRAVADO(S) NR APOIO ADMINISTRATIVO LTDA.
Advogado DR. LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA(OAB: 18715/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- NR APOIO ADMINISTRATIVO LTDA.
- RONALDO SOUZA DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0001602-06.2011.5.01.0481

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) ANA CLÁUDIA TAVARES GARCIA VIDAL
Advogado DR. ANA AGLEICE PONCIO DESTEFANI(OAB: 123103/RJ)
AGRAVADO(S) MARINER SERVIÇOS SUBAQUÁTICOS LTDA.
Advogado DR. IVALDO MARQUES FREITAS JÚNIOR(OAB: 9073/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CLÁUDIA TAVARES GARCIA VIDAL
- MARINER SERVIÇOS SUBAQUÁTICOS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0001611-28.2015.5.05.0121

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. JOAQUIM PINTO LAPA NETO(OAB: 15659-D/BA)
AGRAVADO(S) JOÃO PERCIVAL DA CRUZ
Advogada DRA. SÔNIA RODRIGUES DA SILVA(OAB: 685-A/BA)
AGRAVADO(S) LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S.A.
Advogado DR. LUIS GUILHERME LOPES DE ALMEIDA(OAB: 207171-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOÃO PERCIVAL DA CRUZ
- LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0001637-25.2015.5.02.0019

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. ARMINDO BAPTISTA MACHADO(OAB: 78583/SP)
AGRAVADO(S) RICARDO LIMA MASI

Advogado DR. RICARDO PALMA(OAB: 262747/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- RICARDO LIMA MASI

Processo Nº AIRR-0001672-97.2014.5.02.0090

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. PAULO AUGUSTO GRECO(OAB: 119729-A/SP)
AGRAVADO(S) KAREN CRISTINA LOUREIRO
Advogado DR. DAVID SANTANA DA SILVA(OAB: 235514/SP)
Advogado DR. RENATO DE OLIVEIRA MELO(OAB: 295734/SP)
AGRAVADO(S) BRASCORF ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS E SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. CARLOS ALBERTO CAUDURO DAMIANI(OAB: 90033-A/SP)
AGRAVADO(S) SILVER DIME R.H., RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA
Advogado DR. RAFAEL SHIGUEO IWAMOTO(OAB: 366169/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- BRASCORF ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS E SERVIÇOS LTDA.
- KAREN CRISTINA LOUREIRO
- SILVER DIME R.H., RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA

Processo Nº AIRR-0001723-63.2010.5.02.0021

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Advogado DR. LYCURGO LEITE NETO(OAB: 1530/DF)
Advogado DR. MARCELO OLIVEIRA ROCHA(OAB: 113887/SP)
AGRAVADO(S) JOSÉ ANTÔNIO CONSOLIM
Advogado DR. LEANDRO MELONI(OAB: 30746/SP)
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO CESP
Advogado DR. LUÍS FERNANDO FEOLA LENCIONI(OAB: 113806/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
- FUNDAÇÃO CESP
- JOSÉ ANTÔNIO CONSOLIM

Processo Nº AIRR-0001764-40.2012.5.09.0029

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE (S) E AGRAVADO (S) JOÃO FRANCISCO BACCON
Advogado DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA(OAB: 15782/PR)
AGRAVANTE (S) E AGRAVADO (S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. TOBIAS DE MACEDO(OAB: 21667/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- JOÃO FRANCISCO BACCON

Processo Nº AIRR-0001863-45.2016.5.17.0191

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DANIEL BORGES MONTEIRO(OAB: 16544/ES)
Advogado DR. AUGUSTO CARLOS LAMÊGO JÚNIOR(OAB: 17514/ES)
AGRAVADO(S) PERSONAL SERVICE - RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
Advogado DR. BRUNO DE MEDEIROS TOCANTINS(OAB: 92718/RJ)
AGRAVADO(S) ROSINEIDE CARDOSO MARTINS COSTA
Advogada DRA. POLIANA FIRME DE OLIVEIRA(OAB: 16886/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- PERSONAL SERVICE - RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- ROSINEIDE CARDOSO MARTINS COSTA

Processo Nº AIRR-0001896-07.2015.5.02.0088

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. PAULO AUGUSTO GRECO(OAB: 119729/SP)
AGRAVADO(S) EULÁLIA JORGIANA PEREIRA
Advogado DR. DOUGLAS ROBERTO DA SILVA(OAB: 201205/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- EULÁLIA JORGIANA PEREIRA

Processo Nº AIRR-0001939-47.2014.5.03.0056

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BRF S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogado DR. MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS(OAB: 1623-A/MG)
AGRAVADO(S) MILTON MACIEL
Advogado DR. FLÁVIO MARQUES DE ALMEIDA(OAB: 72508/MG)
Advogado DR. JOSÉ GERALDO LIMA DOS SANTOS(OAB: 68308/MG)
AGRAVADO(S) TRANSPORTADORA RODOCHICO LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- MILTON MACIEL
- TRANSPORTADORA RODOCHICO LTDA. - ME

Processo Nº AIRR-0002310-19.2014.5.02.0030

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) SBK-BPO SERVIÇOS TECNOLÓGICOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS S.A.
Advogado DR. FRANCISCO ANTÔNIO FRAGATA JÚNIOR(OAB: 39768/SP)
Advogada DRA. IARA ALVES LIMA(OAB: 355853/SP)
AGRAVADO(S) GISELLE DO NASCIMENTO ALVES
Advogado DR. MARCOS EVALDO PANDOLFI(OAB: 283640/SP)
Advogado DR. EYDER LINI(OAB: 323661/SP)
Advogado DR. ELSON LUIZ ZANELA(OAB: 332043/SP)
AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. SÉRGIO SHIROMA LANCAROTTE(OAB: 112585/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- GISELLE DO NASCIMENTO ALVES
- SBK-BPO SERVIÇOS TECNOLÓGICOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS S.A.

Processo Nº AIRR-0002316-60.2015.5.09.0009

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) HELOISA MARIA MENDES
Advogado DR. ANDERSON WOZNIAKI(OAB: 42038/PR)
AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. GABRIELA CARR(OAB: 281551-A/SP)
AGRAVADO(S) SCHULZE ADVOGADOS ASSOCIADOS
Advogado DR. ÓLIVER JANDER COSTA PEREIRA(OAB: 17076/SC)
AGRAVADO(S) BANCO PAN S.A.
Advogado DR. SÉRGIO DA COSTA BARBOSA FILHO(OAB: 136516-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO PAN S.A.
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- HELOISA MARIA MENDES
- SCHULZE ADVOGADOS ASSOCIADOS

Processo Nº AIRR-0002349-71.2013.5.02.0023

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MARIA APARECIDA DE SIMAS LIMA
Advogado DR. ERICSON CRIVELLI(OAB: 71334/SP)
AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. CLÁUDIA PEREIRA DIAS(OAB: 231074/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARIA APARECIDA DE SIMAS LIMA

Processo Nº AIRR-0002374-07.2013.5.02.0081

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTRA
Advogado DR. MATHEUS STARCK DE MORAES(OAB: 316256/SP)
AGRAVADO(S) LUCINÉIA MORAES DE OLIVEIRA
Advogado DR. ANTÔNIO DILSON PICOLO FILHO(OAB: 30484/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRA
- LUCINÉIA MORAES DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0002459-97.2012.5.02.0090

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
AGRAVADO(S)
Advogado DR. PAULO AUGUSTO GRECO(OAB: 119729/SP)
AGRAVANTE(S) E FAMIL BOTOLO GANANCIA
AGRAVADO(S) FERREIRA
Advogado DR. ANDRÉ LUIZ PLÁCIDO FERRARI(OAB: 232489/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- FAMIL BOTOLO GANANCIA FERREIRA

Processo Nº AIRR-0002465-56.2015.5.02.0072

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE (S) E ELETROPAULO - METROPOLITANA
AGRAVADO (S) ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogado DR. MARCELO OLIVEIRA ROCHA(OAB: 113887/SP)
AGRAVANTE (S) E FERNANDO WILLIAM DE OLIVEIRA
AGRAVADO (S) ROSA
Advogado DR. MARCOS AVELINO MENEZES DE ALMEIDA(OAB: 221692/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELETROPAULO - METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
- FERNANDO WILLIAM DE OLIVEIRA ROSA

Processo Nº AIRR-0002604-03.2014.5.01.0482

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) JOSÉ JORGE GOMES
Advogada DRA. CAROLINA SIQUEIRA DE OLIVEIRA(OAB: 153866/RJ)
AGRAVADO(S) G. COMEX ÓLEO E GÁS LTDA.
Advogado DR. PIETRO LUIGI PIETROLO DE MORAES VARGAS(OAB: 145051/RJ)
Advogado DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO DIAS(OAB: 92784/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- G. COMEX ÓLEO E GÁS LTDA.
- JOSÉ JORGE GOMES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0002655-13.2011.5.02.0087

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. ARNOR SERAFIM JÚNIOR(OAB: 79797-A/SP)
AGRAVADO(S) ANTONIO PEREIRA DE SOUZA
Advogado DR. MÁRCIO PEREIRA ROCHA(OAB: 129289/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO PEREIRA DE SOUZA
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Processo Nº AIRR-0005078-47.2014.5.01.0481

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)

AGRAVADO(S) LUCIANO NASCIMENTO BENTO

Advogado DR. CARLOS FABRÍCIO DOS SANTOS RIBEIRO(OAB: 148444-D/RJ)

AGRAVADO(S) PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.

Advogada DRA. DANIELLY DE BRITO SOARES(OAB: 188134/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIANO NASCIMENTO BENTO
- PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0005752-25.2014.5.01.0481

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)

AGRAVADO(S) SÉRGIO RICARDO SILVA SIQUEIRA

Advogado DR. RAPHAEL COUTINHO NAMITALA(OAB: 159991/RJ)

AGRAVADO(S) IESA ÓLEO E GÁS S.A.

Advogado DR. NELSON SERSON(OAB: 1162-B/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- IESA ÓLEO E GÁS S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SÉRGIO RICARDO SILVA SIQUEIRA

Processo Nº AIRR-0006074-45.2014.5.01.0481

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)

AGRAVADO(S) THIGANAH DO NASCIMENTO DA SILVA

Advogado DR. BRÁULIO DE OLIVEIRA LOPES(OAB: 89147/RJ)

AGRAVADO(S) G-COMEX ÓLEO E GÁS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- G-COMEX ÓLEO E GÁS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- THIGANAH DO NASCIMENTO DA SILVA

Processo Nº AIRR-0006704-98.2014.5.01.0482

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)

AGRAVADO(S) LUIZ PAULO DE BRACELOS

Advogado DR. WASHINGTON LUIZ PAES TERRA(OAB: 153227/RJ)

AGRAVADO(S) G-COMEX ÓLEO & GÁS LTDA.

Advogado DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO DIAS(OAB: 92784-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- G-COMEX ÓLEO & GÁS LTDA.
- LUIZ PAULO DE BRACELOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0007026-24.2014.5.01.0481

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)

AGRAVADO(S) ANDERSON ALVES DE OLIVEIRA

Advogado DR. CAMILA DE CASTRO BARBOSA BISSOLI DO BEM(OAB: 169667/RJ)

AGRAVADO(S) PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA

Advogado DR. MARIANO CARVALHO MORALES(OAB: 107083/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON ALVES DE OLIVEIRA
- PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA
- PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

Processo Nº AIRR-0010042-14.2016.5.03.0043

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS

Advogada DRA. VERUSKA APARECIDA CUSTÓDIO(OAB: 63842/MG)

Advogado DR. GUILHERME MARQUES DIAS(OAB: 156849/MG)

Advogado DR. THAISA FERREIRA ARAUJO(OAB: 145454-A/MG)

Advogado DR. VANESSA DIAS LEMOS REBELLO(OAB: 103650-A/MG)

AGRAVADO(S) NÉLIA PAULA CARVALHO

Advogado DR. MÁRIO AISLAN MOREIRA CORREA(OAB: 139845/MG)

AGRAVADO(S) ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.

Advogado DR. POLLYANNA PAULA SANTOS SOUZA(OAB: 149103-A/MG)

Advogado DR. LETICIA ALVES GOMES

Advogada DRA. GISELE DE ALMEIDA(OAB: 93536-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
- NÉLIA PAULA CARVALHO

Processo Nº AIRR-0010165-51.2015.5.03.0009

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE (S) E AGRAVADO (S) BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Advogado DR. JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ(OAB: 163613-A/SP)

AGRAVANTE (S) E AGRAVADO (S) GLOBAL TELEATENDIMENTO E TELESERVIÇOS DE COBRANÇAS LTDA.

Advogado DR. ALBERT DO CARMO AMORIM(OAB: 72847/MG)

Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
AGRAVADO(S) MARCOS WAGNER SANTANA SANTIAGO JUNIOR
Advogado DR. JULIANO PEREIRA NEPOMUCENO(OAB: 73683/MG)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. EVANDRO MARDULA(OAB: 137191/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
- GLOBAL TELEATENDIMENTO E TELESERVIÇOS DE COBRANÇAS LTDA.
- MARCOS WAGNER SANTANA SANTIAGO JUNIOR

Processo Nº AIRR-0010216-50.2017.5.03.0055

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CSN MINERAÇÃO S.A. E OUTRO
Advogada DRA. ALESSANDRA KERLEY GIBOSKI XAVIER(OAB: 101293/MG)
AGRAVADO(S) ENÉAS JOSÉ DE ANDRADE
Advogado DR. ANTÔNIO BRAGA DE OLIVEIRA(OAB: 55614/MG)
AGRAVADO(S) REAL TURISMO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. - ME
Advogado DR. LAERCIO PALOMA BATISTA(OAB: 68996/MG)
AGRAVADO(S) REAL TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E FRETAMENTOS LTDA. - ME
Advogado DR. GUSTAVO CÉSAR GONZAGA EVANGELISTA(OAB: 164426-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CSN MINERAÇÃO S.A. E OUTRO
- ENÉAS JOSÉ DE ANDRADE
- REAL TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E FRETAMENTOS LTDA. - ME
- REAL TURISMO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. - ME

Processo Nº AIRR-0010216-77.2017.5.15.0035

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) SUCOCÍTRICO CUTRALE LTDA.
Advogado DR. CARLOS EDUARDO SOARES DA SILVA(OAB: 284633/SP)
Advogado DR. FERNANDO JOSÉ SERRA PINTO FERRAZ(OAB: 335050/SP)
AGRAVADO(S) JOSÉ ANSELMO BUZATTO
Advogado DR. MÁRCIO CÉSAR BERTOLETTI(OAB: 240856-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ ANSELMO BUZATTO
- SUCOCÍTRICO CUTRALE LTDA.

Processo Nº AIRR-0010285-73.2017.5.03.0058

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
Advogada DRA. ALESSANDRA KERLEY GIBOSKI XAVIER(OAB: 101293/MG)
AGRAVADO(S) LENILSON ANTONIO DA SILVA
Advogado DR. JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA(OAB: 121683/MG)
AGRAVADO(S) TUMA INSTALACOES TERMICAS LTDA

Advogado DR. NATALIA COSTA LEAO(OAB: 143993-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
- LENILSON ANTONIO DA SILVA
- TUMA INSTALACOES TERMICAS LTDA

Processo Nº AIRR-0010293-93.2017.5.03.0076

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CRISTIANE MARIA MARCELINO RODRIGUES
Advogado DR. LUIZ HENRIQUE SIMAS JUNIOR(OAB: 132213/MG)
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO BRADESCO
Advogado DR. LETÍCIA LOPES EVANGELISTA(OAB: 103766/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANE MARIA MARCELINO RODRIGUES
- FUNDAÇÃO BRADESCO

Processo Nº AIRR-0010357-67.2013.5.01.0022

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA.
Advogado DR. ARNALDO GASPAR EID(OAB: 259037-A/SP)
AGRAVADO(S) ALLAN LEITE LAROZA
Advogado DR. FLÁVIO MARQUES DE SOUZA(OAB: 92657/RJ)
Advogado DR. MASSAU JOSÉ VERONEZE MARQUES(OAB: 117953/RJ)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCARD S.A. E OUTRO
Advogada DRA. ISABELA GOMES AGNELLI(OAB: 125536/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALLAN LEITE LAROZA
- BANCO BRADESCARD S.A. E OUTRO
- IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA.

Processo Nº AIRR-0010393-83.2015.5.01.0202

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) FLÁVIO LIMA DE ASSUNÇÃO
Advogado DR. JOSÉ FRANCISCO TEIXEIRA DA COSTA(OAB: 44220/RJ)
AGRAVADO(S) AMIR ENGENHARIA E AUTOMAÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- AMIR ENGENHARIA E AUTOMAÇÃO LTDA.
- FLÁVIO LIMA DE ASSUNÇÃO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0010437-24.2014.5.01.0207

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) JOEL RAMOS DA COSTA
Advogada DRA. IARA CRISTINA D'ANDREA MENDES(OAB: 120598/SP)

Advogado DR. FÁBIO FAZANI(OAB: 183851/SP)
AGRAVADO(S) PRODUMAN ENGENHARIA S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Intimado(s)/Citado(s):

- JOEL RAMOS DA COSTA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PRODUMAN ENGENHARIA S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Processo Nº AIRR-0010438-91.2017.5.03.0063

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) LUIZ RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO
Advogado DR. EMERSON JOSÉ DOS SANTOS(OAB: 117603/MG)
AGRAVADO(S) JBS S.A.
Advogada DRA. DÉBORA MORALINA DE SOUZA(OAB: 87648/MG)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- JBS S.A.
- LUIZ RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO

Processo Nº AIRR-0010498-25.2017.5.03.0173

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA.
Advogado DR. VINÍCIUS COSTA DIAS(OAB: 61559/MG)
AGRAVADO(S) ARIANA GONÇALVES DINIZ GUIMARÃES
Advogado DR. ENOQUE DINIZ SILVA(OAB: 3738/AC)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTRAS
Advogada DRA. VERUSKA APARECIDA CUSTÓDIO(OAB: 63842/MG)
Advogada DRA. VANESSA DIAS LEMOS(OAB: 103650/MG)
Advogado DR. GUILHERME MARQUES DIAS(OAB: 156849/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARIANA GONÇALVES DINIZ GUIMARÃES
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRAS
- CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA.

Processo Nº AIRR-0010505-45.2014.5.01.0248

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) BRADESCO AUTO RE COMPANHIA DE SEGUROS
Advogada DRA. GUILMAR BORGES DE REZENDE(OAB: 22259/RJ)
AGRAVADO(S) MARCELLY COSTA VERICIMO
Advogada DRA. LUCIANA SANCHES COSSÃO(OAB: 147421/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRADESCO AUTO RE COMPANHIA DE SEGUROS
- MARCELLY COSTA VERICIMO

Processo Nº AIRR-0010551-56.2013.5.15.0126

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogada DRA. MARILDA IZIQUE CHEBABI(OAB: 24902/SP)
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) ANDERSON FRANCISCO DA ROCHA RAMOS
Advogado DR. CLÁUDIO SANTOS DE OLIVEIRA(OAB: 250387/SP)
AGRAVADO(S) PRODUMAN ENGENHARIA S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON FRANCISCO DA ROCHA RAMOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PRODUMAN ENGENHARIA S.A.

Processo Nº AIRR-0010553-64.2013.5.03.0092

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) GOL LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) FELIPE OLIVEIRA PACHECO
Advogado DR. ZENAIDE MARIA HENRIQUES BARBOSA(OAB: 114104/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FELIPE OLIVEIRA PACHECO
- GOL LINHAS AÉREAS S.A.

Processo Nº AIRR-0010553-78.2017.5.18.0101

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BRF S.A.
Advogado DR. RAFAEL LARA MARTINS(OAB: 22331-A/GO)
AGRAVADO(S) JOEDSON OLIVEIRA DA SILVA
Advogado DR. EDINA NAVES DE PAULA(OAB: 34473/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- JOEDSON OLIVEIRA DA SILVA

Processo Nº AIRR-0010575-52.2014.5.03.0104

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E BANCO SANTANDER (BRASIL) S. A.
AGRAVADO(S)
Advogada DRA. GABRIELA CARR(OAB: 281551/SP)
AGRAVANTE(S) E CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA.
AGRAVADO(S)
Advogado DR. VINÍCIUS COSTA DIAS(OAB: 61559/MG)
AGRAVADO(S) UYLANE REIS DA SILVA
Advogado DR. HUGO OLIVEIRA HORTA BARBOSA(OAB: 19769/DF)
Advogado DR. FERNANDO SUSIA LELIS JÚNIOR(OAB: 138462/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S. A.
- CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA.
- UYLANE REIS DA SILVA

Processo Nº AIRR-0010590-02.2016.5.03.0023

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) GLOBAL TELEATENDIMENTO E TELESSERVIÇOS DE COBRANÇAS LTDA.

Advogado DR. ALBERT DO CARMO AMORIM(OAB: 72847/MG)
AGRAVADO(S) VANESSA APARECIDA MENDES
Advogado DR. JULIANO PEREIRA NEPOMUCENO(OAB: 73683/MG)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. ANA LUIZA FERRAZ DE ALENCAR(OAB: 151698-A/MG)
Advogado DR. VANESSA DIAS LEMOS REBELLO(OAB: 103650-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- GLOBAL TELEATENDIMENTO E TELESSERVIÇOS DE COBRANÇAS LTDA.
- VANESSA APARECIDA MENDES

Processo Nº AIRR-0010688-22.2016.5.03.0173

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA.
Advogado DR. VINÍCIUS COSTA DIAS(OAB: 61559/MG)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. GABRIELA CARR(OAB: 168326/MG)
AGRAVADO(S) JULIANA DE OLIVEIRA MARQUEZ
Advogado DR. MÁRIO AISLAN MOREIRA CORREA(OAB: 139845/MG)
Advogado DR. THIAGO PEREIRA NEVES(OAB: 123766/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA.
- JULIANA DE OLIVEIRA MARQUEZ

Processo Nº AIRR-0010699-41.2016.5.18.0009

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) KARLA BRUM LIMA
Advogada DRA. HELEN SIMONE RODRIGUES DE MESQUITA(OAB: 36284/GO)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) BANCO CITIBANK S.A.
Advogado DR. LUIZ FERNANDO PLENS DE QUEVEDO(OAB: 207179-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CITIBANK S.A.
- KARLA BRUM LIMA

Processo Nº AIRR-0010709-14.2016.5.03.0103

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
Advogada DRA. VERUSKA APARECIDA CUSTÓDIO(OAB: 63842/MG)
Advogada DRA. VANESSA DIAS LEMOS(OAB: 103650/MG)
AGRAVADO(S) FLÁVIO ROSA BORGES
Advogado DR. EDSON OLIVEIRA LINHARES(OAB: 76264/MG)
Advogado DR. FRANCISCO GILBERTO DE SOUZA(OAB: 80388/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
- FLÁVIO ROSA BORGES

Processo Nº AIRR-0010768-31.2015.5.15.0126

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) VALDOMIRO ANDRADE DA SILVA JÚNIOR
Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
AGRAVADO(S) PRONTO EXPRESS LOGÍSTICA LTDA.
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341/SP)
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada DRA. MARILDA IZIQUE CHEBABI(OAB: 24902/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PRONTO EXPRESS LOGÍSTICA LTDA.
- VALDOMIRO ANDRADE DA SILVA JÚNIOR

Processo Nº AIRR-0010859-04.2016.5.03.0100

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) GOL LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) NELSON DE QUEIROZ FILHO
Advogado DR. CARLOS ALEXANDRE CARVALHO RODRIGUES(OAB: 125249/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- GOL LINHAS AÉREAS S.A.
- NELSON DE QUEIROZ FILHO

Processo Nº AIRR-0010863-68.2015.5.01.0282

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) CRISTIANA RODRIGUES DA ROCHA
Advogado DR. EDINALDO SOARES DE ARAÚJO(OAB: 105372/RJ)
Advogado DR. ARNALDO SOARES DE ARAÚJO(OAB: 181017/RJ)
AGRAVADO(S) WES ERGONOMIA E SAÚDE OCUPACIONAL LTDA.
Advogado DR. SÉRGIO CARDOSO MANCUSO FILHO(OAB: 228200/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANA RODRIGUES DA ROCHA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- WES ERGONOMIA E SAÚDE OCUPACIONAL LTDA.

Processo Nº AIRR-0010938-17.2016.5.03.0024

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. NEY JOSÉ CAMPOS(OAB: 44243/MG)
AGRAVADO(S) WILMA DE OLIVEIRA RODRIGUES QUINTAO
Advogado DR. ERNANY FERREIRA SANTOS(OAB: 46492-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

- WILMA DE OLIVEIRA RODRIGUES QUINTAO

Processo Nº AIRR-0010945-76.2017.5.03.0055

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CSN MINERAÇÃO S.A.
Advogada DRA. ALESSANDRA KERLEY GIBOSKI XAVIER(OAB: 101293/MG)
AGRAVADO(S) VICENTE ROBERTO ÂNGELO
Advogado DR. ANTÔNIO BRAGA DE OLIVEIRA(OAB: 55614/MG)
AGRAVADO(S) REAL TURISMO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. - ME
Advogado DR. LAERCIO PALOMBA BATISTA(OAB: 68996/MG)
Advogado DR. ANDERSON COELHO PEREIRA(OAB: 96606/MG)
AGRAVADO(S) REAL TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E FRETAMENTOS LTDA. - ME
Advogado DR. GUSTAVO CÉSAR GONZAGA EVANGELISTA(OAB: 164426/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CSN MINERAÇÃO S.A.
- REAL TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E FRETAMENTOS LTDA. - ME
- REAL TURISMO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. - ME
- VICENTE ROBERTO ÂNGELO

Processo Nº AIRR-0010972-59.2017.5.03.0055

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CSN MINERAÇÃO S.A.
Advogada DRA. ALESSANDRA KERLEY GIBOSKI XAVIER(OAB: 101293/MG)
AGRAVADO(S) MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO SILVA
Advogado DR. ANTÔNIO BRAGA DE OLIVEIRA(OAB: 55614/MG)
AGRAVADO(S) REAL TURISMO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. - ME
Advogado DR. LAERCIO PALOMBA BATISTA(OAB: 68996/MG)
AGRAVADO(S) REAL TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E FRETAMENTOS LTDA. - ME
Advogado DR. GUSTAVO CÉSAR GONZAGA EVANGELISTA(OAB: 164426/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CSN MINERAÇÃO S.A.
- MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO SILVA
- REAL TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E FRETAMENTOS LTDA. - ME
- REAL TURISMO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. - ME

Processo Nº AIRR-0011012-20.2016.5.18.0003

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MINERVA S.A.
Advogado DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S) PATRÍCIA SILVANO DO AMARAL MARQUES
Advogado DR. LORENA CINTRA EL AOUAR(OAB: 25155-A/GO)
Advogado DR. THYAGO PARREIRA BRAGA(OAB: 21004-A/GO)
Advogado DR. RODRIGO CHAFIC CINTRA EL AOUAR(OAB: 29567-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- MINERVA S.A.
- PATRÍCIA SILVANO DO AMARAL MARQUES

Processo Nº AIRR-0011033-28.2013.5.06.0102

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
Advogada DRA. ANNA CAROLINA BARROS CABRAL DA SILVA(OAB: 26107/PE)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) GIVSON FERNANDO BARBOSA DA SILVA
Advogada DRA. ISADORA COELHO DE AMORIM OLIVEIRA(OAB: 16455-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
- GIVSON FERNANDO BARBOSA DA SILVA

Processo Nº AIRR-0011036-75.2014.5.01.0202

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) LUÍS ROBERTO DO SACRAMENTO
Advogado DR. FÁBIO FAZANI(OAB: 180511/RJ)
AGRAVADO(S) PRODUMAN ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUÍS ROBERTO DO SACRAMENTO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PRODUMAN ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº AIRR-0011076-47.2016.5.03.0003

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado DR. JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ(OAB: 163613/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S) GLOBAL TELEATENDIMENTO E TELESERVIÇOS DE COBRANÇAS LTDA.
Advogado DR. ALBERT DO CARMO AMORIM(OAB: 72847/MG)
AGRAVADO(S) CRISTIANE ARAUJO CASSIANO
Advogado DR. ADRIANO MARIANO ALVES DA COSTA(OAB: 142983/MG)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. VANESSA DIAS LEMOS REBELLO(OAB: 103650-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
- CRISTIANE ARAUJO CASSIANO
- GLOBAL TELEATENDIMENTO E TELESERVIÇOS DE COBRANÇAS LTDA.

Processo Nº AIRR-0011109-73.2015.5.03.0164

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) ANDERSON DE SÁ COSTA
Advogado DR. GUSTAVO BASTOS MARQUES AGUIAR(OAB: 75287/MG)

AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. ALESSANDRO MASTROGIOVANNI FARIA(OAB: 63530/MG)
Advogado DR. LUIZ MORAES NETO(OAB: 132147/MG)
Advogada DRA. ROSÁLIA MARIA LIMA SOARES(OAB: 147987/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON DE SÁ COSTA
- BANCO BRADESCO S.A.

Processo Nº AIRR-0011167-57.2015.5.03.0041

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) HENRIQUE HUMBERTO GREGÓRIO
Advogado DR. SÉRGIO ALMEIDA BILHARINHO(OAB: 54896/MG)
Advogado DR. ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES(OAB: 59472/MG)
AGRAVADO(S) HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
Advogado DR. HERBERT MOREIRA COUTO(OAB: 47034/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- HENRIQUE HUMBERTO GREGÓRIO
- HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO

Processo Nº AIRR-0011208-39.2015.5.03.0036

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) C&A MODAS LTDA.
Advogado DR. NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: 1291-A/DF)
Advogado DR. ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 116632/MG)
AGRAVADO(S) THALITA GREGÓRIO AQUINO
Advogado DR. JAMES ANDERSON NARCISO FILHO(OAB: 120613/MG)
Advogado DR. GUSTAVO ALEXANDRE CAMPOS DO VALLE(OAB: 112899/MG)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. VERUSKA APARECIDA CUSTÓDIO(OAB: 63842/MG)
Advogado DR. VANESSA DIAS LEMOS REBELLO(OAB: 103650-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- C&A MODAS LTDA.
- THALITA GREGÓRIO AQUINO

Processo Nº AIRR-0011222-25.2017.5.18.0104

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BRF S.A.
Advogado DR. RAFAEL LARA MARTINS(OAB: 22331-A/GO)
AGRAVADO(S) FABRÍCIO DIAS DA SILVA
Advogada DRA. TERESA APARECIDA VIEIRA BARROS(OAB: 11841/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- FABRÍCIO DIAS DA SILVA

Processo Nº AIRR-0011275-81.2015.5.01.0481

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE (S) E AGRADO (S) MAURO GONCALVES MARINHO
Advogado DR. JORGE NORMANDO DE CAMPOS RODRIGUES(OAB: 71545/RJ)
Advogada DRA. ADRIANA DA SILVA MARTINS BUENO(OAB: 148923/RJ)
AGRAVANTE (S) E AGRADO (S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)
Advogada DRA. PRICILA APICELO LIMA(OAB: 148259/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAURO GONCALVES MARINHO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0011351-94.2015.5.15.0100

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
Advogado DR. SIRVALDO SATURNINO SILVA(OAB: 135068/SP)
AGRAVADO(S) MÁRCIO LIMA DOS SANTOS
Advogada DRA. MARCIA RIBEIRO COSTA D'ARCE(OAB: 159141/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
- MÁRCIO LIMA DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0011662-77.2014.5.03.0028

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JOSÉ AFONSO ALVES
Advogado DR. FÁBIO FAZANI(OAB: 145320/MG)
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA(OAB: 90461/MG)
Advogado DR. AUGUSTO CARLOS LAMÊGO JÚNIOR(OAB: 17514/ES)
AGRAVADO(S) PRODUMAN ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ AFONSO ALVES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PRODUMAN ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº AIRR-0011673-43.2016.5.03.0091

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA ROCHOLI(OAB: 72002-A/MG)
AGRAVADO(S) JULIANO FRANCISCO RAGONEZI
Advogada DRA. SANDRA APARECIDA ROQUE RANGEL(OAB: 107535/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- JULIANO FRANCISCO RAGONEZI

Processo Nº AIRR-0011682-74.2016.5.03.0068

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA(OAB: 90461/MG)
AGRAVADO(S) LUIZ ALBERTO PROEZA LOURENÇO DE LIMA
Advogado DR. JOSÉ JORGE NEVES BARBOSA(OAB: 123988/MG)
AGRAVADO(S) IESA ÓLEO & GAS S.A.
Advogado DR. YOUSSEF BOUKAI(OAB: 108614/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- IESA ÓLEO & GAS S.A.
- LUIZ ALBERTO PROEZA LOURENÇO DE LIMA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0011691-48.2015.5.03.0043

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
Advogada DRA. VERUSKA APARECIDA CUSTÓDIO(OAB: 63842/MG)
Advogada DRA. VANESSA DIAS LEMOS(OAB: 103650/MG)
AGRAVADO(S) MAYARA CRISTINA DAMASCENO CASTANHO
Advogado DR. HUGO OLIVEIRA HORTA BARBOSA(OAB: 19769/DF)
AGRAVADO(S) ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
Advogada DRA. GISELE DE ALMEIDA(OAB: 93536-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
- MAYARA CRISTINA DAMASCENO CASTANHO

Processo Nº AIRR-0011733-97.2016.5.09.0010

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. LUIZ FERNANDO DOS SANTOS MOREIRA(OAB: 49521/RS)
AGRAVADO(S) FABIANE DA LUZ OLIVEIRA
Advogada DRA. FERNANDA YARED FORTE(OAB: 76713/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIANE DA LUZ OLIVEIRA
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº AIRR-0011742-56.2015.5.03.0044

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
Advogada DRA. VERUSKA APARECIDA CUSTÓDIO(OAB: 63842/MG)
AGRAVADO(S) MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA
Advogada DRA. MARIA ELIZETE DIAS DANTAS(OAB: 55740/MG)
AGRAVADO(S) ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
Advogada DRA. MELYSSANDRA MARTINS COSTA(OAB: 48612/MG)
Advogada DRA. GISELE DE ALMEIDA WEITZEL(OAB: 93536/MG)

Advogada DRA. LETÍCIA ALVES GOMES(OAB: 82053/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
- MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA

Processo Nº AIRR-0011796-20.2016.5.03.0098

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) GILBERTON GOMES DOS SANTOS
Advogado DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. LETICIA LOPES EVANGELISTA(OAB: 103766-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- GILBERTON GOMES DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0012107-90.2016.5.03.0104

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA.
Advogado DR. VINÍCIUS COSTA DIAS(OAB: 61559/MG)
AGRAVADO(S) CRISTIANE DA ROCHA CORTES
Advogado DR. ENOQUE DINIZ SILVA(OAB: 3738/AC)
Advogado DR. ELIZEU DINIZ SILVA(OAB: 147462-A/MG)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
Advogado DR. HEVERTON ALVIM NASCIMENTO(OAB: 63847/MG)
Advogada DRA. ANA CAROLINA MOMENTE ROSA(OAB: 147366-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
- CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA.
- CRISTIANE DA ROCHA CORTES

Processo Nº AIRR-0012158-08.2016.5.03.0038

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JOÃO PAULO MAGNO PINTO
Advogado DR. MAURO LÚCIO DURIGUETTO(OAB: 66998/MG)
Advogada DRA. RIVIA MAZZINI RODRIGUES(OAB: 132388/MG)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. LÍVIA REGGIANI LIMA(OAB: 122655/MG)
Advogado DR. LÍDIA XAVIER CASCIMIRO(OAB: 156468/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- JOÃO PAULO MAGNO PINTO

Processo Nº AIRR-0012500-38.2012.5.21.0012

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogada DRA. FERNANDA ERIKA SANTOS DA COSTA(OAB: 4581/RN)

Advogada DRA. LUCIANA MARIA DE MEDEIROS SILVA(OAB: 6293/RN)
AGRAVADO(S) ISAAC JEREMIAS DE PAULA COSTA E OUTROS
Advogado DR. PAULO SÉRGIO MELO FREITAS(OAB: 6281/RN)
AGRAVADO(S) JIMAG SERVIÇOS LTDA.
AGRAVADO(S) JOSÉ LEUSIVAN DA SILVA E OUTRO
Advogado DR. JOEL MARTINS DE MACEDO FILHO(OAB: 1851-A/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- ISAAC JEREMIAS DE PAULA COSTA E OUTROS
- JIMAG SERVIÇOS LTDA.
- JOSÉ LEUSIVAN DA SILVA E OUTRO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0016386-03.2014.5.16.0016

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BEATRIZ RABELO FURTADO
Advogada DRA. KELEN CRISTINA WEISS SCHERER PENNER(OAB: 27386/GO)
Advogado DR. FRANÇIOLE MARTINS DA CONCEIÇÃO(OAB: 11792-A/MA)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 9348-A/MA)
AGRAVADO(S) PLAY CREDH PROMOÇÕES E INTERMEDIações DE CRÉDITO CONSIGNADO LTDA. - ME
Advogado DR. LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA(OAB: 18715/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
- BEATRIZ RABELO FURTADO
- PLAY CREDH PROMOÇÕES E INTERMEDIações DE CRÉDITO CONSIGNADO LTDA. - ME

Processo Nº AIRR-0020175-89.2015.5.04.0733

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 31043/SC)
AGRAVADO(S) GP - GUARDA PATRIMONIAL, VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA GAÚCHA LTDA.
Advogado DR. HENRIQUE HILLEBRAND POCHMANN(OAB: 33054/RS)
Advogado DR. CAMILO GOMES DE MACEDO(OAB: 44544/RS)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS VIGILANTES EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO, DOS VIGILANTES ORGÂNICOS, TRABALHADORES EM VIGILÂNCIA, SEGURANÇA, FORMAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES DA ATIVIDADE DE SEGURANÇA PRIVADA
Advogado DR. ÁUREO LUIZ JAEGER(OAB: 45232/RS)
Advogada DRA. MIRIAN TERESINHA SOMAVILLA(OAB: 78597/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- GP - GUARDA PATRIMONIAL, VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA GAÚCHA LTDA.

- SINDICATO DOS VIGILANTES EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO, DOS VIGILANTES ORGÂNICOS, TRABALHADORES EM VIGILÂNCIA, SEGURANÇA, FORMAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES DA ATIVIDADE DE SEGURANÇA PRIVADA

Processo Nº AIRR-0021306-50.2014.5.04.0017

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) MARILENE LUIZA TREICHEL
Advogado DR. ANDRÉ RODIGHERI(OAB: 60436/RS)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
Advogado DR. GILSON KLEBES GUGLIELMI(OAB: 45592-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
- MARILENE LUIZA TREICHEL

Processo Nº AIRR-0021677-59.2014.5.04.0002

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Advogado DR. JAIR TAVARES DA SILVA(OAB: 46688/SP)
AGRAVADO(S) LUCIANO GUIMARÃES CHAVES
Advogado DR. MARCELO RIBEIRO DE CASTRO BARBACHAN(OAB: 16909/RS)
Advogado DR. LUÍS FERNANDO ZARICHTA(OAB: 68421/RS)
Advogado DR. JOÃO HOMERO DA SILVA KOCHHANN(OAB: 87841/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
- LUCIANO GUIMARÃES CHAVES

Processo Nº AIRR-0024372-51.2016.5.24.0004

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ARIANE ORTIZ MEIRA
Advogado DR. ALMIR VIEIRA PEREIRA JUNIOR(OAB: 8281/MS)
Advogado DR. ELOÍSIO MENDES DE ARAÚJO(OAB: 8978/MS)
AGRAVADO(S) SEARA ALIMENTOS LTDA.
Advogado DR. LUIZ CARLOS ICETY ANTUNES(OAB: 10062/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARIANE ORTIZ MEIRA
- SEARA ALIMENTOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0024644-09.2014.5.24.0071

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) ALFREDO MIRANDA JÚNIOR
Advogado DR. VANDERLEI JOSÉ DA SILVA(OAB: 7598/MS)
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) CONSORCIO UFN I I I
Advogado DR. RICARDO DE ALMEIDA(OAB: 184200/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALFREDO MIRANDA JÚNIOR
- CONSORCIO UFN I I I
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0025568-84.2015.5.24.0006

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. TELMA VALÉRIA DA SILVA
CURIEL MARCON(OAB: 6355/MS)
Advogado DR. ELAINE LEITE DE MOURA(OAB:
16991-A/MT)
AGRAVADO(S) DANILO DA CUNHA DAVET
Advogado DR. HENRIQUE LIMA(OAB: 9979/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- DANILO DA CUNHA DAVET

Processo Nº AIRR-0025600-41.2008.5.01.0082

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
AGRAVANTE(S) E CIRO RODRIGUES SILVA
AGRAVADO(S)
Advogado DR. FLÁVIO MARQUES DE
SOUZA(OAB: 92657/RJ)
AGRAVANTE(S) E BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
AGRAVADO(S)
Advogado DR. CRISTÓVÃO TAVARES DE
MACEDO SOARES
GUIMARÃES(OAB: 77988/RJ)
Advogado DR. CARLOS EDUARDO
BOSÍSIO(OAB: 16162/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- CIRO RODRIGUES SILVA

Processo Nº AIRR-0057700-43.2013.5.21.0009

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
AGRAVANTE(S) GOL LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado DR. ANTÔNIO BRAZ DA SILVA(OAB:
12450/PE)
AGRAVADO(S) FRANCISCO FERREIRA CUNHA
Advogada DRA. ANA CAROLINA AMARAL
CÉSAR(OAB: 539-A/RN)
AGRAVADO(S) VIT SERVIÇOS AUXILIARES DE
TRANSPORTES AÉREOS LTDA.
Advogada DRA. KARIN LUCIANE MELO(OAB:
8298/RN)
Advogado DR. FELIPE PROBST WERNER(OAB:
29532/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO FERREIRA CUNHA
- GOL LINHAS AÉREAS S.A.
- VIT SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS
LTDA.

Processo Nº AIRR-0100596-93.2016.5.01.0481

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO
HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) ALBERTO FREDERICO DA CUNHA
LUNANUOVA

Advogado DR. LEANDRO SANTOS LIMA(OAB:
130956-D/RJ)
Advogado DR. WASHINGTON LUIZ PAES
TERRA(OAB: 153227/RJ)
AGRAVADO(S) BRASITEST LTDA. E OUTROS
Advogado DR. CRISTÓVÃO TAVARES MACEDO
SOARES GUIMARÃES(OAB:
77988/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBERTO FREDERICO DA CUNHA LUNANUOVA
- BRASITEST LTDA. E OUTROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0100669-59.2016.5.01.0483

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO
HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) LUPERCIO BATISTA NERI FILHO
Advogado DR. FELIPE CASTANHEIRA
MELLO(OAB: 159158-D/RJ)
AGRAVADO(S) ODEBRECHT ÓLEO E GÁS S.A.
Advogado DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO
DIAS(OAB: 92784/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUPERCIO BATISTA NERI FILHO
- ODEBRECHT ÓLEO E GÁS S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0104600-95.2009.5.01.0069

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) JAIR NEVES DA SILVA E OUTROS
Advogado DR. MAURÍCIO DE FIGUEIREDO
CORRÊA DA VEIGA(OAB: 21934/DF)
Advogada DRA. GILDA ELENA BRANDÃO DE
ANDRADE D'OLIVEIRA(OAB:
35271/RJ)
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE
SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado DR. JORGE HENRIQUE MONTEIRO
DE ALMEIDA FILHO(OAB: 104348/RJ)
Advogado DR. MARCUS FLÁVIO HORTA
CALDEIRA(OAB: 13418/DF)
Advogado DR. RENATO LOBO
GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
Advogada DRA. LÚCIA PORTO
NORONHA(OAB: 78597/SP)
AGRAVADO(S) PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
Advogado DR. MÁRIO JORGE RODRIGUES DE
PINHO(OAB: 28308/RJ)
Advogada DRA. MARIA ELIZABETH DE
BARROS COBRA(OAB: 117484/RJ)
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS
Advogado DR. CARLOS COELHO DOS
SANTOS(OAB: 13051/RJ)
Advogada DRA. LÚCIA PORTO
NORONHA(OAB: 161906/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL -
PETROS
- JAIR NEVES DA SILVA E OUTROS
- PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0146100-81.2002.5.05.0003

Processo Nº AIRR-01461/2002-003-05-00.1

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) NILZETE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA
Advogado DR. GENÉSIO RAMOS MOREIRA(OAB: 9853/BA)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. ARTUR CARLOS DO NASCIMENTO NETO(OAB: 12803/BA)
Advogado DR. LUIZ HENRIQUE JESUS DE SOUZA(OAB: 39448/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- NILZETE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0500085-67.2014.5.17.0121

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) FIBRIA CELULOSE S.A.
Advogado DR. JOSÉ HILDO SARCINELLI GARCIA(OAB: 1174/ES)
AGRAVADO(S) WALDEMIR JOSÉ RODRIGUES
Advogado DR. VAGNER DOS SANTOS DA COSTA(OAB: 18623/ES)
AGRAVADO(S) GHS SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- FIBRIA CELULOSE S.A.
- GHS SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.
- WALDEMIR JOSÉ RODRIGUES

Processo Nº AIRR-1000028-38.2015.5.02.0003

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) ITAU UNIBANCO S.A.
Advogado DR. JAIR TAVARES DA SILVA(OAB: 46688/SP)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
AGRAVADO(S) MATHEUS MICHEL DA CONCEIÇÃO SACCO
Advogado DR. LEANDRO DE PÁDUA POMPEU(OAB: 170433/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAU UNIBANCO S.A.
- MATHEUS MICHEL DA CONCEIÇÃO SACCO

Processo Nº AIRR-1000037-46.2015.5.02.0020

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) IVANTUIR ANTONIO DA SILVA
Advogado DR. MIGUEL RICARDO GATTI CALMON NOGUEIRA DA GAMA(OAB: 68383/SP)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. FABIANA GUIMARÃES DE PAIVA(OAB: 201213/SP)
Advogado DR. MATHEUS STARCK DE MORAES(OAB: 316256/SP)
AGRAVADO(S) IBM BRASIL - INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.
Advogado DR. RONALDO RAYES(OAB: 114521/SP)
Advogado DR. JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES(OAB: 154384/SP)
AGRAVADO(S) CARVALHO'S TRANSPORTES E LOCAÇÃO EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- CARVALHO'S TRANSPORTES E LOCAÇÃO EIRELI
- IBM BRASIL - INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.
- IVANTUIR ANTONIO DA SILVA

Processo Nº AIRR-1000080-83.2013.5.02.0462

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR(OAB: 247319/SP)
AGRAVADO(S) MARCELO EDUARDO MARIA
Advogada DRA. MARIA DA CONSOLAÇÃO VEGI DA CONCEIÇÃO(OAB: 207324/SP)
Advogado DR. LEONARDO LINS CAMELO DA SILVA(OAB: 289811-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARCELO EDUARDO MARIA

Processo Nº AIRR-1000223-44.2017.5.02.0232

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ADELSON PEREIRA DA MOTA
Advogado DR. PAULO EDSON DOS REIS JÚNIOR(OAB: 303546-D/SP)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. FABIANA GUIMARÃES DE PAIVA(OAB: 201213/SP)
Advogado DR. MATHEUS STARCK DE MORAES(OAB: 316256/SP)
AGRAVADO(S) SEMPRE FRIO AR CONDICIONADO E INSTALAÇÕES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ADELSON PEREIRA DA MOTA
- BANCO BRADESCO S.A.
- SEMPRE FRIO AR CONDICIONADO E INSTALAÇÕES LTDA.

Processo Nº AIRR-1000236-65.2017.5.02.0063

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) GUILHERME DOS SANTOS BACCAR
Advogado DR. MARCO AURÉLIO NAKANO(OAB: 168152/SP)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. FÁBIO CABRAL SILVA DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 261844/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- GUILHERME DOS SANTOS BACCAR

Processo Nº AIRR-1000348-04.2015.5.02.0613

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
Advogado DR. MATHEUS STARCK DE MORAES(OAB: 316256/SP)
AGRAVADO(S) GUSTAVO SILVA DE OLIVEIRA
Advogado DR. LUÍS GUSTAVO SILVÉRIO(OAB: 263648/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
- GUSTAVO SILVA DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-1000651-60.2016.5.02.0038

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.
Advogado DR. RENATO SIMÕES DA CUNHA(OAB: 41734/RS)
AGRAVADO(S) IDALINA DE ARAUJO LYNCH
Advogado DR. ROGÉRIO PACILÉO NETO(OAB: 16934/SP)
AGRAVADO(S) DE MARCO MARKETING PROMOCIONAL E SERVIÇOS LTDA. - EPP
Advogada DRA. MÁRCIA CRISTINA ALVARENGA MIKAIL(OAB: 155237-A/SP)
AGRAVADO(S) C & C CASA E CONSTRUÇÃO LTDA.
Advogado DR. JAIR TAVARES DA SILVA(OAB: 46688/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- C & C CASA E CONSTRUÇÃO LTDA.
- CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.
- DE MARCO MARKETING PROMOCIONAL E SERVIÇOS LTDA. - EPP
- IDALINA DE ARAUJO LYNCH

Processo Nº AIRR-1000855-18.2015.5.02.0466

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) ALPINA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.
Advogado DR. JOÃO MARCELO PINTO(OAB: 149784/SP)
AGRAVADO(S) JOSÉ RAIMUNDO LOPES
Advogado DR. OSMAR NOVAES LUZ JÚNIOR(OAB: 125548/SP)
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada DRA. MARILDA IZIQUE CHEBABI(OAB: 24902/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALPINA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.
- JOSÉ RAIMUNDO LOPES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-1001085-81.2014.5.02.0341

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada DRA. MARILDA IZIQUE CHEBABI(OAB: 24902/SP)
AGRAVADO(S) FABIO SILVA ALVES
Advogado DR. EDUARDO GEORGE DA COSTA(OAB: 147790/SP)
Advogada DRA. ELIZABETH TRUGLIO(OAB: 130155/SP)
AGRAVADO(S) G-COMEX ÓLEO & GÁS LTDA.
Advogado DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO DIAS(OAB: 92784/RJ)
Advogada DRA. PRISCILA RESENDE BRAGANÇA(OAB: 170272/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIO SILVA ALVES
- G-COMEX ÓLEO & GÁS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-1001200-31.2015.5.02.0612

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) FÁTIMA BALDIM ESTEVAM
Advogado DR. NILSON DE OLIVEIRA MORAES(OAB: 98155/SP)
AGRAVADO(S) BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.
Advogado DR. BRUNO BORGES PEREZ DE REZENDE(OAB: 249094-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.
- FÁTIMA BALDIM ESTEVAM

Processo Nº AIRR-1001320-87.2016.5.02.0079

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER BRASIL S.A.
Advogada DRA. MARIA APARECIDA ALVES(OAB: 71743/SP)
Advogado DR. SÉRGIO SHIROMA LANCAROTTE(OAB: 112585/SP)
AGRAVADO(S) JACKSON DE ARAÚJO SILVA
Advogado DR. EDUARDO BANNO(OAB: 156014/SP)
AGRAVADO(S) SOUTH DO BRASIL - SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO, COMÉRCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS, EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER BRASIL S.A.
- JACKSON DE ARAÚJO SILVA
- SOUTH DO BRASIL - SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO, COMÉRCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS, EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO LTDA.

Processo Nº AIRR-1001341-92.2015.5.02.0501

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA SILVA
Advogado DR. ROBERTO MARTINEZ(OAB: 286744/SP)
Advogado DR. JOSÉ PAULO COSTA ANTUNES(OAB: 335958/SP)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. ALESSANDRA FELICE DOS SANTOS PERCEQUILLO(OAB: 152493-A/SP)
Advogado DR. PRISCILA BARROS COSTA DO AMARAL(OAB: 282217-A/SP)
Advogado DR. ALINE APARECIDA DE FREITAS SOUZA RAMOS(OAB: 255680-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA SILVA

Processo Nº AIRR-1001697-54.2015.5.02.0706

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) MARCELO FERNANDO DE AGUIAR
Advogada DRA. ANA CLÁUDIA ARANTES GRECHI(OAB: 244570/SP)
Advogado DR. ELSON LUIZ ZANELA(OAB: 332043/SP)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MATHEUS STARCK DE MORAES(OAB: 316256/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- MARCELO FERNANDO DE AGUIAR

Processo Nº RR-0000315-53.2013.5.04.0772

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) BRF S.A.
Advogado DR. HENRIQUE JOSÉ DA ROCHA(OAB: 36568/RS)
RECORRIDO(S) WAGNER MARCELO RIEDEL
Advogado DR. RAFAEL BASSANI(OAB: 66837/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- WAGNER MARCELO RIEDEL

Processo Nº RR-0000375-15.2012.5.04.0011

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
RECORRENTE(S) OI S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. DIEGO LA ROSA GONÇALVES(OAB: 70065/RS)
Advogado DR. RAPHAEL NICOLAS FALCADE GRAZIADEI(OAB: 94326/RS)
RECORRIDO(S) ETE ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE LTDA.
Advogado DR. ANDERSSON VIRGÍNIO DALL'AGNOL
RECORRIDO(S) VÁGNER CARVALHO FRANCO
Advogado DR. YANES POPOVICH POMPEU(OAB: 43006/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ETE ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE LTDA.
- OI S.A.
- VÁGNER CARVALHO FRANCO

Processo Nº RR-0000580-42.2010.5.01.0029

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) TNL PCS S/A
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. EURICO DE JESUS TELES NETO(OAB: 121935/RJ)
RECORRENTE(S) CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE
RECORRIDO(S) ERIKA PINTO SALES
Advogado DR. OSCARINO DE ALMEIDA ARANTES(OAB: 89127/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTAX-MOBITEL S.A.
- ERIKA PINTO SALES
- TNL PCS S/A

Processo Nº RR-0000664-65.2017.5.12.0005

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
RECORRIDO(S) MÁRCIO JOAQUIM ROSA
Advogado DR. MARCELO BERNDT(OAB: 21443/SC)
RECORRIDO(S) ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A.
Advogado DR. SÉRGIO VASCONCELOS GONÇALVES(OAB: 66223/RJ)
Advogado DR. GABRIEL OLIVEIRA LAMBERT DE ANDRADE(OAB: 115522/RJ)
Advogada DRA. ISABELLA PINTO BARROS DA SIVA(OAB: 146164/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A.
- MÁRCIO JOAQUIM ROSA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº RR-0000695-39.2013.5.05.0161

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
RECORRIDO(S) JOSEMAR LIMA DE SOUZA
Advogado DR. CLERISTON PITON BULHÕES(OAB: 17034/BA)
Advogado DR. FRANCISCO LACERDA BRITO(OAB: 14137/BA)
Advogado DR. LEON ÂNGELO MATTEI(OAB: 14332/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSEMAR LIMA DE SOUZA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº RR-0000756-15.2016.5.17.0013

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) ROSÂNGELA PIRES QUIETO PINTO
Advogado DR. ROGÉRIO FERREIRA BORGES(OAB: 17590/ES)
RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
Advogado DR. HENRIQUE CLÁUDIO MAUÉS(OAB: 35707/RJ)
Advogado DR. JOCIANE BRISTT DA PENHA(OAB: 20350-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
- ROSÂNGELA PIRES QUIETO PINTO

Processo Nº RR-0000914-58.2017.5.07.0031

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) JBS S.A.
Advogado DR. RAIMUNDO FEITOSA CARVALHO GOMES(OAB: 13398/CE)
RECORRIDO(S) JOSE WILKENED CHAGAS MAIA
Advogado DR. RUY FROTA BEZERRA JUNIOR(OAB: 26011/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- JBS S.A.
- JOSE WILKENED CHAGAS MAIA

Processo Nº RR-0000990-55.2016.5.08.0107

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

RECORRENTE(S) VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada DRA. PATRÍCIA MIRANDA CENTENO AMARAL(OAB: 24190/GO)
RECORRIDO(S) ELIELSON MARQUES DE PAULA
Advogado DR. MARLI SIQUEIRA FRONCHETI(OAB: 10065/PA)
RECORRIDO(S) CONSÓRCIO CONSTRUTOR BELO MONTE
Advogada DRA. ROSANE PATRÍCIA PIRES DA PAZ(OAB: 8423/PA)
RECORRIDO(S) TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA. E OUTRO
Advogado DR. EDILANE ANDRADE COSTA(OAB: 12403/PA)
Advogado DR. WEVERTON DIAS ALEXANDRINO(OAB: 38355/GO)
RECORRIDO(S) OSTRANS PARTICIPAÇÕES LTDA E OUTROS
Advogada DRA. PATRÍCIA MIRANDA CENTENO(OAB: 24190/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO CONSTRUTOR BELO MONTE
- ELIELSON MARQUES DE PAULA
- OSTRANS PARTICIPAÇÕES LTDA E OUTROS
- TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA. E OUTRO
- VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº RR-0001187-80.2016.5.20.0008

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) FERNANDO JORGE REINALDO GOMES
Advogada DRA. MARIA DA CONCEIÇÃO BEZERRA(OAB: 2444/SE)
Advogado DR. JEFFSON MENEZES DE SOUSA(OAB: 8652/SE)
RECORRIDO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada DRA. ROSELINE RABELO DE JESUS MORAIS(OAB: 500-B/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERNANDO JORGE REINALDO GOMES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº RR-0001337-22.2017.5.12.0017

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) LUCIANO LOPES DE SANTA ANNA JÚNIOR
Advogada DRA. PAULA ROBERTA JURASZEK SARDA(OAB: 42409/SC)
RECORRIDO(S) SEARA ALIMENTOS LTDA.
Advogada DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIANO LOPES DE SANTA ANNA JÚNIOR
- SEARA ALIMENTOS LTDA.

Processo Nº RR-0001340-34.2016.5.20.0002

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) JOALDO FREITAS DE ÁVILA
Advogada DRA. MARIA DA CONCEIÇÃO BEZERRA(OAB: 2444/SE)
RECORRIDO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogada DRA. ROSELINE RABELO DE JESUS MORAIS(OAB: 317/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOALDO FREITAS DE ÁVILA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº RR-0001413-56.2011.5.15.0087

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogada DRA. RENATA MOLLO DOS SANTOS(OAB: 179369/SP)
RECORRENTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
RECORRIDO(S) JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS
Advogado DR. JOÃO ANTÔNIO FACCIOLI(OAB: 92611/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº RR-0001544-28.2014.5.09.0011

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) WALDIRENE VERÔNICA DE OLIVEIRA
Advogado DR. ANDERSON WOZNIAKI(OAB: 42038/PR)
RECORRIDO(S) WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. FLÁVIO OBINO FILHO(OAB: 24379/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- WALDIRENE VERÔNICA DE OLIVEIRA
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº RR-0001560-58.2013.5.09.0094

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
Advogado DR. PAULO AUGUSTO GRECO(OAB: 119729-A/SP)
RECORRENTE(S) JAQUELINE BERGAMIN BALDO
Advogado DR. GABRIEL LEMOS DA COSTA(OAB: 19633/SC)
Advogado DR. LIDIOMAR RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 11044/SC)
RECORRIDO(S) LH SERVIÇOS DE DIGITAÇÃO LTDA.
Advogado DR. ANA LUIZA POLETINE(OAB: 44607/PR)
RECORRIDO(S) CASH LTDA. - ME E OUTRO

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- CASH LTDA. - ME E OUTRO
- JAQUELINE BERGAMIN BALDO
- LH SERVIÇOS DE DIGITAÇÃO LTDA.

Processo Nº RR-0001691-56.2013.5.03.0011

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) AÇÃO CONTACT CENTER LTDA.
Advogado DR. JOAQUIM MARTINS PINHEIRO FILHO(OAB: 72218/MG)
RECORRIDO(S) Nanci Tatiene Gusmão Souza
Advogado DR. JULIANO PEREIRA NEPOMUCENO(OAB: 73683/MG)
RECORRIDO(S) HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO E OUTRA
Advogado DR. HERBERT MOREIRA COUTO(OAB: 47034/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AÇÃO CONTACT CENTER LTDA.
- HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO E OUTRA
- Nanci Tatiene Gusmão Souza

Processo Nº RR-0002004-16.2014.5.03.0097

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) CSN MINERAÇÃO S.A.
Advogada DRA. ALESSANDRA KERLEY GIBOSKI XAVIER(OAB: 101293/MG)
RECORRIDO(S) MARCOS SOUZA AZEVEDO
Advogada DRA. ALESSANDRA DA SILVA(OAB: 81950/MG)
RECORRIDO(S) LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S.A.
Advogado DR. SIDNEI CARDOSO JUNIOR(OAB: 271464/SP)
RECORRIDO(S) ESCALAR EQUIPAMENTOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CSN MINERAÇÃO S.A.
- ESCALAR EQUIPAMENTOS LTDA.
- LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S.A.
- MARCOS SOUZA AZEVEDO

Processo Nº RR-0010080-11.2014.5.14.0004

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
RECORRIDO(S) ELAINE GALVÃO CAMPOS
Advogado DR. CARLA VANUSA RIBEIRO CAMBOIM DE OLIVEIRA(OAB: 1649/RO)
RECORRIDO(S) ELITE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME
RECORRIDO(S) MMS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ELAINE GALVÃO CAMPOS
- ELITE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME
- MMS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Processo Nº RR-0010080-33.2016.5.15.0062

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) ROGERIO PEREIRA DA COSTA
Advogado DR. SÉRGIO VICENTE SANVIDO(OAB: 182967/SP)
RECORRIDO(S) JBS S.A.
Advogada DRA. LUIZA KARLA MAXIMINO ANASTÁCIO(OAB: 211810-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JBS S.A.
- ROGERIO PEREIRA DA COSTA

Processo Nº RR-0010233-82.2013.5.06.0010

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) LIQ CORP S.A.
Advogado DR. URBANO VITALINO DE MELO NETO(OAB: 17700/PE)
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Advogado DR. URBANO VITALINO DE MELO NETO(OAB: 17700-A/PE)
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855-A/PE)
Advogado DR. WILSON BELCHIOR(OAB: 17314-A/CE)
Advogado DR. RAPHAEL AUGUSTO SILVA DE CARVALHO(OAB: 24128-A/PE)
Advogado DR. MANOEL BURGOS NOGUEIRA FILHO(OAB: 31201-A/PE)
Advogado DR. FABIO HENRIQUE BRISSANT SILVA(OAB: 24879-A/PE)
RECORRIDO(S) ÉRICKA QUEIROZ DE SOUZA
Advogado DR. EUGÊNIO BEZERRA DE OLIVEIRA(OAB: 28257-D/PE)
Advogado DR. CÉZAR AUGUSTO FERNANDES SILVA(OAB: 26579/PE)
RECORRIDO(S) UNIÃO (PGF)
Procuradora DRA. HEBE DE SOUZA CAMPOS SILVEIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
- LIQ CORP S.A.
- UNIÃO (PGF)
- ÉRICKA QUEIROZ DE SOUZA

Processo Nº RR-0011063-56.2015.5.03.0044

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. GUILHERME MARQUES DIAS(OAB: 156849/MG)
Advogado DR. VANESSA DIAS LEMOS REBELLO(OAB: 103650-A/MG)
RECORRIDO(S) ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
Advogada DRA. MELYSANDRA MARTINS COSTA(OAB: 48612/MG)
Advogada DRA. LETÍCIA ALVES GOMES(OAB: 411417/SP)
RECORRIDO(S) BRUNA GRASIELE RIBEIRO
Advogado DR. MÁRIO AISLAN MOREIRA CORREA(OAB: 139845/MG)
Advogada DRA. HÉLLEN CRISTINA RIBAS CORRÊA(OAB: 151307/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
- BANCO BRADESCO S.A.
- BRUNA GRASIELE RIBEIRO

Processo Nº RR-0011698-26.2014.5.01.0077

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

RECORRENTE(S) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogada DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI(OAB: 81690-A/RJ)
RECORRIDO(S) FLÁVIO DA SILVA CASSIANO
Advogado DR. CÍCERO LOURENÇO DA SILVA(OAB: 64996/RJ)
RECORRIDO(S) CIVILPORT ENGENHARIA LTDA.
Advogado DR. LUÍS ALEXANDRE GRANGIER MESQUITA(OAB: 98905/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CIVILPORT ENGENHARIA LTDA.
- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- FLÁVIO DA SILVA CASSIANO

Processo Nº RR-0011815-29.2015.5.01.0482

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
RECORRIDO(S) LUCIANO DA SILVA
Advogado DR. JOÃO BOSCO DE AGUIAR(OAB: 67472/RJ)
RECORRIDO(S) IESA ÓLEO & GÁS S.A.
Advogado DR. YOUSSEF BOUKAI(OAB: 108614/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- IESA ÓLEO & GÁS S.A.
- LUCIANO DA SILVA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº RR-0011949-57.2014.5.03.0087

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA(OAB: 90461/MG)
Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 107878/MG)
RECORRIDO(S) MILTON ALMEIDA BARBOSA
Advogado DR. FÁBIO FAZANI(OAB: 145320/MG)
RECORRIDO(S) PRODUMAN ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Intimado(s)/Citado(s):

- MILTON ALMEIDA BARBOSA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PRODUMAN ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº RR-0012323-76.2014.5.01.0201

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) GILSON DE OLIVEIRA
Advogada DRA. IARA CRISTINA D'ANDREA MENDES(OAB: 120598/SP)
Advogado DR. FÁBIO FAZANI(OAB: 183851/SP)
RECORRIDO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
RECORRIDO(S) PRODUMAN ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILSON DE OLIVEIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PRODUMAN ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº RR-0012768-87.2015.5.01.0483

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE E RECORRIDO PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
RECORRENTE E RECORRIDO ROBSON FERREIRA BORGES
Advogado DR. CARLOS RENATO GUERRA DA FONSECA(OAB: 104487/RJ)
Advogado DR. GUILHERME BASTOS NUNES BATISTA(OAB: 104517/RJ)
Advogado DR. JOÃO ALBERTO GUERRA(OAB: 93429/RJ)
Advogado DR. CARLOS EDUARDO ALMEIDA DE OLIVEIRA(OAB: 106449/RJ)
RECORRIDO(S) BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. JACKELINE SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 184510/RJ)
Advogado DR. JOÃO PEDRO EYLER PÓVOA(OAB: 88922/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- ROBSON FERREIRA BORGES

Processo Nº RR-0020102-59.2014.5.04.0020

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. NEWTON DORNELES SARATT(OAB: 25185/RS)
RECORRIDO(S) ERICO MARCEL NUNES FERREIRA
Advogada DRA. EDINA PUNTEL BERNHARD(OAB: 66439/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- ERICO MARCEL NUNES FERREIRA

Processo Nº RR-0020188-02.2015.5.04.0406

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) B.B.S.
Advogado DR. RAFAEL CAMPOS PEREIRA(OAB: 266077-A/SP)
RECORRIDO(S) V.V.
Advogado DR. HÉLIO LUÍS DALLABRIDA(OAB: 38643/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- B.B.S.
- V.V.

Processo Nº RR-0020336-25.2015.5.04.0402

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) SEARA ALIMENTOS LTDA.
Advogada DRA. ANGELA M. RAFFAINER FLORES(OAB: 26977-A/RS)
RECORRIDO(S) IBRAHIMA SARR
Advogado DR. RICARDO BERTONCINI BELINZONI(OAB: 51711/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- IBRAHIMA SARR
- SEARA ALIMENTOS LTDA.

Processo Nº RR-0021400-62.2013.5.13.0023

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) CLARO S.A.
Advogado DR. PAULO LOPES DA SILVA(OAB: 8560/PB)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
RECORRIDO(S) SAYONARA COSTA NASCIMENTO TAVARES
Advogado DR. KAYO CAVALCANTE MEDEIROS(OAB: 13645/PB)
RECORRIDO(S) AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.
Advogado DR. JOÃO LUIZ JUNTOLLI(OAB: 69339/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.
- CLARO S.A.
- SAYONARA COSTA NASCIMENTO TAVARES

Processo Nº RR-0085400-81.2008.5.15.0123

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. NEUZA MARIA LIMA PIRES DE GODOY(OAB: 82246/SP)
RECORRIDO(S) MARIA DO CARMO GUIMARAES SAMPAIO
Advogado DR. APARECIDO RODRIGUES(OAB: 70019/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARIA DO CARMO GUIMARAES SAMPAIO

Processo Nº RR-0092500-83.2009.5.02.0036

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE E RECORRIDO BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR(OAB: 247319-A/SP)
RECORRENTE E RECORRIDO MILTON GEORGETO
Advogado DR. DEJAIR PASSERINE DA SILVA(OAB: 55226/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MILTON GEORGETO

Processo Nº RR-0100608-04.2016.5.01.0483

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
RECORRIDO(S) THALES STÊNIO SIQUEIRA DA SILVA
Advogado DR. ALEX MOREIRA DOS SANTOS(OAB: 190172/RJ)
RECORRIDO(S) BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado

DR. JACKELINE SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 184510-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- THALES STÊNIO SIQUEIRA DA SILVA

Processo Nº RR-0108300-93.2013.5.13.0008

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
RECORRENTE E RECORRIDO CLARO S.A.
Advogado DR. PAULO LOPES DA SILVA(OAB: 8560/PB)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
RECORRENTE E RECORRIDO LEANDRO AGRA DA SILVA
Advogado DR. KAYO CAVALCANTE MEDEIROS(OAB: 13645/PB)
RECORRIDO(S) AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.
Advogado DR. JOÃO LUIZ JUNTOLLI(OAB: 6933/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.
- CLARO S.A.
- LEANDRO AGRA DA SILVA

Processo Nº RR-0113300-57.2004.5.02.0053

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) JOEL ESCOBAR RODRIGUES
Advogado DR. ARLINDO DA FONSECA ANTÔNIO(OAB: 49306/SP)
RECORRIDO(S) COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
Advogado DR. ADILSON GAMBINI MONTEIRO(OAB: 149616/SP)
RECORRIDO(S) FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora DRA. GISELLE CRISTINA NASSIF ELIAS

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- JOEL ESCOBAR RODRIGUES

Processo Nº RR-0128100-06.2006.5.02.0026

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
RECORRENTE(S) ROSA TIYOMI MATSUMURA DOS SANTOS
Advogado DR. LEANDRO MELONI(OAB: 30746/SP)
RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. ARNOR SERAFIM JÚNIOR(OAB: 79797/SP)
Advogado DR. SÉRGIO SHIROMA LANCAROTTE(OAB: 112585/SP)
RECORRIDO(S) OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- OS MESMOS
- ROSA TIYOMI MATSUMURA DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0000461-26.2015.5.18.0161

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE
Advogada DRA. PATRÍCIA MIRANDA CENTENO(OAB: 24190/GO)
AGRAVADO(S) LEYRIANE NUNES LEAL PASSOS
Advogado DR. RAPHAEL RODRIGUES DA SILVA(OAB: 28327/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE
- LEYRIANE NUNES LEAL PASSOS

Processo Nº Ag-AIRR-0000861-57.2012.5.15.0087

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogada DRA. IANY PATRÍCIA DOS SANTOS RANGEL(OAB: 35262/DF)
Advogada DRA. RENATA MOLLO DOS SANTOS(OAB: 179369/SP)
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) OS MESMOS
AGRAVADO(S) EDSON EDUARDO COSTA
Advogado DR. JOSÉ ANTÔNIO CREMASCO(OAB: 59298/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDSON EDUARDO COSTA
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- OS MESMOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0001198-29.2015.5.18.0161

Relator MIN. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE(S) COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE
Advogada DRA. PATRÍCIA MIRANDA CENTENO(OAB: 24190/GO)
AGRAVADO(S) HALITA ALVES SILVA
Advogada DRA. JAQUELINE SILVA MOREIRA DOS SANTOS(OAB: 31981/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE
- HALITA ALVES SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0001385-59.2014.5.03.0009

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S. A.
Advogado DR. FERNANDO DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: 89876-B/MG)
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609/DF)
AGRAVADO(S) ELIZABETE KARINE DE MELO PARREIRAS
Advogado DR. JOSÉ RONALDO BOAVENTURA(OAB: 70841/MG)
Advogado DR. JOSÉ FRANCISCO GOMES D'ÁVILA(OAB: 58320/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S. A.
- ELIZABETE KARINE DE MELO PARREIRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0001398-63.2011.5.01.0027

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) ITAMAR DA SILVA PINTO
Advogado DR. ROGÉRIO JOSÉ PEREIRA DERBLY(OAB: 89266/RJ)
AGRAVADO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogada DRA. LÚCIA PORTO NORONHA(OAB: 78597/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- ITAMAR DA SILVA PINTO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0001816-52.2015.5.22.0002

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S.A.
Advogado DR. RONALDO RAYES(OAB: 114521/SP)
Advogada DRA. PAULA CORINA SANTONE(OAB: 130842/SP)
Advogado DR. JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES(OAB: 154384/SP)
AGRAVADO(S) AMARILDO GONÇALVES DE ARAÚJO
Advogado DR. LEONARDO ANDRADE DE CARVALHO(OAB: 4071/PI)
Advogada DRA. BERNADETE SANTANA GONÇALVES(OAB: 10347/PI)
Advogada DRA. ANA JOANA PEREIRA DOS SANTOS(OAB: 10264/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMARILDO GONÇALVES DE ARAÚJO
- UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0001868-67.2016.5.17.0191

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. AUGUSTO CARLOS LAMEGO JÚNIOR(OAB: 17514-A/ES)
AGRAVADO(S) VICTOR APARECIDO AREIA VALANI
Advogada DRA. PATRÍCIA DE ARAÚJO SONEGHETE(OAB: 9985/ES)
Advogado DR. VICTOR FRIQUES DE MAGALHÃES(OAB: 13891/ES)
AGRAVADO(S) PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
Advogado DR. BRUNO DE MEDEIROS TOCANTINS(OAB: 92718/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- VICTOR APARECIDO AREIA VALANI

Processo Nº Ag-AIRR-0011525-96.2013.5.18.0001

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. ARNOR SERAFIM JUNIOR(OAB: 79797-A/SP)
Advogada DRA. MARIA APARECIDA ALVES(OAB: 71743/SP)
Advogado DR. SÉRGIO SHIROMA LANCAROTTE(OAB: 112585/SP)
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609/DF)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
AGRAVADO(S) LILIA OLIVEIRA SANTOS
Advogado DR. RODRIGO LUDOVICO MARTINS(OAB: 21280/GO)
AGRAVADO(S) A7 VIRTUAL BRASIL SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- A7 VIRTUAL BRASIL SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA.
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- LILIA OLIVEIRA SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0050600-16.2009.5.01.0015

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) REGINA LUCIA LEITE DINIZ
Advogado DR. SÉRGIO GALVÃO(OAB: 21332/RJ)
AGRAVADO(S) LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
Advogado DR. LYCURGO LEITE NETO(OAB: 1530-A/DF)
AGRAVADO(S) AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA.
Advogado DR. HERBERT GOMES(OAB: 3288/RJ)
AGRAVADO(S) BRADESCO SAÚDE S.A.
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609/DF)
Advogado DR. SÉRGIO BERMUDEZ(OAB: 17587/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA.
- BRADESCO SAÚDE S.A.
- LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
- REGINA LUCIA LEITE DINIZ

Processo Nº Ag-AIRR-0207300-58.2008.5.02.0037

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609/DF)
Advogado DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)
AGRAVADO(S) BANESPREV - FUNDO BANESPA DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogado DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394/SP)
AGRAVADO(S) DJALMIR MARIANO E OUTROS
Advogado DR. MARCELO MARCOS ARMELLINI(OAB: 133060/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- BANESPREV - FUNDO BANESPA DE SEGURIDADE SOCIAL
- DJALMIR MARIANO E OUTROS

Processo Nº ARR-0000102-47.2016.5.09.0014

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ROSELI ARAÚJO DE AGUIAR
Advogado DR. GABRIEL YARED FORTE(OAB: 42410/PR)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) RUMO MALHA SUL S.A.
Advogado DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) BRASVENDING COMERCIAL S.A.
Advogado DR. RAFAEL VILELA BORGES(OAB: 153893/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. FÁBIO FREITAS MINARDI(OAB: 22790/PR)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA
Advogada DRA. CARLA TERESA MARTINS ROMAR(OAB: 106565/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA
- BANCO BRADESCO S.A.
- BRASVENDING COMERCIAL S.A.
- ROSELI ARAÚJO DE AGUIAR
- RUMO MALHA SUL S.A.

Processo Nº ARR-0000175-77.2013.5.04.0203

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) LUCIANO DA ROCHA HENRIQUES
Advogado DR. RENATO DE OLIVEIRA GRÜNE(OAB: 62234/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 69412-A/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado DR. GEORGE DE LUCCA TRAVERSO(OAB: 16578/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- LUCIANO DA ROCHA HENRIQUES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ARR-0000618-67.2015.5.02.0444

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada DRA. CAMILA CINTRA BACCARO MANSUTTI(OAB: 246636/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) DOUGLAS SEBEDELHE DE FREITAS E OUTROS
Advogado DR. JOSÉ HENRIQUE COELHO(OAB: 132186-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOUGLAS SEBEDELHE DE FREITAS E OUTROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ARR-0000833-52.2016.5.08.0117

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) JBS S.A.
Advogado DR. ITAMAR GONÇALVES CAIXETA(OAB: 10613/PA)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ALEOCILDO SILVA SANTOS
Advogado DR. JOSÉ CARLOS ESPÍRITO SANTO SARDINHA JÚNIOR(OAB: 15415/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEOCILDO SILVA SANTOS
- JBS S.A.

Processo Nº ARR-0000973-69.2011.5.24.0003

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. JULIANO NICOLAU DE CASTRO(OAB: 292121/SP)
Advogado DR. MARCO ANTONIO BEVILAQUA(OAB: 139333/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) ROSA MINEKO TAMASLIRO AGUENA E OUTROS
Advogado DR. TIAGO LUÍS COELHO DA ROCHA MUZZI(OAB: 71874-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- ROSA MINEKO TAMASLIRO AGUENA E OUTROS

Processo Nº ARR-0001038-81.2011.5.05.0039

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogada DRA. RAFAELA SOUZA TANURI MEIRELLES(OAB: 26124-A/BA)
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. JOÃO ALVES DO AMARAL(OAB: 5869/BA)
Advogado DR. FRANCISCO DONIZETI DA SILVA JÚNIOR(OAB: 33970/BA)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) ANA BEATRIZ FANHA
Advogado DR. JOSÉ ALFREDO CRUZ GUIMARÃES(OAB: 2253/BA)
Advogado DR. ANTÔNIO SALVADOR LOMBA(OAB: 16805/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA BEATRIZ FANHA
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ARR-0001058-95.2015.5.06.0171

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) PEPSICO DO BRASIL LTDA.
Advogado DR. ALEXANDRE LAURIA DUTRA(OAB: 157840-A/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)

Procurador

Procurador

UNIÃO (PGFN)

DR. PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DA FAZENDA NACIONAL

DR. JOSÉ PÉRICLES PEREIRA DE SOUSA

Intimado(s)/Citado(s):

- PEPSICO DO BRASIL LTDA.
- UNIÃO (PGFN)

Processo Nº ARR-0001138-83.2013.5.03.0051

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) MARCIO ROGERIO PANZA SOUZA
Advogada DRA. CÁTIA RAQUEL ESCOBAR PINZON ZABKA(OAB: 105949/MG)
Advogada DRA. GIULIANA DE OLIVEIRA CABRAL(OAB: 106989/MG)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. NEY JOSÉ CAMPOS(OAB: 44243/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARCIO ROGERIO PANZA SOUZA

Processo Nº ARR-0001349-75.2014.5.02.0031

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MARINA FRANCO CAMARGO
Advogado DR. JOSIEL VACISKI BARBOSA(OAB: 191692-A/SP)
Advogado DR. FLÁVIO BIANCHINI DE QUADROS(OAB: 220411/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. ADRIANE MARIA XAVIER BIONDO(OAB: 133128/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- MARINA FRANCO CAMARGO

Processo Nº ARR-0001471-64.2016.5.20.0016

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. TIALA SORAIA DE FARIAS GARCIA(OAB: 521-A/SE)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) WANDER ANDRADE SILVA
Advogado DR. BRENO VIEIRA NUNES(OAB: 3442/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- WANDER ANDRADE SILVA

Processo Nº ARR-0001511-91.2014.5.02.0024

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) DAVID ALAN PALFENIER
Advogado DR. PEDRO ERNESTO ARRUDA PROTO(OAB: 78430/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) SEARA ALIMENTOS LTDA.

Advogado DR. MAURÍCIO PESSOA(OAB: 156805-B/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
Advogado DR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR(OAB: 131896/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) MMS PARTICIPAÇÕES LTDA
Advogado DR. SÉRGIO GONINI BENÍCIO(OAB: 195470/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS
Advogado DR. CONRADO LIBONI(OAB: 216858/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DAVID ALAN PALFENIER
- MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS
- MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
- MMS PARTICIPAÇÕES LTDA
- SEARA ALIMENTOS LTDA.

Processo Nº ARR-0001607-40.2015.5.08.0110

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) AGROPALMA S.A.
Advogada DRA. ANA IALIS BARETTA(OAB: 11903/PA)
Advogado DR. SARA THAÍS FERREIRA MONTEIRO(OAB: 16726/PA)
Advogada DRA. LUIZELENA CUNHA CASTRO(OAB: 18738/PA)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) FRANCISCO VALBER ALVES DO NASCIMENTO
Advogado DR. TORQUATO MAIA FERREIRA(OAB: 22173/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGROPALMA S.A.
- FRANCISCO VALBER ALVES DO NASCIMENTO

Processo Nº ARR-0001670-40.2014.5.03.0013

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) LUÍZA DE SOUZA BARRETO
Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 106623/MG)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 162844/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- LUÍZA DE SOUZA BARRETO

Processo Nº ARR-0002141-75.2014.5.03.0136

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. NEY JOSÉ CAMPOS(OAB: 44243/MG)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ALEXANDRA NATÁLIA COELHO
Advogado DR. WALKER TONELLO JÚNIOR(OAB: 64738/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRA NATÁLIA COELHO

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Processo Nº ARR-0002146-96.2012.5.15.0051

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) EDIVALDO POLI
Advogado DR. RICARDO DOS ANJOS RAMOS(OAB: 212823/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. NEUZA MARIA LIMA PIRES DE GODOY(OAB: 82246/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- EDIVALDO POLI

Processo Nº ARR-0002394-57.2013.5.23.0131

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) MARIA APARECIDA GOMES DE ARRUDA
Advogado DR. MARCOS DANTAS TEIXEIRA(OAB: 3850/MT)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.
Advogado DR. MARLON SANCHES RESINA FERNANDES(OAB: 8015/MS)
Advogado DR. CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO(OAB: 15104/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.
- MARIA APARECIDA GOMES DE ARRUDA

Processo Nº ARR-0002430-56.2015.5.09.0669

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) MARINO GATTI
Advogado DR. SANDRO LUNARD NICOLADELI(OAB: 22372/PR)
Advogado DR. ALEXANDRE SIMÕES LINDOSO(OAB: 12067/DF)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) AGRÍCOLA JANDELLE S.A.
Advogada DRA. IZABELA RÜCKER CURI BERTONCELLO(OAB: 25814/PR)
Advogado DR. FERNANDO TRINDADE DE MENEZES(OAB: 49826/PR)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) BIG FRANGO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Advogado DR. FELIPE OSTEMACK BLANSKI(OAB: 57487/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGRÍCOLA JANDELLE S.A.
- BIG FRANGO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
- MARINO GATTI

Processo Nº ARR-0002944-41.2014.5.02.0086

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) NOEMY WERTZNER
Advogado DR. LUÍS FERNANDO REZK DE ÂNGELO(OAB: 147548/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. MATHEUS STARCK DE MORAES(OAB: 316256/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- NOEMY WERTZNER

Processo Nº ARR-0007317-21.2014.5.01.0482

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) THIAGO LESSA RABELLO
Advogado DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972/RJ)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) MPE MONTAGENS E PROJETOS ESPECIAIS S.A.
Advogado DR. MARCO AURÉLIO DE SOUZA RODRIGUES(OAB: 55266/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MPE MONTAGENS E PROJETOS ESPECIAIS S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- THIAGO LESSA RABELLO

Processo Nº ARR-0010062-33.2014.5.01.0042

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E RECORRENTE(S) ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DOS PORTOS ORGANIZADOS DO RIO DE JANEIRO, ITAGUAÍ, FORNO E NITERÓI
Advogado DR. PAULO GOMIDE CAMPOS FILHO(OAB: 83681/RJ)
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) LUÍS CLÁUDIO DE SANT'ANNA
Advogado DR. DURVAL FERNANDES DA COSTA(OAB: 62000/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUÍS CLÁUDIO DE SANT'ANNA
- ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DOS PORTOS ORGANIZADOS DO RIO DE JANEIRO, ITAGUAÍ, FORNO E NITERÓI

Processo Nº ARR-0010067-30.2016.5.18.0101

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) BRF S.A.
Advogado DR. RAFAEL LARA MARTINS(OAB: 22331/GO)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) JOÃO AUGUSTO FERREIRA NETO
Advogado DR. LEANDRO PARREIRA DOS SANTOS(OAB: 35785/GO)
Advogado DR. JEAN CARLO PEREIRA DE OLIVEIRA(OAB: 38460/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- JOÃO AUGUSTO FERREIRA NETO

Processo Nº ARR-0010236-23.2017.5.03.0158

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E RECORRENTE(S) VINICIUS SILVA MILAGRES

Advogado DR. HUMBERTO MARCIAL FONSECA(OAB: 55867/SP)

Advogado DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogada DRA. VERUSKA APARECIDA CUSTÓDIO(OAB: 63842/MG)

Advogado DR. VANESSA DIAS LEMOS REBELLO(OAB: 103650-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- VINICIUS SILVA MILAGRES

Processo Nº ARR-0010458-77.2014.5.01.0246

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. E OUTRO
Advogado DR. ARNALDO GASPAR EID(OAB: 259037-A/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ANA LUMA PARAÍZO BARROS
Advogado DR. JACKSON LUIS QUINTANILHA DA SILVA(OAB: 155140/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA LUMA PARAÍZO BARROS
- IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. E OUTRO

Processo Nº ARR-0010649-38.2013.5.12.0057

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. MARCELO VIEIRA PAPAEO(OAB: 62546/RS)
Advogado DR. THAIANE FERREIRA ARAÚJO(OAB: 89230/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) UNIÃO (PGF)
Procurador DR. MILTON LUIZ GAZANIGA DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ROSANI SARTORI CHANEICO
Advogado DR. JOELSO DE FARIAS RODRIGUES(OAB: 65972/RS)
Advogado DR. DIOGO ADERBAL SIMIONI DOS SANTOS(OAB: 72184/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- ROSANI SARTORI CHANEICO
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº ARR-0011752-74.2014.5.15.0053

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) LUIZ ZANINI LUNA
Advogado DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA(OAB: 266541/SP)
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. EVANDRO MARDULA(OAB: 258368/SP)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- LUIZ ZANINI LUNA

Processo Nº ARR-0012294-72.2014.5.15.0092

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) BRUNO ROBERTO CABRAL ROSA
Advogado DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA(OAB: 266541/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. EVANDRO MARDULA(OAB: 258368/SP)
Advogado DR. ROSANO DE CAMARGO(OAB: 128688/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- BRUNO ROBERTO CABRAL ROSA

Processo Nº ARR-0020894-31.2014.5.04.0014

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 62546/RS)
Advogado DR. BRUNO SARMENTO CANTISANI(OAB: 78460/RS)
Advogada DRA. GABRIELA PADILHA ACCURSO(OAB: 82982/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) ANELIZE QUILES DE SOUZA
Advogado DR. ROBERTO STAUB(OAB: 45279/RS)
Advogada DRA. ADRIANA STAUB(OAB: 60841/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANELIZE QUILES DE SOUZA
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Processo Nº ARR-0021238-39.2014.5.04.0005

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E RECORRENTE(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 62546/RS)
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) MARIA DO CARMO MARCON
Advogado DR. FÚLVIO FERNANDES FURTADO(OAB: 41172/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- MARIA DO CARMO MARCON

Processo Nº ARR-0021639-08.2014.5.04.0015

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. GABRIELA CARR(OAB: 281551/SP)
AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) MARCUS VINICIUS GUIMARAES

Advogada DRA. MICHELLE MEOTTI TENTARDINI(OAB: 57215/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) PROMO7 RECURSOS E PATRIMÔNIO HUMANO LTDA.
Advogado DR. RUBENS ANTONIO ROCHA(OAB: 120072/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARCUS VINICIUS GUIMARAES
- PROMO7 RECURSOS E PATRIMÔNIO HUMANO LTDA.

Processo Nº ARR-0034900-33.2007.5.02.0050

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) MARIA CRISTINA CERRON PARRA
Advogado DR. LEANDRO MELONI(OAB: 30746/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. ARNOR SERAFIM JÚNIOR(OAB: 79797/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARIA CRISTINA CERRON PARRA

Processo Nº ARR-0070700-87.2013.5.13.0024

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) CLARO S.A.
Advogado DR. PAULO LOPES DA SILVA(OAB: 8560/PB)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S) THIAGO JOSÉ CARVALHO DE AQUINO RAMOS
Advogado DR. KAYO CAVALCANTE MEDEIROS(OAB: 13645/PB)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.
Advogado DR. JOÃO LUIZ JUNTOLLI(OAB: 69339/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.
- CLARO S.A.
- THIAGO JOSÉ CARVALHO DE AQUINO RAMOS

Processo Nº ARR-0130250-15.2014.5.13.0012

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E RECORRENTE(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. NATALIA FERNANDES DE SOUSA SILVA(OAB: 21664-A/PB)
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S) SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SOUSA - SEEB SOUSA
Advogado DR. MARCOS D'ÁVILA FERNANDES(OAB: 24952-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SOUSA - SEEB SOUSA

Processo Nº ARR-0138700-37.2012.5.17.0001

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ESCELSA

Advogado DR. SANDRO VIEIRA DE MORAES(OAB: 6725-A/ES)

Advogado DR. LYCURGO LEITE NETO(OAB: 1530/DF)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) ÉLCIO PITANGUEIRA TAVARES

Advogado DR. JOSÉ HILDO SARCINELLI GARCIA(OAB: 1174/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ESCELSA
- ÉLCIO PITANGUEIRA TAVARES

Processo Nº ARR-0143400-95.2009.5.05.0033

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. PAULO AUGUSTO GRECO(OAB: 119729/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S) KATIA MARIA AVILA GOMES

Advogado DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 23625/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- KATIA MARIA AVILA GOMES

Processo Nº ARR-1002066-41.2015.5.02.0385

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S) ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DE CASTRO

Advogado DR. ERICSON CRIVELLI(OAB: 71334/SP)

AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S) BANCO BRADESCO S.A.

Advogado DR. BRUNO BORGES PEREZ DE REZENDE(OAB: 249094-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DE CASTRO
- BANCO BRADESCO S.A.

Processo Nº ED-AIRR-0000226-33.2015.5.05.0222

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)

EMBARGADO(A) JANAILSON OLIVEIRA CAVALCANTI

Advogado DR. DERNIVAL SANTOS DE FREITAS(OAB: 25843/BA)

EMBARGADO(A) SERTEL - SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES TÉRMICAS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- JANAILSON OLIVEIRA CAVALCANTI
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SERTEL - SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES TÉRMICAS LTDA.

Processo Nº ED-ARR-0000327-13.2014.5.03.0044

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

EMBARGANTE VILMAR CACAO FERREIRA

Advogado DR. JOÃO HENRIQUE RESENDE LISBOA(OAB: 104986/MG)

Advogado DR. PATRICIA NOMINATO DE OLIVEIRA(OAB: 118080-A/MG)

EMBARGADO(A) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado DR. NEY JOSÉ CAMPOS(OAB: 44243/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- VILMAR CACAO FERREIRA

Processo Nº ED-RR-0000392-56.2015.5.19.0002

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

EMBARGANTE FABRICIO DRAGO E OUTRO

Advogado DR. JOSÉ SIMPLICIANO FONTES DE FARIA FERNANDES(OAB: 32823/DF)

Advogado DR. JOSÉ MARCELO LEAL DE OLIVEIRA FERNANDES(OAB: 51712/DF)

EMBARGADO(A) PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Advogado DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 9395/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABRICIO DRAGO E OUTRO
- PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Processo Nº ED-AIRR-0000400-29.2014.5.15.0083

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)

EMBARGADO(A) JOSÉ DE ARAÚJO SOUSA OLIVEIRA

Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)

EMBARGADO(A) MASSA FALIDA DA TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

Advogado DR. MARCOS MENDO DE MENDONÇA(OAB: 27158/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ DE ARAÚJO SOUSA OLIVEIRA
- MASSA FALIDA DA TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-AIRR-0000479-33.2016.5.20.0007

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA

EMBARGANTE PEDRO LUIZ MAGALHAES COSTA

Advogado DR. DOUGLAS DE SANTANA FIGUEIREDO(OAB: 4589/SE)

Advogada DRA. SILVIA PEROLA TEIXEIRA COSTA(OAB: 36663/DF)

EMBARGANTE PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)

EMBARGADO(A) MCE ENGENHARIA S.A.

Advogado DR. FLÁVIO AGUIAR BARRETO(OAB: 7503/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- MCE ENGENHARIA S.A.
- PEDRO LUIZ MAGALHAES COSTA

- PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

Processo Nº ED-AIRR-0000606-68.2015.5.05.0121

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) MARCELO NONATO OLIVEIRA DE MIRANDA
Advogado DR. GILSONEI MOURA SILVA(OAB: 659-B/BA)
Advogada DRA. SÔNIA RODRIGUES DA SILVA(OAB: 685-A/BA)
EMBARGADO(A) PROENGE-PROJETOS E ENGENHARIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCELO NONATO OLIVEIRA DE MIRANDA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PROENGE-PROJETOS E ENGENHARIA LTDA.

Processo Nº ED-ARR-0000783-17.2011.5.01.0078

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE(S) E EMBARGADO(S) HELOISA HELENA SILVA DOS SANTOS
Advogado DR. JOÃO DE LIMA TEIXEIRA FILHO(OAB: 21785/RJ)
EMBARGANTE(S) E EMBARGADO(S) XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
Advogada DRA. ANA PAULA FERREIRA VIZINTINI(OAB: 79340/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- HELOISA HELENA SILVA DOS SANTOS
- XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Processo Nº ED-ARR-0000809-74.2014.5.10.0008

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE ERON SILVA ARAUJO
Advogado DR. JOSÉ SIMPLICIANO FONTES DE FARIA FERNANDES(OAB: 32823/DF)
Advogado DR. JOSÉ MARCELO LEAL DE OLIVEIRA FERNANDES(OAB: 51712/DF)
EMBARGADO(A) PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
Advogado DR. JOÃO JOAQUIM MARTINELLI(OAB: 1805-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ERON SILVA ARAUJO
- PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000891-91.2011.5.05.0221

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE CARLOS DOMINGOS ALVES DE MENEZES
Advogado DR. MICHEL SOARES REIS(OAB: 14620/BA)
Advogado DR. CARLOS ANDRÉ DO NASCIMENTO(OAB: 19413/BA)
Advogado DR. FABRÍZIO COSTA DE ARAÚJO(OAB: 21170/BA)
EMBARGADO(A) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. URBANO VITALINO DE MELO NETO(OAB: 17700/PE)

Advogada DRA. RAFAELLA MASCARENHAS GIL(OAB: 27223/BA)
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JUNIOR(OAB: 3609/DF)
Advogada DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- CARLOS DOMINGOS ALVES DE MENEZES

Processo Nº ED-AIRR-0000923-09.2013.5.05.0001

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) JAIRO PAULO MORAIS DE AZEVEDO
Advogado DR. JOSÉ RODRIGO CARDOSO BARRETO(OAB: 33476/BA)
EMBARGADO(A) RONDAVE LTDA.
Advogado DR. ARISTÓTELES ARAÚJO DE AGUIAR(OAB: 19542/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JAIRO PAULO MORAIS DE AZEVEDO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RONDAVE LTDA.

Processo Nº ED-AIRR-0000964-56.2010.5.02.0003

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA - CTEEP
Advogado DR. DÉCIO SEBASTIÃO DAIDONE JUNIOR(OAB: 166211/SP)
Advogado DR. ALFREDO ZUCCA NETO(OAB: 154694/SP)
EMBARGADO(A) REGINALDO BIANCHINI
Advogado DR. LEANDRO MELONI(OAB: 30746/SP)
EMBARGADO(A) FUNDAÇÃO CESP
Advogado DR. LUÍS FERNANDO FEOLA LENCIONI(OAB: 113806/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA - CTEEP
- FUNDAÇÃO CESP
- REGINALDO BIANCHINI

Processo Nº ED-ED-ARR-0001013-77.2013.5.02.0008

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE CARLOS ALBERTO CARNIER
Advogado DR. APARECIDO RODRIGUES(OAB: 70019-B/SP)
EMBARGADO(A) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JUNIOR(OAB: 3609/DF)
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JUNIOR(OAB: 3609/DF)
Advogado DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
Advogada DRA. VANESSA DE SALES TINI(OAB: 194080/SP)
EMBARGADO(A) SANTANDERPREVI - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Advogado DR. ARMINDO BAPTISTA
MACHADO(OAB: 78583/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- CARLOS ALBERTO CARNIER
- SANTANDERPREVI - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Processo Nº ED-AIRR-0001054-21.2011.5.24.0002

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE NARA FLAVIA VASQUES LIMA
Advogado DR. JÚLIO CÉSAR FANAIA
BELLO(OAB: 6522/MS)
EMBARGADO(A) BRASIL TELECOM CALL CENTER
S.A. E OUTRA
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO
MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. DANIELLE LIMA DE
OLIVEIRA(OAB: 9317/MS)
EMBARGADO(A) TELEPERFORMANCE CRM S.A.
Advogada DRA. MELISSA APARECIDA
MARTINELLI GABAN(OAB: 8163/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASIL TELECOM CALL CENTER S.A. E OUTRA
- NARA FLAVIA VASQUES LIMA
- TELEPERFORMANCE CRM S.A.

Processo Nº ED-AIRR-0001064-36.2017.5.21.0003

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO
HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) RINALDO GOMES DE PAULA
Advogada DRA. REGINA CÁSSIA SILVA
MORAES(OAB: 2867/RN)
EMBARGADO(A) BSCO NAVEGAÇÃO S.A.
Advogado DR. GUILHERME GUIMARÃES
CASTELLO BRANCO(OAB:
141504/RJ)
Advogado DR. CRISTOVAO TAVARES MACEDO
SOARES GUIMARAES(OAB: 77988-
A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSCO NAVEGAÇÃO S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RINALDO GOMES DE PAULA

Processo Nº ED-AIRR-0001208-22.2012.5.05.0038

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE RICARDO SEIXAS HUGHES
Advogado DR. ANTÔNIO SALVADOR
LOMBA(OAB: 16805/BA)
Advogado DR. HUGO SOUSA DA
FONSECA(OAB: 54271/DF)
EMBARGADO(A) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO
HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE
SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado DR. MARCUS FLÁVIO HORTA
CALDEIRA(OAB: 13418/DF)
Advogado DR. ERICH ADOLFO SILVA
WEINSTOCK(OAB: 33872/RJ)
Advogado DR. RENATO LOBO
GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL -
PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RICARDO SEIXAS HUGHES

Processo Nº ED-RR-0001236-59.2011.5.03.0109

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE ILDA SOARES DE OLIVEIRA
Advogado DR. CARLOS HENRIQUE OTONI
FERNANDES(OAB: 70808/MG)
EMBARGADO(A) AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.
Advogado DR. JOÃO LUIZ JUNTOLLI(OAB:
69339/MG)
EMBARGADO(A) CLARO S.A.
Advogada DRA. LEILA AZEVEDO SETTE(OAB:
22864/MG)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO
MACIEL(OAB: 513-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.
- CLARO S.A.
- ILDA SOARES DE OLIVEIRA

Processo Nº ED-AIRR-0001259-93.2010.5.01.0206

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO
HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE
SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado DR. MARCUS FLÁVIO HORTA
CALDEIRA(OAB: 13418/DF)
Advogado DR. ERICH ADOLFO SILVA
WEINSTOCK(OAB: 33872/RJ)
Advogado DR. RENATO LOBO
GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
EMBARGADO(A) MARCOS DE OLIVEIRA BRAGANÇA
Advogado DR. JOSÉ PÉRICLES COUTO
ALVES(OAB: 26200/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL -
PETROS
- MARCOS DE OLIVEIRA BRAGANÇA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-AIRR-0001432-57.2016.5.05.0122

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO
HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) HELKSON MILENO LOPES DE
OLIVEIRA
Advogado DR. GILSONEI MOURA SILVA(OAB:
659-B/BA)
EMBARGADO(A) CEMON SERVIÇOS E
CONSTRUÇÕES LTDA. (EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. EMÍLIA ROTERS RIBEIRO(OAB:
11008/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

- HELKSON MILENO LOPES DE OLIVEIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-RR-0001650-30.2011.5.03.0021

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE GUILHERME DOS SANTOS SILVA
Advogado DR. SANDRO COSTA DOS ANJOS(OAB: 70428/MG)
EMBARGADO(A) CONTAX S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. AFONSO CÉSAR BURLAMAQUI
EMBARGADO(A) TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogada DRA. ALESSANDRA KERLEY GIBOSKI XAVIER(OAB: 101293/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTAX S.A.
- GUILHERME DOS SANTOS SILVA
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Processo Nº ED-AIRR-0001660-67.2011.5.01.0203

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. NILTON ANTÔNIO DE ALMEIDA MAIA(OAB: 67460/RJ)
Advogada DRA. ELLEN CRISTIANE JORGE OLIVEIRA(OAB: 19821/DF)
Advogado DR. FREDERICO WINTER(OAB: 157566/RJ)
EMBARGADO(A) WALDEMAR BEZERRA JÚNIOR
Advogado DR. ANTÔNIO LANDIM MEIRELLES QUINTELLA(OAB: 50833-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- WALDEMAR BEZERRA JÚNIOR

Processo Nº ED-AIRR-0001892-40.2013.5.05.0222

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A
Advogada DRA. CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: 6930-A/DF)
Advogado DR. TOMAZ MARCHI NETO(OAB: 4759/BA)
EMBARGADO(A) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. JOAQUIM PINTO LAPA NETO(OAB: 15659/BA)
EMBARGADO(A) SERTEL SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES TÉRMICAS LTDA.
EMBARGADO(A) ADENILTON ARAÚJO SANTOS
Advogado DR. DOUGLAS DE SANTANA FIGUEIREDO(OAB: 4589/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADENILTON ARAÚJO SANTOS
- CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SERTEL SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES TÉRMICAS LTDA.

Processo Nº ED-AIRR-0002042-50.2015.5.05.0222

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) WILSON DOS SANTOS
Advogado DR. JOSÉ MARCOS REIS DO CARMO(OAB: 13370/BA)
Advogada DRA. LARA ROCHA DE OLIVEIRA(OAB: 38956/BA)
EMBARGADO(A) PERBRAS EMPRESA BRASILEIRA DE PERFURAÇÕES LTDA.
Advogado DR. LUCAS SIMÕES PACHECO DE MIRANDA(OAB: 21641/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- PERBRAS EMPRESA BRASILEIRA DE PERFURAÇÕES LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- WILSON DOS SANTOS

Processo Nº ED-AIRR-0002350-67.2013.5.01.0481

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada DRA. ELLEN CRISTIANE JORGE OLIVEIRA(OAB: 19821/DF)
Advogada DRA. ISABELA SOARES FERREIRA(OAB: 163554/RJ)
Advogado DR. ADILSON RANGEL TAVARES JÚNIOR(OAB: 139004-D/RJ)
EMBARGADO(A) JADINO ISMAIL FEYDIT ELIAS
Advogado DR. ERTULEI LAUREANO MATOS(OAB: 5563/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JADINO ISMAIL FEYDIT ELIAS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-RR-0005700-37.2007.5.05.0651

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE RUBIA CRISTINA TONHA ALVES
Advogado DR. JORGE FRANCISCO MEDAUAR FILHO(OAB: 517-A/BA)
Advogado DR. ELIEL DE JESUS TEIXEIRA(OAB: 12514/BA)
EMBARGADO(A) BANCO BRADESCO S.A.
Advogada DRA. MARIA CAROLINA ALMEIDA RIBEIRO DE MIRANDA(OAB: 15283/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- RUBIA CRISTINA TONHA ALVES

Processo Nº ED-AIRR-0010064-34.2014.5.05.0222

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. JOAQUIM PINTO LAPA NETO(OAB: 15659/BA)
Advogada DRA. ELLEN CRISTIANE JORGE OLIVEIRA(OAB: 19821/DF)
EMBARGADO(A) JOSEMIR ALVES DA SILVA
Advogado DR. LEON ÂNGELO MATTEI(OAB: 14332/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSEMIR ALVES DA SILVA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-ARR-0010143-17.2015.5.15.0087

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) ELÍCIO MARIO DE JESUS SANTOS
Advogado DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
EMBARGADO(A) GALVÃO ENGENHARIA S.A.
Advogado DR. RICARDO ANDRÉ ZAMBO(OAB: 138476/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELÍCIO MARIO DE JESUS SANTOS
- GALVÃO ENGENHARIA S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-RR-0011121-80.2015.5.03.0134

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE RODRIGO AUGUSTO PIERRO
Advogado DR. EVANDRO PREVEDELLO(OAB: 132531/MG)
Advogado DR. FLÁVIO ZAELLA ZAMBONIN(OAB: 154949/MG)
EMBARGADO(A) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada DRA. GABRIELA CARR(OAB: 281551/SP)
EMBARGADO(A) GDC APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. - ME
Advogado DR. LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA(OAB: 18715/PR)
Advogado DR. EVANIR CLARET BUENO(OAB: 52278/PR)
EMBARGADO(A) RAMOS & SILVA SOLUÇÕES EM FINANÇAS E NEGÓCIOS LTDA. - ME
Advogado DR. EDIVÂNIA APARECIDA ROCHA(OAB: 95848/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- GDC APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. - ME
- RAMOS & SILVA SOLUÇÕES EM FINANÇAS E NEGÓCIOS LTDA. - ME
- RODRIGO AUGUSTO PIERRO

Processo Nº ED-AIRR-0011407-38.2015.5.01.0482

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) DENILSON BORGES PEDROZA
Advogado DR. SÉRGIO OLIVEIRA SILVA(OAB: 104775/RJ)
Advogada DRA. SORAIA OLIVEIRA SILVA DE LAURO(OAB: 198927/RJ)
EMBARGADO(A) BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. PAULO ANTÔNIO GOMES PATRÍCIO JÚNIOR(OAB: 155158/RJ)
Advogado DR. JOÃO PEDRO EYLER PÓVOA(OAB: 88922/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- DENILSON BORGES PEDROZA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-AIRR-0012113-11.2014.5.03.0026

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. EDUARDO MOISÉS SANTANA DOS SANTOS(OAB: 96474/MG)
Advogada DRA. ELLEN CRISTIANE JORGE OLIVEIRA(OAB: 19821/DF)
EMBARGADO(A) MÁRCIO MACEDO MOURA JÚNIOR
Advogada DRA. DENISE FERREIRA MARCONDES(OAB: 49526/MG)
Advogado DR. CAIO GABRIEL FERREIRA MARCONDES(OAB: 105197/MG)
Advogado DR. RAPHAEL RICARDO DE ALBUQUERQUE FALCÃO(OAB: 151045/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MÁRCIO MACEDO MOURA JÚNIOR
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-RR-0042800-26.2009.5.06.0102

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE MARIO SABINO DE ARAUJO PINHEIRO
Advogada DRA. ISADORA AMORIM(OAB: 16455/PE)
EMBARGADO(A) COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
Advogado DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609/DF)
Advogado DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado DR. JAIRO CAVALCANTI DE AQUINO(OAB: 1623/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
- MARIO SABINO DE ARAUJO PINHEIRO

Processo Nº ED-RR-0047800-75.2007.5.01.0341

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE VOLTA REDONDA
Advogado DR. LUIZ LEONARDO DE SABOYA ALFONSO(OAB: 92101/RJ)
Advogado DR. AMIR BARROSO KHODR(OAB: 40140/DF)
EMBARGADO(A) COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL- CSN
Advogado DR. MAURÍCIO DE FIGUEIREDO CORRÊA DA VEIGA(OAB: 21934/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL- CSN
- SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE VOLTA REDONDA

Processo Nº ED-ARR-0060000-06.2009.5.04.0004

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE FABIANO LOCK VERONESE
Advogado DR. DIRCEU ANDRÉ SEBBEN(OAB: 32966/RS)

Advogado DR. DIRCEU JOSÉ SEBEN(OAB: 4139/RS)
EMBARGADO(A) XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
Advogado DR. DANTE ROSSI(OAB: 3161/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIANO LOCK VERONESE
- XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Processo Nº ED-AIRR-0064600-27.2006.5.09.0654

Processo Nº ED-AIRR-00646/2006-654-09-00.2

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE AMAURY CESAR BIANCOLINI E OUTROS
Advogado DR. NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: 1291-A/DF)
Advogada DRA. DENISE RAMOS CORREIA(OAB: 19553/DF)
Advogado DR. CHRISTIAN MARCELLO MAÑAS(OAB: 29190/PR)
Advogado DR. ROBERTO MEZZOMO(OAB: 45386/PR)
EMBARGADO(A) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado DR. MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA(OAB: 13418/DF)
Advogado DR. ERICH ADOLFO SILVA WEINSTOCK(OAB: 33872/RJ)
Advogado DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
EMBARGADO(A) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAURY CESAR BIANCOLINI E OUTROS
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-AIRR-0100051-17.2016.5.01.0483

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) DEILSON DA COSTA VIEIRA
Advogado DR. ROAN FLORES DE LIMA(OAB: 175557/RJ)
EMBARGADO(A) BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado DR. JACKELINE SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 184510/RJ)
Advogado DR. JOÃO PEDRO EYLER PÓVOA(OAB: 88922/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- DEILSON DA COSTA VIEIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-AIRR-0100255-67.2016.5.01.0481

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) LEONARDO RANGEL DE AZEREDO
Advogada DRA. PRISCILA AMARAL FERNANDES(OAB: 138088/RJ)
EMBARGADO(A) MPE MONTAGENS E PROJETOS ESPECIAIS S.A.
Advogado DR. MARCO AURÉLIO DE SOUZA RODRIGUES(OAB: 55266/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEONARDO RANGEL DE AZEREDO
- MPE MONTAGENS E PROJETOS ESPECIAIS S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-AIRR-0100634-02.2016.5.01.0483

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) DEYVID DOS SANTOS ROSA
Advogada DRA. JOELMA DA SILVA SOARES(OAB: 160630/RJ)
EMBARGADO(A) BSM ENGENHARIA S.A.
Advogado DR. JOÃO PEDRO EYLER PÓVOA(OAB: 88922/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSM ENGENHARIA S.A.
- DEYVID DOS SANTOS ROSA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-AIRR-0100928-60.2016.5.01.0481

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO
EMBARGANTE PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) GERSON SANTOS DA SILVA
Advogado DR. ELIZABETH ROCHA ALMADA(OAB: 152326/RJ)
EMBARGADO(A) BSM ENGENHARIA S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogado DR. JACKELINE SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 184510/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSM ENGENHARIA S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- GERSON SANTOS DA SILVA
- PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

Processo Nº ED-AIRR-0100979-80.2016.5.01.0284

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538/GO)
EMBARGADO(A) CARLOS AUGUSTO ISÍDIO DE SOUZA
Advogado DR. EXPEDITO ALMEIDA DE OLIVEIRA(OAB: 128142/RJ)
EMBARGADO(A) FUNDAÇÃO CULTURAL, EDUCACIONAL E DE RÁDIO DIFUSÃO VALENÇA FILHO

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS AUGUSTO ISÍDIO DE SOUZA
- FUNDAÇÃO CULTURAL, EDUCACIONAL E DE
RADIOFUSÃO VALENÇA FILHO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-AIRR-0184600-17.2013.5.13.0002

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
EMBARGANTE C&A MODAS LTDA.
Advogado DR. NILTON CORREIA(OAB:
1291/DF)
EMBARGADO(A) ALINE WANESSA DOS SANTOS
FREIRE
Advogado DR. RONALDO DE LIMA
CLEMENTINO(OAB: 15857/PB)
EMBARGADO(A) BANCO BRADESCARD S.A.
Advogado DR. GUSTAVO GUIMARÃES
LIMA(OAB: 12119/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE WANESSA DOS SANTOS FREIRE
- BANCO BRADESCARD S.A.
- C&A MODAS LTDA.

Processo Nº ED-RR-0288900-64.2009.5.09.0654

Relator MIN. MÁRCIO EURICO VITRAL
AMARO
EMBARGANTE SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO
ESTADO DO PARANÁ - SENGE
Advogada DRA. ADRIANA FRAZÃO DA
SILVA(OAB: 31413/PR)
Advogado DR. BRUNA UNGERICH
ROCHA(OAB: 53434/PR)
EMBARGADO(A) FUNDAÇÃO PETROBRAS DE
SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado DR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA
CASTRO(OAB: 55288/PR)
Advogado DR. FÁBIO KORENBLUM(OAB:
68743/PR)
EMBARGADO(A) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -
PETROBRAS
Advogado DR. FELIPE MIGUEL MENDONÇA
FERREIRA(OAB: 84256/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL -
PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO PARANÁ -
SENGE

Processo Nº ED-RR-1000419-74.2016.5.02.0482

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE FERNANDO DA ROCHA MENDES
Advogado DR. ALEXANDRE DE ARAÚJO(OAB:
157197/SP)
EMBARGADO(A) COMPANHIA DE SANEAMENTO
BÁSICO DO ESTADO DE SÃO
PAULO - SABESP
Advogado DR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA
AMORIN(OAB: 227419/SP)
Advogado DR. JOÃO MARCELO ALVES DOS
SANTOS DIAS(OAB: 163861/SP)
Advogado DR. MARCO ANTÔNIO CAÇÃO(OAB:
286246/SP)
EMBARGADO(A) OPSIS OPERAÇÃO DE SISTEMAS
DE ENGENHARIA LTDA.
Advogado DR. LEANDRO TEIXEIRA BARBOSA
ROCHA(OAB: 271775/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE
SÃO PAULO - SABESP
- FERNANDO DA ROCHA MENDES
- OPSIS OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE ENGENHARIA LTDA.

Processo Nº ED-ED-AIRR-1001183-51.2015.5.02.0464

Relator MIN. DORA MARIA DA COSTA
EMBARGANTE GABRIEL AUGUSTO HUERTAS
Advogado DR. EDUARDO BARROS DE
MOURA(OAB: 248845/SP)
EMBARGADO(A) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. BRUNO BORGES PEREZ DE
REZENDE(OAB: 249094-S/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- GABRIEL AUGUSTO HUERTAS

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados na
sessão a que se referem ficam automaticamente adiados para as
próximas que se seguirem, independentemente de nova publicação.

REGINALDO DE OZEDA ALA
Secretário da 8ª Turma

Secretaria da Oitava Turma

Despacho

Despacho

Processo Nº TutCautAnt-1000080-58.2019.5.00.0000

Relator MARCIO EURICO VITRAL AMARO
REQUERENTE PETROLEO BRASILEIRO S A
PETROBRAS
ADVOGADO ANDREIA BAMBINI(OAB: 18331/DF)
ADVOGADO CAROLINA CAMPOS PINTO(OAB:
53813/DF)
ADVOGADO MAIRA CIRINEU ARAUJO(OAB:
20978/DF)
REQUERIDO NATALIA XAVIER GUIMARAES DE
FIGUEIREDO

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

REQUERENTE : PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

ADVOGADA : Dra. MAIRA CIRINEU ARAUJO

ADVOGADA : Dra. CAROLINA CAMPOS PINTO

ADVOGADA : Dra. ANDREIA BAMBINI

REQUERIDA : NATALIA XAVIER GUIMARAES DE FIGUEIREDO

GMMEA/bsa

DECISÃO

PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS requer tutela de urgência, com pedido liminar, objetivando a concessão de efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto em face da decisão regional, que denegou seguimento ao seu recurso de revista, no exercício do primeiro juízo de admissibilidade, nos autos da reclamação trabalhista nº 607-91.2017.5.06.0012.

O art. 300 do CPC de 2015 assegura a tutela de urgência quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo do dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Logo, para o deferimento de efeito suspensivo a agravo de instrumento em recurso de revista, como pretendido pela requerente, é indispensável a comprovação da plausibilidade jurídica da pretensão, que consubstancia a probabilidade de êxito do recurso de revista.

Verifico, entretanto, que a requerente não juntou a cópia do despacho do Regional da 6ª Região, quando do exercício do primeiro juízo de admissibilidade, que denegou seguimento ao seu recurso de revista, peça fundamental ao exame do agravo de instrumento e, consequentemente, do próprio recurso de revista.

Assim, intime-se a requerente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente a cópia do documento acima mencionado.

Publique-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MARCIO EURICO VITRAL AMARO

Ministro Relator

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa Relatório Estatístico Dados Estatísticos – Janeiro de 2019

Estatística de Processos referente ao mês de Janeiro de 2019
(conforme art. 37 da LOMAN)

Anexos

Anexo 2: [Relatório Estatístico dos Órgãos Judicantes 1º Janeiro de 2019](#)

SUMÁRIO

Secretaria-Geral Judiciária	1
Despacho	1
Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos	8
Acórdão	8
Despacho	50
Secretaria do Órgão Especial	53
Despacho	53
Secretaria da Seção Especializada em Dissídios Coletivos	100
Acórdão	100
Coordenadoria de Recursos	104
Despacho	104
Secretaria da Subseção I de Dissídios Individuais	179
Despacho	179
Secretaria da Subseção II de Dissídios Individuais	188
Despacho	188
Secretaria da Primeira Turma	202
Redistribuição	202
Secretaria da Segunda Turma	203
Despacho	203
Redistribuição	204
Secretaria da Terceira Turma	204
Pauta	204
Secretaria da Quarta Turma	238
Edital	238
Secretaria da Quinta Turma	240
Despacho	240
Edital	241
Pauta	241
Secretaria da Sexta Turma	281
Despacho	281
Secretaria da Sétima Turma	282
Despacho	282
Secretaria da Oitava Turma	282
Decisão Monocrática	282

Despacho	283
Pauta	285
Secretaria da Oitava Turma	383
Despacho	383
Coordenadoria de Estatística e Pesquisa	384
Relatório Estatístico	384